



Voltar à estabilidade

Como posso utilizar este documento?

O diagrama a seguir mapeia a estrutura e o fluxo do Relatório Anual.

O Relatório Anual

Uma visão geral do nosso desempenho em 2015, um enfoque na nossa direção estratégica, e uma revisão dos negócios que sustentam a nossa estratégia.

Barclays Bank PLC é uma subsidiária integral da Barclays PLC. Não há diferenças de estratégia entre Barclays PLC e Barclays Bank PLC. O termo 'Grupo Barclays PLC' ou o "Grupo" significa Barclays PLC em conjunto com as suas subsidiárias e o termo "Grupo Barclays Bank PLC" significa Barclays Bank PLC em conjunto com as suas subsidiárias. "Barclays e "Grupo" são termos utilizados para se referir a qualquer um dos Grupos anteriores quando o assunto é idêntico.

Abordar os problemas enfrentados hoje pelo Barclays...

Carta do Presidente
Página 02

...com uma estratégia que responde aos desafios futuros do negócio...

Revisão do Administrador
Página 04

...através da nossa ampla gama de serviços.

Modelo de negócio
Página 10

O nosso Painel de Resultados mede o progresso e desempenho face ao nosso objetivo...

ICDs
Páginas 11-16

Notas

O termo Barclays ou Grupo refere-se a Barclays PLC em conjunto com as suas subsidiárias. Salvo disposição em contrário, a análise da demonstração de resultados compara o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015 aos correspondentes 12 meses de 2014 e a análise do balanço em 31 de dezembro de 2015 com comparativos relativos a 31 de dezembro de 2014. As abreviaturas "M" e "M€" representam respetivamente milhões e milhares de milhões de libras esterlinas; as abreviaturas "M\$" e "mM\$" representam respetivamente milhões e milhares de milhões de dólares dos EUA, e as abreviaturas "M€" e "mM€" representam respetivamente milhões e milhares de milhões de Euros.

Os comparativos antes de Q214 foram reformulados para refletir a implementação das mudanças na estrutura do Grupo e a reafecção dos elementos dos resultados da Sede ao abrigo da estrutura de negócios revista. Estas reformulações foram detalhadas no nosso comunicado em 10 de julho de 2014, acessíveis em home.barclays/barclays-investor-relations/results-and-reports.

As referências ao longo deste documento a "provisões para investigações contínuas e litígios em matéria de moeda estrangeira" significam "provisões mantidas para determinados aspetos das investigações contínuas que envolvem determinadas autoridades e litígios incluindo Moeda Estrangeira".

Lucro ajustado antes de impostos, lucro ajustado atribuível e métricas ajustadas de desempenho foram apresentadas para proporcionar uma base mais consistente para comparar o desempenho empresarial entre períodos. Elementos de ajuste são considerados significativos, mas não representativos do desempenho empresarial subjacente. Os elementos excluídos das medidas ajustadas são: o impacto do crédito próprio; provisões para compensação de clientes no Reino Unido; ganhos sobre aquisições de ativos da Lehman EUA; provisões para investigações e litígios em curso incluindo Divisas Estrangeiras; perdas sobre vendas relativas às empresas espanholas, portuguesas e italianas; imparidade de ação e outros ativos relacionados com as empresas a ser eliminadas; revisão da metodologia de avaliação de Educação, Habitação Social, e da Autoridade Local (ESHA) e ganhos sobre avaliação de um componente da obrigação de benefício definido de reforma. Conforme revisões de gestão de ajustamento dos elementos ao nível do Grupo, os resultados por negócio, Centrais e Não Centrais são apresentados excluindo esses elementos. A reconciliação do ajustado para desempenho estatutário é realizada apenas ao nível do Grupo.

Os termos relevantes que são utilizados neste documento, mas que não estão definidos nos termos da orientação regulamentar aplicável ou das Normas Internacionais de Informação Financeira (NIIF) são explicados no glossário. Resultados que pode ser acessado em home.barclays/results.

As informações contidas neste comunicado, que foi aprovado pelo Conselho de Administração em 09 de Fevereiro de 2016, não incluem contas estatutárias no âmbito do significado da Secção 434 da Lei das Sociedades de 2006. As contas estatutárias para o exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2015 que incluem determinadas informações exigidas para o relatório anual conjunto no Formulário 20-F da Barclays PLC e Barclays Bank PLC à Comissão de Valores Imobiliários dos EUA (SEC) e que continha um relatório de auditoria sem ressalvas no âmbito da Secção 495 da Lei das Sociedades (2006) foram entregues no registro Comercial em conformidade com a Secção 441 da Lei das Sociedades (2006).

Estes resultados serão fornecidos como um Formulário 20-F à SEC, logo que possível após a sua publicação. Uma vez fornecidos a SEC, estarão também disponíveis cópias do Formulário 20-F a partir do website de Barclays Investor Relations em home.barclays/investorrelations e a partir do website de SEC em www.sec.gov.

Barclays é um emissor frequente nos mercados de capitais de dívida e reúne regularmente com investidores através de reuniões formais individuais ou coletivas e outras reuniões espontâneas. Em consonância com a sua prática habitual, o Barclays espera que durante o próximo trimestre se irá reunir regularmente com investidores a nível mundial para discutir estes resultados e outros assuntos relacionados com o Grupo.

Declarações de previsão

Este documento contém determinadas declarações de previsão no âmbito do significado da Secção 21E da Lei de Valores Imobiliários dos EUA de 1934 conforme alterada, e da Secção 27A da Lei de Valores Imobiliários dos EUA de 1933 conforme alterada, relativas ao Grupo. Barclays adverte os leitores que nenhuma declaração de previsão é uma garantia de desempenho futuro e de que os resultados reais ou outras condições financeiras ou medidas de desempenho podem diferir materialmente dos resultados contidos nas declarações de previsões. Estas declarações de previsão podem ser identificadas pelo facto de não se referirem apenas a factos históricos ou atuais.

As declarações de previsão utilizam por vezes palavras como "pode", "irá", "procurar", "continuar", "objetivo", "antecipar", "alvo", "projetado", "esperar", "estimativa", "intenção", "plano", "meta", "acreditar", "alcançar" ou outras palavras de semelhante significado. Os exemplos de declarações de previsão incluem, entre outros, declarações relativas a posição financeira a futura do Grupo, crescimento do rendimento, ativos, encargos e provisões de imparidade, estratégia comercial, capital, alavancagem e outros rácios regulamentares, pagamento de dividendos (incluindo rácios de pagamento de dividendos), níveis projetados de crescimento nos mercados bancários e financeiros, custos ou poupanças projetadas,

compromissos e metas originais e revistas no âmbito do programa de custos estratégicos e a Atualização da Estratégia do Grupo, degradação de ativos e negócios no âmbito do Barclays Não Central, estimativas de despesas de capital e planos e objetivos para operações futuras, número projetado de funcionários e outras declarações que não sejam factos históricos. Por sua natureza, as declarações de previsão envolvem riscos e incertezas porque dizem respeito a eventos e circunstâncias futuras. Estas podem ser afetadas por alterações na legislação, desenvolvimento de normas e interpretações de acordo com a IFRS, evolução das práticas em relação à interpretação e aplicação das normas contabilísticas e regulamentares, resultado de processos judiciais atuais e futuros e investigações regulatórias, futuros níveis de disposições de conduta, políticas e ações das autoridades governamentais e regulatórias, riscos geopolíticos e o impacto da concorrência. Além disso, fatores, incluindo (mas não limitados aos) seguintes podem ter um efeito: capital, alavancagem e outras normas reguladoras (incluindo em relação à futura estrutura do Grupo) aplicáveis a períodos anteriores, atuais e futuros.; Reino Unido (UK), Estados Unidos (EUA), África, Zona Euro e condições macroeconómicas e comerciais globais; os efeitos da volatilidade continuada nos mercados de crédito; riscos relacionados com o mercado como alterações nas taxas de juros e taxas de câmbio; efeitos de alterações na avaliação das exposições ao mercado de crédito; alterações na avaliação de títulos emitidos; volatilidade nos mercados de capital; alterações nas classificações de crédito de quaisquer outras entidades dentro do Grupo ou quaisquer valores mobiliários emitidas por essas entidades; a possibilidade de saída de um ou mais países da Zona Euro a implementação do programa de custo estratégico; e o sucesso de futuras aquisições, alienações e outras transações estratégicas. Algumas destas influências e fatores estão fora do controlo do Grupo. Como resultado, os futuros resultados, pagamento de dividendos e rácios de capital e alavancagem reais do Grupo, podem diferir materialmente dos planos, objetivos e expectativas estabelecidas nas declarações de previsão do Grupo. Riscos adicionais e fatores que possam ter impacto futuro na situação financeira e desempenho do Grupo estão identificados nos nossos relatórios com a SEC (incluindo, sem limitação, o nosso Relatório Anual no Formulário 20-F para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015), que se encontram disponíveis no website da SEC em www.sec.gov.

De acordo com as nossas obrigações nos termos da legislação e regulamentos aplicáveis do Reino Unido e dos EUA em matéria de divulgação e informação contínua aplicáveis, não assumimos qualquer obrigação de atualizar publicamente ou rever quaisquer declarações de previsão, seja como resultado de novas informações, eventos futuros ou de outra forma.

Ba

...entregues através de uma empresa mais simples e melhor estruturada...

Caso de investimento
Página 06

... que é mais adequada para o nosso ambiente empresarial...

Ambiente operacional
Página 07

...e sustentada pela nossa abordagem robusta à gestão de risco...

Gestão de risco
Página 08

...para melhor impulso de criação de valor e retorno sustentável para os acionistas...

Modelo de negócio
Página 09

A atividade das nossas unidades comerciais reflete o nosso progresso de nos tornarmos o parceiro de eleição...

Desempenho
Páginas 17-24

O seu Conselho de Administração estabelece a direção estratégica e proporciona supervisão e controlo...

Conselho de Administração e Governação
Páginas 25-27

...com um quadro de remunerações relevante e equilibrado...

...sustentado por fundamentos sólidos de capital.

Índice

Relatório Estratégico

1

Governança

Relatório dos Diretores
Diretores e Conselheiros

32

35

Análise de risco

Riscos materiais existentes e emergentes

38

Gestão de risco

48

Desempenho de risco

64

Risco de crédito

65

Risco de mercado

87

Risco de financiamento -

94

Risco de Financiamento de

Capital

98

Risco Operacional de

116

Liquidez

119

Risco de Conduta

123

Supervisão e Regulação

Análise financeira

Indicadores-chave de

132

Resumo consolidado de

134

demonstração de resultado

135

Comentário da demonstração de

resultados

136

Resumo do balanço consolidado

137

Comentário sobre o balanço

Análise Segmentar

138

Análise de resultados pela atividade

139

empresarial

Demonstrações financeiras

Apresentação de informação do

154

relatório de Auditores Independentes

156

Demonstrações financeiras

consolidadas

Demonstração consolidada de

159

resultados

Demonstração consolidada de

160

resultados abrangentes

Balanço consolidado

161

Onde posso encontrar mais informações?

Podemos obter mais informações sobre a estratégia do Barclays, os nossos negócios e desempenho, abordagem à governança e risco na Internet, onde estão arquivados e disponíveis para download os últimos relatórios estratégicos e anuais.

home.barclays/annualreport



Abordar os problemas enfrentados hoje pelo Barclays...



"A banca está no centro da tempestade perfeita. Foi com total consciência deste facto, que no final de Abril assumi o cargo como vosso Presidente, com a forte convicção de que não poderíamos apenas estabilizar a situação com relativa rapidez, mas também devolver a prosperidade ao Grupo durante o meu mandato."

Neste tipo de ambiente é fácil ser consumido por desafios, volatilidade do mercado e pela visão de curto prazo dos mercados financeiros, mas isso tende a obscurecer a qualidade subjacente da marca e franquia do Barclays, o progresso real e substancial que o Grupo realizou nos últimos anos e o potencial para a organização decorrente das decisões e ações que agora tomamos para o futuro.

Hoje, o Grupo é menor, mais seguro, mais focado, menos alavancado, mais capitalizado e com alta liquidez. Se compararmos 2015 com 2008, encontramos os seguintes resultados:

- 2.1mMM £ em ativos historicamente contra 1.1mMM £ e em declínio
- o capital acionista era de 36.6mM £ e agora é de 54.5mM £
- a alavancagem do balanço (ativos totais para fundos dos acionistas ordinários) era de 56 vezes e agora é de 20 vezes e comparável aos pares mais altamente classificados
- o capital acionista como percentagem de ativos ponderados de risco (RWAs) era de 8.5% e agora é de 15.2%.

Enquanto continuamos esta jornada no sentido de maior solidez financeira, a principal questão para o Grupo já não é o capital como alguns comentam, mas resultados e retornos. Colocado de forma simples, nos últimos anos e incluindo no ano transato, temos produzido lucros retilos insignificantes ou prejuízos antes dos dividendos. Continuando, necessitamos inverter esta situação e gerar resultados superiores a partir da nossa franquia. Dito isto, também necessitamos tomar medidas para preservar e reforçar o nosso capital em tempos imprevisíveis. Para este fim, enquanto declaramos no exercício de 2015 de dividendos em linha com a orientação, também decidimos que seria prudente reduzir a escala de dividendos em 2016 e 2017, até o momento em que os podemos cobrir a partir dos lucros.

Barclays possui um número de empresas líderes do setor que produzem excelentes resultados, mas não se aplica a toda a nossa carteira de ativos. A Banca Individual e Empresarial e Barclaycard em conjunto produzem resultados após impostos de 3,3 M£ e um resultado combinado sobre o capital de 13,4%. No entanto, os outros segmentos não se saíram tão bem e produziram resultados abaixo da taxa mínima do Grupo. Os lucros do Barclays Africa, embora fortes em moeda local, foram significativamente impactados pela queda no Rand e pela taxa bancária do Reino Unido, fazendo com que os resultados em libras esterlinas diminuíssem para um lucro após impostos de 0,3M£ e um resultado sobre o capital de 8,7%. Igualmente, embora duplicando os resultados em comparação com o ano anterior, o lucro do Banco de Investimento de 0,8M£ gerou um resultado melhorado, mas ainda assim abaixo do padrão sobre o capital próprio de 5,6% superior em 2,7%

As nossas empresas principais produziram em conjunto um lucro antes de impostos de 6,9M£ e um retorno sobre o capital próprio de 9%. Embora respeitável, este resultado está claramente abaixo do nosso retorno requerido e necessita ser melhorado. Por outro lado, este lucro foi totalmente consumido pelo montante de desfasagem de 1,5M£ da carteira de ativos não essenciais, 0,4M£ em encargos de contencioso e conduta relativos a questões históricas (além de 0,4M£ incluídos nos resultados de empresas essenciais e não essenciais), e 1,5M£ em impostos sobre rendimentos empresariais contribuindo para um prejuízo total para os nossos acionistas de 0,4M£. Uma vez que a conduta e os encargos relacionados já não são dedutíveis, a alíquota do Barclays para o ano passado foi efetivamente 70%. Se o custo de 0,5M£ da tributação do banco do Reino Unido for adicionado aos impostos sobre rendimentos empresariais, a alíquota fiscal efetiva aumenta para 76%. A amplitude do imposto que suportámos no do Reino Unido refletiu-se nos resultados de do levantamento da PwC do One Hundred Group, que representa a maioria dos grandes grupos económicos do reino Unido e concluiu que o Barclays pagou a maior quantidade de impostos no Reino Unido.

Claro que no que diz respeito à nossa rentabilidade subjacente e à escala de encargos, as coisas não podem continuar assim. Situações como esta exigem medidas eficazes.

Nova Liderança

Como um importante ponto de partida, o Conselho de Administração decidiu que era necessária uma nova liderança. Em Julho, anunciámos a saída de Antony Jenkins como Diretor-Executivo e em Outubro a nomeação de Jes Staley, como eu, um veterano da banca. Enquanto eu pude exercer a responsabilidade executiva a título interino imediatamente após a saída de Antony, e pude definir um número de iniciativas, tivemos a sorte de que Jes pode iniciar rapidamente a sua atividade.

Jes fez enormes progressos na construção da sua nova equipa de gestão. Em pouco tempo, ele nomeou Ashok Vaswani como chefe do Barclays do Reino Unido, responsável pela criação do novo Banco Ring-Fenced.

De Volta ao Núcleo

O Conselho de Administração refletiu recentemente sobre a estratégia e situação do grupo e decidiu que o nosso núcleo estratégico era o nosso setor de retalho e franquia de pequenas empresas no Reino Unido, o nosso negócio da Banca Empresarial e de Investimento amplamente concentrada em torno das nossas plataformas comerciais em Londres, Nova Iorque e na Ásia e os nossos negócios internacionais de cartões de crédito. A restante parte do Grupo foi portanto designada como não essencial e deve ser encerrada, além do encerramento gradual da herança da carteira de ativos não essenciais.

Portanto, sujeito à aprovação dos acionistas e regulamentar, decidimos reduzir a nossa participação do Barclays Africa Group Limited a um nível onde seja possível alcançar a desconsolidação contabilística e regulamentar logo que possa ser executada. Vendemos ou estamos em processo de alienar o saldo de operações bancárias de retalho fora do Reino Unido. Vendemos ou colocámos à venda as nossas empresas de Banca Privada Internacional situadas fora da região do Reino Unido, Mônaco e Genebra. Na Banca de Investimento retirámo-nos de nove países, comercialização de ativos monetários fora de Nova Iorque e Londres, toda a atividade de negociação cambial fora dos nossos principais centros e determinados produtos mobiliários comercializados nos EUA. O capital libertado será utilizado para sustentar a nossa solidez do capital no futuro.



Uma Nova Estrutura Empresarial

Na sequência da decisão estatutária no Reino Unido para ring-fence da banca de retalho e pequenas empresas do Reino Unido até 2019, decidimos antecipar a criação do novo banco e será feito um pedido para a aprovação regulatória. Quando implementado, (pendente da venda da nossa participação no Barclays Africa Group Limited) resultará em três bancos independentes que atualmente denominamos como 'Barclays UK', 'Barclays Corporate & International' e 'Barclays Africa', e cada um terá o seu próprio conselho administrativo, diretor-executivo, equipa de gestão e determinados serviços operacionais. Assim sendo, para nos prepararmos para esta nova estrutura, estamos a reorganizar a estrutura divisional com estas linhas. Este foi o benefício adicional de descentralizar o enorme centro empresarial e resulta em uma organização mais simplificada, responsável e de custo inferior. Também melhora a flexibilidade e opções estratégicas do Grupo no futuro.

Sustentar o Desempenho de Resultados Futuros

As decisões para mudar a liderança, para reduzir a nossa exposição a empresas não estratégicas, assim como implementar a nossa estrutura empresarial mais magra devem ter resultados de capital positivos e significativos. Estes são necessários, mas não suficientes. Estamos a investir nos nossos segmentos com as mais altas perspetivas de crescimento e de retorno, incluindo a banca de retalho do Reino Unido e Barclaycard. O Banco de Investimento, mesmo na sua forma mais concentrada, enfrenta perspetivas de mercado imprevisíveis. O Conselho de Administração aprovou um plano de médio prazo que se destina a produzir maiores retornos no futuro, que vamos continuar a seguir de perto. Além disso, o Barclays tem uma estrutura pesada de despesas gerais que precisa de ser racionalizada. Para este fim, demos início a um programa de redução de despesas gerais em todo o Grupo, restrições de contratação, e um número muito limitado de aumentos salariais seniores. Estes devem começar a lidar com estes assuntos sob a nossa supervisão.

Assuntos Históricos de Regulação e Conduta

Continuamos a ser objeto de encargos muito significativos de capital e conduta por reguladores e governos que, francamente, não são sustentáveis. Compreensivamente, têm a sua origem na posição que os bancos engendraram na crise financeira global e em questões de conduta nas quais temos trabalhado arduamente para corrigir. Embora sejam em princípio justificados, na prática alcançaram um nível que está a minar os nossos esforços de transformação, e os dos reguladores, para construir capital e apoiar o crescimento económico. Os bancos são vistos por muitos como organizações impopulares que têm os bolsos bem fundos. Mas esses bolsos pertencem aos nossos acionistas, que pagam sanções devido a rendimentos atuais e futuros que de outra forma iriam construir capital.

Temos metade do tamanho que tínhamos há alguns anos e o estreitamento do nosso enfoque, como resultado de decisões atuais, tornará o Barclays melhor capitalizado e menos e menos sistémico a nível global. Mas conforme emagrecemos o banco, reduzimos a nossa capacidade de pagar encargos de conduta exagerados. Os encargos não são proporcionais com a nossa reduzida dimensão relativamente a muitos dos nossos pares. As nossas multas FX são um exemplo. Pagámos um dos mais altos valores em sanções dos bancos que regularizaram com o governo, mesmo que o delito tenha sido igual, apesar de devido a algumas medidas temos metade da dimensão de outros bancos que regularizaram, e embora obtendo o reconhecimento das nossas alterações culturais e correção após a nossa regularização LIBOR. Quando encargos de conduta consomem os nossos lucros, como o fizeram nos últimos três anos, para os cumprir, não temos escolha além de diminuir a nossa franquia - alienar ou encerrar empresas - que reduz a nossa capacidade para apoiar a verdadeira economia. Uma multa ou sanção de m500€ é o equivalente a empregar menos 1.000 funcionários, encerrar 100 agências regionais de menor dimensão, ou preceder a capacidade de conceder crédito superior a 500M€ a pequenas empresas ou consumidores. O custo social de sanções excessivas é muito real.

Referendo sobre a UE

Consideramos que a continuidade do Reino Unido no seio da UE é do interesse dos nossos consumidores e clientes. Possuímos interesses modestos no mercado interno no continente, mas prestamos serviços significativos a empresas europeias a partir de Londres. Mais importante, estamos fortemente dependentes de uma economia doméstica e internacional bem-sucedida do Reino Unido e sentimos que esta é reforçada pela adesão do Reino Unido.

Obrigado

Hoje, fazer parte de um conselho de administração de um banco não é para pessoas fracas. Quería portanto agradecer ao nosso Conselho de Administração pela contribuição que deram à nossa empresa. Felizmente, o nome do Barclays consegue atrair pessoas com as melhores credenciais. Quería agradecer particularmente a Sir David Walker, meu antecessor, que se aposentou com a nossa AGM em Abril. Ele fez um trabalho incrível ao proporcionar supervisão prudente e uma mão estável e estamos-lhe gratos. Quería mais uma vez agradecer a Antony Jenkins, o nosso anterior Diretor-Executivo por tudo o que fez pelo Barclays. Iniciou o mandato como Diretor-Executivo num momento extremamente difícil para a organização e teve a capacidade de proporcionar a estabilidade necessária e fazer avançar significativamente a cultura e os valores da organização, muitos dos quais foram enfaquecidos. Sir Michael Rake, O nosso Diretor Independente Sénior aposentou-se no final do ano passado após oito anos, e Sir John Sunderland na nossa última AGM após um mandato semelhante e estamos gratos a ambos pela enorme contribuição.

Em especial, gostaria de agradecer aos nossos funcionários em toda a organização por virem todos os dias trabalhar para servirem os nossos clientes, sem os quais não teríamos uma empresa. Também gostaria de homenagear os nossos acionistas que têm passado por um tempo bastante infeliz, mas que sempre nos apoiaram durante esse tempo. A nossa paciência será recompensada.

Um Novo Começo

No centro da tempestade é difícil sustentar ou gerar confiança na organização e no seu futuro. Pela minha parte, enquanto continuamos a ser fustigados por assuntos históricos e pelo ambiente político e regulatório, eu nunca perdi de vista o fim à meada, o caminho a seguir e o nosso eventual sucesso. Foi um ano muito ativo e decisivo para a nossa empresa conforme será o próximo ano. Através de decisões já tomadas, vamos alcançar rapidamente uma base mais estável e produtiva.

Ainda não nos encontramos livres de desafios residuais, incluindo um ambiente económico incerto, bem como sanções regulatórias históricas e correções que nos irão assombrar durante alguns anos. Estamos, no entanto, a trabalhar arduamente para acabar com essas questões. Isto acabará por ser alcançado, embora durante esse período seja de esperar uma atitude mais proporcional dos governos e das autoridades reguladoras em relação aos bancos. No entanto, com base na nossa experiência, qualquer êxito que alcançamos é mais provável que surja através dos nossos esforços.

Prioridades para o Futuro

Agora que voltamos ao essencial, a partir de agora as nossas prioridades são:

- gerar maior valor da nossa carteira de ativos, incluindo fazer com que o Banco de Investimento consiga resultados superiores do custo do capital e o rácio de custos-rendimentos do Grupo inferior a 60%
- executar da forma menos destrutiva de valor a redução das nossas empresas e ativos históricos recentemente designados como não essenciais
- implementar o programa de reforma estrutural, a criação do banco ring-fenced [ativos afetados] e o funcionamento eficaz da nova estrutura divisional descentralizada
- terminar finalmente com os assuntos de conduta histórica
- ser uma empresa mais focada externamente e no cliente, com uma forte ética de desempenho e sustentada por valores sólidos de clientes, pessoas e comunidade.

John McFarlane
Presidente

Revisão do Diretor-Executivo



... com uma estratégia que responde aos desafios futuros do negócio...



“Sinto-me honrado por ter sido escolhido para liderar o Barclays. É uma enorme responsabilidade que não tomo de ânimo leve. Em cada parte do Grupo, tenho ficado impressionado e inspirado pelos nossos colegas e pelo trabalho que fazem para os nossos consumidores e clientes.”

Os nossos resultados em 2015 demonstram um negócio principal que é fundamentalmente forte, com franquias que nos colocam em boa posição, gerando receitas atrativas, com excelentes perspetivas de crescimento e em conjunto já proporcionam um retorno sobre o Património Tangível que é superior ao nosso custo da participação social. A nossa principal tarefa é portanto libertar essas empresas dos maiores fatores que hoje as afundam.

O primeiro são produtos e negócios obsoletos que não são suficientemente rentáveis nem estratégicos para o Barclays - a Nossa Unidade Não Fundamental. O segundo é o impacto continuado de milhares de milhões de libras de despesas de litígios e de conduta que são em grande parte o produto de falhas passadas de cultura.

Vamos abordar ambos estes assuntos rapidamente, com o objetivo de encerrar a maioria destes problemas em 2016. Isto será alcançado através de simplificar o nosso negócio fundamental diminuindo agressivamente as nossas operações Não Fundamentais e resolvendo logo que seja possível as nossas questões remanescentes de conduta, enquanto, ao mesmo tempo, promovemos uma cultura impulsionada por valores fortes em todo o banco que prevenirá a criação de novos problemas.

Fizemos grandes progressos ao simplificar o Barclays ao longo dos últimos anos remodelando o nosso balanço patrimonial, fortalecendo a nossa base de capital, e reduzindo custos.

Tudo isto foi realizado para avançarmos no sentido de nos tomarmos um Grupo que pode gerar os retornos que os nossos acionistas merecem.

Mas, para concluirmos a nossa reestruturação e dar um prazo razoável aos acionistas, devemos agir hoje.

Sujeito a aprovações regulatórias e dos acionistas, se e quando necessário, é nossa intenção reduzir a nossa participação no Barclays Africa Group Limited (BAGL) para uma posição não controlada, não consolidada durante os próximos dois ou três anos.

Esta tem sido uma decisão muito difícil de tomar. O Barclays está em África há mais de 100 anos. Possuímos excelentes franquias em todo o continente, com uma excelente equipa de

O que fazemos

Barclays é um banco transatlântico de Consumo, Empresarial e de Investimento

O Nosso Objetivo

... que se torne o banco de eleição para as nossas partes interessadas...

O nosso foco

...ao prestar serviços de excelência e apoio às nossas partes interessadas...

A Nossa Estratégia

...através de um negócio comercialmente bem-sucedido, gerador de resultados sustentáveis a longo prazo.

*O nosso desempenho estratégico é medido pelo nosso Balanced

administração e colegas dedicados.

Mas enfrentamos um ambiente regulatório onde assumimos 100% da responsabilidade financeira pelo Barclays Africa, e recebemos apenas 62% dos benefícios. A abrangência internacional da taxa bancária do Reino Unido, a margem de segurança do Global Systemically Important Bank (GSIB), requisito mínimo para fundos próprios e passivos elegíveis (MREL) e Total Loss Absorbing Capital (TLAC), e outros requisitos regulatórios apresentam desafios específicos para o Barclays como proprietário. Os retornos que o Barclays realiza da sua participação de controlo no BAGL são significativamente inferiores a 17% de Retorno sobre o Património reportados a nível local.

Devido a estes desafios específicos, consideramos que a redução da nossa posição vai de encontro ao interesse dos acionistas. Considerando o que motiva esta decisão, temos flexibilidade no que diz respeito ao ritmo da redução da nossa participação maioritária e como resultado, executaremos esta alteração do nosso investimento oportunamente ao longo dos próximos dois a três anos.

Reduzir a nossa participação para uma posição não controladora e não consolidada, também melhorará o nosso Coeficiente de Capital Ordinário de Nível 1 (CET1), embora não até podermos desconsolidar BAGL como assunto regulatório. A médio prazo, esta medida irá permitir-nos investir nas franquias fundamentais do Barclays. Também tem o efeito positivo de reduzir o nosso custo base em aproximadamente 2ME, o nosso quadro de funcionários em cerca de 40.000 e, reduz significativamente a nossa complexidade organizacional.

Além de simplificar ainda mais o nosso negócio, também necessitamos acelerar a separação das nossas Empresas fundamentais rentáveis, do arrasto das empresas Não Fundamentais.

Os nossos RWA [Ativos Bancários Ponderados pelo Risco] Não Fundamentais era no início 110ME há dois anos. No final de 2015 reduzimos para 47ME. Ao concluirmos a nossa reestruturação, aproveitamos a oportunidade para sair de outras empresas e regiões marginais, incluindo elementos do Banco de Investimento em nove países, as nossas empresas no Egito e Zimbábue, cartões no Sul da Europa e gestão de cuidados de saúde na Ásia. Como resultado, os nossos RWA aumentam para



Estamos a fazer progressos significativos na concretização do nosso objetivo estratégico de uma atividade empresarial mais simplificada e equilibrada



aproximadamente 55M€ no final de 2015. Prevemos que estas adicionarão de uma só vez 600M€ aos custos Não Fundamentais subadacentes, mas esperamos deixar a maioria destes durante 2016.

As nossas atividades empresariais Não Fundamentais provocam um decréscimo significativo na rentabilidade do nosso Grupo que deve ser eliminado lo mais rapidamente possível.

Assim, o Conselho de Administração decidiu ajustar o nosso dividendo de curto prazo para nos proporcionar a flexibilidade de acelerar a nossa saída de atividades Não Fundamentais. Pretendemos reduzir o nosso dividendo em 2016 e 2017. Esta medida irá ajudar-nos a acelerar a diminuição das atividades Não Fundamentais.

Reconheço a importância de pagar um dividendo significativo como partes dos retornos totais dos acionistas e estou empenhado em fazê-lo no futuro.

Mas, por agora, a redução do dividendo é a escolha certa. Estas são decisões difíceis, mas acreditamos que o valor criado para o acionista ao encerrar as atividades Não Fundamentais excederá enormemente o revés de cortar o dividendo durante os próximos dois anos.

Estas medidas estratégicas irão impulsionar a conclusão da nossa reestruturação e o emergir de um Barclays mais simples e muito rentável.

Também estamos a alterar a forma de estrutura do Barclays para simplificar ainda mais o grupo e preparar antecipadamente os requisitos de ring-fencing do Reino Unido.

O ceme da estratégia do Barclays consiste em desenvolver a nossa força como um banco Transatlântico de Consumidores, Empresas e Investimento, baseado nos dois centros financeiros do mundo, Londres e Nova Iorque.

O Barclays operará como dois departamentos claramente definidos, Barclays UK e Barclays Corporate & International. Barclays UK incluirá o nosso banco líder do Reino Unido, o nosso negócio de cartões de crédito aos consumidores do Reino Unido e desempenha a sua função tradicional de serviços de empréstimos e financeiros para pequenas empresas em todo o Reino Unido.

A empresa tem 22 milhões de clientes individuais e quase um milhão de clientes de serviços bancários para empresas. Somos um dos bancos líderes de mercado no país. Somos o segundo maior gestor de património no Reino Unido e o Barclays é o maior emissor de cartões de crédito na Inglaterra com cerca de 11 milhões de clientes de cartões de crédito no Reino Unido. Barclays UK também continuará a explorar a inovação na prestação de serviços financeiros destinados aos consumidores.

Isto representa uma força formidável. Acabará necessariamente por se tornar o nosso banco ring-fenced do Reino Unido, um banco britânico resiliente, em conformidade com todos os requisitos regulamentares.

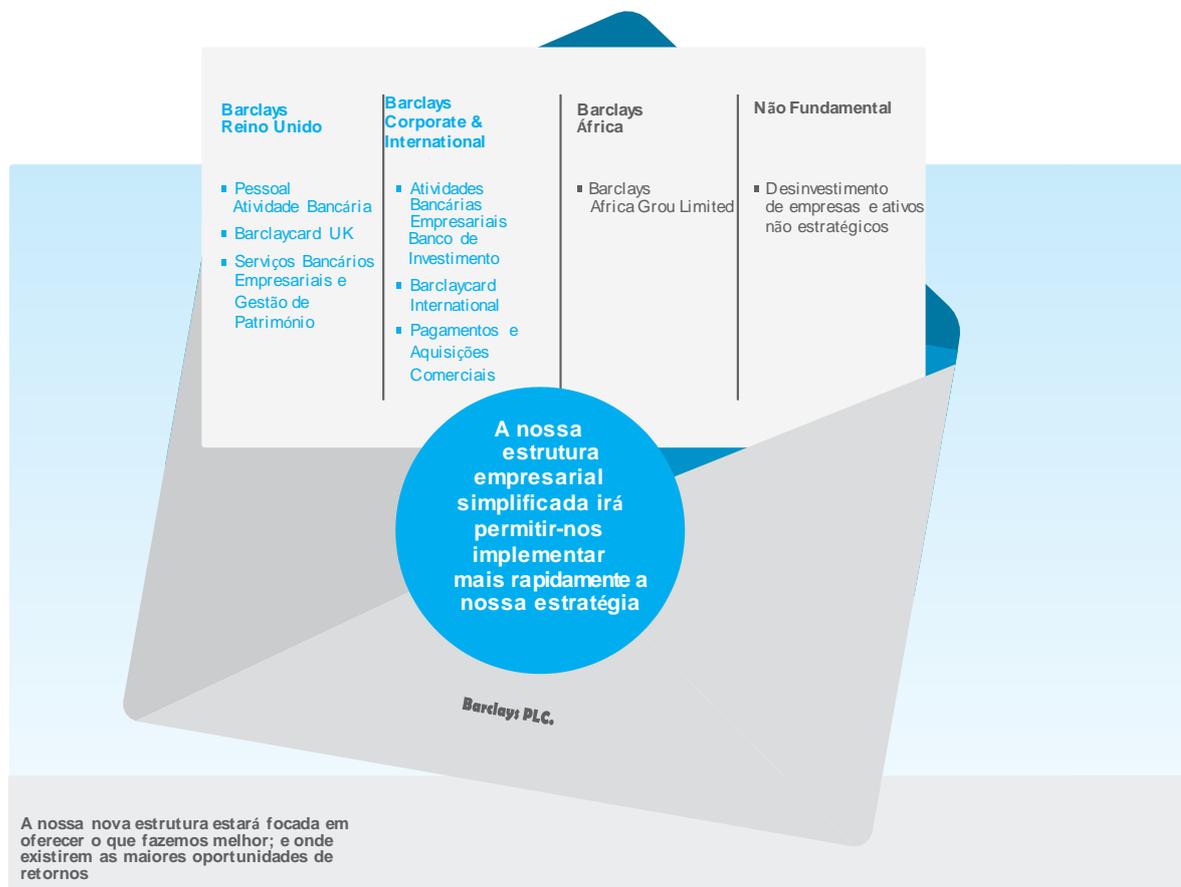
Em segundo lugar, **Barclays Corporate & International** incluirá o nosso negócio bancário Empresarial líder de mercado, as nossas operações Barclaycard na Europa e nos EUA, o nosso suporte volumoso do Banco de Investimento e a nossa oferta Internacional de Gestão de Património.

Barclays Corporate & International tem escala na s operações bancárias por atacado e crédito ao consumo nas nossas principais áreas geográficas, e bom equilíbrio nos seus fluxos de receitas, oferecendo ainda mais resiliência.

Barclays Corporate & International acabará necessariamente por se tornar o nosso banco ring-fenced do Reino Unido. Funcionará como uma unidade forte dentro do Grupo Barclays e complementa totalmente o Barclays UK. É uma coleção estrategicamente coerente de franquias nos serviços bancários a empresas, investimentos, e ao consumidor, criando para nós uma empresa robusta e diversificada.

A nossa abordagem

...entregues através de uma empresa mais simples e melhor estruturada...



Estamos confiantes de que Barclays Corporate & International continuará a ser bem capitalizado com um perfil de financiamento equilibrado, apoiando as classificações de crédito com grau de investimento sólido.

Resumindo, o futuro é brilhante. O Barclays UK e Barclays Corporate & International já se encontram a gerar Retornos de dois dígitos sobre o Património Tangível (RoTE). Estão financeiramente fortes e serão como empresas gémeas e os acionistas e investidores em dívida do Barclays beneficiarão dos fluxos diversificados de receitas que produzem.

Também estamos a simplificar as nossas metas financeiras para o Grupo avançar focado em três métricas chave e tentaremos atingir essas metas dentro de um prazo razoável para oferecer valor aos acionistas.

- **RoTE:** Conforme reduzirmos e arrastarmos os ativos Não Fundamentais sobre os retornos do Grupo, RoTE do grupo irá convergir no sentido do RoTE Fundamental, e conseguiremos retornos atrativos para os acionistas
- **Coefficiente CET 1:** Executaremos o coeficiente CET 1 do grupo a 100-150 pontos base superior ao nosso nível mínimo regulatório
- **Coefficiente de custos e rendimentos:** Reduziremos o coeficiente de custos e rendimentos para inferior a 60%

Daqui para a frente também voltaremos a métricas financeiras normalizadas. O Barclays está em processo de emergir da reestruturação e as nossas futuras divulgações serão baseadas nos nossos departamentos empresariais - Barclays UK e Barclays Corporate & International. Não incluirão rubricas como "custo para alcançar" ou "encargos

do Programa de Reforma Estrutural". Em vez disso, obterá uma apresentação legal simples e clara do desempenho do nosso Grupo. Alcançar os nossos objetivos devem ser realizado ao mesmo tempo em que concluímos a transformação cultural extremamente importante do Grupo.

Há mais de 300 anos, O Barclays foi constituído por um grupo de Quakers. Esses primeiros banqueiros Barclays ganharam a confiança de comerciantes ingleses, e os banqueiros sentiram-se responsáveis como guardiões dessa confiança. O Banco, no início, construiu uma reputação excepcional de integridade. O Barclays tornou-se conhecido pela maneira fundamentada como fez negócios.

Entrei na banca em 1979 porque estava excitado por integrar uma profissão respeitada. Ser bancário nesse tempo era como ser advogado ou médico. Os praticantes da profissão de bancário eram competentes na compreensão dos temas complexos de capital, crédito, poupança e o retorno dos investidores; e eram altamente considerados como conforme utilizaram esse conhecimento para ajudar os consumidores, empresas, investidores e governos, a navegar, com transparência e clareza, no mundo das finanças. Era uma profissão porque estava ligada a um compromisso de integridade.

Uma empresa que mantém a lealdade dos seus funcionários apenas com base na remuneração é uma empresa que joga com a sua cultura institucional. Pretendo que o Barclays seja um banco onde os nossos funcionários escolham trabalhar porque acreditam na instituição e na sua função intrinsecamente valiosa na sociedade.

Esta é uma mentalidade que pretendo para redinamizar todos no Barclays, desde colegas de agência que trabalham na High Street em Manchester, ao banqueiro M&A em Nova Iorque.

No Barclays, a atividade bancária será novamente uma "profissão" e caberá a todos os nossos funcionários promover esse objetivo internamente e encontrar as pessoas

A nossa abordagem

...Que é mais adequada para o nosso ambiente empresarial...



Os nossos motivadores ambientais ficaram mais claros, ajudando mitigar riscos e focar a nossa estratégia



Ambiente económico
O crescimento económico global espera-se que seja modesto durante um período prolongado, fazendo o crescimento de receitas mais desafiante.

Tecnologia e aumento das expectativas
As melhorias tecnológicas melhoraram a experiência dos consumidores e clientes e podem reduzir custos. O investimento necessário pode ser caro a curto prazo, mas gerará recompensas a longo prazo.

Continuamos a ser proativos na adaptação ao ambiente externo

Alterações regulatórias
O impacto das alterações regulatórias tem sido permanente, afetando a sustentabilidade e rentabilidade de produtos, negócios e a formação estrutural dos bancos.

Confiança e conduta
Continuamos a trabalhar para encerrarmos os nossos problemas herdados. O custo de problemas de conduta herdados tem repercussões negativas mas as alterações que estamos a implementar como resposta aos problemas terão um efeito positivo a longo prazo.

que pretendem entrar no Barclays, porque querem fazer parte de uma grande profissão. A profissão de bancário.

Estou ansioso para conhecer investidores na nossa AG e durante o próximo ano e agradeço o vosso apoio conforme continuamos o trabalho de colocar novamente o Barclays no seu devido lugar.

James E. Staley
Diretor Executivo do Grupo

O Barclays é um banco transatlântico de Consumidores, Em presas e Investimento, regido por normas regulatórias globais e locais.

O crescimento da economia global tem sido modesto. O crescimento da economia mundial tem sido modesto nos últimos anos, e políticas monetárias sem precedentes, como a flexibilização quantitativa e taxas de juros próximas de zero e negativas foram aplicadas por vários bancos centrais para estimular o crescimento. Durante a segunda metade de 2015 e em 2016, a conjuntura macroeconómica deteriorou-se, impulsionada pela descida de mercadorias, em particular os preços do petróleo, juntamente com a incerteza económica na China. No Reino Unido, o referendo sobre a continuidade na UE dá origem a incerteza política. Continuamos atentos a essas mudanças e mais, e acompanhamos e gerimos os nossos riscos em conformidade.

A regulação continua a direcionar a atenção para o capital, liquidez e financiamento, para criar um ambiente bancário mais seguro. Em 2015, A Comissão de Política Financeira do Banco de Inglaterra clarificou o quadro geral de capital para os bancos. Esta medida proporcionou maior segurança e permitiu-nos avançar com a nossa estratégia. Reformas que exigem aos bancos separar determinadas atividades, como a reforma estrutural no Reino Unido e EUA, continuam a ser um grande foco e foram contabilizadas na estrutura da nossa estratégia revista, conforme descrito na página 4.

As questões de conduta prejudicaram o Barclays, causando perda de confiança entre as partes interessadas. Continuamos a incorporar a mudança de cultura e melhorar a governança para trabalhar na reconstrução da confiança do consumidor e cliente e confiança dos mercados.

As tendências de digitalização continuam a crescer e o poder da tecnologia elevou as expectativas de consumidores e clientes, o que resultou em novos concorrentes no espaço digital, e aumentou o desafio de derrotar os criminosos do espaço digital. Também reduziram o custo de serviços através da automatização, aperfeiçoamento e inovação de processos, enquanto que as experiências dos clientes são mais rápidas, mais personalizadas e os riscos menores.

Sem uma gestão ativa de riscos para abordar esses fatores externos, as nossas metas de longo prazo poderiam ser negativamente afetadas. a nossa abordagem à gestão de riscos está descrita na página 127, e os riscos materiais existentes e emergentes para o desempenho futuro do Grupo estão descritos na página 119.

A nossa estratégia continua a evoluir para responder eficazmente ao ambiente externo. Consulte a página 4 para obter uma atualização sobre a nossa estratégia.

A nossa abordagem

...e sustentada pela nossa abordagem robusta à gestão de riscos...



A função do Risco é apoiar o Conselho de Administração no estabelecimento do limite e direção do risco declarado; e como uma ferramenta para melhor processo de tomada de decisão nos negócios.

A nossa abordagem ao risco sustenta o nosso percurso para o êxito comercial

Ordem crescente:
Auxiliar a tomada de decisões
Avaliar continuamente
responder e
monitorizar os nossos riscos

Ordem decrescente:
Definir parâmetros
Aplicar as decisões e crescimento empresarial
ao definir altos padrões e um
limite de risco adequado

Para proteger o Barclays de um ambiente externo volátil e fraco, é necessária capacidade de risco elevado. No Barclays as equipas de risco:

- Disponibilizar recursos de risco crítico, incluindo direcionar o limite de risco e o perfil de risco
- definir enquadramentos, políticas e padrões
- disponibilizar desafios secundários fortes e independentes sobre um negócio com base empresarial
- lidar a implementação de iniciativas regulatórias de risco crítico.
- Na execução da nossa estratégia, alguns dos riscos que enfrentamos surgem como resultado das nossas decisões e algumas resultam de processos operacionais, ou do ambiente externo. Classificamos os riscos em cinco tipos:
- Risco de crédito: Prejuízos financeiros se os clientes não cumprirem as suas obrigações contratuais
- Risco de mercado: Lucros ou impacto de capital devido à volatilidade das posições da carteira comercial como consequência de execução de um balanço contabilístico e liquidez de financiamento conjunto
- Risco de financiamento: A falha na manutenção de adequado capital e liquidez
- Risco operacional: Custo devido a fatores humanos, processos inadequados e sistemas ou eventos externos
- Risco de conduta: Detrimento através do julgamento inadequado na execução das atividades empresariais.
- No decorrer de negócios identificamos e avaliamos esses riscos, determinamos a resposta adequada ao risco e monitorizamos a eficácia destas ações e alterações no perfil de risco:
- Avaliação: Indivíduos e equipas que gerem os processos de identificar e avaliar os riscos propostos

- Resposta: Assegura que os riscos são mantidos dentro do limite declarado, o nível de risco que o Grupo está preparado para aceitar enquanto prossegue a sua estratégia de empresarial, e, eventualmente, tomando as medidas de mitigação necessárias
- Monitorização: A monitorização dos riscos identificados é contínua e pró-ativa, e frequentemente pode significar a reavaliação de riscos, bem como alterar a nossa resposta.

Em 2015, a função de Risco e as empresas realizaram avaliações detalhadas dos riscos que o Barclays enfrenta utilizando ferramentas como testes de stress. Estes riscos incluíram os preços mundiais mais baixos da energia e bens de consumo, um abrandamento do crescimento económico da China, ou de quaisquer riscos decorrentes do referendo sobre a UE no Reino Unido. Respondemos às mudanças do mercado apertando os critérios de concessão de crédito em áreas de maior risco e replantando capacidade de risco para setores que oferecem melhores retornos sobre o risco. A administração sénior e o Conselho de Administração estão ativamente envolvidos no controlo desses riscos e disponibiliza orientação de alto nível.

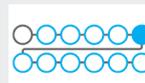
As responsabilidades para a gestão e controlo de riscos estão alinhadas em 3 linhas de defesa com base no modelo de atividades:

- as responsabilidades da primeira linha de defesa recaem sobre os colegas que gerem processos operacionais ou comerciais. São responsáveis pela identificação dos riscos relacionados e pela conceção, funcionamento, teste e correção de controlos adequados para gerir esses riscos.
- conceção de estruturas e políticas e disponibilização de supervisão e contestação independente para garantir a conformidade constituem a segunda linha da função de defesa
- Auditoria Interna do Barclays, a terceira linha, proporciona garantia independente.

Quando adequadamente desempenhadas por todos os colegas de trabalho, estas funções asseguram a existência de um ambiente forte de riscos e controlo no Barclays.

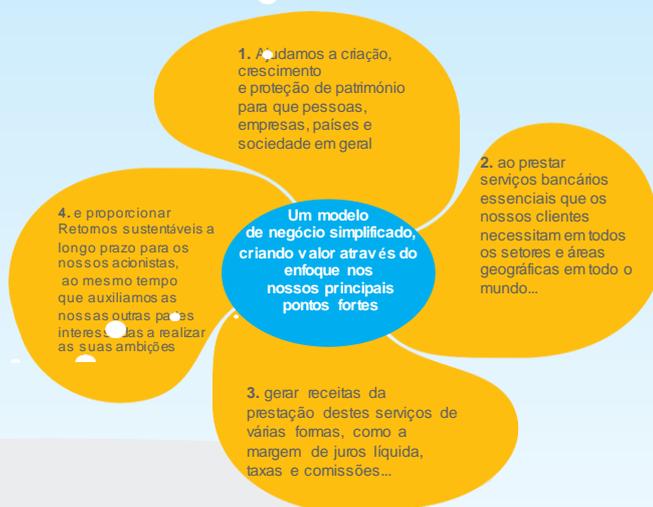
A nossa abordagem

...para uma melhor unidade de criação de valor e retorno sustentável para os acionistas...



A nossa abordagem cria valor para todos os acionistas e oferece benefícios económicos mais vastos para a sociedade:

- serviço de excelência para clientes a nível global
- carreiras estimulantes, com significado e realizadoras para o nosso pessoal, numa organização orientada por valores
- Retornos de longo-prazo para os nossos investidores, baseados em fluxos de receitas diversificadas e risco experiência de gestão
- emprego e crescimento nas economias em que operamos
- envolvimento com governos e sociedade em geral para abordar problemas e necessidades sociais.



Como banco transatlântico de consumo, empresarial e de Investimento, o Barclays oferece um conjunto equilibrado de integrado de produtos e serviços na banca pessoal, empresarial e de investimento, cartões de crédito e gestão de património. Prestamos serviços a pessoas, grandes e pequenas empresas, autoridades locais, sociedades, instituições e governos.

O Barclays procura satisfazer as necessidades dos nossos consumidores e clientes ao oferecer propostas de valor proporcional, focados nos nossos pontos fortes, particularmente nos mercados domésticos do Reino Unido e EUA, e assim proporcionar um fluxo diversificado de receitas e retornos sustentáveis a longo prazo.

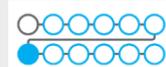
O nosso modelo de negócio foi simplificado através de medidas tomadas nos últimos dois anos. Disponibiliza-nos uma plataforma estável a partir da qual capitalizamos a escala e diversidade das nossas empresas e a qualidade, carácter e os relacionamentos do nosso pessoal.

A criação do Barclays UK e Barclays Corporate & International fortalece ainda mais a nossa proposta de valor e reforça a mistura resiliente de negócios que desfrutamos devido a possuímos um equilíbrio adequado entre fluxos de receitas do consumidor e do comércio grossista.

Por exemplo, a escala das nossas franquias da Banca Empresarial e Banca de Investimento ao prestar serviços a grandes empresas, multinacionais e instituições financeiras que complementam os serviços das nossas empresas de consumo líderes de mercado na banca pessoal, gestão de património e cartões de crédito. Da mesma forma, as nossas soluções de pagamento oferecidas para empresas e consumidores combinam os nossos conhecimentos de pagamentos Banca Empresarial com a nossa experiência de aquisição comercial do Barclaycard.

O nosso alcance e escala internacional significam que temos a responsabilidade - na realidade a obrigação - no seguimento da nossa definição como instituição financeira de importância sistemática global [GSIB], de trabalhar em conjunto com os nossos reguladores para ajudar a reduzir o risco no setor e fornecer um cenário bancário mais sustentável a longo-prazo.

A nossa abordagem ...através da nossa ampla oferta de serviços.



Conforme continuamos a construir o Barclays, acreditamos que podemos ser o parceiro de eleição para todos os nossos consumidores e clientes.

	Individual Financeiras	Empresas de Pequena Orgãos de Soberania Dimensão	Média	Sociedades e Bancos	Instituições e Instituições
Um lugar seguro para poupar, investir e gerir dinheiro	Contas correntes e descobertos				
	Produtos de poupança, depósito e investimento				
	Pagamentos móveis e digitais				
	Serviços de correção de bolsa e trading		Acesso a mercados financeiros globais		
Fundos para compras e crescimen to	Hipotecas residenciais, empréstimos ao consumidor e cartões de crédito	Hipotecas comerciais e empréstimos			
		Finanças de ativos e arrendamentos, finanças de trocas comerciais e fornecedores e soluções			
		Mercados de capital globais			
		Grande crédito a empresas e linhas de crédito			
Gestão de negócios e riscos financeiros	Hedging de taxa de câmbio estrangeiro				
	Empréstimos de taxa fixa				
	Hedging de inflação e de taxa de juro				
Apoio financeiro e comercial	Serviços de consultoria de património e da Banca Privada	Gestores e apoio de relacionamento			
		Seminários de negócios e espaço de	Pesquisa de investimento global, consultoria em fusões e aquisições e especialistas empresariais do setor		

A nossa experiência na oferta de produtos e serviços integrados em todo o espectro de consumidores e clientes

O nosso modelo diversificado de negócio permite-nos fornecer apoio relevante e contínuo aos nossos clientes, independentemente da fase da vida em que se encontrem.

Por exemplo, para pessoas, o Barclays oferece um local seguro para guardar poupanças, pode ajudar um comprador principiante a dar os primeiros passos na escada da propriedade, disponibilizar a pessoas de várias origens ou antecedentes a oportunidade de fazer crescer e gerir o seu património, ou oferecer serviços transfronteiriços de consultoria para pessoas abastadas, como por exemplo, auxiliar membros da família no estrangeiro. Para empresas significa estar preparados para auxiliar empreendedores a constituir uma empresa, financiar o seu crescimento, gerir os seus pagamentos em segurança, expandir internacionalmente, gerir riscos eficazmente e emitir obrigações e participações sociais cotadas.

A tecnologia é um componente fundamental deste serviço que beneficia consumidores e clientes em todo o espectro, independentemente da parte do nosso negócio em que se envolveram em primeiro lugar. A digitalização

e automatização de simples processos bancários aprofunda as relações com os nossos clientes. Por exemplo, a automatização de abertura de contas e crédito sem garantia proporciona maior comodidade aos clientes particulares e empresas. Da mesma forma, a digitalização das transferências cambiais e soluções de pagamento inovadoras permitem às empresas atingir os seus objetivos, da mesma forma que a nossa plataforma comercial de múltiplos ativos permite aos clientes institucionais atingir os seus. Estes são exemplos da forma como o Barclays acrescenta valor e disponibiliza benefícios a todos os nossos consumidores e clientes através da nossa abordagem aos serviços bancários.



Como estamos

O nosso Painel de Resultados mede o progresso e o desempenho face ao nosso objetivo...

Estabelecemos oito medidas chave categorizadas nos 5C pelas quais as nossas partes interessadas nos podem atribuir responsabilidade.

	Métrica	Real 2014	Real 2015	Objetivo 2018
Consumidor e Cliente Página 12	Classificação média ponderada da Relação Net Promoter Score® (NPS) versus conjuntos de pares para Personal and Corporate Banking (PCB), Barclaycard e Banca em África	4º	4º	1º
	Classificação de Franquia de Clientes: Classificação média ponderada da partilha de carteira ou satisfação do cliente com clientes prioritários no Banco de Investimento	5º	5º	Top 3
Colaborador Página 13	Envolvimento sustentável da classificação de colaboradores	72%	75%	87-91%
	% de mulheres na liderança sénior	22%	23%	26%
Cidadania Página 14	Plano de Cidadania - iniciativas dentro do prazo ou antecipadas	11/11	10/11	Objetivos do Plano
Conduta Página 15	Reputação da Conduta (Sondagem YouGov)	5.3/10	5.4/10	6.5/10
Empresa Página 16	Retorno Ajustado na Participação (RoE)	5,1%	4,9%	N/D ^a
	Coefficiente totalmente calculado dos CRD IV CET1 (Diretiva IV de Requisitos de Capital, Capital Ordinário de Nível 1)	10,3%	11,4%	N/D ^a

Nota

^a Consulte as novas metas financeiras estabelecidas na análise do Presidente Executivo na página 4

Género Os membros do Conselho de Administração do Barclays incluem quatro mulheres e dez homens e uma mulher e nove homens na Comissão Executiva do Grupo. Durante 2015 tínhamos o máximo de três mulheres na Comissão Executiva do Grupo. Em conformidade com a Lei das Sociedades de 2006, o Barclays também é obrigado a informar sobre a taxa de género dos nossos colaboradores e administradores seniores. De todo o nosso quadro de funcionários, 129,400 (66,100 homens, 63,300 mulheres), 796 eram administradores seniores (574 homens, 222 mulheres), que inclui Diretores do Grupo, alguns reportam diretamente ao Diretor Executivo, chefes de grandes unidades comerciais, alguns Diretores Administrativos, e administradores nos conselhos de administração de empresas do Grupo, mas exclui pessoas que são administradores no Conselho de Administração da Companhia.

Em 2015 o Painel de Resultados foi utilizado em toda a organização e fez parte do quadro de avaliação dos nossos funcionários, com objetivos de desempenho individual alinhados com 5Cs.

Este ano registaram-se melhorias em toda uma série dos nossos indicadores, especialmente o nosso reforço de capital, conforme medido pelo coeficiente CET 1 e Colaborador. É necessário mais trabalho em algumas áreas, incluindo RoE [Retorno sobre Património]

Os indicadores de Relacionamento de Consumidores e Clientes continuaram estáveis como um forte desempenho em serviços bancários empresariais, combinado com melhorias em contas correntes Barclays, foi parcialmente compensado pelo impacto da reestruturação do nosso negócio de gestão de património. A nossa Classificação de Clientes de Franquia continuou estável em condições de mercado desafiadoras.

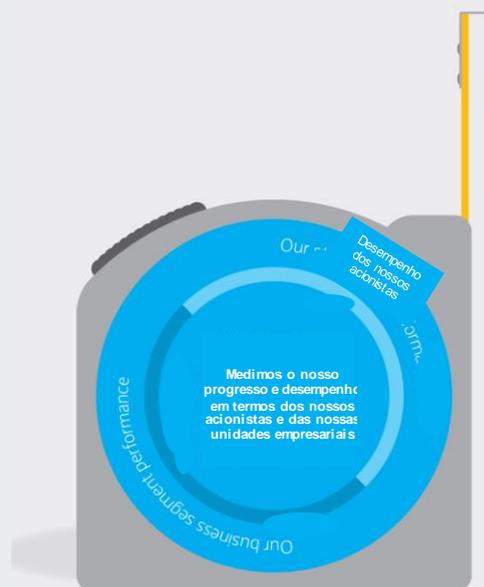
Em Colaborador, pudemos observar uma melhoria no envolvimento de colaboradores e na diversidade de género na nossa liderança, com inúmeras iniciativas para promover igualdade e apoiar os nossos funcionários a demonstrarem serem bem-sucedidos.

No nosso Plano de Cidadania, 10 de 11 indicadores dentro da meta demonstram que temos um impacto positivo nas comunidades em que operamos, com crédito às famílias a única iniciativa a perder o ímpeto, principalmente como resultado das condições de mercado e de negociação.

A Conduta também demonstrou um ligeira melhoria em 2014 no seguimento de um número de medidas que foram tomadas para melhorar os resultados de clientes, apesar de ainda não termos atingido o patamar onde desejaríamos estar.

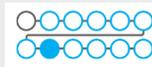
Na Empresa houve um reforço significativo do coeficiente CET1, no entanto, temos muito trabalho a fazer para oferecer um retorno aceitável aos acionistas, com RoE a descer ligeiramente em 2014.

Há muito trabalho a fazer e continuamos focados em melhorar o nosso desempenho equilibrado para colaboradores, consumidores e clientes, comunidade em geral e acionistas.



Como estamos

...para os nossos Consumidores e Clientes pretendemos ser o banco de eleição...



O que fazemos

- Na construção da defesa do cliente continuaremos a:
 - continuar a investir na nossa marca e a atratividade de propostas aos consumidores e clientes
 - trazer uma maior responsabilização às pessoas mais perto dos clientes
 - inovação através de tecnologia importante para os clientes e a transformação da rede de agências
 - desenvolver modelos de serviço personalizados para as necessidades de mudança dos nossos consumidores globais e base de clientes
- A meta para 2018 é ser 1º em NPS e Top 3 na Classificação de Franquia de Clientes

Como estamos

Relação da NPS

2015 viu o desempenho melhorado nos mercados retalhistas do Reino Unido com pontuações NPS aumentadas para os cartões de crédito do Barclaycard UK e contas correntes do Barclays. Em 2015 concentrámo-nos em aperfeiçoar os principais pontos de contacto de clientes para os nossos clientes de retalho que nos contactam na agência, pelo telefone ou por canais online. Também lançámos a nossa oferta Barclays Blue Rewards para os clientes de retalho do Reino Unido e medimos as percepções melhoradas do valor como resultado. No Reino Unido, Barclaycard continuou a introduzir ofertas de transferência de saldo e produtos inovadores de planos de pagamento líderes de mercado.

De outra parte, em todas as nossas franquias de clientes mantivemos um desempenho muito forte no mercado bancário empresarial, onde ao longo do ano, temos disputado a posição de liderança entre os nossos pares. As nossas classificações NPS para o nosso negócio de Gestão de património der raparam conforme saímos do mercado dos EUA.

Registámos melhoria das pontuações NPS em mercados fundamentais, o progresso aceitável no sentido da nossa meta do Grupo para 2018 vai exigir-nos em última instância superar os nossos pares - além de melhorar o nosso próprio desempenho pontuações. Acreditamos que estamos bem posicionados para alcançar este objetivo, aproveitando a tecnologia para acelerar a transformação da interação dos consumidores e clientes. Transformar globalmente a natureza da banca através de inovações como Barclays Mobile Banking, Pingit, Mobile Cheque Imaging e Video Banking será fundamental para o nosso êxito

Classificação de Franquia de Clientes

A nossa 5ª classificação de 2015 oferece uma forte plataforma a partir da qual uma forte plataforma a partir da qual se pode construir, conforme ambicionamos o nosso objetivo de fazer parte do 'top 3' com os nossos clientes alvo. Procuramos atingir este objetivo, ao concentrarmo-nos nas seguintes áreas chave:

- alinhar ainda mais a nossa estrutura às necessidades do cliente: Como parte da Análise Estratégica, em 2014 juntámos as equipas Títulos e Crédito na mesma gestão para fornecer uma abordagem mais integrada. Em 2015 implementámos medidas para continuar a alinhar as equipas em toda a Banca e Mercados para prestar um serviço completo aos clientes abrangendo a emissão primária e comercialização secundária
- aperfeiçoar a informação da gestão de clientes: Investimos tecnologias e recursos na nossa gestão da informação e na análise que nos permitem fornecer soluções mais agradavelmente direcionadas aos nossos clientes
- investir em pessoas e conduta: A qualidade dos nossos funcionários e a forma como fazemos negócios é fundamental para construir e manter relacionamentos fortes com os nossos clientes. Estamos empenhados em atrair e manter os melhores talentos para servir os nossos clientes e ajudá-los a atingir as suas ambições. O Banco de Investimento continua focado no fortalecimento do enquadramento de Conduta e será disponibilizada formação em Conduta de Risco durante o ano para colaboradores.

Caso de estudo

O Barclays tem liderado um novo serviço inovador nas nossas agências. Os clientes com uma incapacidade ou deficiência podem agora inserir as suas necessidades e preferências de acessibilidade para uma aplicação opcional de descarregamento gratuito, juntamente com o seu nome e uma fotografia sua. Os dados são 'acordados' e passados discretamente a qualquer agência participativa quando o cliente entra no alcance do seu sinal Bluetooth. Um membro do pessoal é alertado da chegada do cliente e pode proativamente adequar o serviço prestado, de acordo com os desejos expressos, tornando a comunicação e interação mais fácil e mais agradável para ambas as partes. Sabemos como pode ser cansativo para alguns clientes voltar a articular as suas necessidades de acesso cada vez que visita a agência, por isso usamos os seus comentários para dirigir o sentido do projeto. Para obter mais informações, visite os sinalizadores www.barclays.co.uk/

Métrica do Painel de Resultados

	Real 2015	Real 2014	Real 2013
Classificação média ponderada da Relação Net Promoter Score® (NPS) vs. peer sets para PCB, Barclaycard e Banca em África vs. Rank	4º	4º	3ª
Classificação de Franquia de Clientes: Classificação média ponderada da partilha de carteira ou satisfação do cliente	5º	5º	N/D

a Barclays Bank plc produz a PCB como parte da Estratégia de maio de 2014
a qual os Clientes empresariais contribuem atualmente para a métrica da NFS e
Banca de Investimento a classificação de Franquia de Clientes.

Como medimos o sucesso

- O sucesso comercial em todas as nossas empresas depende do aval permanente dos nossos clientes
- A concorrência por consumidores e clientes nunca foi mais forte. Em 2015 foram observados níveis de alteração sem precedentes nos nossos principais mercados de retalho do Reino Unido e intensa concorrência nos mercados empresariais
- A Classificação da Relação NPS fornece uma medida simples de defesa do cliente e indica o potencial de crescimento em todo o nosso franchise
- Uma classificação amplamente utilizada no setor bancário e noutras indústrias que facilita a avaliação do desempenho global, simplifica a definição de objetivos e identifica as melhores práticas, trazendo a voz do cliente ao coração do Barclays. É ponderada pelo rendimento utilizando a divisão da satisfação do cliente
- Para o setor da banca de investimento, a NPS não é amplamente medida. Portanto, uma 'Classificação de Franquia de Cliente' é calculada ao medir a utilização dos nossos produtos e serviços por clientes alvo. É uma classificação ponderada pelo rendimento da nossa quota global de clientes em todo o Banco de Investimento
- Melhorar a nossa classificação junto destes clientes é um indicador-chave da eficácia na satisfação das suas necessidades, apoiando a entrega de melhores retornos para o Barclays



Como estamos

...criar um ambiente onde os nossos

Colaboradores possam realizar o seu potencial...



O que fazemos

Os nossos colaboradores continuam fundamentais para o sucesso do Barclays, e nós continuamos empenhados em investir neles e assegurando que estes estão habilitados para prestar consistentemente forte desempenho ao longo do tempo.

Fomentar uma cultura de inclusão e diversificada, onde todos os colegas de trabalho podem atingir o seu potencial, continua a ser um enfoque central da empresa:

- através da diversidade, ganhamos uma maior amplitude de perspectivas
- através da inclusão estas perspectivas alimentam a inovação.

Por sua vez, isso garante que prestamos serviços e produtos inovadores líderes de mercado, permitindo que os nossos diversos clientes alcancem os seus objetivos.

Métrica do Painel de Resultados

	Real 2015	Real 2014	Real 2013
Pontuação do Envolvimento Sustentável dos	75%	72%	74%
% de mulheres na liderança sénior	23%	22%	21%

Para impulsionar o nosso progresso no sentido da paridade de género, continuamos a medir o número e percentagem de mulheres em cada nível da organização. Observamos o avanço continuado no sentido da nossa meta de género em 2018 de 25% de mulheres em cargos de liderança; em 23% até ao final de 2015. A representação feminina em toda a empresa aumentou novamente, sustentando uma tendência crescente de 1% ao ano desde 2012. O Envolvimento Sustentado

Como medimos o sucesso

Aumentar a representação das mulheres em cargos seniores, e construir um fluxo robusto de talentos diversos permanecem prioridades. Ferramentas práticas de gestão de talentos estão no local para implementar a mudança tangível, que varia entre o nosso programa de formação preconceitos inconscientes globais, para garantir a diversidade reflete-se nas listas candidatos e painéis de contratação. Programas de patrocínio alvo e de orientação ligam os líderes com talento a aparecer, com redes e fóruns todos apoiando ativamente o nosso pessoal a atingir o seu potencial. Coletivamente a nossa abordagem visa contribuir para a cultura e empenho necessário para construir uma maior paridade de género.

Colocamos ênfase no empenho dos nossos colaboradores no trabalho no Barclays, o ambiente que criamos para permitir aos nossos colegas realizarem o seu melhor trabalho e o bem-estar geral dos nossos colaboradores no local de trabalho. Estes aspetos formam o que denominamos Envolvimento Sustentável. Medimos o progresso ao perguntar aos colaboradores como se sentem motivados a trabalhar no Barclays.

Como estamos

Mulheres na liderança sénior

Alcançar a paridade de género requer uma mudança cultural para que continue a permitir e ampliar o diálogo com as partes interessadas internas e externas para promover a igualdade. A nossa pesquisa Destruir Estereótipos em 2015 destacou as principais oportunidades e barreiras para desbloquear o poder económico do empreendedorismo feminino. O nosso Índice de Mulheres na Liderança continua a permitir aos investidores demonstrarem o seu interesse em empresas com liderança diversificada em género. Internamente, continuamos a incorporar princípios de paridade de género nos nossos processos e práticas das pessoas fundamentais. estabelecemos programas de estágios para antigos alunos e de atualização para permitir que as mulheres reiniciem carreiras interrompidas, enquanto o nosso programa Mulheres em Conselhos de Administração prepara os nossos líderes seniores para funções de administrador não executivo externo. A diversidade no nosso próprio Conselho de Administração continua a ser um foco, com as nossa recentemente revista Política de Diversidade do Conselho de Administração que estabelece a nossa intenção de ver a representação feminina no Conselho de Administração aumentar até ao mínimo de 33% até ao final de 2020.

Envolvimento Sustentável

Agora, no seu segundo ano, o inquérito global de opinião do funcionário (A Sua Opinião) foi implementado em todo o Grupo em Outubro de 2015, com a participação de mais de 100.000 colaboradores. O inquérito está em linha com nossa abordagem à escala do Grupo para medir as opiniões dos funcionários, e permite-nos acompanhar de forma consistente o progresso, medir o sucesso e destacar áreas a aperfeiçoar. Este ano o inquérito é mais conciso e focado e oferece uma visão sobre o envolvimento sustentável, o alinhamento do colaborador com os nossos valores, o ambiente de trabalho e percepções da Liderança

Com uma pontuação de Envolvimento Sustentável de 75%, um aumento de 3% relativamente ao ano passado, os nossos colegas de trabalho acreditam firmemente nas metas e objetivos do Barclays, e recomendariam a nossa organização como local de trabalho. Continuamos empenhados em construir sobre a tendência positiva que temos observado no Envolvimento Sustentável em 2015, e utilizaremos as perspectivas do inquérito deste ano para afinar os aspetos da nossa estratégia de funcionários. Esta medida inclui o enfoque sobre como coletivamente tiramos o melhor dos nossos recursos, apoiamos os colegas com uma infraestrutura de tecnologia eficaz. Ao fazê-lo, estamos a criar um ambiente que permite aos nossos colegas avançarem profissionalmente, e prestarem serviços aos clientes do Barclays.

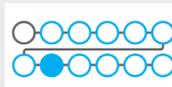
Caso de estudo

Trabalhar com as Nações Unidas (UN) como uma das dez organizações Impact Champion destaca o nosso compromisso em alcançar mais igualdade para as mulheres. Para avançar a mudança cultural no sentido da paridade de género, tomámo-nos um apoiante fundador do movimento liderado pelas Nações Unidas 'HeForShe'. Esta importante campanha unifica esforços e significativamente permite aos homens demonstrarem porque para eles a igualdade é importante. Colegas de trabalho masculinos e femininos, incluindo membros da Comissão executiva do Grupo, assinaram um compromisso 'HeForShe' do Barclays, canalizando o compromisso da liderança para iniciativas chave de género como orientação. Adesão da nossa rede de género a Women's Initiative Network [Rede de Iniciativa das Mulheres] (WiN) também aumentou significativamente conforme os líderes vêm a importância de serem defensores vocais e visíveis da igualdade de género. Desde o lançamento da campanha 'HeForShe', 60% dos novos membros WiN são homens. 'HeForShe' é um aspeto integral da nossa estratégia para permitir que as mulheres atinjam todo o seu potencial no Barclays, e assegurando que as nossas comunidades beneficiam plenamente do seu talento.



Como estamos

...temos um impacto positivo sobre as comunidades em que operamos...



O que fazemos

- Garantir a forma responsável, sustentável e considerar as necessidades abrangentes das partes interessadas quando conduzimos os negócios
- Contribuir para o crescimento ao apoiar as famílias e as empresa
- Apoiar as nossas comunidades ao construir as competências da juventude
- Cumprimos ou ultrapassámos 10 de 11 metas estabelecidas no Plano de Cidadania de 2012-2015 e estamos a desenvolver uma nova estratégia para implementar em 2016

Como estamos

A forma como conduzimos o negócio

A certificação do código de conduta Barclays Way cumpriu a meta com a certificação de 99% dos funcionários. Ultrapassámos a nossa meta para reduzir em 10% as emissões de carbono alcançando uma redução total de 37,3% contra a linha de referência de 2012, impulsionada por iniciativas de eficiência energética operacional e gestão de viagens.

Continuamos a observar uma melhoria moderada nas perceções das partes interessadas, com base nos resultados da Reputação de Cidadania (inquérito YouGov survey), com a nossa pontuação geral a aumentar para 5,24/10 (2014: 5,11/10). O desempenho de pagamento a fornecedores atingiu 86% dentro do prazo, à frente da nossa meta de 85%. Avaliamos os nossos requisitos de informação previstos na Lei da Escravidão Moderna do Reino Unido e continuamos a incorporar e refinar as alterações necessárias ao nosso triagem de fornecedores e políticas e práticas relativas aos direitos humanos, antes de os informar nas nossas divulgações de 2016.

Contribuir para o crescimento*

Devido às condições comerciais e de mercado, falhámos a nossa meta de entregar 150M€ em novos e renovados créditos às famílias, disponibilizando um total de 141,8M€ até ao final de 2015 (2014: 107,7M€). Cumprimos a nossa meta de entregar 50M€ em créditos novos e renovados às pequenas e médias empresas, disponibilizando um total de 50,7M€ em regime cumulativo (2014: 38,5M€). Auxiliámos no aumento de 3,366M€ em financiamento a empresas e governos em regime cumulativo (2014: 2,487M€).

Alcançámos mais de 190.000 participantes em eventos de apoio a pequenas e médias empresas, ultrapassando a nossa meta de 120.000. Também ultrapassámos a nossa meta de recrutar 2.000 estagiários, com um total de 2.263 estagiários no Barclays no Reino Unido (2014: 1.734).

Apoio às nossas comunidades*

2015 marca a conclusão do compromisso do Barclays de 5 Milhões de Jovens Futuros. Entre 2012 e 2015 investimos em programas de apoio a jovens em todo o mundo desenvolvendo competências fundamentais que necessitam para alcançar os seus objetivos. Durante este período chegámos a mais de 5,7 milhões de jovens e investimos quase 262M€ na comunidade contra a nossa meta cumulativa de 250M€. Apenas em 2015, ajudamos a construir o empreendimento, a empregabilidade e as competências financeiras de mais de 1,5 milhões de jovens e investimos 63M€ na comunidade.

Caso de estudo

Conforme as Obrigações Verdes continuam a amadurecer como uma forma de financiar atividades ambientalmente benéficas, o Barclays permanece comprometido no desenvolvimento do espaço.

O Barclays assumiu um compromisso público em 2014 de investir 1mM€ no fundo comum de liquidez até Novembro de 2015. Após cumprir essa meta, comprometemo-nos com um investimento adicional de 1mM€ em Obrigações Verdes em Dezembro de 2015, o que representa um dos maiores investimentos realizados no setor até hoje.

Somos signatários dos Princípios da Obrigação Verde e temos sido um subscritor ativo em uma variedade de transações de Obrigações Verdes para emittentes empresariais, supranacionais e municipais, captando um total de 3,1mM€ em 2015.

Métrica do Painel de Resultados

	Real 2015	Real 2014	Real 2013
Plano de Cidadania – iniciativas a decorrer ou antecipadas	10/11	11/11	10/11

O Barclays atingiu 10 de 11 metas estabelecidas no Plano de Cidadania de 2012-2015. Para obter informações sobre o desempenho detalhado sobre os indicadores subjacentes do Plano de Cidadania de 2015, consulte o Suplemento de Dados de Cidadania de 2015.

Disponibilizamos mais detalhes sobre os nossos programas e uma série de casos de estudo no nosso website em home.barclays/citizenship. Adicionalmente, também disponibilizamos mais divulgações alinhadas com as diretrizes da Iniciativa de Comunicação Global G4, no Suplemento de Dados de Cidadania de 2015, disponíveis em home.barclays/annualreport

Como medimos o sucesso

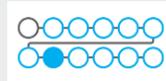
Totalmente integrado com o Painel de Resultados, o Plano de Cidadania incluiu 11 metas para atingir até ao final de 2015. Está disponível a seguir um resumo de desempenho com mais informações detalhadas no Suplemento de Dados de Cidadania de 2015.

Estamos agora a preparar o lançamento do próximo capítulo das nossas ambições de Cidadania, que será ainda mais integrado e com um enfoque mais preciso em acelerar o crescimento partilhado para a nossa empresa e para a sociedade. Esta próxima evolução está profundamente alinhada com a nossa estratégia, presença geográfica e pontos fortes.

Todas as unidades comerciais contribuirão para os nossos compromissos de Cidadania com enfoque onde possam conseguir impacto social positivo. Vemos grandes oportunidades de parceria entre consumidores, clientes, governo, fornecedores e ONGs para criar novas soluções que proporcionem o maior impacto social e retorno para a nossa atividade. A nova estratégia será lançada em 2016.

*Desempenho Cumulativo de 2012 a 2015, salvo indicação em contrário





Como estamos

...agimos com integridade em tudo o que fazemos...

O que fazemos

O Grupo continuou a incorrer em custos significativos devido a assuntos de conduta

- Foram contabilizados encargos adicionais de ressarcimento de clientes, incluindo 2,2mM£ para o custo de correção de PPI [Seguro de Proteção de Pagamentos]
- A resolução destes problemas continua a ser uma parte necessária e importante da estratégia do Grupo
- Há sinais de que estamos oferecendo melhores resultados para os clientes a partir da consideração mais ponderada das necessidades dos nossos clientes.

A meta de 2018 é a obtenção de uma pontuação de 6,5/10 de Reputação da Conduta (inquérito YouGov)

Como estamos

Em 2015 o Barclays fez progressos na medição da sua Conduta, registando uma pontuação de 5,4 (2014: 5,3). 'Funciona de forma aberta e transparente', 'Possui produtos e serviços de alta qualidade' e 'Oferece retorno justo pelo investimento aos consumidores e clientes' registaram melhorias de acordo com a percepção das audiências. o desempenho sobre dois componentes 'Trata bem os funcionários em todos os níveis da empresa' e 'Pode ser confiável' desceram ligeiramente.

Como resultado do aumento da conscientização e consideração precoce do risco de conduta na empresa, foi tomada uma série de medidas para melhorar os resultados dos clientes, incluindo:

- consideração e gestão proativa do potencial detrimento do cliente associado com a estratégia do Barclays para simplificar o seu negócio e produtos. Por exemplo, programas de monitorização de mudança de clientes sujeitos a várias alterações, incluindo plataforma e migrações online
- aplicação dos requisitos mais rigorosos de hipotecas sobre habitação para candidatos de hipotecas de aquisições para alugar, garantindo melhores decisões de crédito
- melhorias em áreas-chave, como subsídio de sobrevivência e procuração e formação contínua para equipar os funcionários de forma a apoiarem os clientes em circunstâncias vulneráveis
- acompanhamento reforçado de vigilância do Banco de Investimento identificando e gerindo proativamente a atividade que parece causar impacto no mercado invulgar
- planos de separação de empresas não fundamentais considerando os resultados dos clientes.

Em 2016 haverá continuação do aperfeiçoamento da gestão de riscos de conduta em todas as estruturas de governança, MI, iniciativas de mudança de cultura, processos de gestão de riscos e gestão de riscos em toda a empresa. Haverá também outras melhorias da forma como são considerados os riscos conduta na estabelecimento da estratégia.

Métrica do Painel de Resultados

	Real 2015	Real 2014	Real Real
Reputação da Conduta	5,4/10	5,3/10	5,2/10

2015, embora o progresso geral sobre a medida esteja em linha com as nossas expectativas e coloca atingíveis as nossas metas para 2018.

Como medimos o sucesso

- A medida da Conduta é desenvolvida através de um inquérito de reputação da Conduta, realizado pela YouGov, entre um vasto leque de inquiridos, incluindo empresas e intervenientes políticos, meios de comunicação social, ONGs, instituições de caridade e outros líderes de opinião
- A pontuação da Conduta para 2015, obtida por dois inquéritos, cada com 2.000 inquiridos, compreende questões relacionadas com a transparência, bem-estar do colaborador, qualidade e valor para o cliente e confiança



Caso de estudo

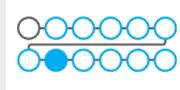
Um cliente do Banco de Investimento, inadvertidamente, foi-lhe atribuída uma taxa de juros inferior de 0,13% (em vez da taxa de juros correta de 0,30%) em operação comercial de depósito em numerário de 100M\$. A equipa de operações identificou a incompatibilidade e apesar de ter o direito legal de prosseguir com a taxa de juros inferior, concordou que o correto era alterar a taxa a favor do cliente.

O Barclays têm equipas implementadas que monitorizam constantemente essas operações, com vista a detetar erros operacionais ou do sistema. Ainda que o Barclays tivesse direito de aplicar a taxa de juro mais baixa (que teria custado ao cliente 130.000£) alterámos a operação comercial a favor do cliente.

Ao nos colocarmos no lugar dos nossos clientes, elegemos alcanças os nossos objetivos de forma correta. Consideramos que os nossos clientes podem confiar em nós no seu melhor interesse, pois assim também garantimos lucros a longo prazo através da fidelização dos clientes.

Como estamos

...gerir eficazmente os riscos para criar retornos sustentáveis para a nossa Empresa.



O que fazemos

Estamos empenhados em oferecer retornos aceitáveis a longo prazo aos acionistas, de forma sustentável, mantendo níveis adequados de capital para permitir ao Banco operar com segurança em condições económicas adversas.

Atingiremos este objetivo otimizando prudentemente o nível, misturando e distribuindo às empresas os nossos recursos de capital, mantendo recursos de capital suficientes para:

- garantir a boa capitalização do Grupo em relação com os requisitos de capital regulatórios mínimos estabelecidos pela PRA e outras autoridades reguladoras
- apoiar a sua classificação de crédito
- apoiar o seu crescimento o objetivos estratégicos.

Métrica do Painel de Resultados

	Real 2015	Real 2014	Real 2013
Rácio CRD IV CET1	11,4%	10,3%	9,1%
Retorno na Participação	4,9%	5,1%	4,3%

Nota:
a Retorno sobre o Património de 2013 (Ajustado) foi revisito para contabilizar a reclassificação de 173M€ de encargos, relativos a hipotecas habitacionais dos EUA relativo a liquidação empresarial com a Federal Housing Finance Agency, para revisões sobre investimentos e títulos em curso, incluindo o

Como medimos o sucesso

Rácio CRD IV CET1 totalmente carregado

- O Rácio CRD IV CET1 totalmente carregado demonstra a força de capital e resiliência do Barclays. Ao assegurar que estamos bem capitalizados em relação aos requisitos mínimos de capital das entidades reguladoras, criamos um banco mais seguro para consumidores e clientes, e para todas as partes interessadas em condições económicas desafiadoras.
- O rácio expressa o capital do Barclays como uma percentagem dos ativos ponderados pelo risco, conforme definido pelo PRA, no contexto da CRD IV (uma diretiva da U.E. que prescreve os requisitos de adequação dos fundos próprios capital e as exigências liquidez), e forma parte do quadro regulamentar que rege a forma como os bancos e instituições depositárias são supervisionados.

Retorno Ajustado na Participação (RoE)

- mede a capacidade da organização para gerar retornos aceitáveis para os acionistas.
- O RoE ajustado é calculado como lucro ajustado para o ano atribuível aos titulares de participações ordinárias da empresa mãe dividido pela média de participação acionista para o ano excluindo interesses de participações não controladas e outro capital. Exclui determinados elementos, incluindo os significativos mas não representativos do desempenho empresarial subjacente.

Como estamos

Rácio CRD IV CET1 totalmente carregado

Em 2015 o rácio CET1 do grupo aumentou em 110 pontos base para 11,4%. O principal impulsionador foi uma redução de 44M€ dos RWA [Ativos Ponderados pelo Risco] para 358M€, demonstrando o progresso contínuo da diminuição de ativos Não Fundamentais em conjunto com reduções no Banco de Investimento. Isto foi parcialmente compensado no capital CET1 para 40,7M€ (2014: 41,5M€). Continuaremos a reduzir os RWA nos ativos Não Fundamentais, e ao mesmo tempo alocar capital para RoE melhorando as oportunidades de crescimento das nossas empresas Fundamentais.

Retorno Ajustado na Participação

O RoE ajustado em 2015 diminuiu para 4,9% (2015: 5,1%) conforme o PBT [Lucro antes da Tributação] caiu em 2% para 5,403M€, impulsionado por um aumento de 24% das perdas de ativos Não Fundamentais antes da tributação de 1,459M€ como resultado do encerramento gradual, parcialmente compensado por um aumento de 3% do lucro de ativos Fundamentais de 6,862M€ antes da tributação. O RoE [Retorno ajustado na Participação] para os ativos Fundamentais foi de 9,0% (2014: 9,2%).

O Grupo estima o seu custo de capital para 2016 em 10,5%

Caso de estudo

O nosso departamento Não Fundamental é responsável pelo desinvestimento de ativos e empresas não estratégicas do Barclays e é conduzido por uma equipa de gestão afetada funcionando com um quadro claro de governança para encerrar gradualmente a unidade e ao mesmo tempo otimizar o valor acionista.

Quando foi criado o departamento Não Fundamental em Maio de 2014, os RWAs [ativos ponderados pelo risco] eram 110mM€. No final de 2015, este valor foi reduzido para 47mM€ como resultado da eliminação de Empresas, encerramento gradual e saída de valores mobiliários e créditos e reduções derivadas de riscos. Os impulsionadores chave da diminuição dos RWAs de 29mM€ em 2015 eram uma redução na carteira de Derivados de 10mM€, redução de 9mM€ em valores mobiliários e créditos e reduções como resultado da venda das empresas de Crédito Seguro do reino Unido e da Espanha. A venda anunciada das empresas de retalho portuguesas e italianas em H215, esperam-se que resultem em mais outra redução de 2,5mM€ de RWAs Não Fundamentais.



Como estamos

A atividade das nossas unidades comerciais reflete o nosso progresso de nos tornarmos o parceiro de eleição...

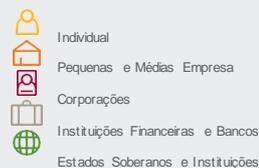
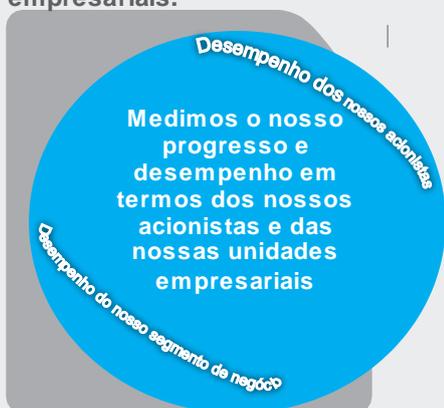
Grupo Barclays: a nossa estrutura, mercados e tipo de cliente em 2015

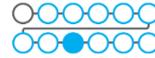
Estrutura do grupo	Mercados	Tipo de cliente
Atividade bancária pessoal e empresarial	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Retalho do Reino Unido ▪ Banca Empresarial ▪ Gestão de Património 	
Barclaycard Consulte as páginas 19-20	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Cartões de crédito do Reino Unido ▪ Cartões de crédito dos EUA ▪ Cartões de crédito empresariais na Europa ▪ Soluções para Empresas 	
Banca em África Consulte as páginas 21-22	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Banca de retalho e empresarial, cartões de crédito ▪ Banca empresarial e de investimento ▪ Gestão de Património e Investimento e Seguros 	
Banco de Investimento Consulte as páginas 22-23	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Mercados ▪ Banca ▪ Pesquisa 	
Barclays Non-Core Consultar a página 24.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Principais empresas não estratégicas ▪ Valores mobiliários e créditos, como créditos empresariais não estratégicos a longo prazo ▪ Derivativos afetados pela regulação 	

O desempenho de 2015 foi informado nas unidades empresariais que operaram durante o ano. Com uma alteração na estrutura para 2016, o próximo documento de correção irá detalhar o desempenho de 2015 de acordo com as novas unidades empresariais.

As páginas seguintes fornecem uma visão sobre a atividade de cada uma das empresas, os produtos que oferecem e os mercados que servem, e como permitem agregar valor ao modelo de negócio do Barclays.

A forma como cada uma das nossas empresas implementa a estratégia será diferente. Por exemplo, a maioria dos nossos colegas de trabalho na Banca Pessoal e Empresarial trabalha na nossa rede de distribuição, enquanto a Banca de África disponibiliza a infraestrutura bancária fundamental para um continente em desenvolvimento. Daí a contribuição de cada uma das nossas empresas será diferente para o Painel de Resultados geral do Grupo, como se vê na página 11. Assim os indicadores nas páginas seguintes demonstram a forma como cada uma das nossas empresas contribui da sua forma individual. A Banca de África contribui para o Painel de Resultados da entidade listada Sul Africana, Barclays Africa Group Limited.





A atividade nas nossas unidades de negócio reflete o nosso progresso para sermos o parceiro escolhido (continuação)

Atividade bancária pessoal e empresarial

“Alcançamos o sucesso quando colocamos os nossos clientes no centro de tudo o que fazemos. Se continuarmos a fazê-lo, seremos o parceiro de eleição no UK Ecosystem.”

Ashok Vaswani
Administrador Executivo,
Atividade bancária pessoal e empresarial



DESEMPENHO DO SEGMENTO DE NEGÓCIOS

Atividade bancária pessoal e empresarial

Contribuição para a receita total do Grupo	201	201
Rendimento (M£)	8 726	8 828
Lucro antes de impostos (M£)	3 040	2 885
RoE ajustado (%)	12,1%	11,9%
Ativo ponderado pelo risco (%)	120,4	120,2



Parceria com o Município de Salford

A nossa capacidade e entusiasmo para apoiar as necessidades mais amplas e não bancárias do Município de permitiu-nos tornar o parceiro de serviços financeiros escolhido para o Setor da Administração Local na área de Greater Manchester.

Trabalhos de perto com a Câmara Municipal de Salford para compreendermos as suas necessidades específicas e delineámos um plano estratégico em conjunto com a Câmara e os seus parceiros, concentrando-nos nas capacidades digitais e em estimular a eficiência ao:

- Utilizar a Barclays Digital Eagles para oferecer sessões grátis de “Code Playground” e “Tea and Teach” em toda a cidade, apoiando os residentes de todas as idades a sentirem-se confiantes nas suas competências digitais.
- Fornecer uma forma mais fácil e conveniente de os residentes pagarem os serviços municipais, ao aderirem ao Pingit da Câmara Municipal de Salford, a nossa solução de pagamentos inovadora.
- Colaborar com a Câmara para desenvolver um portal de comunicação seguro, permitindo que a Câmara partilhe informações com colegas de forma segura e protegida.

O nosso objetivo

A sociedade está a passar por uma revolução digital que está a transformar as vidas e os negócios dos nossos clientes. Acreditamos vivamente que a Barclays tem uma responsabilidade social e comercial para ajudar os clientes e não-clientes a abraçar a novidade e a garantir que ninguém fica para trás nesta jornada digital.

Como o negócio está estruturado e o que oferecemos ao Grupo PCB é uma central elétrica com o potencial de desafiar o tradicional contexto bancário do Reino Unido.

- **Particulares:** fornecimento de produtos bancários simples e transparente a cerca de 14 milhões de clientes, centrando-se em transformar as interações com os clientes através de automatização de operações de rotina e da humanização de momentos importantes
- **Hipotecas:** um motor único com uma força industrial altamente automatizada para fornecer serviços hipotecários a mais de 1.5 milhões de pessoas
- **Banca de Empresas:** uma proposta ponta-a-ponta e um serviço contínuo que apoia quase um milhão de clientes, desde empresas emergentes a pequenas empresas, passando pelas FTSE 100 até à parceria com as principais corporações internacionais
- **Capital:** um negócio diferenciado de gestão de capital e investimento para 35 000 clientes de liquidez elevada e ultraelevada concentrados no UK Ecosystem.

Através da nossa estrutura e avanços de alavancagem em tecnologia, nós podemos inovar para proporcionar experiências relevantes e diferenciadas aos nossos clientes, ao mesmo tempo que reduzimos os custos e melhoramos o controlo.

Ambiente de operação dos negócios

Está em curso uma revolução digital na qual todos esperam e exigem serviços que sejam fáceis de aceder, rápidos e fiáveis. Os clientes contam com a nossa presença, onde quer que estejam e sempre que queiram realizar uma transação. É por isso que estamos a investir na nossa capacidade de oferecer os nossos serviços por via digital e a procurar formas de redefinir a forma como respondemos às necessidades dos nossos clientes. Estamos empenhados em encontrar formas inovadoras de resolver os momentos financeiros do quotidiano, ao mesmo tempo que capacitamos e formamos os nossos colegas para ajudar os clientes sempre que estes precisam de nós.

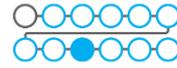
Riscos para este modelo de negócio

Enquanto executamos a nossa estratégia, estamos conscientes de que o mercado externo e o ambiente em que a PCB opera está em constante mudança com um cenário competitivo em evolução e com o aumento das expectativas dos clientes.

Estamos a fazer bons progressos para nos adaptarmos e acompanharmos a evolução de forma a mitigar estes riscos. Por exemplo:

- Estamos concentrados em garantir que os riscos operacionais e comerciais são totalmente compreendidos e abordados de forma adequada
- Estamos a alterar o modo como interagimos com os nossos clientes de forma que irá impulsionar a satisfação do cliente e aprofundar o compromisso do cliente
- automatizar e simplificar processos, controlos, sistemas e produtos
- conduzir a inovação tecnológica para permitir que nossos clientes existentes façam mais connosco.

Continuamos a concentrar-nos na incorporação da consciencialização para a Conduta de Risco através na PCB para desenvolver a nossa cultura baseada em valores e manter os consumidores e clientes no centro de tudo o que fazemos, capacitando os colegas para assegurar os resultados certos para os nossos clientes.



Ano em revista

O ano de 2015 foi um ano de transformação para o PCB. Continuámos a apoiar o crescimento nas comunidades em que operamos, ajudando 17 600 pessoas dar os primeiros passos na direção da propriedade, emprestando 3,6 M£ no Barclayloans e lançando um fundo de 150 M£ para apoiar o rápido crescimento de empresas de tecnologia no Reino Unido.

Ao inovar e aproveitar a tecnologia, nós somos capazes de fornecer soluções simples e relevantes para os nossos consumidores e clientes. Lançámos o Barclays Blue Rewards para fornecer aos clientes uma proposta simples e inclusiva de recompensas digitais, pagando em dinheiro todos os meses, para reconhecer e recompensar a sua relação connosco. Também criámos o FX dinamizado pela aplicação da Barclays, dando aos utilizadores uma ferramenta apenas informativa para comparar taxas e margens FX ao segundo.

Continuámos a usar a tecnologia para facilitar a vida dos clientes em diversas estreias no mercado bancário do Reino Unido. Foram processados mais de 60 000 cheques, totalizando mais de 55 M£, como imagens digitais através de nosso piloto Mobile Cheque Imaging e da parceria entre a Pingit e Camelot, conseguimos criar a primeira opção de pagamento para a lotaria nacional a surgir em mais de uma década.

Fomos o primeiro banco do Reino Unido a lançar o Video Banking, permitindo aos clientes efetuar em segurança as suas operações bancárias através de um serviço digital direto com os nossos colegas especialistas. A nossa tecnologia Serve Anywhere iPad permitiu aos colegas aceder a sistemas de cliente à distância, numa estreia da indústria para qualquer banco a retalho do Reino Unido.

Fizemos avanços significativos na eliminação do risco do negócio e tomámos a decisão estratégica de vender o Barclays Wealth Americas e transformámos o negócio de Capital, com foco na simplificação e inovação nos mercados onde podemos competir em escala. Em 2015, foram considerados o Gestor de Capital do Ano nos Global Investor Awards.

Continuámos a trabalhar para concretizarmos a nossa ambição de nos tornarmos o banco mais inclusivo e acessível em 2015, atingindo mais de 4 000 caixas multibanco com voz, sendo o primeiro banco a lançar um serviço de sinal de vídeo e lançando a carta de condução comunitária – uma aplicação de formação de colegas por módulos para melhor compreender as necessidades e circunstâncias dos diferentes clientes.

Estamos firmemente empenhados em não deixar ninguém para trás, à medida que entramos na revolução digital, com a nossa rede de mais de 15 000 UK Digital Eagles a apoiar os clientes e não-clientes para que se sintam confiantes nas suas competências digitais.

Apenas em 2015, organizaram quase 5000 sessões "Tea and Teach" para ajudar quem dá os primeiros passos no mundo online, mais de 1000 "Code Playgrounds" para ensinar os e seus pais de código e mais de 250 Digital Business Clubs para apoiar as pequenas empresas a aproveitar as oportunidades que a nova tecnologia traz. Também continuámos a ajudar a próxima geração a encontrar um emprego seguro e a gerir as suas finanças de forma mais eficaz, com o número de jovens que participam no nosso programa LifeSkills desde 2013 a atingir mais de 1,8 milhões e quase 3000 colegas que se voluntariaram para realizar sessões LifeSkills no ano passado.

Barclaycard

"Continuamos a construir a nossa herança de inovação, oferecendo uma variedade de soluções líderes de mercado para ajudar os consumidores a fazer pagamentos e os comerciantes a recebê-los."

Amer Sajed
Interim Chief Executive,
Barclaycard



DESEMPENHO DO SEGMENTO DE NEGÓCIOS

Barclaycard

Contribuição para a receita total do Grupo	201	201
Rendimento (M£)	4.927	4.356
Lucro antes de impostos (M£)	1.634	1.339
RoE ajustado (%)	17,7%	16,0%
Ativo ponderado pelo risco (%)	41,3	39,9



Agradar os nossos clientes com o acesso gratuito a educação e pontuações de crédito

Quando a Barclaycard US descobriu que mais de 60% da população dos EUA não verifica regularmente a sua pontuação de crédito, percebeu o impacto disto nas suas decisões diárias, desde alugar um apartamento a obter um novo tarifário para o telemóvel. A equipa fez melhorias na sua aplicação móvel e website de assistência para apresentar aos clientes a Pontuação de Crédito FICO®; os dois fatores-chave que a influenciam; assim como outras informações relacionadas que os clientes deviam conhecer.

Mais de três milhões de titulares de cartões nos Estados Unidos estão agora a visualizar proativamente as suas pontuações de crédito FICO®; cerca de 60% acedem mensalmente e cerca de 35% utiliza a nossa aplicação móvel. Observou-se a diminuição da taxa de delinquência nos clientes que utilizam o serviço.

Com base nos comentários positivos e no envolvimento dos nossos clientes nos Estados Unidos, uma iniciativa semelhante com um parceiro local tem sido desde então assumida no Reino Unido com verificações grátis da pontuação de crédito para todos os nossos clientes do Reino Unido.

®FICO é uma marca comercial registada da Fair Isaac Corporation nos EUA e em outros países.



A atividade nas nossas unidades de negócio reflete o nosso progresso para sermos o parceiro escolhido (continuação)

O nosso objetivo

A Barclaycard tem como missão ser a marca mais recomendada para ajudar os consumidores a comprar e os clientes a vender, todos os dias. Nós fornecemos financiamento para facilitar pagamentos e empréstimos responsáveis a consumidores e clientes com base nas suas necessidades e a nossa apetência de risco. Também tornamos possível que os retalhistas aceitem pagamentos através de diversas soluções de ponto de venda.

Como o negócio é estruturado e o que nós fornecemos ao Grupo A Barclaycard serve consumidores nas duas geografias nucleares da Barclays, o Reino Unido e os EUA, bem como na Alemanha e Sul da Europa. Atuamos também na Noruega, Suécia e Dinamarca, através do nosso joint venture EnterCard. Nós fornecemos cartões de consumidor de marca e multimarca aos nossos clientes e soluções de negócios aos nossos clientes, incluindo cartões comerciais, aceitação de pagamento e ponto de venda. O nosso modelo de negócio é diversificado por geografia e linha de produto e a nossa escala ajuda-nos a ter um forte desempenho financeiro através do ciclo económico.

Ambiente de operação dos negócios

O ambiente de empréstimos e pagamentos do consumidor está a sofrer uma considerável mudança, impulsionada por novos concorrentes e tecnologia, comportamentos do consumidor e regulamentação. A concorrência de agentes tradicionais e não tradicionais está a intensificar, aumentando ainda mais a pressão num ambiente de pagamentos já sobrelotado. O comércio eletrónico e móvel está a mudar as expectativas do consumidor, resultando na necessidade de pagamentos rápidos e fáceis. Ao longo do contexto de pagamentos, a regulamentação está a desafiar os modelos de negócios existentes, mas também está a permitir uma maior aceitação de cartões, à medida que o dinheiro é substituído por pagamentos eletrónicos.

Muitas das tendências acima mencionadas proporcionam oportunidades para a Barclaycard ajudar os seus clientes a atingir os seus objetivos. A nossa estratégia de negócios para o futuro centra-se em oportunidades que representem os interesses dos nossos clientes, e isso ajuda-nos a proporcionar um crescimento sustentável.

Riscos para este modelo de negócio

A gestão do risco é um elemento essencial da nossa cultura. A Barclaycard enfrenta riscos todos os dias que, se estes se concretizarem, podem afetar negativamente os nossos negócios, clientes e colegas.

A Barclaycard está exposta a uma série de riscos e ameaças, incluindo: flutuações macroeconómicas, potenciais choques económicos, mais mudanças na regulamentação, fraude, crimes cibernéticos cada vez mais sofisticados e a capacidade de resistência da nossa infraestrutura nuclear.

Abordamos o risco mediante a consideração rigorosa dos resultados do cliente da forma como definimos e executamos a nossa estratégia e tomamos decisões. Operamos nos limites da apetência do risco acordada para assegurar que mantemos o perfil de risco planeado. A nossa estratégia de em matéria de empréstimos fundamenta-se em critérios evidentes do mercado alvo, garantindo que concedemos empréstimos a quem o crédito é apropriado.

Também abordamos o risco através do nosso modelo de negócios diversificado; inovando para criar novas oportunidades;

identificando formas de responder às mudanças nas exigências dos clientes de forma mais eficiente; e continuando a investir em tecnologia, pessoas e processos.

Exemplos de inovações/negócios este ano

A Barclaycard recebeu inúmeros elogios da indústria em 2015. A nossa banda exclusiva e portátil bPay arrecadou oito prémios da indústria, incluindo "Melhor alternativa de pagamento" nos Card and Payments Awards, no Reino Unido e Irlanda. Desde o lançamento dos nossos terminais de pagamento sem contrato em toda a rede de transportes de Londres, em 2014, foram realizadas mais de 250 milhões de viagens usando mais de 8,7 milhões de cartões exclusivos de 80 países. Finalmente, o nosso negócio nos EUA anunciou uma parceria com JetBlue para lançar um novo programa de cartão de crédito multimarca no início de 2016, complementando a nossa lista de parcerias de prestígio.

Ano em revista

A Barclaycard teve um desempenho inédito 2015. O lucro antes de impostos aumentou 22%, para 1634 M€. O forte crescimento foi concretizado através do modelo de negócios diversificado no consumidor e no comerciante, com o crescimento dos ativos em todas as regiões geográficas. O custo ajustado ao rácio dos rendimentos aumentou para 42% (2014:43 %), enquanto o investimento no crescimento do negócio continuou. O foco dos negócios na gestão de riscos refletiu-se na estabilidade das taxas de delinquência a 30 dias e na melhoria das taxas de perda de empréstimo. Isto resultou numa média do rendimento do capital de 17,7% (2014: 16,0%) e uma média do rendimento do capital corpóreo 22,3% (2014: 19,9%).

O rendimento total aumentou 13% para 4927 M€, impulsionado principalmente pelo aumento nos cartões nos EUA e na apreciação da taxa média do USD em relação à GBP.

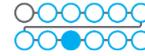
Os empréstimos e adiantamentos a clientes aumentaram 9% para 39,8 M€, refletindo o crescimento em todas as áreas geográficas. Os depósitos de clientes aumentaram 40% para 10,2 M€, refletindo a estratégia de financiamento de depósitos nos EUA.

Em 2015, o valor das transações aumentou 14% e atingiu 293 M€. Mantivemos também a forte tendência de aquisição de clientes dos anos anteriores, pois recebemos mais 4 milhões de novos consumidores e 32 000 novos clientes em 2015, ao mesmo tempo que atingimos um marco importante na Alemanha com mais 1 milhão de consumidores. Também continuamos a melhorar a satisfação do consumidor, oferecendo produtos e serviços importantes para os nossos consumidores, permitindo a simplificação da nossa proposta e impulsionando o envolvimento digital do consumidor.

Fizemos ainda progressos na incorporação de Conduta de Risco no nosso negócio, através do fortalecimento de áreas em torno da governação e cultura, design de produtos e assistência ao cliente, e na incorporação de uma conduta centrada na cultura ao longo do nosso negócio, estando assim empenhados em entregar os resultados certos aos nossos consumidores e clientes.

Com base no nosso compromisso de fazer uma diferença positiva nas comunidades nas quais vivemos e trabalhamos, 69% dos colegas utilizaram a Barclays para apoiar voluntários, angariar fundos ou fazer donativos. Também estamos a tornar a Barclaycard um lugar ainda melhor para trabalhar, com a retenção de mais de 93% dos nossos funcionários com desempenho elevado, 56% de contratação por nomeação interna e 34% de mulheres na administração sénior.

Em 2016, estamos muito animados por assinalar dois marcos significativos da nossa história, comemorando o 50º aniversário da Barclaycard e o 25º ano de atividade das nossas operações na Alemanha. Desde o lançamento do primeiro cartão de crédito no Reino Unido em 1966, a Barclaycard tem continuado a ir além dos limites e a desafiar o *status quo* – inovando os pagamentos de hoje e definindo as possibilidades de como as pessoas vão pagar amanhã.



Banca em África

“No terceiro ano desde a formação do Barclays África Grou Limited, a nossa execução da estratégia está no caminho certo. Estamos bem posicionados para abordar a oportunidade de crescimento em África, para dar o nosso contributo económico positivo nas nossas comunidades e entregar retornos sustentáveis para os nossos acionistas.”

Maria Ramos
Diretora
Executiva,
África Banking



DESEMPENHO DO SEGMENTO DE NEGÓCIOS

Banca em África

Contribuição para a receita total do Grupo	201	201
Rendimento (M£)	3 574	3 664
Lucro antes de impostos (M£)	979	984
RoE ajustado (%)	11,7%	12,9%
Ativo ponderado pelo risco (%)	33,9	38,5

ReadytoWork



Proporcionar crescimento partilhado: Iniciativa ReadytoWork

Em outubro de 2015, lançámos a ReadytoWork, uma iniciativa pan-africana de empregabilidade com vista a capacitar jovens com as competências que precisam para serem bem-sucedidos na transição de uma formação básica para o mundo do trabalho. A ReadytoWork visa abordar o desemprego jovem, fornecendo competências de prontidão para o trabalho através de uma plataforma interativa e gratuita de e-learning. Em parceria com diversas instituições de ensino superior, implementámos a ReadytoWork nos seguintes países: Zâmbia, Seicheles, Botswana, Quênia, Maurícias, Zimbabuê e África do Sul.

Mais de 4500 utilizadores registaram-se de forma independente no portal, que se juntaram aos 64 000 formandos em 325 escolas secundárias na África do Sul, que acedem ao currículo através da nossa parceria com o Departamento de Educação Básica de Gauteng.

O nosso objetivo

Estamos concentrados no nosso objetivo de ser o banco de eleição em África. A nossa estratégia de crescimento baseia-se numa vantagem competitiva única – somos um banco africano que é completamente local, completamente regional e completamente internacional.

Como o negócio é estruturado e o que nós fornecemos ao Grupo
Africa Banking é um fornecedor de serviços financeiros diversificado que oferece um conjunto integrado de produtos e serviços através da banca retalhista e empresarial (RBB), cartões de crédito, banca de investimento e empresas, gestão de capital e investimento e seguros (WIM). Servimos quase 12 milhões de consumidores em toda a África e temos uma presença de longa data em 12 países, inclusive no nosso maior mercado da África do Sul.

A Africa Banking é uma combinação dos resultados do Barclays Africa Grou Limited (BAGL), Barclays Egypt e Barclays Zimbabwe.

Estratégia do BAGL

A estratégia do BAGL é sustentada por quatro temas claros. Primeiro, como um banco africano, investimos em oportunidades de crescimento no continente e fornecemos o acesso aos mercados de capitais africanos e globais. Em segundo lugar, como uma organização centrada no cliente, o nosso objetivo é assegurar que a experiência do cliente continua a ser o nosso foco principal para facilitar a vida dos clientes e ajudá-los a prosperar. Em terceiro lugar, estamos a simplificar o nosso negócio para reduzir os custos e melhorar a eficiência. Finalmente, continuamos a fazer investimentos significativos em tecnologia e automatização.

A nossa estratégia de Banca de Retalho e Empresarial é transformar a nossa principal franquia de retalho na África do Sul e outros mercados africanos. Fizemos grandes progressos na aquisição de novos clientes, melhorámos a experiência do cliente e estamos a investir ativamente em tecnologias móveis e outras. Na nossa Banca de Negócios, estamos a melhorar a eficiência do canal para servir as pequenas e médias empresas. Na nossa Banca de Empresas e Investimentos, concluímos a implementação de uma plataforma integrada dos melhores produtos da categoria para empresas em todos os nossos mercados e estamos a reposicionar o nosso negócio de Mercados. No nosso negócio Gestão de capital, Investimento e Seguros, expandimos para o para a África Oriental, melhorámos o desempenho do nosso negócio de seguros a curto prazo e transformámos o nosso negócio de Gestão de Capital e Investimento num modelo centrado na consultoria.

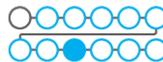
Ambiente de operação dos negócios

Face ao contexto de abrandamento da economia global, as economias de África estão a sofrer baixas taxas de crescimento, em parte impulsionadas pela baixa dos preços dos produtos de base. Na África do Sul, o nosso maior mercado, as recorrentes falhas de energia e a seca tiveram um impacto económico significativo. Em muitos países africanos, os desafios da criação de emprego e acesso à educação de qualidade acessível e a necessidade de uma sociedade mais equitativa e sem discriminação de raça e género, tornaram-se mais cruciais. Enquanto um dos principais grupos de serviços financeiros em África, o nosso objetivo é ter um impacto económico positivo e investir nas nossas comunidades, ao mesmo tempo que proporcionamos retornos sustentáveis aos nossos acionistas.

A indústria em que operamos é altamente competitiva e dinâmica. As tecnologias móveis e outras tecnologias permitem a entrada de novos operadores no mercado e a rutura dos modelos tradicionais, ao mesmo tempo que aumentam a complexidade nas operações e nos ambientes de tecnologia. O BAGL continua a fazer consideráveis investimentos em inovação, dados e automatização para melhorar a experiência do cliente e aumentar a eficiência. A tecnologia móvel, em particular, está a transformar os nossos canais de distribuição em linha com as tendências do setor e dos concorrentes.

Ano em revista

O Africa Banking em 2015 teve um desempenho sólido e fizemos ainda mais progressos sobre os compromissos financeiros que estabelecemos no mercado. O nosso custo ajustado ao rácio dos rendimentos foi inferior em relação a 2014 à medida que o crescimento de rendimentos



A atividade nas nossas unidades de negócio reflete

o nosso progresso para sermos o parceiro escolhido (continuação)

ultrapassou o crescimento de custo abaixo da inflação. O RoE de 8,7% e o RoTE de 11,7% do Africa Banking foi inferior a 2014, embora os rendimentos subjacentes no BAGL tenham aumentado ainda mais. A contribuição dos mercados fora da África do Sul aumentou e está agora acima dos 20% pois estes mercados cresceram mais rapidamente do que na África do Sul. Estamos atualmente no top 3 do rendimento em quatro dos nossos cinco maiores mercados.

Em termos reportados, o lucro antes de impostos diminuiu 1% para 979 M£ e o rendimento total líquido das indemnizações de seguros diminuiu 2% para 3574 M£. O ZAR depreciou contra a GBP em 10% com base nas taxas médias e em 28% com base na taxa de câmbio de fecho em 2015, tendo mais uma vez contribuído de forma significativa para o movimento nos resultados reportados do Africa Banking.

A discussão sobre o desempenho dos negócios que se segue baseia-se nos resultados sobre uma taxa de câmbio constante, salvo indicação em contrário.

O lucro antes de impostos aumentou 11%, refletindo o crescimento de 18% nas restantes operações em África e de 9% na África do Sul. Foi alcançado um bom crescimento nas áreas estratégicas identificadas de RBB e Banca Empresarial na África do Sul, e WIMI, enquanto o negócio empresarial fora da África do Sul foi afetado negativamente pelas imparidades mais altas. A O desempenho da negociação do Banco de Investimento na África do Sul foi menor pois o setor de Rendimentos Fixos, Dívidas e Produtos de Base (FICC) foi afetado por um ambiente volátil.

O total das despesas operacionais do Africa Banking aumentou 5% com a pressão inflacionária, parcialmente compensada por poupanças em programas de custo estratégico, incluindo a reestruturação da rede de filiais, a crescente automatização e racionalização da propriedade.

Os empréstimos e adiantamentos a clientes aumentou 8% para 29,9 £mM (valor reportado) impulsionado pelo forte crescimento da Banca de Empresas e Investimento, resultando no aumento do rendimento líquido de juros no Africa Banking. Os depósitos de clientes aumentaram 11% para 30,6 £mM (valor reportado), refletindo o crescimento do RBB.

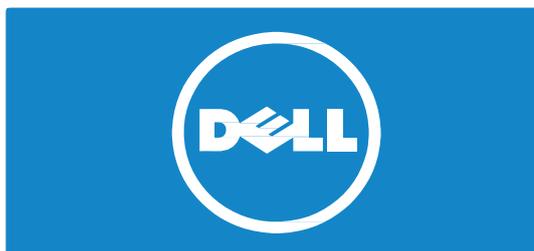
Banco de Investimento

«A partir da nossa posição com mercados locais duplos e um alcance verdadeiramente global, estamos a transformar o Banco de Investimento para que possamos continuar a ajudar os nossos clientes alvo a alcançar as suas ambições.»

Tom King
Diretor
Executivo,
Banco de
Investimento



DESEMPENHO DO SEGMENTO DE NEGÓCIO		
Banco de Investimento		
Contribuição para a receita total do Grupo	201	201
Rendimento (M£)	7.572	7.581
Lucro antes de impostos (M£)	1.611	1.370
RoE ajustado (%)	5,6%	2,7%
Ativo ponderado pelo risco (%)	108,3	122,4



Relações de longa data com os nossos clientes

A Barclays tem tido uma relação de longa data com a Dell, tendo aconselhado a empresa em diversas operações no mercado de capitais, bem como na aquisição da tecnologia Wyse em 2012. Quando a Dell, juntamente com os seus proprietários, Michael Dell, MSD Partners e Silver Lake Partners, concordaram em adquirir a EMC Corporation em 2015 por 67 mM\$, a Barclays atuou como um consultor financeiro da Dell e forneceu o financiamento para a transação.

Esta transação histórica, que representa a maior transação de M&A no setor da tecnologia até à data, criará a maior empresa controlada por privados do mundo com um portfólio integrado posicionado para abordar as necessidades de TI essenciais e em mudança dos clientes.

A Barclays está empenhada em oferecer soluções financeiras inovadoras para permitir que os nossos clientes aproveitem as oportunidades de crescimento e enfrentem os grandes desafios do futuro.



O nosso objetivo

Permitimos o movimento de capital entre aqueles que precisam dele, por exemplo, para fazer crescer a sua empresa ou construir uma nova infraestrutura e para os que procuram gerar um retorno de um investimento. Ao fazer isto, financiamos e facilitamos o crescimento económico mundial, ajudando as pessoas a alcançar suas ambições.

Como o negócio é estruturado e o que nós fornecemos ao Grupo

- O nosso negócio divide-se em três áreas centrais:
- Mercados: oferece serviços de execução, de corretagem e de gestão do risco em toda a gama de classes de ativos, incluindo participação e receita fixa, moeda e seleciona produtos de base.
- Banca: fornece aconselhamento estratégico a longo prazo sobre fusões e aquisições, finanças empresariais e soluções estratégicas de gestão de risco e capacidades de criação de equidade e crédito
- Investigação: oferece a pesquisa de classe multi-ativos e macroeconómica que produz ideias práticas para ajudar os nossos clientes a tomar decisões de investimento informadas

Através desta gama de atividades de negócios, podemos fornecer à Barclays uma diversidade de rendimento e risco, oferecendo uma gama completa de consultoria, financiamento e serviços de execução de mercado para os nossos clientes empresariais, governamentais e institucionais.

Ambiente de operação dos negócios

A o setor da banca de investimento continua a mudar, impulsionado pela evolução da regulamentação, os maiores requisitos de capital e a mudança nas exigências dos clientes.

Isto resultou em diferenças significativas nas respostas estratégicas dos restantes agentes da indústria.

As mudanças que fizemos após a atualização da nossa estratégia em maio de 2014 reequilibrou a nossa carteira de negócios para linhas de negócio centrais nas quais temos forças competitivas e podemos impulsionar retornos mais elevados, ao mesmo tempo que garantimos que continuamos a oferecer um serviço holístico para nossos clientes-alvo. Em janeiro de 2016 anunciamos várias iniciativas complementares para apoiar ainda mais a execução desta estratégia (por exemplo, através de certas saídas de produto e país). O Banco de Investimento continua a fazer progressos em termos de receitas, capitais e alavancagem como definido na atualização da estratégia.

Riscos para este modelo de negócio

O ambiente de mercado permanece desafiador, marcado pela incerteza das macro condições e restrições de recursos. Em simultâneo com as mudanças estruturais na regulamentação, incluindo os novos requisitos de capital e alavancagem, isto colocou uma maior pressão na capacidade do Banco de Investimento para gerar retornos.

As alterações decorrentes de regulamentação nova e iminentes continuarão a afetar o nosso modelo de negócios. Em particular, adaptar a nossa estrutura de negócios em resposta à reforma estrutural será um foco importante nos próximos anos à medida que procuramos cumprir os planos de reforma estrutural globais.

Além disso, a empresa continua a enfrentar riscos de conduta e de litígios. Continuamos a reforçar ainda mais o nosso ambiente de controlo, a evoluir a nossa cultura e simplificar os nossos produtos a fim de minimizar riscos associados.

Exemplos de inovações/negócios este ano

Durante 2015, o Banco de Investimento realizou várias transações que demonstram as suas capacidades de execução, relação com os clientes e a força da franquia. Alguns exemplos notáveis são indicados abaixo.

- Barclays atuou como consultora financeira do cliente de longo prazo Teva Pharmaceutical no seu acordo definitivo de 40,5 \$mM para adquirir o negócio de genéricos Actavis da Allergan
- Barclays executou cinco tranches equivalentes de 6,45 \$mM da BHP Billiton num instrumento de capital híbrido em três divisas
- A Barclays executou grandes negociações estratégicas para clientes, incluindo uma importante negociação de FX na

home.barclays/annualreport

eliminação do setor coreano da Tesco e a estruturação e emissão do maior certificado de equidade da MXN Development adquirido pelos Fundos de Pensão Mexicanos

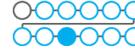
Ano em revista

O Banco de Investimento continua a fazer progressos na sua estratégia centrada na origem, baseando-se em posições de liderança nos seus mercados de origem no Reino Unido e Estados Unidos, ao mesmo tempo que impulsionam a poupança de custos e eficiências RWA. A receita anual permaneceu resistente em 7,6 M£ (2014: 7,6 M£) e a implementação disciplinada de resultou na baixa do RWA de 108 M£ (2014: 122 M£). O PBT do ano melhorou para 1,6 M£ (2014: 1,4 M£).

Continuamos a servir os interesses dos nossos clientes aconselhando-os relativamente a algumas das transações mais notórias do ano e ao ajudar os clientes institucionais a navegar no panorama dos mercados envolventes:

- Mantivemos o primeiro lugar no inquérito anual da Greenwich Associates sobre investidores europeus de rendimentos fixos pelo nono ano consecutivo
- Demos aconselhamentos em várias operações financeiras do ano, incluindo algumas das maiores transações nos setores de Consumo, Tecnológico e Farmacêutico
- Nomeados 'Instituição de Títulos de Dívida do Ano' pela revista IFR em 2015
- Através das nossas atividades de negócios, pretendemos obter um impacto positivo nos nossos colegas e nas comunidades mais alargadas nas quais operamos. Alguns dos resultados notáveis em 2015 estão aqui listados:
- A Barclays direciona o fluxo de capital para atividades ambiental e socialmente benéficas, com uma variedade de linhas de negócios ativamente empenhadas em encontrar soluções dentro dos grupos, geografias e setores industriais dos produtos. Por exemplo, o Banco de Investimentos emitiu mais de 5,6M£ (por ação) dos financiamentos ambientais que contribuem positivamente para a economia de baixa produção de carbono
- O Banco de Investimento participa num programa de estágios de aprendizagem rotativos com a duração de três anos que funciona em várias áreas do Barclays no Reino Unido. Os estagiários receberão uma qualificação equiparada ao grau de licenciatura e um cargo permanente após terem completado o programa
- O Inquérito Interno aos Funcionários evidencia o progresso que continuamos a fazer na transformação dos negócios e da cultura. Os resultados do inquérito apontam para uma melhoria significativa no sentimento de realização pessoal, convicção relativamente aos objetivos e à estratégia do Barclays e a probabilidade de recomendar o Barclays como um bom local de trabalho

O Banco de Investimento permanece centrado no fortalecimento do enquadramento da Conduta. O comité de Risco de Conduta e os subcomités relevantes asseguram que as considerações de conduta estão firmemente enraizadas em todas as decisões de negócios e estratégicas. A formação sobre Risco de Conduta presencial e online para os colegas é realizada durante todo o ano.



A atividade nas nossas unidades de negócio reflete o nosso progresso para sermos o parceiro escolhido (continuação)

Barclays Non-Core

O Barclays Non-Core é responsável pela alienação de ativos e negócios não estratégicos do Barclays.”

DESEMPENHO DO SEGMENTO DE NEGÓCIOS		
Non-Core		
Contribuição para o Grupo	2015	2014
Rendimento (M£)	(164)	1.050
Perda antes de impostos (M£)	(1.459)	(1.180)
Arrastamento de RoE ajustado (%)	(5,1%)	(5,4%)
Ativo ponderado pelo risco (%)	46,6	75,3

Como o negócio é estruturado e o que nós fornecemos ao Grupo

O Barclays Non-Core (BNC) foi formado para supervisionar a alienação de ativos e negócios não estratégicos do Barclays, libertando capital para apoiar o crescimento estratégico no negócio Core.

O BNC junta negócios e ativos que não se encaixam na nossa estratégia para o cliente, que permanecem na subescala com oportunidades de crescimento limitadas, ou que são desafiados pelo quadro de capital regulamentar. Os ativos de negócios Non-Core foram agrupados no BNC que é composto por três elementos principais: negócios principais, títulos e empréstimos e derivativos. Vários negócios geridos dentro do BNC são rentáveis e serão atrativos para outros proprietários.

Todos os negócios do BNC serão reduzidos com o decorrer do tempo, através de venda ou escoamento. Reduzir a base do capital e dos custos irá ajudar a melhorar os retornos do Grupo e entregar valor aos acionistas.~

Critérios para o BNC

Foram utilizados dois critérios para determinar quais os negócios que devem ser colocados no BNC:

- Ajuste estratégico: negócios não orientados para o cliente ou que operam em áreas onde não temos vantagem competitiva
- Retornos tanto da exposição de capital CRD IV e exposição à alavancagem: negócios de capital e/ou utilização intensiva de alavancagem, improvável que atenda os nossos retornos-alvo a médio-prazo

Quase 80 % dos RWA do BNC relaciona-se com a Banca de Investimento Não Central na criação do BNC. Inclui a maioria dos nossos negócios em produtos de base e mercados emergentes, elementos de outras atividades comerciais, incluindo operações relativas a derivativos herdados e negócios não estratégicos. As principais carteiras do negócio Non-Core fora do Banco de Investimento Não Central compreendem todo o nosso negócio retalhista europeu, algumas exposições a empresas europeias e um pequeno número de carteiras Barclaycard e Riqueza.

O BNC é gerido por uma equipa de gestão dedicada a operar numa estrutura de governança clara para otimizar o valor dos acionistas e preservar o máximo valor contabilístico à medida que os negócios e ativos são alienados.

Risco de mercado e ambiente

Para alienar o BNC com sucesso, estamos, em parte, dependentes de fatores do mercado externo. Os lucros provenientes dos nossos negócios e dos nossos ativos, o quantum de RWA associados e, por fim, o apetite do mercado por componentes BNC são todos influenciados pelo ambiente do mercado. Além disso, as mudanças regulamentares no tratamento dos RWA pode afetar significativamente o nosso “stock” de RWA. Estes fatores significam que o ambiente de mercado onde o BNC opera pode ter consequências positivas ou negativas para o nosso perfil de escoamento planeado.

O BNC mantém uma estrutura robusta de gestão do risco por forma a mitigar os riscos inerentes aos nossos negócios e ativos. No entanto, poderá ser necessário tomar ações adicionais, atualmente imprevisíveis para alcançar os nossos objetivos de escoamento, o que pode incluir incorrer em custos adicionais de saída, ou uma mudança na direção da nossa estratégia planeada.

Apesar do ênfase estar na redução dos RWA, a redução dos custos no BNC é também fundamental. Estamos empenhados em garantir que reduzimos ambos, apesar de isto poder não acontecer simultaneamente.

Ano em revista

Os prejuízos antes de impostos aumentaram 24% para 1459M£ devido ao avanço contínuo nas saídas de negócios, títulos e empréstimos e ativos derivativos. Os RWA reduziram de 29M£ para 47M£ incluindo uma redução de 10M£ em Derivativos, uma redução de 9M£ em Títulos e Empréstimos e reduções de Negócios na conclusão das vendas nos negócios de Empréstimos Garantidos em Espanha e no Reino Unido. Espera-se que as vendas anunciadas dos negócios de retalho em Portugal e Itália, que deverão ficar concluídos em H116, resultem em mais uma redução de 2,5M£ em RWA.

O rendimento total líquido de indemnizações de seguros reduziu para uma despesa de 164 M£:

- O rendimento de atividades empresariais reduziu 44% para 613 M£ devido ao impacto da venda do setor espanhol e da venda redução dos ativos da carteira herdada
- O lucro dos Títulos e Empréstimos reduziu para uma despesa de 481M£, principalmente devido às perdas do justo valor e custos de financiamento no portfólio ESHLA, a redução ativa dos títulos, a saída de negócios de bancos de investimento históricos e os ganhos não-recorrentes da venda do portfólio de bancos de retalho dos EAU em 2014
- O lucro dos derivativos reduziu em 76% para uma despesa de 296M£, refletindo a redução ativa dos portfólios e dos custos de financiamento

Os encargos por imparidade do crédito melhoraram em 54% para 78M£ devido a recuperações mais elevadas na Europa e na venda do negócio espanhol.

As despesas totais de operação melhoraram em 40% para 1199M£, refletindo a poupança da venda de Espanha, do retalho dos EAU, de produtos e de vários negócios principais de investimento, assim como uma redução nos custos para conseguir e conduzir e encargos de contencioso.

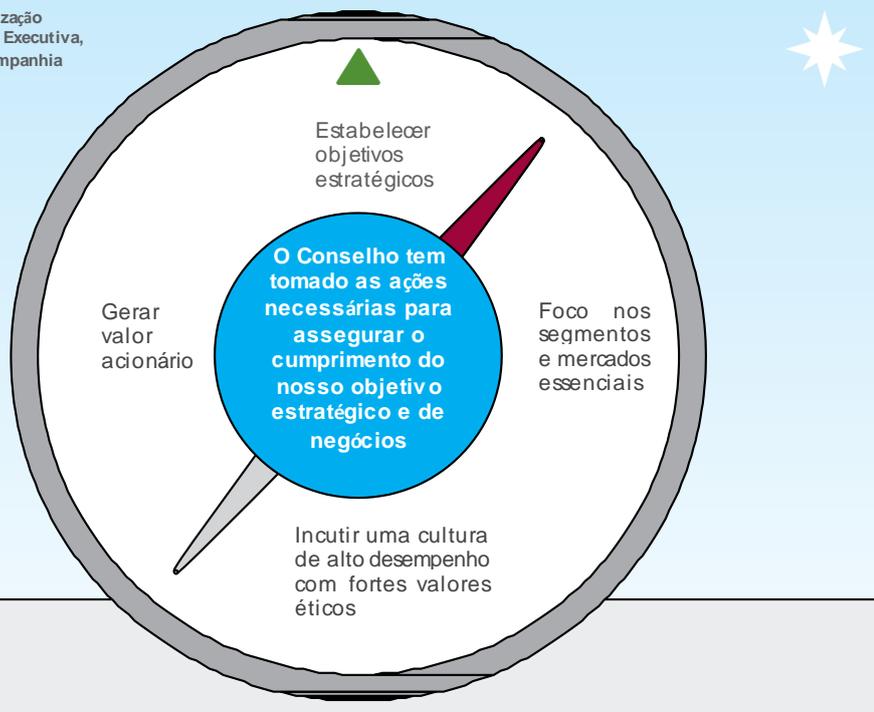
Na totalidade, os ativos reduziram em 36% para 303,1M£, com acordos de recompra reduzidos invertidos e outros empréstimos garantidos semelhantes e ativos instrumentais financeiros derivativos mais baixos



Gerir bem a companhia

O Conselho define as orientações e fornece supervisão e controlo...

O Conselho atua como uma fiscalização e balanço independente da equipa Executiva, cuja responsabilidade é gerir a companhia



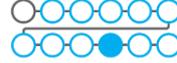
John McFarlane
Presidente

Visão geral da administração

“A supervisão e o desafio construtivo fornecidos pelo Conselho são essenciais para o sucesso estratégico.”

O Conselho é responsável perante os acionistas por criar e alcançar valor acionário sustentável ao aprovar a direção estratégica dos negócios do Grupo. Na nossa busca por valor acionário maior e a longo prazo, temos de manter os padrões mais elevados de governança corporativa, que são a base sobre a qual gerimos o risco e ganhamos a confiança dos nossos acionistas. A forma como governamos o Grupo para alcançar estes padrões é definida no nosso enquadramento de governança, aqui descrito.

Ao tornar-me Presidente em abril de 2015, escrevi aos acionistas a definir as três estratégias prioritárias para o Grupo: para evoluir a estratégia para nos focarmos nos nossos segmentos e mercados essenciais; para reduzir as exposições e ativos não essenciais e alcançarmos os nossos objetivos de níveis de capital; e para incutir uma cultura de alto desempenho com fortes valores éticos. Para cumprir estes compromissos e construir um negócio para o futuro, o Conselho tomou uma ação decisiva para aumentar o foco, a disciplina e a responsabilidade, como é ilustrado brevemente abaixo.



O Conselho define as orientações e fornece supervisão e controlo (continuação)

Foco nos segmentos e mercados essenciais

No decorrer de 2015, o Conselho enfatizou a necessidade de focalizar os recursos nas áreas que são importantes para o Grupo e sair daquelas que não dão o retorno necessário. Aprovámos a estratégia revista para desbloquear mais valor do Banco de Investimento. Discutimos o aumento do ritmo da saída dos Não-Essenciais e durante 2015 o Barclays diminuiu os ativos não-essenciais, dispõe de uma série de portfólios de negócios ou de ativos, resultando na redução de RWA. Estas disposições incluíram as vendas das redes bancárias espanhola, portuguesa e italiana, o negócio Index, as hipotecas FirstPlus, o negócio Wealth nos Empréstimos Garantidos nos EUA e no Reino Unido.

Gerar valor acionário

Apesar de reconhecermos a importância dos dividendos para alcançar os lucros para os acionistas, decidimos que seria prudente reduzir os dividendos em 2016 e 2017. Estamos concentrados em melhorar os lucros para permitir aumentos futuros dos dividendos e para financiar o crescimento. Também avançámos com várias opções para aumentar o acréscimo de capital acima do nível alcançado nos últimos anos, incluindo a libertação de capital de áreas de negócios insatisfatórias e uma redução nas despesas realizada através de poupanças a partir de programas estratégicos de custos. O benefício destes, porém, foi afetado pelos custos de questões relacionadas com conduta de sucessões.

Incutir uma cultura de alto desempenho com fortes valores éticos

Para nos assegurarmos que temos o equilíbrio certo de competências e de experiência para conduzir a estratégia do Grupo à concretização, nomeamos novos Diretores não-executivos no decorrer de 2015, para além da nomeação de Jes Staley como o nosso Chefe Executivo do Grupo. Na qualidade de Presidente, esforço-me por incutir uma cultura de desempenho com uma grande responsabilidade pessoal para permitir que a organização se torne mais eficiente e ágil. Os relatórios de progresso sobre a nossa transformação cultural durante o ano demonstraram que os fatores que contribuem para o risco de execução resultam principalmente de questões culturais relativamente simples. Consequentemente, o Conselho recomendou um vista única de alto nível do portfólio das iniciativas estratégicas para gerir dependências, aproveitar as potenciais sinergias e aumentar a velocidade de realização.

John McFarlane
Presidente

29 de fevereiro de 2016



Pode ler mais sobre o trabalho do Conselho e dos seus Comitês na secção de Governança em home.barclays/annualreport

Enquadramento do Governo Corporativo

Aquilo que o Conselho faz e como o faz sustenta a entrega de sucesso sustentável a longo-prazo. Isto cria um quadro no qual a equipa Executiva pode conduzir o negócio e entregar a estratégia acordada.

Liderança

O Conselho oferece desafios, supervisão e aconselhamento para garantir que a Barclays está a agir de forma correta. O Conselho deve ainda estar atento à necessidade de cultivar futuros líderes e assegurar que existem planos de sucessão robustos.

Eficácia

O Conselho necessita do equilíbrio certo de conhecimento, competências, experiência e perspetivas para ser eficiente. Necessita também ter as informações certas no momento certo para que possa envolver-se profundamente na forma como o negócio está a operar, avaliar o desempenho da equipa Executiva e entender inteiramente os principais riscos e desafios que o negócio enfrenta. O desempenho do Conselho, de cada Comité do Conselho e dos Diretores é analisado anualmente na Análise da Eficiência do Conselho.

Controlo e gestão do risco

Compreender e gerir os nossos riscos bem como melhorar continuamente os nossos controlos é fundamental para a entrega dos nossos objetivos estratégicos. Os comitês de risco do Conselho desempenham um papel ativo no sentido de garantir que a Barclays se compromete em atividades rentáveis sem risco, bem medidas e que apoiam o crescimento sustentável a longo-prazo. No decorrer de 2015, simplificámos e aperfeiçoámos a estrutura dos comitês de risco do Conselho. Dissolvemos o Comité de Risco Empresarial Geral e o Conselho assumiu a responsabilidade de supervisionar o risco empresarial geral. Também revimos as responsabilidades dos outros comitês de risco ao nível do Conselho para que o Comité de Risco do Conselho assumisse a responsabilidade de supervisão do capital e das implicações financeiras do risco operacional.

Remunerações

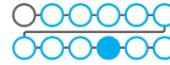
O Conselho garante que as decisões em matéria de remunerações estão alinhadas e apoiam a obtenção da criação de valor a longo-prazo.

Compromisso

As responsabilidades sociais mais alargadas da Barclays significam que estamos atentos a um conjunto mais amplo de partes interessadas. O Conselho assume um envolvimento regular com os acionistas, investidores e outros acionistas para manter relações fortes.

O Conselho

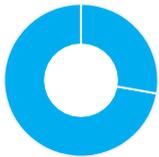
[John McFarlane](#) (68) Presidente do Grupo
[Jes Staley](#) (59) Chefe Executivo do Grupo; Diretor Executivo
[Sir Gerry Grimstone](#) (66) Vice-Presidente e Diretor Independente Sénior
[Mike Ashley](#) (61) Diretor Não-Executivo
[Tim Breedon](#) (58) Diretor Não-Executivo
[Crawford Gillies](#) (59) Diretor Não-Executivo
[Reuben Jeffery III](#) (62) Diretor Não-Executivo
[Wendy Lucas-Bull](#) (62) Diretor Não-Executivo
[Tushar Morzaria](#) (47) Diretor Financeiro do Grupo; Diretor Executivo
[Dambisa Moyo](#) (47) Diretor Não-Executivo
[Frits van Paasschen](#) (54) Diretor Não-Executivo
[Diane de Saint Victor](#) (61) Diretor Não-Executivo
[Diane Schueneman](#) (63) Diretor Não-Executivo
[Steve Thieke](#) (69) Diretor Não-Executivo



Diversidade do Conselho

O dever primordial do Conselho é assegurar que é sólido e eficaz, com uma Administração eficiente e forte. Todas as nomeações para o Conselho têm por base o mérito, tendo em conta o equilíbrio coletivo das suas competências, experiência e diversidade que o Conselho necessita. A nossa Política de Diversidade do Conselho, que está disponível em home.barclays, define a nossa política e objetivos para alcançar a diversidade no Conselho. No final de 2015, havia quatro mulheres no Conselho de Administração (29%), em comparação com a nossa meta de 25% até o final de 2015.

Ao reparar que o relatório de progresso mais recente sobre mulheres nos conselhos da Davies Review sugeriu um objetivo de pelo menos 33% até 2020, o Conselho adotou este novo objetivo para a sua Política de Diversidade do Conselho.



Balanco de Género

31/12/15	4 Diretoras (29%)	10 Diretores (71%)
31/12/2014	3 Diretoras (21%)	11 Diretores (79%)
31/12/2013	3 Diretoras (20%)	12 Diretores (80%)
31.12.12	1 Diretora (8%)	11 Diretores (92%)

Administração

Pessoas

No decorrer de 2015, continuámos o nosso trabalho para melhorar o apoio aos nossos colegas nas suas carreias e para lhes permitir que contribuam para o sucesso a longo prazo do Barclays.

Cultura, valores e aprendizagem

Estamos no terceiro ano de mudança cultural no Barclays. Definimos um conjunto de Valores e Comportamentos comum e incorporámo-lo nos processos das nossas pessoas essenciais para que sejam reconhecidos e compreendidos pelos nossos colegas. Definindo o registo desde o topo, ao realizar a mudança cultural através do nosso Comité Executivo do Grupo e dos líderes seniores de negócios/funcionais, realizámos várias iniciativas que abrangeram todo o grupo para incorporar a cultura organizacional. O nosso programa de desenvolvimentos de liderança é sustentado pelos nossos Valores e assegura que todos os gestores de topo têm consciência de, e estão capacitados para agir como modelos dos nossos Valores e Comportamentos. Tanto a Academia de Liderança do Barclays como a Global Curriculum, que fornece colegas com recursos de desenvolvimento focados em competências pessoais e comportamentais, estão geralmente disponíveis e fornecem uma abordagem consistente ao desenvolvimento essencial e de liderança.

Continuamos a avaliar o alinhamento dos candidatos relativamente aos nossos Valores e Comportamentos através dos nossos processos de recrutamento e promoção e também nos certificamos que os novos colegas frequentam o programa de Iniciação Global "Ser Barclays", que proporciona uma experiência aprofundada dos Valores e da vida no Barclays. Todos os colegas têm de atestar e demonstrar a sua compreensão dos comportamentos esperados através do Código de Conduta Global (The Barclays Way).

Carreiras iniciais e estágios de aprendizagem

O Barclays está empenhado em ajudar o jovens a alcançar as suas ambições quando entram no mundo do trabalho, por esse motivo a nossa proposta Carreiras Iniciais inclui programas para licenciados, estágios e estágios de aprendizagem que proporcionam um apoio estruturado aos jovens. Em 2015 lançámos o Programa de EASTÁGIOS DE Aprendizagem Bolder, dirigido a adultos desempregados de longa duração com idades acima dos 24 anos, o que é algo inovador no Reino Unido e reforça o nosso empenho em resolver problemas sociais e em atrair talentos diversificados.

Oferecemos caminhos para a progressão desde estágios de aprendizagem até licenciados apoiados pelas qualificações reconhecidas e, ao fazê-lo, ajudamos a criar uma cadeia interna de talentos. Em 2015, o Barclays contratou mais de 1000 estagiários, 800 licenciados e criou mais de 2500 estágios de aprendizagem desde 2013. No decorrer de 2015 aumentámos a diversidade de género nos nossos programas de estágio em 8% para 42% de representação feminina.

My Career e ferramenta de orientação

O desenvolvimento dos colegas, tano pessoas como profissional, foi uma prioridade em 2015. Lançámos o portal online "My Career" que oferece uma vasta gama de informação e ferramentas para ajudar os colegas a perceberem o seu potencial e a tomarem decisões informadas relativamente às suas carreias. Reconhecemos a importância de uma boa relação de orientação e instalámos uma ferramenta online para juntar orientadores e orientandos com base nas suas competências e experiência.

Bem-estar

O nosso novo programa de bem-estar, "Be Well", lançado em 2015 tem o objetivo de apoiar o empenho dos funcionários e melhorar a saúde e o bem-estar. O programa inclui os recursos de saúde e bem-estar existentes, assim como novos investimentos em áreas como rastreios de saúde para os funcionários, uma série de conferências globais e um novo portal global que funciona como um acesso a materiais educativos e a eventos.

Gestão de desempenho

Os colegas são encorajados a alinhar os seus objetivos aos objetivos da companhia e da equipa e as expectativas comportamentais são definidas em observação dos nossos Valores. O desempenho é avaliado com base em "o que" os colegas fazem e "como" o fazem. O enquadramento "Valores em Ação" oferece a todos os colegas as ferramentas para avaliarem "que" objetivos alcançaram e "como" os alcançaram, juntamente com um guia sobre os comportamentos esperados segundo os Valores. O nosso plano de reconhecimento global permite que os colegas reconheçam as conquistas notáveis daqueles que evidenciaram os nossos Valores, com mais de 188.500 colegas a receberem um "Obrigado" de Valores em 2015.

Mudança na gestão

Onde foi necessário realizar uma reestruturação da companhia para apoiar a transformação da nossa companhia e do perfil de custos, consultámos os representantes dos funcionários relativamente a possíveis perdas de emprego, assim como os indivíduos afetados. O nosso objetivo tem sido tratar todos os colegas com respeito e evitar compensações obrigatórias sempre que possível. Damos bastante ênfase tanto aos programas de despedimento voluntário como à recolocação interna através do "Internals First".

O Internals First apoia os colegas que foram afetados pela mudança e oferece apoio individual para assegurar que retemos o talento existente no Barclays. O Internals First está implementado em todas as nossas localizações principais e é gerido por uma equipa dedicada. Em 2015, 935 colegas registaram-se para apoio através do Internals First e recolocámos 39% deles dentro do Barclays. Ao longo de 2015, os colegas frequentaram os Eventos Internals First Career e Networking e optaram por serviços de apoio de recolocação.

No decorrer de 2015, também desenvolvemos o "Be Informed", que está disponível para computadores e telemóveis. Este site de apoio intuitivo dá aconselhamento transparente e útil aos colegas que são afetados pela mudança, incluindo sobre a forma como gerir a mudança, outras opções de carreira disponíveis e onde ir para obter ajuda e apoio durante os períodos de incerteza.

Quando um funcionário sai do Barclays no decorrer de uma reestruturação, comprometemo-nos a assegurar que lhe vai ser dado o melhor apoio para a próxima fase da sua carreira e da sua vida. Após uma revisão extensiva, foi implementado um novo serviço de transição de carreira globalmente consistente que oferece aconselhamento e apoio personalizado para todos os funcionários em risco de despedimento.

Relações industriais

Continuamos a defender e a praticar uma abordagem de parceria com as relações industriais e a valorizar as relações que temos com mais de 30 sindicatos, conselhos de empresas e associações de trabalhadores por todo o mundo. Em particular, a nossa parceria formal com a Unite desde 2000 é uma das mais duradouras do Reino Unido. Durante o ano de 2015 continuámos a manter um diálogo regular e construtivo com os representantes do funcionários sobre uma grande variedade de assuntos que afetam os funcionários, facilitado por fóruns de consultadoria regional que juntam os representantes de todos os nossos negócios.

Estamos confiantes de que através de todos estes processos de pessoas essenciais estabelecidos e outros criámos o panorama certo no Barclays para sustentar a cultura organizacional desejada. Também acreditamos que enquanto tivermos um objetivo, Valores e visão comuns, isso pode significar coisas diferentes para diferentes partes da companhia e, portanto, temos de continuar a moldar a nossa cultura de forma que faça sentido para cada uma das nossas áreas de negócio. Para tal, em 2015, cada CEO teve a tarefa de conduzir a cultura organizacional da sua empresa e nós apoiámos esta iniciativa ao implementar academias de formação específicas por todo o Grupo. Isto irá continuar em 2016.

A Sua Visão

A Barclays reconhece a importância de ouvir os colegas e de manter um diálogo bidirecional aberto entre a organização e os colegas. As visões dos nossos colegas moldam as decisões que tomamos, ajudando-nos a criar um ambiente em que os colegas querem trabalhar, o que acreditamos, por sua vez, irá ajudar a alcançar um alto desempenho.

Implementamos um inquérito global aos colegas, "A Sua Visão", mais uma vez em 2015 para procurar as visões dos colegas. O inquérito deste ano foi mais focado, com base nas opiniões retiradas do inquérito do ano anterior e quisemos saber qual a visão dos nossos colegas sobre uma variedade de assuntos, incluindo os nossos Valores, liderança e gestão de linhas, o ambiente de trabalho e cidadania. Os resultados mostraram um entendimento quase global entre os colegas dos nossos Valores e comportamentos relacionados (97% favoráveis) com 81% a concordar que dar exemplo dos Valores é central para criar a cultura certa na Barclays.

Comparando com 2014, os colegas sentem um aumento no sentimento de realização e entusiasmo no trabalho, acreditam mais nos objetivos da Barclays e revelam uma maior probabilidade de recomendar a Barclays como local de trabalho. O Envolvimento Sustentável está nos 75%, um aumento de 3% comparado com 2014. É um bom resultado, sugerindo que as ações tomadas durante 2015 estão a ter impacto, não obstante a mudança continuada e sustentável que experienciamos. Fizemos uma revisão profunda dos resultados do inquérito com todos os líderes seniores e iremos continuar a focalizar os nossos esforços na melhoria do envolvimento dos funcionários em 2016.

A Barclays atualiza regularmente os funcionários relativamente aos fatores financeiros e económicos que afetam o desempenho da companhia ao longo de todo o ano, através de vários canais de comunicação. Estes incluem as comunicações por e-mail do CEO e do líder sénior, briefing packs do gestor de linha, vídeos de entrevistas e pontos de discussão que são distribuídos pelos funcionários todos os trimestres de forma que coincidam com o calendário de relatórios financeiros da Barclays. São todos concebidos para desenvolver consciência e compreensão relativamente aos resultados da Barclays e do ambiente macroeconómico mais alargado e para conduzir o diálogo sobre o significado dos números e de qual deve ser a resposta dos funcionários. Também organizados vários eventos para os funcionários, em cada divisão de negócios e função ao longo de todo o ano, o que dá aos funcionários a oportunidade de ouvir diretamente o CEO, um membro ou líder do Conselho Executivo e de lhes colocar questões. Também introduzimos recentemente uma comunicação "Pergunte os Especialistas" que oferece perspetivas de todo o banco sobre o que significam os resultados da Barclays e como são recebidos pelos diferentes acionistas, como por exemplo investidores, políticos e os meios de comunicação social.

Todos os trimestres são lançadas campanhas para todos os funcionários, cobrindo assuntos como o bem-estar, o reconhecimento e o trabalho dinâmico. A cada trimestre, os colegas e os gestores recebem atualizações interativas informando-os das ferramentas que estão a ser introduzidas para os ajudar a desenvolver as suas carreiras na Barclays e para lhes oferecer a oportunidade de entender e se de envolverem em iniciativas dirigidas aos funcionários. Também mantemos os colegas informados, através da intranet comum e de atualização via e-mail, sobre os progressos que a Barclays está a fazer na atividade, tais como o nosso programa de Diversidade e Inclusão, Gestão de desempenho e processos anuais de Pagamento e Prémios.

Os funcionários são convidados a partilhar a sua opinião sobre como é trabalhar na Barclays através de eventos interativos regulares com líderes sénior. Estes eventos proporcionam aos funcionários a oportunidade de discutir a sua perspetiva sobre uma variedade de áreas para ajudar a gestão de topo a perceber o que está a funcionar bem e onde é que precisamos de melhorar. Quaisquer mudanças que sejam implementadas como resultado do feedback dos colegas são comunicadas através de briefings das chefias e de iniciativas e envolvimento ao nível de um

negócio/função individual.

Os colegas também são encorajados a envolverem-se com o desempenho da companhia ao participar nos shareplans da Barclays, que têm estado a decorrer com sucesso há mais de 10 anos. Mais pormenores sobre a nossa abordagem à remuneração estão incluídos no Relatório de Remuneração, nas páginas 86 e 87.

Diversidade e inclusão

A estratégia global de Diversidade e Inclusão (D&I) da Barclays define objetivos e enquadra os nossos planos para cada um dos cinco pilares principais: Género, LGBT, Incapacidade, Multicultural e Multigeracional. A construção de uma cultura inclusiva é central para cada pilar, e por isso que continuamos a formar competência de liderança sobre o Preconceito Inconsciente e tivemos mais de 10.000 participantes a participar na formação. No seguimento do programa de 2014 para envolver os líderes seniores, o nosso programa "Isms do Quotidiano" abriu este ano o diálogo com os colegas mais amplamente focando-se em estereótipos, pressuposições e preconceitos.

Um aspeto importante do nosso programa D&I é assegurar que as pessoas de todas as origens têm as mesmas oportunidades de se juntarem e progredirem na nossa organização. Para que isto aconteça, estabelecemos uma lista de objetivos de diversidade para os candidatos a cargos sénior para oferecerem concentração durante as decisões de talentos e assegurar que os painéis de contratação são diversificados de forma a alargar as perspetivas de avaliação.

Este etos começa com os nossos cargos mais elevados. Tendo alcançado o objetivo a que nos propusemos em 2012 de aumentar o nível de diversidade do Conselho para 25%, desafiamos-nos agora a alcançar um mínimo de 33% até 2020. Para fortalecer a cadeia, alcançamos consecutivamente os nossos objetivos anuais relativamente à representação das mulheres em cargos sénior para 26% até 2018. Ainda temos trabalho a fazer, mas ficamos satisfeitos quando o progresso para uma maior inclusão é reconhecido. Durante o ano de 2015 organizações respeitadas como a Stonewall no Reino Unido, a Working Mother nos EUA e a Community Business na Ásia elogiaram os nossos programas e conquistas, mencionando o nosso trabalho de D&I como inovativo e robusto.

Género

Manter o progresso relativamente aos nossos objetivos Balanced Scorecard e Diversidade no Conselho continua a ser um objetivo central. Os membros do Conselho contam já com 4 mulheres, com uma mulher no Comité Executivo do Grupo. A nossa população de liderança sénior estava nos 23% no final de 2015, representando um aumento consecutivo de 1% anual desde 2011. As mulheres também estão a liderar nos países onde operamos, por exemplo no Brasil, em Singapura, no Botswana e em Gibraltar.

A todos os níveis, a nossa cadeia de género está fortalecida graças aos programas abrangentes que se focam na capacidade de construção e na promoção da inteligência de género. A nossa campanha interna ElePorEla, em parceria com as Nações Unidas, pede aos colegas que assumam um compromisso específico que irá contribuir para a paridade de géneros. Desde o lançamento da ElePorEla, 60% dos membros da nova Women's Initiative Network eram homens e os homens também desempenharam papéis ativos como mentores e orientadores.

Também novo este ano é o nosso programa de Regresso que oferece a mulheres sénior que precisaram de fazer uma pausa na carreira, a oportunidade de atualizar as suas competências e confiança para se prepararem para regressar aos cargos de liderança. Pelo oitavo ano consecutivo, tivemos o prazer de ser incluídos no Top 50 dos Locais de Trabalho para Mulheres no Reino Unido pelo The Times e pelo terceiro ano consecutivo fomos nomeados pela "Working Mother" como uma das 100 Melhores Companhias nos EUA.

Representação feminina



Representado acima a variação positiva na representação feminina no Barclays de 2014 (2º sem.) até 2015 (2º sem.)

Administração

Pessoas

LGBT

Uma cultura inclusiva é vital para os colegas terem a liberdade e a escolha de trazerem toda a sua personalidade para o trabalho e, em particular, para as pessoas serem abertas acerca da sua orientação sexual se assim o quiserem. O inquérito A Sua Visão viu que 5% dos colegas se identificam como sendo LGBT a nível global, um aumento de 1% desde 2014. A facilitar essa cultura estão os nossos Aliados Globais - colegas de cada região que partilham o nosso compromisso com a igualdade LGBT e que assumem um papel ativo na formação de um local de trabalho inclusivo para LGBT. O programa Aliados é conduzido pela Spectrum a nossa rede de funcionários para todos aqueles interessados nas questões LGBT. Desde 2001, a Spectrum tem sido um grande contributo para perceção e inovação e agora estabelece a ligação entre colegas por todo o mundo, com a Spectrum App a permitir o acesso fora do local de trabalho.

'#PrideHeroes' foi o tema da Pride em Londres, da qual fomos novamente patrocinadores principais em 2015. Mais de 400 colegas, líderes, amigos e familiares juntaram-se para a Pride, com mais a juntarem-se a outros eventos pelas nossas regiões de operação. Um comboio DLR especialmente "embulhado para a Pride" transportou a mensagem "#RidewithPride" por Londres e as máquinas ATM por todo o Reino Unido comunicaram o nosso apoio à igualdade LGBT. As mensagens nas ATM também transmitiram a nossa defesa do DICHBT (Dia Internacional Contra a Homofobia, Bifobia e Transfobia). No dia Mundial da SIDA, o acerto de £ por £ aumentou a recolha de fundos entre colegas para organizações, assumindo a liderança no tratamento e prevenção da SIDA.

O reconhecimento independente reflete o impacto sustentado do nosso trabalho global e motiva-nos ainda mais para continuarmos a moldar a nossa cultura para que os colegas possam ser eles próprios no trabalho. Em Singapura, ganhámos o prémio de melhor rede de funcionários LGBT nos ALMA Awards deste ano e a Stonewall continua a considerarnos uma de apenas oito organizações "Star Performer" que são vistas como líderes a nível global. Colegas de vários níveis foram reconhecidos este ano na lista QUTstanding do Financial Times de 100 líderes empresariais LGBT e na Pride Power List.

Incapacidade

O nosso desejo de nos tornarmos no "banco mais acessível" permanece firme. Compreender onde temos de concentrar a nossa atenção é essencial e é por isso que valorizamos os fóruns Disability Listening para juntar os colegas que têm perceção junto daqueles que têm influência para transformar ideias em ações. Nós também ouvimos os nossos clientes, diretamente e através dos nossos parceiros externos - desde a RNIB até ao Leonard Cheshire - como parte do nosso eito contínuo de melhoria. O seu feedback contribuiu para nos tornarmos no primeiro banco a receber uma acreditação da AbilityNet pela nossa app Mobile Banking, refletindo a sua funcionalidade de acessibilidade melhorada.

Outra esteira, lançámos com sucesso o Retorno Disability Exchange Traded Notes (ETN) no New York Arca Stock Exchange. As ETN são um produto de investimento inédito, relacionadas com o desempenho de um índice desenvolvido em conjunto com O Retorno do Grupo de Incapacidade. Elas proporcionam aos investidores uma exposição às companhias sediadas nos EUA que tomaram ação para atrair e servir pessoas incapacitadas e os seus amigos e familiares na qualidade de clientes e funcionários.

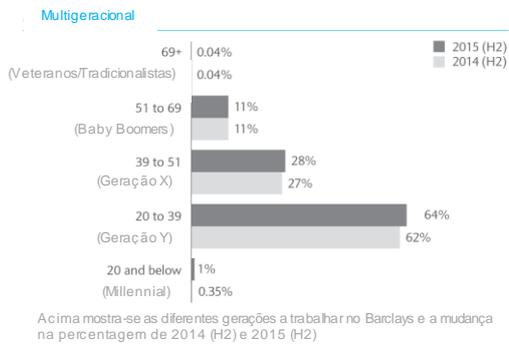
Melhorar continuamente o nosso local de trabalho é um objetivo firme e é por isso que expandimos a "Este Sou Eu" do Reino Unido para uma campanha global. Originalmente focada na saúde mental, através da "Este Sou Eu" os colegas contam as suas histórias sobre como a incapacidade afeta as suas vidas. As histórias contadas através da "Este Sou Eu" incluíam membros da nossa rede de funcionários Reach, que estabelece a ligação entre aqueles que se interessam pela incapacidade. A cultura inclusiva capacitada pela Reach é fundamental para nos ajudar a atrair pessoas com incapacidade, para possam trazer o seu talento até nós. O nosso programa de estágios de aprendizagem é apenas uma possibilidade de carreira que nos certificamos que está completamente acessível a todos.

Os prémios e o reconhecimento de organizações exemplares, incluindo o Business Disability Forum, indicam que somos rápidos a avançar na direção da nossa ambição "mais acessível" mas queremos partilhar a aprendizagem com os outros. Para celebrar e reconhecer o 25º aniversário da Lei Americana de Deficiências (LAD), fomos parceiros com o Gabinete do Mayor de Nova Iorque para organizar o único evento B2B no calendário da LAD para estimular a liderança de pensamento e encorajar parcerias. O inquérito A Sua Visão viu mais de 6% de colegas que se identificaram como tendo uma incapacidade globalmente, um ponto percentual de melhoria relativamente aos resultados do ano anterior.

Reconhecemos que a capacidade é multifacetada. Damos consideração completa e honesta às candidaturas dos candidatos que possam ter uma incapacidade. Os nossos processos de pessoal asseguram que todos os colegas podem progredir nas suas carreiras, com o **treino abrangente e o desenvolvimento e através de ajustes no local de trabalho individualizados realizados com base nas necessidades onde necessários. Os funcionários que se tornaram incapacitados durante o período em que estavam empregados conosco podem aceder a uma gama completa de serviços e apoio que asseguram, sempre que possível, que conservamos o seu talento. As revisões atuais asseguram que os ajustes são atualizados e relevantes para os requisitos individuais, proporcionando a capacidade de os colegas se movimentarem entre funções com apoio consistente.**

Multigeracional

Beneficiamos das várias perspetivas dos funcionários de cinco gerações e temos de nos certificar que o nosso local de trabalho é inclusivo para todos. "Local" e "trabalho" estão cada vez mais a afastar-se, com as alterações na tecnologia e as expectativas geracionais exigem que pensemos e que ajamos de forma diferente. A Dynamic Working, a nossa campanha de assinatura relevantes para todas as fases da vida dos colegas com o slogan "como é que trabalha a sua vida?" encoraja o diálogo sobre a integração das responsabilidades pessoais e profissionais através de formas de trabalhar mais inteligentes. Com a flexibilidade e a agilidade no núcleo, mais de 12.000 gestores de linha e as suas equipas participaram em workshops, apresentações e formações para encetar discussões sobre como é que o trabalho pode ser realizado de forma diferente.



Mudar de carreira é outra altura importante, e é por isso que o nosso programa Transição, Emprego e Reabilitação de Forças Armadas (AFTER) também continua a ver talentos de ex-militares a juntarem-se à nossa companhia, ou a serem apoiados para ganhar competências relevantes para ficarem prontos a trabalhar. O nosso programa "LifeSkills" continua a preparar os jovens para os primeiros passos no mundo do trabalho e a rede Emerge assegura que os novos funcionários, seja qual for a etapa da carreira em que se encontram, se sintam ligados desde o momento em que chegam.

Em Singapura, ganhámos o prémio Most Empowering Company for Mums do National Trades Union Congress, enquanto que nos EUA fomos incluídos nas "100 Melhores Empresas Para Mães Trabalhadoras". No Reino Unido, a nossa abordagem à Atração de Talento foi reconhecida pela Working Mums assim como pela Business In the Community que considerou os nossos programas de estágios de aprendizagem e o "LifeSkills" dignos de prémio.

Multicultural

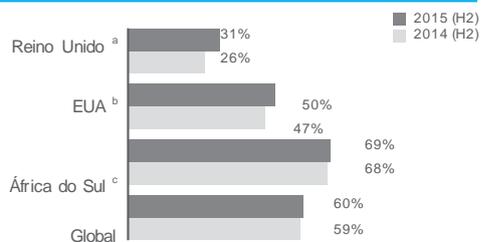
A nossa pegada global cobre mais de 50 países, tornando imperativa a inclusão global. A fomentação das ligações interculturais é possibilitada pela Embrace, a nossa rede multicultural que junta todos aqueles que partilham um interesse pelas questões de raça, etnicidade, nacionalidade e fé.

A Embrace teve um papel ativo na semana interreligiosa, quando os líderes organizaram debates para obter perspetivas e ideias para melhor servir os nossos clientes multiculturais e para envolver os colegas em toda a nossa comunidade global. A Embrace também nos ajudou a marcar datas culturais e religiosos importantes no calendário ao longo do ano de 2015, tais como o Diwali e o Eid, criando comunicações e eventos para dar vida à rica diversidade multicultural do nosso pessoal. No dia a dia, esta diversidade é possibilitada por, por exemplo, uma sala silenciosa em muitas das nossas instalações maiores destinada a oração e reflexão e ao servirmos comida halal e kosher nas nossas cantinas.

Assegurar que as empreendedoras Negras, Asiáticas e Minorias Étnicas (NAME) podem apoiar e desenvolver os seus negócios tem sido um objetivo partilhado através da nossa parceria com o Women's Business Council do Reino Unido e em 2015 também apoiámos os Black British Business Awards para celebrar as conquistas das líderes NAME no Reino Unido.

As opiniões das colegas NAME têm sido colocadas em prática nos nossos processos de atração e recrutamento, incluindo a caracterização dos cargos disponíveis nos locais de trabalho dedicados aos candidatos diversificados e direcionar candidatos de alto calibre para os nossos programas de estágios de aprendizagem. 26% dos nossos estagiários Bolder vêm de um contexto NAME, evidenciando que a nossa abordagem de envolvimento está a funcionar, mas iremos continuar a esforçarmo-nos para assegurar que a nossa força de trabalho é representativa das nossas comunidades.

Multicultural



Acima apresentamos a percentagem de populações pouco representadas que formam as nossas populações globais e regionais. Note-se que as populações pouco representadas são definidas regionalmente para assegurar a inclusão com todos os grupos no local de trabalho

^aReino Unido inclui asiático, misto, negro, outro e não-revelado.

^bEUA inclui hispânico/latino, asiático, misto, negro, outro e não-revelado.

^cÁfrica do Sul inclui africano, indiano, negro e não-revelado.

FTE por região

	2015	2014	2013
Reino Unido	49.000	48.600	54.400
Europa Continental	7.400	9.900	9.800
Américas	10.600	10.900	11.100
África e Médio Oriente	43.600	44.700	45.800
Ásia Pacífico	18.800	18.200	18.500
Total	129.400	132.300	139.600

Os Diretores apresentam o seu relatório em conjunto com a auditoria das contas da Barclays Bank PLC (a "Empresa") para o ano findo em 31 de dezembro de 2015.

secção 414A da Lei das Empresas exige que os Diretores apresentem um relatório Estratégico no seu Relatório Anual. As informações que satisfazem esta exigência podem ser encontradas nas páginas 1 à 27.

De acordo com a secção 414 C (11) da Lei das Empresas de 2006 e, como foi referido no presente relatório dos Diretores, o Banco optou por incluir determinados assuntos adicionais no seu Relatório Estratégico cuja divulgação seria, de outra forma, exigida no presente relatório dos Diretores. Juntamente com o Relatório Estratégico, o Relatório dos Diretores constitui o relatório de gestão para efeitos do DTR 4.1.8R.

Os pormenores dos eventos importantes que afetam a Companhia desde o final do ano financeiro encontram-se nas notas 28 e 44. Uma indicação de prováveis desenvolvimentos futuros é apresentada no Relatório Estratégico.

As outras informações relevantes para o Relatório dos Diretores e, que estão inseridas mediante remissão no presente relatório, podem ser localizadas conforme se segue:

	Páginas
Envolvimento dos Colaboradores	28
Incapacidade	30
Indicadores-chave de desempenho	132
Análise financeira	131
Gestão de risco	48
Riscos principais	51

Lucros e dividendos

O Grupo opera através de dependências, escritórios e sucursais no Reino Unido e no estrangeiro. Os resultados do Grupo revelam um lucro bruto de 2841 M€ (2014: 2309M€) durante o ano e lucros líquidos de 1238 M€ (2014: 854 M€). O Grupo obteve ativos líquidos de 66.019 M€ em 31 de dezembro de 2015 (2014: 66.045 M€). O lucro atribuível ao Barclays PLC, o progenitor do Banco, durante o ano de 2014, atingiu o montante de 911 M€ (2014: 528M€).

A Barclays PLC irá pagar um dividendo final relativo a 2015 de 3,5p por ação comum a 5 de abril de 2016 aos acionistas no registo de ações a 11 de março de 2016. A Companhia irá pagar um dividendo à Barclays PLC para financiar o pagamento externo de dividendos. Os Diretores recomendam um dividendo não superior a 595M€ para satisfazer este requisito. Mais pormenores sobre dividendos totais sobre ações comuns pagos durante o ano de 2015 estão definidos na Nota 11 da contabilidade. Os dividendos pagos sobre ações preferenciais para o ano terminaram a 31 de dezembro de 2015, alcançando os 343M€ (2014: 441M€). A 31 de dezembro de 2015, as reservas passíveis de distribuição da Companhia eram 29.598M€.

Capital Social

Não houve um aumento no capital de ações comuns durante o ano. A Barclays PLC detém 100% das ações comuns emitidas. Não existem restrições para a transferência de títulos ou acordos entre os detentores dos títulos que sejam do conhecimento da Empresa, o que pode resultar em restrições na transferência de títulos ou direitos de voto. Para mais informações sobre o capital social da Empresa, consulte as páginas 244 a 240.

Recompra de ações

A Empresa não efetuou a recompra de nenhuma das suas ações ordinárias durante 2015. No decorrer do ano de 2014, a Companhia voltou a comprar à Barclays PLC 108.144 euros em ações preferenciais de 100€ cada com o preço de €10.123,63 por ação, 54.070 libras esterlinas em ações preferenciais de £100 libras cada com o preço de 10,604.11£ por ação e 41.867 dólares em ações preferenciais de \$100 cada com o preço de 10.605,23\$ por ação. As ações recompradas foram canceladas posteriormente. A 15 de dezembro de 2014, 100.000 euros em ações preferenciais de €100 cada tomaram-se resgatáveis por opção da Companhia e toda a classe de ações foi resgatada nesta data.

Poderes dos Diretores para emitir ou recomprar as ações da empresa. Os poderes dos diretores são determinados pela Lei das Companhias de 2006 e pelos Artigos da Companhia. Nenhuma ação foi emitida ou comprada de novo em 2015. Numa assembleia-geral realizada em junho de 2014, os acionistas autorizaram a Empresa e o Barclays PLC a celebrar um acordo de opção de compra, segundo o qual a Empresa pode adquirir determinadas ações suas através de uma compra fora do mercado.

Diretores

Os Diretores da Empresa estão enumerados na página 35. Os interesses dos Diretores em ações estão determinados na página 106 do Relatório sobre Remunerações no Relatório Anual e Demonstrações Financeiras do Barclays Bank PLC. A pertença ao Conselho de Administração do Barclays PLC e ao Barclays PLC é idêntica. As mudanças de Diretores durante o ano estão indicadas abaixo.

Nome	Função	Data efetiva de nomeação/rescisão
Diane Schueneman	Não-executivo Diretor	Nomeação 25 junho 2015
James (Jes) Staley	Executivo Diretor	Nomeação 1 dezembro 20
Sir Gerald (Gerry) Grimstoe	Diretor Não-Executivo	Nomeação 1 janeiro 2015
Sir John Sunderland	Não-executivo Diretor	Refoma 23 abril 2015
Sir David Walker	Não-Executivo Diretor	Refoma 23 abril 2015
Antony Jenkins	Executivo Diretor	Rescisão 16 julho 2015
Sir Michael Rake	Não-Executivo Diretor	Refoma 31 dezembro 2015

John McFarlane sucedeu a Sir David Walker como Presidente da Barclays com efeito a partir da conclusão da Barclays PLC AGM em abril de 2015. John McFarlane assumiu o cargo de Presidente Executivo com efeito a partir de 17 de julho de 2015 a 1 de dezembro de 2015, quando Jes Staley assumiu o cargo de Diretor Executivo.

Indemnizações aos Diretores

A qualificação de despesas de indemnizações a terceiros (tal como é definido na secção 234 da Lei das Empresas de 2006) esteve em vigor no decurso do ano fiscal que terminou em 31 de dezembro de 2015, em benefício dos então Diretores e, à data deste relatório, estão em vigor para o benefício dos Diretores em relação a certas perdas e passivos em que possam ter incorrido (ou incorerem), relacionadas com as suas obrigações, poderes ou mandato. Adicionalmente, a Empresa mantém um seguro de responsabilidade civil que cobre qualquer ação legal movida contra os seus diretores. A qualificação de despesas de indemnizações com regimes de pensões (tal como é definido na secção 235 da Lei das Empresas de 2006) esteve em vigor no decurso do ano fiscal que terminou em 31 de dezembro de 2015, em benefício dos então Diretores e, à data deste relatório, estão em vigor para

o benefício dos diretores do Barclays Pension Funds Trustees Limited como Empresa Fiduciária do Barclays Bank UK Retirement Fund. Os diretores do Conselho Fiduciário são indemnizados por passivos incómodos relacionados com as atividades da empresa como Empresa Fiduciária do fundo de pensões.

Da mesma forma, a qualificação de despesas de indemnizações com regimes de pensões esteve em vigor durante 2015, em benefício dos diretores do Barclays Executive Schemes Trustees Limited como Empresa Fiduciária do Barclays Bank International Zambia Staff Pension Fund (1965), do Barclays Capital International Pension Scheme (Nº 1), do Barclays Capital Funded Unapproved Retirement Benefits Scheme e do Barclays PLC. Os diretores do Conselho Fiduciário são indemnizados por passivos incómodos relacionados com as atividades da empresa como Empresa Fiduciária dos regimes referidos supra.

Ambiente

O Programa de Ação do Clima do Barclays concentra-se em abordar questões ambientais, onde acreditamos que temos o maior potencial para fazer a diferença. O Programa está focado em gerir a nossa própria pegada de carbono e reduzir as nossas emissões de carbono absoluto, desenvolver produtos e serviços para ajudar a viabilizar a transição para uma economia de baixo carbono; e gerir os riscos da mudança do clima para nossas operações, clientes, e sociedade em geral. Investimos na melhoria da eficiência energética das nossas operações e compensamos as restantes emissões através da compra de créditos de carbono. Temos também um compromisso de longa data para gerir os riscos ambientais e sociais associados às práticas de empréstimo, que é incorporado nos nossos processos de risco de crédito. A estrutura de governança está instalada para facilitar o diálogo claro em toda a empresa e com os fornecedores em torno das questões do risco potencial ambiental e social.

Divulgamos as emissões globais de gases com efeito de estufa pelas quais somos responsáveis, conforme estabelecido pelos "Regulamentos de 2013 da Lei das Empresas 2006 (Relatório Estratégico e Relatório dos Diretores)". Fornecemos informações mais completas sobre as nossas emissões de carbono no relatório Suplemento de Dados de Cidadania do Barclays que pode encontrar no web site home.barclays/citizenship.

Comunicação do Risco
Ano^a
2015

Comunicação do Risco
Ano^a
2014

Comunicação do Risco
Ano^a
2013

Comunicação do Risco
Ano^a
2012

	2015	2014	2013	2012
Global GHG Emissões b				
Total CO ₂ e (toneladas)	701.600	853.600	1.036.755	1.119.145
Âmbito 1 - emissões (toneladas)c	65.340	49.939	58.372	47.904
Âmbito 2 - emissões (toneladas) d	500.086	678.443	791.766	880.995
Âmbito 3 - emissões (toneladas)e	136.174	124.993	186.616	190.245
Rácio de Total de Colaboradores (FT)	129.400	132.300	139.600	139.200
Total CO ₂ e por FTE (toneladas)	5,42	6,45	7,43	8,04

Notas

- a Os relatórios dos anos 2015, 2014 e 2013 cobrem o 4º trimestre do ano anterior e o 1º, 2º e 3º trimestres do ano em questão. O relatório anual de carbono não está completamente alinhado com o ano financeiro coberto pelo relatório do Diretor. Este relatório é produzido anteriormente ao relatório de carbono para nos permitir apresentá-lo dentro dos prazos de apresentação de relatórios financeiros do final do ano. O relatório do ano de 2012 é o ano civil completo (jan. 2012 - dez. 2012).
- b A metodologia utilizada para calcular as nossas emissões de CO₂e é a abordagem de controlo operacional sobre os limites a reportar e a metodologia de emissões de carbono definida pelo World Resources Institute/World Business Council for Sustainable Development (WRI/

WBCSD) Greenhouse Gas Protocol (GHG): A Corporate Accounting and Reporting Standard, Revised Edition. Nas situações em que as propriedades estão cobertas pelas declarações financeiras consolidadas da Barclays mas estão arrendadas a arrendatários a quem são cobrados os serviços, estas emissões não estão incluídas nos cálculos do Grupo GHG. Para propriedades onde a Barclays é a arrendatária, os senhorios apresentam à Barclays as faturas dos serviços que estão incluídas nos nossos relatórios de emissões.

- O Campo 1 cobre a combustão direta dos combustíveis e os veículos da companhia, (do Reino Unido e África do Sul apenas, que são os maiores contribuintes materiais)
- O Campo 2 cobre as emissões de eletricidade e vapor compradas para uso próprio.
- O Campo 3 cobre as emissões indiretas das viagens de negócios (voos globais e transportes terrestres do Reino Unido e África do Sul). Melhorámos a cobertura para os dados de aluguer de automóveis e agora incluímos dados dos EUA e Índia. Os dados de transporte terrestre (excluindo os camões da companhia do Campo 1) cobrem os países onde este tipo de transporte é significativo e onde estão disponíveis dados consistentes. Em casos onde recolhemos novos dados relativamente a consumos não registados anteriormente, reafirmamos a linha de referência se os novos dados evidenciarem uma mudança significativa acima de 1% do consumo total. Se a mudança for inferior a 1% registamos o consumo a partir do ponto em que os dados ficaram disponíveis. Se for superior a 1% reafirmamos a linha de referência e os números dos anos anteriores com base em números reais ou estimativas. As razões para as reafirmações dos dados devem-se ao facto de dados mais precisos estarem disponíveis o que leva a substituições de estimativas por dados reais para 2012, 2013 e 2014.
- c As emissões evasivas registadas no Campo 1 para 2015, 2014 e 2013 cobrem as emissões do Reino Unido, Américas, Ásia-Pacífico e África do Sul. Os dados sobre as emissões evasivas para 2012 não estão disponíveis. As viagens de negócios registadas no Campo 1 cobrem os camões da companhia no Reino Unido e na África do Sul. Isto cobre a maioria dos nossos funcionários onde temos operações de retalho com frotas automóveis.
- d As emissões de carbono do Campo 2 provenientes da eletricidade foram calculadas utilizando fatores de conversão do carbono com base nas localizações, tal como está definido pelo GHG Protocol 2015. Temos em conta a nova localização e a metodologia com base no mercado para contabilizar as emissões de eletricidade do Campo 2 e estas emissões serão registadas em relatórios futuros.
- e O Campo 3 limita-se às emissões indiretas das viagens de negócios que cobrem voos globais e transportes terrestres do Reino Unido e África do Sul. Melhorámos a cobertura para os dados de aluguer de automóveis e agora incluímos dados dos EUA e Índia. Os dados de transporte terrestre (excluindo os camões da companhia do Campo 1) cobrem apenas os países onde este tipo de transporte é significativo e onde existem dados disponíveis.

Investigação e Desenvolvimento

No decurso normal de negócios, o Grupo desenvolve novos produtos e serviços em cada uma das suas divisões de negócio.

Instrumentos Financeiros

Os objetivos e políticas de gestão de risco financeiro do Barclays, incluindo a política para cobrir cada tipo principal de transação prevista na qual é usada contabilidade de cobertura e a exposição ao risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez são delineados nas páginas 48 à 62 e 63 à 115

Alteração de controlo

Não há acordos significativos para com os quais a Companhia é uma Parte que são afetadas pela mudança de controlo da Companhia após uma oferta pública de aquisição. Não existem acordos entre a Empresa e os seus Diretores ou colaboradores que estabeleçam a compensação por perda das funções ou trabalho resultante de uma oferta pública de aquisição.

Os Auditores

O Comité de Auditoria da Administração analisa a nomeação dos auditores externos, bem como o seu relacionamento com o Grupo, incluindo a monitorização da utilização pelo Grupo dos auditores do Grupo para serviços de não-auditoria e o balanço de honorários de auditoria e não-auditoria pagos aos auditores. Mais informações sobre este assunto podem ser encontradas na Nota 42 às contas.

Durante 2015, a Barclays assumiu um concurso de auditoria externa de acordo com os requisitos de rotatividade de auditor da ordem final dos serviços legais de auditoria publicada em outubro de 2014 pela Autoridade de Competição e Mercados do Reino Unido, que entrou em vigor em janeiro de 2015. Na conclusão do processo do concurso de auditoria, o Comité de Auditoria da Administração recomendou ao Conselho a nomeação de KPMG LL PKPMG. A LLP foi nomeada a auditora do Grupo com efeito a partir do ano financeiro de 2017 em diante.

Divulgação de informações ao auditor

Cada Diretor confirma que, tanto quanto é do seu conhecimento, não há informações de auditoria relevantes sobre as quais os auditores do Banco não têm conhecimento e que cada um dos Diretores levou a cabo todos os passos que deveria ter levado como Diretor para se tornar consciente de qualquer informação de auditoria relevante e para providenciar que os auditores da Empresa estão ao corrente de tal informação.

Esta confirmação é dada segundo a seção 418 da Lei das Companhias de 2006 e deve ser interpretada segundo essas disposições e sujeita a elas.

Preocupação atual

As atividades de negócio e a posição financeira do Grupo, os fatores que provavelmente afetarão o seu futuro desenvolvimento e desempenho e os objetivos e políticas de gestão de riscos financeiros aos quais está exposto, bem como o seu capital, são discutidos nas seções Relatório Estratégico e Gestão de Risco.

Os Diretores consideraram apropriados preparar os relatórios financeiros com base em empresas em funcionamento.

Declaração dos Administradores das responsabilidades pelas contas

A seguinte declaração, que deve ser lida conjuntamente com o relatório dos Auditores descrito na página 156, é feita com o intuito de distinguir aos acionistas as respectivas responsabilidades dos Diretores e dos auditores em relação às contas.

De acordo com a Lei das Empresas de 2006, os Diretores são obrigados a preparar contas por cada ano financeiro, relativamente às contas do Grupo, de acordo com o Artigo 4 das Regulamentações do IAS. Os Diretores prepararam contas individuais de acordo com o IFRS, como publicado pela União Europeia. As contas são exigidas por lei e ao IFRS é requerido que apresente de uma forma justa a situação financeira da Empresa e do Grupo, bem como o desempenho desse período. A Lei das Empresas de 2006 dita, em relação a tais contas, que as referências a contas dando uma visão verdadeira e justa sejam referências a uma apresentação justa.

Os Diretores consideram que, em preparação para as contas nas páginas 159 à 164, e a informação adicional contida nas páginas 165 à 275, o Grupo usou todas as políticas de contabilidade apropriadas, apoiadas por julgamentos e estimativas razoáveis e que todas as regras de contabilidade que consideram aplicáveis foram seguidas.

Tendo o Conselho considerado todos os assuntos trazidos à sua atenção durante o ano em questão, os Diretores estão satisfeitos pelo facto de o Relatório Anual e os Relatórios Financeiros, de modo geral, serem justos, equilibrados e compreensíveis e fornecerem a informação necessária para que os acionistas possam avaliar o desempenho da Companhia, o modelo de negócios e a estratégia.

Declaração de Responsabilidade dos Diretores

Os Diretores têm a responsabilidade de garantir que a Empresa e o Grupo mantenham registos contabilísticos que revelem com razoável rigor a situação financeira da Empresa e do Grupo que lhes dê a capacidade para garantir que as contas cumprem a Lei das Empresas de 2006.

Os Diretores são responsáveis pela manutenção e integridade do web site da Empresa. A legislação do Reino Unido que rege a preparação e a disseminação das demonstrações financeiras pode diferir da legislação de outras jurisdições.

Os Administradores têm a responsabilidade geral para assumir que tais procedimentos estão razoavelmente abertos para eles, para salvaguarda dos ativos do Grupo e para prevenir e detetar fraudes e outras irregularidades.

Os Diretores, cujos nomes são indicados na página 35, confirmam, tanto quanto lhes é possível saber, que:

- (a) Os mapas da situação financeira, preparados em conformidade com o conjunto de padrões contabilísticos aplicáveis, conferem uma visão verdadeira e correta dos ativos, dos passivos, da situação financeira e do lucro ou prejuízo da Empresa e dos procedimentos incluídos na consolidação considerada como um todo; e
- (b) O relatório de gestão, que está incorporado no Relatório dos Diretores nas páginas 32 à 34, inclui uma análise correta do desenvolvimento e desempenho da atividade empresarial e da situação da Empresa, e dos procedimentos incluídos na consolidação considerada como um todo, juntamente com uma descrição dos principais riscos e incertezas que enfrentam.

Por ordem do Conselho de Administração.



Lawrence Dickinson

Secretário Conjunto
29 de fevereiro de 2016

Barclays Bank PLC

Registada em Inglaterra, n.º de registo comercial 1026167

Diretores e Conselheiros

Diretores atuais¹

John McFarlane – Presidente do Grupo

Diretores Executivos

Jes Staley – Diretor Executivo do Grupo

Tushar Morzaria – Diretor Financeiro do Grupo

Diretores Não Executivos

Mike Ashley

Tim Breedon

Crawford Gillies

Sir Gerry Grimstone - Presidente Delegado

Reuben Jeffery III

Wendy Lucas-Bull

Dambisa Moyo

Frits Van Paasschen

Diane De Saint Victor

Diane Schueneman

Stephen Thieke

Comitê Executivo do Grupo¹

Nomeado para a
posição

Robert Le Blanc	Oficial de Risco Executivo	2004
Maria Ramos	Diretora Executiva, Barclays Africa Group	2009
Ashok Vaswani	CEO, Banca Pessoal e Empresarial	2012
Bob Hoyt	Administrador Geral do Grupo	2013
Thomas King	Diretor Executivo, Banco de Investimento	2013
Michael Roemer	Diretor do Compliance do Grupo	2014
Michael Harte	Diretor de Operações e de Tecnologia	2014
Jonathan Moulds	Diretor de Operações do Grupo	2015
Tristram Roberts	Diretora dos Recursos Humanos do Grupo	2015
Amer Sajed	CEO Interino, Barclaycard	2015

Secretários da Companhia

Nomeado para
a posição

Lawrence Dickinson	Secretário Adjunto	2002
Patrick Gonsalves	Secretário Adjunto	2002

¹ A composição do Conselho e do Comitê Executivo do Grupo apresentada à data de 29 de fevereiro de 2016.

Análise de risco

Índice

A gestão do risco desempenha um papel central na execução da estratégia do Barclays e conhecimentos sobre o nível de risco em todos os negócios e carteiras e os riscos materiais e incertezas que o Grupo enfrenta são as principais áreas do foco da gestão.

divulgações de risco do Barclays estão localizadas em todo o Relatório Anual e Relatório Pilar 3 2015 do Barclays.

Material existente e riscos	Relatório Anual	Relatório Pilar 3
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Risco de crédito ▪ Risco do mercado ▪ Risco de financiamento ▪ Risco operacional ▪ Risco de Conduta ▪ Material existente e riscos potencialmente emergentes têm maior impacto do que um risco principal 	<p>39</p> <p>40</p> <p>40</p> <p>41</p> <p>44</p> <p>45</p>	<p>n/a</p> <p>n/a</p> <p>n/a</p> <p>n/a</p> <p>n/a</p> <p>n/a</p>
Gestão de risco		
<p>Visão geral da abordagem do Barclays à gestão de riscos. Uma visão mais abrangente, juntamente com informações mais específicas sobre as políticas que o Grupo determina serem de particular importância em o ambiente operacional atual pode ser encontrado no Relatório Pilar 3 PLC 2015</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estratégia de Gestão de Risco de Administração ▪ Estrutura de Administração ▪ Administração de Risco e Atribuição de Responsabilidades ▪ Riscos principais e Risco chave ▪ Gestão de risco de crédito ▪ Mitigação de risco de crédito ▪ Gestão do risco de mercado ▪ Gestão de risco de financiamento ▪ Gestão de risco de capital ▪ Gestão de Risco de Liquidez ▪ Gestão de Risco Operacional ▪ Gestão do risco de conduta 	<p>48</p> <p>49</p> <p>49</p> <p>51</p> <p>53</p> <p>54</p> <p>55</p> <p>57</p> <p>57</p> <p>59</p> <p>60</p> <p>62</p> <p>97</p> <p>97</p> <p>100</p> <p>101</p> <p>107</p> <p>124</p> <p>128</p> <p>147</p> <p>150</p> <p>148</p> <p>143</p> <p>152</p>
Desempenho de Risco		
<p>Risco de crédito: O risco de sofrer perdas financeiras se os Clientes ou mercado do Grupo contra partes não cumprirem as suas obrigações contratuais.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Visão geral do risco de crédito e resumo da performance ▪ Análise do balanço ▪ Máximo de exposição e efeitos das cauções e outras melhorias de crédito realizadas ▪ A abordagem do Grupo para gerir e representar a qualidade de crédito. ▪ Análise da concentração do risco de crédito ▪ Exposições do Grupo a países e setores específicos ▪ Análise de empréstimos em situação problemática ▪ Imparidade 	<p>66</p> <p>66</p> <p>66</p> <p>71</p> <p>76</p> <p>76-83</p> <p>84</p> <p>86</p> <p>107</p> <p>39.43</p> <p>28.41</p> <p>42.45</p> <p>35.47</p> <p>n/a</p> <p>57</p> <p>57</p>
<p>Risco de mercado: O risco de uma redução de lucros ou de capital devido à volatilidade das posições da carteira de negociação ou uma incapacidade de cobrir a carteira bancária</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Visão geral de risco de mercado e medidas no balanço do Grupo. ▪ Risco de mercado negociado ▪ Stresses de cenário de negócios ▪ Risco de mercado não negociado ▪ Risco cambial 	<p>88</p> <p>89</p> <p>90</p> <p>90</p> <p>92</p> <p>72</p> <p>73</p> <p>75</p> <p>76</p> <p>79</p>

Continuação de performance de risco			
Risco de Financiamento - Capital			
O risco que o Grupo seja incapaz de manter rácios de capital adequados.	▪ Visão geral de risco de capital	95	n/a
	▪ Requisitos de capital e alavancagem mínimos regulamentares	95	8
	▪ Recursos de capital	96	16
Risco de financiamento – Liquidez:			
O risco de que a empresa, embora solvente não tenha obrigações financeiras recursos disponíveis para lhe permitir cumprir esses recursos somente a custos excessivos.	▪ Visão geral do risco de crédito e resumo da performance	99	n/a
	▪ Teste de stress do risco de liquidez	99	n/a
	▪ Fundos de liquidez	102	n/a
	▪ Estrutura de financiamento e relações de financiamento		
	▪ Financiamento por grosso		
	▪ Financiamento de curto prazo	106	n/a
	▪ Gestão da liquidez no Barclays Africa Group Limited	106	n/a
	▪ Maturidade contratual de ativos e passivos financeiros (auditado)	106	n/a
Risco operacional:			
O Risco Operacional é definido como o risco de impactos diretos ou indiretos resultantes de fatores humanos, processos internos fracassados ou inadequados e de sistemas ou eventos externos	▪ Visão geral do risco operacional e resumo da performance no período	117	92
	▪ Perfil de risco operacional	117	93,94
Risco de Conduta:			
O Risco de Conduta é o risco de que sejam causados prejuízos aos nossos clientes, contrapartes ou ao Barclays e aos seus colaboradores devido ao julgamento impróprio na execução das nossas atividades comerciais.	▪ Visão geral de risco de conduta	120	n/a
	▪ Risco de reputação	120	n/
	▪ Resumo da performance	120	n/
	▪ Recomendações de Salz	121	n/
	▪ Medida de reputação da conduta	122	n/
Supervisão e regulamentação:			
As operações do Grupo, incluindo os seus escritórios, filiais e associadas no estrangeiro, estão sujeitas a um conjunto significativo de regras e regulamentos que são uma condição para autorização para realizar serviços bancários e serviços financeiros.	▪ Supervisão do Grupo	123	n/a
	▪ Desenvolvimentos globais a nível regulamentar	123	8
	▪ Influência da legislação europeia	124	n/a
	▪ Desenvolvimentos da UE	124	n/a
	▪ Regulamentação no Reino Unido	126	n/a
	▪ Resolução dos grupos bancários do Reino Unido	126	n/a
	▪ Reforma estrutural dos grupos bancários	127	8
	▪ Regimes de compensação	127	159
	▪ Regulamentação nos EUA	127	n/a
	▪ Regulamentação em África	130	n/a
Relatório Pilar 3			
Contém extensa informação sobre o risco, assim como sobre gestão de capital.	▪ Resumo de alto nível de risco e perfil de capital	n/a	3
	▪ Notas sobre a base de preparação	n/a	5
	▪ Âmbito de aplicação das regras de Basileia	n/a	6
Risco e revisão da posição de capital: Fornece uma análise detalhada de comparativos reguladores do Barclays adequação de capital e como isso se relaciona com a gestão de risco do Barclays.	▪ Recursos de capital do Grupo, requisitos e CRD IV	n/a	15
	▪ Análise do risco de crédito	n/a	27
	▪ Análise do risco de crédito de contraparte	n/a	63
	▪ Análise do ajuste do valor de crédito	n/a	71
	▪ Análise do risco de mercado	n/a	81
	▪ Análise de exposições indiretas	n/a	82
	▪ Análise do risco de mercado	n/a	92

Análise de risco

Material existente e riscos emergentes

Esta secção descreve os riscos materiais em que a alta administração está focada e acredita poderem fazer com que os resultados futuros das operações, situação financeira e perspectivas do Grupo difiram materialmente das expetativas atuais.

Para mais informações sobre as principais políticas de risco que estão na base das exposições de risco, consulte a informação qualitativa baseada em política consolidada no Relatório Pilar 3 PLC 2015 Barclays. Um resumo destas informações também pode ser encontrado neste relatório na secção Gestão de risco entre as páginas 47 a 63.

Análise de risco

Material existente e riscos emergentes

Material existente e riscos emergentes para a performance futura do Grupo

Não há diferenças entre o Grupo Barclays Bank PLC e o Grupo Barclays PLC no modo em como os riscos são geridos e avaliados, sendo portanto uma parte das divulgações feitas no relatório anual do Barclays Bank PLC idêntica às que estão contidas no relatório anual do Barclays PLC.

Esta secção descreve os riscos materiais a que a alta administração presta uma atenção particular, que se acredita poderem fazer com que os resultados futuros das operações, situação financeira e perspectivas do Grupo difiram materialmente das expectativas atuais. Estas expectativas incluem a capacidade de pagar dividendos, manter os níveis adequados de capital e cumprir as metas de capital e rácio de alavancagem, e alcançar os compromissos declarados, conforme descrito no Relatório Estratégico. Além disso, os riscos relacionados com o Grupo que não são atualmente conhecidos ou que são atualmente considerado imateriais, podem individualmente ou cumulativamente ter o potencial de afetar significativamente os resultados futuros das operações, situação financeira e perspectivas do Grupo.

Os riscos materiais e o seu impacto são descritos abaixo em duas secções:

i) riscos que a alta administração acredita serem suscetíveis de ter impacto num único risco principal; e ii) os riscos que a alta administração acredita serem suscetíveis de afetar mais do que um risco principal. Certos riscos abaixo foram classificados como "risco emergente", que é um risco que tem o potencial para ter um efeito negativo significativo sobre a performance do Grupo, mas atualmente o resultado e o horizonte temporal para a cristalização do seu possível impacto é mais incerto e mais difícil de prever do que para outros fatores de risco que não são identificados como riscos emergentes.

Mais informações sobre a gestão de riscos pode ser encontrada na Abordagem do Barclays à Gestão de Risco no Relatório Pilar 3 PLC 2015 Barclays.

Material existente e riscos emergentes por Risco Principal

Risco de crédito

A condição financeira dos clientes do Grupo, clientes e contrapartes, incluindo governos e outras instituições financeiras, poderão afetar o Grupo de forma adversa.

O Grupo pode sofrer perdas financeiras se qualquer um dos seus clientes, clientes ou contrapartes do mercado não cumprir as suas obrigações contratuais para com o Grupo. O Grupo também pode sofrer perdas quando o valor do seu investimento em instrumentos financeiros de uma entidade cair como resultado da classificação de crédito daquela entidade ser despromovida. Além disso, o Grupo pode vir a incorrer em ganhos não realizados significativos ou perdas devido a mudanças em spreads de crédito do Grupo ou de terceiros, uma vez que essas mudanças afetam o valor justo dos instrumentos derivativos do Grupo, títulos de dívida que o Grupo possui ou emite e empréstimos realizados pelo valor justo.

i) Deterioração da conjuntura político-económica

O desempenho do Grupo está em risco devido a qualquer deterioração no cenário económico que pode resultar de várias incertezas, incluindo de forma mais significativa os seguintes fatores:

a) Regiões específicas

A instabilidade política, a incerteza económica ou a deflação em regiões em que o Grupo opera podem enfraquecer as perspectivas de crescimento e ter um impacto negativo sobre a capacidade dos clientes para o serviço da dívida e assim resultar em encargos por imparidade superiores para o Grupo. Estes incluem

China (risco emergente)

A incerteza económica na China continua a afetar um número de economias emergentes, particularmente aquelas com elevados déficits fiscais e aquelas dependentes de financiamento externo de curto prazo e/ou dependência material de exportações de commodities. A sua vulnerabilidade foi ainda mais impactada pela queda e volatilidade contínua dos preços do petróleo, o forte dólar americano e o encerramento de políticas de flexibilização quantitativa por parte de alguns bancos centrais. O impacto sobre o Grupo pode variar de acordo com as vulnerabilidades presentes em cada país, mas o impacto pode resultar no aumento de custos de prejuízo através de defaults soberanos, ou a incapacidade ou falta de vontade de clientes e contrapartes nesse país em cumprir com as suas obrigações de dívida.

África do Sul

As perspectivas económicas negativas na África do Sul continuam, com um ambiente interno e externo desafiador. Os acontecimentos políticos recentes, incluindo mudanças nos líderes no Ministério das Finanças acrescentaram-se aos desafios domésticos. O crescimento real do PIB continua a ser baixo, como resultado da diminuição da procura global, em particular a China, os preços das principais exportações minerais, uma desaceleração no turismo, a escassez de energia persistente e a desaceleração do crescimento dos preços da habitação. No setor grossista, preocupações sobre o nível de endividamento e acessibilidade do consumidor à medida que a desaceleração na China afeta o setor da mineração, com o aumento de perdas de emprego. A emergente turbulência do mercado acrescentou ainda mais pressão sobre o Rand, que continuou a depreciar face às principais moedas. O declínio das perspectivas económicas podem impactar uma gama de setores da indústria na carteira de empresas, com os clientes com maior alavancagem a serem mais afetados.

b) Aumento da taxa de juros, inclusivamente como resultado do abrandamento do estímulo monetário, que poderia ter impacto no acesso à dívida por parte do cliente e à rentabilidade empresarial

Na medida em que os bancos centrais aumentam as taxas de juros em certos mercados desenvolvidos, particularmente nos nossos principais mercados, o Reino Unido e os EUA, espera-se que sejam pequenos e graduais na escala durante 2016, embora seguindo diferentes calendários. O primeiro ocorreu nos EUA, com um aumento de quarto de ponto em dezembro de 2015. Embora o aumento possa apoiar as receitas do Grupo, qualquer acentuamento maior que o esperado nas mudanças pode causar stress na atividade da carteira de crédito e tomada firme do Grupo, particularmente em relação aos empréstimos de não investimento, levando à possibilidade do Grupo incorrer em maior imparidade. Maiores perdas de crédito e um requisito para aumentar o nível de provisão por imparidade do Grupo ocorreria mais particularmente em carteiras com e sem garantia de retalho do Grupo, como resultado de uma redução na capacidade de recuperação e valor dos ativos do Grupo, juntamente com um declínio nos valores de garantia.

Os aumentos das taxas de juros em mercados desenvolvidos também podem impactar negativamente as economias emergentes, uma vez que os fluxos de capital para mercados consolidados tiram partido dos retornos mais elevados e reforçam os fundamentos económicos.

ii) Setores específicos

O Grupo está sujeito aos riscos decorrentes de alterações na qualidade de crédito e taxa de recuperação de empréstimos e adiantamentos devidos de mutuários e contrapartes numa carteira específica. Qualquer deterioração na qualidade do crédito pode conduzir a uma baixa capacidade de recuperação e maior imparidade num setor específico. A seguir são fornecidos exemplos de áreas de incertezas para a carteira do Grupo que podem ter um impacto significativo sobre a performance.

Análise de risco

Material existente e riscos emergentes

Material existente e riscos emergentes para a performance futura do Grupo

a) *Imobiliário do Reino Unido*

Com o imobiliário do Reino Unido a representar a parte mais significativa da exposição global de crédito PCB, o Grupo está em risco de uma queda nos preços dos imóveis nos setores residenciais e comerciais no Reino Unido. O crescimento dos preços fortes da habitação em Londres e no Sudeste do Reino Unido, impulsionado pelo investimento estrangeiro, forte procura de compra para arrendar (BTL) e oferta moderada de habitação, resultou em níveis recordes de acessibilidade; os preços médios das casas, no final de 2015, eram mais de sete vezes o salário médio. A queda nos preços da habitação, particularmente em Londres e no Sudeste do Reino Unido, levam a uma maior imparidade e impacto de capital negativo à medida que as taxas de perda em caso de incumprimento (LGD) aumentam. As perdas potenciais serão provavelmente mais pronunciadas nos segmentos superiores loan-to-value (LTV).

A proposta sobre imóveis BTL anunciada pelo Ministro das Finanças do Reino Unido em 2015, alterando o nível de redução do imposto sobre o rendimento e aumentando os níveis de imposto de selo a partir de abril de 2016, pode causar algum deslocamento no mercado BTL. Os possíveis impactos incluem uma redução da apetência no mercado BTL e um influxo de imóveis para venda, causando pressão descendente sobre os preços, assim como acessibilidade reduzida, uma vez que o aumento dos passivos fiscais reduz os rendimentos de retalho líquidos. Como consequência, isto pode levar a um aumento do incumprimento BTL numa altura em que os valores de mercado podem ser suprimidos, com o potencial de que, enquanto o Grupo gere cuidadosamente essas exposições, pode sofrer um aumento das perdas de crédito e imparidade de empréstimos com altos rácios de LTV.

b) *Recursos Naturais (risco emergente)*

O risco de perdas e aumento de imparidade são mais acentuados onde a influência é maior, ou em setores actualmente sujeitos a tensão, nomeadamente petróleo e gás, mineração e metais e commodities. A diminuição constante do preço do petróleo contínua e é impulsionada pelo excesso da oferta global atual. Enquanto o posicionamento destas carteiras é relativamente defensivo e se concentra em clientes com grau de investimento ou posições garantidas, um stress muito grave neste mercado tem o potencial de aumentar significativamente as perdas de crédito e imparidade.

c) *Grandes perdas individuais*

O Grupo tem grandes exposições individuais para as contrapartes de nomes individuais. O padrão dessas contrapartes pode ter um impacto significativo no valor contábil destes ativos. Além disso, quando este risco de contraparte tiver sido atenuado através de garantia, o risco de crédito pode permanecer elevado se a garantia devida não puder ser liquidada, ou tiver que ser liquidada a preços que são insuficientes para recuperar o montante total do empréstimo ou exposição devida. Esses incumprimentos podem ter um efeito material adverso sobre os resultados do Grupo devido, por exemplo, ao aumento das perdas de crédito e encargos superiores de imparidade.

d) *Subscrição de influência financeira*

O Grupo assume a exposição de subscrição com grau de sub-investimento significativo, incluindo o risco de nome único, focado principalmente nos EUA e na Europa e, em menor escala, na África do Sul e outras regiões. O Grupo está exposto a eventos de crédito e volatilidade de mercado durante o período de subscrição. Todos os eventos adversos durante este período podem resultar potencialmente em perdas para o Grupo ou num aumento da exigência de capital se houver uma necessidade de manter a exposição por um período prolongado.

Risco do mercado

A posição financeira do Grupo poderá ser adversamente afetada por alterações tanto no nível como na volatilidade dos preços levando a menores receitas ou redução de capital:

i) *Preocupações de grandes mudanças inesperadas na política monetária e programas de flexibilização quantitativa, movimentos cambiais ou desaceleração nas economias de mercado alastrando-se a mercados emergentes globais (risco emergente)*

O modelo de negócio comercial concentra-se sobretudo na facilitação do cliente nos mercados grossistas, envolvendo o mercado de desenvolvimento de atividades, soluções de gestão de risco e a execução.

O negócio comercial do Grupo está exposto a uma reversão rápida dos programas de flexibilização quantitativa e deterioração do macro-ambiente impulsionada por preocupações de crescimento global. Um extremamente elevado nível de volatilidade nos preços dos ativos pode afetar a liquidez do mercado e originar excesso de volatilidade do mercado, impactando a capacidade do Grupo executar operações do cliente e também pode resultar em menos receitas ou perdas de carteira.

Uma volatilidade súbita e adversa em juros ou taxas de câmbio também tem o potencial de impactar negativamente as receitas do Grupo da atividade não-comercial.

Isto ocorre porque o Grupo tem exposição ao risco de taxa de juros não-negociada, decorrente da oferta de produtos de retalho e por grosso não-comercializados e serviços bancários, incluindo produtos que não têm uma maturidade definida e têm uma taxa de juro que não muda de acordo com os movimentos da taxa de base, por exemplo, contas correntes. O nível e a volatilidade das taxas de juros podem afetar a margem de juros líquida do Grupo, que é o diferencial da taxa de juros vencidos entre os custos de empréstimo e de crédito. O potencial para futuras mudanças de volatilidade e margem permanece em áreas-chave, como na taxa de base de juros do Reino Unido, na medida em que tais alterações à volatilidade e margem não estejam plenamente contempladas pelos programas de cobertura.

O Grupo também está em risco de movimentos das taxas de câmbio de moedas estrangeiras, uma vez que estes afetam o valor esterfino equivalente de ativos em moeda estrangeira na carteira bancária, expondo-o ao risco de conversão da moeda.

ii) *Movimentos adversos no fundo de pensão*

Movimentos adversos entre ativos e passivos de pensões para regimes de prestações definidas podem contribuir para um défice de pensões. A taxa de desconto das responsabilidades é um fator-chave e, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS 19), é derivada dos rendimentos de títulos corporativos de alta qualidade (considerados aqueles com classificação AA) e, consequentemente, inclui exposição a rendimentos livres de riscos e spreads de crédito. Portanto, a valorização do regime de prestações definidas do Grupo será prejudicada por uma queda prolongada da taxa de desconto ou uma taxa baixa persistente e/ou ambiente de spread de crédito. A inflação é um outro fator de risco significativo para o fundo de pensões, uma vez que os passivos são negativamente afetados por um aumento da expectativa de inflação a longo prazo. No entanto, a longo prazo, a inflação e as taxas de risco tendem a ser negativamente correlacionadas e, portanto, parcialmente compensadas entre si.

Risco de financiamento

A capacidade do Grupo em alcançar os seus planos de negócio pode ser impactada adversamente se este não gerir eficientemente os seus rácios de capital (incluindo alavancagem), liquidez e outros requisitos regulamentares.

O Grupo pode não ser capaz de atingir os seus planos de negócios devido a: i) ser incapaz de manter os rácios de capital adequados; ii) ser incapaz de cumprir as suas obrigações na data de vencimento; iii) alterações na metodologia da agência de classificação resultando em despromoções de classificações; e iv) alterações adversas nas taxas de câmbio sobre rácios de capital.

i) Incapacidade de manter os rácios prudenciais adequados

Caso o Grupo não seja capaz de manter ou alcançar rácios de capital adequados, isso pode levar a: uma incapacidade para apoiar a atividade empresarial; uma falha em cumprir os requisitos regulamentares de capital, incluindo os requisitos dos testes de stress do conjunto regulador; aumento do custo de financiamento devido à deterioração da classificação de crédito; restrições à distribuição, incluindo a capacidade de cumprir as metas de dividendos; e/ou a necessidade de tomar medidas adicionais para reforçar a posição de capital ou alavancagem do Grupo. Enquanto os requisitos na CRD IV estão agora em vigor no Reino Unido, novas alterações às exigências de capital podem ocorrer, seja como resultado de (i) novas alterações à legislação da UE por legisladores da UE (por exemplo, a implementação das recomendações de atualização reguladoras do Bank of International Settlements (BIS)), (ii) atualizações às normas técnicas reguladoras vinculativas relevantes pela Autoridade Bancária Europeia (EBA), (iii) alterações na legislação do Reino Unido por parte do governo do Reino Unido, (iv) alterações nas regras PRA pelo PRA, ou (v) requisitos adicionais de capital através das recomendações do Comité de Política Financeira (FPC). Tais alterações, individualmente e/ou em conjunto, podem levar a mais requisitos adicionais inesperados em relação ao capital regulamentar do Grupo.

Também podem surgir requisitos prudenciais adicionais de outras reformas regulatórias, incluindo o Reino Unido, UE e as propostas dos EUA sobre a reforma bancária estrutural e propostas atuais para o Requisito mínimo para fundos próprios e passivos elegíveis (MREL) ao abrigo da Diretiva de Recuperação e Resolução Bancária da UE (BRRD). Incluídas dentro estas reformas estão as propostas BoE sobre os requisitos MREL para os bancos do Reino Unido que foram publicadas em dezembro de 2015. O BoE afirmou a sua intenção de comunicar aos bancos do Reino Unido durante 2016. Muitas das propostas estão ainda sujeitas a finalização e implementação e podem ter um impacto diferente quando estiverem na sua forma final. O impacto destas propostas ainda está a ser avaliado. No geral, é provável que estas mudanças na legislação e regulamentação tenham um impacto sobre o Grupo, assim como são susceptíveis, quando implementadas, de exigirem alterações na estrutura da entidade jurídica do grupo e como as empresas são capitalizadas e financiadas. Tal aumento de requisitos prudenciais também pode restringir as atividades planeadas do Grupo, levar a vendas forçadas de ativos e reduções do balanço e pode aumentar os custos do Grupo, ter impacto nos resultados do Grupo e restringir a capacidade do Grupo de pagar dividendos. Além disso, durante períodos de deslocação do mercado, como visto atualmente, ou quando existir concorrência significativa para o tipo de financiamento que o Grupo precisa, aumentar os recursos de capital do Grupo a fim de cumprir as metas pode revelar-se mais difícil e/ou caro.

ii) Incapacidade de gerir a liquidez e risco de financiamento de forma eficaz

A incapacidade de gerir a sua liquidez e risco de financiamento de forma eficaz pode fazer com que o Grupo não tenha recursos financeiros suficientes para cumprir as suas obrigações de pagamento na data de vencimento ou, embora solvente, apenas seja capaz de cumprir essas obrigações pelo custo excessivo. Isto pode fazer com que o Grupo deixe de cumprir as normas de liquidez regulamentares, seja incapaz de suportar as atividades bancárias do dia-a-dia, ou deixe de ser uma preocupação constante.

iii) As alterações de classificação de crédito e o impacto sobre os custos de financiamento

Uma classificação de crédito avalia a solvabilidade do Grupo, as suas filiais e sucursais e é baseada em análises de uma ampla gama de atributos comerciais e financeiros, incluindo processos e procedimentos de gestão de risco, força do capital, lucros, financiamento, liquidez, contabilidade e governança. Qualquer evento adverso para um ou mais destes atributos pode levar à despromoção, que por sua vez pode originar as saídas contratuais para satisfazer requisitos contratuais para cumprir os requisitos

contratuais relativos aos contratos existentes. Além disso, as saídas relacionadas com uma despromoção da classificação de crédito de vários graus são incluídas nos cenários de stress do LRA e uma parte do conjunto de liquidez realizado contra este risco. Existe o risco de que qualquer despromoção potencial pode impactar a performance do Grupo se os custos de empréstimos e a liquidez variarem significativamente por oposição às expectativas.

Para mais informações, consulte as Classificações de Risco na secção Performance de Risco de Liquidez na página 199 do Relatório Anual PLC Barclays.

iv) Alterações adversas nas taxas de câmbio sobre os rácios de capital

O Grupo tem recursos de capital e ativos ponderados pelo risco denominados em moeda estrangeira. Portanto, alterações nas taxas de câmbio podem afetar negativamente o valor esterlino equivalente dos recursos de capital denominados em moeda estrangeira e ativos ponderados pelo risco. Como resultado, os rácios de capital regulamentar do Grupo são sensíveis a movimentos cambiais estrangeiros, e uma incapacidade de gerir adequadamente o balanço do Grupo de ter em conta os movimentos da moeda estrangeira pode resultar num impacto adverso sobre os rácios de capital regulamentar. O impacto é difícil de prever com precisão, mas pode ter um efeito material adverso sobre o Grupo, se os rácios de capital e alavancagem caírem abaixo dos níveis necessários.

Risco operacional

O perfil de risco operacional do Grupo pode mudar como resultado de fatores humanos, processos e sistemas internos inadequados e falhados e eventos externos.

O Grupo está exposto a muitos tipos de risco operacional. Isto inclui: atividades criminosas internas e externas fraudulentas e outras; falhas em processos, controlos ou procedimentos (ou sua inadequação em relação ao tamanho e âmbito dos negócios do Grupo); falhas nos sistemas ou uma tentativa, por uma parte externa, de tornar um serviço ou infraestrutura de suporte indisponível para os seus utilizadores, e o risco de ameaça cibernética geopolítica que desestabilize ou destrua tecnologia da informação do Grupo ou infraestrutura crítica da qual o Grupo depende mas que não controla. O Grupo também está sujeito ao risco de interrupção dos negócios como resultado de eventos total ou parcialmente fora do seu controlo, por exemplo, desastres naturais, atos de terrorismo, epidemias e falhas de transporte ou de serviços públicos, que podem dar origem a perdas ou reduções no serviço aos clientes e/ou perda financeira para o Grupo. Todos estes riscos também são aplicáveis nos casos em que o Grupo depende de fornecedores externos ou fornecedores para lhe fornecerem serviços a si e aos seus clientes. Os riscos operacionais a que o Grupo está exposto podem mudar rapidamente e não há nenhuma garantia de que processos, controlos, procedimentos e sistemas do Grupo sejam suficientes para resolver, ou se possam adaptar prontamente a tais riscos variáveis para evitar o risco de perda.

i) Ataques cibernéticos (risco emergente)

O risco representado pelos ataques cibernéticos continua a crescer. A proliferação de mercados online a negociarem serviços penais e dados roubados reduziu as barreiras de entrada para os criminosos perpetrarem ataques cibernéticos, aumentando simultaneamente a motivação.

As capacidades dos criminosos continuam a evoluir como demonstrado por um aumento acentuado dos ataques de negação de serviço, e aumento da sofisticação dos ataques de fraude direcionados por redes criminosas organizadas. Enfrentamos uma ameaça crescente à nossa informação (quer detida por nós quer na nossa cadeia de fornecimento), à integridade das nossas transações financeiras e à disponibilidade dos nossos serviços. Todos estes necessitam de uma ampla capacidade de inteligência e resposta.

Análise de risco

Material existente e riscos emergentes

Material existente e riscos emergentes para a performance futura do Grupo

Dado o nível de sofisticação crescente global e âmbito de potenciais ataques cibernéticos, os ataques futuros podem levar a violações significativas de segurança que comprometem a informação confidencial e transações financeiras do Grupo, seus clientes, contrapartes ou clientes, ou causam perturbações nos sistemas que executam funções críticas. A incapacidade de gerir adequadamente as ameaças cibernéticas e rever e atualizar continuamente os processos em resposta a novas ameaças pode resultar num aumento das perdas de fraude, incapacidade de realizar funções económicas críticas, prejuízo do cliente, censura regulamentar e penalização, responsabilidade legal e danos à reputação.

ii) Resistência de infraestrutura e tecnológica

À medida que a dependência de canais digitais e outras tecnologias aumenta, o impacto dos problemas da tecnologia pode tornar-se mais material e imediato. Isto também é o caso de muitas outras indústrias e organizações, mas o impacto é sobretudo no setor bancário.

A tecnologia, imóveis e infraestrutura de fornecedores do Grupo é fundamental para a operação dos seus negócios e para o fornecimento de produtos e serviços a clientes e para cumprir as nossas obrigações de integridade do mercado. A interrupção contínua dos serviços fornecidos pelo Barclays, seja diretamente ou através de terceiros, pode ter um impacto significativo nos clientes e na reputação do Grupo e também pode levar a custos potencialmente grandes para corrigir o problema e reembolsar prejuízos sofridos pelos clientes, assim como censura e sanções regulamentares possíveis.

iii) Capacidade de contratar e reter funcionários devidamente qualificados

O Grupo requer uma combinação diversificada de colegas altamente especializados e qualificados para materializar a sua estratégia e assim é dependente de atrair e reter indivíduos adequadamente qualificados. A capacidade do Barclays atrair e reter esse talento é afetada por uma série de fatores externos e internos.

As alterações regulatórias externas, tais como a introdução do Regime de Responsabilidade Individual e as provisões de diferimento e recuperação necessárias dos nossos acordos de compensação podem tornar o Barclays uma proposição menos atraente em relação aos nossos concorrentes internacionais e outras indústrias. Da mesma forma, cumprir os requisitos da reforma estrutural pode aumentar a competitividade no mercado de talentos. Intimamente, a reestruturação dos nossos negócios e funções, e um foco maior sobre os custos podem todos ter um impacto no envolvimento e retenção de funcionários.

A falha de atrair ou impedir a saída de funcionários devidamente qualificados que se dedicam a supervisionar e administrar expectativas e padrões regulamentares atuais e futuros, ou que têm as habilidades necessárias exigidas para materializar a estratégia do Grupo, pode afetar negativamente a nossa performance financeira, ambiente de controlo e nível do envolvimento dos funcionários.

iv) Perdas derivadas de taxas de imposto adicionais

O Grupo está sujeito às leis de impostos em todos os países nos quais opera, incluindo leis de impostos adotadas a nível Europeu, e é impactado por vários acordos de taxa dupla entre países. Existe o risco de o Grupo poder sofrer perdas devido a custos adicionais de impostos, outros custos financeiros ou danos à reputação devido a uma série de possíveis fatores. Isto inclui um não cumprimento, ou avaliação cometa da aplicação da legislação tributária pertinente, uma incapacidade de lidar com as autoridades fiscais de forma atempada e eficaz, ou um cálculo incorreto das estimativas fiscais para os números fiscais declarados e previstos. Tais encargos, ou a conduta de qualquer disputa com uma autoridade fiscal relevante, pode levar a publicidade negativa, danos à reputação e potencialmente a custos substancialmente superiores às disposições atuais, o que pode ter um efeito adverso sobre as operações, condições financeiras e perspetivas do Grupo.

v) Previsões e raciocínios contabilísticos de importância crítica

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as IFRS requer o uso de estimativas. Esta requer também que a administração aja com prudência na aplicação das políticas contábeis relevantes. As principais áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas nas quais as suposições são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas e individuais, incluem disposições para a conduta e questões jurídicas, regulatórias e de concorrência, o valor justo das demonstrações financeiras, imparidades de crédito para ativos de custo amortizado, imparidade e valorização dos investimentos disponíveis para venda, cálculo do imposto corrente e diferido e contabilização de pensões e benefícios pós-reforma. Existe o risco de que, se o julgamento exercido, ou as estimativas ou suposições usadas, vierem posteriormente a revelar-se incorretas, isso possa resultar em perda significativa para o Grupo, para além do que foi antecipado ou previsto.

Como parte dos ativos no negócio Non-Core, o Grupo detém uma carteira do Reino Unido de empréstimos de curto prazo geralmente mais longos para as contrapartes nos setores ESHLA, que são medidos com base no valor justo. A valorização desta carteira está sujeita a incertezas substanciais devido à natureza de longa data das carteiras, à falta de um mercado secundário para os empréstimos relevantes e os spreads de crédito não observáveis. Como resultado destes fatores, o Grupo pode ser obrigado a rever os valores justos destas carteiras para refletir, entre outras coisas, alterações nas metodologias de avaliação devido a alterações nas práticas de valorização da indústria e à medida que mais uma prova de mercado é obtida no âmbito do enfraquecimento do ativo Non-Core e processo de saída. Para mais informações, consulte a Nota 17 Valor justo dos ativos e passivos das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

A continuação do desenvolvimento de normas e interpretações à luz das IFRS também pode afetar significativamente os resultados financeiros, condição e perspetivas do grupo. A introdução dos requisitos de imparidade das IFRS 9 Instrumentos Financeiros irá fazer com que a imparidade seja reconhecida mais cedo do que à luz da IAS 39 porque requer que as perdas sejam reconhecidas antes do evento da perda surgir. A medição envolverá o aumento da complexidade e julgamento, incluindo o cálculo de probabilidades de incumprimento, perdas em caso de incumprimento, uma gama de cenários económicos futuros imparciais, estimativa das vidas úteis esperadas, estimativa das exposições no incumprimento e avaliar aumentos de risco de crédito. Espera-se que tenha um impacto financeiro material, mas não será prático divulgar estimativas de impacto financeiro de confiança até que o programa de implementação seja mais desenvolvido.

Para mais informações, consulte a Nota 1 Políticas contabilísticas significativas nas páginas 165-169.

vi) Matérias de concorrência e reguladoras

Disputas legais, investigações regulatórias, multas e outras sanções relativas à conduta de negócios e crimes financeiros podem afetar negativamente os resultados, reputação e capacidade de realizar os negócios do Grupo.

O Grupo realiza diversas atividades num mercado global altamente regulamentado e, portanto, está exposto ao risco de multas e outras sanções relacionadas com a realização dos seus negócios. Nos últimos anos, as autoridades têm cada vez mais investigado as práticas do passado, tendo investigado com determinação alegadas violações e aplicado sanções severas a empresas de serviços financeiros. Esta tendência deverá continuar. Em relação ao crime financeiro, uma violação das leis e/ou regulamentos aplicáveis pode fazer com que o grupo ou os seus funcionários sejam sujeitos a processos criminais, censura regulamentar e outras sanções dentro das jurisdições em que opera, particularmente no Reino Unido e EUA. Onde quer que os clientes ou outros terceiros sejam prejudicados pela conduta do Grupo, isso também pode dar origem a processos judiciais, incluindo ações coletivas. Outras disputas legais também podem surgir entre o Grupo e terceiros relativas a questões como violações, aplicação dos direitos ou obrigações decorrentes de contratos legais, estatutos ou direito comum. Os resultados adversos em quaisquer destas matérias pode

Barclays Bank PLC Relatório Anual 2015/16

Análise de risco

Material existente e riscos emergentes

Material existente e riscos emergentes para a performance futura do Grupo

d) *Planeamento de recuperação e resolução*

Continua a haver um forte foco de regulamentação sobre a "resolutividade" dos reguladores, em particular no Reino Unido, EUA e África do Sul. O Grupo fez as suas primeiras apresentações oficiais do Plano de Recuperação e Resolução (RRP) aos reguladores do Reino Unido e dos Estados Unidos em meados de 2012 e fez a sua primeira apresentação do Plano de Recuperação aos reguladores sul-africanos em 2013. O Barclays continua a trabalhar com as autoridades competentes para identificar e abordar potenciais obstáculos à "resolutividade" do Grupo.

No Reino Unido, o trabalho RRP é considerado parte da supervisão contínua. A remoção de possíveis impedimentos a uma resolução ordenada do Grupo ou uma ou mais das suas subsidiárias é considerada parte integrante do BoE e estratégia de supervisão do PRA para cada empresa, e o PRA pode exigir que as empresas façam alterações significativas a fim de melhorar a resolutividade. O Barclays oferece ao PRA um Plano de Recuperação anualmente e um Pacote de Resolução a cada dois anos.

Nos EUA, o Barclays é um dos vários bancos sistemicamente importantes obrigados a apresentar planos de resolução ao Conselho de Governadores do Sistema da Reserva Federal (Federal Reserve) e ao Federal Deposit Insurance Corporation (FDIC) (coletivamente as Agências) ao abrigo da DFA. De acordo com a regulamentação do plano de resolução nos EUA, uma determinação conjunta das Agências de que um plano de resolução não é credível ou não irá facilitar uma resolução ordenada sob o Código de Falência dos Estados Unidos pode fazer com que um banco seja submetido a requisitos de capital, alavancagem ou liquidez mais rigorosos, ou restrições sobre o crescimento, atividades ou operações nos EUA.

Além disso, existem outras propostas relacionadas com a resolução nos EUA, como a proposta de regulamento da Federal Reserve exigindo capital absorvente de perdas totais internas (TLAC) para a Sociedade Intermediária Americana (IHC) do Barclays, que serão estabelecidas em julho de 2016, e um aumento dos requisitos de manutenção de registos e declaração para obrigações dos contratos financeiros qualificados (proposta QFC) que podem, dependendo das regras finais, aumentar materialmente os custos operacionais e de financiamento das operações do Barclays nos EUA.

Na África do Sul, o Tesouro Sul-Africano e o South Africa Reserve Bank estão a considerar nova legislação e regulamentação material para adotar uma resolução e regime de garantia de depositante em alinhamento com os princípios do CEF. O Barclays África Group Limited (BAFL) e sua principal subsidiária Absa Bank Limited, estarão sujeitos a estes regimes quando forem adotados. Ainda não se sabe que forma estes regimes terão ou quando serão adotados, mas as propostas atuais para um regime de seguro de depósito financiado e para a continuidade operacional podem resultar em aumentos materiais nos custos operacionais e de financiamento para o grupo BAFL.

Enquanto o Grupo acredita que está a conseguir bons progressos na redução de impedimentos à resolução, caso as autoridades relevantes decidam finalmente que o Grupo ou qualquer filial significativa não tenha resolução de forma ordenada, o impacto de potenciais alterações estruturais que possam ser necessárias para abordar tal determinação, o impacto de tais alterações estruturais (quer em relação com a RRP quer com outras iniciativas de reforma estrutural) pode impactar os rácios de capital, liquidez e alavancagem do Grupo, assim como a rentabilidade global do Grupo, por exemplo através de custos de infraestrutura duplicados, perda de receitas de taxas cruzadas e custos de financiamento adicionais.

viii) *Ação regularizar no caso de falência de um banco*

A Diretiva de Recuperação e Resolução Bancária UE (BRRD) contém disposições semelhantes à lei bancária a nível europeu, muitas das quais aumentam e ampliam os poderes que os reguladores nacionais são obrigados a ter em caso de falência de um banco.

A Lei Bancária Britânica de 2009, conforme alterada (a Lei Bancária) prevê um regime para permitir que o BoE (ou, em certas circunstâncias, o Tesouro Britânico) resolva a falência dos bancos no Reino Unido. Sob a Lei Bancária, estas autoridades recebem competências para emitir

ordens de transferência de ações e ordens de transferência de propriedade. As alterações introduzidas pela Lei de Reforma Bancária conferiram ao BoE um poder legal de fiança a partir de 1 de janeiro de 2015. Este poder permite que o BoE recapitalize uma instituição falida por afetação de perdas aos seus acionistas e credores quirográficos. Permite também que o BoE cancele passivos ou modifique os termos dos contratos para efeitos de reduzir ou definir os passivos do banco em resolução, e confere-lhe o poder de converter passivos noutra forma (por exemplo, capital próprio). Além do poder de fiança, as autoridades de resolução do Reino Unido em questão receberão poderes adicionais ao abrigo da Lei Bancária, incluindo poderes para solicitar a venda ou transferência de uma instituição financeira relevante ou a totalidade ou parte da sua atividade em determinadas circunstâncias. Além disso, desenvolvimentos paralelos como a implementação no Reino Unido dos requisitos TLAC do CEF podem resultar num aumento dos riscos que um banco se tome sujeito a requisitos de autoridade de resolução por parte dos reguladores que procuram cumprir as normas internacionais nesta área. Veja o Risco de financiamento, incapacidade de manter os rácios prudenciais adequados na página 41.

Se qualquer um destes poderes for exercido, ou existir um aumento do risco de exercício, em relação ao Grupo ou a qualquer entidade do Grupo, isto pode resultar num efeito material adverso sobre os direitos ou interesses dos acionistas e credores, incluindo os titulares de títulos de dívida e/ou pode ter um efeito adverso significativo sobre o preço de mercado das ações e outros títulos emitidos pelo Grupo. Tais efeitos podem incluir a perda de participações/direitos associados, incluindo, a diluição da participação percentual do capital social do Grupo, e pode fazer com que os credores, incluindo os detentores de dívida, percam a totalidade ou uma parte do seu investimento em títulos do Grupo.

Risco de Conduta

O Barclays está empenhado em alterações abrangentes às práticas de negócios, governança e mentalidade e comportamentos de modo a que os bons resultados dos clientes e a proteção da integridade do mercado sejam essenciais para a forma como o Barclays opera. Melhorar a nossa reputação irá demonstrar aos clientes que o Barclays tem um parceiro em que podem confiar. O risco de conduta é o risco de que prejuízo é causado aos clientes e contrapartes do Grupo ou ao próprio Grupo por causa do julgamento inadequado na execução das nossas atividades comerciais.

Durante 2015, o impacto potencial de clientes e risco de reputação inerentes nos riscos emergentes variados foi gerido em todo o Grupo e reencaminhado para a alta administração para debate. Estes riscos permanecem prevalentes em 2016 e para além de 2016 e os mais significativos incluem:

i) *Alteração organizacional*

O Grupo está em risco de não ser capaz de corresponder às expectativas do cliente e regulamentares devido a uma incapacidade de gerir adequadamente: i) a complexidade na prática empresarial, processos e sistemas; ii) os desafios enfrentados na adequação dos produtos, automação e monitorização de risco ao nível de carteira; iii) a resiliência da sua tecnologia; e, iv) a estratégia de execução, incluindo o incumprimento do alto nível de precisão operacional necessária para a execução eficaz, a fim de produzir os resultados positivos dos clientes.

ii) *Questões de legado*

O Barclays permanece em risco dos resultados potenciais de uma série de investigações relacionadas com a nossa conduta passada. Enquanto continuamos a incorporar a mudança cultural e uma melhor governação, muitas partes interessadas continuarão céticas até que haja provas claras e sustentadas de mudança cultural e comportamental consistente e o risco para a reputação do Barclays irá permanecer.

Para mais informações em relação a essas investigações e litígios relacionados e discussão das incertezas associadas consulte a Nota 28 Questões legais, de concorrência e reguladoras na página 194.

iii) Integridade de mercado

Existem riscos potenciais decorrentes de conflitos de interesse, incluindo os relacionados com o processo de submissão de referência. Enquanto principalmente relevantes para o Banco de Investimento, estes riscos potenciais também podem afetar a base de clientes corporativos e de retalho. O Grupo poderá ser adversamente afetado se não mitigar o risco de indivíduos que fazem tal julgamento inadequado através do reforço de modelos operacionais e identificação e gestão efetivas de conflitos de controlos de juros e supervisão.

iv) Risco de Crime Financeiro

O Grupo, como uma empresa global de serviços financeiros, está exposto aos riscos associados à lavagem de dinheiro, financiamento do terrorismo, suborno e corrupção e sanções. Como resultado, o Grupo poderá ser adversamente afetado se não mitigar eficazmente o risco dos seus funcionários ou terceiros facilitarem, ou dos seus produtos e serviços serem usados para facilitar o crime financeiro.

Qualquer um, ou uma combinação, dos riscos acima pode ter um impacto significativo sobre a reputação do Grupo e também pode levar a custos potencialmente grandes tanto para corrigir este problema como para reembolsar prejuízos sofridos por clientes e censura regulamentar e sanções.

Material existente e riscos potencialmente emergentes tendo maior impacto do que um Risco Principal

i) Reforma estrutural (risco emergente)

A Lei dos Serviços Financeiros (Reforma Bancária) do Reino Unido de 2013 (a Lei da Reforma Bancária do Reino Unido) e a legislação secundária e normas regulamentares associadas exigem a separação das atividades de retalho e captação de depósitos PME do Reino Unido e do EEE do Grupo numa entidade legalmente, operacionalmente e economicamente separada e independente e restringe os tipos de atividade que tal entidade poderá realizar (chamados 'delimitação').

O PRA emitiu uma declaração política (PS10/15) em maio de 2015 definindo estruturas legais e requisitos de governança que o regulador do Reino Unido considera como "quase finais". Uma consulta PRA foi emitida em outubro 2015, relativa aos requisitos prudenciais pós-delimitação e disposições intragrupo entre outras questões. As regras finais do PRA são esperadas em 2016. As regras delimitadoras do Reino Unido tornar-se-ão obrigatórias a partir de janeiro de 2019, e o Barclays tem um programa de reforma estrutural interna para implementar as alterações exigidas por estes novos regulamentos (em conjunto com outros requisitos estruturais do grupo aplicáveis ou em curso de desenvolvimento para o Grupo tanto no Reino Unido como noutras jurisdições em que o Grupo tem operações - como a alteração proposta no sentido de um modelo de resolução de ponto de entrada único (empresa holding) ao abrigo da estratégia de resolução preferida do BoE e o requisito ao abrigo da secção 165 da DFA para criar a sociedade intermediária americana (IHC) para deter as subsidiárias bancárias e não-bancárias do Grupo nos Estados Unidos) e avaliar as opções estratégicas do Grupo à luz de todas as iniciativas de reformas estruturais globais atuais e propostas. As alterações resultantes deste trabalho terão um impacto significativo na forma como o Grupo opera no futuro através do aumento de custos e complexidade associados às alterações exigidas pelas leis e regulamentos de delimitação.

Especificamente, a fim de cumprir com a Lei de Reforma Bancária do Reino Unido e da DFA, propõe-se que:

- O Barclays irá criar uma nova entidade bancária do Reino Unido, que servirá como banco delimitador (RFB). Espera-se que sirva os clientes de retalho e pequenas empresas, assim como clientes de património e cartão de crédito do Reino Unido
- Espera-se que o Barclays Bank PLC (BBPLC) sirva clientes corporativos, institucionais e de investimento bancário e sirva também clientes internacionais de património e de cartão de crédito; espera-se também que receba tanto os pagamentos bancários corporativos como negócios de aquisição do Barclaycard muitas das empresas norte-americanas do Grupo (incluindo Barclays Bank Delaware e Barclays Capital Inc., a subsidiária corretora financeira americana do Grupo) serão organizadas sob uma IHC;
- o Grupo irá estabelecer um número de empresas de serviços, a fim de apoiar a sua estrutura de entidade operacional revista.

A aplicação destas alterações envolve uma série de riscos relacionados com a estrutura de entidade do Grupo revista e também o processo de transição para essa estrutura revista do Grupo. Estes riscos incluem o seguinte:

- a criação e gestão contínua da RFB e BBPLC como entidades separadas exigirá que o Grupo avalie e reestruture o seu capital intragrupo e externo, modalidades de financiamento e liquidez externos para garantir que continuam a cumprir os requisitos regulamentares e apoiam as necessidades de negócio. As alterações exigidas pela delimitação irão ter impacto particular nas fontes de financiamento disponíveis para as diferentes entidades, incluindo a restrição do acesso do BBPLC a certas categorias de fundos de depósito
- enquanto que o Grupo irá procurar gerir as alterações à combinação de negócios e capital, recursos de financiamento e liquidez de modo a manter as classificações de crédito robustas para cada uma das suas entidades operacionais-chave, a reestruturação exigida pela delimitação é complexa e não foi testada, e existe um risco de que as alterações possam afetar negativamente a avaliação feita pelas agências de classificação de crédito, credores e outras partes interessadas da qualidade do crédito das diversas entidades de forma independente. As alterações adversas à avaliação de crédito, incluindo o potencial para despromoções de classificação, podem por sua vez tornar mais difícil e oneroso para as entidades do Grupo obterem certas fontes de financiamento
- as Regulamentações de 2015 da Lei de Serviços e Mercados Financeiros de 2000 (Reforma Bancária) (Pensões) preveem que, após 1 de janeiro de 2026, os bancos de delimitação não podem ser ou tornar-se responsáveis por regimes de pensões fora da delimitação. Para cumprir com os regulamentos, o Grupo terá de decidir quais as entidades do Grupo que irão participar no banco britânico Fundo de Pensões Britânico do Barclays (UKRF) a partir de 2026, e chegar a uma posição mutuamente satisfatória com o administrador UKRF sobre responsabilidades por serviços passados. O Grupo está atualmente a discutir uma variedade de opções com o administrador UKRF, e a cooperar com o PRA e Regulador de Pensões Britânico
- o risco de execução associado à movimentação de um número significativo de contas de clientes e contratos de uma entidade jurídica para outra e, em particular, o risco de desafio legal ao regime de transferência autonomizado que será usado para transferir determinados ativos e passivos do BBPLC para o RFB
- impactos de clientes decorrentes de mudanças operacionais relacionadas, por exemplo, com a reorganização dos códigos de classificação. Além disso, a preferência incerta e potencialmente variável do cliente em termos de ser servido pelo RFB ou BBPLC pode aumentar o risco de execução associado à delimitação; os clientes também podem ser afetados pela flexibilidade reduzida de fornecer produtos através de um interface de entidade única
- a nível europeu, o projeto de Regulamentação da Reforma Estrutural Bancária contém poderes que restringem a negociação por conta própria e, se forem respeitadas determinadas condições, para a separação obrigatória da atividade bancária de retalho principal de certas atividades comerciais, exceto no caso de um banco já sujeito a um regime nacional que prevê a separação de tais atividades de forma compatível com a regulamentação. A regulamentação está atualmente em fase de projeto e nenhuma versão (incluindo o âmbito de qualquer derrogação nacional) foi ainda aprovada pelo Conselho de Ministros, Comissão Europeia e Parlamento Europeu. A data de aplicação das referidas propostas dependerá da data em que qualquer

Análise de risco

Material existente e riscos emergentes

Material existente e riscos emergentes para a performance futura do Grupo

legislação final seja acordada. Assim, o potencial impacto sobre o Grupo ainda não está claro.

Estas e outras alterações regulamentares e as ações resultantes tomadas para abordar tais alterações regulamentares podem ter um impacto adverso no lucro, flexibilidade operacional, flexibilidade de aplicação de capital e financiamento, retornos sobre participação, capacidade de pagar dividendos, classificações de crédito, e/ou condição financeira do Grupo.

ii) Condições de negócios, economia em geral e questões geopolíticas

A performance do Grupo pode ser afetada adversamente em relação a mais do que um Risco Principal por uma economia global fraca ou em deterioração ou instabilidade política. Estes fatores também podem ocorrer num ou mais dos principais países de operação do Grupo.

O Grupo oferece uma ampla gama de serviços aos clientes de retalho, institucionais e governamentais num grande número de países. A amplitude destas operações significa que a deterioração no ambiente económico, ou um aumento da instabilidade política em países onde está ativo, ou qualquer outra economia sistemicamente importante, pode afetar negativamente a performance do Grupo.

O crescimento mundial deverá manter-se modesto, com baixo crescimento de um dígito nas economias avançadas a par de um abrandamento nos mercados emergentes. Esta performance económica moderada, os preços mais baixos das commodities e o aumento das tensões geopolíticas significa que a distribuição de riscos para a atividade económica global continua a ser desviada para o lado negativo.

À medida que a Reserva Federal dos EUA embarca num aperto da política monetária, o aumento da divergência de políticas entre as principais economias avançadas arrisca desencadear ainda mais a volatilidade do mercado financeiro. A mudança brusca no valor do dólar norte-americano durante 2015 refletiu isto e tem desempenhado um papel importante no impulsionamento da volatilidade dos preços de ativos e realocação de capital à medida que os mercados se ajustaram. As alterações nas expectativas das taxas de juro arriscam inflamar ainda mais a volatilidade e valorização do dólar, particularmente se a Reserva Federal dos EUA aumentar as taxas mais rapidamente do que os mercados atualmente esperam.

Os mercados emergentes já assistiram a um crescimento lento na sequência do aumento das saídas de capital, mas uma desaceleração mais profunda do crescimento pode surgir se uma política de juros dos EUA mais apertada impulsionar ainda mais a realocação de capital. Além disso, o sentimento perante os mercados emergentes como um todo continua a ser impulsionado em grande parte pela evolução da China, onde há grande preocupação em torno da capacidade das autoridades gerirem a transição do crescimento para os serviços. Uma desaceleração mais forte do que o esperado pode acontecer se as autoridades não conseguirem controlar adequadamente o fim do investimento e crescimento liderado pelo crédito, enquanto que as consequências de uma desaceleração mais rápida fluirão através dos canais financeiros e comerciais noutras economias e afetarão os mercados de commodities.

Os preços das commodities, em particular os preços do petróleo, já caíram significativamente, mas podem cair ainda mais se o crescimento da procura continuar fraco ou a oferta demorar mais tempo do que o esperado a ajustar. Ao mesmo tempo, países com

alta dependência de receitas provenientes das matérias-primas já sofreram um aperto das condições financeiras. Um período sustentado de preços baixos arrisca o desencadeamento de maior angústia financeira, incumprimento e contágio.

Em vários países, reversões de fluxos de capital, assim como a austeridade fiscal, já causaram deterioração na estabilidade política. Isto pode ser exacerbado por um novo aumento da volatilidade dos preços de ativos ou pressão sustentada sobre as finanças públicas. Além disso, as tensões geopolíticas em algumas áreas do mundo, incluindo o Médio Oriente e Europa Oriental já são acentuadas e estão em risco de uma maior deterioração.

Enquanto na Europa, os riscos de estagnação, a deflação enrincheirada e um desmembramento da Zona Euro diminuíram, estes permanecem um risco.

No Reino Unido, o referendo sobre a adesão à UE dá origem a alguma incerteza política e levanta a possibilidade de uma saída perturbadora e incerta da UE, com consequências concomitantes para o investimento e confiança. Após o referendo em Junho de 2016, no caso de haver um voto a favor de abandonar a UE, um período de negociação é provável, amplamente antecipado para durar cerca de dois anos, com implicações imprevisíveis sobre as condições de mercado.

A queda na confiança de negócios ou consumidores relacionada com os riscos pode ter um impacto significativo sobre o crescimento do PIB num ou mais mercados significativos e, portanto, na performance do Grupo. Ao mesmo tempo, mesmo que a produção na maioria das economias avançadas cresça, será também provável que avance a um ritmo mais lento do que o observado no período pré- crise. O potencial de crescimento pode ser ainda mais enfraquecido pelos baixos níveis de investimentos em ativos fixos e aumento da produtividade.

Para o Grupo, uma deterioração das condições nos seus principais mercados pode afetar a performance de várias formas, incluindo, por exemplo: (i) deterioração da confiança de negócios, consumidores ou investidores levando à redução dos níveis de atividade de clientes; (ii) maiores níveis de taxas de incumprimento e imparidade; e (iii) perdas do mercado em carteiras de negociação resultantes de alterações nas classificações de crédito, preços de ações e solvência de contrapartes.

iii) Alteração/execução de negócios (risco emergente)

À medida que o Barclays se direciona para um modelo de resolução de ponto de entrada único (empresa holding) e implementação da execução do programa de reforma estrutural, o nível esperado de alteração estrutural e estratégica a ser implementado a médio prazo será perturbador e é provável que aumente o financiamento e riscos operacionais para o Grupo e pode impactar as suas receitas e negócios. Estas alterações incluem a criação e análise de Non-Core; cumprir uma extensa agenda de melhorias de controlo e de infraestrutura operacional e tecnológica; e reduções de custos planeadas. A execução pode ser afetada negativamente por fatores externos (como uma desaceleração significativa macroeconómica mundial ou outra alteração regulamentar significativa e inesperada nos países em que o Grupo opera) e/ou fatores internos (como a disponibilidade de recursos devidamente qualificados ou resolução de questões de legado). Além disso, o progresso em relação aos planos estratégicos do Barclays é improvável que seja uniforme ou linear e o progresso em determinados objetivos pode ser alcançado de forma mais lenta do que outros.

Se qualquer um dos riscos descritos acima ocorrer, isoladamente ou em conjunto, podem ter um efeito material adverso nos negócios, resultados das operações e condição financeira do Grupo.

Uma visão geral da abordagem do Barclays à gestão do risco

	Página
Estratégia de Gestão de Risco do Barclays	
Introdução	48
Estratégia de Gestão de Risco	48
Estrutura de governança	49
Governança de risco e atribuição de responsabilidades	50
Riscos principais e risco chave	51
Gestão de risco de crédito	
Visão geral	53
Organização e estrutura	53
Funções e responsabilidades	54
Mitigação do Risco de Crédito	54
Gestão do risco de mercado	
Visão Geral	5
Organização e estrutura	5
Funções e responsabilidades	56
Gestão de financiamento e capital de risco	
Visão geral	57
Organização e estrutura	57
Funções e responsabilidades	57
Gestão de Risco de Liquidez	
Visão Geral	59
Organização e estrutura	59
Gestão do risco de liquidez	59
Gestão de Risco Operacional	
Visão Geral	60
Organização e estrutura	60
Funções e responsabilidades	61
Gestão do risco de conduta	
Visão Geral	62
Organização e estrutura	62
Funções e responsabilidades	62

[Informações mais detalhadas sobre como o Barclays gere estes riscos podem ser encontradas no Relatório Pilar 3 PLC do Barclays.](#)

Análise de risco

Gestão de risco

Não há diferenças entre o Grupo Barclays Bank PLC e o Grupo Barclays PLC no modo em como os riscos são geridos e avaliados. Portanto, a gestão do risco para o Barclays PLC que inclui o Grupo Barclays Bank PLC é divulgada nesta secção.

Uma visão mais abrangente, juntamente com informações mais específicas sobre as políticas do Grupo, podem ser encontradas no Relatório Pilar 3 PLC do Barclays 2015 ou em

Introdução

Esta secção descreve a estratégia do Grupo para gerir o risco e como a cultura de risco foi desenvolvida para garantir que há um conjunto de objetivos e práticas que são partilhadas em todo o Grupo. Esta fornece detalhes da governança do Grupo, informações específicas sobre as políticas que o Grupo determina serem de especial importância no atual ambiente operacional, estruturas de comissões e como as responsabilidades são atribuídas.

Estratégia de gestão de risco

O Grupo dispõe de objetivos de gestão de risco claros e de uma estratégia bem definida para os apresentar, através de processos de gestão de risco centrais.

A nível estratégico, os objetivos de gestão de risco do Grupo servem para:

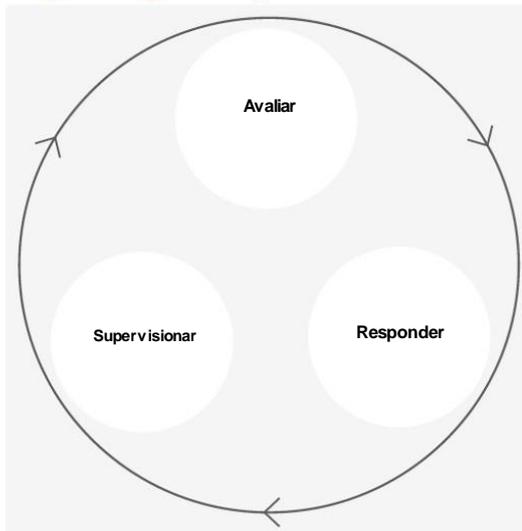
- identificar os riscos significativos do Grupo;
- formular a apetência de risco do Grupo e garantir a sua consistência com o perfil e os planos empresariais;
- otimizar as decisões de risco/rentabilidade considerando-as o mais próximo possível do negócio, estabelecendo uma análise forte e independente e estruturas de avaliação;
- garantir que os planos de crescimento empresariais são adequadamente suportados pelas infraestruturas de risco eficazes;
- gerir o perfil de risco para garantir que os resultados financeiros específicos se mantêm possíveis sob um conjunto de condições de negócio adversas;
- ajudar os executivos a melhorarem o controlo e a coordenação de riscos assumidos no negócio.

Um elemento-chave na definição de objetivos de gestão claros é o ERMF, que define as atividades-chave, ferramentas, técnicas e disposições organizacionais para que os riscos materiais enfrentados pelo Grupo sejam identificados e compreendidos, e as respostas adequadas sejam implementadas para proteger o Barclays e evitar prejuízo para os seus clientes, funcionários ou comunidade. Isto irá ajudar o Grupo a atingir os seus objetivos e reforçar a sua capacidade de responder a novas oportunidades.

O ERMF abrange os riscos incorridos pelo Grupo, que eram previsíveis, contínuos e materiais o suficiente para merecer o estabelecimento de quadros de controlo específicos de todo o Grupo. Estes são conhecidos como Riscos Principais e Riscos Chave. Veja Riscos Principais e Riscos Chave na página 51 para mais informações.

O objetivo do processo de gestão de risco é apresentar um conjunto de três passos estruturados, práticos e de fácil compreensão - Avaliar, Responder e Supervisionar (o processo A-R-S) - que permite à gestão identificar e avaliar riscos, determinar a resposta de risco adequada, e depois supervisionar a eficácia da resposta de risco e as alterações ao perfil de risco.

1. **Avaliar:** a avaliação de risco tem de ser levada a cabo por pessoas, equipas e departamentos que melhor se encontram posicionados para identificar e avaliar os potenciais riscos, e incluem-nos como responsáveis pela apresentação dos objetivos em análise. [Barclays risk management strategy](#)

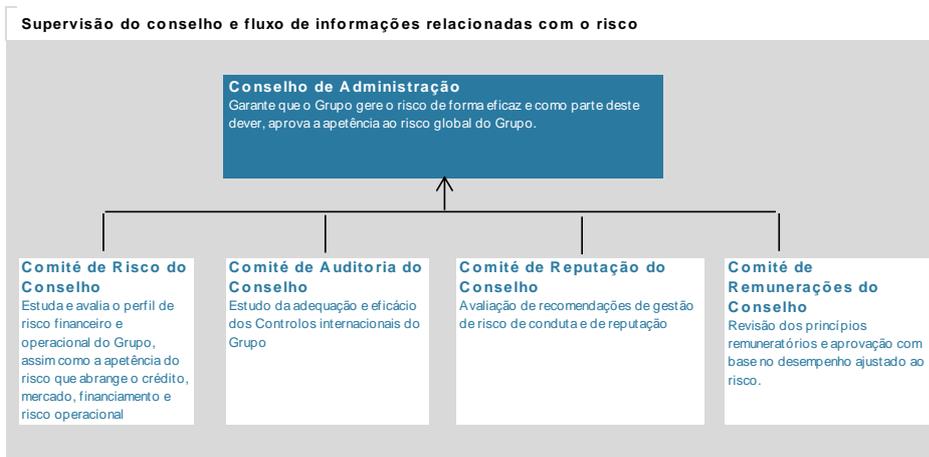


2. **Responder:** a resposta adequada ao risco de forma eficaz e eficiente garante que os riscos são mantidos dentro da apetência, que é o nível de risco que o Grupo está disposto a aceitar, enquanto prossegue a sua estratégia de negócios. Existem três tipos de resposta: i) aceitar o risco, mas tomar medidas de mitigação necessárias, tais como o uso de controlos de risco; ii) interromper a atividade existente/não iniciar a atividade proposta; ou iii) continuar a atividade, mas transferir riscos para terceiros através da utilização do seguro.

3. **Supervisionar:** assim que os riscos forem identificados e medidos, e os controlos postos em prática, o progresso em direção aos objetivos deve ser supervisionado. A supervisão deve ser contínua e pode solicitar a reavaliação dos riscos e/ou alterações nas respostas. A supervisão deve ser realizada de forma proativa. Além de relatórios, inclui garantir que os riscos são mantidos dentro da apetência ao risco e verificar se os controlos estão a funcionar conforme o esperado e permanecem aptos para o efeito.

O processo está orientado à volta dos riscos materiais que têm impacto na apresentação dos objetivos, e é utilizado para promover uma abordagem eficiente e eficaz da gestão de risco. Este processo de gestão de risco de três passos:

- pode ser aplicado a cada objetivo a cada nível do banco, ao nível inferior ou superior;
- está integrado no processo de tomada de decisões ao nível empresarial;
- orienta a resposta do Grupo para as alterações em contexto externo ou interno no qual as atividades existentes são conduzidas;
- envolve todo o pessoal e as três linhas de defesa (ver a páginas 51)



Estrutura de Administração

O risco existe quando o resultado de tomar uma determinada decisão ou linha de ação é incerto e possa potencialmente ter impacto no modo como o Grupo pode apresentar bem ou não os seus objetivos.

O Grupo enfrenta riscos em toda a sua atividade, todos os dias, em tudo o que faz. Alguns riscos são assumidos após consideração adequada – como emprestar dinheiro a um cliente. Outros riscos podem surgir de consequências não intencionais de ações internas, por exemplo, uma falha no sistema de TI ou fracas práticas de vendas. Por fim, alguns riscos são o resultado de eventos fora do Grupo, mas que têm impacto nos seus negócios – como a grande exposição através de negociação ou de empréstimo a uma contraparte do mercado que mais tarde falha.

Todos os empregados têm de desempenhar o seu papel na gestão de risco do Banco, independentemente do cargo, da função ou da localização, e estão obrigados a familiarizarem-se com as políticas de gestão de risco que são relevantes para as suas atividades, a saber como escalar questões de risco atuais ou potenciais, e a dispor de um nível adequado de conhecimentos sobre a Estrutura de Gestão de Risco Empresarial (ver Governança dos riscos e atribuição de responsabilidades para obter mais informações na página 50), o processo da gestão de risco e as disposições de governança.

Além disso, a partir de março de 2016 os membros do Conselho, Comissão Executiva e um número limitado de indivíduos da alta administração especificados estarão sujeitos a regras adicionais incluídas no Senior Managers Regime (SMR), que esclarece a sua prestação de contas e responsabilidades. Os membros do SMR estão vinculados a quatro outras regras específicas de conduta em que devem:

1. tomar medidas razoáveis para garantir que o Grupo é controlado de forma efetiva
2. tomar medidas razoáveis para garantir que o Grupo está em conformidade com requisitos e normas regulamentares aplicáveis
3. tomar medidas razoáveis para garantir que as responsabilidades delegadas são para o indivíduo apropriado e que as responsabilidades delegadas são efetivamente isentadas
4. revelar de forma apropriada qualquer informação ao FCA ou PRA acerca da qual esperam razoavelmente ser informados

Existem três principais fóruns-chave ao nível do Conselho que revêm e monitorizam o risco em todo o Grupo. Estes são: o próprio Conselho; o Comitê de Risco do Conselho e o Comitê de Reputação do Conselho.

home.barclays/annualreport

O Conselho

Uma das responsabilidades do Conselho de Administração (Conselho de Administração do Barclays PLC) é a aprovação da apetência ao risco, que é o nível de risco que o Grupo escolhe assumir para atingir os seus objetivos de negócios. O Diretor de Riscos apresenta regularmente um relatório ao Conselho a resumir os desenvolvimentos no ambiente de risco e as tendências de performance nas carteiras chave. O Conselho também é responsável pelo Controlo Interno e Quadro de Garantia (Quadro de Controlo do Grupo). Ele supervisiona a gestão dos riscos mais significativos através da revisão regular das exposições ao risco e controlos-chave relacionados. As funções executivas relativas a isto constam no ERMF.

O Comitê de Riscos do Conselho (BRC)

O BRC monitoriza o perfil de risco do Grupo contra a apetência financeira acordada. Nos casos em que a performance real difere das expectativas, as ações que estão a ser tomadas pela administração são revistas para garantir que o BRC está confortável com elas. Após cada reunião, o Presidente do BRC prepara um relatório para a próxima reunião do Conselho. Todos os membros são administradores não-executivos. O Diretor Financeiro do Grupo (GFD) e o Diretor de Riscos (CRO) participa em cada reunião por via de regra.

O BRC considera igualmente o balanço da apetência de risco do Grupo em relação ao risco operacional e avalia o perfil de risco operacional do Grupo e a supervisão de risco operacional.

O BRC recebe relatórios regulares e completos sobre metodologia de risco, eficácia do quadro de gestão de risco e perfil de risco do Grupo, incluindo as principais questões que afetam cada carteira de negócios e as tendências de risco futuras. O Comitê também delega uma análise aprofundada dos tópicos de risco significativos, que são apresentados pelo CRO ou gestores de risco seniores nas empresas. O Presidente da Comissão prepara uma declaração anual sobre as suas atividades.

O Comitê de Reputação do Conselho (Reco)

O RepCo analisa as recomendações da administração sobre conduta e risco de reputação e a eficácia dos processos pelos quais o Grupo identifica e gere esses riscos. Ele também analisa e monitoriza a eficácia da estratégia de cidadania do Barclays, incluindo a gestão da contribuição económica, social e ambiental do Barclays.

Além disso, os Comitês de Auditorias do Conselho e de Remunerações do Conselho recebem relatórios regulares sobre risco que os ajudam no desempenho das suas funções.

Análise de risco

Gestão de risco

O Comité de Auditorias do Conselho (BAC)

O BAC recebe relatórios periódicos sobre a eficácia dos sistemas de controlo interno, relatórios trimestrais sobre questões de controlo de materiais de importância, documentos trimestrais sobre julgamentos contábeis (incluindo imparidade). Recebe também uma revisão semestral sobre a adequação das imparidades, que analisa em relação ao risco inerente às carteiras, ambiente de negócios, políticas e metodologias do Grupo e as tendências de performance de bancos pares. O Presidente do BAC também se senta no BRC.

O Comité de Remunerações do Conselho (RemCo)

O RemCo recebe um relatório detalhado sobre a performance de gestão de risco do BRC, atualizações regulares sobre o perfil de risco e propostas para os ajustes de risco ex-ante e ex-post para remuneração variável. Estas contribuições são consideradas na definição de incentivos à performance.

Resumos da experiência empresarial, profissional e de gestão de risco relevante dos Conselheiros do Conselho são apresentados na secção do Conselho de Administração na página 36 do Relatório Anual PLC do Barclays. Os termos de referência e detalhes adicionais sobre a adesão e atividades para cada um dos principais Comités do Conselho estão disponíveis na secção Governança Corporativa em: home.barclays/corporate_governance

O CRO gere a função de risco independente e preside aos Comités Financeiros de Risco (CRL) e ao Fórum de Revisão de Risco Operacional (ORRF), que monitorizam o perfil de risco financeiro e não-financeiro do Grupo em relação à apetência de risco acordado.

O Tesoureiro do Grupo dirige a função da Tesouraria e preside ao Comité de Tesouraria que gere a liquidez, transformação de vencimento e exposição da taxa de juros estrutural do Grupo através da definição de políticas e controlos, monitoriza a liquidez e desajustamento do vencimento da taxa de juros do Grupo, monitoriza o uso de capital regulatório e económico e supervisiona o plano de capital do Grupo.

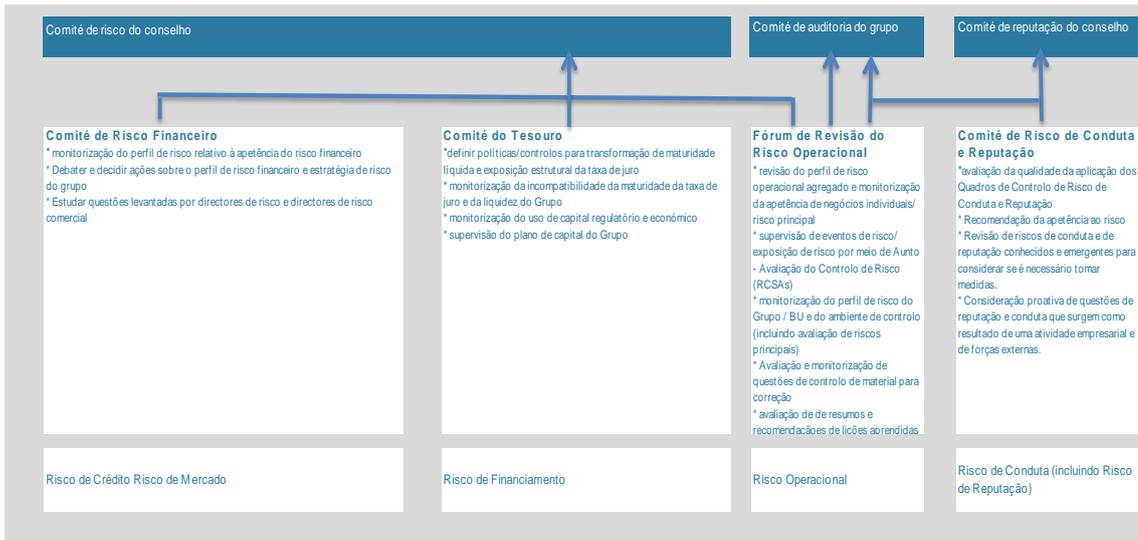
O Chefe de Conformidade preside ao Comité de Risco de Conduta e Reputação (CRRC) que avalia a qualidade da aplicação dos Quadros de Controlo de Risco de Conduta e Reputação. Este também recomenda a apetência ao risco de conduta, define as políticas para garantir a adesão consistente a essa apetência e revisões conhecidas e riscos emergentes da reputação e conduta relacionados para considerar se é necessário tomar medidas.

Governança de risco e atribuição de responsabilidades

A responsabilidade pela gestão do risco reside em todos os níveis do Grupo, desde o Conselho e Comissão Executiva até à organização para cada gestor de negócios e especialista em risco. Estas responsabilidades são distribuídas para que as decisões de risco/retorno sejam tomadas ao nível mais adequado, o mais próximo possível do negócio, e estão sujeitas a revisão e avaliação robustas e eficazes.

As responsabilidades para uma revisão e avaliação eficazes também residem em todos os níveis.

Relatório e Controlo



O ERMF articula uma abordagem clara e consistente, abrangente e eficaz à gestão de todos os riscos do Grupo e cria o contexto para a definição de normas e estabelecimento das práticas corretas em todo o Grupo. O ERMF estabelece uma filosofia e uma abordagem que é aplicável a todo o banco, todos os colegas e a todos os tipos de risco. Estabelece as principais atividades necessárias para todos os funcionários operarem o ambiente de risco e controlo do Barclays, com requisitos específicos para os indivíduos-chave, incluindo o CRO e CEO, e o quadro geral de governança projetado para suportar o seu funcionamento eficaz. Veja a Cultura de Risco no Relatório Pilar 3 PLC do Barclays para mais informações.

O ERMF apoia a gestão e controlo de riscos, garantindo que existe:

- uma implementação sustentável e coerente das três linhas de defesa em todos os negócios e funções
- uma clara segregação de atividades e funções exercidas pelos colegas em todo o Grupo
- um quadro para a gestão dos Riscos Principais
- uma aplicação consistente da apetência de risco do Barclays em todos os Riscos Principais; e
- uma hierarquia política clara e simples.

Três Linhas de Defesa

O processo de Gestão de Risco Empresarial é a “defesa” e organizar os negócios e as funções em três “linhas” melhora o processo A-R-S formalizando a independência e a avaliação, enquanto se promove a colaboração e o fluxo de informações entre todas as áreas. As três linhas do modelo operacional de defesa permitem ao Grupo separar atividades de gestão de risco:

Primeira linha: gerir os processos operacionais e de negócios; conceber, implementar, operar, testar e corrigir controlos.

As atividades de primeira linha são caracterizadas por:

- participação e responsabilidade direta pelos retornos do Grupo ou elementos dos resultados do Barclays
- participação da maioria das operações, sistemas e processos fundamentais para a operação do banco
- relação direta da definição do objetivo, avaliação da performance e remuneração da performance financeira.

Segunda linha: Supervisionar e avaliar a primeira linha, apresentar a atividade de gestão de risco da segunda linha.

As atividades de segunda linha são caracterizadas por:

- fiscalizar, supervisionar e avaliar as atividades de primeira linha de defesa
- conceber, participar ou operacionalizar as Estruturas de Controlo de Risco Principal que têm impacto nas atividades da primeira linha de defesa
- operacionalização de certas atividades de gestão de risco de segunda linha (por exemplo resgate financeiro de uma empresa)
 - sem relação direta da definição do objetivo, avaliação do desempenho e remuneração para o rendimento (as medidas relacionadas com a mitigação de perdas e o equilíbrio entre o risco e a remuneração são permissíveis).

Terceira linha: Garantem que o processo A-R-S se adequa ao objetivo, e que isso é levado a cabo conforme pretendido.

As atividades de terceira linha são caracterizadas por:

- fornecer uma garantia independente e oportuna ao Conselho e Administração Executiva sobre a eficácia da governança, gestão de riscos e controlo.

Na sequência da revisão anual, em 2016, refinámos ainda mais as três linhas do modelo de defesa, esclarecendo que as responsabilidades pela gestão e controlo de riscos são definidas em relação às atividades que os indivíduos realizam como parte

do seu papel. As três atividades principais são: “Definir Política e Conformidade” (segunda linha); “Gerir o processo operacional ou de negócios” (primeira e segunda linha); e “Fornecer garantia independente” (terceira linha). As atividades de segunda e terceira linha não mudaram, no entanto, enfatizámos as principais responsabilidades de primeira linha, que incluem a responsabilidade dos colegas para compreenderem e possuírem o fim do processo ao fim, e conceberem, operarem, testarem e remediarem controlos apropriados de gestão desses riscos. Realizadas de forma adequada e por todos os colegas, em conjunto, essas responsabilidades irão impulsionar um ambiente mais forte de risco e controlo no Barclays, beneficiando os nossos clientes, acionistas e reguladores.

Riscos principais e riscos-chave

Os Riscos Principais compreendem os Riscos-Chave individuais para permitir uma análise mais granular. Em 31 de dezembro de 2015, os cinco principais riscos eram: i) Crédito; ii) Mercado; iii) Financiamento; iv) Operacional; e v) Conduta. Desde o início de 2015, o Risco de Reputação tem sido reconhecido como um risco-chave dentro do Risco de Conduta dado o seu alinhamento estreito e o facto de que, como Riscos-chave separados, terem um Diretor de Riscos Principais comum.

As responsabilidades de gestão de risco para os Riscos Principais e Riscos-chave constam no ERMF. O ERMF cria a posse clara e prestação de contas; garante que as exposições a riscos mais significativos do Grupo são compreendidas e geridas em conformidade com as tolerâncias de apetência ao risco e de risco acordadas; e assegura a comunicação regular das exposições ao risco e eficácia do controlo.

Para cada Risco-chave, o Diretor de Riscos é responsável pelo desenvolvimento de uma declaração de apetência ao risco e controlo e gestão do risco em linha com o ERMF. Isto inclui a documentação, comunicação e manutenção de um Quadro de Controlo de Riscos-chave que estabelece, para cada negócio em toda a empresa, os requisitos de controlo obrigatórios na gestão de exposições a este Risco-chave. Estes requisitos de controlo recebem mais especificações, de acordo com o tipo de negócio ou de risco, para fornecer um sistema completo e de controlo interno apropriado.

Os diretores de negócio e função são responsáveis pela obtenção de uma garantia contínua para que os controlos principais que aplicaram para gerir os riscos nos seus objetivos da unidade de negócio funcionem eficazmente.

As revisões são realizadas numa base semestral e apoiam as exigências regulatórias para o Grupo fazer uma declaração anual sobre o seu sistema de controlos internos. Ao nível empresarial, a gestão executiva realiza reuniões específicas de supervisão de risco do negócio para monitorizar todos os Riscos Principais.

Os Diretores de Risco Principal comunicam as suas avaliações de exposição de risco e eficácia dos controlos aos Comités de supervisão ao nível do Grupo, constituindo as suas avaliações a base dos relatórios que são entregues a:

Análise de risco

Gestão de risco

Comité de Risco do Conselho:

- Comité de Risco Financeiro tem a supervisão dos Riscos de Crédito e Mercado;
- Comité de Tesouraria supervisionou o Risco de Financiamento;
- Fórum de Revisão do Risco Operacional tem a supervisão do perfil de risco de todos os tipos de Risco Operacional.

Comité de Reputação do Conselho:

- O Comité de Risco de Conduta e Reputação tem a supervisão dos Riscos de Conduta e Reputação.

As seguintes secções fornecem uma visão geral de cada um dos cinco Riscos Principais, e os detalhes da estrutura e organização da função de gestão pertinente e as suas funções e responsabilidades, incluindo como o impacto do risco para o Grupo pode ser minimizado.

Análise de risco

Gestão de risco

Gestão de risco de crédito

Risco de crédito

O risco de sofrer uma perda financeira, no caso de qualquer um dos compradores, clientes ou contrapartes comerciais do Grupo não cumprirem as suas obrigações contratuais para com o Grupo.

Visão Geral

A concessão de crédito é uma das principais fontes de receita do Grupo e, como um Risco Principal, o Grupo dedica recursos consideráveis para o seu controlo. O risco de crédito que o Grupo enfrenta decorre principalmente de empréstimos grossistas e retalhistas e avança em conjunto com o risco de crédito de contraparte decorrente de contratos de derivativos com clientes. Outras fontes de risco de crédito são decorrentes de atividades comerciais, incluindo: títulos de dívida, saldos de liquidação com contrapartes do mercado, ativos disponíveis para venda e acordos de recompra (reverse repos).

Objetivos da gestão de risco de crédito são para:

- manter uma estrutura de controlos para assegurar que o risco de crédito assumido se baseia em princípios saudáveis de gestão de riscos
- identificar, avaliar e medir o risco de crédito com clareza e precisão em todo o Grupo e dentro de cada unidade de negócio independente, desde o nível das facilidades individuais até à carteira total

- controlar e planejar a assunção do risco de crédito em conformidade com as expectativas das partes interessadas externas e evitando concentrações indesejadas
- supervisionar o risco de crédito e aderência aos controlos acordados
- Garantir que os objetivos de remuneração de risco são atingidos.

Mais informações da comunicação do risco de crédito podem ser encontradas no Relatório Pilar 3 PLC do Barclays.

Organização e estrutura

As carteiras retalhista e grossista são geridas separadamente para refletir a natureza distinta dos ativos; os balanços grossistas tendem a ser maiores e são geridos de modo individual enquanto os balanços retalhistas são maiores em número mas mais pequenos no valor e são, portanto, geridos numa base de carteira homogênea.

As responsabilidades de gestão do risco de crédito foram estruturadas de modo a que as decisões sejam tomadas o mais próximo possível do negócio, assegurando a revisão e avaliação robustas da performance, infraestrutura de risco e planos estratégicos. As equipas de gestão de risco de crédito em cada negócio são responsáveis perante o Diretor de Riscos do negócio de crédito relevante (BCRO), que, por sua vez, comunica ao CRO.

Supervisão do conselho e fluxo de informações relacionadas com o risco

Organização e estrutura



Análise de risco

Gestão de risco

Gestão de risco de crédito

Funções e responsabilidades

As responsabilidades das equipas de gestão de risco de crédito nos negócios, a equipa de sanção e outros serviços partilhados incluem: sancionar novos acordos de crédito (principalmente grossistas); definir as políticas para aprovação das transações (principalmente retalhista); definir a apetência ao risco; supervisionar o risco face os limites e outros parâmetros; manter a robustez dos processos, a recolha de dados, a qualidade, o armazenamento e os métodos de reportar para uma gestão de risco do crédito eficaz; para carteiras grossistas realizando um rotação efetiva e trabalhando cenários através de equipas dedicadas às reestruturações e recuperações; para carteiras retalhistas, manter processos/unidades de recolha e de recuperação sólidos; e analisar e validar modelos de medição do risco de crédito.

Para carteiras grossistas, a aprovação de risco de crédito é realizada por profissionais experientes em risco de crédito que operam dentro de uma estrutura de autoridade delegada claramente definida, com apenas os diretores de crédito mais antigos confiados com os níveis mais elevados de autoridade delegada. As maiores exposições de crédito, que estão fora da autoridade da Unidade de Sanção de Risco ou do Comité de Distribuição do Risco exigem o apoio do Diretor de Crédito Sénior do Grupo (GSCO), o sancionador de risco de crédito mais antigo do Grupo. Para as exposições em excesso da autoridade do GSCO, é necessária a aprovação do CRO do Grupo. Nas carteiras grossistas, os gestores de risco de crédito são organizados em equipas de sanção por geografia, indústria e/ou produto.

O papel da função de Risco Central é fornecer uma orientação de todo o Grupo, supervisão e avaliação da tomada de risco de crédito. O Risco Central define o Quadro de Controlo de Risco de Crédito, que fornece a estrutura dentro da qual o risco de crédito é gerido, juntamente com o apoio às políticas de risco de crédito.

Mitigação do Risco de Crédito

O Grupo emprega uma variedade de técnicas e estratégias para mitigar ativamente os riscos de crédito de contrapartes. Estes podem ser divididos em três tipos: apuração de posição líquida e compensação; garantia; e transferência de riscos.

Apuração de posição líquida e compensação

Na maioria das jurisdições em que o Grupo opera, as exposições a risco de crédito podem ser reduzidas mediante a aplicação de apuração de posição líquida e compensação. Em termos de exposição, esta técnica de mitigação do risco de crédito tem o maior impacto global sobre a exposição líquida de operações com derivativos, em comparação com outras técnicas de mitigação de risco.

Para as transações com derivativos, a prática normal do Grupo é entrar em acordos-padrão com as contrapartes (por exemplo ISDAs). Estes acordos principais permitem a apuração de posição líquida da exposição ao risco de crédito de contrapartes resultante de uma transação de derivativos com as obrigações do grupo para a contraparte no caso de incumprimento, e assim produzir uma exposição de crédito líquido menor. Estes acordos podem também reduzir a exposição de liquidação (por exemplo, para transações de câmbio), permitindo que os pagamentos no mesmo dia na mesma moeda sejam compensados mutuamente.

Garantia colateral

O Grupo tem a capacidade de reclamar garantias no caso de incumprimento da contraparte, que incluem:

- empréstimos de habitação: uma taxa fixa sobre propriedade residencial na forma de habitações, apartamentos e outros imóveis;
- empréstimos grossistas: uma taxa fixa sobre a propriedade comercial e outros ativos físicos, em várias formas;
- outros empréstimos retalhistas: inclui os encargos sobre veículos a motor e outros ativos físicos, encargos de penhor sobre imóveis residenciais, e contas a receber de locação financeira;
- derivados: o Grupo também procura entrar num acordo relativo à margem (por ex. Anexo de Apoio ao Crédito (CSA)) com as contrapartes com as quais o Grupo tem acordos de apuração de posição líquida em vigor;
- acordos de revenda: as garantias normalmente incluem garantias altamente líquidas que foram legalmente transferidas para o Grupo sujeitas a um acordo para a sua devolução por um preço fixo;
- garantias financeiras e compromissos não contabilísticos semelhantes: garantias em numerário podem ser impostas a estes acordos.

Transferência de Risco

Um conjunto de instrumentos incluindo garantias, seguros de crédito, derivados de crédito e titularização podem ser utilizados para transferir o risco de crédito de uma contraparte para outra. Estes mitigam o risco de crédito de duas formas principais:

- se o risco é transferido para uma contraparte que é mais fiável a nível de crédito do que a contraparte original, então o risco de crédito no geral terá de ser reduzido;
- quando o recurso para a primeira contraparte permanecer, ambas as contrapartes devem entrar em incumprimento antes de uma perda se materializar. Isto é menos provável do que o incumprimento de qualquer contraparte individualmente, por isso o risco de crédito é reduzido.

Políticas detalhadas encontram-se em vigor para garantir que a mitigação de risco de crédito é adequadamente reconhecida e registada e mais informação pode ser encontrada no Relatório Pilar 3 do Barclays PLC.

Análise de risco

Gestão de risco

Gestão de risco de mercado

Risco do mercado

O risco de uma redução de rendimentos ou capital derivado da volatilidade de posições da carteira de negociação ou como consequência de gerir um balanço da carteira de negociação e conjunto de liquidez.

Visão Geral

Mercado Comercial de Risco

O risco de mercado negociado surge principalmente como resultado da facilitação do cliente em mercados grossistas, envolvendo atividades de criação de mercado, soluções de gestão de risco e execução de operações sindicalizadas. Após a execução de um negócio com um cliente, o Grupo irá tentar-se proteger contra o risco de o negócio se movimentar numa direção adversa. Os desajustamentos entre transações de clientes e coberturas resultam em risco de mercado devido a mudanças nos preços dos ativos.

Risco de Mercado Não Comercial

As operações da carteira bancária geram risco de mercado não-negociado, principalmente através do risco de taxa de juro decorrente da sensibilidade da margem financeira líquida devido a alterações nas taxas de juros. Os principais negócios bancários envolvem-se em operações de derivativos internos com as Finanças para gerir o risco de taxa de juro para dentro da sua apetência de risco definida.

No entanto, os negócios continuam a ser sensíveis ao risco de mercado de quatro fontes principais:

- risco de pagamento antecipado: a redução do balanço pode ser mais rápida ou mais lenta do que o esperado, devido ao comportamento do cliente em resposta a condições económicas gerais ou taxas de juros. Isto pode levar a uma incompatibilidade entre o saldo real dos produtos e as coberturas executadas com as Finanças com base em expectativas iniciais;
- risco de recrutamento: o volume das novas unidades de negócio poderá ser menor ou maior do que o esperado exigindo que a empresa liberte ou execute transações de cobertura de risco com as Finanças a taxas diferentes do que as esperadas;
- risco residual e margem de compressão: o negócio pode reter um pequeno elemento de risco da taxa de juros para facilitar a gestão diária do negócio do cliente. Além disso, no ambiente atual da taxa baixa, os depósitos em que o Grupo define a taxa de juros estão expostos a compressão das margens. Isto porque, para qualquer nova queda na taxa de base, o Grupo deve absorver uma quantidade crescente do movimento da taxa na sua margem;
- risco de atraso: o risco de ser incapaz de reavaliar o preço dos produtos imediatamente após uma alteração nas taxas de juros devido a períodos de notificação obrigatória. Isto é altamente prevalente nos produtos de poupança de taxas (por exemplo, Poupança Diária) em que os clientes devem ser informados por escrito sobre qualquer redução prevista na sua taxa de poupança.

Risco de pensões

O Grupo mantém uma série de regimes de pensões de benefício definidos para funcionários passados e atuais. A capacidade do fundo de pensões cumprir os pagamentos de pensões projetados é mantida principalmente através de investimentos.

O risco de pensões surge porque o valor estimado de mercado dos ativos do fundo de pensões pode diminuir; os retornos de investimento podem diminuir; ou o valor estimado das responsabilidades com pensões pode aumentar como resultado de mudanças no processo de mercado. O Grupo monitoriza os riscos de mercado decorrentes dos seus regimes de pensões de benefícios definidos, e trabalha com os Administradores para resolver deficiências. Nestas circunstâncias, o Grupo pode ser obrigado ou pode optar por fazer contribuições adicionais para o fundo de pensão. O regime de benefícios definido principal do Grupo foi encerrado para novas adesões em 2012.

Risco de seguro

O risco de seguro é apenas gerido no seio do Banco de África onde quatro categorias de risco de seguro são reconhecidas, nomeadamente risco de subscrição de seguro de curto-prazo, o risco de subscrição de seguro de vida, o risco de incompatibilidade do seguro de vida, e o risco de investimento de seguro e vida.

O risco de seguro ocorre quando:

- os prémios de seguro agregados recebidos dos segurados ao abrigo de uma carteira de contratos de seguros são inadequados para cobrir os custos decorrentes dessas políticas e as despesas associadas com a gestão da carteira de apólices e sinistros;
- os prémios não são pensados para corresponder adequadamente à duração, ao tempo e à dimensão dos sinistros previstos;
- flutuações inesperadas dos sinistros acontecem ou uma exposição excessiva (por ex. em exposições individuais ou agregadas) relativamente à capacidade é detetada na entidade.

As entidades seguradoras também incorrem em riscos de mercado (no investimento em prémios acumulados e capital acionista), risco de crédito (exposição da contrapartida nos investimentos e transações de novo seguro), risco de liquidez e risco operacional dos seus investimentos e operações financeiras.

Organização e estrutura

O risco de mercado negociado nos negócios reside principalmente no Banco de Investimento, Tesouro, Banco de África e Non-Core. Estes negócios têm o mandato de incorrer em risco de mercado negociado. O risco de mercado não negociado é principalmente incorrido no PCB, Barclaycard e Tesouro.

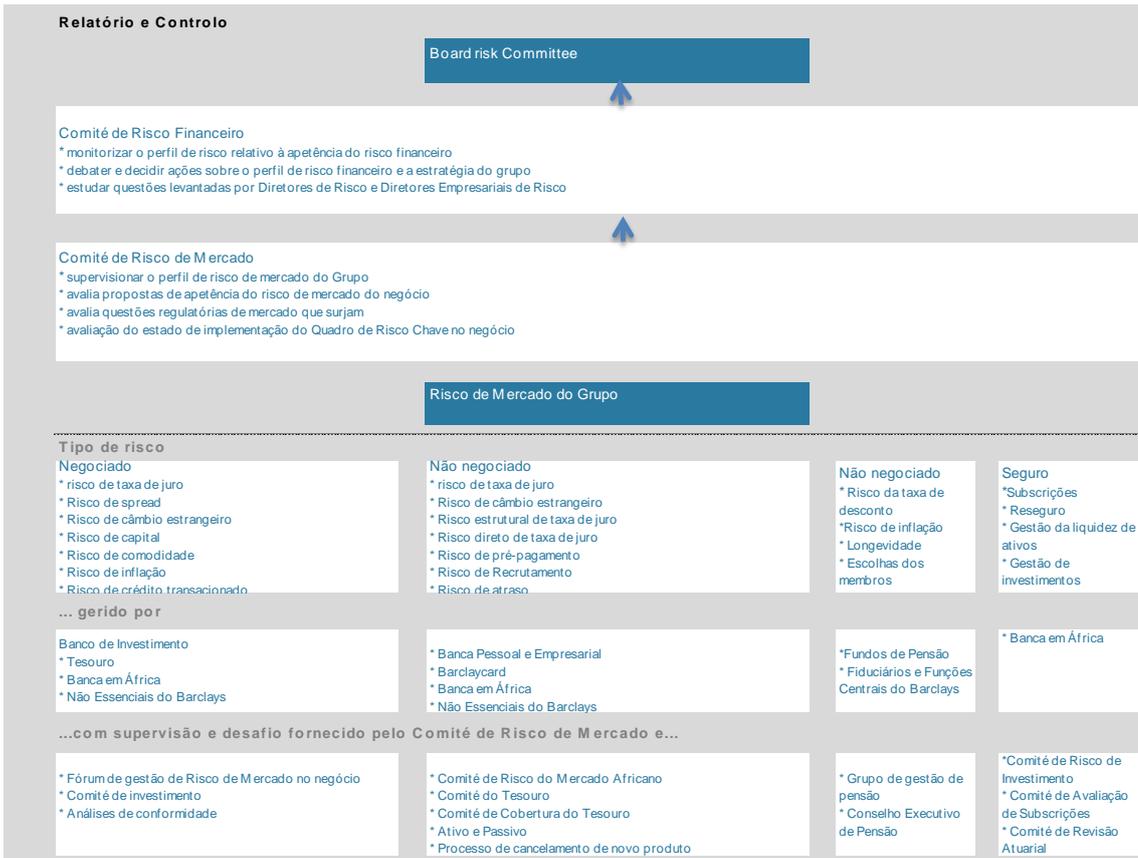
A supervisão e avaliação do risco de mercado são fornecidas por comités de negócios, comités do Grupo, incluindo a Comissão de Risco de Mercado e Risco de Mercado do Grupo. O gráfico acima dá uma visão geral da estrutura de controlo de negócios.

Análise de risco

Gestão de risco

Gestão de risco de mercado

Organização e estrutura



Funções e responsabilidades

Os objetivos da gestão de risco de mercado são:

- compreender e controlar riscos de mercado por avaliação sólida, definição de limites, comunicações e vigilância
- facilitar o crescimento das unidades de negócio dentro de uma estrutura de gestão de risco controlada e transparente
- assegurar que o risco de mercado negociado nas unidades de negócio é controlado de acordo com a apetência alocada
- controlar o risco de mercado não-negociado em linha com o apetite aprovado
- controlar o risco de seguro em linha com o apetite aprovado
- apoiar a estratégia Non-Core do Barclays de redução de ativos assegurando que permanece dentro da apetência acordada.

Para garantir os objetivos acima referidos são cumpridos, uma estrutura de governança bem estabelecida está em vigor para gerir estes riscos consistentes com o ERMF (avaliar-responder-supervisionar). Consulte a página 49 a 52 sobre a estratégia de gestão de risco, governança e cultura de risco. Mais informações sobre a gestão de riscos de mercado podem ser encontradas no Relatório Pilar 3 PLC 2015 do Barclays.

Análise de risco

Gestão de risco

Gestão de financiamento e capital de risco

Risco de Financiamento

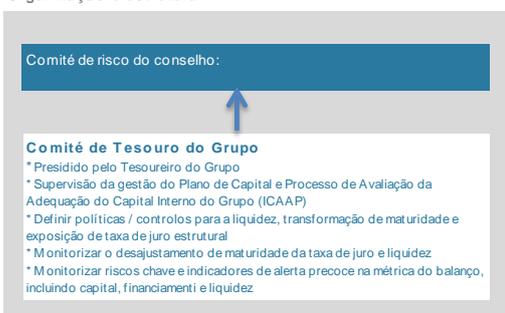
A capacidade do Grupo atingir os seus planos de negócios pode ser afetada negativamente se não gerir eficazmente o seu capital (incluindo alavancagem) e rácios de liquidez. A Tesouraria do Grupo gere o risco de financiamento numa base diária com o Comité de Tesouraria do Grupo atuando como órgão de administração principal.

Risco de Capital

O risco de capitais é o risco de o Grupo não ter recursos suficientes para:

- cumprir os requisitos mínimos regulamentares no Reino Unido e noutras jurisdições, como os EUA e África do Sul, onde atividades reguladas são realizadas. A autoridade do Grupo para operar como um banco está dependente da manutenção dos recursos de capital adequados a cada nível em que os recursos de capital prudenciais são aplicados
- suportar a sua classificação de crédito. Uma classificação de crédito mais frágil aumentaria os custos de fundos do Grupo
- apoiar a sua classificação de crédito.

Organização e estrutura



Organização e estrutura

A gestão de capital é essencial para a abordagem do Grupo à estabilidade financeira e gestão da sustentabilidade e, portanto, é incorporada na forma como as empresas e pessoas jurídicas atuam. A procura e oferta de capital são geridas ativamente numa base centralizada, a nível empresarial, a nível da entidade local e numa base regional, tendo em conta o ambiente regulatório, económico e comercial em que o Barclays atua.

Funções e responsabilidades

A estratégia de gestão do capital do Grupo é acionada por objetivos estratégicos do Grupo e pela apetência de risco definida pelo Conselho. Os objetivos do Grupo são alcançados através de práticas de gestão de capital bem incorporadas.

Planeamento de Capital

As previsões de capital são geridas numa análise de cima para baixo e de baixo para cima, através de ciclos de planeamento financeiro de curto prazo (um ano) e médio prazo (três anos). Os planos de capital do Barclays são desenvolvidos com o objetivo de manter o capital que é adequado em quantidade e qualidade para suportar as necessidades do perfil de risco, regulatórias e de negócios do Grupo, incluindo compromissos financeiros Transform. Como resultado, o Grupo detém uma base de capital diversificada que fornece forte capacidade de absorção de perdas e retornos otimizados.

Os planos de capital do Barclays são supervisionados continuamente face aos rácios de capital de objetivo interno relevantes para garantir que são adequados, e consideram os riscos para o plano, incluindo possíveis e futuras alterações na regulamentação.

A gestão local assegura a conformidade com os requisitos de capital regulamentares mínimos reportando aos Comités locais de ativos e passivos, com a supervisão do Comité de Tesouraria do Grupo, se necessário.

Análise de risco

Gestão de risco

Gestão de financiamento e capital de risco

Objetivos Principais	Práticas Centrais
Assegurar que o Grupo e as entidades jurídicas mantêm capital adequado para suportar o impacto dos riscos que podem surgir no âmbito das condições de esforço analisadas pelo Grupo	* Cumprir sempre os requisitos regulatórios mínimos no RU e em todas as jurisdições nas quais o Grupo opere, como por exemplo os EUA e África do Sul onde decorrem atividades reguladas. * Efetuar testes de stress regulatórios e internos em todo o Grupo. * Manter amortecedores de capital regulamentares mínimos
Apoiar uma forte notação de crédito	* Manter rácios de capital em conformidade com as expectativas das agências de rating
Apresentar uma oferta viável e sustentável da unidade de negócio, mantendo o capital adequado para suprir as necessidades da unidade de negócio previstas e atuais do Grupo e os seus riscos associados	* Manter um plano de capital em conformidade, a curto e médio prazo, com os objetivos estratégicos, equilibrar a geração de capital do negócio com o crescimento do negócio e a distribuição pelos acionistas.

Requisitos regulamentares

O planeamento de capital é definido tendo em consideração os requisitos legais mínimos em todas as jurisdições nas quais o Grupo opera. Os requisitos regulamentares de capital do Barclays são determinados pelo PRA.

Ao abrigo destas estruturas regulamentares, as exigências de capital são definidas tendo em conta a nível de risco a que a empresa está exposta o qual é medido através de ativos de risco ponderado (RWAs) e da alavancam.

O capital detido para suportar o nível de risco identificado é definido tendo em consideração os requisitos mínimos de rácio e buffers internos. Os requisitos de capital são definidos de acordo com o nível de risco das empresas.

Governança

Os planos de capital do Grupo e da entidade jurídica são apoiados pela Estrutura de Gestão do Capital, que inclui as práticas e políticas de gestão de capital aprovadas pelo Comité de Tesouraria e implementadas de forma consistente e destinadas a apresentar os objetivos do Grupo.

O Conselho aprova o plano de capital do Grupo, testes de stress e plano de recuperação. O Comité de Tesouraria gere a conformidade com os objetivos de gestão de capital do Grupo. O Comité revê a procura de capital real e futura e recursos numa base mensal. O Comité de Risco do Conselho revê anualmente a apetência ao risco e, em seguida, analisa os impactos de cenários de stress sobre a previsão de capital do Grupo, a fim de compreender e gerir a adequação de capital projetada do Grupo.

Monitorizar e gerir o capital

O capital é monitorizado e gerido numa base corrente através de:

Testes de stress: são realizados testes de stress internos para quantificar e compreender o impacto das sensibilidades sobre o plano de capital e rácios de capital, decorrentes de condições macroeconómicas. Os recentes stresses reais económicos, de mercado e de instituições são usados para informar os pressupostos dos testes de stress e avaliar a eficácia das estratégias de

mitigação.

O Grupo também realiza testes de stress prescritos pelo BoE e EBA. As entidades jurídicas realizam testes de stress prescritos pelos seus reguladores locais. Estes testes de stress informam as decisões sobre a dimensão e a qualidade do buffer de capital necessário e os resultados são incorporadas no plano de capital do Grupo para garantir adequação do capital em condições normais e graves, mas plausíveis e de stress.

Mitigação do risco: como parte do processo dos testes de stress, identificamos as ações que devem ser tomadas para mitigar os riscos que possam surgir no caso de alterações adversas materiais na atual situação económica e empresarial.

Como proteção, o Plano de Recuperação do Barclays define as ações e as estratégias de implementação disponíveis para o Grupo aumentar ou preservar os nossos recursos de capital no caso de eventos de esforço que sejam mais extremos do que se esperava.

Consciência e transparência da alta administração: a Tesouraria trabalha em estreita colaboração com o Risco Central, negócios e pessoas jurídicas para apoiar uma abordagem proativa para identificar fontes de volatilidades de rácio de capital que sejam consideradas no plano de capital do Grupo. Os riscos de capital com base em indicadores específicos de empresas e macroeconómicos de alerta precoce são monitorizados e reportados ao Comité de Tesouraria, associados a canais de escalonamento claros para a alta administração.

As informações sobre a gestão do capital estão sempre e imediatamente disponíveis para apoiar a tomada de decisões estratégica e diária da unidade de negócio da Gestão Executiva, se necessário.

O Grupo apresenta ao seu Conselho o documento aprovado do ICAAP à Autoridade para a Regulamentação Prudencial (PRA) anualmente, constituindo a base das Orientações do Capital Individual ("ICG") estabelecidas por aquela.

Alocação de capital: as alocações de capital são aprovadas pelo comité Executivo do Grupo e monitorizadas pelo Comité de Tesouraria, levando em consideração a apetência ao risco, o crescimento e os objetivos estratégicos do Grupo. É alocado às entidades legais regulamentadas, no mínimo, o capital suficiente para satisfazer os seus requisitos regulamentares e de negócios tanto atuais como futuros.

Transferibilidade de capital: a política do Grupo é para o capital excedente realizado em entidades do Grupo a ser repatriado para o BB PLC sob a forma de dividendos e/ou repatriação de capital, sujeito a requisitos regulamentares locais, controlos de câmbio e implicações fiscais. Esta abordagem proporciona flexibilidade ideal na reimplantação de capital através de pessoas jurídicas. O Grupo não tem conhecimento de quaisquer impedimentos materiais à rápida transferência de recursos de capital, em linha com a política acima, ou reembolso de passivos intragrupo quando necessário.

Mais informação acerca da gestão de risco do capital pode ser encontrada nas páginas 136 a 137 do Relatório Pilar 3 PLC 2015 do Barclays.

Análise de risco

Gestão de risco

Risco de financiamento – Liquidez

Risco de liquidez

O risco de que o Grupo, embora solvente, não tenha recursos financeiros suficientes para lhe permitir cumprir as suas obrigações à medida que vencem, ou possa proteger tais recursos apenas a custo excessivo.

Isto também resulta na incapacidade de uma empresa cumprir os requisitos de liquidez regulamentares. Este risco é inerente a todas as operações bancárias e pode ser afetado por uma ampla gama de eventos específicos do Grupo e de todo o mercado.

Visão Geral

O Conselho reconheceu formalmente uma série de riscos que estão continuamente presentes no Barclays e têm um impacto material sobre a realização dos objetivos do Barclays, um dos quais é o financiamento de risco. O risco de liquidez é reconhecido como um risco-chave dentro de risco de financiamento. A gestão eficiente da liquidez é essencial para o Grupo manter a confiança dos mercados financeiros e garantir que o negócio é sustentável. O risco de liquidez é gerido através do Quadro de Gestão de Risco de Liquidez (o Quadro de Liquidez), que é concebido para cumprir os seguintes objetivos:

- manter os recursos de liquidez que sejam suficientes em quantidade e qualidade e um perfil de financiamento que seja apropriado para cumprir com a apetência ao risco de liquidez (LRA) tal como expresso pelo Conselho

- manter a confiança do mercado no nome do Grupo.

Isto é atingido através de uma combinação de formação de políticas, revisão e governança, análise, testes de stress, definição de limites e supervisão. Em conjunto, estes cumprem os requisitos internos e regulamentares.

Organização e estrutura

A Tesouraria do Barclays opera um processo de controlo de governança centralizada que abrange todas as atividades de gestão de risco de liquidez do Grupo. De acordo com o ERMF, o Diretor de Riscos-chave (KRO) aprova o Quadro de Controlo de Riscos para o Risco de Liquidez (Quadro de Controlo de Riscos-chave), sob o qual a função de Tesouraria opera. O KRO está na função de risco. O Quadro de Controlo de Riscos-chave está sujeito a revisão anual. O Quadro de Controlo de Riscos-chave descreve as políticas de liquidez e controla o que Grupo implementou para gerir os riscos de liquidez dentro da LRA e está sujeito a revisão anual.

O Conselho define a LRA do Grupo, durante os testes de stress do Grupo, sendo o nível de risco que o Grupo escolhe assumir para atingir os seus objetivos de negócio e cumprir as suas obrigações regulamentares. A LRA aprovada é implementada e administrada pelo Comité de Tesouraria através do Quadro de Controlo de Riscos-chave.

Gestão de Risco de Liquidez

O Barclays tem um Quadro de Controlo de Riscos-chave abrangente para a gestão do risco de liquidez do Grupo. O Quadro de Controlo de Riscos-chave descreve as políticas de liquidez e controla o que Grupo implementou para gerir o risco de liquidez dentro da LRA. O Quadro de Controlo de Riscos-chave é concebido para fornecer o prazo apropriado e estrutura de financiamento coerente com a LRA definida pelo Conselho.

A liquidez é monitorizada e gerida numa base corrente através de:

Apetência e planeamento do risco do Grupo: a LRA do teste de stress estabelecida do Grupo, juntamente com os limites adequados para a gestão do risco de liquidez. Este é o nível de risco de liquidez que o Grupo escolhe assumir para atingir os seus objetivos de negócio e cumprir as suas obrigações regulamentares.

Limites de liquidez: gestão de limites numa variedade de exposições de balanço e estes servem para controlar a extensão total e a composição do risco de liquidez assumido ao gerir a exposição às saídas de caixa.

Preços e incentivos internos: a gestão ativa da composição e duração do balanço e do risco de liquidez contingente através da transferência do prémio de liquidez diretamente para os negócios.

Indicadores de alerta precoce: supervisão de uma série de indicadores de mercado quanto aos primeiros sinais de riscos de liquidez no mercado ou específicos do Barclays. Estes são projetados para identificar imediatamente o aparecimento do aumento do risco de liquidez para maximizar o tempo disponível para executar ações de mitigação adequadas.

Plano de Contingência de Financiamento: manutenção de um Plano de Financiamento de Contingência (PCP), que é concebido para fornecer um quadro onde um stress de liquidez pode ser gerido de forma eficaz. O PCP fornece um plano de comunicação e inclui ações de gestão para responder aos stresses de liquidez de gravidade variável.

RRP: Em conformidade com os requisitos do Regulamento PRA: Recuperação e Resolução, o Barclays desenvolveu um Plano de Recuperação do Grupo. Os objetivos principais são fornecer ao Grupo uma gama de opções para garantir a viabilidade da empresa num stress, definir indicadores de alerta precoce consistentes e permitir ao Grupo estar adequadamente preparado para responder a condições de stress. O Grupo continua a trabalhar com as autoridades sobre o RRP, incluindo identificação e tratamento de quaisquer impedimentos à resolutividade.

Gestão de negócio em curso	Sinais prévios/ esforço médio	Esforço Grave	Recuperação	Esforço Grave
<ul style="list-style-type: none">* Teste e planeamento de esforço* Limites de liquidez* Indicadores de alerta precoce	<ul style="list-style-type: none">* Monitorização e avaliação* Ações de gestão que não necessitam de racionalização	<ul style="list-style-type: none">* Plano de Financiamento de Contingência Ativo* Ações de gestão com impacto positivo no franchise	<ul style="list-style-type: none">* Ativação da opção de recuperação apropriada para restaurar a posição de capital e/ou liquidez do Grupo.	<ul style="list-style-type: none">* Garantir que uma resolução ordenada possa ser realizada, se necessário, sem risco sistemático adverso ou expondo o fundos públicos a perdas

Análise de risco

Gestão de risco

Gestão de Risco Operacional

Risco operacional

Qualquer situação em que existe um impacto potencial ou real para o Grupo resultante de processos internos inadequados ou falhados, pessoas, sistemas ou eventos externos. Os impactos para o Grupo podem ser financeiros, incluindo perdas ou um ganho financeiro inesperado, bem como não financeiros, como danos causados ao cliente e consequências para a reputação ou a nível regulamentar.

Visão Geral

A gestão do risco operacional tem dois objetivos principais:

- minimizar o impacto das perdas sofridas, tanto no decurso normal da unidade de negócio (pequenas perdas), como de eventos extremos (grandes perdas);
- melhorar a gestão eficaz do Grupo e reforçar a sua marca e reputação externa.

O Grupo está comprometido com a gestão e medição do risco operacional e foi concedido uma dispensa pela FSA (agora o PRA) para operar o Método de Medição Avançada (AMA) para o risco operacional no âmbito de Basileia II, que teve início em janeiro de 2008. A maioria do Grupo calcula requisitos regulamentares de capital usando AMA (93% dos requisitos de capital); no entanto, em áreas específicas, a Abordagem do Indicador Básico (7%) é aplicada. O Grupo trabalha para afeir a sua gestão interna do risco operacional e práticas medição com os bancos pares e para impulsionar o desenvolvimento de técnicas avançadas.

O Grupo compromete-se a operar dentro de um forte sistema de controlo interno que permite que os negócios sejam transacionados e o risco assumido sem expor o Grupo a possíveis perdas inaceitáveis ou danos à reputação. O Grupo tem uma estrutura abrangente que define a abordagem para a governança interna. Este guia estabelece os mecanismos e processos pelos quais o Conselho orienta a organização, através da definição do tom e das expectativas a partir do topo, delegando autoridade e supervisionando a conformidade.

Organização e estrutura

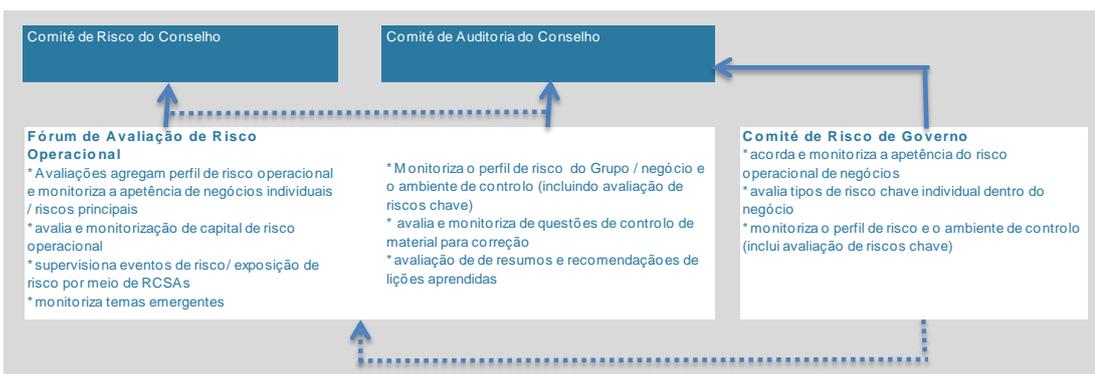
O risco operacional engloba um número específico de Riscos Principais definidos como segue:

- fornecedor externo: seleção inadequada e gestão contínua de fornecedores externos
- crime financeiro: o não cumprimento das políticas anti-lavagem de dinheiro, anti-suborno, anti-corrupção e sanções. No início de janeiro de 2016, a fiscalização da criminalidade financeira foi transferida para a Conformidade do Grupo
- comunicação financeira: declarações erradas ou omissões no âmbito financeiro ou externo ou em relatórios regulamentares;
- fraude: comportamento desonesto com a intenção de obter uma vantagem ou causar uma perda a outras pessoas
- informação: proteção inadequada das informações do Grupo de acordo com o seu valor e sensibilidade
- legal: falha na identificação e na gestão de riscos jurídicos
- processamento de pagamentos: falha no funcionamento do processamento de pagamentos
- pessoas: capacidades inadequadas das pessoas e/ou desempenho/estruturas de compensação e/ou comportamentos inadequados
- instalações e segurança: indisponibilidade das instalações (para responder à procura da unidade de negócio) e/ou ambientes de trabalho seguros, e proteção inadequada dos ativos físicos, dos empregados e dos consumidores contra ameaças externas
- impostos: falha no cumprimento da legislação tributária e práticas que possam levar ao pagamento de multas, taxas ou impostos adicionais ou danos contra a reputação
- tecnologia (incluindo a segurança cibemética): incapacidade de desenvolver e implantar soluções tecnológicas seguras, estáveis e fiáveis que incluem risco de perda ou prejuízo para os negócios e clientes do Barclays, como resultado de ações cometidas ou facilitadas através do uso de sistemas de informação em rede
- operações transacionais: falha na gestão de importantes processos de transação.

Com vista a assegurar uma cobertura completa dos potenciais impactos adversos no Grupo decorrentes do risco operacional, a taxonomia do risco operacional estendeu-se para além dos risco chave listados acima para cobrir áreas incluídas no risco de conduta. Para mais informações sobre o risco de conduta, consulte as páginas 60 a 63.

Estes riscos podem resultar em impactos financeiros e/ou não financeiros incluindo violações jurídicas/regulamentares ou danos contra a reputação.

Relatório e Controlo



Funções e responsabilidades

A responsabilidade principal pela gestão do risco operacional e da conformidade com os requisitos de controlo cabe às unidades de negócio e funcionais onde surge o risco. O perfil de risco operacional e ambiente de controlo é revisto pela gestão da unidade de negócios através de reuniões específicas que abrangem governança, risco e controlo. As empresas são obrigadas a comunicar os seus riscos operacionais, tanto numa base regular como numa base impulsionada por eventos. Os relatórios incluem um perfil dos riscos materiais que possam ameaçar a realização dos seus objetivos e a eficácia dos controlos-chave, questões de controlo de materiais, eventos de risco operacional e uma revisão de cenários.

O Diretor de Risco Operacional do Grupo, como Diretor de Riscos Principais, é responsável pela criação, propriedade e manutenção de um Quadro de Risco Operacional alargado ao Grupo e pela supervisão da carteira de Risco Operacional de todo o Grupo.

A gestão de risco operacional serve como uma segunda linha de capacidade de defesa, e é responsável pela implementação do quadro e monitorizar eventos de risco operacional, exposições ao risco e questões de controlo de material. Através da participação em reuniões de Governança de Risco e Controlos da Unidade de Negócios, fornece uma contribuição de risco específico para as questões destacadas e perfil de risco global do negócio.

As questões de risco operacional escaladas a partir destas reuniões são consideradas pelo Diretor de Riscos Principais do Grupo através das reuniões de revisão da segunda linha de defesa, que também consideram questões de controlo de material e sua remediação eficaz. Dependendo da sua natureza, os resultados dessas reuniões são apresentados ao BRC ou BAC.

Relatórios específicos são preparados por empresas, Diretores de Risco-chave e Risco Operacional do Grupo numa base regular para o ORRF, BRAC e BAC.

Autoavaliações de Risco e Controlo e indicadores chave.

O Grupo identifica e avalia todos os riscos significativos dentro de cada empresa e avalia os controlos-chave para mitigar esses riscos. Os gestores das empresas usam técnicas de autoavaliação para identificar riscos, avaliar a eficácia dos controlos-chave em vigor, e avaliar se os riscos são geridos de forma eficaz dentro da apetência de risco ao negócio. As empresas são então capazes de tomar decisões sobre que ação, se houver, é necessária para reduzir o nível de risco para o Grupo. Estas avaliações de risco são monitorizadas numa base regular para assegurar que cada empresa entende continuamente os riscos que enfrenta.

Os Indicadores-chave (KIs) são métricas que permitem que o Grupo monitorize o seu perfil de risco operacional. KIs incluem limites mensuráveis que refletem a apetência ao risco do negócio e são monitorizados para alertar a gestão quando os níveis de risco excederem os limites aceitáveis ou níveis de apetência ao risco e promover a tomada de decisão oportuna e ações.

Análise de risco

Gestão de risco

Gestão do risco de conduta

Risco de Conduta

O risco de que sejam causados prejuízos aos clientes, contrapartes ou ao Grupo devido ao julgamento impróprio na execução das nossas atividades

Visão Geral

O Grupo define, gere, e mitiga o risco de conduta com o propósito de fornecer bons rendimentos de cliente e de proteger a integridade do mercado.

O Grupo definiu sete Riscos-chave que são os principais tipos de sub-risco ao risco de conduta:

- os nossos produtos ou serviços não satisfazem as necessidades dos clientes ou têm o potencial de causar prejuízo ao cliente
- a nossa forma de conceber e realizar serviços de transação tem o potencial de causar prejuízo ao cliente
- a nossa forma de conceber ou realizar serviços ao cliente tem o potencial de causar prejuízo ao cliente
- a nossa estratégia ou modelo de negócios tem o potencial de causar prejuízo ao cliente
- as nossas disposições de governança ou cultura tem o potencial de causar prejuízo ao cliente
- falharmos a obtenção e manutenção das autorizações regulatórias, permissões e requisitos de licença pertinentes
- danos à reputação do Barclays forem causados durante a realização do nosso negócio.

Organização e estrutura

O Comité de Risco de Reputação e Conduta (CRRC) deriva a sua autoridade do Diretor Geral de Conformidade do Barclays. O objetivo

Organização e estrutura



do CRRC é rever e monitorizar a eficácia da gestão de conduta e reputação do Barclays. Além disso, comités específicos monitorizam o risco de conduta e do ambiente de controlo ao nível do negócio.

Funções e responsabilidades

A Estrutura de Risco Principal do Risco de Conduta (PRF) compreende um número de elementos que permite que o Grupo faça a gestão e medição do seu perfil de risco de conduta.

Esta PRF está implementada no Grupo:

- verticalmente, através de uma estrutura organizacional que requer que todas as unidades de negócio implementem e operem a sua própria estrutura de risco de conduta que vai de encontro aos requisitos detalhados dentro do ERMF
- horizontalmente, com os Diretores de Risco Principal do Grupo necessários para supervisionarem as informações pertinentes aos seus principais riscos de cada elemento do PRF de Risco de Conduta.

A principal responsabilidade pela gestão dos riscos conduta e o cumprimento dos requisitos de controlo cabe ao negócio onde surge o risco. O Executivo Responsável do Risco de Conduta por cada negócio é responsável por garantir a implementação e adesão ao PRF.

O Gabinete do Risco Principal de Conduta é responsável por ter e manter uma PRF de Conduta de Risco alargada ao Grupo e por supervisionar a gestão do Risco de Conduta do Grupo. As empresas são obrigadas a informar os seus riscos de conduta, tanto trimestralmente como numa base impulsionada por eventos. Os relatórios trimestrais detalham os riscos de conduta inerentes dentro da estratégia de negócios e incluem uma análise prospetiva de exploração do horizonte, assim como indicadores de retrospção baseados em evidências, tanto de fontes internas como externas. Para mais detalhes, consulte a secção da Revisão de Risco, Performance do Risco de Conduta deste relatório, página 119.

Os relatórios de nível de negócios são revistos na Conformidade. A Conformidade, em seguida, cria relatórios de nível de Grupo para consideração pelos CRRC e Repco. O Grupo avalia periodicamente a sua gestão do risco de conduta através de auditorias independentes e aborda as questões identificadas.

A comunicação impulsionada por eventos consiste em quaisquer riscos ou questões que violam certos limites de gravidade e probabilidade. Quaisquer desses riscos ou questões devem ser imediatamente reencaminhados para o negócio e o KRO apropriado.

Em 2015, o Risco de Reputação foi re-concebido como um Risco-chave sob o Risco Principal de Conduta de Risco. O Quadro de Risco-chave de Reputação descreve os processos e ações necessárias do negócio. Estes incluem revisões regulares e orientadas para o futuro dos riscos de reputação atuais e emergentes para que um perfil de risco de reputação tóxico e abrangente da organização possa ser mantido.

O risco de reputação é o risco de danos à marca Barclays proveniente de qualquer associação, ação ou inação que seja interpretada pelas partes interessadas (por exemplo clientes, colegas, acionistas, reguladores, formadores de opinião) como sendo inapropriada ou antiética.

Danos à marca do Grupo e o consequente desgaste da reputação reduz a atratividade do Grupo para os acionistas e pode conduzir a publicidade negativa; perda de receita; ação regulamentar ou legislativa; perda de negócios de clientes existentes ou potenciais; moral dos funcionários reduzida; e dificuldades em recrutar talento.

Em última análise, isto pode destruir o valor dos acionistas.

O risco de reputação pode ocorrer de diferentes maneiras, por exemplo:

- falha em agir de boa fé e em conformidade com os valores do Grupo e o seu código de conduta
- falha (real ou percebida) em cumprir com a lei ou regulamento, ou associação (real ou implícita) com atividade ilegal
- falhas na governança corporativa, na gestão e nos sistemas técnicos
- não cumprimento de normas e políticas internas
- associação com setores ou clientes controversos

- associação com transações, projetos, países ou governos controversos
- associação com decisões comerciais controversas, incluindo mas não se limitando a, decisões relacionadas com: produtos (em particular novos produtos), redes de entrega, promoções/publicidade, aquisições, representação de sucursais, cadeias de relações de aprovisionamento/fornecimento, alocação de pessoal, tratamento de transações financeiras
- associação com práticas de emprego precário.

Em cada caso, o risco pode ocorrer da falha em cumprir com as normas identificadas ou esperadas, que são suscetíveis de mudar ao longo do tempo, por isso uma avaliação do risco de reputação não pode ser estática. Se não for gerido de forma eficiente, as expectativas dos acionistas de comportamento corporativo responsável não serão satisfeitas.

O risco de reputação também pode surgir e causar danos à imagem do Grupo, através da associação com os clientes, suas transações ou seus projetos, se estes forem percebidos pelas partes interessadas externas como sendo prejudiciais para o ambiente. Nos locais onde o Grupo está a financiar projetos de infraestruturas que têm impactos ambientais potencialmente adversos, a Avaliação do Cliente e a política de Agregação do Grupo e a Norma de Risco Ambiental e Social aplicar-se-ão. Esta política identifica as circunstâncias em que o Grupo requer a devida diligência para incluir a avaliação dos relatórios ambientais especializados. Estes relatórios deverão ter em conta uma ampla gama de potenciais impactos do projeto, incluindo na qualidade do ar, água e terra, em matéria de biodiversidade, nas comunidades afetadas localmente, incluindo eventuais impactos materiais a montante e a jusante, e as condições de trabalho em conjunto com a saúde e segurança de funcionários e da comunidade. A adesão à Norma de Risco Ambiental e Social é o mecanismo pelo qual o Barclays preenche os requisitos dos Princípios do Equador. Estes Princípios são uma estrutura internacionalmente reconhecida para a devida diligência ambiental no financiamento de projetos. O Barclays foi um dos quatro bancos que colaboraram no desenvolvimento dos Princípios, à frente do seu lançamento em 2003, com 10 bancos adotivos. Existem agora mais de 80 bancos de todo o mundo que adotaram os Princípios do Equador (ver www.equator-principles.com).

Performance de Risco

Manter o nosso perfil de risco a um nível aceitável e apropriado é essencial para garantir a nossa performance contínua. Esta secção fornece uma análise da performance do Grupo em 2015 para cada cinco riscos principais, que são risco de crédito, mercado, financiamento, operacional e de conduta.

	Página
Risco de crédito	65
Risco de mercado	87
Risco de financiamento - risco de capital	94
Risco de financiamento - risco de liquidez	98
Risco operacional	116
Risco de conduta	119

Para uma análise mais detalhada sobre a nossa avaliação de risco e conteúdo de gestão de risco, consulte as páginas 47-63.

Análise do risco de crédito

O risco de crédito é o risco de o Grupo sofrer uma perda financeira, no caso de qualquer um dos consumidores, clientes ou contrapartes de mercado não cumprir com as suas obrigações contratuais para com o Grupo.

Esta secção detalha o perfil de risco de crédito do Grupo e fornece informações sobre a exposição do Grupo a empréstimos e adiantamentos a clientes e bancos, exposições máximas com garantias detidas, imparidades líquidas levantadas no ano e saldos que são categorizados como empréstimos de risco de crédito.

Métricas chave

- Os encargos de imparidade de crédito em 2015 eram inferiores 2% relativamente a 2014:

+32M€ Núcleo do Grupo

Imparidade de crédito globalmente estável, refletindo condições económicas benignas no Reino Unido e EUA

+30M€ Núcleo Retalhista

A performance em carteiras chave manteve-se estável e dentro das expectativas

+2M€ Núcleo Grossista

Performance a beneficiar de condições económicas nos mercados do Reino Unido e dos Estados Unidos compensada pelo impacto do stress nas carteiras de Petróleo e Gás

-139M€ Non-Core

Uma carga mais baixa reflete venda do negócio em Espanha e recuperações mais elevadas em Portugal

- Os empréstimos e adiantamentos líquidos a clientes e bancos diminuiram cerca de 6% em 2015
- A taxa de perda de crédito ficou estável em 47bp.

Análise de risco

Desempenho de Risco

Risco de Crédito

As informações contidas na secção de risco de crédito do Barclays Bank PLC foram preparadas para satisfazer requisitos legais e regulatórios. Onde informações adicionais existem no Relatório Anual do Barclays PLC, uma referência foi fornecida nas páginas relevantes do Relatório Anual PLC, em: home.barclays/annualreport.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de o Grupo sofrer uma perda financeira, no caso de qualquer um dos consumidores, clientes ou contrapartes de mercado não cumprir com as suas obrigações contratuais para com o Grupo.

Toda a exposição incluída nesta secção (páginas 66 a 86) não é auditada salvo indicação contrária.

Visão Geral

O risco de crédito representa um risco significativo para o Grupo e decorre, principalmente, da exposição a empréstimos e adiantamentos a grossistas e retalhistas, juntamente com o risco de crédito da contraparte decorrente de contratos de derivados celebrados com clientes, e um resumo do desempenho pode ser encontrado abaixo.

Esta secção fornece uma análise de juros particulares ou de elevado risco potencial, incluindo: i) o balanço, incluindo exposição máxima e garantias e empréstimos e adiantamentos; ii) áreas de concentrações, incluindo a zona euro; iii) exposição e desempenho das métricas para carteiras e tipos de ativos específicos, incluindo empréstimos a habitação, cartões de crédito e imobiliário comercial do Reino Unido;

iv) exposição e desempenho de empréstimos em programas de concessão, incluindo indulgência; v) empréstimos problemáticos, incluindo os empréstimos de risco de crédito (CRL); e por último vi) imparidades, incluindo imparidade de stock e ajustes de gestão às saídas do modelo.

Os temas abordados nesta secção podem ser encontrados na secção de risco de crédito dos conteúdos na página 36. Consulte a secção de gestão de risco nas páginas 48 a 52 para obter detalhes sobre governança, políticas e procedimentos.

Resumo de desempenho no período

A imparidade do crédito em 2015 caiu de 2% para 2,1 mME que refletiu, principalmente, as condições económicas benignas no Reino Unido e EUA e a gestão eficaz dos riscos, incluindo o reforço da Política de Imparidade de Retalho. Estes suportaram taxas geralmente estáveis de inadimplência no setor retalhista e taxas mais baixas no setor grossista, onde grandes nomes individuais foram limitados em número e focados no setor de petróleo e gás.

O nível de CRL desceu para 7,8 M€ devido principalmente a uma redução no Non-Core e Personal and Corporate Banking. Os índices de cobertura para os empréstimos à habitação, carteiras de retalho não garantidas e empréstimos corporativos permanecem globalmente em linha com as taxas de gravidade esperadas para estes tipos de carteiras.

Os empréstimos e adiantamentos líquidos a clientes e bancos diminuíram 6% para 440,6 M€ refletindo uma diminuição nos negócios Non-Core, Banco de Investimento e Banco de África compensados por aumentos de pessoal e Corporate Banking.

A taxa de perda de crédito ficou largamente estável em 47 pb (2014: 46bps).

Análise do balanço

A exposição máxima do Grupo, garantia e outras melhorias de crédito detidas

Base de Preparação

As tabelas seguintes apresentam uma reconciliação entre a exposição máxima do Grupo e a sua exposição líquida ao risco de crédito; refletindo os efeitos financeiros de garantias, melhoramentos de crédito e outras ações tomadas para mitigar a exposição do Grupo.

Para os ativos financeiros reconhecidos no balanço, a exposição máxima ao risco de crédito representa o valor contábil do balanço após a provisão para imparidade. Para garantias fora do balanço, a exposição máxima é a quantidade máxima que o Grupo terá de pagar se as garantias forem acionadas. Para compromissos de empréstimos e outros compromissos relacionados com crédito que sejam irrevogáveis durante a vida útil das respetivas instalações, a exposição máxima é o valor total das instalações comprometidas.

Tanto esta como as análises subsequentes de risco de crédito incluem apenas os ativos financeiros sujeitos a risco de crédito. Excluem outros ativos financeiros não sujeitos a risco de crédito, principalmente títulos de capital detidos para negociação, disponíveis para venda ou designados ao valor justo, e commodities negociadas. Os ativos designados pelo valor justo em relação a passivos ligados a clientes com contratos de investimento também não foram incluídos porque o Grupo não está exposto ao risco de crédito desses ativos. As perdas de crédito nestas carteiras, se for o caso, levarão a uma redução dos passivos relacionados e não resultarão numa perda para o Grupo. Para as exposições fora do balanço, determinados passivos contingentes não sujeitos a risco de crédito, tais como garantias de performance, são excluídos.

O Grupo atenua o risco de crédito a que está exposto através de apuração de posição líquida e compensação, garantia e transferência de riscos. Mais pormenores sobre as políticas do Grupo para cada uma destas formas de reforço de crédito são apresentados nas páginas 67 a 71.

Visão Geral

A partir de 31 de dezembro de 2015, a exposição líquida do Grupo ao risco de crédito após considerar a apuração de posição líquida e compensação, garantias e transferência de risco, diminuiu 6% para 702,1 M€, refletindo um aumento de 14% na exposição máxima e uma redução de 21% no nível de mitigação detido. Em geral, a extensão em que o Grupo detém atenuação contra a sua exposição total diminuiu ligeiramente para 48% (2014: 53%).

Da restante exposição absoluta, uma parcela significativa refere-se ao caixa detido em bancos centrais, títulos de dívida disponíveis para venda emitidos por governos, garantia em numerário e saldos de liquidação, os quais são considerados de menor risco. As posições de carteira de negociação que cobrem de forma significativa os ativos da carteira de negociação economicamente, mas que não são detidas especificamente para fins de gestão de risco, são excluídas da análise acima. A qualidade de crédito das contrapartes para derivativos, ativos disponíveis para venda e de empréstimos grossistas são predominantemente de grau de investimento. Uma análise mais aprofundada sobre a qualidade de crédito dos ativos é apresentada nas páginas 72 a 75.

Sempre que tenha sido obtida garantia em caso de incumprimento, o Grupo não utiliza, £em regra, esses ativos para as suas próprias operações e são normalmente vendidas em tempo hábil. O valor contábil dos ativos detidos pelo Grupo e pelo Banco em 31 de dezembro de 2015, como resultado da execução da garantia, era 69M€ (2014: 161M€) e Nil (2014: 4

Máximo de exposição e efeitos das cauções e outras melhorias de crédito

O Grupo Em 31 de dezembro de 2014	Máximo	Liquidez	Garantia colateral		Risco	Liquido
	demonstração	e set-off	Monetário	Não-monetário	Transferência	demonstração
	ME	ME	M £	ME	ME	ME
Rubricas patrimoniais:						
Caixa e disponibilidades nos bancos centrais	39.695	-	-	-	-	39.695
Itens em fase de cobrança a outros bancos	1.210	-	-	-	-	1.210
Ativos da carteira de negociação						
Garantias de dívida	66.035	-	-	-	-	66.035
Produtos de Base	2.693	-	-	-	-	2.693
Ativos da carteira de negociação	68.728	-	-	-	-	68.728
Ativos financeiros designados ao justo valor:						
Empréstimos brutos e adiantamentos	20.198	-	(48)	(6.657)	(291)	13.202
Garantias de dívida	4.448	-	-	-	-	4.448
Acordos de revenda	5.236	-	-	(4.803)	-	433
Outros ativos financeiros	469	-	-	-	-	469
Ativos financeiros designados ao justo valor	30.351	-	(48)	(11.460)	(291)	18.552
Instrumentos financeiros derivados	440.076	(353.631)	(44.047)	(8.231)	(6.653)	27.514
Empréstimos e adiantamentos a bancos	42.657	(1.012)	-	(3.858)	(176)	37.611
Empréstimos e adiantamentos a clientes						
Empréstimos para habitação	166.974	-	(274)	(164.389)	(815)	1.496
Cartões de crédito, sem garantia e outro crédito a retalho	69.022	-	(954)	(16.433)	(1.896)	49.739
Crédito a empresas	191.771	(9.162)	(620)	(40.201)	(5.122)	136.666
Empréstimos e adiantamentos a clientes	427.767	(9.162)	(1.848)	(221.023)	(7.833)	187.901
Acordos de revenda invertida e outros empréstimos garantidos	131.753	-	-	(130.135)	-	1.618
Disponível para títulos de dívida de venda	85.552	-	-	(938)	(432)	84.182

Outros ativos	1.680	-	-	-	-	1.680
Total rubricas patrimoniais:	1.269.469	(363.805)	(45.943)	(375.645)	(15.385)	468.691
Rubricas extrapatrimoniais:						
Passivos contingentes	21.263	-	(781)	(848)	(270)	19.364
Créditos documentários e outras transações de curto-prazo	1.091	-	(6)	(8)	(3)	1.074
Compra com acordo de revenda com início no futuro	13.856	-	-	(13.841)	-	15
Recursos de reserva, linhas de crédito e outros compromissos	276.315	-	(457)	(17.385)	(793)	257.680
Total rubricas extrapatrimoniais	312.525	-	(1.244)	(32.082)	(1.066)	278.133
Total	1.581.994	(363.805)	(47.187)	(407.727)	(16.451)	746.824

Notas:

a. Durante 2015, os novos acordos de recompra inversa e outros empréstimos garantidos de forma similar em determinados negócios foram designados pelo justo valor, para um melhor alinhamento com o modo como o negócio gere o risco e o desempenho da carteira.

b. Compra com acordo de revenda com início no futuro foram anteriormente divulgados como compromissos de empréstimo. Na sequência dos negócios designados como os novos acordos de recompra inversa a justo valor através de ganhos e perdas, os novos acordos de recompra inversa estão no âmbito do IAS39 e são reconhecidos como derivativos no balanço.

Análise de risco

Desempenho de risco

Risco de crédito

Máximo de exposição e efeitos das cauções e outras melhorias de crédito

O Banco	Máximo demonstração	Liquidez e set-off	Garantia colateral		Risco Transferência	Líquido demonstração
			Monetário	Não-monetário		
Em 31 de dezembro de 2015						
	ME	ME	ME	ME	ME	ME
Rubricas patrimoniais:						
Caixa e disponibilidades nos bancos centrais	43.669	-	-	-	-	43.669
Itens em fase de cobrança a outros bancos	596	-	-	-	-	596
Ativos da carteira de negociação						
Garantias de dívida	24.878	-	-	-	-	24.878
Produtos de Base	2.469	-	-	(604)	(1)	1.864
Ativos da carteira de negociação	27.347	-	-	(604)	(1)	26.742
Ativos financeiros designados ao justo valor:						
Empréstimos brutos e adiantamentos	20.558	-	(21)	(5.796)	(515)	14.226
Garantias de dívida	8.648	(6.396)	-	-	-	2.252
Acordos de revenda ^a	42.582	-	(196)	(41.803)	-	583
Outros ativos financeiros	195	-	-	-	-	195
Ativos financeiros designados ao justo valor	71.983	(6.396)	(217)	(47.599)	(515)	17.256
Instrumentos financeiros derivados	316.252	(241.295)	(34.818)	(7.475)	(4.915)	27.749
Empréstimos e adiantamentos a bancos	62.201	(24.609)	(1)	(2)	(30)	37.559
Empréstimos e adiantamentos a clientes						
Empréstimos para habitação	142.623	-	(195)	(141.751)	(536)	141
Cartões de crédito, sem garantia e outro crédito a retalho	39.610	-	(729)	(8.969)	(1.492)	28.420
Crédito a empresas	212.974	(8.398)	(628)	(33.624)	(10.099)	160.225
Empréstimos e adiantamentos a clientes	395.207	(8.398)	(1.552)	(184.344)	(12.127)	188.786
Acordos de revenda invertida e outros empréstimos garantidos	28.803	-	(166)	(27.677)	-	960
Disponível para títulos de dívida de venda	82.968	-	-	(124)	(811)	82.033
Outros ativos	8.165	-	-	-	-	8.165
Total rubricas patrimoniais:	1.037.191	(280.698)	(36.754)	(267.825)	(18.399)	433.515
Rubricas extrapatrimoniais:						
Passivos contingentes	24.596	-	(581)	(1.346)	(68)	22.601
Créditos documentários e outras transações de curto-prazo	693	-	(33)	(57)	(3)	600
Compra com acordo de revenda com início no futuro ^a	14	-	-	(13)	-	1
Recursos de reserva, linhas de crédito e outros compromissos	222.141	-	(304)	20.857	(654)	200.326
Total rubricas extrapatrimoniais	247.444	-	(918)	(22.273)	(725)	223.528
Total	1.284.635	(280.698)	(37.672)	(290.098)	(19.124)	657.043

Notas:

b Durante 2015, os novos acordos de recompra inversa e outros empréstimos garantidos de forma similar em determinados negócios foram designados pelo justo valor, para um melhor alinhamento com o modo como o negócio gere o risco e o desempenho da carteira.

b. Compra com acordo de revenda com início no futuro foram anteriormente divulgados como compromissos de empréstimo. Na sequência dos negócios designados como os novos acordos de recompra inversa a justo valor através de ganhos e perdas, os novos acordos de recompra inversa estão no âmbito do IAS39 e são reconhecidos como derivativos no balanço

Análise de risco

Desempenho de risco

Risco de crédito

Máximo de exposição e efeitos das cauções e outras melhorias de crédito

O Banco	Máximo demonstração	Liquidez e set-off	Garantia colateral		Risco Transferência	Líquido demonstração
			Monetário	Não-monetário		
Em 31 de dezembro de 2014	ME	ME	M £	ME	ME	ME
Rubricas patrimoniais:						
Caixa e disponibilidades nos bancos centrais	35.469	-	-	-	-	35.469
Itens em fase de cobrança a outros bancos	801	-	-	-	-	801
Ativos da carteira de negociação						
Garantias de dívida	39.406	-	-	-	-	39.406
Produtos de Base	2.692	-	-	-	-	2.692
Ativos da carteira de negociação	42.098	-	-	-	-	42.098
Ativos financeiros designados ao justo valor:						
Empréstimos brutos e adiantamentos	23.541	-	(48)	(6.579)	(103)	16.811
Garantias de dívida	13.729	(8.255)	-	-	(2.103)	3.371
Acordos de revenda	3.324	-	-	(3.296)	-	28
Outros ativos financeiros	270	-	-	-	-	270
Ativos financeiros designados ao justo valor	40.864	(8.255)	(48)	(9.875)	(2.206)	20.480
Instrumentos financeiros derivados	426.565	(327.156)	(43.928)	(8.163)	(5.895)	41.423
Empréstimos e adiantamentos a bancos	57.438	(24.107)	-	(10)	(57)	33.264
Empréstimos e adiantamentos a clientes						
Empréstimos para habitação	150.896	-	(244)	(149.729)	(738)	185
Cartões de crédito, sem garantia e outro crédito a retalho	42.706	-	(690)	(12.040)	(1.553)	28.423
Crédito a empresas	236.212	(9.162)	(444)	(29.200)	(19.368)	178.038
Empréstimos e adiantamentos a clientes	429.814	(9.162)	(1.378)	(190.969)	(21.659)	206.646
Acordos de revenda invertida e outros empréstimos garantidos	102.824	-	-	(101.953)	-	871
Disponível para títulos de dívida de venda	78.364	-	-	-	(349)	78.015
Outros ativos	15.558	-	-	-	-	15.558
Total rubricas patrimoniais:	1.229.795	(368.680)	(45.354)	(310.970)	(30.166)	474.625
Rubricas extrapatrimoniais:						
Passivos contingentes	17.591	-	(755)	(728)	(270)	15.838
Créditos documentários e outras transações de curto-prazo	955	-	(6)	(8)	(3)	938
Compra com acordo de revenda com início no futuro	11.412	-	-	(11.399)	-	13
Recursos de reserva, linhas de crédito e outros compromissos	220.535	-	(457)	(13.624)	(797)	205.657
Total rubricas extrapatrimoniais	250.493	-	(1.218)	(25.759)	(1.070)	222.446
Total	1.480.288	(368.680)	(46.572)	(336.729)	(31.236)	697.071

A abordagem do Grupo para gerir e representar a qualidade de crédito

Qualidade do Crédito de Ativos

Todos os empréstimos e adiantamentos são classificados como nem vencidos nem com imparidade; vencidos mas não com imparidade; ou com imparidade, o que inclui empréstimos reestruturados. Para efeitos da divulgação de informação bancária no parágrafo sobre Qualidade de Crédito no Balanço Financeiro abaixo e a análise de empréstimos e adiantamentos e imparidade na página 85:

- Um empréstimo é considerado vencido quando o mutuário não conseguiu fazer um pagamento, quando exigível nos termos do contrato de empréstimo;
- A provisão por imparidade inclui provisões quanto aos ativos financeiros que a foram individualmente prejudicados e aqueles sujeitos à imparidade coletiva.
- Empréstimos nem vencidos nem com imparidade são constituídos predominantemente por empréstimos por grosso e de retalho com desempenho normal. Estes empréstimos, embora sem imparidade, podem transportar uma provisão para imparidade não identificada;
- Empréstimos vencidos, mas sem imparidade são constituídos predominantemente por empréstimos por grosso que estão vencidos, mas individualmente avaliados como sem imparidade. Estes empréstimos, embora sem imparidade, podem transportar uma provisão para imparidade não identificada.
- Os empréstimos por imparidade que são avaliados individualmente consistem predominantemente em empréstimos grossistas vencidos e para os quais foi criado um abatimento individual.
- Empréstimos que são coletivamente avaliados com imparidade são constituídos predominantemente por empréstimos a retalho que estão em atraso um dia ou mais para os quais uma provisão coletiva é criada. Empréstimos por grosso que estão vencidos, avaliados individualmente como sem imparidade, mas que transportam uma provisão por imparidade não identificada, estão excluídos desta categoria.

Os empréstimos para habitação e coletáveis de cartões de crédito que são sujeitos a tolerância nas carteiras retalhistas são incluídos nos empréstimos por imparidade avaliados coletivamente nas tabelas da Análise de Empréstimos e Adiantamentos e Imparidade na página 85. Incluída nos empréstimos grossistas que não estão nem vencidos, nem com imparidade, está uma parcela de empréstimos que tem sido objeto de tolerância ou de estratégias semelhantes, como parte do relacionamento contínuo do Grupo com os seus clientes. Os empréstimos terão uma notação interna que reflete o nível de risco a que o Grupo está exposto, tendo em conta as circunstâncias do diferimento, o desempenho global e as perspetivas do cliente. Os empréstimos sujeitos a planos de reestruturação, normalmente, mas nem sempre, suscitam uma taxa de risco mais elevada comparado com empréstimos semelhantes que não o estão. Uma parcela dos empréstimos por grosso em reestruturação está incluída na coluna dos vencidos mas sem imparidade, embora nem todos os empréstimos sujeitos a reestruturação apresentem, necessariamente, imparidade ou estejam vencidos. Os empréstimos por grosso em reestruturação que tenham imparidade fazem parte dos empréstimos com imparidade avaliados individualmente.

O Grupo utiliza as seguintes medidas internas para determinar a qualidade de crédito dos empréstimos que realizam:

Grau de Incumprimento	Empréstimo venda Retalho	Empréstimo por	Descrição da qualidade de crédito
	Probabilidade de incumprimento	Probabilidade de incumprimento	
1-3	0.0-0.60%	0.0-0.05%	Sólidas
4-5		0.05-0.15%	
6-8		0.15-0.30%	
9-11		0.30-0.60%	
12-14	0.60-10.00%	0.60-2.15%	Satisfatório
15-19		2.15-11.35%	
20 - 21	10.00%+	11.35%+	Risco elevado

Para os empréstimos com desempenho normal, estas descrições podem ser resumidas da seguinte forma:

Sólido : existe uma forte possibilidade de que os ativos sejam recuperados por completo.

Satisfatório: enquanto existe uma alta probabilidade de que os ativos serão recuperados e, portanto, não é causa de preocupação atual para o Grupo, os ativos não podem ser garantidos, ou podem referir-se às facilidades, tais como empréstimos não seguros e saldos de cartão de crédito, que foram classificados como satisfatórios, independentemente do facto de as indicações dos modelos de classificação internos possam ter indicado uma classificação mais alta. No nível mais baixo desta classificação, há clientes que estão a ser monitorizados com mais cuidado, por exemplo, clientes empresariais, que apresentam sinais de alguma deterioração, hipotecas com empréstimo superior ao valor do ativo e empréstimos de retalho sem garantia a operar fora das diretrizes normais do produto.

Risco elevado: existe a preocupação sobre a capacidade do devedor em efetuar pagamentos quando for necessário. No entanto, estes ainda não se converteram em atraso atual. Também podem existir dúvidas sobre o valor dos colaterais e garantias fornecidas. No entanto, o mutuário ou a contraparte continua a fazer pagamentos quando devidos e espera-se que liquide todos os montantes em dívida e juros.

Os empréstimos vencidos são supervisionados atentamente, com constituição de provisões por imparidade, se necessário e em conformidade com as políticas de imparidade do Grupo. Estes empréstimos são todos considerados como risco elevado para os efeitos da presente análise da qualidade de crédito.

Garantias de dívida

Para ativos mantidos a justo valor, o valor transitado no balanço incluirá, entre outros, o risco de crédito do emissor. A maioria dos títulos cotados e alguns não cotados são avaliados por agências de notação externas. O Grupo utiliza principalmente as notações de risco externas indicadas pela Standard & Pooors', pela Fitch ou pela Moody's. Quando tais avaliações não estão disponíveis ou não estão atualizadas, o Grupo utilizará as suas notações internas para os títulos.

Análise de risco

Desempenho de risco

Risco de crédito

Qualidade de Crédito de Balanço

As tabelas seguintes apresentam a qualidade de crédito dos ativos do Grupo expostos a risco de crédito.

Visão Geral

Em 31 de dezembro de 2014, a proporção dos ativos do Grupo classificados como sólido permanece em geral estável 85% (2014:84%) do total dos ativos expostos a risco de crédito.

Ativos comercializados mantiveram-se maioritariamente no grau de investimento com as seguintes proporções e sendo categorizados como sólidos: 96% (2014:94%) do total de instrumentos financeiros derivados a 94% (2014:91%) de garantias de dívida mantidas para comercialização e 99% (2014:98%) de garantias de dívida mantidas disponíveis para venda. A qualidade de crédito das contrapartes para acordos de revenda mantidos a custo amortizado e designados pelo justo valor, sendo categorizados como sólidos; 82% (2013: 78%). O risco de crédito destes ativos é significativamente reduzido dado que os saldos se apresentam na sua grande parte com garantia.

Nos portfólios de empréstimo, 89% de empréstimos para a habitação (2014: 86%) a clientes têm a classificação de forte. A maioria dos empréstimos de cartão de crédito, sem garantia e de retalho permaneceu satisfatória, refletindo a natureza insegura de uma parte significativa do balanço, englobando 76% (2014: 71%) do total. O perfil de qualidade de crédito dos empréstimos grossistas do Grupo permaneceu estável com a classificação de forte das contrapartes a 72% (2014: 72 %).

É apresentada uma análise mais profunda das garantias de dívida por emissor e sobre liquidez e acordos colaterais sobre instrumentos financeiros derivados

Nas páginas 162 a 163 respetivamente ao Relatório Anual Barclays PLC.

Qualidade de Crédito de Balanço (auditado)

	Forte (inclui Grau de Investimento)	Satisfatório (BB+ a B)	Risco elevado (B- e inferior)	Exposição Máxima ao Risco de Crédito	Forte (inclui Grau de Investi- mento)	Satisfatório (BB+ a B)	Risco elevado (B- e inferior)	Exposição Máxima ao Risco de Crédito
Em 31 de dezembro de 2015	M £	M £	M £	M £	%	%	%	%
O Grupo								
Caixa e disponibilidades nos bancos centrais	49.711	-	-	49.711	100	0	0	100
Itens em fase de cobrança a outros bancos	923	61	27	1.011	91	6	3	100
Ativos da carteira de								
Garantias de dívida	43.168	2.217	241	45.626	94	5	1	100
Produtos de Base	329	1.880	265	2.474	13	76	11	100
Ativos da carteira de negociação	43.497	4.097	506	48.100	90	9	1	100
Ativos financeiros designados								
Valor								
Empréstimos brutos e	16.751	790	372	17.913	94	4	2	100
Garantias de dívida	1.378	3	2	1.383	100	0	0	100
Acordos de revenda invertida e outros	41.145	8.352	16	49.513	83	17	0	100
Outros ativos financeiros	313	62	-	375	83	17	0	100
Ativos financeiros designados ao justo	59.587	9.207	390	69.184	86	13	1	100
Instrumentos financeiros	313.275	13.270	1.325	327.870	96	4	-	100
Empréstimos e adiantamentos a	39.539	1.163	1.127	41.829	95	3	2	100
Empréstimos e adiantamentos a								
Clientes								
Empréstimos para habitação	139.252	9.704	6.907	155.863	89	6	5	100
Cartões de crédito, sem garantia e outro crédito a retalho	12.347	51.294	4.199	67.840	18	76	6	100
Crédito a empresas	125.743	39.600	10.171	175.514	72	23	5	100
Empréstimos e adiantamentos a	277.342	100.598	21.277	399.217	70	25	5	100
Acordos de revenda invertida e outros empréstimos garantidos	22.907	5.226	54	28.187	81	19	0	100
Disponível para títulos de dívida	88.536	632	110	89.278	99	1	0	100
Outros ativos	1.143	232	35	1.410	82	16	2	100
Total ativos	896.460	134.486	24.851	1.055.797	85	13	2	100

Notas:

b Durante 2015, os novos acordos de recompra inversa e outros empréstimos garantidos de forma similar em determinados negócios foram designados pelo justo valor, para um melhor alinhamento com o modo como o negócio gere o risco e o desempenho da carteira.

Qualidade de Crédito de Balanço (auditado)

Em 31 de dezembro de 2014	Forte (inclui Grau de Investimento)	Satisfatório (BB+ a B)	Risco elevado (B- e inferior)	Exposição Máxima ao Risco de Crédito	Forte (inclui Grau de Investimento)	Satisfatório (BB+ a B)	Risco elevado (B- e inferior)	Exposição Máxima ao Risco de Crédito
M£	M£	M£	M£	M£	%	%	%	%
O Grupo								
Caixa e disponibilidades nos bancos centrais	39.695	-	-	39.695	100	0	0	100
Os produtos em curso de cobrança de outros bancos	10.137	48	25	1.210	94	4	2	100
Ativos da carteira de negociação				-				
Garantias de dívida	60.328	5.202	505	66.035	91	8	1	100
Produtos de Base	446	1.935	312	2.693	16	72	12	100
Ativos da carteira de negociação	60.774	7.137	817	68.728	89	10	1	100
Ativos financeiros designados ao justo valor:				-				
Empréstimos e adiantamentos	18.545	844	809	20.198	92	4	4	100
Garantias de dívida	4.315	130	3	4.448	97	3	0	100
Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos semelhante		346	14	5.236	93	7	0	100
Outros ativos financeiros	270	167	32	469	57	36	7	100
Outros ativos financeiros designados pelo valor justo	28.006	1.487	858	30.351	92	5	3	100
instrumentos financeiros derivados		24.387	542	440.076	94	6	0	100
continuação	415.147							
Empréstimos e adiantamentos a bancos		1.651	1.007	42.657	94	4	2	100
	39.999							
Empréstimos e adiantamentos a				-				
Empréstimos para habitação		13.900	9.374	166.974	86	8	6	100
Cartões de crédito, empréstimos não garantidos e		49.255	4.398	69.022	23	71	6	100
Empréstimo para venda de retalho	15.369							
Empréstimos para habitação	137.102	42.483	12.186	191.771	72	22	6	100
Total empréstimos e adiantamentos a clientes	296.171	105.638	25.958	427.767	69	25	6	100
Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos		29.142	2	131.753	78	22	0	100
Disponível para títulos de dívida de venda		498	648	85.552	98	1	1	100
	84.406							
Outros ativos	1.336	282	62	1.680	79	17	4	100
Total de ativos	1.95.261	170.270	29.919	1.269.469	84	13	3	100

Análise de risco

Desempenho de risco

Risco de crédito

Qualidade de Crédito de Balanço (auditado)

	Forte (inclui Grau de Gestão de Investimento)		Risco elevado (B- e inferior)		Máximo	Forte (inclui Grau de investimento Categoria)		Risco elevado (B- e inferior)		Máximo
	Satisfatório (BB+ a B)				exposição máxima ao risco de crédito	Satisfatório (BB+ a B)				exposição máxima ao risco de crédito
Em 31 de dezembro de 2015	M£	M£	M£	M£	M£	%	%	%	%	%
O Banco										
Caixa e disponibilidades nos bancos centrais	43.669	-	-	43.669	100	0	0	100		
Itens em fase de cobrança a outros bancos	570	7	19	596	96	1	3	100		
Ativos da carteira de										
Garantias de dívida	23.111	1.568	199	24.878	93	6	1	100		
Produtos de Base	328	1.880	261	2.469	13	76	11	100		
Ativos da carteira de negociação	23.439	3.448	460	27.347	85	13	2	100		
Ativos financeiros designados										
Valor										
Empréstimos brutos e	19.497	694	367	20.558	95	3	2	100		
Garantias de dívida	8.648	-	-	8.648	100	0	0	100		
Acordos de revenda ^a	37.278	5.298	6	42.582	88	12	0	100		
Outros ativos financeiros	175	20	-	195	90	10	0	100		
Ativos financeiros designados ao justo	65.598	6.012	373	71.983	91	8	1	100		
Instrumentos financeiros	304.711	10.216	1.325	316.252	96	3	1	100		
Empréstimos e adiantamentos a	59.511	729	1.961	62.201	96	1	3	100		
Empréstimos e adiantamentos a										
Clientes										
Empréstimos para habitação	133.085	3.941	5.597	142.623	93	3	4	100		
Cartões de crédito, sem garantia e outro crédito a retalho	9.597	27.725	2.288	39.610	24	70	6	100		
Crédito a empresas	177.294	28.349	7.331	212.974	84	13	3	100		
Empréstimos e adiantamentos a	319.976	60.015	15.216	395.207	81	15	4	100		
Acordos de revenda invertida e outros empréstimos garantidos	25.301	3.502	-	28.803	88	12	0	100		
Disponível para títulos de dívida	82.947	20	1	82.968	100	0	0	100		
Outros ativos	8.087	64	14	8.165	99	1	0	100		
Total ativos	933.809	84.013	19.369	1.037.191	90	8	2	100		

Notas:

a Durante 2015, os novos acordos de recompra inversa e outros empréstimos garantidos de forma similar em determinados negócios foram designados pelo justo valor, para um melhor alinhamento com o modo como o negócio gere o risco e o desempenho da carteira.

Qualidade de Crédito de Balanço (auditado)

Em 31 de dezembro de 2014	Forte (Inclui grau de investimento) M€	Satisfatório (BB+ a B) M€	Risco elevado (B- e inferior) M€	Exposição Máxima ao Risco de Crédito M€	Forte (Inclui Grau de Investimento) %	Satisfatório (BB+ a B) %	Risco elevado (B- e inferior) %	Exposição Máxima ao Risco de Crédito %
O Banco								
Caixa e disponibilidades nos	35.469	-	-	35.469	100	0	0	100
Os produtos em curso de cobrança de outros bancos	760	29	12	801	95	4	1	100
Ativos da carteira de negociação								
Garantias de dívida	34.437	4.531	438	39.406	88	11	1	100
Produtos de Base	446	1.934	312	2.692	16	72	12	100
Ativos da carteira de negociação	34.883	6.465	750	42.098	83	15	2	100
Ativos financeiros designados ao justo valor:								
Empréstimos e adiantamentos	22.084	800	657	23.541	94	3	3	100
Garantias de dívida	13.640	89	-	13.729	99	1	0	100
Acordos de revenda	3.174	150	-	3.324	95	5	0	100
Outros ativos financeiros	171	67	32	270	63	25	12	100
Outros ativos financeiros designados pelo valor justo	39.069	1.106	689	40.864	95	3	2	100
Instrumentos financeiros derivados continuação	405.512	20.511	542	426.565	95	5	-	100
Empréstimos e adiantamentos a bancos	54.483	2.104	851	57.438	95	4	1	100
Empréstimos e adiantamentos a clientes								
Empréstimos para habitação	136.467	6.750	7.679	150.896	91	4	5	100
Cartões de crédito, empréstimos não garantidos e Empréstimo para venda de retalho	16.152	24.658	1.896	42.706	38	58	4	100
Empréstimos para habitação	194.735	31.153	10.324	236.212	83	13	4	100
Total empréstimos e adiantamentos a clientes	347.354	62.561	19.899	429.814	80	15	5	100
Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos semelhante	84.445	18.379	-	102.824	82	18	0	100
Disponível para títulos de dívida de venda	77.829	31	504	78.364	99	0	1	100
Outros ativos	15.457	76	25	15.558	99	1	-	100
Total de ativos	1.95.261	111.262	23.272	1.229.795	89	9	2	100

Análise de risco

Desempenho de risco

Risco de crédito

Análise da concentração do risco de crédito

Existe uma concentração de risco de crédito quando várias contrapartes estão localizadas numa região geográfica, ou envolvidas em atividades semelhantes ou que tenham características económicas semelhantes que façam com que a sua capacidade de cumprir obrigações contratuais seja afetada de forma semelhante por alterações nas condições económicas ou de outro tipo. O Grupo impõe limites a concentrações de modo a mitigar o risco. As análises de concentrações de risco de crédito apresentadas abaixo são baseadas na localização da contraparte, cliente ou indústria na qual estão envolvidos. São apresentados mais detalhes sobre as políticas do Grupo do Banco Barclays relativamente à gestão do risco de concentração na página 306 do Relatório Pilar 3 PLC 2015 Barclays.

Concentrações geográficas

Em 31 de dezembro de 2015, a concentração geográfica dos ativos do Grupo do Banco Barclays continuou consistente com 2014. 40% (2014: 38%) da exposição está concentrada no Reino Unido, 31% (2014: 31%) nas Américas e 20% (2014: 22%) na Europa.

A informação sobre os países selecionados da Zona Euro apresenta-se nas páginas 78 à 79.

Concentrações de risco de crédito por geografia (auditado)

	Reino Unido	Europa Américas	África e Médio Oriente	Ásia	Total
	ME	ME	ME	ME	ME
Em 31 de dezembro de 2015					
O Grupo					
Rubricas patrimoniais:					
Caixa e disponibilidades nos bancos centrais	14.061	19.094	13.288	2.055	49.711
Itens em fase de cobrança a outros bancos	543	72	-	396	1.011
Ativos da carteira de negociação	7.199	10.012	23.642	2.111	48.100
Ativos financeiros designados ao justo valor	22.991	5.562	35.910	3.039	69.184
Instrumentos financeiros derivados	99.818	103.498	101.592	3.055	327.870
Empréstimos e adiantamentos a bancos	11.213	9.918	13.078	2.900	41.829
Empréstimos e adiantamentos a clientes	239.140	47.372	69.803	33.461	399.217
Acordos de revenda invertida e outros empréstimos garantidos ^a	5.905	4.361	15.684	915	28.187
Disponível para títulos de dívida de venda	20.508	40.345	20.520	3.999	89.278
Outros ativos	868	4	131	314	1.410
Total rubricas patrimoniais:	422.246	240.238	293.648	52.245	1.055.797
Rubricas extrapatrimoniais:					
Passivos contingentes	9.543	3.020	5.047	2.505	20.576
Créditos documentários e outras transações de curto-prazo	594	58	-	193	845
Compra com acordo de revenda com início no	9	5	65	-	93
Recursos de reserva, linhas de crédito e outros compromissos	104.797	34.370	125.456	13.600	281.369
Total rubricas extrapatrimoniais	114.943	37.453	130.568	16.298	302.883
Total	537.189	277.691	424.216	68.543	1.358.680

Notas:

b Durante 2015, os novos acordos de recompra inversa e outros empréstimos garantidos de forma similar em determinados negócios foram designados pelo justo valor, para um melhor alinhamento com o modo como o negócio gere o risco e o desempenho da carteira.

b. Compra com acordo de revenda com início no futuro foram anteriormente divulgados como compromissos de empréstimo. Na sequência dos negócios designados como os novos acordos de recompra inversa a justo valor através de ganhos e perdas, os novos acordos de recompra inversa estão no âmbito do IAS39 e são reconhecidos como derivativos no balanço.

Concentrações de risco de crédito por geografia (auditado)

Em 31 de dezembro de 2014	Unido	Europa	África e		Ásia	Total
	Reino	Américas	Médio Oriente			
	ME	ME	ME	ME	ME	ME
O Grupo						
Rubricas patrimoniais:						
Caixa e disponibilidades nos bancos centrais	13.770	12.224	9.365	2.161	2.175	39.695
Itens em fase de cobrança a outros bancos	644	158	-	408	-	1.210
Ativos da carteira de negociação	12.958	15.638	31.062	2.498	6.572	68.728
Ativos financeiros designados ao justo valor	21.274	1.591	3.986	2.999	501	30.351
Instrumentos financeiros derivados	133.567	147.421	129.771	2.332	26.985	440.076
Empréstimos e adiantamentos a bancos	8.018	12.793	13.227	3.250	5.369	42.657
Empréstimos e adiantamentos a clientes	241.543	60.018	76.561	39.241	10.404	427.767
Acordos de revenda invertida e outros empréstimos garantidos similares ^a	20.551	22.655	81.368	928	6.251	131.753
Disponível para títulos de dívida de venda	22.901	33.368	22.846	4.770	1.667	85.552
Outros ativos	837	-	232	483	128	1.680
Total rubricas patrimoniais:	476.063	305.866	368.418	59.070	60.052	1.269.469
Rubricas extrapatrimoniais:						
Passivos contingentes	10.222	2.542	5.517	2.757	225	21.263
Créditos documentários e outras transações de curto-prazo relacionadas com comércio	851	36	-	186	18	1.091
Compra com acordo de revenda com início no futuro	4.461	5.937	701	2	2.755	13.856
Recursos de reserva, linhas de crédito e outros compromissos	108.025	34.886	116.343	14.911	2.150	276.315
Total rubricas extrapatrimoniais	123.559	43.401	122.561	17.856	5.148	312.525
Total	599.622	349.267	490.979	76.926	65.200	1.581.994

Em 31 de dezembro de 2015	Reino	Europa	Américas	África e	Ásia	Total
	Unido			Médio Oriente		
	m£	m£	m£	m£	m£	m£
O Banco						
Rubricas patrimoniais:						
Caixa e disponibilidades nos bancos centrais	5.034	26.560	11.036	142	897	43.669
Itens em fase de cobrança a outros bancos	542	54	-	-	-	596
Ativos da carteira de negociação	7.027	9.974	6.752	166	3.428	27.347
Ativos financeiros designados ao justo valor	36.085	4.562	21.338	572	9.426	71.983
Instrumentos financeiros derivados	99.905	102.989	92.075	2.410	18.873	316.252
Empréstimos e adiantamentos a bancos	32.779	18.816	4.760	1.641	4.205	62.201
Empréstimos e adiantamentos a clientes	275.785	64.881	40.357	3.825	10.359	395.207
Acordos de revenda invertida e outros empréstimos garantidos similares	9.572	7.509	9.746	916	1.060	28.803
Disponível para títulos de dívida de venda	19.586	39.021	20.354	127	3.880	82.968
Outros ativos	6.276	1.803	-	8	78	8.165
Total rubricas patrimoniais:	492.591	276.169	206.418	9.807	52.206	1.037.191
Rubricas extrapatrimoniais:						
Passivos contingentes	13.012	3.784	6.850	474	476	24.596
Créditos documentários e outras transações de curto-prazo relacionadas com comércio	594	58	-	41	-	693
Compra com acordo de revenda com início no	-	-	-	-	14	14
Recursos de reserva, linhas de crédito e outros compromissos	104.730	31.736	80.830	1.699	3.146	222.141
Total rubricas extrapatrimoniais	118.336	35.578	87.680	2.214	3.636	247.444
Total	610.927	311.747	294.098	12.021	55.842	1.284.635

Nota:

b Durante 2015, os novos acordos de recompra inversa e outros empréstimos garantidos de forma similar em determinados negócios foram designados pelo justo valor, para um melhor alinhamento com o modo como o negócio gere o risco e o desempenho da carteira.

b. Compra com acordo de revenda com início no futuro foram anteriormente divulgados como compromissos de empréstimo. Na sequência dos negócios designados como os novos acordos de recompra inversa a justo valor através de ganhos e perdas, os novos acordos de recompra inversa estão no âmbito do IAS39 e são reconhecidos como derivativos no balanço.

Análise de risco

Desempenho de risco

Risco de crédito

Concentrações de risco de crédito por geografia (auditado)

	Reino Unido	Europa	Américas	África e Médio Oriente	Ásia	Total
	M€	M€	M€	M€	M€	M€
Em 31 de dezembro de 2014						
O Banco						
Rubricas patrimoniais:						
Caixa e disponibilidades nos bancos centrais	13.691	11.963	7.705	139	1.971	35.469
Itens em fase de cobrança a outros bancos	643	158	-	-	-	801
Ativos da carteira de negociação	12.744	15.222	10.300	218	3.614	42.098
Ativos financeiros designados ao justo valor	35.870	1.425	2.723	331	515	40.864
Instrumentos financeiros derivados	136.156	148.931	113.084	2.401	25.993	426.565
Empréstimos e adiantamentos a bancos	6.629	14.157	29.363	2.016	5.273	57.438
Empréstimos e adiantamentos a clientes	290.318	79.476	43.685	4.734	11.601	429.814
Acordos de revenda invertida e outros empréstimos garantidos	23.295	21.996	38.297	1.301	17.935	102.824
Disponível para títulos de dívida de venda	22.024	31.913	22.699	98	1.630	78.364
Outros ativos	13.337	1.978	-	120	123	15.558
Total rubricas patrimoniais:	554.707	327.219	267.856	11.358	68.655	1.229.795
Rubricas extrapatrimoniais:						
Passivos contingentes	10.157	2.425	4.528	283	198	17.591
Créditos documentários e outras transações de curto-prazo	851	36	-	50	18	955
Compra com acordo de revenda com início no futuro	4.446	5.931	375	-	4	10.756
Recursos de reserva, linhas de crédito e outros compromissos	107.745	32.712	76.556	1.433	2.745	221.191
Total rubricas extrapatrimoniais	123.199	41.104	81.459	1.766	2.965	250.493
Total	677.906	368.323	349.315	13.124	71.620	1.480.288

Exposições a países selecionados da Zona Euro (auditado)

O Grupo reconhece o risco de crédito e mercado resultantes da atual volatilidade na Zona Euro e continua a monitorizar de perto os acontecimentos enquanto toma precauções coordenadas para mitigar os riscos associados com o complicado ambiente económico. Estes planos de contingência foram revistos e atualizados para garantir que se mantenha efetivos.

A tabela seguinte mostra a exposição do Barclays aos países da Zona Euro, monitorizada internamente como sendo de risco mais elevado, sendo consequentemente o sujeito de um foco particular de gestão. A base da preparação é consistente com o que está descrito no Relatório Anual de 2014.

A exposição líquida fornece a medida mais apropriada de risco de crédito ao qual o Grupo está exposto. A exposição bruta é também apresentada abaixo, juntamente com os passivos contingentes e compromissos extra patrimoniais.

Ao longo de 2015 as exposições de balanço líquido do Grupo a Espanha, Itália, Portugal, Irlanda, Chipre e Grécia reduziram de 17,2 M€ para 26,1M€ devendo-se principalmente a uma redução de 13,4 M€ em Espanha após a venda do negócio espanhol. A diminuição dos 7,0 M€ nas hipotecas residenciais são predominantemente relativas aos empréstimos Portugueses e Italianos reclassificados detidos para venda dentro da categoria das Instituições Financeiras.

Em 31 de dezembro de 2015, o défice de financiamento líquido local em Itália foi de 3,8 M€, (2014: 9,9 M€) e o défice em Portugal foi de 1,4 M€ (2014: 1,9 M€). O financiamento líquido excedente em Espanha foi de 0,2 M€ (2014: 4,3 M€).

Exposição líquida por país e contraparte (auditado)

	Soberano M€	Derivados instituições M€	Corporativo M€	Hipotecas Habitacionais M€	Outro retalho empréstimo M€	Exposição Líquida No balanço M€	Exposição Bruta No balanço M€	Passivos contingentes e compromissos M€
Em 31 de dezembro de 2015								
Espanha	90	623	1.176	7	311	2.207	7.944	2.073
Itália	1.708	2.283	1.039	9.505	675	15.210	20.586	2.701
Portugal	87	3.346	152	6	700	4.291	4.555	1.299
Irlanda	9	2.824	1.282	37	51	4.203	7.454	2.673
Chipre	29	6	59	16	46	156	391	1
Grécia	1	3	14	4	3	25	975	-
Total	1.924	9.085	3.722	9.575	1.786	26.092	41.905	8.747

Exposição líquida por país e contraparte (auditado)

	M€	Derivados instituições M€	Corporativo M€	Hipotecas Habitacionais M€	Outro retalho empréstimo M€	Exposição Líquida No balanço M€	Exposição Bruta No balanço M€	Passivos contingentes e compromissos M€
Em 31 de dezembro de 2014								
Espanha	108	14.043	1.149	12	248	15.560	24.87	2.863
Itália	1.716	485	1.128	13.530	1.114	17.973	25.96	3.033
Portugal	105	7	531	2.995	1.207	4.845	5.05	1.631
Irlanda	37	3.175	1.453	43	50	4.758	9.44	2.070
Chipre	28	12	61	6	16	123	707	26
Grécia	1	11	15	-	-	27	1.27	-
Total	1.995	17.733	4.337	16.586	2.635	43.286		9.623

Outros países em risco que são atualizadas mensalmente incluem exposições da Rússia e da China.

A exposição líquida à Rússia 1,4 M€ (2014: 1,9 M€) consiste essencialmente em empréstimos e adiantamentos no valor de 1,0 M€ (2014: £0,6 M€). Os empréstimos de retalho e adiantamentos são predominantemente seguros sobre propriedades compradas no R.U. E no sul de França. A exposição bruta à Rússia foi de 2,5 M€ (2014:

3,8 M€) incluindo os ativos derivativos com as instituições financeiras. A exposição bruta é atenuada pela compensação de passivos de derivativos. A exposição bruta é atenuada pela compensação de passivos de derivativos.

A exposição líquida à China 3,7 £M (2014: 4,8 £M) consiste essencialmente em empréstimos e adiantamentos (principalmente ativos financeiros e saldos liquidação) soberanos de 1,4 M€ (2014: 1,7 M€) e instituições financeiras de 1,1 M€ (2014: 1,4 M€). A exposição em termos brutos à China excluindo passivos de derivativos de compensação foi de 3,9 M€ (2014: 5,0 M€).

Análise de risco

Desempenho de risco

Risco de crédito

Concentrações industriais (auditado)

Em 31 de dezembro de 2015, a concentração industrial dos ativos do Grupo continuou consistente ano após ano. 42% (2014: 49%) do total de ativos estava concentrado para os bancos e outras instituições financeiras, com predominância nos instrumentos financeiros derivados, que diminuíram significativamente durante o ano. A proporção do balanço geral concentrado nos Estados e bancos centrais manteve-se estável em 12% (2014: 11%) e os empréstimos bancários em 12% (2014: 12%).

Concentrações de risco de crédito por indústria (auditado)

Em 31 de Dezembro de 2015	Bancos M€	Outras instituições Financeiras M€	Manu- fatura M€	Consti- ção e proprie- dade M€	Governo Banco central M€	Energia e água M€	Distribuição por grosso e retalho e lazer M€	Negócio s e outros Serviços M€	Empréstimos para habitação M€	Carros, Empréstimos não garantidos e outros empréstimos pessoas M€	Outros M€	Total M€
O Grupo												
Rubricas patrimoniais:												
Caixa e saldos em bancos centrais	-	-	-	-	49.711	-	-	-	-	-	-	49.711
Itens no curso de coleta de outros	1.011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.011
Atividade Bancária	1.947	11.826	970	538	25.797	2.554	315	2.727	550	-	876	48.100
Ativos da carteira de negociação	14.015	35.109	104	8.642	7.380	33	191	3.402	229	-	79	69.184
Outros ativos financeiros designados pelo valor justo	185.943	114.727	2.701	2.940	6.113	4.538	1.063	5.346	-	-	4.499	327.870
Ativo financeiro derivado	37.309	-	-	-	4.520	-	-	-	-	-	-	41.829
Instrumentos	-	80.729	12.297	23.519	5.940	7.743	13.830	25.728	155.863	60.162	13.406	399.217
Atividade Bancária	8.676	18.022	-	1.011	305	-	35	138	-	-	-	28.187
Empréstimos e adiantamentos	9.745	6.114	68	43	67.645	182	107	5.134	-	-	240	89.278
Clientes	312	1.077	-	-	20	-	-	-	-	-	1	1.410
Compra com acordo de e outros empréstimos similares garantidos ^a	312	1.077	-	-	20	-	-	-	-	-	1	1.410
Disponível para títulos de garantidos por hipoteca	312	1.077	-	-	20	-	-	-	-	-	1	1.410
Outros ativos	312	1.077	-	-	20	-	-	-	-	-	1	1.410
Total rubricas patrimoniais:	258.958	267.604	16.140	36.693	167.431	15.050	15.541	42.475	156.642	60.162	19.101	1.055.797
Rubricas extrapatrimoniais:												
Passivos contingentes	1.152	4.698	3.142	958	9	3.073	1.301	4.645	100	548	950	20.576
Os créditos documentários e comercializados a curto prazo relacionados com comércio	378	17	142	1	-	3	129	50	-	123	2	845
Compra com acordo de venda com início no futuro ^b	78	15	-	-	-	-	-	-	-	-	-	93
Recursos de reserva, linhas e outros compromissos	946	31.152	35.865	11.337	871	26.217	15.054	23.180	11.708	111.988	13.051	281.369
Total rubricas extrapatrimoniais	2.554	35.882	39.149	12.296	880	29.293	16.484	27.875	11.808	112.659	14.003	302.883
Total	261.512	303.486	55.289	48.989	168.311	44.343	32.025	70.350	168.450	172.821	33.104	1.358.680

As exposições de balanço líquido do setor de Petróleo e Gás foram de 4,4 M€ (2014: 5,8 M€), com passivos contingentes e compromissos a este sector de 13,8 M€ (2014: 12,5 M€). Os encargos de imparidade foram 106 M€ (2014: 1 M€). O rácio da exposição líquida total do Grupo classificados como satisfatórios foi de 97% (2014: 99%) da exposição líquida total ao risco de crédito neste setor.

Se os preços médios do petróleo permanecerem nos 30 \$ por barril no decorrer de 2016, a imparidade adicional estimada de aproximadamente 250 M€ irá resultar. Se os preços médios do petróleo se reduzissem para os 25 \$ por barril no decorrer de 2016 a imparidade adicional estimada de aproximadamente 450 M€ irá resultar.

Nota:

a. Durante 2015, os novos acordos de recompra inversa e outros empréstimos garantidos de forma similar em determinados negócios foram designados pelo justo valor, para um melhor alinhamento com o modo como o negócio gere o risco e o desempenho da carteira.

b. Compra com acordo de venda com início no futuro foram anteriormente divulgados como compromissos de empréstimo. Na sequência dos negócios designados como os novos acordos de recompra inversa a justo valor através de ganhos e perdas, os novos acordos de recompra inversa estão no âmbito do IAS39 e são reconhecidos como derivativos no balanço.

Concentrações de risco de crédito por indústria

Em 31 de dezembro de 2014	Bancos M€	Outras instituições Financeiras M€	Manu- fatura M€	Construção e propriedade M€	Governo Banco central M€	Energia e água M€	Distribuição por grosso e retalho e lazer M€	Negócios e outros Serviços M€	Emprésti- mos para habitação M€	Cartões, Emprésti- mos não garantido s e outros emprésti- mos M€	Outros M€	Total M€
O Grupo												
Rubricas patrimoniais:												
Caixa e disponibilidades nos bancos centrais		-	-	-	39.695	-	-	-	-	-	-	39.695
itens em fase de cobrança a outros	1.210	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.210
Atividade Bancária	2.932											
Ativos da carteira de negociação		17.718	1.466	593	39.201	2.745	385	2.751	-	-	937	68.728
Ativos financeiros designados ao justo valor	5,113	1,548	70	9,358	10,378	73	207	3,127	393	-	84	30,351
	257,630											
Instrumentos financeiros derivativos	40,811	149,050	2,519	3,454	7,691	7,794	1,510	6,227	-	-	4,201	440,076
Empréstimos e adiantamentos a		-	-	-	1,846	-	-	-	-	-	-	42,657
Empréstimos e adiantamentos a clientes		103,388	11,647	22,842	7,115	8,536	13,339	22,372	166,974	58,914	12,640	427,767
	38,946											
Novos acordos de recompra inversa e outros empréstimos similares garantidos	11,135	86,588	-	4,845	739	-	24	611	-	-	-	131,753
Disponível para títulos de dívida de venda		8,365	68	45	61,341	194	27	4,084	-	-	293	85,552
Outros ativos	634	996	-	14	24	-	-	12	-	-	-	1,680
Total exposição rubricas patrimoniais	358.411	367.653	15.770	41.151	168.030	19.342	15.492	39.184	167.367	58.914	18.155	1.269.469
Rubricas extrapatrimoniais:												
Passivos contingentes	1.159	5.177	2.709	698	-	2.757	1.157	6.496	45	191	874	21.263
Créditos documentários e outras transações a curto prazo	470											
Compra com acordo de revenda com início no futuro	2,128	12	197	14	-	1	218	62	55	28	34	1,091
Recursos de reserva, linhas de crédito e outros compromissos	2,643	11,724	-	-	4	-	-	-	-	-	-	13,856
	2,643	29,645	28,589	11,449	2,400	24,830	12,771	24,534	16,119	110,091	13,244	276,315
Total exposição rubricas patrimoniais	6.400	46.558	31.495	12.161	2.404	27.588	14.146	31.092	16.219	110.310	14.152	312.525
Total	364.811	414.211	47.265	53.312	170.434	46.930	29.638	70.276	183.586	169.224	32.307	1.581.994

Análise de risco

Desempenho de risco

Risco de crédito

Concentrações de risco de crédito por indústria

Bancos	Outros derivados instituições	Manufatura	Construção e propriedade	Governo central e atividade bancária	Energia e água	Venda por grosso e negócios de distribuição e outros serviços de lazer	Casa	Cartões inseguro empréstimo	Outros	Total		
	ME	ME	ME	ME	ME	ME	ME	ME	ME	ME		
O Banco												
Rubricas patrimoniais:												
Caixa e saldos em bancos centrais	-	-	-	43.669	-	-	-	-	-	-	43.669	
Itens no curso de coleta de outros	596	-	-	-	-	-	-	-	-	-	596	
Atividade Bancária	1.359	4.445	661	320	14.535	2.381	255	2.145	546	-	700	27.347
Ativos da carteira de negociação	7.036	47.154	58	7.788	6.510	-	95	3.095	229	13	5	71.983
Outros ativos financeiros designados pelo valor justo	183.459	105.855	2.616	2.926	6.103	4.528	1.014	5.272	-	-	4.479	316.252
Ativo financeiro derivado instrumentos	58.050	2	-	-	3.910	-	-	-	-	239	-	62.201
Empréstimos e Atividade Bancária	5.974	125.303	9.532	21.036	5.773	7.066	11.783	23.507	142.623	32.320	10.290	395.207
Empréstimos e Clientes	4.801	23.560	-	248	27	-	35	132	-	-	-	28.803
Compra com acordo de e outros empréstimos similares	9.379	5.267	7	-	63.056	-	53	5.062	-	-	144	82.968
Disponível para títulos de garantidos por hipoteca	1.845	6.198	-	-	7	-	-	-	-	114	1	8.165
Outros ativos												
Total rubricas patrimoniais:	272.499	317.784	12.874	32.318	143.590	13.975	13.235	39.213	143.398	32.686	15.619	1.037.191
Rubricas extrapatrimoniais:												
Passivos contingentes	1.294	6.253	3.910	927	5	3.696	1.430	5.206	-	708	1.167	24.596
Créditos documentários e outras transações de curto-prazo relacionadas com comércio	293	-	134	-	-	2	128	15	-	119	2	693
Acordo de revenda com início acordos recompra	-	14	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14
Recursos de reserva, linhas de crédito e outros compromissos	1.687	23.627	34.943	10.521	761	26.068	14.118	21.917	9.699	57.816	20.984	222.141
Total rubricas extrapatrimoniais	3.274	29.894	38.987	11.448	766	29.766	15.676	27.138	9.699	58.643	22.153	247.444
Total	275.773	347.678	51.861	43.766	144.356	43.741	28.911	66.351	153.097	91.329	37.772	1.284.635

Nota:
a. Durante 2015, os novos acordos de recompra inversa e outros empréstimos garantidos de forma similar em determinados negócios foram designados pelo justo valor, para um melhor alinhamento com o modo como o negócio gere o risco e o desempenho da carteira.
b. Compra com acordo de revenda com início no futuro foram anteriormente divulgados como compromissos de empréstimo. Na sequência dos negócios designados como os novos acordos de recompra inversa a justo valor através de ganhos e perdas, os novos acordos de recompra inversa estão no âmbito do IAS39 e são reconhecidos como derivativos no balanço.

Concentrações de risco de crédito por indústria

Em 31 de dezembro de 2014	Bancos M€	Outros derivados instituições M€	Manu- fatura M€	Const- rução e proprieda de M€	Govem- e central atividade bancária M€	Energia e água M€	Venda por grosso e retalho Distribuiç ão e de lazer M€	Negócios e outros Serviços M€	Casa Empréstios M€	Cartões, de crédito e outro Pessoal empréstimo M€	Outros M€	Total M€
O Grupo												
Rubricas patrimoniais:												
Caixa e disponibilidades nos bancos centrais	-	-	-	-	35.469	-	-	-	-	-	-	35.469
itens em fase de cobrança a outros	801	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	801
Atividade Bancária												
Ativos da carteira de negociação	1.982	8.214	1.108	451	25.036	2.347	314	1.814	-	-	832	42.098
Ativos financeiros designados ao justo valor	3.108	15.649	35	9.104	9.416	55	134	2.975	383	-	5	40.864
Instrumentos financeiros derivados	255.744	137.763	2.532	3.453	7.690	7.792	1.508	5.895	-	-	4.188	426.565
Empréstimos e adiantamentos a bancos	56.008	-	-	-	1.430	-	-	-	-	-	-	57.438
Empréstimos e adiantamentos a clientes	204	161.978	9.693	20.408	6.866	8.055	11.561	17.002	150.896	33.234	9.917	429.814
Novos acordos de recompra inversa e outros empréstimos similares garantidos	21.471	80.264	-	164	607	-	23	295	-	-	-	102.824
Disponível para títulos de dívida de venda	10.793	7.402	6	3	55.918	-	9	4.057	-	-	176	78.364
Outros ativos	62	15.044	-	5	21	-	5	308	-	113	-	15.558
Total exposição rubricas patrimoniais	350.173	426.314	13.374	33.588	142.453	18.249	13.554	32.346	151.279	33.347	15.118	1.229.795
Rubricas extrapatrimoniais:												
Passivos contingentes	977	4.169	2.665	654	-	2.737	1.062	4.274	45	190	818	17.591
Créditos documentários e outras transações a curto prazo	465	12	155	12	-	-	93	35	55	28	-	955
Compra com acordo de revenda com início no futuro	444	10.964	-	-	4	-	-	-	-	-	-	11.412
Recursos de reserva, linhas de crédito e outros compromissos	1.813	33.775	27.162	10.088	2.400	24.229	12.052	21.773	16.107	56.685	12.451	220.535
Total exposição rubricas patrimoniais	3.699	48.920	29.982	10.754	2.404	26.966	13.307	26.082	16.207	58.903	13.269	250.493
Total	353.872	475.234	43.356	44.342	144.857	45.215	26.861	58.428	167.486	92.250	28.387	1.480.288

Análise de risco

Desempenho de risco

Risco de crédito

Análise de empréstimos em situação problemática

Estes empréstimos são refletidos nas tabelas de qualidade de crédito do balanço nas páginas 72 a 75 como sendo de Alto Risco.

Análise da antiguidade de empréstimos e adiantamentos vencidos (auditado)

A seguinte tabela apresenta uma análise de antiguidade de empréstimos e adiantamentos vencidos mas sem imparidade.

Empréstimos e adiantamentos vencidos mas sem imparidade (auditado)						
	Vencido até 1	Vencidos de 1-2	Vencidos de 2-3	Vencido de 3-6	Vencidos a 6 ou mais meses	Total
	mês	meses	meses	meses		
	ME	ME	ME	ME	ME	ME
Em 31 de dezembro de 2015						
O Grupo						
Empréstimos e adiantamentos designados pelo justo valor	70	14	-	-	209	293
Empréstimos para habitação	22	8	6	24	80	140
Cartões de crédito, sem garantia e outro crédito a retalho	288	14	15	93	120	530
Crédito a empresas	5.862	897	207	226	280	7.472
Total	6.242	933	228	343	689	8.435
O Banco						
Empréstimos e adiantamentos designados pelo justo valor	70	14	-	-	209	293
Empréstimos para habitação	20	7	2	9	51	89
Cartões de crédito, sem garantia e outro crédito a retalho	260	11	13	73	64	421
Crédito a empresas	3.689	869	198	188	263	5.207
Total	4.039	901	213	270	587	6.010
Empréstimos e adiantamentos vencidos mas sem imparidade (auditado)						
	Vencido até 1 mês	Vencido de 1-2 meses	Vencido de 2-3 meses	Vencido a 3-6 meses	Vencidos a 6 ou mais meses	Total
	ME	ME	ME	ME	ME	ME
Em 31 de dezembro de 2014						
O Grupo						
Empréstimos e adiantamentos designados pelo justo valor	594	48	1	-	33	676
Empréstimos para habitação	46	6	17	135	230	434
Cartões de crédito, sem garantia e outro crédito a retalho	64	29	14	139	194	440
Crédito a empresas	5.251	630	874	190	387	7.332
Total	5.955	713	906	464	844	8.882
O Banco						
Empréstimos e adiantamentos designados pelo justo valor	479	48	1	-	26	554
Empréstimos para habitação	23	6	12	72	204	317
Cartões de crédito, sem garantia e outro crédito a retalho	56	28	6	81	174	345
Crédito a empresas *	3.752	592	883	123	463	5.813
Total	4.310	674	902	276	867	7.029

Nota:

a Um balanço de empréstimos vencidos até um mês de uma Empresa foi revisito por 1.953 EM para melhor refletir sobre o desgaste dos empréstimos.

Análise de empréstimos e adiantamentos avaliados como com imparidade (auditado)

A seguinte tabela apresenta uma análise de antiguidade de empréstimos e adiantamentos como com imparidade.

Empréstimos e adiantamentos avaliados como com imparidade

	Vencido até 1 mês	Vencido de 1- 2 meses	Vencido de 2- 3 meses	Vencido de 3- 6 meses	Vencidos a 6 ou mais meses	Total	Imparidade individualm ente avaliada	Total
	ME	ME	ME	ME	ME	ME	ME	ME
Em 31 de dezembro de 2015								
O Grupo								
Empréstimos para habitação	3.672	1.036	278	364	812	6.162	648	6.810
Cartões de crédito, sem garantia e outro crédito a retalho	1.241	691	284	541	1.792	4.549	964	5.513
Crédito a empresas	251	76	45	76	96	544	1.786	2.330
Total	5.164	1.803	607	981	2.700	11.255	3.398	14.653
O Banco								
Empréstimos para habitação	3.075	941	224	305	519	5.064	558	5.622
Cartões de crédito, sem garantia e outro empréstimo	751	510	150	298	1.351	3.060	296	3.356
Crédito a empresas	132	48	31	63	42	316	1.345	1.661
Total	3.958	1.499	405	666	1.912	8.440	2.199	10.639

Empréstimos e adiantamentos avaliados

	Vencido de 1 mês	Vencido de 12 meses	Vencido de 23 meses	Vencido a 3-6 meses	Vencidos a 6 ou mais meses	Total	Imparidade individualm ente avaliada	Total
	ME	ME	ME	ME	ME	ME	ME	ME
Em 31 de dezembro de 2014								
O Grupo								
Empréstimos para habitação	5.155	1.424	335	470	1.050	8.434	455	8.889
Cartões de crédito, sem garantia e outro empréstimo	1.196	738	299	532	2.225	4.990	800	5.790
Crédito a empresas	284	30	24	25	148	511	2.679	3.190
Total	6.635	2.192	658	1.027	3.423	13.935	3.934	17.869
O Banco								
Empréstimos para habitação	4.444	1.320	274	406	591	7.035	412	7.447
Cartões de crédito, sem garantia e outro empréstimo	571	541	161	314	1.750	3.337	265	3.602
Crédito a empresas	278	27	23	25	113	466	2.123	2.589
Total	5.293	1.888	458	745	2.454	10.838	2.800	13.638

Os empréstimos por imparidade avaliados coletivamente em 11,3 M£ (2014: 13,9 M£) predominantemente relativos aos empréstimos bancários dentro da categoria (2014 MCA balances: 1,3 M£) já não fazem parte do programa de tolerância nem dos empréstimos por imparidade avaliados coletivamente.

Para uma análise mais profunda de empréstimos e adiantamentos com diferentes análises de gestão, consulte o Relatório Anual do Barclays PLC:

- Análise da carteira de empréstimo para grossistas e de retalho nas páginas 155 à 162.
- Análise por indústria e geografia nas páginas 150 a 151
- Análise por negócio nas páginas 228 a 230
- Análise por classe de ativo nas páginas 160 a 162
- Empréstimos de potencial risco de crédito na página 167
- Diferimento páginas 164 a 167

Análise de risco

Desempenho de risco

Risco de crédito

Imparidade

Provisões para imparidade

As provisões para imparidade diminuíram 10% para 4.921 M€ primordialmente entre os Não Fundamentais como resultado da reclassificação.

Movimentos na provisão para imparidade por classe de ativo (auditado)

	No início do ano	Aquisições e alienações	Elim do desconto	Moeda e outros ajustes*	Valores baixados	Recuperações	Montantes imputados aos rendimentos financeiros	Saldo em 31 dezembro
	ME	ME	ME	ME	ME	ME	ME	ME
2015								
O Grupo								
Empréstimos para habitação	547	-	(32)	(64)	(94)	7	154	518
Cartões de crédito, sem garantia e outro crédito a retalho	3.345	-	(105)	(170)	(1.848)	301	1.871	3.394
Crédito a empresas	1.563	-	(12)	(383)	(335)	92	84	1.009
Total provisão imparidade	5.455	-	(149)	(617)	(2.277)	400	2.109	4.921

O Banco

Empréstimos para habitação	394	-	(5)	(68)	(35)	(2)	84	368
Cartões de crédito, sem garantia e outro crédito a retalho	2.269	-	(79)	(120)	(1.227)	211	1.057	2.111
Crédito a empresas	1.201	-	-	(242)	(245)	83	5	802
Total provisão imparidade	3.864	-	(84)	(430)	(1.507)	292	1.146	3.281

Movimentos na provisão para imparidade por classe de ativo (auditado)

	No início do ano	aquisições e alienações	Elim do desconto	Moeda e outros ajustes*	valores baixados	Recuperações	Montantes imputados aos rendimentos financeiros	Saldo em 31 dezembro
	ME	ME	ME	ME	ME	ME	ME	ME
2014								
O Grupo								
Empréstimos para habitação	788	-	(23)	(200)	(191)	17	156	547
Cartões de crédito, sem garantia e outro empréstimo	3.603	13	(116)	(307)	(1.679)	126	1.705	3.345
Crédito a empresas	2.867	-	(14)	(540)	(1.167)	78	339	1.563
Total provisão imparidade	7.258	13	(153)	(1.047)	(3.037)	221	2.200	5.455

O Banco

Empréstimos para habitação	355	-	(7)	(15)	(40)	3	98	394
Cartões de crédito, sem garantia e outro empréstimo	2.355	16	(99)	(37)	(1.091)	92	1.033	2.269
Crédito a empresas	1.863	-	(5)	(48)	(840)	72	159	1.201
Total provisão imparidade	4.573	16	(111)	(100)	(1.971)	167	1.290	3.864

Nota:

A moeda e outros ajustes incluem a reclassificação das imparidades mantidas sobre os empréstimos portugueses detidos para venda entre os empréstimos espanhóis detidos para venda em 2014.

Análise de risco

Desempenho de Risco

Risco de Mercado

Análise do risco de mercado

Risco de mercado é o risco de uma redução de rendimentos ou capital derivado da volatilidade de posições da carteira de negociação ou como consequência de gerir um balanço da carteira de negociação e conjunto de liquidez.

Esta secção contém informações chave que descrevem o perfil de risco de mercado do Grupo, sublinhando medidas tanto regulatórias como de gestão-

Métricas chave

Medidas de risco de mercado de transações, como o Valor em Risco (VaR em inglês), de cresceu no ano primariamente derivado à remoção de certos ativos da carteira de negociação do VaR, atividade de clientes reduzida e a redução de risco em negócios Não-Essenciais.

Nós registamos uma redução nas medidas de risco associado e rendimento menor de atividade reduzida.

85%

dos dias que geraram receitas comerciais positivas

-23%

redução em gestão de VaR

10%

aumento de receita comercial média diária

Análise de risco

Desempenho de Risco

Risco de Mercado

As informações contidas na secção de risco de mercado do Barclays Bank PLC foram preparadas para satisfazer requisitos legais e regulatórios. Onde informações adicionais existem no Relatório Anual do Barclays PLC, uma referência foi fornecida nas páginas relevantes do Relatório Anual PLC, em: home.barclays/annualreport

Risco de Mercado é o risco de uma redução de rendimentos ou capital derivado da volatilidade de posições da carteira de negociação ou como consequência

Toda a exposição incluída nesta secção (páginas 87 a 93) não é auditada salvo indicação

Resumo do risco de mercado

Esta secção contém estatísticas que descrevem o perfil do risco de mercado do Grupo. Isto inclui ativos ponderados pelo risco de linha de negócio, assim como medidas de Valor em Risco (VaR). Uma distinção é feita entre medidas regulatórias e de gestão dentro da secção. A secção da gestão de risco de mercado nas páginas 96 a 154 no Relatório do Pilar 3 do Barclays PLC 2015 fornece descrições destas métricas.

- a página 73 fornece uma vista do risco de mercado no contexto do balanço em Grupo.
- páginas 131 a 136 cobre a gestão do risco do mercado de transações. Medidas de gestão são mostradas na página 131 e medidas regulatórias equivalentes são mostradas a partir da página 133
- risco de mercado não-negociado, associados às nossas carteiras bancárias, são revistas a partir da página 136.

Medidas de risco de mercado no Grupo e medidas de contabilidade

Medidas de risco de mercado de transações como VaR e medidas de exposição de balanço têm diferenças fundamentais:

- medidas do balanço mostram balanços de acréscimos ou marcadas para valores de mercado a partir da data de relatório; considerada; e
- medidas VaR também levam em conta valores de mercado mas, em adição, efeitos de cobertura entre posições são considerados.
- medidas de risco de mercado serão expressas em termos de alterações nos valores ou volatilidades, em oposição aos valores estáticos.

Por estas razões, não é possível apresentar reconciliações diretas de risco de mercado comercial e medidas contabilísticas. A tabela "Vista do balanço das carteiras bancárias", na página 173 do Relatório Anual do Barclays PLC, ajuda o leitor a compreender as principais categorias de ativos e passivos sujeitos a medidas regulatórias de risco de mercado.

Resumo de desempenho no período

O Grupo verificou uma diminuição nas posições de risco de mercado, nomeadamente em participações e taxas de juro, assim como a redução do risco em negócios não centrais.

- medidas de risco de mercado comercial, como o Valor em Risco (VaR em inglês), decresceu no ano primariamente devido à remoção de certos ativos da carteira de negociação da medida, (agora referido como riscos de mercado não comercial), atividade de clientes reduzida, e redução de riscos em negócios Não Central.
- receita comercial média, em contraste, aumentou 10% comparada com o ano anterior
- riscos de mercado RWAs caíram para níveis de 2014 devido à implementação da diversificação dos encargos do risco de mercado VRA geral e específico, parcialmente diminuído pela inclusão do custo de financiar RNIV para VaR.
- Ganhos Anuais em Risco (AEaR), uma medida essencial da volatilidade do risco da taxa de juro na carteira de negociação (IRRBB), decresceu em 2015 principalmente baseado no PCB devido ao aumento de cobertura; e no Tesouro derivado do aumento da exposição no curto prazo disponível para carteira de obrigações de venda, parcialmente diminuído pela redução da incompatibilidade entre ativos e passivos na carteira de financiamento grossista.
- outros riscos de mercado, como risco de pensões e risco de seguros, estão divulgados entre as páginas 179 a 180 e adiante no Relatório Anual do Barclays PLC 2015.

Mercado Comercial Análise de Risco

Análise de medidas de gestão

As seguintes divulgações fornecem detalhes sobre as medidas de gestão de risco de mercado. Para mais detalhes sobre medidas de gestão e as diferenças quando comparadas com medidas reguladoras, ver a secção de gestão de risco na página 128 do Pilar 3 do PLC de 2015.

A tabela em baixo mostra o VaR total de gestão numa base diversificada por fator de risco. VaR total de gestão inclui todas as posições comerciais no Banco de investimento, Não Central, Banca em África e Sede.

Os limites são aplicados contra cada fator de risco, assim como gestão total VaR; estes são, em seguida mais encadeados por gerentes de risco para cada negócio.

Os valores de média diária, valores máximo e mínimo de Gestão VaR (auditados)

Gestão de VaR (95%) Para o ano terminado a 31 de Dezembro	2015			2014		
	Média M€	Alto s M€	Baixo s M€	Média M€	Alto s M€	Baixo s M€
Risco de crédito	11	17	8	11	15	9
Risco de taxa de juros	6	14	4	11	17	6
Risco de títulos	8	18	4	10	16	6
risco de base	3	4	2	4	8	2
Risco de Spread	3	6	2	4	8	3
Risco cambial	3	6	1	4	23	1
Risco de Mercadoria	2	3	1	2	8	1
Taxa de inflação	3	5	2	2	4	2
Efeitos de diversificação	(22)	n/a	n/a	(26)	n/a	n/a
Gestão Total de VaR	17	25	12	22	36	17

A taxa de juro VaR média decresceu 5 M€ para 6 M€ (Dez 14: 11 M€) durante 2015 visto que certas posições da carteira de negociação foram transferidas do Banco de Investimento para a Sede do Tesouro, o que refletiu a transferência operacional de responsabilidade (ver página 176 do Relatório Anual do Barclays PLC 2015). Estas posições são de alta qualidade e ativos líquidos da carteira de negociação e são agora referidos como exposições de risco de mercado não comerciais. Similarmente, risco de spread e risco base VaR mais baixo em 2015 reflete uma redução dos riscos assumidos.

VaR de risco de participações médio foi reduzido 20% para 8 M€, o que reflete uma redução nas atividades da carteira de caixa e um perfil de risco mais conservador adotado na carteira de derivados.

VaR de risco de câmbio estrangeiro médio decresceu 25% para 3 M€ como resultado de uma atividade menor na primeira metade do ano, parcialmente diminuído pela maior volatilidade do mercado de negociação global estrangeiro verificado na segunda metade do ano.

VaR do risco de inflação aumentou 1 M€ para 3 M€, primariamente devido ao aumento da volatilidade no mercado de inflação.

VaR do risco de mercadorias médio manteve-se estável em 2 M€, mas os níveis elevados registaram uma redução significativa ano após ano devido ao largo desinvestimento na carteira, e fluxos de clientes reduzidos pelo preço do petróleo mais baixo.

Nota

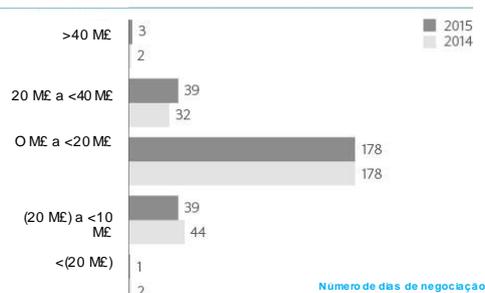
* Efeitos da diversificação reconhecem que é improvável que as perdas previstas de diferentes ativos ou negócios ocorram em simultâneo, daí as perdas agregadas esperadas serem mais baixas do que a soma das perdas esperadas de cada área de fator de risco. Correlações históricas entre perdas são tidas em conta ao efetuar estas avaliações. Os máximos e mínimos das indicações VaR apresentados para cada categoria não ocorreram necessariamente no mesmo dia que os máximos e mínimos das indicações VaR apresentados como um todo. Consequentemente, o balanço de efeito de diversificação para os máximos e mínimos das indicações VaR não seriam significativos e são portanto omitidos da tabela em cima.

Análise de risco

Desempenho de Risco

Risco de Mercado

Receitas comerciais diárias



VaR de Gestão de Grupo



O gráfico em cima apresenta a distribuição de frequência das nossas receitas comerciais diárias para todas as posições materiais incluídas no VaR para 2015. Isto inclui a receita comercial diária gerado no Banco de Investimento (exceto Participações Privadas e Investimentos Principais), Tesouro, Banca em África e Não Central.

A base de preparação para receita comercial foi alterada em 2015 para melhor alinhar e refletir a estrutura da carteira incluída no VaR de Gestão de Grupo. Os valores de 2014 foram apresentados numa base comparável. A receita comercial divulgada inclui ganhos e perdas a valor de mercado reconhecidos e não reconhecidos de movimentos de mercados intradiários mas exclui comissões e remunerações consultivas. A medida de receita comercial é baseada em resultados comerciais e períodos de espera reais. Em contraste, o VaR demonstra a volatilidade de uma medida hipotética. Para construir esta medida, assume-se que as posições são detidas por um dia, e o ganho ou perda agregada não reconhecida é a medida. O valor de VaR e da receita real não são diretamente comparáveis. O VaR informa os gestores de risco das implicações do risco das atuais decisões de carteira.

A receita líquida diária média aumentou 10% para 10,1 ME; houve mais dias de receita comercial positiva em 2015 do que em 2014, como 85% (2014: 82%) dos dias a gerarem receita comercial positiva.

O gráfico do VaR diário ilustra uma tendência de decréscimo média de 2015. Aumento intermitente de VaR deveram-se ao aumento do fluxo de clientes em períodos de volatilidade elevada em mercados específicos a subsequente gestão de risco da posição.

Esforços do cenário de negócio

Sendo parte do enquadramento de gestão do risco do Grupo, o desempenho dos negócios comerciais em cenários hipotéticos caracterizados por condições macroeconómicas severas é modelado regularmente. São regularmente modelados até seis cenários globais que incluem, por exemplo, uma forte deterioração de liquidez, um desaceleramento da economia global, ataques terroristas e uma crise soberana periférica.

Durante 2015, os cenários analisados ao longo de 2013 apresentaram um maior impacto no risco de mercado seria devido a uma grave deterioração da liquidez e uma rápida desaceleração da economia global.

Risco de Mercado Não Comercial

Visão Geral

O enquadramento não comercial do risco de mercado cobre exposições da carteira de negociação, que consistem maioritariamente em exposições relacionadas com acumulação contabilizada e disponível para instrumentos de venda. A volatilidade potencial do rendimento líquido de juros do banco é medido por uma métrica de Ganhos Anuais em Risco (AEaR) que é monitorizada regularmente e apresentada à gestão superior e ao Comité de Risco da Direção, como parte do enquadramento de monitorização de limite.

Sensibilidade do rendimento líquido dos juros

A tabela mostra uma análise da sensibilidade do rendimento de juros líquido antes de impostos para ativos financeiros não comerciais e passivos financeiros, incluindo o efeito de qualquer cobertura. A sensibilidade foi medida usando a metodologia de Ganhos Anuais em Risco (AEaR), conforme descrita na página 136 no Pilar 3 do Relatório Barclays PLC 2015. Note-se que esta métrica é simplista na medida em que assume que um grande choque paralelo ocorre instantaneamente em todas as maiores moedas e ignora o impacto que qualquer ação de gestão sobre produtos de clientes.

Sensibilidade da Margem Financeira (AEaR) por moeda (auditado)	31 de Dezembro de 2015		31 de Dezembro de 2014	
	base +100	base -100	base +100	base -100
	pontos	pontos	pontos	pontos
O Grupo	ME	ME	ME	ME
GBP	94	(368)	184	(406)
USD	(15)	(30)	(11)	(11)
EUR	(6)	(8)	21	3
ZAR	6	(5)	10	(8)
Outras moedas	24	(1)	34	(17)
Total	103	(412)	238	(439)
Como percentagem do rendimento líquido de juros	0,77%	(3,09%)	1,96%	(3,62%)

Sensibilidade da Margem Financeira (AEaR) por moeda (auditado)	31 de Dezembro de 2015		31 de Dezembro de 2014	
	base +100	base -100	base +100	base -100
	pontos	pontos	pontos	pontos
O Banco	ME	ME	ME	ME
GBP	69	(257)	147	(307)
USD	(6)	(12)	(4)	(4)
EUR	(5)	(7)	13	2
ZAR	-	-	-	-
Outras moedas	11	-	16	(8)
Total	69	(276)	172	(317)
Como percentagem do rendimento líquido de juros	0,77%	(3,10%)	1,96%	(3,62%)

Para sensibilidade de rendimento líquido de juros por unidade de negócio e análise de risco de mercado não transacionado utilizando capital económico, por favor consulte a página 177 do Relatório Anual do Barclays PLC.

Análise de sensibilidade de capital

A tabela em baixo mede o impacto geral de um movimento +/- 100bps em taxas de juro para reservas disponíveis para venda e de cobertura de fluxos de caixa. Estes dados são capturados usando PV01, o qual é um indicador da mudança no valor dos ativos para uma mudança de 1 ponto base na curva de rendimento. Note-se que a metodologia usada para avaliar o impacto no movimento negativo aplicou uma base de 0% para taxas de juro.

Análise da sensibilidade de participação	31 de Dezembro de 2015		31 de Dezembro de 2014	
	base +100	base -100	base +100	base -100
	pontos	ponto	pontos	pontos
O Grupo	ME	ME	ME	ME
Rendimento líquido dos juros	103	(412)	238	(439)
Efeitos de tributação nos anteriores	(31)	124	(57)	105
Efeito no lucro do exercício	72	(288)	181	(334)
Em percentagem do lucro líquido após impostos	5,82%	(23,26%)	21,19%	(39,11%)
Efeito no lucro do exercício (por cima)	72	(288)	181	(334)
Disponível para venda de reserva	(751)	1 052	(698)	845
Reserva de Cobertura de Fluxos de Caixa	(1 963)	867	(3 058)	2 048
Efeitos de tributação nos anteriores	814	(576)	901	(694)
Efeito sobre o capital	(1 828)	1 055	(2 674)	1 865
Percentagem do capital	(2,77%)	1,60%	(4,05%)	2,82%

Análise da sensibilidade de participação	31 de Dezembro de 2015		31 de Dezembro de 2014	
	base +100	base -100	base +100	base -100
	pontos	pontos	pontos	pontos
O Banco	ME	ME	ME	ME
Rendimento líquido dos juros	69	(276)	172	(317)
Efeitos de tributação nos anteriores	(21)	83	(41)	76
Efeito no lucro do exercício	48	(193)	131	(241)
Em percentagem do lucro líquido após impostos	5,99%	(24,06%)	8,80%	(16,20%)
Efeito no lucro do exercício (por cima)	48	(193)	131	(241)
Disponível para venda de reserva	(732)	1 033	(658)	805
Reserva de Cobertura de Fluxos de Caixa	(1 873)	777	(2 936)	1 926
Efeitos de tributação nos anteriores	782	(543)	863	(655)
Efeito sobre o capital	(1 775)	1 074	(2 600)	1 835
Percentagem do capital	(3,09%)	1,87%	(4,58%)	3,24%

A mudança de sensibilidade da reserva disponível para venda foi maioritariamente motivada pelas mudanças na composição da carteira, primariamente devido a um aumento de ativos disponíveis para venda detidos numa base simples de curto prazo. Note-se que o movimento na reserva disponível para venda teria impacto no Capital Comum Tier 1 (CET1) completamente carregado do CRD IV mas o movimento na reserva de cobertura do fluxo de caixa não teria impacto no capital CET1.

Para análise da exposição do Grupo ao risco de pensão por favor consulte a página 241 do Relatório Anual Barclays PLC.

Análise de risco

Desempenho de Risco

Risco de Mercado

Volatilidade da carteira disponível para venda no conjunto de liquidez

Mudanças no valor das exposições disponíveis para venda passam diretamente através do capital pela reserva de participação. A volatilidade do valor dos investimentos disponíveis para venda no conjunto de liquidez é capturado e gerido através de uma medida de valor ao invés de uma medida de ganho, ou seja, o VaR de risco de mercado não comercial-

Apesar de a metodologia subjacente para calcular o VaR não comercial ser a mesma que a usada para calcular VaR de gestão comercial, as medidas não são diretamente comparáveis. O VaR não comercial representa a volatilidade do capital motivado pelas exposições disponíveis para venda. Isto é usado para propósitos de gestão interna e apesar de não ser formalmente testado como o VaR regulatório (como é mostrado na página 89), é revisado regularmente por gestores de risco de forma a assegurar que permanece adequado para fins de apetência do risco e de monitorização.

Essas exposições estão na carteira de negociações e não se enquadram nos critérios do tratamento da carteira de negociações. Como essa volatilidade disponível para venda é um risco que é tido em conta na avaliação de capital interno IRRBB, que é descrito no enquadramento de capital do Pilar 2.

Volatilidade da carteira disponível para venda no fundo de liquidez



	2015		
	Média M£	Alto M£	Baixo ^a M£
Para o ano terminado a 31 de Dezembro			
DVaR de Risco de Mercado Não Comercial (diariamente, 95%)	41,6	48,5	37,0

O VaR não comercial é maioritariamente movido pela volatilidade de taxas de juro em mercados desenvolvidos no gráfico em cima.

O aumento no VaR verificado em H215 é devido à volatilidade no governo e mercados de taxas de swap observada nesse período, particularmente nos EUS e no RU. O subsequente decréscimo deveu-se à volatilidade decrescente do mercado combinada com a redução da exposição.

Risco cambial

O Grupo está exposto a duas fontes de risco de câmbio externo

a) Exposição transitória de moeda estrangeira

Exposições transitórias a câmbio externo representam a exposição de ativos e passivos bancários, denominados em moedas diferentes da moeda funcional da entidade transacionadora.

As políticas de gestão de risco do Grupo impedem a manutenção de posições abertas significativas em moedas estrangeiras fora da carteira de negociação gerida pelo Banco de Investimento que é monitorizado através de DVaR.

O risco transaccional de câmbio estrangeiro da carteira de negociação fora do Banco de Investimento é monitorizado diariamente pelas funções do mercado de risco e minimizado pelos negócios.

b) Exposição transitória de câmbio externo

Os investimentos do grupo em subsidiárias e filiais no estrangeiro criam recursos de capital denominados em moedas estrangeiras, principalmente USD, EUR e ZAR. Alterações no valor da GBP dos investimentos líquidos devidas a movimentos de moeda estrangeira são capturados na reserva de conversão de moeda, resultando num movimento em capital CET1.

A estratégia do Grupo é minimizar a volatilidade dos rácios de capital causados por movimentos de câmbio externo, ao assegurar os movimentos de capital CET1 para acertar em grande parte a reavaliação das exposições RWA de moeda estrangeira do Grupo.

As coberturas económicas representam as ações preferenciais em Dólares Americanos e Euros e instrumentos Tier 1 Adicionais (AT1) detidos em equidade e contabilizados a custo histórico pelo IFRS, e se qualificam como cobertura para propósitos contabilísticos.

A moeda funcional de operações (auditado)

	Moeda estrangeira Líquido investimentos M€	Empréstimos que cobrem o líquido investimentos M€	Derivativos que cobrem o líquido investimento M€	estrutural exposições da moeda pré económico coberturas M€	Parâmetros coberturas M€	Restante moeda estrutural exposições M€
A 31 de dezembro de 2015						
USD	24.712	8.839	1.158	14.715	7.008	7.707
EUR	2.002	630	14	1.358	1.764	(406)
ZAR	3.201	4	99	3.098	-	3.098
JPY	383	168	205	10	-	10
Outros	2.927	-	1.294	1.633	-	1.633
Total	33.225	9.641	2.770	20.814	8.772	12.042
A 31 de dezembro de 2014						
USD	23.728	5.270	1.012	17.446	6.655	10.791
EUR	3.056	328	238	2.490	1.871	619
ZAR	3.863	-	103	3.760	-	3.760
JPY	364	164	208	(8)	-	(8)
Outros	2.739	-	1.198	1.541	-	1.541
Total	33.750	5.762	2.759	25.229	8.526	16.703

Durante 2015, a exposição líquida total de moeda estrutural de instrumentos de cobertura decresceu de 4,7 M€ para 12 M€ (2014: 16,7 M€). O decréscimo está em linha com o perfil geral RWA da moeda, com a dedução em USD RWAs no ano. Investimentos líquidos em moeda estrangeira mantiveram-se estáveis em 33,2 M€ (2014: 33,8 M€).

Para análise da exposição do Grupo ao risco de pensão e risco de seguro, por favor consultar as páginas 179 a 180 do Relatório Anual Barclays PLC.

Análise de risco

Desempenho de Risco

Risco de financiamento – Capital

Análise do risco de capital

Risco de capital é o risco que o Grupo tem em não ter recursos de capital suficientes, o que pode levar a: (i) incumprimento de requisitos regulatórios; (ii) uma alteração do rating de crédito; ou (iii) uma incapacidade de suportar a atividade de negócios e crescimento.

Esta secção detalha a posição de capital do Barclays Bank PLC's, fornecendo informação em ambos recursos de capital e requisitos de capital. Fornece também detalhes sobre o rácio de alavancagem e exposições.

Métricas chave

11,4% de rácio de Capital Ordinário de Nível 1 totalmente carregado

RWAs decresceram 44 mME para 358 mME. RWAs Não-Fundamentais decresceram 29 mME para 47 mME como resultado da venda do negócio espanhol e o encerramento gradual do legado estruturado e produtos de crédito. RWAs do Banco de Investimento decresceram 14 mME para

108 mME, principalmente devido a uma redução de valores mobiliários e derivativos, e uma eficiência RWA melhorada.

O capital CET1 do Barclays Bank PLC decresceu 0,6 mME para 40,9 mME depois de absorver itens de ajustamento e dividendos pagos e previstos.

4,5% rácio de alavancagem

O rácio de alavancagem aumentou significativamente para 4,5% (2014: 3,7%), impulsionado por uma redução na exposição de alavancagem de 205 mME para 1.028 mME, principalmente devido ao facto de um encerramento gradual em Não Fundamentais de 156 mME para 121 mME.

Risco de capital é o risco de o Grupo não ter os recursos de capital suficientes para:

- cumprir os requisitos regulatórios mínimos no RU e em outras jurisdições como os EUA ou África do Sul, onde decorrem atividades reguladas. A autoridade do Grupo para operar como banco está dependente da manutenção de recursos de capital adequados em cada nível onde são aplicados requisitos de capital prudencial.
- suportar os seu rating de crédito. Um rating de crédito mais fraco aumentaria o custo de financiamento do Grupo e
- suportar as suas opções de crescimento e estratégicas.

Para mais detalhes sobre a monitorização e gestão de risco de capital, consulte as secções de Gestão de Risco entre as páginas 57 e 58.

Todas as divulgações nesta secção (páginas 94 a 97) não são auditadas, salvo indicação contrária.

Visão Geral

Esta secção fornece um resumo dos recursos de capital do Barclays Bank PLC. O capital e posição de alavancagem do Barclays Bank PLC é largamente equivalente aos detalhes do Barclays PLC, os quais podem ser consultados na secção de desempenho do risco de capital do Relatório Anual do Barclays PLC.

Resumo do desempenho do Barclays PLC no período

O Barclays continua a exceder o mínimo CRD IV transaccional e rácios de capital totalmente carregados e capital PRA e rácios de alavancagem.

O rácio CRD IV CET1 totalmente carregado aumentou para 11,4% (2014: 10,3%) impulsionado por uma redução de 43,5 M€ em RWAs para 358,4 M€, parcialmente compensado por um decréscimo em capital CRD IV CET1 totalmente carregado de 0,7 M€ para 40,7 M€.

A redução RWA foi primariamente impulsionada por um decréscimo nos RWAs Não Fundamentais para 47 M€ como resultado da venda do negócio espanhol e o encerramento gradual de legado estruturado e produtos de crédito. RWAs do Banco de Investimento decresceram 14 M€ para 108 M€, maioritariamente devido à redução em valores mobiliários e derivativos, e eficiência de RWA melhorado.

O capital CET1 decresceu 0,7 M€ para 40,7 M€ depois de absorver itens de ajustamento e dividendos pagos e previstos.

O rácio de alavancagem aumentou significativamente para 4,5% (2014: 3,7%), impulsionado por uma redução na exposição de alavancagem para 1.028 M€ (2014: 1.233 M€). Isto foi principalmente devido ao encerramento gradual do negócio Não Fundamental de 156 M€ para 121 M€.

Requisitos de capital e alavancagem mínimos regulamentares

Capital - totalmente concentrado

O atual objetivo regulador do Barclays PLC é alcançar um rácio CRD IV CET1 totalmente concentrado de 9% em 2019, assim como um complemento Pillar 2A.

Adicionalmente, um buffer de Capital Contracíclico (CCCB) e/ou Requisitos adicionais de Capital Sectorial (SCR) podem ser exigidos pelo Banco de Inglaterra para proteção contra ameaças à estabilidade financeira. Estes buffers podem ser aplicados ao nível do Grupo ou a uma entidade legal, subconsolidada ou a nível da carteira. No SCR foi definido à data pelo Banco de Inglaterra, enquanto que o CCCB é actualmente ed 0% para exposições do RU. Outras autoridades nacionais determinam os CCCB apropriados que deviam ser aplicados a exposições a sua jurisdição. Durante 2016, CCCBs irão candidatar-se às nossas exposições em Hong Kong, Noruega e Suécia. Baseado em exposições atuais, não esperamos que isto se concretize.

Os 9% englobam o rácio mínimo CET1 requerido de 4,5% e, faseado a partir de 2016, um Requisito de Buffer Combinado composto por um Buffer de Conservação de Capital (CCB) de 2,5% e um buffer de 2% de uma Instituição de importância Global e Sistémica.

De acordo com o Guia de Capital Individual (ICG) de PRA, o requisito do Pilar 2A do Barclays PLC está sujeito a revisão pelo menos anualmente. Sobre a orientação PRA atual, o complemento do Pilar 2A para 2016 será de 3,9% dos quais 59% necessitará de ser de forma CET1, igualando em aproximadamente 2,2% de RWAs. Consultas e revisões do Comité de Basileia podem ter ainda mais impacto no requisito do Pilar 2A no futuro.

Capital - Transaccional

Numa base transaccional o ARP implementou um requisito mínimo rácio CET1 de 4%, rácio Tier de 5,5% e rácio de Capital Total de 8%.

De dia 1 de Janeiro de 2015, os rácios de capital transaccional são iguais ao rácios totalmente concentrados, na sequência da aceleração PRA de provisões transaccional relativos a deduções e filtros CET1. O ajustamento relativo a ganhos não realizados em dívida disponível para venda e participação que foi aplicado através de 2014 como uma exceção já não aplicado.

Limites de direitos adquiridos sobre instrumentos de capital, previamente qualificados como Tier 1 e Tier 2, mantêm-se inalterados ao abrigo das disposições transitórias ARP.

Alavancagem:

Adicionalmente aos requisitos do capital de Grupo, rácios mínimos foram também estabelecidos no que respeita a alavancagem. O rácio de alavancagem aplicável ao Grupo foram calculados de acordo com os requisitos do Regulamento de Requisitos de Capital da UE (CRR) que foi alterado a partir de Janeiro de 2015. O cálculo de alavancagem usa a definição final CRR de capital de Nível 1 para o numerador e a definição CRR de exposição de alavancagem. Durante 2015, o Barclays foi medido face ao requisito do rácio de alavancagem PRA de 3%.

Em Dezembro de 2015, a PRA finalizou o enquadramento do rácio de alavancagem do RU, no qual foram adotadas as recomendações para os requisitos dos rácios de alavancagem. Estas recomendações foram finalizadas na Declaração de Supervisão SS 45/15 e foram incorporadas como parte do Regulamento PRA, a entrar em vigor em Janeiro de 2016. Isto resultaria num faseamento total do rácio do requisito de alavancagem de 3,7% para o Barclays. O requisito mínimo aumentaria no caso de o Barclays ser sujeito a (i) um aumento de CCCB; e/ou (ii) o Barclays fosse reclassificado para uma categoria G-SII superior. Além disso, de Janeiro de 2016, as empresas são obrigadas a fornecer trimestralmente informação sobre o rácio de alavancagem, incluindo o um rácio médio.

Comment [JE1]: ?????????

Análise de risco

Desempenho de Risco

Risco de financiamento – Capital

Recursos de capital

O CRR e a Diretiva de Requisitos de Capital (CRD) implementou Basileia III dentro da UE (colectivamente conhecida como CRD IV), em 1 de Janeiro de 2014. As regras são suplementadas por normas técnicas reguladoras e o Regulamento da PRA, incluindo a implementação de regras transacionais. No entanto, regras e orientação ainda estão sujeitos a mudança, visto que certos aspetos de CRD IV estão dependentes de normas técnicas finais e clarificações a serem emitidas pela EBA e adotados pela Comissão Europeia e pela PRA. Todo o capital, RWA e cálculos de alavancagem refletem a interpretação do Barclays das regras atuais.

A composição de capital do Grupo Barclays Bank Plc é, no geral, equivalente à do Grupo Barclays Plc tal como demonstrado na tabela abaixo:

Capital Regulatório

	Grupo Barclays PLC	Grupo Barclays Bank Plc
	2015	2015
	ME	ME
Capital Ordinário de Nível 1 totalmente carregado	40.741	40.908
PRA Transacional de Nível 1	52.634	53.038
Recursos Totais de Capital PRA Transacional	66.527	67.574

Principais rácios de capital

A 31 de dezembro	2015	2014
CTE1 totalmente carregado	11,4%	10,3%
PRA Transicional CET1 ^a	11,4%	10,2%
PRA Transicional de Nível 1 ^{b,c}	14,7%	13,0%
Recursos Totais de Capital PRA Transacional b,c	18,6%	16,5%

Recursos de Capital (auditado)

A 31 de dezembro	2015	2014
	ME	ME
Participação dos acionistas (excluindo participações não controladas) por balanço	59.810	59.567
Menos: outros instrumentos de participação (reconhecido como capital AT1)	(5.305)	(4.322)
Ajustamento a ganhos retidos para dividendos previstos	(631)	(615)
Interesses minoritários (montante permitido em CET1 consolidado)	950	1.227
Outros ajustes e deduções regulamentares		
Ajustamentos de valor adicionais (PVA)	(1.602)	(2.199)
Goodwill e ativos intangíveis	(8.234)	(8.127)
Ativos por impostos diferidos que se baseia em rentabilidade futura excluindo diferenças temporárias	(855)	(1.080)
Reservas de valor justo relacionadas com ganhos ou perdas em coberturas de fluxo de caixa	(1.231)	(1.814)
Excesso de perdas estimadas por imparidade	(1.365)	(1.772)
Ganhos ou perdas em passivos a valor justo resultantes do próprio crédito	127	658
Ativos definidos de benefícios do fundo de pensões	(689)	-
Participações diretas e indiretas por uma instituição com os próprios instrumentos CET1	(57)	(25)
Outros ajustes regulamentares	(177)	(45)
Capital CET1 totalmente carregado	40.741	41.453
Ajustes regulatórios relacionados com ganhos não realizados	-	(583)
PRA Capital Transicional CET1	40.741	40.870
Capital (AT1) adicional de Nível		
Instrumentos de capital e as contas com prémio de ações relacionadas	5.305	4.322
Capital AT1 qualitativo (incluindo participações minoritárias) emitido por subsidiárias	6.718	6.870
Outros ajustes e deduções regulamentares	(130)	-
Capital AT1 transicional AT1^d	11.893	11.192
PRA Transicional de Nível 1	52.634	52.062
Capital de nível 2		
Instrumentos de capital e as contas com prémio de ações relacionadas	1.757	800
Capital qualitativo de Nível 2 (incluindo participações minoritárias) emitido por subsidiárias	12.389	13.529
Outros ajustes e deduções regulamentares	(253)	(48)
Capital PRA transacional regulatório total	66.527	66.343
Ativos de risco ponderado	358.376	401.900

Para CRD IV RWA por tipo de risco e negócio, consultar a página 185 do Relatório Anual Barclays PLC.

Para rácio de alavancagem e exposições subjacentes consultar a página 186 do Relatório Anual do Barclays PLC.

Notas

a rácio CRD IV CET1 (declaração transacional FSA outubro de 2012) aplicável às Notas de Capital contingente de Nível 2 foi de 13,1%, baseado em 46,8 ME de capital CRD IV CET1 transacional e RWAs de 358 ME

b O capital transacional PRA baseia-se no Regulamento PRA e acompanha declarações de supervisão.

c Em 31 de dezembro de 2015, o capital de Nível 1 do Barclays totalmente carregado era de 46.173 ME e o rácio de Nível 1 totalmente carregado de 12,9%. Capital regulatório total totalmente carregado era de 62.103 ME e o rácio de capital total totalmente carregado era de 17,3%. O capital de Nível 1 totalmente carregado e o total de medidas de capital são calculados sem aplicar as provisões transacionais definidas no CRD IV e avaliando a conformidade de instrumentos AT1 e T2 perante os critérios no CRD IV relevantes.

d dos 11,9 ME de capital AT1 transacional, capital AT1 totalmente carregado usado para o rácio de alavancagem perfaz os 5,3 ME em instrumentos de capital e contas com prémio de ações relacionadas, 0,3 ME qualificando-se como participações minoritárias e 0,1 ME como deduções de capital. Exclui instrumentos de capital de Nível 1 herdados emitidos por subsidiárias que estão sujeitas a consolidação.

Análise de risco

Desempenho de Risco

Risco de financiamento – Liquidez

Análise do risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de que uma empresa, embora solvente, ou não tem recursos financeiros suficientes para lhe permitir cumprir as suas obrigações, ou pode proteger tais recursos apenas a custo excessivo.

Esta secção detalha o perfil do risco de liquidez do Grupo e fornece informação sobre a forma como o Grupo gere o seu risco.

Métricas chave

133% LCR

O Grupo reforçou a sua posição de liquidez durante o ano, aumentando o seu excedente para requisitos internos e regulatórios.

9 mM£ de Seguro do Período

O Grupo mantém acesso a fontes estáveis e diversas de financiamento em depósitos de clientes e dívida grossista.

Análise de risco

Desempenho de Risco

Risco de financiamento – Liquidez

As informações divulgadas na secção de liquidez relativa ao risco de financiamento do Barclays Bank PLC são materialmente semelhantes às divulgadas no Relatório Anual do Barclays PLC, páginas 187 a 204, disponíveis em home.barclays/annualreport

Risco de liquidez é o risco de que o Grupo, embora solvente, não tenha recursos financeiros suficientes que lhe permita cumprir as suas obrigações à medida que vencem, ou possa proteger tais recursos apenas a custo excessivo. Isto resulta também na inabilidade de uma companhia cumprir os requisitos de liquidez regulatória. Este risco é inerente a todas as operações bancárias e pode ser afetado por uma variedade de eventos generalizados no mercado e específicos ao Grupo. Todas as divulgações nesta secção (páginas 99 a 115) não são auditadas e exclusivas ao BAGL, salvo indicação contrária.

Todas as divulgações nesta secção (páginas 94 a 97) não são auditadas, salvo indicação contrária.

Visão Geral

O Grupo tem um Enquadramento de Controlo de Risco Chave compreensivo na gestão do risco de liquidez do Grupo. O Enquadramento de Liquidez cumpre as normas PRA e foi criado para garantir que o Grupo mantém recursos de liquidez suficientes em montante e qualidade, e um perfil de financiamento que é apropriado no cumprimento a necessidade de risco de liquidez. O Enquadramento de Liquidez é fornecido através de uma combinação de formação de política, revisão e governação, análise, testes de esforço, definição de limites e monitorização.

Risco de liquidez é gerido separadamente no Barclays Africa Group Limited (BAGL) devido a requisitos de moeda e financiamento local. Todas as divulgações nesta secção excluem o BAGL, salvo indicação contrária, e se são reportados numa base autónoma. Ajustando a requisitos locais, o risco de liquidez do BAGL é gerido numa base consistente para o Grupo.

Esta secção fornece uma análise dos seguintes aspetos do Grupo: i) teste de esforço do risco de liquidez; ii) dos testes de esforço internos e regulatórios; iii) do fundo de liquidez; iv) estrutura de financiamento e relações de financiamento; v) venda grossista; vi) financiamento a prazo; vii) oneração; viii) acordos de recompra; ix) classificações do crédito; x) gestão da liquidez no BAGL e xi) maturidade contratual de ativos e passivos financeiros.

Para mais detalhes sobre a gestão e enquadramento do risco de liquidez consulte a página 59.

Re sumo de desempenho no período

O Grupo manteve um excedente relativamente aos seus requisitos internos e regulatórios em 2015. O fundo de liquidez foi de 145 M£ (2014: 149 M£) e o Rácio de Cobertura de Liquidez (LCR) foi de 133% (2014: 124%), equivalente a um excedente de 37 M£ (2014: 30 M£). Enquanto que o fundo de liquidez possa sofrer uma redução no futuro, o Grupo pretende continuar a manter um excedente prudente relativamente aos requisitos regulatórios.

Financiamento grossista pendente excluindo acordos de recompra foram reduzidos para 142 M£ (2014: 171 M£). O Grupo emitiu 9 M£ de financiamento a prazo líquido de resgate antecipado durante 2015, dos quais 4 M£ foram em dívida não garantida pública e privada emitida pela companhia de holding, a Barclays PLC. Durante Q415, o Barclays PLC também emitiu títulos em EUR de Nível 2 equivalentes a 1 M£. Todos os procedimentos de capital e dívida levantados pelo Barclays PLC foram usados na subscrição de instrumentos no Barclays Bank PLC, a companhia-mãe com uma classificação correspondente aos títulos emitidos pelo Barclays PLC.

Teste de stress do risco de liquidez

Sob o Enquadramento de Liquidez, o Grupo estabeleceu uma Apetência do Risco de Liquidez (LRA) juntamente com os limites apropriados para a gestão do risco de liquidez. Este é o nível de risco de liquidez que o Grupo escolhe assumir para atingir os seus objetivos de negócio e cumprir as suas obrigações regulatórias. A expressão chave do risco de liquidez é através de testes de stress internos. É medido com referência em saídas de caixa líquidas de esforço e antecipadas, contingentes e contratuais, para cada um dos três cenários de esforço.

Apetência de Risco de Liquidez

Como parte do LRA, O Grupo simula três cenários primários de stress de liquidez alinhados com os stress descritos pela FSA:

- um evento de stress de 90 dias no mercado global
- um evento de stress de 30 dias específico do Barclays
- um evento de stress combinado de 30 dias generalizado no mercado e específico do Barclays.

Em condições de mercado normais, o fundo de liquidez é gerido para ser alvo de pelo menos 100% de fluxos de saída antecipados em cada uma destes cenários de stress. O cenário de stress de 30 dias específico do Barclays resulta nos maiores fluxos de saída líquidos em cada um dos testes de stress de liquidez. O cenário de 30 dias combinado assume fluxos de saída consistentes com o stress específico firme para as duas primeiras semanas de um período de stress, seguido de fluxos de saída relativamente mais baixo consistentes com o stress de mercado no restante período de stress.

Análise de risco

Desempenho de Risco

Risco de financiamento – Liquidez

As suposições chave do LRA incluem:

Ano findo a 31 de dezembro de 2015

Motor de risco de liquidez Stress específico do Barclays

Financiamento grossista garantido e não garantido	<ul style="list-style-type: none"> Zero rollover de passivos grossistas não garantidos com maturidade, de dívida não garantida e de canal de papel comercial. Nenhum benefício assumido de recompras invertidas a cobrir posições firmes pequenas. Rollover de transações garantidas sobre ativos altamente líquidos. Rollover variante de transações garantidas em ativos líquidos, sujeitos a uma ampliação da margem de avaliação Zero rollover de transações garantidas em ativos menos líquidos 100% de recompra contratual irá ocorrer. Margens de avaliação aplicadas ao valor de mercado de ativos transacionáveis detidos no saldo de liquidez.
D Saídas de depósito	<ul style="list-style-type: none"> Saídas substanciais de depósito em PCB e Barclaycard como o Grupo é visto como risco de crédito maior do que os concorrentes.
Concentração de financiamento	<ul style="list-style-type: none"> Saídas adicionais reconhecidas contra a concentração de fornecedores de financiamento grossista (a maior contraparte não garantida indisponível para fazê-lo).
Liquidez intra-diária	<ul style="list-style-type: none"> Liquidez antecipada necessária para suportar requisitos de pagamentos de caixa intra-diário adicionais e plataformas de liquidação de títulos baseadas no histórico de uso de pico e liquidações tripartidas baseadas em maturidades de transações futuras.
Intra-grupo	<ul style="list-style-type: none"> Liquidez antecipada necessária para suportar subsidiárias materiais, baseadas em testes de stress autônomos. Liquidez de excedentes detida por certas subsidiárias não é vista como um benefício para o Grupo maior.
Fora do Balanço	<ul style="list-style-type: none"> Levantamento significativo de linhas consolidadas baseado em tipo de linha, tipo de contraparte e a capacidade de crédito da contraparte. Saída de todas as garantias devidas pelo Barclays às contrapartes, mas ainda não chamadas; Saídas de garantia baseadas na simulação de Monte Carlo e no histórico de saídas de stress. Aumento do requisito da margem inicial do Grupo para todas as principais transações. Saídas como resultado de um rebaixamento do rating de crédito multi-entelhe.
Viabilidade do franchise	<ul style="list-style-type: none"> Liquidez necessária de forma a cumprir com saídas de natureza não contratual mas necessárias para o suporte do franchise em andamento do Grupo (por exemplo, atividades de criação de mercado e recompra de dívida não contratual).
Risco de câmbio cruzado	<ul style="list-style-type: none"> Fluxo de caixa de liquidação de maturidade contratual para FX futuros fisicamente liquidados e swaps de câmbio cruzado são refletidos. Nenhum benefício assumido da entregar de caixa líquida excedentária em moedas fora no G-10.
Ações de mitigação	<ul style="list-style-type: none"> Monetização de ativos isentos de encargos que são de conhecido valor de liquidez para a empresa, mas detidos fora do fundo de liquidez (sujeitos a um ajustamento de avaliação)
Risco de internalização	<ul style="list-style-type: none"> Perda de fontes de financiamento internas dentro do Negócio Sintético de Serviços de Corretagem. Aceleração do perfil a prazo associado com Clientes de Corretagem em desalavancagem das suas carteiras assimetricamente através do encerramento de participações minoritárias.

Regulação de Liquidez

Desde Outubro de 2015, o Grupo gere o seu perfil de liquidez face ao novo regime de liquidez CRDIV implementado pela PRA. O regime CRDIV define o rácio de risco de liquidez, a elegibilidade do ativo do fundo de liquidez e saída de stress líquida aplicada face aos balanços reportados do Barclays.

O Grupo monitoriza a sua posição face ao LCR interino do e o Rácio de Financiamento Líquido Estável (NSFR) de Basileia III. O LCR está encarregue de promover resistência a curto prazo do perfil de risco da liquidez de um banco, assegurando que tem recurso líquidos de alta qualidade suficientes para sobreviver a um cenário de stress acentuado com a duração de 30 dias. O NSFR tem um horizonte temporal de pelo menos 6 meses e foi desenvolvido para promover uma estrutura de ativos e passivos de maturidade sustentável.

O regime PRA exige um cumprimento faseado com o padrão LCR de 1 de Outubro de 2015 a um mínimo de 80%, subindo para 100% em Janeiro de 2018. A metodologia para o LCR é baseado no Ato Delegado que se tornou lei da UE em Outubro de 2015.

Em Outubro de 2014, a BCBS publicou um padrão final para o NSFR com o requisito mínimo para ser introduzido em Janeiro de 2018 a 100% numa base contínua. A metodologia para calcular o NSFR é baseada numa interpretação dos padrões de Basileia publicados em Outubro de 2014 e inclui um número de suposições que estão sujeitas a mudança anteriormente à adoção pela Comissão Europeia através do CRDIV.

Baseado respetivamente nos padrões do CRDIV e de Basileia III, a 31 de Dezembro de 2015, o Grupo teve um excedente para ambas esta métricas com um LCR interino do CRDIV de 133% (2014: 124%) e um NSFR de Basileia III de 106% (2014: 102%)

Comparação de testes de stress internos e regulamentares de liquidez

Os cenários de stress LRAe o LCR interino do CRDIV são todos cenários de curto prazo maioritariamente comparáveis nos quais a adequação de recursos de liquidez definida é avaliada face a saídas de stress contratuais e contingentes. Os testes do LCR interino do CRDIV fornecem uma avaliação independente do perfil de risco de liquidez do Grupo.

Teste de Stress Barclays LRA	LCR interino CRDIV	Basileia III NSFR
Horizonte Temporal	30 - 90 dias	30 dias 6+ meses
Cálculo líquidas	Ativos líquidos para saídas de caixa líquidas Requisitos	Recursos de financiamento estáveis para financiamento estável Ativos líquidos para saídas de caixa

A 31 de dezembro de 2015, o Grupo mantinha ativos líquidos elegíveis em excesso de 100% dos requisitos de stress para todos os três cenários LRA e o CRDIV:
Requisito de LCR interino

A conformidade com os testes de estresse internos e regulamentares

	Barclays LRA (requisito específico do de um mês)	LCR interino do CRDIV
	bI£	bI£
A 31 de dezembro de 2015		
Pool de liquidez total elegível	145	147
Influxo de ativos	1	18
saídas de estresse		
Saídas de depósitos de retalho e comercial	(50)	(72)
Financiamento grossista	(15)	(12)
Financiamento garantido líquido	(12)	(1)
Derivativos	(8)	(6)
Classificação de exposição rebaixamento contratual de crédito	(6)	(5)
Reembolsos de compromissos de empréstimo	(7)	(32)
Intra-diário	(13)	-
Total do fluxo de caixa líquido de stress	(110)	(110)
Excedente	35	37
Fundo de liquidez como uma percentagem dos fluxos de caixa líquidos esperados	131%	133%
A 31 de dezembro de 2014	124%	124%

Em 2015, o Grupo fortaleceu a sua posição de liquidez, conseguindo um excedente para os seus requisitos regulatórios e internos. O Grupo planeia manter o seu excedente para os requisitos de stress internos e regulatórios a um nível eficiente, enquanto pondera riscos de condições de financiamento de mercado e da sua posição de liquidez. A constante reavaliação destes riscos pode levar à aplicação de ações apropriadas de forma a medir o fundo de liquidez.

Nota
a dos três cenários monitorizados como parte do LRA, os resultados do cenário específico do Barclays de 30 dias tem o rácio mais baixo com 131% (2014: 124%). Isto compara-se com 144% (2014: 135%) no cenário de mercado de 90 dias, e 133% (2014: 127%) no cenário combinado de 30 dias.

b inclui BAGL

Análise de risco

Desempenho de Risco

Risco de financiamento – Liquidez

Fundo de liquidez

O fundo de liquidez do Grupo em 31 de Dezembro de 2015 era de 145 M£ (2014: 149 M£). Durante 2015 o fundo de liquidez ao final do mês estava entre 142 M£ e 168 M£ (2014: 134 M£ e 156 M£), e o saldo médio ao fim do mês era de 155 M£ (2014: 145 M£). O fundo de liquidez é detido sem encargos e não é usado para suportar o pagamento ou o cumprimento de requisitos. Tais requisitos são tratados como parte do nosso financiamento de negócio regular. O fundo de liquidez tem como objetivo compensar saídas de stress, e consiste nos seguintes ativos de caixa e não onerados:

Composição do pool de liquidez do Grupo a quinta-feira, 31 de dezembro de 2015

	Liquidez fundo	Fundo de liquidez com CRDIV LCR elegível			2014 Liquidez fundo
	M£	Caixa M£	Nível 1 M£	Nível 2A M£	
Caixa e depósitos em bancos centrais ^a	48	45	1	-	37
Títulos governamentais ^b					
Notação AAA	63	-	63	-	73
AA+ para notação AA	11	-	7	4	12
Outros títulos do governo	1	-	1	-	-
Total de títulos do governo	75	-	71	4	85
Outros	-	-	-	-	-
Obrigações supranacionais e bancos de desenvolvimento multilateral	7	-	7	-	9
Agências e agência de títulos lastreados em hipotecas	8	-	6	2	11
Obrigações cobertas (notação AA-e acima)	4	-	2	2	3
Outros	3	-	-	-	4
Total de outras	22	-	15	4	27
Total em 31 de dezembro de 2012	145	45	87	8	
Total em 31 de dezembro de 2014	149	37	99	7	

A pool de liquidez do Grupo está bem diversificada pelas moedas principais e o Grupo monitoriza os cenários de stress LRA para moedas principais.

Fundo de liquidez por moeda

	USD M£	EUR M£	GBP M£	Outros M£	Total M£
Fundo de liquidez a quinta-feira, 31 de dezembro de 2015	41	33	46	25	145
Fundo de liquidez a quarta-feira, 31 de dezembro de 2014	46	27	54	22	149

Gestão do Fundo de Liquidez do Grupo

A composição do fundo de liquidez do Grupo é gerida eficazmente. A manutenção do fundo da liquidez aumenta os custos do Grupo uma vez que a despesa de juros pagas nos passivos usados para financiar o fundo de liquidez é maior que o rendimento de juros recebido dos ativos do fundo de liquidez. Este custo pode ser reduzido investindo uma grande porção do fundo de liquidez do Grupo em ativos altamente líquidos que não caixa e depósitos em bancos centrais, mantendo no entanto um nível mínimo de caixa no fundo de liquidez para cumprir saídas de caixa num primeiro dia de stress específico do Barclays e caixa suficiente e títulos de liquidação no mesmo dia para cumprir todas as saídas nos três primeiros dias de stress. Estes ativos no fundo de liquidez consistem principalmente em títulos governamentais altamente cotados, e a sua inclusão no fundo de liquidez não consiste numa participação de liquidez do Grupo.

A composição do fundo de liquidez está sujeita a limites definidos pelo Conselho, Comité de Tesouro e funções independentes de risco de Crédito e risco de Mercado. Além disso, o investimento do fundo de liquidez é monitorizado para concentração de risco pelo emissor, moeda e tipo de ativo. Dado os rendimentos incrementais gerados por estes ativos altamente líquidos, o perfil de risco e recompensa é gerido continuamente.

O Grupo gere o fundo de liquidez numa base centralizada. Em 31 de dezembro de 2015, 94% do fundo de liquidez estava localizado no Barclays Bank PLC (2014: 92%) e estava disponível para cumprir necessidades de liquidez em todo o Grupo. O fundo de liquidez residual é detido predominantemente dentro do Barclays Capital Inc. (BCI). A parte do fundo de liquidez fora do Barclays Bank PLC é mantida contra outflows de stress de entidades específicas e exigências regulatórias. Para fins do uso desta parte do fundo de liquidez ser restrito devido a requisitos regulatórios, assume-se que esteja indisponível para o resto do Grupo.

Liquidez de contingência

Além do fundo de liquidez do Grupo, o Grupo tem acesso a outros ativos não onerados que fornecem uma fonte de liquidez contingencial. Embora estes não se estejam dependentes do LRA do Grupo, uma parte deles poderá ser monetizada em situação de stress para gerar liquidez através do uso como colateral para financiamento garantido ou através de venda simples.

Notas

- a Do qual mais de 97% (2014: mais de 95%) foi colocado no Banco de Inglaterra, Reserva Federal Americana, Banco Central Europeu, Banco do Japão e Banco Nacional Suíço.
b Do qual mais de 92% (2014: mais de 95%) são títulos ingleses, americanos, japoneses, franceses, alemães, dinamarqueses, suíços e holandeses.

Tanto em stresses de liquidez específicos do Barclays ou generalizados no mercado, a liquidez disponível via fontes de mercado pode ser severamente interrompida. Em circunstâncias em que a liquidez de mercado está indisponível ou disponível apenas a preços fortemente descontados, O Grupo pode gerar liquidez via bancos centrais. O Grupo mantém um montante significativo de garantias preposicionadas em bancos centrais e disponíveis para angariar financiamento.

Esutura de Financiamento e relações de financiamento

A base para a gestão saudável de risco de liquidez é uma estrutura sólida de financiamento que reduz a probabilidade de um stress de liquidez conduzir a uma incapacidade de cumprir as obrigações de financiamento à medida que vencem. A estratégia geral de financiamento do Grupo deverá desenvolver uma base de financiamento diversificado (geograficamente, por tipo e por contraparte) e manter o acesso a uma variedade de fontes de financiamento alternativo, para fornecer proteção contra flutuações inesperadas, mas minimizando o custo de financiamento.

Neste sentido o Grupo quer alinhar as fontes e usos de financiamento. Assim sendo, os empréstimos ao cliente comercial e de retalho e adiantamentos são largamente financiados por depósitos de clientes, com o excedente a financiar o fundo de liquidez. Outros ativos, juntamente com outros empréstimos e adiantamentos e ativos não onerados são financiados por dívidas e participações grossistas a longo prazo.

A maioria dos acordos de recompra invertida são compensados por acordos de recompra. O fundo de liquidez é predominantemente financiados através de mercados grossistas. Estas relações de financiamento estão sumarizadas em baixo:

	2015	2014		2015	2014
Ativos	mME	mME	Passivos	mME	mME
Empréstimos e adiantamentos a clientes ^a	336	346	Contas de clientes ^a	374	366
Fundo de liquidez do Grupo	145	149	< 1 Ano de financiamento grossista	54	75
			> 1 Ano de financiamento grossista	88	96
Outros ativos ^b	135	153	Participação e outros passivos ^b	104	112
Acordos de revenda invertida e outros empréstimos garantidos similares ^c	178	271	Acordos de recompra e outros empréstimos empréstimos ^c	178	271
Instrumentos financeiros derivados	326	439	Instrumentos financeiros derivados	322	438
Total ativos	1 120	1 358	Total passivos e participações	1.120	1.358

Financiamento de depósitos (Inclui

BAGL) (auditado)

Empréstimos e adiantamentos a clientes	2015		2014	
	Empréstimos brutos e adiantamentos Para clientes	Depósitos de clientes	Rácio de empréstimo para depósito	Rácio de empréstimo para depósito
Em 31 de dezembro de 2015	M€	M€	%	%
Atividade bancária pessoal e empresarial	218	305		
Barclaycard	40	10		
Banca em África	30	31		
Não Fundamental (retalho)	12	2		
Total de financiamento retalhista e corporativo	300	348	86	89
Banco de Investimento, Não Fundamentais (grossista)	99	70		
Total	399	418	95	100

Atividades do Barclaycard PCB, Não Fundamentais (retalhistas) e Banca em África são largamente financiadas com depósitos de clientes. Em 31 de dezembro de 2015, o rácio de empréstimo para depósito para este negócios era de 86% (2014: 89%). O rácio de empréstimo para depósito do Grupo em 31 de dezembro de 2015 era de 95% (2014: 100%).

O excesso dos empréstimos e adiantamentos do Banco de Investimento sobre depósitos dos clientes é financiado com dívidas e participações a longo prazo. O Banco de Investimento não se baseia em financiamento de depósitos retalhistas do cliente do PCB.

Em 31 de dezembro de 2015, 129 M€ (2014: 128 M€) do total de depósitos de clientes foram assegurados através do Esquema de Compensação de Serviços Financeiros do Reino Unido (FSCS) e outros esquemas similares. Além destes depósitos de clientes, existiram 4 M€ (2014: 4 M€) noutros passivos assegurados por governos.

Notas

a. Excluindo colaterais financeiros e balanços de saldo.

b. Os balanços do Grupo Absa que não sejam empréstimos a clientes de 34 M€ e depósitos de clientes de 34 M€ estão incluídos em outros ativos e passivos.

c. Composto por recompra e revenda que fornece financiamento a clientes colateralizados por garantias altamente líquidas numa base a curto prazo ou que são usadas para saldar posições de inventário a curto prazo e financiamento de reposições de ativos de carteira de negociação.

Análise de risco

Desempenho de Risco

Risco de financiamento – Liquidez

Apesar de contratualmente as contas atuais serem reembolsáveis sob pedido e contas poupança sem aviso, a base geral de clientes do Grupo, numericamente e por tipo de depositário, ajuda a proteger contra flutuações inesperadas em balanços. Tais contas de uma base de financiamento estável para as operações e necessidades de liquidez do Grupo. O Grupo avalia a maturidade de comportamento de ambos os ativos e os passivos do cliente para identificar falhas de financiamento estruturais no balanço. O comportamento do cliente é determinado por modelo quantitativo combinado com avaliação qualitativa, tendo em conta o histórico de experiência, composição atual do cliente e projeções macroeconómicas. Estes perfis comportamentais representam as nossas expectativas futuras do perfil de "run-off". A saída de caixa relativamente pequena no espaço de um ano demonstra que financiamento de clientes mantém-se largamente coberto por ativos de clientes de uma perspetiva comportamental.

Perfil de maturidade comportamental (incluindo Grupo BAGL)

	Empréstimos e avanços para		Cliente		Saídas de caixa (entradas) de perfil de maturidade comportamental durante um ano			Total
	Clientes	excedentes de depósitos/défi ce	financiamento	Não mais que de um ano	Mais do que cinco anos			
					Mas não mais do que cinco anos	Mais do que cinco anos		
ME	ME	ME	ME	ME	ME	ME		
Em 31 de dezembro de 2015								
Atividade bancária pessoal e empresarial	218	305	87	18	3	66	87	
Barclaycard	40	10	(30)	(10)	(10)	(10)	(30)	
Banca em África	30	31	1)	2	1)	(2)	1	
Não Fundamental (Retalho)	12	2	(10)	(1)	(2)	(7)	(10)	
Total	300	348	48	9	(8)	47	48	
Em 31 de dezembro de 2014								
Atividade bancária pessoal e empresarial	217	299	82	19	3	60	82	
Barclaycard	37	7	(30)	(10)	(10)	(10)	(30)	
Banca em África	35	35	-	2	(2)	-	-	
Não Fundamental (Retalho)	20	8	(12)	-	(2)	(10)	(12)	
Total	309	349	40	11	(11)	40	40	

Financiamento por grosso

As relações de financiamento por grosso estão resumidas abaixo :

Ativos	2015	2014	Passivos	2015	2014
	ME	ME		ME	ME
Ativos da carteira de negociação	28	37	Acordos de recompra	70	124
Acordos de recompra inversa	42	87	Passivo de carteiras de negociação	34	45
Acordos de recompra inversa	34	45	Instrumentos financeiros derivados	322	439
Instrumentos financeiros derivados	326	440			
Fundo de liquidez	97	109	Menos de um ano de dívida grossista	54	75
Outros ativos ^a	103	122	Maior do que um ano de dívida grossista e	150	157

Acordos de recompra financiam acordos de recompra inversa e ativos da carteira de negociações. Passivos da carteira de negociações são liquidados pelo montante restante dos acordos de recompra inversa (ver Nota 18 Compensar ativos e passivos financeiros para mais detalhes sobre a posição líquida).

Passivos e ativos derivativos são largamente cobertos. Uma parte significativa das posições derivadas da folha de balanço para liquidação das contrapartes e as partes restantes são largamente compensadas quando liquidadas contra ativos em numerário recebidos e pagos.

Dívida grossista, juntamente com o excedente dos depósitos de clientes para empréstimos e adiantamentos para clientes, é usada para financiar o fundo de liquidez. Dívida grossista e participação a prazo financiam largamente outros ativos.

Nota

a Predominantemente investimentos disponíveis para venda, ativos financeiros designados a valor justo e empréstimos e adiantamentos a bancos financiados por dívida e equidade grossista e ativos da carteira de negociação maiores que um ano.

Composição do Financiamento a Grosso

O Grupo mantém o acesso a uma variedade de fontes de fundos grossistas nas principais moedas, incluindo os disponíveis de investidores a prazo numa variedade de canais de distribuição e geografias, mercados monetários e mercados de reposições. O Grupo tem acesso direto aos mercados financeiros americanos, europeus e asiáticos através das suas operações bancárias de investimento global e investidores de longo prazo através dos seus clientes em todo o mundo, e é um participante ativo nos mercados monetários. Como resultado, financiamento grossista está bem diversificado por produto, maturidade, geografia e principal moeda.

Em 31 de dezembro de 2015, o financiamento grossista total pendente do Banco (incluindo acordos de recompra) foi de 142 M£ (2014: 171 M£), 54 M£ (2014: 75 M£) do financiamento grossista vence em menos de um ano, do qual 14 M£ (2014: 22 M£) está relacionado com financiamento a prazo.

A 31 de dezembro de 2015, o financiamento a grosso por saldar incluía M£25 (2014: M£33) de financiamento com garantia e M£117 (2014: M£138) de financiamento sem garantia.

Em preparação para um modelo de resolução de Ponto de Entrada Único, o Barclays continua a emitir capital de dívida e financiamento sem sénior garantia a prazo para fora do Barclays PLC, a empresa "holding", substituindo vencimentos de dívida no Barclays Bank PLC.

Perfil de maturidade do financiamento grossista^b

	Não mais do que um mês M£	Mais de um mês mas não mais do que três meses M£	Mais de três meses mas não mais do que seis meses M£	Mais de seis meses mas não mais do que um ano M£	Subtotal menos do que um ano M£	Mais de um ano mas não mais do que dois anos M£	Mais de dois anos mas não mais do que três anos M£	Mais de três anos mas não mais do que quatro anos M£	Mais de quatro anos mas não mais do que cinco anos M£	Mais do que cinco anos M£	Total M£
Barclays PLC											
Senior sem garantia (Referência pública)	-	-	-	-	-	-	0,8	1,3	0,9	3,1	6,1
Senior sem garantia (de colocação privada)	-	-	-	-	-	-	0,1	-	-	-	0,1
Passivos subordinados	-	-	-	-	-	-	-	-	0,9	0,9	1,8
Barclays Bank PLC											
Depósitos de bancos	9,5	3,1	1,3	0,8	14,7	0,1	-	-	-	0,3	15,1
Certificados de depósito	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
E papel comercial Suportado por ativos papel comercial	0,5	4,9	3,4	5,3	14,1	1,0	0,6	0,9	0,4	0,5	17,5
Senior sem garantia (Referência pública)	2,2	3,3	0,2	-	5,7	-	-	-	-	-	5,7
Senior sem garantia (de colocação privada) ^f	-	1,3	-	1,4	2,7	3,6	-	4,3	1,3	3,9	15,8
Titulos cobertos	0,6	1,6	2,3	4,8	9,3	5,1	5,4	3,7	3,0	8,5	35,0
Suportado por ativos garantidos por hipoteca	-	-	1,1	-	1,1	4,4	1,0	1,6	-	4,2	12,3
Passivos subordinados	0,7	-	-	-	0,7	0,5	1,4	1,3	0,5	0,3	4,7
	-	-	-	-	-	1,1	3,0	0,2	0,9	14,0	19,2
	2,3	1,1	0,3	1,5	5,2	0,7	0,3	0,4	0,4	1,6	8,6
Total em 31 de dezembro de 2015	15,8	15,3	8,6	13,8	53,5	16,5	12,6	13,7	8,3	37,3	141,9
Dos quais garantidos	4,2	3,9	1,6	0,3	10,0	5,1	2,4	2,8	0,5	4,5	25,3
Dos quais não garantidos	11,6	11,4	7,0	13,5	43,5	11,4	10,2	10,9	7,8	32,8	116,6
Total em 31 de dezembro de 2014	16,8	23,2	14,4	21,0	75,4	14,0	16,1	6,5	14,0	45,4	171,4
Dos quais garantidos	5,3	7,8	1,7	2,2	17,0	2,7	5,1	0,1	2,4	6,0	33,3
Dos quais não garantidos	11,5	15,4	12,7	18,8	58,4	11,3	11,0	6,4	11,6	39,4	138,1

Financiamento grossista pendente inclui 35 M£ (2014: 45 M£) de títulos não subordinados sem garantia colocadas por privados. Estes títulos são emitidos através de uma variedade de canais de distribuição incluindo intermediários e bancos privados. Apesar de não ser um requisito, o fundo de liquidez excedeu a maturidade de financiamento grossista em menos de um ano por 91 M£ (2014: 74 M£).

Notas

a As maturidades do financiamento a prazo incluíam referenciais públicos e títulos não subordinados sem garantia, títulos cobertos/ativos garantidos (ABS) e dívida subordinada onde a maturidade dos instrumentos fosse superior a um ano.

b A composição de fundos a grosso engloba depósitos de bancos reportados na folha de balanço, passivos financeiros a justo valor, garantias de dívida emitida e passivos subordinados, excluindo ativos de capital e balanços de saldos. Não inclui swaps de garantia, incluindo a participação no Esquema de Financiamento para Empréstimo do Banco de Inglaterra. Incluído nos depósitos de bancos estão 6 M£ de passivos retirados em facilidades do Banco Central Europeu

c inclui títulos estruturados de 28 M£, 8 M£ dos quais vencem no prazo de um ano

d Principalmente compostos por depósitos de valor justo de 4,6 M£ e financiamento garantido de ouro físico de 3 M£.

Análise de risco

Desempenho de Risco

Risco de financiamento – Liquidez

Composição monetária de dívida a grosso

A 31 de dezembro de 2015, a proporção do financiamento a grosso por moedas principais era a seguinte:

	USD	EUR	GBP	Outros
	%	%	%	%
Composição monetária de financiamento grossista				
Depósitos de bancos	25	51	19	5
Certificados de Depósito e Papel Comercial	25	60	14	1
Ativos de Papel Comercial com Garantia	92	8	-	-
Posições prioritárias não garantidas (referência pública)	43	20	28	9
Posições prioritárias não garantidas (colocação privada)	39	21	18	22
Obrigações cobertas/ABS	27	41	31	1
Passivos subordinados	44	19	37	-
Total em 31 de dezembro de 2015	38	31	23	8
Total em 31 de dezembro de 2014	35	32	25	8

Para gerir o risco de refinanciamento de moeda cruzada, o Barclays usa a gestão de limites de fluxos de caixa de câmbio externo, que limitam o risco em maturidades específicas. Através de financiamento grossista, a composição é materialmente inalterada.

Financiamento a prazo

O Grupo emitiu 9 M£ (2014: 15 M£) de financiamento a prazo líquido de resgate antecipado durante 2015. O Grupo tem 14 M£ de dívida a prazo a vencer em 2016 e 16 M£ adicionais em 2017^a.

O Grupo espera continuar emitir mais dívida pública por grosso em 2016, a fim de manter uma base de financiamento estável e diversificada por tipo, moeda e canal de distribuição.

Gestão de Liquidez no BAGL (auditado)

O risco de liquidez é gerido separadamente no Grupo BAGL devido a exigências regulamentares, da moeda local e de financiamento.

Além do fundo de liquidez do Grupo, em 31 de dezembro de 2015, o Grupo BAGL detinha 6 M£ (2014: 7 M£) dos ativos do fundo de liquidez face a saídas de stress antecipadas específicas do BAGL. O fundo de liquidez consiste em títulos e moedas, depósitos em bancos centrais, títulos governamentais e notas do Tesouro.

O rácio de empréstimo total para depósitos em 31 de dezembro de 2015 era 102% (2014: 102%).

A 31 de dezembro de 2015, o BAGL tinha 9 M£ de financiamento grossista a vencer (2014: 9 M£), dos quais 6 M£ (2014: 5 M£) vencem em menos de 12 meses.

Informação adicional sobre a gestão de liquidez do BAGL pode ser consultada no Relatório Anual do Grupo Barclays Africa.

Maturidade contratual de ativos e passivos financeiros (auditado)

A tabela na próxima página fornece detalhes na maturidade contratual de todos os instrumentos financeiros e outros ativos e passivos. Derivados (para além daqueles designados num relacionamento de cobertura) e ativos e passivos de carteira de negociação, são incluídos na coluna da procura no seu valor justo. O risco de liquidez nestes itens não é gerido com base na maturidade contratual, uma vez que não são detidas para liquidação de acordo com tal maturidade e muitas vezes será decidida antes da maturidade contratual pelo valor justo. Derivativos designados num relacionamento de cobertura estão incluídos de acordo com a sua maturidade contratual.

Os ativos financeiros designados pelo valor em relação aos passivos relacionados com os clientes ao abrigo de contratos de investimento foram incluídos em Outros ativos e Outros passivos visto que o Grupo não está exposto ao risco de liquidez resultante dos mesmos; qualquer outro pedido de fundos de credores seria satisfeito liquidando ou transferindo o investimento simultaneamente.

Notas
a inclui 0,6 M£ de financiamento garantido bilateral em 2016 e 0,4 M£ em 2017

Maturidade contratual de ativos e passivos financeiros (auditado)											
Em	A	Não	Durante	Durante	Durante	Durante	Mais de	Durante	Mais de		Total
31 de dezembro de 2015	pedido	mais de	três	seis	te nove	um	dois	três	de	Mais de	
		três	meses,	meses,	meses,	ano,	anos,	anos,	cinco	10 anos	
		meses	mas não	mas não	mas não	mas não	mas não	mas não	anos,		
			mais que	mais que	mais que	mais que	mais que	mais que	mas não		
			seis meses	nov e	que um	que um	que um	que um	mais que		
				meses	ano	ano	ano	ano	cinco		
									que		
O Grupo	ME	ME	ME	ME	ME	ME	ME	ME	ME	ME	ME
Ativos											
Caixa e saldos em bancos centrais	49.580	131	-	-	-	-	-	-	-	-	49.711
Itens no curso de coleta de outros											
Atividade Bancária	631	380	-	-	-	-	-	-	-	-	1.011
Carteira de ativos	77.398	-	-	-	-	-	-	-	-	-	77.398
Outros ativos designados pelo	5.692	46.941	1.722	1.372	583	1.021	587	424	867	16.172	75.381
Ativo financeiro											
instrumentos	326.930	28	3	1	53	331	61	257	147	59	327.870
Empréstimos e											
Atividade Bancária	5.354	32.019	1.954	366	468	588	991	43	12	34	41.829
Empréstimos e											
Clientes	29.117	76.337	13.935	7.084	12.332	27.616	27.318	48.707	50.737	106.034	399.217
Compra com acordo e outros											
empréstimos	2	24.258	3.296	292	205	74	35	1	24	-	28.187
Disponível para investimentos	465	2.396	1.792	4.936	2.088	11.537	14.659	17.937	21.445	13.049	90.304
Outros ativos	-	1.304	-	-	-	100	-	-	-	-	1.404
Outros ativos financeiros	495.169	183.794	22.702	14.051	15.729	41.267	43.651	67.369	73.232	135.348	1.092.312
Outros ativos a											28.415
Total ativos											1.120.727
Passivos											
Depósitos de	5.717	38.720	1.355	540	335	97	9	67	236	4	47.080
Itens no curso de cobrança devida a											
Atividade Bancária	1.013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.013
Contas de clientes	312.773	80.119	7.605	4.415	5.319	2.854	923	1.660	624	2.015	418.30
Revenda e outros											
semelhantes	66	17.346	3.479	1.975	876	843	52	-	398	-	25.035
empréstimo											
Carteira de											
Passivos	33.967	-	-	-	-	-	-	-	-	-	33.967
Passivos designados pelo	319	52.185	3.152	3.470	2.317	6.093	5.458	7.446	4.139	5.533	90.112
Ativo financeiro											
instrumentos	323.786	80	92	49	49	42	13	57	70	14	324.25
Títulos de dívida em	50	14.270	5.615	4.322	4.469	10.164	4.795	13.056	10.015	2.394	69.150
Passivos	2	-	-	9	28	1.254	2.994	2.191	9.232	6.245	21.955
Outros ativos											
Passivos	-	2.664	-	-	-	1.075	-	-	-	-	3.739
Total de passivos financeiro	677.693	205.384	21.298	14.780	13.393	22.422	14.244	24.477	24.714	16.205	1.034.610
Outros passivos a											20.099
Total passivos											1.054.709
Acumulação de ativos líquidos	(182.524)	(204.114)	(202.710)	(203.439)	(201.103)	(182.258)	(152.851)	(109.959)	(61.441)	57.702	66.018

Notas:

a Outros ativos incluem balanços de £7.364 ME (2014: 15,74ME) e outros passivos, incluem balanços de 5.997ME (2014: 13.15ME) relativos às quantias mantidas à venda. Por favor referir a Nota 44 para detalhes.

Análise de risco

Desempenho de Risco

Risco de financiamento – Liquidez

Maturidade contratual de ativos e passivos financeiros (auditado)											
	À pedido	Não mais do que três meses	Mais de três meses, mas não mais de seis meses	Mais de seis meses, mas não mais de nove meses	Mais de nove meses mas não mais de um Ano	Mais de um Ano, mas não mais de dois anos	Mais de dois anos, mas não mais de três anos	Mais de três anos, mas não mais de cinco anos	Mais do que cinco anos, mas não mais de dez anos	Mais de dez anos	Total
Em 31 de dezembro de 2014											
O Grupo	ME	ME	ME	ME	ME	ME	ME	ME	ME	ME	ME
Ativos											
Caixa e saldos em bancos centrais	39.466	229	-	-	-	-	-	-	-	-	39.695
Itens no curso de coleta de outros											
Atividade Bancária	828	382	-	-	-	-	-	-	-	-	1.210
Ativos da carteira de	114.755	-	-	-	-	-	-	-	-	-	114.755
Outros ativos designados pelo	5.732	3.139	1.540	797	602	2.696	1.322	1.253	1.03	18.53	36.657
Ativo financeiro	438.437	26	6	8	7	204	274	443	439	232	440.076
Empréstimos e											
Atividade Bancária	5.909	31.63	3.236	225	944	370	233	20	36	49	42.657
Empréstimos e											
Clientes	24.607	99.20	9.225	6.900	9.241	35.47	24.65	48.48	54.1	115.8	427.767
Compra com acordo e outros											
empréstimos	144	117.9	9.857	2.013	941	28	116	109	22	546	131.753
Disponível para											
investimentos	513	1.324	2.045	3.576	844	10.80	16.70	10.10	23.7	16.46	86.105
Outros ativos	-	1.500	-	-	-	180	-	-	-	-	1.680
Outros ativos financeiros	630.391	255.420	25.909	13.519	12.579	49.759	43.303	60.418	79.425	151.632	1.322.355
Outros ativos a											36.338
Total ativos											1.358.693
Passivos											
Depósitos de bancos	7.978	48.15	1.041	504	298	187	95	69	57	6	58.390
Itens no curso de cobrança devida a											
atividade bancária	1.177	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.177
Contas de clientes	317.598	86.62	7.284	5.442	3.245	4.208	494	1.228	719	1.024	427.868
Revenda e outros											
semelhantes	40	111.7	7.175	2.847	1.989	119	116	-	427	-	124.479
Carteira de											
Passivos	45.124	-	-	-	-	-	-	-	-	-	45.124
Passivos financeiros designados pelo	665	6.554	3.493	4.056	3.244	7.015	5.524	9.573	6.17	8.851	55.149
Ativo financeiro	438.623	29	7	12	5	62	69	78	268	167	439.320
instrumentos											
Títulos de dívida em	10	19.07	11.14	9.712	4.791	7.568	10.56	10.35	11.3	1.511	86.099
Passivos	-	236	48	15	-	37	1.259	1.947	11.4	6.674	21.685
Outros ativos											
Passivos	-	3.060	-	-	-	815	-	-	-	-	3.875
Outros ativos financeiros	811.215	275.5	30.19	22.58	13.57	20.01	18.11	23.24	30.4	18.23	1.263.1
Passivos											1.263.1
Outros passivos a											29.482
Total passivos											1.292.6
Acumulação de ativos líquidos	(180.824)	(200.905)	(205.190)	(214.259)	(215.252)	(185.504)	(160.318)	(123.145)	(74.210)	59,189	66,045
Lacuna											

Notas

a Outros ativos incluem balanços de £7.364 ME (2014: 15,74ME) e outros passivos, incluem balanços de 5.997ME (2014: 13.15ME) relativos às quantias mantidas à venda. Por favor referir a Nota 44 para detalhes.

Maturidade contratual de ativos e passivos financeiros (auditado)											
Em 31 de dezembro de 2014	À pedido	Não mais do que três meses	Mais de três meses, mas não mais de seis meses	Mais de seis meses, mas não mais de nove meses	Mais de nove meses mas não mais de um Ano	Mais de um Ano, mas não mais de dois anos	Mais de dois anos, mas não mais de três anos	Mais de três anos, mas não mais de cinco anos	Mais de cinco anos mas não mais de dez anos	Mais de dez anos	Total
O Banco	ME	ME	ME	ME	ME	ME	ME	ME	ME	ME	ME
Ativos											
Caixa e saldos em bancos centrais	43.539	130	-	-	-	-	-	-	-	-	43.669
Itens no curso de coleta de outros											
Atividade Bancária	596	-	-	-	-	-	-	-	-	-	596
Carteira de negociação ativos	33.057	-	-	-	-	-	-	-	-	-	33.057
Outros ativos designados pelo valor	24	43.523	2.695	1.893	986	1.803	540	2.115	1.975	16.433	71.987
Ativo financeiro instrumentos	315.565	56	2	1	53	118	61	257	90	49	316.252
Empréstimos e Atividade Bancária	3.897	31.143	2.933	2.504	3.069	4.955	4.340	3.793	5.515	52	62.201
Empréstimos e Clientes	28.925	89.526	15.132	7.887	11.268	29.489	21.824	47.517	42.474	101.165	395.207
Compra com acordo e outros empréstimos similares	-	22.305	4.962	743	121	329	250	69	24	-	28.803
Disponível para venda investimentos	12	2.038	892	4.807	1.837	10.829	14.221	16.967	20.357	11.648	83.608
Outros ativos	-	6.326	-	-	-	283	-	-	-	-	6.609
Outros ativos	425.615	195.047	26.616	17.835	17.334	47.806	41.236	70.718	70.435	129.347	1.041.989
Outros ativos a											35.619
Total ativos											1.077.608
Passivos											
Depósitos de bancos	21.161	39.830	1.288	503	331	97	9	118	345	-	63.682
Itens no curso de cobrança devida a											
Atividade Bancária	758	-	-	-	-	-	-	-	-	-	758
Contas de clientes	270.503	84.644	7.529	4.988	5.696	10.173	7.202	11.599	2.588	6.869	411.791
Revenda e outros semelhantes	-	18.401	3.467	2.135	588	1.109	66	-	398	-	26.164
empréstimo											
Carteira de negociação	23.567	-	-	-	-	-	-	-	-	-	23.567
Passivos											
Passivos financeiros designados pelo valor	271	48.122	4.101	4.501	3.065	6.608	5.098	7.725	4.703	6.004	90.198
Ativo financeiro instrumentos	309.740	35	46	4	3	42	13	58	70	14	310.025
Títulos de dívida em	2	6.900	4.570	3.575	3.641	8.954	1.421	8.177	7.264	1.216	45.720
Passivos subordinados	2	-	-	9	28	1.254	2.757	1.971	9.232	6.158	21.411
Outros ativos											
Passivos	-	14.297	-	-	-	1.288	-	-	-	-	15.585
Total de passivos	626.004	212.229	21.001	15.715	13.352	29.525	16.566	29.648	24.600	20.261	1.008.901
Outros passivos b											11.183
Total passivos											1.020.084
Acumulação de ativos líquidos	(200.389)	(217.571)	(211.956)	(209.836)	(205.854)	(187.573)	(162.903)	(121.833)	(75.998)	33.088	57.524

Notas:
a Outros ativos incluem balanços de £5.180 ME (2014: 620 ME) e outros passivos, incluem balanços de 4.103 ME (2014: 275 ME) relativos às quantias mantidas à venda. Por favor referir a Nota 44 para detalhes.

Análise de risco

Desempenho de Risco

Risco de financiamento – Liquidez

Maturidade contratual de ativos e passivos financeiros (auditado)

Em 31 de dezembro de 2014	À pedido	Não mais do que três meses	Mais de três meses, mas não mais de seis meses	Mais de seis meses, mas não mais de nove meses	Mais de nove meses mas não mais de um ano	Mais de um ano, mas não mais de dois anos	Mais de dois anos, mas não mais de três anos	Mais de três anos, mas não mais de cinco anos	Mais do que cinco anos, mas não mais de dez anos	Mais de dez anos	Total
O Banco	ME	ME	ME	ME	ME	ME	ME	ME	ME	ME	ME
Ativos											
Caixa e saldos em bancos centrais Itens no curso de coleta de outros	35.240	229	-	-	-	-	-	-	-	-	35.469
Atividade Bancária	801	-	-	-	-	-	-	-	-	-	801
Ativos da carteira de negociação	49.076	-	-	-	-	-	-	-	-	-	49.076
Outros ativos financeiros											
designados pelo valor justo	138	4.995	1.378	745	956	6.372	2.208	2.351	3.071	18.65	40.867
Ativo financeiro derivado instrumentos	424.97	37	7	7	3	193	279	431	430	199	426.565
Empréstimos e adiantamentos a Atividade Bancária	5.219	29.435	5.369	3.017	2.899	4.197	3.380	3.831	69	22	57.438
Empréstimos e adiantamentos a Clientes	40.675	112.588	10.39	7.915	9.703	23.913	19.55	51.54	43.794	109.7	429.814
Compra com acordo de revenda e outros	7.037	82.912	8.230	1.745	1.265	14	387	473	215	546	102.824
Outros ativos financeiros	16	1.007	1.089	3.341	599	10.395	15.73	9.327	22.102	14.98	78.590
Outros ativos financeiros	-	729	-	-	-	10	-	-	-	-	739
Outros ativos financeiros	563.181	231.932	26.468	16.770	15.425	45.094	41.539	67.959	69.681	144.134	1.222.183
Outros ativos a											43.573
Total ativos											1.265.756
Passivos											
Depósitos de bancos Itens no curso de cobrança devida a outros	21.639	45.818	1.404	763	342	83	95	146	52	-	70.342
Atividade Bancária	911	-	-	-	-	-	-	-	-	-	911
Contas de clientes	279.29	91.559	7.007	7.051	4.130	9.219	9.478	9.678	1.723	5.993	425.134
Revenda e outros semelhantes empréstimo	5.482	78.510	6.112	1.746	2.854	48	194	-	427	-	95.373
Carteira de negociação	5.482	78.510	6.112	1.746	2.854	48	194	-	427	-	95.373
Passivos financeiros designados pelo valor justo	25.910	-	-	-	-	-	-	-	-	-	25.910
Ativo financeiro derivado instrumentos	551	6.624	3.769	4.361	3.643	11.066	6.127	9.632	7.590	9.353	62.716
Títulos de dívida em circulação	419.04	24	-	11	4	50	43	61	226	138	419.605
Passivos subordinados	6	10.068	9.085	8.022	3.995	5.942	8.786	7.339	9.308	1.220	63.771
Outros ativos financeiros	-	98	49	-	-	-	1.099	1.722	11.415	6.468	20.851
Outros ativos financeiros	-	16.950	-	-	-	-	-	-	-	-	16.950
Outros ativos financeiros	752.843	249.651	27.426	21.954	14.968	26.408	25.822	28.578	30.741	23.172	1.201.563
Outros passivos											7.481
Passivos totais a											1.209.044
Acumulação de ativos líquidos											
lacuna	(189.662)	(207.381)	(208.339)	(213.523)	(213.066)	(194.380)	(178.663)	(139.282)	(100.342)	20.620	56.712

Notas:
a Outros ativos incluem balanços de £5.180 ME (2014: 620ME) e outros passivos incluem balanços de 4.103ME (2014: 275ME) relativos às quantias mantidas à venda. Por favor referir a Nota 44 para detalhes.

As datas de maturidade esperadas não diferem significativamente das datas dos contratos, à exceção de:

- ativos do portfólio de negociação e Passivos e instrumentos financeiros derivados, que poderão não ser mantidos até à maturidade, como parte das estratégias de negociação do grupo.
- os depósitos de retalho, que estão incluídos nas contas de clientes, são pagáveis a pedido ou com aviso a curto com base contratual. Na prática, estes instrumentos constituem uma base estável para as operações do Grupo e para as necessidades de liquidez, devido à ampla base de clientes, quer em número, quer em tipo de depositante (ver perfil da maturidade comportamental na página 10)
- ativos do portfólio de negociação e Passivos e instrumentos financeiros derivados, que poderão não ser mantidos até à maturidade, como parte das estratégias de negociação do grupo.

Maturidade contratual de passivos financeiros numa base não atualizada (auditada)

A tabela abaixo apresenta os fluxos de caixa pagáveis pelo Grupo de passivos financeiros por maturidades contratuais remanescentes à data do balanço. As quantias apresentadas na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados de todos os passivos financeiros (ou seja, valores nominais).

Os balanços na tabela abaixo não concordam diretamente com os balanços no balanço consolidado pois a tabela incorpora todos os fluxos de caixa, numa base sem desconto, relacionados tanto com todos os pagamentos de cupão futuros principais como com os associados.

Os instrumentos financeiros derivados detidos para negociação e os passivos da carteira de negociação estão incluídos na coluna "a pedido" pelo seu justo valor.

Os passivos financeiros designados a justo valor em relação ao passivo ligado por contratos de investimento foram excluídos desta análise, uma vez que o Grupo não está exposto a riscos de liquidez deles resultantes.

Maturidade contratual de ativos e passivos financeiros (incluindo BAGL) (auditada)

Em 31 de dezembro de 2014	O Banco	À	Mais de	Mais de	Mais de	Mais de	Mais do	Mais de	Total
		pedido	Não mais do que três meses	três meses, mas não mais de seis meses	seis meses, mas não mais de um ano	um ano, mas não mais de dois anos	três anos, mas não mais de cinco anos	que cinco anos, mas não mais de dez anos	
	ME	ME	ME	ME	ME	ME	ME	ME	ME
O Grupo									
Depósitos de bancos	5.717	38.721	1.357	877	108	70	239	10	47.099
Os produtos em curso de devido a outros bancos	1.013	-	-	-	-	-	-	-	1.013
Contas de clientes	312.77	80.142	7.640	9.832	3.877	1.860	746	3.090	419.960
Acordos de revenda outro empréstimo garantido	66	17.349	3.482	2.853	898	-	491	-	25.139
Passivo de carteiras de Passivos financeiros	33.967	-	-	-	-	-	-	-	33.967
justo valor	319	52.202	3.165	5.830	11.851	7.840	4.690	8.694	94.591
Instrumentos financeiros	323.78	81	94	102	57	59	80	16	324.275
Títulos de dívida em	50	14.352	5.844	9.277	16.775	14.16	11.26	4.542	76.273
Passivos subordinados	2	235	403	301	6.057	3.670	10.35	6.313	27.340
Outros passivos financeiros	-	2.664	-	-	1.075	-	-	-	3.739
Total de passivos financeiros	677.693	205.746	21.985	29.072	40.698	27.668	27.869	22.665	1.053.396
O Banco									
Depósitos de bancos	21.161	39.831	1.289	835	108	119	345	-	63.688
Os produtos em curso de devido a outros bancos	758	-	-	-	-	-	-	-	758
Contas de clientes	270.50	84.660	7.542	10.72	17.767	12.08	3.012	7.799	414.086
Acordos de revenda outro empréstimo garantido	-	18.402	3.470	2.725	1.179	-	491	-	26.267
Passivo de carteiras de Passivos financeiros	23.567	-	-	-	-	-	-	-	23.567
justo valor	271	48.138	4.114	7.615	12.011	8.145	5.328	9.321	94.943
Instrumentos financeiros	309.74	36	47	8	55	59	80	16	310.041
Títulos de dívida em	2	6.905	4.737	7.527	11.560	8.686	7.757	2.386	49.560
Passivos subordinados	2	235	403	300	5.773	3.362	10.28	6.217	26.579
Outros passivos financeiros	-	14.297	-	-	1.288	-	-	-	15.585
Total de passivos financeiros	626.004	212.504	21.602	29.730	49.741	32.454	27.300	25.739	1.025.074

Análise de risco

Desempenho de Risco

Risco de financiamento – Liquidez

Maturidade contratual de passivos financeiros numa base não atualizadas

Em 31 de dezembro de 2014	A pedido M€	Não mais mais de três meses M€	Mais de três meses, mas não mais não mais mais de seis meses M€	Ao longo de seis meses mas não mais de um ano M€	Mais de um ano mas não mais de três anos M€	Mais de três anos, mas não mais de cinco anos M€	Mais de cinco anos, mas não mais de dez anos M€	Mais de dez anos M€	Total M€
O Grupo									
Depósitos de bancos	7.978	48.155	1.042	804	287	75	62	29	58.432
Os produtos em curso devido a outros bancos	1.177	-	-	-	-	-	-	-	1.177
Contas de clientes	317.598	86.660	7.364	8.854	4.851	1.408	1.052	2.218	430.005
Acordos de revenda e outros empréstimos	40	111.769	7.178	4.837	236	-	428	-	124.488
Passivo de carteiras de Passivos financeiros justo valor	45.124	-	-	-	-	-	-	-	45.124
Instrumentos financeiros derivados	665	6.561	3.508	7.378	12.854	10.285	7.170	14.273	62.694
Títulos de dívida em circulação	438.623	30	7	17	137	85	314	341	439.554
Passivos subordinados	10	19.481	11.406	14.952	19.416	11.352	12.075	2.760	91.452
Outros passivos financeiros	-	363	324	153	1.333	4.269	10.762	6.683	23.887
	-	3.060	-	-	815	-	-	-	3.875
Total de passivos financeiros	811.215	276.079	30.829	36.995	39.929	27.474	31.863	26.304	1.280.688
O Banco									
Depósitos de bancos	21.639	45.819	1.405	1.108	183	153	52	-	70.359
Os produtos em curso devido a outros bancos	911	-	-	-	-	-	-	-	911
Contas de clientes	279.296	91.563	7.012	11.203	18.739	11.229	1.831	6.488	427.361
Acordos de revenda e outros empréstimos	5.482	78.514	6.115	4.601	243	-	427	-	95.382
Passivo de carteiras de Passivos financeiros justo valor	25.910	-	-	-	-	-	-	-	25.910
Instrumentos financeiros derivados	551	6.632	3.780	8.078	17.588	10.323	8.607	14.619	70.178
Títulos de dívida em circulação	419.048	24	-	15	94	61	237	194	419.673
Passivos subordinados	6	10.457	9.286	12.372	15.640	8.068	9.522	1.454	66.805
Outros passivos financeiros	-	223	326	137	1.098	3.987	10.545	6.468	22.784
	-	16.950	-	-	-	-	-	-	16.950
Total de passivos financeiros	752.843	250.182	27.924	37.514	53.585	33.821	31.221	29.223	1.216.313

Maturidade de compromissos extrapatrimoniais oferecidos (incluindo o BAGL) (auditados)

A tabela em baixo apresenta a divisão da maturidade dos compromissos extrapatrimoniais do Grupo, recebidos e concedidos à data do balanço. As quantias apresentadas na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados de todos os passivos financeiros (ou seja, valores nominais) com base na primeira oportunidade em que estejam disponíveis.

Análise da maturidade de compromissos extrapatrimoniais oferecidos (incluindo o BAGL) (auditados)

O Grupo	À pedido ME	Não mais de três meses ME	Mais de três meses mas não mais de seis meses ME	Ao longo de seis meses Mas não mais de nove meses ME	Mais de nove meses Mas não mais de um ano ME	Mais de um ano, mas não mais de dois anos ME	Mais de dois anos Mas não mais de três anos ME	Mais de três anos Mas não mais de cinco anos ME	Mais de cinco anos Mas não mais de dez anos ME	Mais de dez anos ME	Total ME
Em 31 de Dezembro de 2015											
Garantias, cartas de crédito e seguros de crédito	6.329	138	4	5	32	84	12	97	4	17	6.722
Acordos de recompra	-	392	-	73	-	-	-	-	-	-	465
Total de compromissos extrapatrimoniais recebidos	6.329	530	4	78	32	84	12	97	4	17	7.187
As at 31 de Dezembro de 2014											
Garantias, cartas de crédito e de crédito seguros											
Acordo de recompra	6.571	60	37	38	39	152	138	203	65	-	7.303
Acordo de recompra com início no futuro											
acordos de recompra	-	10.778	-	-	-	-	-	-	-	-	10.778
Balanço total dos compromissos extrapatrimoniais recebido	6.571	10.838	37	38	39	152	138	203	65	-	18.081

Nota

a Acordos de recompra e de recompra inversa com início no futuro foram anteriormente divulgados como compromissos de empréstimo. Na sequência dos negócios designados como os novos acordos de recompra inversa a justo valor através de ganhos e perdas, os novos acordos de recompra inversa estão no âmbito do IAS39 e são reconhecidos como derivativos no balanço.

Análise de risco

Desempenho de Risco

Risco de financiamento – Liquidez

Análise da maturidade de compromissos extrapatrimoniais oferecidos (incluindo o BAGL) (auditados)

O Grupo	À pedido	Não mais de três meses	Mais de três meses mas não mais de meses	Ao longo meses Mas não mais de nove meses	Mais de nove meses Mas não mais de um ano	Mais de um ano Mas não mais de dois anos	Mais de dois anos Mas não mais de três anos	Mais de três anos Mas não mais de cinco anos	Mais de cinco anos Mas não mais de dez anos	Total	
	ME	ME	ME	ME	ME	ME	ME	ME	ME	ME	
Em											
Em 31 de dezembro de 2014											
Passivos contingentes Os créditos e outras atividades relacionadas com transações	17.421	933	493	140	590	423	158	161	164	138	20.621
Acordo de revenda com Acordos de recompra, Recursos de reserva, e outros compromissos ^a	617	30	10	-	61	119	-	8	-	-	845
	-	93	-	-	-	-	-	-	-	-	93
Total de compromissos extrapatrimoniais	274.020	1.152	1.564	1.116	1.071	873	554	906	78	35	281.369
Em											
quarta-feira, 31 de dezembro de 2014											
Passivos contingentes Os créditos e outras atividades relacionadas com transações	17.303	1.770	352	162	102	410	55	83	1.037	49	21.323
Compra com acordo de revenda com início no Recursos de reserva, e outros compromissos	869	75	13	-	19	115	-	-	-	-	1.091
	-	13.735	-	121	-	-	-	-	-	-	13.856
Total rubricas extrapatrimoniais compromissos concedidos	262.539	4.045	1.722	844	646	3.638	877	1.846	137	20	276.314
	280.711	19.625	2.087	1.127	767	4.163	932	1.929	1.174	69	312.584

Notas

^a Durante 2015, os novos acordos de recompra inversa em determinados negócios foram designados de valor justo alinhados à forma de como o negócio gere o risco de portfólio e de performance. Por conseguinte, a contabilidade do valor justo da compra com acordo de revenda com início no futuro e de acordos de revenda invertida consideram-se derivados.

Análise da maturidade de compromissos extrapatrimoniais recebidos

	À pedido M€	Não mais mais de três meses M€	Mais de três meses mas não mais mais de seis meses M€	Ao longo de seis meses mas não mais de um Ano M€	Mais de um ano, mas não mais de três anos M€	Mais de três Anos, mas não mais mais de cinco anos M€	Mais de cinco Anos, mas não mais mais de dez anos M€	Mais de dez anos M€	Total M€
O Banco									
Em 31 de Dezembro de 2015									
Garantias, cartas de crédito e seguros de crédito	5.878	28	2	7	24	16	2	7	5.964
Acordos de recompra c/ início no futuro ^a	-	291	-	-	-	-	-	-	291
Total de compromissos	5.878	319	2	7	24	16	2	7	6.255
Em 31 de dezembro de 2014									
Garantias, cartas de crédito e seguros de crédito	15.512	42	35	70	266	186	58	-	-
Acordos de recompra	-	10.087	-	-	-	-	-	-	-
Total rubricas compromissos	15.512	10.129	35	70	266	186	58	-	-

Análise da maturidade de compromissos extrapatrimoniais oferecidos (incluindo o BAGL) (auditados)

	À pedido M€	Não mais mais de três meses M€	Mais de três meses mas não mais mais de seis meses M€	Ao longo de seis meses mas não mais de um Ano M€	Mais de um ano, mas não mais de três anos M€	Mais de três Anos, mas não mais mais de cinco anos M€	Mais de cinco Anos, mas não mais mais de dez anos M€	Mais de dez anos M€	Total M€
O Banco									
Em 31 de dezembro de 2015									
Passivos contingentes Os créditos comercializados a curto relacionados com Acordo de revenda com Acordos de recompra Recursos de reserva, e outros compromissos	22.320	431	429	418	580	160	164	137	24.639
Os créditos comercializados a curto relacionados com Acordo de revenda com Acordos de recompra Recursos de reserva, e outros compromissos	536	28	10	-	119	-	-	-	693
Acordos de recompra Recursos de reserva, e outros compromissos	-	14	-	-	-	-	-	-	14
Total de compromissos	217.36	1.006	160	1.523	1.218	787	49	35	222.14
Total de compromissos	240.21	1.479	599	1.941	1.917	947	213	172	247.48
Em 31 de dezembro de 2014									
Passivos contingentes Os créditos comercializados a curto relacionados com Acordo de revenda com Acordos de recompra Recursos de reserva, e outros compromissos	20.149	1.457	265	209	422	79	65	28	22.674
Os créditos comercializados a curto relacionados com Acordo de revenda com Acordos de recompra Recursos de reserva, e outros compromissos	772	61	6	-	115	-	-	-	954
Acordos de recompra Recursos de reserva, e outros compromissos	-	11.291	-	121	-	-	-	-	11.412
Recursos de reserva, e outros compromissos	213.108	2.510	830	933	1.669	1.384	86	15	220.535
Total rubricas extrapatrimoniais compromissos	234.02	15.319	1.101	1.263	2.206	1.463	151	43	255.57

Notas:

^a Durante 2015, os novos acordos de recompra inversa em determinados negócios foram designados de valor justo alinhados à forma de como o negócio gere o risco de portfólio e de performance. Por conseguinte, a contabilidade do valor justo da compra com acordo de revenda com início no futuro e de acordos de revenda invertida consideram-se derivadas.

Análise de risco

Desempenho de risco Risco operacional

Análise do risco operacional

O risco operacional é definido como o risco de impactos diretos ou indiretos resultantes de fatores humanos, processos internos fracassados ou inadequados e de sistemas ou eventos externos.

Esta secção fornece uma análise do perfil de risco operacional do Grupo, incluindo eventos que exerceram um impacto significativo em 2015.

Uma pequena redução no número de incidentes registados ocorridos durante o período

83%

das perdas líquidas de risco operacional do Grupo tinham um valor de 50.000£ ou menos

67%

dos eventos devem-se a fraudes externas

As informações divulgadas na secção relativa ao risco operacional do Barclays Bank PLC são materialmente semelhantes às divulgadas no Relatório Anual do Barclays PLC, páginas 206 a 217, disponíveis em: home.barclays/annualreport

O risco operacional é definido como qualquer situação em que existe um impacto potencial ou real para o Grupo resultante de processos internos inadequados ou falhados, pessoas, sistemas ou eventos externos. Os impactos para o Grupo podem ser financeiros, incluindo perdas ou um ganho financeiro inesperado, bem como não financeiros, como danos causados ao cliente e consequências para a reputação ou a nível regulamentar.

Toda a exposição incluída nesta secção (páginas 116 e 117)

Visão Geral

Os riscos operacionais são inerentes a todas as atividades empresariais do Grupo e são habituais em todas as grandes empresas. Tentar eliminar todos os riscos operacionais não é uma solução económica e, de qualquer forma, não seria possível fazê-lo. Está prevista a ocorrência de pequenas perdas decorrentes de riscos operacionais e estas são aceites como parte do decurso normal das atividades da empresa. Perdas mais importantes são menos frequentes e o Grupo procura reduzir a probabilidade da sua ocorrência em conformidade com a sua apetência pelo risco.

O Risco Operacional Principal envolve os seguintes riscos-chave: fornecedores externos, crime financeiro, relatórios financeiros, fraude, informação, jurídico, pagamentos, pessoas, instalações e segurança, tributação, tecnologia (incluindo cibersegurança) e operações de transação. Para obter definições destes riscos, consulte a página 60. Com vista a assegurar uma cobertura completa dos potenciais impactos adversos no Grupo decorrentes do risco operacional, a taxonomia do risco operacional estendeu-se para além dos riscos-chave listados acima para cobrir áreas incluídas no risco de conduta.

Esta secção fornece uma análise do perfil de risco operacional do Grupo, incluindo eventos, os quais estão acima do limite reportável do Banco e que exerceram um impacto significativo em 2015.

Para mais informações acerca dos eventos de risco de Conduta, consulte a página 120.

Resumo de desempenho no período

Ao longo de 2015, o total de perdas do risco operacional ^a aumentou para 241.3ME (2014: 143.9ME) com uma redução de 3% no número de eventos registados em comparação com o ano passado, impulsionada por um número limitado de eventos na categoria execução, entrega e gestão do processo.

As perdas deveram-se principalmente ao impacto da execução, entrega e gestão do processo, fraude externa e perturbação das atividades comerciais e a falhas do sistema.

Perfil de risco operacional

Dentro do risco operacional, uma elevada proporção de eventos de risco apresenta um baixo custo financeiro associado e uma proporção muito pequena de eventos de risco operacional terá um impacto significativo nos resultados financeiros do Grupo. Em 2015, 82,6% (2014: 78,0%) dos eventos de risco operacional relatáveis líquidos do Grupo registaram um valor de perdas de 50.000£ ou menos, e representaram 11,1% (2014: 30,5%) do impacto das perdas líquidas totais do Grupo.

A análise abaixo apresenta os casos de risco operacional do Grupo por categoria de eventos de Basileia:

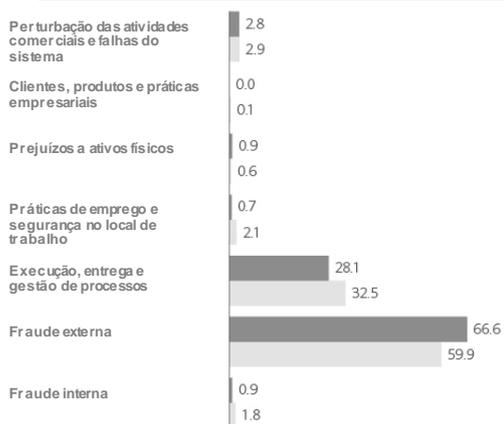
- Os impactos da execução, entrega e gestão do processo foram reduzidos para 137.5ME (2014: 81.3ME) e contabilizaram 57,0% (2014: 56,5%) do global de perdas por risco operacional. Estes eventos são comuns no sector da banca em geral, onde elevados volumes de transações são processados diariamente. O aumento nos impactos deveu-se, em larga medida, a um número limitado de eventos com valores de perdas mais elevados.
- A fraude externa (66,6%) é a categoria com a maior frequência de eventos em que eventos de alto volume e de baixo valor são também coerentes com a experiência do sector, caracterizada por fraudes com cartões de débito e de crédito. Isto contabilizou 27,4% das perdas do total do risco operacional no ano de 29,7% do ano anterior.

O perfil de risco operacional do Grupo é informado por avaliações de risco ascendente por cada unidade de negócio e pela revisão qualitativa descendente dos Comités de Controlo e Risco de Governo (CCRG) para cada risco-chave. A fraude externa e a tecnologia foram registadas pelos CCRG como importantes exposições ao risco operacional. Desenvolvimentos de prevenção melhorada da fraude e ferramentas de estabelecimento do perfil da transação em curso para combater o aumento da frequência da fraude externa, especialmente nos cartões de crédito, banca digital, comércio não autorizado e engenharia social.

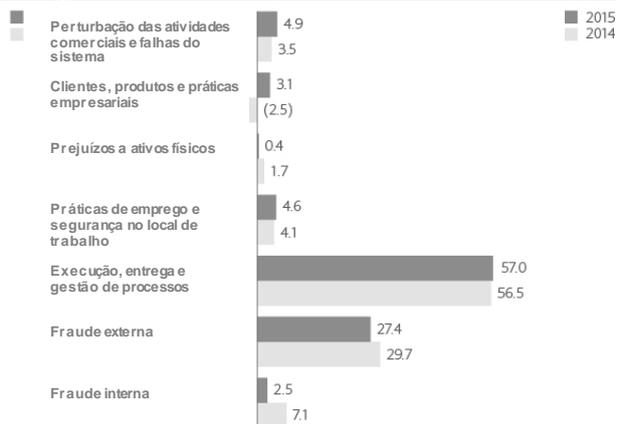
O risco da cibersegurança continua a ser uma área de preocupação em vista da crescente sofisticação e do alcance de potenciais ciber ataques. Os riscos para a tecnologia e a cibersegurança mudam rapidamente e exigem uma concentração continuada e investimento.

Para mais informações, consulte a secção Gestão dos Riscos nas páginas 47 a 63.

Eventos de risco operacional por categoria de risco
% dos eventos de risco total por contagem



Eventos de risco operacional por categoria de risco
% dos eventos de risco total por valor



Notas:

a As figuras incluem as perdas de risco operacional para eventos relativos com impacto de +/- 10.000€ e excluem os eventos considerados de risco de conduta, agregados e limite. Um evento limite é um evento de risco operacional que resulta num impacto de risco de crédito.

Análise de risco

Desempenho de risco

Risco de conduta

Análise do risco de conduta

O risco de conduta é o risco de que sejam causados prejuízos aos nossos clientes, contrapartes ou ao Barclays devido ao julgamento impróprio na execução das nossas atividades comerciais.

Esta secção detalha o perfil de risco de conduta do Barclays e oferece informações sobre os principais eventos de risco de 2015 e as ações de mitigação de risco tomadas pelo Barclays.

Risco de Conduta

5,4/10 na Medida do *Balanced Scorecard* da Conduta de Reputação

impulsionado por melhorias nas seguintes componentes:

- Opera de forma aberta e transparente
- Dispõe de produtos e serviços de alta qualidade
- Entrega valor para dinheiro a clientes

O risco de conduta é o risco de que sejam causados prejuízos aos nossos clientes, contrapartes ou ao Barclays devido a um julgamento inapropriado na execução das nossas atividades comerciais.

Toda a exposição incluída nesta secção (páginas 120) não é auditada salvo indicação

Risco de conduta

Fazer a coisa acertada da maneira certa e fornecer produtos e serviços adequados aos clientes é fundamental para a estratégia do Barclays. O Barclays está empenhado em implementar medidas ao nível do Grupo nas práticas empresariais, governo e tipo de mentalidade e comportamentos para que os bons resultados dos clientes e a proteção da integridade do mercado sejam centrais na forma de trabalhar do Barclays. Melhorar a nossa reputação no mercado irá mostrar aos clientes que têm no Barclays um parceiro de confiança.

A Autoridade de Conduta Financeira espera que o Conselho de Administração e a Gestão Sénior do Barclays, apoiados por uma estrutura de governo e uma gestão da informação adequada: supervisionem e mitiguem os riscos de conduta; promovam consistentemente resultados conduta apropriada; e impulsionem a incorporação de uma cultura centrada na conduta.

Um fator-chave no fornecimento de uma reforma estrutural efetiva passa por equilibrar os requisitos regulamentares e por garantir bons resultados aos clientes. O programa de reforma estrutural espera que os riscos de conduta sejam geridos através de comités existentes, com escalonamento para o Comité de Supervisão da Implementação do Programa de Reforma Estrutural, conforme apropriado.

Além disso, o Barclays está a trabalhar no sentido de implementar novos requisitos regulamentares relacionados com a Responsabilidade Individual que se aplicam a todos os bancos do Reino Unido e a determinadas firmas de investimento. Os três novos elementos de interligação ao abrigo das novas regras de Fortalecimento da Responsabilidade Pessoal são: Regime de Gestores Sénior, Regime de Certificação e um novo conjunto de Regras de Conduta. Estas representam algumas das mudanças regulamentares mais importantes no sector da banca até à data. No Barclays, congratulamo-nos com estas mudanças e reconhecemos a importância de como reforçar a responsabilidade pessoal irá melhorar a forma como trabalhamos, e fornecer-nos-á uma estrutura para demonstrar a nossa integridade e profissionalismo.

Risco de reputação

O risco de reputação é designado como um risco-chave pelo Barclays. É definido como o risco de danos à marca do Grupo proveniente de qualquer associação, ação ou omissão interpretada pelos acionistas como sendo inapropriada ou antiética. Enquanto o risco de reputação pode surgir em qualquer parte do negócio, está alinhado ao Risco Principal de Conduta devido à correlação significativa entre eles como questões relacionadas entre si visto que as questões relacionadas com a conduta têm um impacto de reputação material.

O Quadro de Riscos-chave de Reputação rege a forma como os negócios e funções do Barclays implementam uma gestão de risco eficaz nesta área, incluindo a identificação, avaliação, atribuição de prioridades, mitigação, escalonamento e comunicação dos riscos de reputação atuais e emergentes. A exploração de horizontes prospetiva do risco de reputação tomada centralmente e validada através do diálogo com as partes interessadas com um vasto leque de formadores de opinião. Este processo fornece uma visão ampla e informada do ambiente de reputação externo e identifica as questões e temas que possam afetar a reputação do Barclays e do setor financeiro.

Resumo do desempenho no período

Ao longo de 2014, o Programa de Risco de Conduta projetou governo relevante, elaboração de relatórios, formação e definição de papéis e responsabilidades e, desde janeiro de 2015, a gestão do risco de conduta foi totalmente integrada noutros negócios.

Após o feedback das partes interessadas, fizeram-se melhorias adicionais para incrementar a gestão do risco de conduta em 2015. Os principais objetivos foram:

- simplificar os processos de governo
- melhorar a qualidade, integridade e fiabilidade da informação da Gestão reportada, incluindo a elaboração de relatórios de indicadores de risco provisionais
- melhorar a qualidade da Avaliação do Risco Material de Conduta através de mais explicações sobre a forma como o que é bom se apresenta e o fornecimento de apoio orientado para ambos os negócios e Conformidade
- desenvolver relações mais produtivas com partes interessadas internas e outras funções de controlo, incluindo colegas entre a Conformidade
- aumentar a sensibilização do pessoal para o risco de conduta através de e-learning
- alinhar a gestão do risco de conduta de uma forma mais estreita com os colegas de RU
- criar uma relação com o risco Operacional para utilizar a tecnologia e em reconhecimento do nível mais elevado de cruzamento entre os dois riscos
- melhorar a consideração do risco de Conduta na definição da estratégia e análise de processos.

Ao longo de 2015, os riscos de conduta foram levantados por negócio para consideração pela RepCo. A RepCo analisou os riscos levantados e se as ações de gestão propostas eram adequadas para garantir que os riscos de conduta foram geridos de forma eficaz. Abaixo estão apresentados os temas gerais de risco de conduta e controlo discutidos pela Gestão Sénior na RepCo em 2015.

- O Barclays continua a tomar parte nas ações regulamentares e litígios que envolvem requerentes que consideram que a conduta inadequada do Grupo causou prejuízos. Os detalhes respeitantes a tais investigações e litígios relacionados estão incluídos na secção Legal, concorrência e assuntos regulamentares, nota 28 na página 221.
- A necessidade de garantir que os clientes, e especialmente os clientes vulneráveis, com dificuldades financeiras são tratados de forma adequada e tendo em devida conta as suas circunstâncias, como uma forma de garantir bons resultados dos clientes
- Existem riscos potenciais decorrentes de conflitos de interesse, incluindo aqueles relacionados com o processo de submissão de referência. Enquanto principalmente relevantes para a Banca de Investimento, tais riscos potenciais também podem afetar a base de clientes corporativos e de retalho. O Barclays procura mitigar estes riscos mantendo modelos operativos claros e uma identificação e gestão efetivas de conflitos de controlo de uma

identificação e gestão efetivas de conflitos de controlo de interesses e supervisão

- O risco de má gestão dos dados do cliente
- Devido ao volume e ritmo da mudança estratégica, os bons resultados do cliente não são suficientemente considerados e obtidos.
- Os clientes têm prejuízos no acesso a sistemas e informações, tais como atrasos nas operações, incapacidade de aceder a fundos e informações incorretas, aumento do risco de atividades fraudulentas e atrasos nos pagamentos.
- O risco de digitalização no qual os canais automatizados podem não realizar os serviços que os clientes esperam, o impacto em clientes vulneráveis, o risco de fraude e cibersegurança. A necessidade de um *design* forte e robusto de produtos para garantir a minimização ou prevenção de resultados do cliente adversos através da venda de produtos, serviços e conselhos inadequados para um mercado-alvo.
- *Client assets sourcebook* (CASS) - devido ao nível sem precedentes de alterações que a empresa deve implementar nos próximos 12 meses, o ambiente estável atual relativo ao CASS está afetado.

Tais temas relacionados com a conduta apontam também implicações de risco de reputação material. Outra área de risco de reputação que continua a intensificar-se diz respeito às preocupações públicas, regulamentares e políticas em torno da integração das questões de mudanças climáticas e impacto na estratégia e operações do sector financeiro.

- A conferência intergovernamental sobre as alterações climáticas de dezembro de 2015 acordou em manter o aquecimento global dentro de 2° C, o que irá exigir uma política e regulamentação significativa e muito mais abrangente para limitar a queima das reservas de combustíveis fósseis. Isto irá afetar vários setores; no entanto, verificou-se uma atividade significativa durante 2015 em aprofundar a compreensão do setor financeiro das potenciais implicações financeiras, operacionais e estratégicas das alterações climáticas. Em particular, o Conselho de Estabilidade Financeira (*Financial Stability Board*, comumente abreviado FSB) recomendou uma proposta ao G20 para criar um grupo de trabalho para a divulgação orientada pela indústria sobre os riscos relacionados com o clima em novembro de 2015. Este grupo de trabalho foi estabelecido com o mandato para considerar os riscos físicos, de responsabilidade e de transição associados às alterações climáticas; identificar divulgações financeiras eficazes das empresas e desenvolver um conjunto de recomendações para divulgação relacionadas com o clima. Melhorar a qualidade e consistência das divulgações de risco financeiro do clima por empresas irá permitir a divulgação eficaz e a análise de informações relevantes pelos credores, seguradoras, investidores e outras partes interessadas

O Barclays participa de uma série de grupos da indústria que abordam estas questões e está a avaliar as implicações para o nosso negócio global.

Aumentar a sensibilização de todos os funcionários para a importância de bons resultados dos clientes e proteger a integridade do mercado tem sido uma prioridade em 2015. Mais de 97 % dos funcionários do Barclays concluiu com êxito a formação nesta área.

O Grupo continuou a incurrir em custos significativos de conduta em relação às questões de litígio. Consulte a Nota 28 Assuntos Legais, Concorrenciais e Regulamentares e a Nota 26 Provisões para mais detalhes.

Os encargos com litígios e conduta incluem compensação de clientes bem como despesas, incluindo danos, multas, remediação dos clientes afetados e outras penalidades ou liquidações relativas a assuntos legais, concorrenciais e regulamentares.

A resolução destes problemas continua a ser uma parte necessária e importante da entrega da estratégia do Grupo. No entanto, há sinais prévios de que estamos a entregar melhores resultados aos clientes através de uma consideração mais ponderada das suas necessidades. Como resultado do aumento da sensibilização e da consideração precoce do risco de conduta no negócio, foi tomada uma série de ações para melhorar os resultados dos clientes, incluindo:

- consideração e gestão proactiva do potencial detrimimento ao cliente associado à estratégia do Barclays na simplificação dos seus negócios e produtos. Por exemplo, mudar programas de monitorização de clientes sujeitos a várias alterações, incluindo plataforma e migrações online
- aplicação de requisitos de hipoteca residencial mais exigentes para pedidos hipotecários comprar para arrendar (*buy-to-let*), garantindo melhores decisões de empréstimo
- acompanhamento reforçado de vigilância na atividade de identificação e gestão proactiva da Banca de Investimento, o que pareceu causar impacto involuntário no mercado
- melhorias em áreas-chave, como luto e procuração e formação contínua para equipar funcionários a apoiar os clientes em circunstâncias vulneráveis
- Planos de separação de empresas não centrais para consideração dos resultados dos clientes

Recomendações de Salz

O Conselho Administrativo encomendou uma análise das boas práticas comerciais do Barclays em julho de 2012, liderada por Anthony Salz. O relatório contém 34 recomendações que podem ser amplamente categorizadas em Regulamentar, Cultura, Governo do Conselho de Administração, Pagamento de Pessoas e Supervisão da Gestão e Gestão de Riscos. Por favor, consulte as atualizações anuais anteriores para mais detalhes acerca das ações passadas tomadas. Todas as ações para implementar as recomendações foram concluídas e validadas de forma independente. O Grupo continua a monitorizar as ações para garantir que são incorporadas totalmente na organização.

Medida de reputação da conduta

Para ajudar a monitorizar os progressos na gestão da conduta, foi incluída uma medida de "Reputação da Conduta" no *Balanced Scoreboard* do Barclays. A medida de conduta é desenvolvida através de um inquérito de conduta e reputação realizado pela YouGov, que abrange uma vasta gama de inquiridos, incluindo partes interessadas dos setores empresarial e político, comunicação social, ONGs, instituições de solidariedade social e outros formadores de opinião nas principais regiões (Reino Unido, Europa, África, EUA e Ásia).

Em 2015, o Barclays fez progressos na sua medida de Conduta, registando uma pontuação de 5,4 (2014: 5,3). Indicadores como "Opera de forma aberta e transparente", "Tem produtos e serviços de alta qualidade", "Cria valor para o dinheiro dos clientes" melhoraram de acordo com a perceção da audiência. O desempenho em duas componentes "Trata bem os funcionários em todos os níveis da empresa" e "é de confiança" diminuíram ligeiramente. Em termos de alvo, estamos abaixo de onde gostaríamos de estar em 2015, apesar do progresso global na medida estar em linha com as nossas expectativas e coloca o nosso alvo para 2018 dentro do alcance.

As informações divulgadas na secção relativa ao risco de reputação do Barclays Bank PLC são semelhantes às divulgadas no Relatório Anual do Barclays PLC, páginas 207 a 209, disponíveis em: home.barclays/annualreport

Análise de risco

Supervisão e regulamentação

As informações divulgadas na secção relativa à supervisão e regulamentação do Barclays Bank PLC são semelhantes às divulgadas no Relatório Anual do Barclays PLC, páginas 210 a 215, disponíveis em: home.barclays/annualreport

Supervisão do Grupo

As operações do Grupo, incluindo das suas agências, sucursais e associados no estrangeiro, estão sujeitas a um conjunto significativo de regras e regulamentos que são uma condição para a autorização de efetuar atividades bancárias e serviços financeiros. Estes aplicam-se a operações empresariais e afetam os retornos financeiros e incluem reservas e requerimentos de relatório e prudenciais e conduzem regulamentos empresariais. Estes requisitos são impostos por bancos centrais e autoridades reguladoras relevantes que supervisionam o Grupo nas jurisdições em que este opera. Os requisitos refletem normas globais desenvolvidas, entre outros, pelo Comité de Basileia para a Supervisão Bancária (*Basel Committee on Banking Supervision*, comumente abreviado BCBS) e pela Organização Internacional das Comissões de Valores Mobiliários. Também podem refletir requerimentos de ou derivados da legislação da UE.

No Reino Unido, o Banco de Inglaterra tem a responsabilidade de monitorizar o sistema financeiro do Reino Unido no seu todo. A regulamentação e supervisão quotidianas do Grupo dividem-se entre a Autoridade de Regulação Prudencial (*Prudential Regulation Authority*, comumente abreviada PRA), que foi estabelecida enquanto parte do Banco de Inglaterra, e a Autoridade de Conduta Financeira (*Financial Conduct Authority*, comumente abreviada FCA).

Além disso, o Comité de Política Financeira (*Financial Policy Committee*, comumente abreviado FPC) do Banco de Inglaterra possui uma influência significativa nos requisitos prudenciais que podem ser impostos ao sistema bancário através dos poderes de direção e de recomendação. O FPC possui poderes de direção sobre os requisitos de fundos próprios setoriais que pode estabelecer em relação às exposições a setores específicos considerados como um risco para o sistema financeiro no seu todo. O governo propôs-se também tomar o FPC responsável pela reserva de fundos próprios contra cíclica de Basileia 3, lançada na UE ao abrigo da CRD e CRR (coletivamente conhecidas por CRD IV).

A Lei relativa aos Serviços e Mercados Financeiros de 2000 (conforme alterada) (*Financial Services and Markets Act 2000*, comumente abreviada FSMA) permanece a principal legislação ao abrigo da qual as instituições financeiras são regulamentadas no Reino Unido. O Barclays Bank PLC está autorizado ao abrigo da FSMA a realizar uma gama de atividades regulamentadas no Reino Unido. Está também autorizado e sujeito a supervisão prudencial numa base individual e consolidada pela PRA e sujeito a regulamentação e supervisão da conduta pela FCA.

No seu papel de supervisor, a PRA procura manter a segurança e a solidez das instituições financeiras com o objetivo de reforçar, mas não de garantir, a proteção dos clientes e do sistema financeiro. A supervisão continuada, pela PRA, das instituições financeiras é realizada através de diversas ferramentas reguladoras, incluindo a recolha de informação através de retornos prudenciais, relatórios obtidos junto de pessoas competentes, visitas a empresas e reuniões regulares com a direção com vista a debater questões como o desempenho, a gestão do risco e a estratégia.

A regulamentação e supervisão de questões de conduta são da responsabilidade da FCA. A regulamentação da FCA aplicável ao Grupo é conduzida através de uma combinação de avaliação contínua; trabalho de projeto regular e temático baseado nas avaliações do setor da FCA, que analisam as diferentes áreas do mercado e os riscos que poderão vir a surgir, e a resposta a riscos cristalizados, procurando garantir a reparação, conforme apropriado.

home.barclays/annualreport

Desenvolvimentos globais a nível regulamentar

As alterações regulamentares continuam a afetar todas as grandes instituições financeiras; a nível global através do G20, do Conselho de Estabilidade Financeira (FSB) e do Comité de Basileia para a Supervisão Bancária (BCBS) e a nível regional através da União Europeia e a nível nacional, especialmente no Reino Unido e nos EUA. Outras alterações aos requisitos prudenciais e outras melhorias das definições de fundos próprios e de ativos líquidos podem afetar as atividades planeadas do Grupo e poderiam aumentar os custos e contribuir para impactos negativos nos resultados do Grupo. Da mesma forma, o aumento das exigências em relação às atividades do mercado de capitais e das exigências da conduta de mercado podem afetar as atividades planeadas do Grupo e aumentar os custos e, contribuir assim, para os impactos negativos sobre o lucro do Grupo.

O programa de reforma do quadro regulamentar global anteriormente acordado pelos Chefes de Governo do G20 em abril de 2009 continuou a ser aplicado em 2015 e em 2016.

O FSB foi designado pelo G20 como organismo responsável pela coordenação da execução do programa global de reformas. Centrou-se principalmente nos riscos colocados pelas instituições financeiras sistemicamente importantes. Em 2011, os Chefes de Governo do G20 aprovaram as propostas do FSB para reformar a regulamentação de instituições financeiras sistemicamente importantes a nível global (*Global Systemically Important Financial Institutions*, comumente abreviadas G-SIFIs), incluindo Bancos Sistemicamente Importantes a nível global (*Global Systemically Important Banks*, comumente abreviados G-SIBs). Um elemento-chave deste programa é que estas instituições podem ser resolvidas sem recurso ao apoio dos contribuintes. O Barclays tem sido designado um G-SIB pelo FSB. Os G-SIBs serão objeto de vários requisitos, incluindo a capacidade de absorção de perdas adicionais exigidos pelas normas de Basileia 3 (ver abaixo). As sobretaxas sobem em incrementos de 1% a 2,5% de ativos ponderados pelo risco (com uma categoria vazia de 3,5% para instituições que aumentam a extensão do risco sistémico que representam, visando levar as instituições a não desenvolverem a sua atividade de forma a aumentar a sua natureza sistémica). Esta reserva adicional deve ser satisfeita com capital social.

Na sua lista de novembro de 2015 de G-SIBs, o FSB confirmou a posição do Barclays numa categoria que lhe exigia cumprir uma sobretaxa de 2%. Os requisitos adicionais de absorção de perda aplicam-se às instituições financeiras identificadas em novembro de 2014 como sendo G-SIBs e serão introduzidos gradualmente a partir de janeiro de 2016, sendo alcançada a implementação total até janeiro de 2019. Os G-SIBs devem também cumprir as expectativas de supervisão mais altas no que se refere a capacidades de agregação de dados até janeiro de 2016. Na UE, as exigências para um amortecedor do risco sistémico serão implementadas através da CRD IV.

Análise de risco

Supervisão e regulamentação

O BCBS emitiu as orientações finais sobre as normas de capital e liquidez de Basileia 3 em junho de 2011, com revisões para o risco de crédito da contraparte em julho e novembro de 2011. Foram acordadas em janeiro de 2013 revisões da liquidez regulamentar às definições de ativos líquidos de alta qualidade e fluxos de caixa líquidos para efeitos de cálculo do Rácio de Cobertura de Liquidez, bem como para estabelecer um calendário para a introdução gradual da norma a partir de janeiro de 2016. As exigências do acordo de Basileia 3 como um todo estão sujeitas a uma série de disposições transitórias que comem até finais de 2018. O Grupo está, no entanto, sujeito à implementação pela UE das normas de Basileia 3 através da CRD IV (ver abaixo). O BCBS também mantém um número de fluxos de trabalho ativo que irá afetar o Grupo. Em janeiro de 2016, o BCBS aprovou um novo enquadramento do risco de mercado, incluindo as regras feitas como resultado da sua revisão fundamental da carteira de negociação, que entrará em vigor em 2019. O Comité continua ainda a centrar-se na consistência da ponderação do risco de ativos e em explicar as variações entre os bancos. Isto inclui revisões às regras normalizadas para risco de crédito, risco de crédito da contraparte, risco de volatilidade de ajustamentos de valor de crédito e risco operacional. O Comité está ainda a considerar a hipótese de limitar a utilização de modelos internos em determinadas áreas (por exemplo, remover a Abordagem de Avaliação Avançada para o risco operacional) e a aplicação de floors de RWA (ativos ponderados pelo risco) com base nas abordagens normalizadas. As normas finais para medir e controlar grandes riscos foram publicadas pelo Comité de Basileia em abril de 2014 para entrar em vigor em 2019. Também em abril de 2014, o Comité de Basileia publicou a norma final para calcular os fundos próprios regulamentares dos riscos incorridos pelos bancos face às contrapartes centrais. Em conjunto com a Organização Internacional das Comissões de Valores Mobiliários, o BCBS publicou uma versão revista para as exigências de margem para derivados não compensados centalmente em março de 2015, que recomenda fasear as exigências para uma margem de variação e inicial a partir de 1 de setembro de 2016.

Em novembro de 2014, o FSB finalizou as suas propostas para melhorar a capacidade de absorção de perdas de G-SIBs para garantir que existe uma capacidade suficiente de absorção e recapitalização de perdas disponível na resolução para implementar uma resolução ordenada que minimize o impacto na estabilidade financeira, assegure a continuidade de funções críticas e evite a exposição dos contribuintes a perdas. Para tal, o FSB estabeleceu um novo requisito mínimo de "Capacidade de Absorção de Perdas Totais" (*Total Loss Absorbing Capacity*, comumente abreviado TLAC). O FSB espera que a partir de 1 de janeiro 2019, o Barclays e outros G-SIBs cumpram o requisito mínimo de TLAC de 16 % dos ativos ponderados pelo risco dos seus respetivos grupos de resolução, aumentando para 18% a 1 de janeiro de 2022. A partir desse momento, espera-se também que os G-SIBs mantenham a TLAC equivalente a pelo menos 6% do denominador do rácio de alavancagem de Basileia III, subindo para 6,75% a 1 de janeiro de 2022. O BCBS está igualmente a equacionar o tratamento de capital das participações de TLAC dos bancos de outros emittentes.

Ainda em novembro de 2015, o Barclays volta a aderir a um protocolo que foi desenvolvido pela Associação Internacional de Swaps e Derivados (*International Swaps and Derivatives Association*, comumente abreviada ISDA) em coordenação com o FSB, para apoiar uma resolução transfronteiriça e reduzir o risco sistémico. Ao voltar a aderir a este protocolo, Barclays consegue, em ISDA *Master Agreements* e contratos de suporte de crédito relacionados, bem como determinados acordos de recompra e de empréstimo de ações celebrados com outros aderentes, optar por regimes de resolução diferentes, de tal forma que os direitos de incumprimento cruzado e de incumprimento direto que de outra forma surgiam nos termos de tais acordos ficariam temporariamente (e em algumas circunstâncias sobrepostos) na

resolução de uma das partes.

Influência da legislação europeia

A regulamentação financeira no Reino Unido é em grande parte moldada e influenciada pela legislação da UE. É ela que cria a estrutura do Mercado Único Europeu, que tem como uma das principais características o quadro para a regulamentação das empresas autorizadas. Este quadro está concebido para conferir a uma instituição de crédito ou empresa de investimento autorizada num dos estados-membros da UE a capacidade de efetuar atividades bancárias ou negócios de investimentos através do estabelecimento de filiais, ou da prestação de serviços numa base transfronteiriça noutros estados-membros, sem a necessidade de autorizações locais. As operações do Barclays na Europa são autorizadas e regulamentadas por uma combinação das autoridades de regulamentação dos países de origem e de acolhimento.

Desenvolvimentos da UE

A UE continua a desenvolver sua estrutura regulamentar em resposta à crise financeira e da zona euro. Na reunião dos Ministros das Finanças da UE em dezembro de 2012 acordou-se o estabelecimento de um mecanismo de supervisão único dentro da zona euro. O Banco Central Europeu (BCE) foi responsável pela supervisão das instituições de crédito mais significativas da zona euro, das companhias financeiras ou das companhias financeiras mistas. O BCE pode também alargar a sua supervisão a instituições de relevância significativa que estabeleceram subsidiárias em mais de um estado-membro participante e com ativos ou passivos transfronteiriços significativos.

Não obstante as novas responsabilidades do BCE, a Autoridade Bancária Europeia (*European Banking Authority*, comumente abreviada EBA), juntamente com as demais Autoridades Europeias de Supervisão, continua responsável pelo desenvolvimento de um conjunto único de regras para a UE como um todo e pelo reforço da cooperação entre as autoridades nacionais de supervisão. A Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados (*European Securities Markets Authority*, comumente abreviada ESMA) representa um papel semelhante em relação aos mercados de capital e aos bancos e outras empresas que fazem negócios de investimentos e de mercados de capital. A redução progressiva da competência nacional por parte das autoridades reguladoras nacionais na UE pode levar à eliminação de disposições prudenciais que foram acordadas com essas autoridades. Isto pode servir para aumentar ou diminuir o montante de capital e de outros recursos que o Grupo é obrigado a deter. O efeito global não é claro e pode apenas tomar-se evidente ao longo de vários anos. A EBA e a ESMA têm poderes para mediar entre e substituem as autoridades nacionais em determinadas circunstâncias.

A responsabilidade pela supervisão no dia-a-dia permanece com as autoridades nacionais e, para os bancos, como o Barclays Bank PLC, que estão incorporados em países que não participam no mecanismo de supervisão único, espera-se que continue assim. As filiais do Barclays Bank PLC em Itália e França são, no entanto, também objeto de supervisão direta pelo BCE.

Basileia 3 e a sobretaxa de capital para BSI-G foram ou serão implementadas na UE pela CRD IV. As disposições da CRD IV ou entraram em vigor automaticamente ou tiveram de ser implementadas em Estados-membros a 1 de janeiro de 2014. Espera-se que grande parte da implementação seja feita através de normas técnicas vinculativas desenvolvidas pela EBA, destinadas a garantir uma aplicação harmonizada das regras através da UE e que estão ainda em grande medida em fase de desenvolvimento e adoção.

Um acréscimo significativo para o quadro legislativo da UE para as instituições financeiras é Diretiva de Recuperação e Resolução da Banca (*Bank Recovery and Resolution Directive*, comumente abreviada BRRD), que estabelece um quadro para a recuperação e

a resolução de instituições de crédito e empresas de investimento. A BRRD destina-se a implementar muitas das exigências dos "Principais Atributos dos Regimes de Resolução Efetiva para Instituições Financeiras" do FSB. A BRRD entrou em vigor em julho de 2014. Todos os dispostos da BRRD tiveram de ser implementados na legislação dos estados-membros da UE a 1 de janeiro de 2015, exceto aqueles referentes à caução, que tiveram de ser implementados nos estados-membros a 1 de janeiro de 2016.

Quando implementada, a BRRD confere às autoridades de resolução os poderes para intervir e resolver uma instituição financeira que deixou de ser viável, inclusive através de alienações e, quando implementada nos países membros relevantes, confere a recapitalização financiada por credores (caução) que aloca perdas para os acionistas e credores não garantidos na sua ordem de antiguidade, num ponto de inviabilidade determinado pelo regulador que pode preceder a insolvência. O conceito de caução pode afetar os direitos dos titulares de créditos não garantidos sujeitos a qualquer fiança em caso de resolução da falência do banco.

A BRRD exige ainda que as autoridades competentes imponham um "Requisito mínimo para fundos próprios e passivos elegíveis" (*Minimum Requirement for own funds and Eligible Liabilities*, comumente abreviado MREL) às instituições financeiras para facilitar o bom exercício da ferramenta de fiança acima referida. Isto terá de ser coordenado com as normas de TLAC do FSB acima referidas e, conforme mais detalhado abaixo, o Banco de Inglaterra declarou que os MREL para os GSIBs do Reino Unido serão estabelecidos de forma consistente com essas normas. A BRRD define um conjunto harmonizado de instrumentos de resolução em toda a UE, incluindo o poder de impor uma estada temporária sobre os direitos dos credores de terminar, acelerar ou fechar contratos. Existem também implicações significativas de financiamento para as instituições financeiras, que preveem a criação de fundos de resolução pré-financiados de 1% de depósitos cobertos a aumentar ao longo de 10 anos apesar de a proposta prever também que os sistemas nacionais de garantia de depósitos conseguem cumprir esta função (ver diretamente abaixo). O governo do Reino Unido utiliza o imposto bancário para cumprir os requisitos de financiamento *ex ante* definidos na BRRD.

A Diretiva relativa aos Sistemas de Garantia de Depósitos prevê que os sistemas de garantia de depósitos nacionais devem ser pré-financiados, com os fundos a aumentar por vários anos. Os fundos do sistema nacional de garantia de depósito devem totalizar 0,8% dos depósitos abrangidos dos seus membros até à data 10 anos após a entrada em vigor da diretiva reformulada. No Reino Unido, os requisitos de pré-financiamento de Esquema de Compensação de Serviços Financeiros do Reino Unido são alcançados através de impostos bancários.

Em outubro de 2012, um grupo de peritos criado pela Comissão Europeia a considerar a possível reforma da estrutura do setor bancário da UE apresentou o seu relatório. Entre outros, o grupo recomendou a separação obrigatória de atividades por conta própria e outras atividades comerciais de alto risco resultantes de outras atividades bancárias. A Comissão Europeia apresentou propostas para implementar estas recomendações em janeiro de 2014. Estas propostas aplicarse-iam às instituições que foram identificadas como GSIBs ao abrigo da CRD IV e visam, entre outros aspetos; i) a proibição de atividades por conta própria em instrumentos financeiros e mercadorias; e (ii) as regras sobre as relações económicas, legais, de governo e operacionais entre a entidade comercial distinta e o resto do grupo bancário.

Simultaneamente, a Comissão Europeia adotou igualmente propostas para melhorar a transparência de sistemas bancários "sombra", especialmente em relação às operações de financiamento de valores mobiliários. Estas propostas têm ainda de ser consideradas pelo Parlamento e pelo Conselho Europeus.

O Regulamento sobre a Infraestrutura do Mercado Europeu (*European Market Infrastructure Regulation*, comumente abreviado EMR) introduz novas exigências para melhorar a transparência e reduzir os riscos relacionados com o mercado de derivativos. Quando entrar plenamente em vigor, o EMR exigirá que as entidades que entram em alguma forma de contrato de derivativos, incluindo derivativos de taxas de juros, derivativos cambiais, derivativos sobre ações, derivativos de crédito e de derivativos sobre mercadorias: reportem cada contrato de derivativos que celebrem para um repositório de transações (esta exigência já se encontra em vigor); implementem novas normas de gestão de riscos, incluindo processos operacionais e ajustamento das margens para todos os derivativos bilaterais transacionados em mercados de balcão não compensados por uma contraparte central (esta exigência também já se encontra parcialmente em vigor mas os requisitos relativos à provisão obrigatória de margens devem ser faseados em 2016); e derivativos transacionados em mercados de balcão por uma contraparte central sujeitos a uma obrigação de compensação obrigatória. A obrigação de compensação aplicar-se-á apenas a determinadas contrapartes e tipos especificados de derivativos. O EMR apresenta potenciais impactos operacionais e financeiros no Grupo, incluindo, através da imposição de garantias exigidas.

A CRD IV visa complementar o EMR através da aplicação de requisitos mais elevados de capital para transações de balcão de derivativos bilaterais. Os requisitos menores de capital para transações compensadas estão disponíveis apenas se a contraparte central através da qual a transação é reconhecida como uma "contraparte central qualificada" que foi autorizada ou reconhecida pelo EMR (de acordo com as normas técnicas vinculativas).

As alterações à Diretiva de Instrumentos em Mercados Financeiros (*Markets in Financial Instruments Directive*, comumente abreviada MIFID II) entraram em vigor em julho de 2014. Estas alterações assumem a forma de uma diretiva e de um regulamento e irão afetar muitos dos mercados de investimento em que o Grupo opera e os instrumentos em que negociam bem como a forma como transaciona com contrapartes de mercado e outros clientes. As alterações ao regime da MIFID II incluem a introdução de um novo tipo de plataforma de negociação (o sistema de negociação organizado) para capturar a negociação de títulos não representativos não abrangidos pelo regime atual.

A proteção dos investidores foi reforçada e novas restrições impostas a operações de alta frequência e ao comércio de mercadorias. A transparência pré-negociação e pós-negociação aumentou e introduziu-se um novo regime para empresas de países terceiros. As alterações incluem também novos requisitos para acesso não discriminatório a plataformas de negociação, contrapartes centrais e pontos de referência, e poderes de supervisão harmonizados e sanções em toda a UE. Embora a data final de implementação da MIFID II continue a ser objeto de debate entre os vários organismos europeus, os estados membros não terão de aplicar as disposições da MIFID II até 3 de Janeiro de 2017, o mais tardar, embora comunicações recentes de vários organismos europeus tenham sugerido um atraso nessa data por 12 meses. Muitas das disposições da MIFID II e do seu regulamento complementar serão implementadas por meio de normas técnicas a serem elaboradas pela ESMA. Embora a ESMA tenha publicado o seu relatório final informação a respeito de algumas destas normas técnicas, os impactos no Grupo não serão claros até que todas as normas técnicas relevantes estejam concluídas e adotadas.

Análise de risco

Supervisão e regulamentação

Regulamentação no Reino Unido

Os desenvolvimentos recentes nas leis e regulamentações relativas aos bancos no Reino Unido têm sido dominados por legislação concebida para proteger as atividades de retalho e de aceitação de depósitos de PME dos grandes bancos. O conteúdo e o impacto desta legislação encontram-se discutidos acima. A Lei da Reforma Bancária estabeleceu um quadro para esta legislação de proteção e secundária promulgada em 2014 elaborada com base no funcionamento e aplicação das medidas de proteção. Espera-se que sejam consultadas e elaboradas regras pela PRA e FCA ao longo de 2015 e de 2016 que determinem melhor de que forma os bancos protegidos estarão autorizados a funcionar.

Para além de, e complementando um exercício de teste de esforço à escala da UE conduzido numa amostra de bancos da UE pela Autoridade Bancária Europeia, e como resposta às recomendações do FPC, o Banco de Inglaterra realizou uma variante do teste de esforço à escala da UE em 2014. A variante do teste de esforço explorou em particular as vulnerabilidades macroeconómicas britânicas que o sistema bancário do Reino Unido enfrenta. Os principais parâmetros do teste, incluindo a conceção dos elementos britânicos do cenário de esforço, foram concebidos pelo Banco de Inglaterra e aprovados pelo FPC e pela PRA. O Banco de Inglaterra publicou os principais elementos dos seus testes de esforço de 2014 em março de 2015 e os resultados dos seus testes de 2015 a 1 de dezembro de 2015. O FPC determinou que não seriam necessárias ações macroprudenciais no capital do banco em resposta aos resultados de qualquer dos testes.

Tanto a PRA como a FCA continuaram a desenvolver e a aplicar uma abordagem mais assertiva à supervisão e à aplicação das normas existentes. Isto pode incluir a aplicação de normas que ou antecipam ou vão além dos requisitos estabelecidos pelas normas globais ou da UE, seja em relação ao capital, à alavancagem e liquidez, à resolvibilidade e à resolução de matéria de conduta. A PRA implementou o regime de capital europeu ao abrigo da CRD IV no RU e exigiu aos bancos que cumprissem um requisito de 4,5% do Pilar 1 do CET1 desde 1 de janeiro de 2015, que aumentou de 4% em 2014.

A PRA espera que o Barclays, em conjunto com outros seis grandes e sociedades do crédito hipotecário do RU, cumpram um rácio de CET1 ao nível do Grupo consolidado desde 1 de janeiro de 2015.

A FCA tem mantido uma abordagem à execução baseada na dissuasão credível que continua a ver um crescimento significativo no tamanho das multas regulamentares. A FCA tem vindo a centrar-se fortemente no risco de conduta e nos resultados de satisfação dos clientes e continuará a fazê-lo. Isto incluiu uma atenção à conceção e funcionamento de produtos, ao comportamento dos clientes e no funcionamento dos mercados. Este aspeto pode exercer impacto tanto na incidência dos custos de conduta como no aumento do custo de recuperação.

No dia 1 de abril de 2014, a FCA transpôs a regulamentação sobre o crédito ao consumo para o Reino Unido. Isto resultou num regime regulador do crédito ao consumo consideravelmente mais intensivo e intrusivo do que acontecia quando o crédito ao consumo era regulamentado pelo *Office of Fair Trading*.

Em 2014, a PRA e a FCA realizaram uma consulta sobre novos mecanismos de contabilidade para indivíduos que trabalham em bancos, incluindo a introdução de um novo Regime de Gestores Sénior (destinado a um número limitado de indivíduos com responsabilidades de alta administração dentro de uma empresa) e um "Regime de Certificação" (destinado a avaliar e monitorizar a conveniência e idoneidade de um leque mais vasto de funcionários que poderiam representar um risco significativamente forte para a empresa ou qualquer um dos seus clientes). Tal representa a

home.barclays/annualreport

implementação de recomendações efetuadas pela Comissão Parlamentar das Normas Bancárias nesta área. A FCA e a PRA publicaram as regras finais sobre a maioria dos aspetos do Regime de Gestores Sénior, que entrará em vigor a 7 de março de 2016.

Resolução de crises em grupos bancários do Reino Unido

A Lei do Setor Bancário de 2009 (a Lei do Setor Bancário) oferece um regime que permite ao Banco de Inglaterra (ou, em determinadas circunstâncias, ao Tesouro do Reino Unido) resolver bancos falidos no Reino Unido, em concertação com a PRA e com o Tesouro do Reino Unido, conforme apropriado. Ao abrigo da Lei do Setor Bancário, são atribuídos ao Banco de Inglaterra poderes para: (a) fazer ordens de transmissão de quotas, nos termos do qual todos ou alguns dos valores mobiliários emitidos por um banco do Reino Unido podem ser transferidos para um comprador comercial; (ii) o poder de transferir a totalidade ou parte da propriedade, direitos e responsabilidades de um banco do Reino Unido para um comprador comercial ou um "banco de transição", que constitua uma empresa detida na totalidade pelo Banco de Inglaterra; e (iii) transferir os ativos depreciados ou problemáticos da instituição financeira relevante para um veículo de gestão de ativos, que lhes permitam ser geridos ao longo do tempo. Além disso, ao abrigo da Lei do Setor Bancário, o Tesouro do Reino Unido terá o poder de passar um banco para propriedade pública temporária efetuando uma ou mais ordens de transferência de ações em que o cessionário seja um mandatário do Tesouro do Reino Unido ou uma empresa detida na totalidade pelo Tesouro do Reino Unido. Um instrumento de transferência de ações pode estender-se a uma ampla gama de valores mobiliários, incluindo as ações e títulos emitidos por um banco do Reino Unido (incluindo o Barclays PLC) ou sua holding (Barclays PLC) e mandados para tais ações e títulos. Alguns destes poderes serão estendidos para empresas dentro do mesmo grupo como um banco do Reino Unido.

A Lei do Setor Bancário também confere às autoridades poderes para se sobreponem a casos de incumprimento ou direitos de rescisão que de outro modo poderiam ser invocados como resultado do exercício dos poderes de resolução de crises. Os poderes da Lei do Setor Bancário aplicam-se independentemente de quaisquer restrições contratuais e compensações cujo pagamento seja devido no contexto tanto das ordens de transferência de ações como da apropriação de propriedades.

Os poderes de resolução de crises acima descritos foram complementados com efeito a partir de 31 de dezembro de 2014 através de um poder de "fiança" introduzido ao abrigo Lei da Reforma Bancária. Este poder permite o cancelamento ou alteração de um ou mais passivos (à exceção dos "passivos excluídos").

Os passivos excluídos incluem (entre outros aspetos): depósitos protegidos ao abrigo de um sistema de seguro de depósitos, passivos cobertos por garantias (na medida em que estejam efetivamente cobertos por garantias), ativos de clientes e ativos com um prazo de vencimento inicial inferior a sete dias que sejam devidos a uma instituição de crédito ou firma de investimento. Os novos poderes de fiança do Banco de Inglaterra entraram em vigor a 1 de janeiro de 2015.

Num documento de consulta publicado em 2015, o Banco de Inglaterra indicou que, durante 2016, iria notificar os bancos dos requisitos MREL finais que lhes seriam aplicáveis a partir de 1 de janeiro de 2020, data em que o regime se toma totalmente eficaz. O Banco pretende aplicar as normas MREL a título transitório a partir de 2016 até essa data. Conforme mencionado acima, durante o processo de consulta, o Banco de Inglaterra anunciou que pretende definir MREL para os GSIBs do Reino Unido de forma consistente com as normas de TLAC do FSB e não irá estabelecer qualquer TLAC para um GSIB do Reino Unido que é separado ou diferente dos seus MREL.

Desde 20 de fevereiro de 2015 que os bancos do Reino Unido e as suas empresas-mãe têm sido obrigados a incluir nos instrumentos de dívida, emitidos por estes ao abrigo da Lei de um país não

pertencente ao EEE (Espaço Económico Europeu), temos ao abrigo dos quais o credor relevante reconhece que o passivo está sujeito ao exercício dos poderes de fiança pelo Banco de Inglaterra. Serão exigidos termos semelhantes nos contratos que regem outros passivos de bancos do Reino Unido e as suas empresas-mãe se tais passivos forem regidos pela legislação de um país não pertencente ao EEE, não forem passivos excluídos ao abrigo da Lei do Setor Bancário de 2009 e são emitidos, celebrados ou resultantes após 31 dezembro de 2015. A PRA criou regras e fará uma maior consulta em relação ao reconhecimento contratual da fiança das obrigações regidas pelas leis de países terceiros.

A Lei do Setor Bancário também confere ao Banco de Inglaterra o poder de anular, variar ou impor obrigações contratuais entre um banco do Reino Unido, a sua holding e os empreendedores do seu grupo, com vista a conferir a qualquer banco alienado ou sucessor do banco do Reino Unido a capacidade de operar com eficácia após alguma das ferramentas de resolução terem sido aplicadas. São também concedidos ao Tesouro poderes para alterar a lei (excluindo as disposições feitas por ou ao abrigo da Lei do Setor Bancário) com o objetivo de lhe permitir utilizar os poderes do regime de forma eficaz, potencialmente com efeitos retroativos.

A Lei de Serviços Financeiros de 2010, entre outros, exige que o regulador do Reino Unido crie regras sobre remunerações e exige que as empresas regulamentadas tenham uma política de remuneração consistente com uma gestão de riscos eficaz. Esta Lei permite também que a FCA estabeleça regras que exijam às empresas operar um esquema de tutela coletiva dos consumidores para lidar com casos de falha generalizada por empresas regulamentadas para atender a requisitos normativos que possam ter criado prejuízo ao cliente.

A PRA criou regras que exigem que as empresas autorizadas elaborem planos de recuperação e pacotes de resolução. Os planos de recuperação são concebidos para delinear ações de recuperação credíveis que as empresas autorizadas podem implementar em caso de stress severo com o intuito de restaurar a sua atividade para uma condição estável e sustentável. O pacote de resolução contém informações detalhadas acerca da empresa autorizada em questão e será utilizado para desenvolver estratégias de resolução para essa empresa, avaliar o seu nível de resolutividade atual face à estratégia, e para informar o trabalho em identificar barreiras para a implementação de planos de resolução operacional.

Além de estabelecer o FPC, a PRA e a FCA, a Lei dos Serviços Financeiros de 2012, entre outros, clarifica as responsabilidades entre o Tesouro do Reino Unido e o Banco de Inglaterra em caso de crise financeira, dando poderes ao Chanceler do Tesouro para dirigir o Banco de Inglaterra onde os fundos públicos estão em risco e existe uma séria ameaça à estabilidade financeira. A Lei dos Serviços Financeiros de 2012 estabelece ainda os objetivos e as responsabilidades do FPC, da PRA e da FCA; altera as condições que necessitam de ser satisfeitas por uma empresa antes de poderem ser autorizadas; confere à FPC, à PRA e à FCA poderes adicionais, incluindo poderes de orientação sobre a empresas-mãe não regulamentadas (como o Barclays PLC) quando tal seja necessário para garantir uma supervisão consolidada efetiva do Grupo; e poderes à FCA para criar regras de intervenção para produtos temporários por um período máximo de seis meses, se necessário, sem consulta. A Lei dos Serviços Financeiros criou também novas infrações penais relacionadas com declarações falsas ou enganosas, ou a criação de impressões falsas ou enganosas ligadas ao estabelecimento de uma referência.

Reforma estrutural dos grupos bancários

Além de fornecer os poderes de estabilização de resgate acima referidos, a Lei da Reforma Bancária requer, entre outros aspetos: (i)

a separação das atividades de banca de retalho e de aceitação de depósitos de PME dos bancos ingleses no Reino Unido e no EEE numa entidade legalmente distinta, operacionalmente separada e economicamente independente (a chamada delimitação dos fundos); (ii) o aumento da capacidade de absorção de perdas de bancos "ring-fenced" e bancos importantes sediados no Reino Unido para níveis acima da CRD IV (iii), e a preferência por depósitos protegidos pelo Esquema de Compensação de Serviços Financeiros se um banco entrar em insolvência.

A Lei da Reforma Bancária implementa também as principais recomendações da Comissão Parlamentar Sobre as Normas Bancárias. As recomendações então implementadas incluem: (i) a criação de uma energia de reserva para a PRA aplicar a separação total dos bancos do Reino Unido em determinadas circunstâncias; (ii) a criação de um esquema de "chefia superior" para colaboradores seniores nos setores da banca e da banca de investimento para garantir uma melhor responsabilidade nas decisões tomadas; (iii) o estabelecimento de uma infração penal por causar a falência de uma instituição financeira; e (iv) o estabelecimento de um regulador para os sistemas de pagamento.

A Lei da Reforma Bancária é essencialmente um estatuto permissivo que confere ao Tesouro britânico os poderes necessários para implementar a política subjacente à legislação através de legislação secundária. A legislação secundária referente ao "ring-fencing" (delimitação) de bancos já foi promulgada. Algumas partes da legislação secundária entraram em vigor no dia 1 de janeiro de 2015 e o restante entrará em vigor no dia 1 de janeiro de 2019, data na qual os bancos britânicos serão obrigados a cumprir os requisitos da reforma estrutural. A PRA publicou "regras quase finais" sobre a estrutura jurídica e governo dos bancos delimitados em maio de 2015 e um documento de consulta sobre requisitos prudenciais pós-delimitação e acordos intra-grupos (entre outros aspetos) em outubro de 2015. As regras finais da PRA são esperadas para 2016.

Regimes de compensação

Os bancos, seguradoras e outras instituições financeiras do Reino Unido estão sujeitos a um regime de compensação único (o Esquema de Compensação de Serviços Financeiros (*Financial Services Compensation Scheme*, comumente abreviado FSCS) que opera quando uma empresa autorizada é incapaz, ou provavelmente incapaz, de suportar pedidos de indemnização contra si apresentados devido à sua situação financeira. A maior parte dos depósitos feitos com filiais do Barclays Bank PLC no EEE é coberta pelo FSCS. A maioria das reclamações feitas em relação ao negócio de investimento também será de reclamações protegidas se o negócio tiver sido efetuado no Reino Unido ou a partir de uma filial do banco ou empresa de investimentos de outro estado-membro do EEE. O FSCS é financiado por taxas aplicadas a empresas autorizadas do Reino Unido, como o Barclays Bank PLC. Caso o FSCS angarie aqueles fundos com maior frequência ou aumente significativamente as taxas a pagar pelas empresas, os custos associados ao Grupo poderão exercer um impacto importante nos resultados do Grupo.

Regulamentação nos EUA

Nos EUA, o Barclays PLC, o Barclays Bank PLC e as subsidiárias americanas do Barclays estão sujeitos a um quadro regulamentar abrangente que envolve vários estatutos, regras e regulamentos, incluindo a Lei Bancária Internacional de 1978, a Lei de Holding Bancária de 1956 (BHC Act), a Lei Patriota de 2001 dos EUA e a reforma de Wall Street de Dodd-Frank e Proteção ao Consumidor (comumente abreviada DFA). Esta legislação regulamenta as atividades do Barclays, incluindo as suas subsidiárias bancárias norte-americanas e as agências norte-americanas do Barclays Bank PLC, além de impor restrições prudenciais, como limites sobre as extensões de crédito pelas agências norte-americanas e filiais norte-americanas do Barclays Bank PLC a um único mutuário e afiliadas.

Análise de risco

Supervisão e regulamentação

As agências de Nova Iorque e da Flórida do Barclays Bank PLC estão sujeitas a uma extensa supervisão e regulamentação federal e estadual pelo Conselho de Governadores do Sistema da Reserva Federal (*Federal Reserve System* comumente abreviado FRB) e, conforme aplicável, pelo Departamento de Serviços Financeiros do Estado de Nova Iorque e pelo Gabinete de Regulamentação Financeira da Flórida. O Barclays Bank Delaware, um banco comercial com concessão em Delaware, está sujeito a supervisão e regulamentação pela Corporação de Seguro de Depósito Federal (*Federal Deposit Insurance Corporation*, comumente abreviado FDIC), o Gabinete do Comissário do Banco do Estado de Delaware e o Gabinete de Proteção Financeira aos Consumidores (*Consumer Financial Protection Bureau*, comumente abreviado CFPB). Os depósitos do Barclays Bank Delaware são segurados pela FDIC. A autoridade licenciadora de cada agência norte-americana do Barclays Bank PLC tem a autoridade, em determinadas circunstâncias, para tomar posse do negócio e das propriedades do Barclays Bank PLC localizados no estado do escritório que licencia ou para revogar ou suspender tal licença. Tais circunstâncias geralmente incluem infrações da lei, práticas empresariais não seguras e insolvência.

O Barclays PLC e o Barclays Bank PLC são holdings registadas com o SRB que exerce uma autoridade fiscalizadora sobre as operações norte-americanas do Barclays. O Barclays tem de implementar, até julho de 2016, uma holding intermediária que irá deter substancialmente a totalidade dos ativos e filiais do Barclays nos EUA (incluindo o Barclays Capital Inc. e o Barclays Bank Delaware, além das agências norte-americanas e alguns outros ativos e subsidiárias do Barclays). Esta holding intermediária será também uma sociedade bancária norte-americana e será, em geral, regulamentada como tal pela Lei das Sociedades Bancárias. Enquanto parte desta supervisão, a holding intermediária estará também sujeita, de uma forma geral, aos requisitos da supervisão prudencial reforçada da Lei DFA tal como as sociedades bancárias norte-americanas de dimensão semelhante, incluindo: (i) os requisitos de fundos próprios e alavancagem; (ii) testes de esforço obrigatórios dos níveis de capital e apresentação de um plano de capitais; (iii) aprovação da supervisão das distribuições de capital pela sociedade intermediária gestora de participações sociais ao Barclays Bank PLC; (iv) requisitos de liquidez substancial adicionais, incluindo requisitos para realizar testes de esforço da liquidez interna mensal para as holdings intermediárias (e também para a rede de balcões do Barclays Bank PLC nos EUA, separadamente), e manter nos EUA uma reserva de 30 dias de ativos de elevada liquidez; (v) outros requisitos de gestão de risco de liquidez, incluindo a conformidade com as normas de gestão do risco de liquidez estabelecidas pelo FRB e a manutenção de uma função de análise independente para rever e avaliar regularmente a adequação e a eficácia das práticas de gestão do risco de liquidez das operações combinadas do Barclays dos EUA; e (vi) requisitos de gestão de risco gerais, incluindo um comité e um diretor para o risco nos EUA. A holding intermediária será ainda objeto de requisitos de TLAC nos termos dos regulamentos emitidos pela Reserva Federal em outubro de 2015. O Barclays encontra-se bastante avançado nos seus planos de transferir as subsidiárias e ativos norte-americanos relevantes para holdings intermediárias recém-constituídas e implementar a Lei DFA e outros requisitos relacionados, para cumprir os prazos prescritos.

O Barclays PLC e o Barclays Bank PLC optaram por ser tratados sociedades gestoras de participações financeiras ao abrigo da Lei das Sociedades Bancárias. As sociedades gestoras de participações financeiras podem, em geral, envolver-se numa gama mais vasta de atividades financeiras e relacionadas, incluindo a subscrição e negociação de todos os tipos de títulos, do que as que são permitidas a sociedades bancárias registadas que não possuem o estatuto de sociedade gestora de participações financeiras. Companhias financeiras como Barclays PLC e Barclays Bank PLC devem cumprir ou estender determinados rácios de capital e outros requisitos para serem considerados "bem capitalizados" e "bem geridos" para manter o seu

estatuto como tal. Assim que estabelecidas, as holdings intermediárias terão de cumprir requisitos semelhantes para fins de companhias financeiras. O Barclays Bank Delaware também deve cumprir certos requisitos de rácio de capital e ser considerado "bem gerido". Além disso, o Barclays Bank Delaware deve obter pelo menos uma classificação "satisfatória" ao abrigo da Lei de Reinvestimento Comunitário (*Community Reinvestment Act - CRA*) de 1977. As entidades que deixem de cumprir qualquer destes requisitos é-lhes atribuído um período de tempo para restaurar os níveis de capital ou a gestão ou classificação da CRA. O incumprimento de tais requisitos durante o período de tempo estipulado pode resultar em que tais instituições sejam proibidas de iniciar novos tipos de atividades financeiras ou de efetuar determinados tipos de aquisições nos EUA. Se o nível de capital ou a classificação não for restaurada, o FRB pode obrigar o Grupo a cessar determinadas atividades nos EUA. De modo mais geral, as atividades e operações do Barclays nos Estados Unidos podem estar sujeitas a outras exigências e restrições por parte do FRB, sob a sua autoridade supervisora, inclusive no que diz respeito à segurança e solidez.

Ao abrigo da Lei Federal de Seguro de Depósitos, conforme alterada pela Lei Dodd-Frank de Reforma de Wall Street e de Proteção do Consumidor, o Barclays e a holding intermediária (assim que estabelecida) devem agir como fonte de força financeira para o Barclays Bank Delaware. Esta obrigação pode, entre outros aspetos, exigir que o Barclays e/ou a holding intermediária injete capital no Barclays Bank Delaware se não conseguir atender aos requisitos de capital aplicáveis.

Os regulamentos aplicáveis às operações americanas do Barclays Bank PLC e das suas subsidiárias impõem obrigações para manter políticas, procedimentos e controlos adequados para detetar, prevenir e comunicar o branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo e garantir a conformidade com as sanções económicas dos EUA contra países, organizações, entidades e cidadãos, entre outros designados como estrangeiros. O cumprimento destes regulamentos tem sido um foco importante da política governamental relativa às instituições financeiras nos últimos anos. A falha de uma instituição financeira em manter e implementar programas adequados para combater a lavagem de dinheiro, suborno e financiamento do terrorismo ou para garantir o cumprimento de sanções económicas pode ter consequências legais e de reputação graves para a instituição.

As operações de corretor/distribuidor de valores mobiliários, de consultoria em matéria de investimentos e as atividades bancárias de investimento do Barclays US estão sujeitas a uma supervisão e regulamentação contínua por parte da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (*Securities and Exchange Commission*, comumente abreviada SEC), da Autoridade Reguladora da Indústria Financeira (*Financial Industry Regulatory Authority*, comumente abreviada FINRA) e de outras agências governamentais e organismos de autorregulação (OAR) como parte de um regime abrangente da regulamentação de todos os aspetos da atividade imobiliária, sob as leis federais e estatais americanas de valores mobiliários.

Da mesma forma, os futuros sobre mercadorias e operações relacionadas com as opções do Barclays US são sujeitos a supervisão e regulamentação permanente pela *Commodity Futures Trading Commission* (CTFC), a *National Futures Association* e outras OAR.

As atividades de cartão de crédito do Barclays US estão sujeitas a supervisão contínua e regulamentar pelo CFPB, que foi estabelecida pela DFA. O estatuto conferiu ao CFPB a autoridade para examinar e adotar medidas coercivas contra qualquer instituição financeira norte-americana com um total de ativos superior a 10mM\$, tais como o Barclays Bank Delaware no que respeita ao seu cumprimento das leis e regulamentações federais relativas à prestação de serviços financeiros ao consumidor (incluindo serviços com cartões de crédito e depósitos) e "ações e práticas injustas, enganadoras ou abusivas". Uma das leis do CFPB impõe é a Lei de Responsabilização, Responsabilidade e Divulgação de Cartões de Crédito de 2009 que

proibe determinadas práticas de fixação de preços e marketing para contas de cartão de crédito de consumidores.

O impacto da Lei DFA continua incerto e algumas das regras não foram ainda totalmente implementadas. Além disso, as estruturas e as práticas de mercado podem mudar em resposta às exigências da Lei DFA numa forma difícil de prever mas que poderia afetar os negócios do Barclays. No entanto, algumas disposições da Lei DFA estão particularmente sujeitas a ter um efeito significativo no Grupo, incluindo:

- **Restrições às transações por conta própria e atividades relacionadas com fundos:** A chamada "Regra Volcker", promulgada pelas agências regulamentares americanas, incluindo o FRB, a FDIC, a SEC e a CFTC, proíbe as entidades bancárias, incluindo o Barclays PBL, o Barclays Bank PLC e as suas várias subsidiárias e afiliadas, de realizar determinadas atividades de "transação por conta própria" e irá limitar o patrocínio de, e o investimento em, fundos de investimentos privados (incluindo bens imobiliários não conformes e fundos de crédito) e em fundos de cobertura, em cada caso amplamente definidos por tais entidades. Estas restrições estão sujeitas a certas exceções e isenções importantes, assim como a isenções aplicáveis a transações e investimentos a ocorrer apenas fora dos Estados Unidos. Tal como exigido pela regra, o Barclays desenvolveu e implementou um vasto programa de monitorização e avaliação da conformidade (dentro e fora dos Estados Unidos), que abordou atividades por conta própria e atividades de fundo coberto. Espera-se que estes esforços continuem à medida que o FRB e as outras agências reguladoras competentes dos EUA continuem a implementar e monitorizar estes requisitos e o Barclays pode incorrer em custos adicionais em relação a tais esforços. A Regra Volcker é altamente complexa e o seu impacto total não será conhecido com exatidão até que as práticas e a estrutura do mercado se desenvolvam com base nela. A proibição de atividades por conta própria e a exigência de desenvolver um vasto programa de conformidade entrou em vigor em julho de 2015. O FRB alargou o período de cumprimento até julho de 2016 para investimentos em fundos cobertos, e relações com os mesmos, que estivessem em vigor antes de 31 de dezembro de 2013 e indicou que tenciona alargar ainda mais o período de cumprimento até julho de 2017.
- **Planos de resolução de crises:** A Lei DFA exige que as sociedades financeiras não bancárias supervisionadas pelo FRB tais como o Barclays, e as holdings com um total de ativo consolidados de 50mM\$ ou mais apresentem anualmente ao FRB, FDIC e ao Conselho Fiscal de Estabilidade Financeira (*Financial Stability Oversight Council*, comumente abreviado FSOC), um plano para a resolução "rápida e ordenada" a ser utilizado se uma empresa experimentar perturbações financeiras materiais ou falência. Conforme solicitado, o Barclays apresentou o seu plano de resolução mais recente aos reguladores americanos a 1 de julho de 2015.
- **Regulamentação de mercados de derivativos:** Entre as alterações mandatadas pela Lei Dodd-Frank de Reforma de Wall Street e de Proteção do Consumidor encontra-se um requisito que obriga muitos tipos de derivativos que costumavam ser transacionados em mercados fora de bolsa a serem transacionados numa plataforma de execução cambial ou de swaps e compensados centralmente através de uma câmara de compensação regulamentada. A Lei Dodd-Frank estipula também que muitos swaps e swaps baseados em segurança sejam comunicados e que alguma dessa informação seja disponibilizada ao público numa base anónima. Além disso, muitos dos participantes nestes mercados são obrigados a registar-se no CFTC como "corretora de operações de swaps" ou "principais participantes em operações de swaps" e/ou, seguindo a data de conformidade para as regras relevantes da SEC, com a SEC como "negociantes de swaps baseados em segurança" ou "principais participantes em operações de swaps baseadas em segurança".

Tais inscrições estariam sujeitas a regulamentação e supervisão da CFTC e da SEC. A CFTC finalizou as regras para os negociantes de swaps baseados em segurança em agosto de 2015, com data efetiva de outubro 2015. A CFTC esclareceu que o tempo de registo está condicionado à finalização das regras ao abrigo do Título VII da Lei DFA em 2016 e nunca antes de seis meses após essa data. O Barclays Bank PLC registou-se como um negociante de swaps. As entidades obrigadas a registar-se serão também objeto dos requisitos de conduta nos negócios, registos e apresentação de relatórios bem como das exigências de capital e margens.

A este respeito, os reguladores prudenciais dos EUA e a CFTC finalizaram e emitiram recentemente as suas respetivas normas que impõem exigências de margem e de variação iniciais sobre transações em swaps não liquidados e swaps baseados em segurança. Tais exigências entrarão em vigor por um período de tempo, começando em setembro de 2016. Espera-se que as exigências de margem aumentem os custos dos derivativos transacionados em mercados de balcão e possam afetar adversamente a liquidez do mercado.

Estas exigências de registo, execução, compensação, informação e conformidade podem afetar negativamente o negócio do Barclays Bank PLC e suas filiais, incluindo, reduzindo a liquidez de mercado e aumentando a dificuldade e o custo de cobertura e das atividades comerciais.

- **CFPB e regulamentação e aplicação de proteção ao consumidor:** Desde a sua criação, o CFPB emitiu uma série de regulamentos destinados a proteger os consumidores de produtos financeiros, incluindo os clientes de depósitos e de cartões de crédito. O CFPB iniciou também várias ações públicas de alto perfil contra as empresas financeiras, incluindo os principais emissores de cartões de crédito. Os assentamentos dessas ações incluíram penalidades monetárias, necessidades de remediação do cliente e compromissos para modificar as práticas de negócios.
- **TLAC nos EUA:** Em 2015, o FRB emitiu também a sua própria proposta de TLAC que, apesar de seguir geralmente a estrutura do FSB, contém uma série de disposições que são mais restritivas. Se finalmente aprovada na sua forma atual, a proposta de TLAC dos EUA exigiria às holdings intermediárias do Barclays, sujeitas a certas disposições de integração progressiva entre 2019 e 2022, (i) um montante em dívida especificado de dívida a longo-prazo elegível, (ii) um montante em dívida especificado de TLAC (constituído por capital regulamentar preferencial e ordinário mais dívida a longo-prazo elegível), e (iii) uma cobertura de capitais próprios interna especificado, em cada caso, emitido para uma empresa-mãe controlada da sociedade gestora de participações sociais intermediárias. A proposta de TLAC dos EUA contém também outras exigências, incluindo a anulação ou conversão da dívida a longo-prazo em capital próprio de holding intermediária, mediante pedido ao FRB se a holding intermediária se encontra em incumprimento ou em perigo de incumprimento e se outras determinadas exigências forem cumpridas. Se finalmente adotado pelo FRB, estas exigências podem aumentar os custos de financiamento das holdings intermediárias.

Análise de risco

Supervisão e regulamentação

Regulamentação em África

As operações do Barclays na África do Sul, incluindo o Barclays Africa Group Limited, são supervisionadas e regulamentadas principalmente pelo Banco da Reserva da África do Sul (*South Africa Reserve Bank*, comumente abreviado SARB), o Conselho dos Serviços Financeiros da África do Sul (*South Africa Financial Services Board*, comumente abreviado SAFSB) e o Ministério do Comércio e da Indústria (*Department of Trade and Industry*, comumente abreviado DTI). O SARB supervisiona o setor bancário e aplica uma abordagem baseada no risco à supervisão, ao passo que o SAFSB supervisiona serviços financeiros como os seguros e as atividades de investimento e concentra-se em reforçar a proteção do consumidor e regulamentar a conduta de mercado. O DTI regulamenta o crédito ao consumo através do Regulador do Crédito Nacional, da Lei Nacional do Crédito de 2005, bem como outros aspetos da proteção do consumidor não regulamentados sob a jurisdição do SAFSB através da Lei de Proteção do Consumidor de 2008. Pretende-se que as responsabilidades regulamentares na África do Sul sejam no futuro divididas entre o SARB, que será responsável pela regulamentação prudencial, e o SAFSB, que será responsável por questões relacionadas com a conduta de mercado. A transição para a regulamentação "twin peaks" terá início em 2016. As operações do Barclays noutros países africanos são principalmente supervisionadas e regulamentadas pelos bancos centrais das jurisdições onde o Barclays atua. Em alguns países africanos, a conduta das operações e das atividades não bancárias do Barclays são também regulamentadas por autoridades do mercado financeiro.

Análise financeira

Página de índice

Uma análise do desempenho do Barclays Bank Group, incluindo os indicadores-chave de desempenho, e a nossa contribuição empresarial para o desempenho global do Grupo.

	Página
<hr/>	
Análise financeira	
<hr/>	
▪ Indicadores-chave de desempenho	132
▪ Resumo consolidado da demonstração dos resultados	134
▪ Comentário da demonstração de resultados	135
▪ Resumo de balanço consolidado	136
▪ Comentário sobre o balanço	137
▪ Análise de resultados pela atividade empresarial	138

Análise financeira

Indicadores-chave de desempenho

Na avaliação do desempenho financeiro do Barclays Bank Group, a gestão utiliza uma série de Indicadores-Chave de Desempenho (KPIs) que se focam na resistência financeira e na gestão de custos.

Definição	Porque é importante e de que forma o Grupo reagiu	
<p>Rendimento total</p> <p>Definido como o rendimento total líquido de indemnizações de seguros</p> <p>O rendimento ajustado exclui itens de ajuste pelos ganhos nos ativos de aquisição do Lehman dos EUA, movimentos no crédito próprio e a revisão à metodologia de avaliação da Educação, Habitação Social e Autoridade Local (ESHLA).</p>	<p>O rendimento total é um indicador-chave de desempenho para muitos acionistas do Barclays e o crescimento do rendimento é uma prioridade de execução chave para a gestão do Barclays.</p> <p>O rendimento total ajustado decresceu 2% para £25.296, com o rendimento total não-central a reduzir para despesa de 164M€ (2014: rendimento de 1.050M€), parcialmente compensadas pelo rendimento total central aumentando 3% para £25.460.</p>	<p>Ajustado</p> <p>2015 - 25.296M€</p> <p>2014 - 25.775M€</p> <p>Estatutário</p> <p>2015 - 26.222M€</p> <p>2014 - 25.335M€</p>
<p>Despesas operacionais</p> <p>Definidas como despesas operacionais totais.</p> <p>As despesas operacionais ajustadas excluem provisões para compensação do RU, provisões para investigações a decorrer e litígio incluindo a Moeda Estrangeira, ganho na avaliação de um componente de benefícios de reforma definidos, imparidade do goodwill e outros ativos relativos a negócios a serem eliminados e perdas em vendas relacionadas com negócios espanhóis, portugueses e italianos.</p>	<p>Barclays encara a gestão ativa e controlo de despesas operacionais como um objetivo-chave estratégico.</p> <p>Despesas operacionais ajustadas diminuíram 6% para 16.998M€ incluindo custos para alcançar 793M€ (2014: 1.165M€), imposto bancário do RU de 476M€ (2014: £462m) e encargos de litígio e conduta de responsabilidade 378M€ (2014: 449M€).</p>	<p>Ajustado</p> <p>2015 - 16.998M€</p> <p>2014 - 18.063M€</p> <p>Estatutário</p> <p>2015 - 20.677M€</p> <p>2014 - 20.423M€</p>
<p>Lucro antes de impostos</p> <p>Lucro antes de impostos e lucro ajustado antes de impostos são os dois pontos de rentabilidade primários</p> <p>O lucro antes de impostos é determinado de acordo com International Financial Reporting Standards e representam rendimento total menos encargos de imparidade e para despesas operacionais.</p> <p>Lucro ajustado antes de impostos exclui produtos ajustados para os ganhos em ativos de aquisição do Lehman dos EUA, movimentos no próprio crédito, a revisão para a metodologia de validação de ESHLA, provisões para a compensação de clientes do RU, provisões para investigações contínuas e litígio incluindo moeda estrangeira, o ganho na avaliação de um componente de responsabilidade de benefício de reforma definido, imparidade de goodwill e outros ativos relativamente a negócios a serem eliminados e perdas em vendas relacionadas com negócios espanhóis, portugueses e italianos.</p>	<p>Lucro antes de impostos é um indicador-chave de desempenho de finanças para muitos dos acionistas. Lucro ajustado antes de impostos é apresentado para facultar uma consistente base para comparação de desempenho empresarial entre períodos.</p> <p>Lucro ajustado antes de impostos aumentou 11% para 6.171M€.</p>	<p>Ajustado</p> <p>2015 - 6.171M€</p> <p>2014 - 5.555M€</p> <p>Estatutário</p> <p>2015 - 2.841M€</p> <p>2014 - 2.309M€</p>

Definição	Porque é importante e de que forma o Grupo reagiu
<p>Custo ao rácio do rendimento O custo ao rácio de rendimento é calculado como as despesas operacionais totais ajustadas divididas pelo rendimento total líquido de indemnizações.</p>	<p>Trata-se de uma medida que a administração utiliza para avaliar a produtividade das operações empresariais. A Restituição do custo base é uma prioridade de execução-chave para a administração e inclui uma análise de todas as categorias para despesa discricionária e uma análise sobre como podemos gerir o negócio para assegurar que os custos aumentam a uma taxa mais lenta que o rendimento. O custo ajustado ao rácio dos rendimentos diminuiu para 67% (2014: 70%).</p> <div style="float: right; text-align: right;"> <p>Ajustado 2015 - 67% 2014 - 70%</p> <p>Estatutário 2015 - 79% 2014 - 81%</p> </div>

Análise financeira

Resumo consolidado da demonstração dos resultados

	2015	2014
	ME	ME
Para o ano terminado a 31 de Dezembro		
Operações contínuas		
Rendimento líquido dos juros	13.313	12.138
Rendimento líquido sem juros de indemnizações e benefícios em contratos de seguro	11.983	13.637
Rendimento total líquido ajustado de indemnizações de seguros	25.296	25.775
Ganho nos ativos de aquisição do Lehman EUA	496	461
Ganho de crédito próprio	430	34
Revisão da metodologia de validação da ESHLA	-	935*
Rendimento total líquido estatutário de indemnizações de seguros	26.222	25.335
Encargos de imparidade de crédito ajustado e outras provisões	(2.114)	(2.168)
Encargos de imparidade de crédito estatutário e outras provisões	(2.114)	(2.168)
Despesas operacionais ajustadas	(16.998)	(18.063)
Provisões para a compensação de clientes do RU	(2.772)	(1.110)
Provisões para investigações contínuas e litígios incluindo Moeda Estrangeira	(1.237)	(1.250)
Ganho na valorização de um componente de uma responsabilidade de benefício de reforma definido	429	-
Imparidade de goodwill e outros ativos relacionados com negócios a serem eliminados	(96)	-
Perdas em vendas relacionadas com negócios espanhóis, portugueses e italianos	(3)	-
Despesas operacionais estatutárias	(20.677)	(20.423)
Outras (despesas) líquidas ajustadas/rendimentos	(13)	11
Perdas em vendas relacionadas com negócios espanhóis, portugueses e italianos	(577)	(446)
Outras despesas líquidas estatutárias	(590)	(435)
Lucro estatutário antes de impostos	2.841	2.309
Taxação estatutária	(1.603)	(1.455)
Lucro estatutário após impostos	1.238	854
Lucro estatutário atribuível aos detentores do capital próprio original	911	528
Lucro estatutário atribuível a participações não controladas e outros detentores de capital próprio	327	326
	1.238	854
Lucro antes de impostos ajustado	6.171	5.555
Taxação ajustada	(1.843)	(1.748)
Lucro após impostos ajustado	4.328	3.807
Lucro ajustável atribuível aos detentores do capital próprio original	4.001	3.481
Lucro ajustado atribuível a participações não controladas e outros detentores de capital próprio	327	326
	4.328	3.807

A informação financeira acima é extraída das contas publicadas. Esta informação deve ser lida juntamente com a informação incluída nos extratos financeiros consolidados em anexo

Análise financeira

Comentário da demonstração de resultados

2015 e em comparação com 2014

O lucro estatutário antes de impostos aumentou para 2.841M£ (2014: 2.309M£), lucro ajustado antes de impostos aumentou 11% para 6.171M£.

Rendimento total líquido estatutário de indemnizações de seguros aumentou 4% para 26.222M£, incluindo produtos de ajuste para um ganho de 496M£ (2014: 461M£) nos ativos de aquisição do Lehman dos EUA e um ganho de crédito próprio de 430M£ (2014: 34M£). O rendimento total líquido estatutário de 2014 de indemnizações de seguro incluíram uma perda de 935M£ (2015: zero) relativamente a uma revisão à metodologia de valorização da ESHLA.

O rendimento total líquido ajustado de indemnizações de seguros diminuiu 2% para 25.296M£, como rendimento não-central reduzido para uma despesa líquida de 164M£ no seguimento da redução de ativos e títulos, vendas de negócios, incluindo o impacto de vendas dos negócios espanhóis e dos EAU a retalhos, e perdas de valor justo na carteira da ESHLA de 359M£ (2014: 156M£). O rendimento central aumentou 3% para 25.460M£ refletindo: um aumento de 13% para

4.927M£ no Barclaycard, refletindo primeiramente o crescimento em cartões nos EUA; e um ganho de 661M£ (2014: 296M£) na sede devido primeiramente a ganhos líquidos de reciclagem de cobertura de fluxo de caixa. Isto foi parcialmente compensado pelo rendimento do Banco de Investimento que permaneceu amplamente em conformidade em 7.572M£ (2014: 7.581M£); uma redução de 1% no PCB devido ao impacto da compensação de clientes e, na venda de, o negócio da US Wealth; e uma redução de 2% na Banca em África uma vez que o ZAR sofreu uma depreciação relativamente ao GBP. Numa base de moeda constante o rendimento na Banca de África aumentou 7% refletindo o bom crescimento no Banco de Retalho e de Negócios e na banca empresarial na África do Sul e na Saúde, Gestão de Investimentos e Seguro (WIMI).

O rendimento de juros líquidos aumentou 10% para 13.313M£, com rendimento de juros líquidos superior em PCB, Barclaycard, Sede e Não Central, parcialmente compensado por reduções na Banca de África e no Banco de Investimento. O rendimento de juros líquidos para PCB, Barclaycard e a Banca de África aumentou 5% to 12.024M£ devido a um aumento nos ativos médios do cliente para 287,7M£ (2014: 280,0M£) com crescimento no PCB e Barclaycard, parcialmente compensado pelas reduções da Banca de África devido à depreciação do ZAR contra o GBP. A margem de juros líquida aumentou 10 pontos base para 4,18% primeiramente devido ao crescimento no crédito gerador de juros no Barclaycard.

Os encargos de imparidade de crédito melhoraram 2% para 2.114M£, com uma taxa de perdas de 47 pontos base (2014: 46 pontos base). Isto refletiu recuperações superiores na Europa e a venda e negócios espanhóis em Não-Central, e imparidades inferiores no PCB devido ao ambiente económico benigno no Reino Unido resultando em encargos e taxas de incumprimento mais reduzidas. Isto foi especialmente reduzido por uma série de exposições em nome individual no Banco de Investimento e imparidade aumentada no Barclaycard refletindo o crescimento de ativos e atualizações para metodologias de modelo de imparidade.

Nota

os resultados de moeda constante são calculados pela conversão dos resultados de ZAR em GBP utilizando a taxa cambial média para 2015

As despesas operacionais estatutárias aumentaram 1% para 20.677M£. Isto incluiu produtos de ajuste para as provisões de compensação de clientes no Reino Unido adicionais de 2.772M£ (2014: 1.110M£), 1.237M£ (2014: 1.250M£) de provisões adicionais para investigações contínuas e litígios incluindo Moeda Estrangeira, um ganho de 429M£ (2014: zero) na valorização de um componente da responsabilidade de benefício de rendimento definido, 96M£ (2014: zero) de imparidade de goodwill e outros ativos relacionados com empresas a serem eliminadas, e 3M£ (2014: zero) de perdas na venda relacionada com negócios espanhóis, portugueses e italianos.

As despesas operacionais ajustadas diminuíram 6% para 16.998M£ como resultado de poupanças de programas de custo estratégicos, particularmente no Banco de Investimento e PCB, em complemento com a redução contínua de Não-Central. Os custos de compensação total diminuíram 6% para 8.339M£, com o Banco de Investimento a reduzir 5% para 3.423M£, refletindo encargos de bônus do ano corrente e diferidos inferiores, e efetivos reduzidos.

Reduções nos custos para alcançar 32% para 793M£, e em encargos de litígio e de conduta de 16% para 378M£, foram parcialmente reduzidos por custos associados com a implementação do programa de reforma estrutural e um aumento de 3% no imposto bancário do Reino Unido para 476M£.

O custo estatutário: rácio de rendimento diminuiu para 79% (2014: 81%). O custo ajustado: rácio de rendimento diminuiu para 67% (2014: 70%).

Outras despesas líquidas estatutárias aumentaram para 590M£ (2014: 435M£) e incluíram uma artigo de ajuste para perdas em vendas relacionado com negócios espanhóis, portugueses e italianos de 577M£ (2014: 446M£).

A carga fiscal de 1.603M£ (2014: 1.455M£) em lucro estatutária antes de impostos de 2.841M£ (2014: 2.309M£) representa uma taxa fiscal efetiva de 56,4% (2014: 63,0%). A taxa fiscal efetiva no lucro ajustado antes de impostos de 29,9% (2014: 31,5%) é inferior à taxa fiscal efetiva no lucro estatutário antes de impostos principalmente porque inclui o impacto de produtos de ajuste tais como provisões não-dedutíveis para investigações e litígios contínuos incluindo Moeda Estrangeira e provisões para compensações de clientes no Reino Unido. A medida ajustada de lucros antes de impostos é considerada como facultando uma base mais consistente para comparar desempenho empresarial entre períodos uma vez que é mais representativo do desempenho contínuo, subjacente. Em consonância com isto, a taxa fiscal efetiva no lucro ajustado antes de impostos é considerada como uma medida mais representativa do encargo fiscal contínuo, subjacente do Grupo.

Análise financeira

Resumo de balanço consolidado

	2015	2014a
	ME	ME
A 31 de Dezembro		
Ativos		
Caixa e disponibilidades nos bancos centrais	49.711	39.695
Itens em fase de cobrança a outros bancos	1.011	1.210
Ativos da carteira de negociação	77.398	114.755
Ativos financeiros designados ao justo valor	76.830	38.300
Instrumentos financeiros derivados	327.870	440.076
Investimentos disponíveis para venda	90.304	86.105
Empréstimos e adiantamentos a bancos	41.829	42.657
Empréstimos e adiantamentos a clientes	399.217	427.767
Acordos de revenda invertida e outros empréstimos garantidos similares	28.187	131.753
Outros ativos	28.370	36.375
Total ativos	1.120.727	1.358.693
Passivos		
Depósitos de bancos	47.080	58.390
Itens em fase de cobrança devidos a outros bancos	1.013	1.177
Contas de clientes	418.307	427.868
Passivo de carteiras de negociação	33.967	45.124
Passivos financeiros designados ao justo valor:	91.745	56.972
Instrumentos financeiros derivados	324.252	439.320
Títulos de dívida em circulação	69.150	86.099
Passivos subordinados	21.955	21.685
Acordos de recompra e outros empréstimos garantidos similares	25.035	124.479
Outros passivos	22.204	31.534
Total passivos	1.054.708	1.292.648
Participação		
Chamada de aumento de capital social e prémios de emissão	14.472	14.472
Outros instrumentos de capital próprio	5.350	4.350
Outras reservas	933	2.322
Lucros líquidos acumulados	43.350	42.650
Capital próprio total excluindo participações não controladas	64.105	63.794
Participações não controladores	1.914	2.251
Total de investimentos de capital	66.019	66.045
Total de passivos e títulos de capital próprio	1.120.727	1.358.693

Comentário sobre o balanço

Total de ativos

O total de ativos diminuiu de 238ME para 1.121ME.

O numerário e balanços em bancos centrais e os produtos no decorrer da cobrança de outros bancos aumentaram 10ME para 51ME dado que a contribuição em numerário para a liquidez do Grupo foi aumentada.

Os ativos da carteira de comercialização diminuíam 37ME para 77ME conduzidos principalmente pela desalavancagem do balanço resultando em posições de garantias inferiores, consistentes com a exigência de clientes no Banco de Investimento e saída de posições no Não-Central.

Os ativos financeiros designados a valor justo aumentaram em 39ME para 77ME. Durante o período, novos acordos de recompra invertida em determinados negócios foram designados a valor justo para alinharem melhor com a forma como a empresa gere o risco e o desempenho da carteira. Isto resultou num aumento de 44ME nesta linha de conta. Nas classificações sobre valor justo e custo amortizado, os acordos de recompra total invertida diminuíam 59ME devido a redução na carteira de negociação adequada e financiamento de empresa geral devido a desalavancagem de balanço. Adicionalmente, nos ativos financeiros designados a valor justo, existe um redução parcial por diminuições em empréstimos e adiantamentos e títulos de dívida.

Ativos de instrumentos financeiros derivados diminuíam 112ME para 328ME, consistente com a diminuição em responsabilidades de instrumentos financeiros derivados. Isto incluiu uma diminuição em 79ME em derivados de taxas de juro devido a reduções comerciais líquidas e aumentos em taxas de juro futuras e uma diminuição de 19ME em derivados de moeda estrangeira que refletem reduções comerciais.

Disponibilidade para investimentos de vendas aumentou 4ME para 90ME devido a um aumento em títulos públicos detidos no conjunto da liquidez.

O total de empréstimos e adiantamentos diminuiu em 29ME para 441ME conduzido por uma redução de 20ME líquidos no acerto e saldo de caixa em numerário; uma requalificação de 6ME de empréstimos a outros ativos, relativamente ao negócio de retalho português e rede de filiais bancárias de retalho italianos que são agora detidas para venda e uma diminuição de 5ME em África refletindo a depreciação do ZAR contra o GBP. Isto foi parcialmente reduzido pelo crescimento do financiamento de 5ME no Barclaycard.

Os acordos de recompra invertida e outros financiamentos com garantia similares diminuíam 104ME para 28ME refletindo uma redução na carteira de negociação adequada e um financiamento da empresa geral devido à desalavancagem do balanço como resultado da designação de valor justo descrito nos ativos financeiros designados no comentário de valor justo acima.

Total dos passivos

O total dos passivos diminuiu de 238ME para 1.055ME.

Os depósitos de bancos diminuíam em 11ME para 47ME, sobretudo devido a uma redução de 9ME das garantias em numerário, devido a um menor valor de mercado de derivados.

As contas de clientes diminuíam de 10ME para 418ME como resultado de uma reclassificação de 4ME para outras responsabilidades relacionadas com os negócios a retalho portugueses e a rede de filiais bancárias de retalho italianas que são agora detidas para venda, uma redução de 7ME em saldos de acerto, uma diminuição de 3ME em garantias em numerário devido à marca derivativa inferior para um mercado e uma diminuição de 7ME devido à depreciação do ZAR. Isto é parcialmente reduzido pelo crescimento de 13ME no PCB, Barclaycard e África.

As responsabilidades da carteira de comercialização diminuíam de 11ME para 34ME conduzidos principalmente pela desalavancagem do balanço resultando em posições de garantias inferiores, consistentes com a exigência de clientes no Banco de Investimento e saída de posições no Não-Central.

As responsabilidades financeiras designadas a valor justo aumentaram em 35ME para 92ME. Em linha com os ativos financeiros designados a valor justo, a designação de acordos de recompra a valor justo resultaram num aumento de 45ME durante o ano. Nas classificações de valor justo e custo amortizado, os acordos de recompra total diminuíam 54ME devido a uma redução na carteira de negociação adequada e financiamento de empresa geral devido a desalavancagem de balanço. Adicionalmente, nas responsabilidades financeiras designadas a valor justo, há uma redução parcial nos títulos de dívida devido a requisitos de financiamento reduzidos.

As responsabilidades do instrumento financeiro derivado diminuíam 115ME para 324ME em consonância com os ativos financeiros derivados.

Os títulos de dívida em emissão diminuíam em 17ME para 69ME devido principalmente a uma diminuição no Certificado de Depósitos e Garantias e MTNs devido a requisitos de financiamento reduzidos.

As responsabilidades subordinadas aumentaram de 0,3ME para 21,5ME devido a emissões de notas subordinadas datadas, parcialmente reduzidas pelos resgates de notas subordinadas datadas e não datadas, e movimentos de cobertura de valor justo.

Os acordos de recompra e outros empréstimos com garantia similares diminuíam de 99ME para 25ME refletindo uma redução na carteira de negociação adequada e um financiamento da empresa geral devido à desalavancagem do balanço como resultado da designação de valor justo descrito nos ativos financeiros designados no comentário de valor justo acima.

Capital próprio dos acionistas

O total do capital próprio dos acionistas permaneceu fixo a 66ME.

Outros instrumentos de capital aumentaram de 1,0ME para 5,3ME, devido à emissão de títulos AT1 contabilizados nos investidores.

A disponibilidade para reserva de venda diminuiu de 0,2ME para 0,3ME devido aos 0,4ME de perdas decorrentes de alterações no valor justo de títulos públicos, predominantemente detidos no conjunto da liquidez, 0,1ME de perdas de operações de cobertura relacionadas, 0,4ME de ganhos líquidos transferidos para lucro líquido, parcialmente reduzido pelos ganhos de 0,4ME de alterações no valor justo de investimentos em capital na Visa Europe e uma alteração de 0,1ME em responsabilidades de seguro. Um crédito de impostos de 0,1ME foi reconhecido no período relacionado com estes produtos.

A reserva para cobertura de fluxo de caixa diminuiu em 0,6ME para 1,3ME motivada por uma diminuição de 0,4ME no justo valor dos swaps da taxa de juros detidos para efeitos de cobertura de riscos, à medida que as curvas das taxas de juro futuras aumentaram, e 0,2ME de ganhos reciclados para o extrato de rendimento em linha com a altura em que o produto coberto afeta o lucro ou perda, parcialmente reduzido por um crédito de impostos de 0,1ME.

A reserva de conversão cambial permaneceu estável uma vez que o efeito da depreciação do ZAR contra o GBP, foi reduzido pela apreciação do USD contra o GBP.

Análise financeira

Análise de resultados pela atividade empresarial

Todas a exposições incluída nesta secção não são auditadas salvo indicação em contrário.

Análise de segmentos (auditada)

Análise de resultados ajustados pela atividade empresarial

	Pessoal e Empresarial Banking	Barclaycard	Banca em África	Investimento do Banco	Sede	Barclays Core	Barclays Non-Core	Resultados ajustados do Grupo
	ME	ME	ME	ME	ME	ME	ME	ME
Ano findo a 31 de Dezembro de 2015								
Rendimento total líquido de indemnizações de seguros	8.726 (378)	4.927 (1.251)	3.574 (352)	7.572 (55)	661 -	25.460 (2.036)	(164) (78)	25.296 (2.114)
Rendimento operacional líquido	8.348	3.676	3.222	7.517	661	23.424	(242)	23.182
Despesas operacionais	(4.774)	(1.927)	(2.169)	(5.362)	(246)	(14.478)	(873)	(15.351)
Imposto bancário do Reino Unido	(93)	(42)	(52)	(203)	(8)	(398)	(78)	(476)
Litígio e conduta	(109)	-	-	(107)	(14)	(230)	(148)	(378)
Custos a atingir	(292)	(106)	(29)	(234)	(32)	(693)	(100)	(793)
Outras (perdas)/rendimento ^a	(40)	33	7	-	5	5	(18)	(13)
Lucro/perda antes de impostos com base em operações contínuas	3.040	1.634	979	1.611	366	7.630	(1.459)	6.171
Total de ativos (M€)	287,2	47,4	49,9	376,0	57,1	817,6	303,1	1.120,7
Ano findo a 31 de Dezembro de 2014								
Rendimento total líquido de indemnizações de seguros	8.828 (482)	4.356 (1.183)	3.664 (349)	7.581 14	296 -	24.725 (2.000)	1.050 (168)	25.775 (2.168)
Rendimento operacional líquido	8.346	3.173	3.315	7.595	296	22.725	882	23.607
Despesas operacionais	(4.951)	(1.727)	(2.244)	(5.504)	(51)	(14.477)	(1.510)	(15.987)
Imposto bancário do Reino Unido	(70)	(29)	(45)	(218)	(9)	(371)	(91)	(462)
Litígio e conduta	(54)	-	(2)	(129)	(66)	(251)	(198)	(449)
Custos a atingir	(400)	(118)	(51)	(374)	(10)	(953)	(212)	(1.165)
Outro rendimento/(perdas) ^a	14	40	11	-	(3)	62	(51)	11
Lucro/perda antes de impostos com base em operações contínuas	2.885	1.339	984	1.370	157	6.735	(1.180)	5.555
Total de ativos (M€)	285,0	41,3	55,5	455,7	49,8	887,3	471,5	1.358,7

Reconciliação de resultados ajustados

	2015			2014		
	Grupo Ajustado resultados	Em ajuste produtos	Grupo Estatutário resultados	Grupo Ajustado resultados	Em ajuste produtos	Grupo Estatutário resultados
	ME	ME	ME	ME	ME	ME
Para o ano terminado a 31 de Dezembro						
Rendimento total líquido de indemnizações de seguros	25.296 (2.114)	926 -	26.222 (2.114)	25.775 (2.168)	(440) -	25.335 (2.168)
Rendimento operacional líquido	23.182	926	24.108	23.607	(440)	23.167
Despesas operacionais	(15.351)	330	(15.021)	(15.987)	-	(15.987)
Imposto bancário do Reino Unido	(476)	-	(476)	(462)	-	(462)
Litígio e conduta	(378)	(4.009)	(4.387)	(449)	(2.360)	(2.809)
Custos a atingir	(793)	-	(793)	(1.165)	-	(1.165)
Outras (perdas)/rendimento ^a	(13)	(577)	(590)	11	(446)	(435)
Lucro/perda antes de impostos com base em operações contínuas	6.171	(3.330)	2.841	5.555	(3.246)	2.309

Nota

a Outras (perdas)/rendimento representam: a parte de resultados depois de impostos de associadas e joint ventures; lucros ou (perdas) na alienação de subsidiárias, as associadas e joint ventures, e lucros com aquisições.

Análise financeira

Análise de resultados pela atividade empresarial

Todas a exposições incluída nesta secção não são auditadas salvo indicação em contrário

Reconciliação de lucro ajustado		
	2015	2014
	ME	ME
Para o ano terminado a 31 de Dezembro		
Lucro antes de impostos ajustado	6.171	5.555
Provisões para a compensação de clientes do RU	(2.772)	(1.110)
Provisões para investigações contínuas e litígios incluindo Moeda Estrangeira	(1.237)	(1.250)
Perdas em vendas relacionadas com negócios espanhóis, portugueses e italianos	(580)	(446)
Ganho nos ativos de aquisição do Lehman EUA	496	461
Crédito próprio	430	34
Ganho na valorização de um componente de uma responsabilidade de benefício de reforma	429	-
Imparidade de goodwill e outros ativos relacionados com negócios a serem eliminados	(96)	-
Revisão da metodologia de validação da ESHLA	-	(935)
Lucro estatutário antes de impostos	2.841	2.309

	Ajustado		Regulamentado	
	2015	2014	2015	2014
	ME	ME	ME	ME
Operações contínuas				
RU a	12.498	12.404	12.928	11.503
Europa	2.245	2.896	2.245	2.896
Américas b	6.114	5.547	6.610	6.008
África e Médio Oriente	3.801	4.152	3.801	4.152
Ásia	638	776	638	776
Total	25.296	25.775	26.222	25.335

Rendimento estatutário de países individuais que representam mais de 5% do rendimento total (auditado):

	2015	2014
	ME	ME
Operações contínuas		
Reino Unido	12.928	11.503
EUA	6.228	5.866
África do Sul	2.727	2.915

Notas

^a rendimento ajustado no Reino Unido exclui o impacto de um ganho de crédito próprio de 430ME (2014: ganho de 34ME) e a revisão de avaliação da ESHLA de zero (2014: 935ME).

^b rendimento ajustado das Américas exclui os ganhos nos ativos de aquisição do Lehman dos EUA de 496ME (2014: 461ME).

^c Rendimento total líquido de indemnizações de seguros com base na localização de contraparte. Rendimento de qualquer cliente externo único não representa 10% ou superior do rendimento líquido total do Grupo de indemnizações do seguro.

Análise financeira

Análise de resultados pela atividade empresarial

Barclays Core

	2015 M€	2014 M€
Informações da demonstração dos resultados		
Rendimento total líquido de indemnizações de seguros	25.460	24.725
Encargos de depreciação e outras concessões de crédito	(2.036)	(2.000)
Rendimento operacional líquido	23.424	22.725
Despesas operacionais	(14.478)	(14.477)
Imposto bancário do Reino Unido	(398)	(371)
Litígio e conduta	(230)	(251)
Custos a atingir	(693)	(953)
Despesas operacionais totais	(15.799)	(16.052)
Outros rendimentos líquidos	5	62
Lucro antes de impostos	7.630	6.735
Factos principais		
Número de colaboradores (o equivalente a tempo inteiro)	123.800	123.400
Medidas de desempenho		
Custo: rácio do rendimento	62%	65%
Taxa de perda para empréstimo (pontos base)	51	49

Esta página foi intencionalmente deixada em branco para fins de paginação

Análise financeira

Análise de resultados por negócio

Banca de Particulares e Empresas

Com comparação de 2015 com 2014

O lucro antes de impostos aumentou 5% para 3.040 M€, impulsionado pela continuação da redução das despesas operacionais e de uma menor imparidade devida ao ambiente económico favorável no Reino Unido. A redução nas despesas operacionais foi alcançada através de programas estratégicos de custos que incluíram a reestruturação da rede de balcões e melhoramentos tecnológicos para aumento da automação. A banca de empresas teve um forte desempenho, aumentando o rendimento em 5% através do crescimento do crédito e da gestão de tesouraria.

Os resultados BPE foram significativamente afetados pelas compensações a clientes e pela venda do negócio da Gestão Patrimonial nos EUA. Excluindo o negócio da Gestão Patrimonial nos EUA, o lucro antes de impostos aumentou 12%, para 3.277 M€.

O rendimento total diminuiu 1%, para 8.726 M€. Se for excluído o negócio da Gestão Patrimonial nos EUA, o rendimento não sofreu alterações. O rendimento de Particulares diminuiu 3% para 4.054 M€, devido a uma redução no rendimento de comissões e à pressão sobre as margens das hipotecas, compensada parcialmente por melhores margens nos depósitos e por uma ampliação do balanço. O rendimento de Empresas aumentou 5% para 3.754 M€ devido a ampliações do balanço, tanto em crédito como em depósitos, e melhores margens nos depósitos, compensadas parcialmente pelas reduções nas margens do negócio creditício. O rendimento da Gestão Patrimonial diminuiu 15% para 918 M€, principalmente devido ao impacto das compensações a clientes e pela venda do negócio da Gestão Patrimonial nos EUA. Se for excluído o negócio da Gestão Patrimonial dos EUA, o rendimento diminuiu 2%.

O rendimento financeiro líquido aumentou 2% para 6.438 M€, impulsionado pelo crescimento no balanço de Empresas e pela alteração na

proposta de saque a descoberto em Junho de 2014. A margem financeira permaneceu geralmente nos 2,99% (2014: 3,00%), já que a pressão sobre as margens das hipotecas e as margens mais reduzidas no crédito a Empresas foram compensadas parcialmente por maiores margens nos depósitos de Empresas e Particulares, e pelo benefício da alteração na proposta de saque a descoberto.

O rendimento líquido de taxas, comissões, e outras fontes diminuiu 10% para 2.288 M€, principalmente impellido pelo impacto da alteração na proposta de saque a descoberto e das compensações a clientes nos EUA.

Os encargos com imparidades de crédito melhoraram 22% para 378 M€, devido ao ambiente económico favorável no Reino Unido, que teve como consequência, para todos os negócios, menores taxas de incumprimento e encargos associados. A taxa de perdas com empréstimos diminuiu 4 pontos-base, para 17 pontos-base.

As despesas operacionais totais diminuíram 4% para 5.268 M€, refletindo as poupanças conseguidas com programas estratégicos de custos relacionados com a reestruturação da rede de balcões e com melhoramentos tecnológicos, e com menores custos para consecução, compensadas parcialmente por maiores encargos com contencioso.

Os empréstimos e adiantamentos a clientes aumentaram 1% para 218,4 M€, devido a um aumento no crédito a Empresas.

Os ativos totais aumentaram 1% para 287,2 M€ impulsionados pelo crescimento dos empréstimos e adiantamentos a clientes.

Os depósitos de clientes aumentaram 2% para 305,4 M€, especialmente impulsionados pelos negócios de Particulares e Empresas.

	2015 M€	2014 M€
Informações da demonstração dos resultados		
Rendimento líquido dos juros	6.438	6.298
Rendimento líquido de taxas, comissões, e outras fontes	2.288	2.530
Rendimento total	8.726	8.828
Encargos com imparidades de crédito e outras provisões	(378)	(482)
Rendimento operacional líquido	8.348	8.346
Despesas operacionais	(4.774)	(4.951)
Imposto bancário no Reino Unido	(93)	(70)
Custos para	(109)	(54)
	(292)	(400)
Despesas operacionais totais	(5.268)	(5.475)
Outros rendimentos líquidos	(40)	14
Lucro antes de impostos	3.040	2.885
Informações do balanço patrimonial		
Empréstimos e adiantamentos a clientes a custo amortizado	218.4 M€	217.0 M€
Ativos totais	287.2 M€	285.0 M€
Depósitos de clientes	305.4 M€	299.2 M€
Factos principais		
LTV Média do crédito hipotecário ^a	49%	52%
LTV Média do novo crédito hipotecário ^a	64%	65%
Ativos de clientes ^b	112.2 M€	148.6 M€
Número de balcões	1.362	1.488
Número de colaboradores (o equivalente a tempo inteiro)	45.700	4.600
Medidas de desempenho		
Rácio custo/rendimento	60%	62%
Taxa de perdas	17	21
	2.99%	3.00%
Análise do rendimento total		
	M€	M€
Particulares	4.054	4.159
Empresas	3.754	3.592
Património	918	1.077
Rendimento total	8.726	8.828
Análise de empréstimos e adiantamentos a clientes a custo amortizado		
Particulares	137.0 M€	136.8 M€
Empresas	67.9 M€	65.1 M€
Património	13.5 M€	15.1 M€
Total de empréstimos e adiantamentos a clientes a custo amortizado	218.4 M€	217.0 M€
Análise dos depósitos de clientes		
Particulares	151.3 M€	145.8 M€
Empresas	124.4 M€	122.2 M€
Património	29.7 M€	31.2 M€
Total dos depósitos de clientes	305.4 M€	299.2 M€

Notas

a LTV média da carteira hipotecária e dos novos empréstimos hipotecários calculado com base no saldo ponderado.

b Inclui ativos geridos ou administrados pelo Barclays em nome dos seus clientes, incluindo Ativos Sob Gestão (ASG), ativos em custódia, ativos sob administração, e depósitos e créditos a clientes de Património.

Análise financeira

Análise de resultados por negócio

Barclaycard

Comparação de 2015 com 2014

O lucro antes de impostos aumentou 22% para 1.634 M£. O forte crescimento foi proporcionado pelo modelo de negócio na banca de consumo e de empresas, com crescimento de ativos em todas as zonas geográficas. O rácio de eficiência (cost to income) melhorou para 42% (2014: 43%), enquanto o investimento no crescimento do negócio continuou. A dedicação do negócio à gestão do risco refletiu-se na estabilidade das taxas de delinquência a 30 dias e na melhoria da taxa de perdas com empréstimos.

O rendimento total aumentou 13% para 4.927 M£, impulsionado principalmente pelo aumento nos cartões nos EUA e na apreciação da taxa média do USD em relação à GBP.

O rendimento financeiro líquido aumentou 16% para 3.520 M£, impelido pelo crescimento do negócio. A margem financeira líquida também melhorou para 9.13% (2014: 8.75%), refletindo o crescimento nos juros do crédito concedido.

O rendimento líquido de taxas, comissões, e outras fontes diminuiu 7% para 1.407 M£, devido ao crescimento do volume de pagamentos, compensado parcialmente pelo impacto da limitação das taxas decorrente do Regulamento Europeu de Taxas de Intermediação.

Os encargos com imparidades de crédito aumentaram 6% para 1.251 M£, refletindo principalmente o crescimento dos ativos e atualizações às metodologias do modelo de imparidade, compensado parcialmente por um melhor desempenho nos Cartões do Reino Unido. As taxas de incumprimento permaneceram geralmente estáveis, e a taxa de perdas com empréstimos reduziu-se 19 pb, para 289pb.

As despesas operacionais totais aumentaram 11% para 2.075 M£, devido ao investimento continuado no crescimento do negócio, da valorização da taxa média do USD face à GBP, e ao impacto de itens pontuais, incluindo um abate de ativos intangíveis no valor de 55 M£, relativo à retirada do produto Bespoke.

Os empréstimos e adiantamentos a clientes aumentaram 9% para 39.8 M£, refletindo o crescimento em todas as áreas geográficas.

Os ativos totais aumentaram 15% para 47.4 M£ impulsionados pelo crescimento dos empréstimos e adiantamentos a clientes.

Os depósitos de clientes aumentaram 40% para 10.2 M£, refletindo a estratégia de financiamento de depósitos nos EUA.

	2015	2014
	M£	M£
Informações da demonstração dos resultados		
Rendimento líquido dos juros	3.520	3.044
Rendimento líquido de taxas, comissões, e outras fontes	1.407	1.312
Rendimento total	4.927	4.356
Encargos de depreciação e outras concessões de crédito	(1.251)	(1.183)
Rendimento operacional líquido	3.676	3.173
Despesas operacionais	(1.927)	(1.727)
Imposto bancário	(42)	29
Despesas operacionais totais	(2.075)	1.874
Outros rendimentos líquidos	33	40
Lucro antes de impostos	1.634	1.339
Informações do balanço patrimonial		
Empréstimos e adiantamentos a clientes a custo amortizado	39.8 M£	36.6 M£
Ativos totais	47.4 M£	41.3 M£
Depósitos de clientes	10.2 M£	7.3 M£
Factos principais		
Taxas de atrasos de 30 dias - cartões RU	2,3%	2,5%
Taxas de atrasos de 30 dias - cartões EUA	2,2%	2,1%
Valor dos pagamentos processados	28.2m	29.1M
Número total de clientes Barclaycard consumer	341.000	340.000
Número total de clientes Barclaycard business	293 M£	257 M£
Medidas de desempenho		
Rácio custo/rendimento	42%	43%
Taxa de perdas	289	308
	9,13%	8,75%

Análise financeira

Análise de resultados por negócio

Banca em África

Comparação de 2015 com 2014

Em termos reportados, o lucro antes de impostos diminuiu 1% para 979 M£ e o rendimento total líquido das indemnizações de seguros diminuiu 2% para 3574 M£. O ZAR depreciou contra a GBP em 10% com base nas taxas médias e em 28% com base na taxa de câmbio de fecho em 2015, tendo mais uma vez contribuído de forma significativa para o movimento nos resultados reportados do Africa Banking.

Resultados considerando uma taxa de câmbio constante

O lucro antes de impostos aumentou 11% para 979 M£, refletindo um aumento de 18% nas operações fora da África do Sul, e um aumento de 9% na África do Sul, apesar do ambiente macroeconómico desafiante. Foi conseguido um bom crescimento nas áreas essenciais da Banca de retalho e Empresas (BRE) e na Banca Corporativa na África do Sul, e na Gestão de Património, Investimentos, e Seguros (GPIS), enquanto o desempenho no negócio corporativo fora da África do Sul sofreu o impacto de uma maior imparidade.

O rendimento total líquido de indemnizações de seguros aumentou 7% para 3.574 M£.

O rendimento financeiro líquido aumentou 8% para 2.066 M£, impellido por um maior valor dos adiantamentos médios a clientes na Banca Corporativa e de Investimento (BCI) e a um forte crescimento nos depósitos de clientes da BRE.

A margem financeira líquida aumentou 11 pb para 6.06%, principalmente devido à melhoria das margens nos ativos do retalho na África do Sul.

O rendimento líquido de taxas, comissões, e outras fontes diminuiu 5% para

1.668 M£, refletindo a melhoria do rendimento das transações na BRE, compensada parcialmente por um menor rendimento da banca de investimento na África do Sul.

Os encargos com imparidades de crédito aumentaram 11% para 352 M£, impellidos pelo aumento de exposições particulares e por coberturas adicionais para empréstimos em dia. A taxa de perdas com empréstimos aumento 16 pb para 109 pb.

O total das despesas operacionais aumentou 5% para 2.250 M£, refletindo os impactos inflacionistas, compensados parcialmente pelas poupanças devidas a programas estratégicos de custos, que incluíram a reestruturação da rede de balcões, melhorias tecnológicas, e a racionalização dos bens imóveis.

Os empréstimos e adiantamentos a clientes aumentaram 8% para 29.9 M£, impulsionados pelo forte crescimento da BCI.

Os ativos totais aumentaram 14% para 49.9 M£ impulsionados pelo crescimento dos empréstimos e adiantamentos a clientes.

Os depósitos de clientes aumentaram 11% para 30.6 M£, refletindo o forte crescimento do negócio da BRE.

	A taxa de câmbio constante			
	2015 M€	2014 M€	2015 M€	2014 M€
Informações da demonstração dos resultados				
Rendimento líquido dos juros	2.066	2.093	2.066	1.908
Rendimento líquido de taxas, comissões, e outras fontes	1.668	1.741	1.668	1.583
Rendimento total	3.734	3.834	3.734	3.491
Ativos e benefícios líquidos derivados de contratos de seguros	(160)	(170)	(160)	(155)
Rendimento total líquido de indemnizações de seguros	3.574	3.664	3.574	3.336
Encargos de depreciação e outras concessões de crédito	(352)	(349)	(352)	(317)
Rendimento operacional líquido	3.222	3.315	3.222	3.019
Despesas	(2.196)	2.244	2.169	2.051
operacionais Imposto	52	(45)	52	45
bancário no Reino Unido	-	2	-	2
Custos para a consecução	(29)	51	(29)	46
Despesas operacionais totais	(2.250)	(2.342)	2.250	(2.144)
Outros rendimentos líquidos	7	11	7	10
Lucro antes de impostos	979	984	979	885
Informações do balanço patrimonial				
Empréstimos e adiantamentos a clientes a custo amortizado	29.9 M€	35.2 M€	29.9 M€	27.6 M€
Ativos totais	49.9 M€	55.5 M€	49.9 M€	43.8 M€
Depósitos de clientes	30.6 M€	35.0 M€	30.6 M€	27.6 M€
Factos principais				
LTV Média da carteira de hipotecas ^a LTV	58,4%	59,9%		
Média dos novos créditos hipotecários ^b	74,7%	74,8%		
Número de funcionários (equivalentes a tempo inteiro)	44.400	45.000		
Medidas de desempenho				
Rácio custo/rendimento	63%	64%		
Taxa de perdas	109	93		
	6,06%	5,95%		

Notas

a Os resultados a taxa de câmbio constante calculam-se convertendo os resultados em ZAR para GBP, usando a taxa de câmbio média para 2015 na demonstração de resultados e a taxa de câmbio de fecho de 2015 para o balanço patrimonial, para eliminar o impacto do movimento nas taxas de câmbio entre os dois períodos.

b LTV média da carteira hipotecária e dos novos empréstimos hipotecários calculado com base no saldo ponderado.

Análise financeira

Análise de resultados por negócio

Banca de Investimento

Rendimento total de 7.572 M£
Lucro antes de impostos de 1.611 M£

Com comparação de 2015 com 2014

Os lucros antes de impostos aumentaram 18% para 1.611 M£. Os rendimentos mantiveram-se constantes, apesar das reduções nos RWA. Ao concentrar-se nos seus mercados de origem no Reino Unido e nos EUA, o negócio continuou a basear-se nas suas vantagens existentes para enfrentar condições de mercado desafiantes. Os custos diminuíram, resultado de uma eficiência maior dos custos e de uma redução dos custos necessários à consecução de objetivos.

O rendimento total permaneceu no mesmo nível de 7.572 M£ (2014: 7.581 M£), incluindo a subida da taxa média do USD contra a GBP.

O rendimento bancário reduziu 1% para 2.529 M£. O rendimento de comissões da Banca de Investimento reduziu 2% para 2.093 M£, impellido por comissões mais reduzidas na subscrição de capital, compensado parcialmente por maiores comissões por aconselhamento financeiro e em subscrições de dívida. O rendimento do crédito aumentou para 436 M£ (2014: 417 M£), devido a perdas mais reduzidas nas coberturas do justo valor.

O rendimento nos mercados permaneceu no mesmo nível de 5.030 M£ (2014: 5.019 M£). O rendimento do crédito diminuiu 5% para 995 M£, impellido pelo menor rendimento dos produtos titularizados, como resultado do acelerado reposicionamento estratégico nesta classe de ativos e da redução do rendimento proveniente dos créditos em situações difíceis. Isto foi compensado parcialmente por um rendimento mais elevado, decorrente de negociações originadas no crédito a clientes. O rendimento de títulos diminuiu 1% para 2.001 M£ impellido por uma menor atividade de clientes na EMEA nos instrumentos derivados de capital, compensada parcialmente por um melhor desempenho nos instrumentos de liquidez. O rendimento macro aumentou 4% para

2.034 M£, devido ao maior rendimento proporcionado pelas taxas e produtos cambiais, refletindo a maior volatilidade dos mercados e a maior atividade de clientes.

Os encargos com imparidades de crédito de 55 M£ (2014: libertação de 14 M£) decorreram de uma série de exposições em nome próprio.

As despesas operacionais totais diminuíram 5% para 5.906 M£, refletindo uma redução de 5% nos custos de compensação para 3.423 M£, e custos mais baixos para a consecução dos objetivos. Foram conseguidas poupanças adicionais de custos graças a programas estratégicos de custos, que incluíram a reestruturação de negócios, a simplificação operacional, e a racionalização de imobiliário, compensadas parcialmente pela valorização da taxa média do USD relativamente à GBP.

Os ativos e passivos de instrumentos financeiros derivados diminuíram 25% para os 114.3 M£ e 24% para os 122.2 M£ respetivamente, devido à redução das negociações líquidas e ao aumento nas principais curvas previsionais das taxas de juro.

Os ativos da carteira de negociações diminuíram 31% para os 65.2 M£, impellidos principalmente pela desalavancagem do balanço patrimonial, o que resultou em posições de títulos menos importantes.

Os ativos totais diminuíram 17% para os 376.0 M£, devido a uma diminuição nos ativos de instrumentos financeiros derivados, nos ativos da carteira de negociação, e a liquidações e saldos das garantias reais nos empréstimos e adiantamentos aos bancos e clientes.

	2015 M€	2014 M€
Informações da demonstração dos resultados		
Rendimento	588	647
financeiro líquido	3.859	3.714
Rendime	3.125	3.220
Rendimento total	7.572	7.581
Libertações de imparidades de crédito e outras provisões	(55)	14
Rendimento operacional líquido	7.517	7.595
Despesas operacionais	(5.362)	(5.504)
Imposto bancário do Reino Unido	(203)	(218)
Contencioso	(107)	(129)
Custos para consecução	(234)	(374)
Despesas operacionais totais	(5.906)	(6.225)
Lucro antes de impostos	(1.611)	(1.370)
Informações do balanço patrimonial		
Empréstimos e adiantamentos a bancos e a clientes a custo amortizado ^a	92.2 M€	106.3 M€
Ativos da carteira de negociação	65.2 M€	94.8 M€
Ativos de instrumentos financeiros derivados	114.3 M€	152.6 M€
Passivos de instrumentos financeiros derivados	122.2 M€	160.6 M€
Acordos de revenda invertida e outros empréstimos garantidos similares ^b	25.5 M€	64.3 M€
Ativos financeiros designados ao justo valor ^b	48.1 M€	8.9 M€
Total ativos	376.0 M€	455.7 M€
Factos principais		
Número de colaboradores (o equivalente a tempo inteiro)	19.800	20.500
Medidas de desempenho		
Custo: rácio do rendimento	78%	82%
Análise do rendimento total		
Comissões com banca de investimento	2.093	2.125
Empréstimos	436	417
Atividade Bancária	2.529	2.542
Crédito	995	1.044
Capitais Próprios	2.001	2.025
Macro	2.034	1.950
Mercados	5.030	5.019
Atividade Bancária e Mercados	7.559	7.561
Outros	13	20
Rendimento total	7.572	7.581

Nota

a Em 31 de dezembro de 2015, os empréstimos e adiantamentos incluíam 74.9 M€ (2014: 86.4 M€) de empréstimos e adiantamentos a clientes (incluindo saldos de liquidações de 18.6 M€ (2014: 25.8 M€) e garantias reais de 24.8 M€ (2014: 32.2 M€)) e empréstimos e adiantamentos de 17.4 M€ (2014: 19.9 M€) (incluindo saldos de liquidações de 1.6 M€ (2014: 2.7 M€) e garantias reais de 5.7 M€ (2014: 6.9 M€)).

b Durante 2015, os novos acordos de recompra inversa e outros empréstimos garantidos de forma similar em determinados negócios foram designados pelo justo valor, para um melhor alinhamento com o modo como o negócio gere o risco e o desempenho da carteira. Foram incluídos nos ativos financeiros ao justo valor os acordos de recompra inversa designados pelo justo valor de 42.5 M€ (2014: 3,4 M€).

Análise financeira

Análise de resultados por negócio

Sede

Comparação de 2015 com 2014

O lucro antes de impostos aumentou 209 M£ para 366 M£, principalmente devido ao rendimento operacional líquido de operações de Tesouraria, compensado parcialmente por um aumento nas despesas operacionais totais.

O rendimento operacional líquido aumentou para 661 M£ (2014: 296 M£), predominantemente devido a um ganho por reciclagem de cobertura de fluxos de caixa.

As despesas operacionais totais aumentaram 164 M£ para 300 M£, especialmente devido aos custos da implementação do programa de reformas estruturais e a um aumento nos custos para consecução dos objetivos, compensados parcialmente por uma redução nos encargos com contencioso.

Os ativos totais aumentaram 7.3 M£ para 57.2 M£, devido a um aumento no elemento do saldo de liquidez detido centralmente.

	2015 M£	2014 M£
Informações da demonstração dos resultados		
Rendimento operacional líquido	661	296
Despesas operacionais	(246)	(51)
Imposto bancário do Reino Unido	(8)	(9)
Contencioso	(14)	(66)
Custo para consecução	(32)	(10)
Despesas operacionais totais	(300)	(136)
Outros proveitos líquidos/(despesa)	5	(3)
Lucro/(perda) antes de impostos	366	157
Informações do balanço patrimonial		
Total ativos	57.1 M£	49.8 M£
Factos principais		
Número de colaboradores (o equivalente a tempo inteiro)	800	100

Barclays Non-Core

Rendimento total líquido de indemnizações de seguros (164 M£) Perdas antes de impostos de

Comparação de 2015 com 2014

Os prejuízos antes de impostos aumentaram 24% para 1.459M£ devido ao avanço contínuo nas saídas de negócios, títulos e empréstimos e ativos derivativos.

O rendimento total líquido de indemnizações de seguros reduziu para uma despesa de 164 M£(2014: rendimento de 1.050 M£). O rendimento do negócio reduziu 44% para 613 M£ devido ao impacto da venda do negócio espanhol e à venda e redução de ativos que permaneciam em carteira.

O rendimento de títulos e empréstimos reduziu para uma despesa de 481 M£(2014: rendimento de 117 M£) principalmente devido às perdas do justo valor e custos de financiamento na carteira ESHLA, à redução ativa de títulos, à saída de negócios de bancos de investimento históricos e aos ganhos não-recorrentes da venda da carteira de bancos de retalho dos EAU em 2014. As perdas no justo valor da carteira ESHLA foram de 359 M£(2014: 156 M£), dos quais 156 M£ ocorreram no T415, devido à ampliação dos spreads nos gild swap. O rendimento de derivados reduziu 76% para uma despesa de 296 M£, reflexo de uma redução ativa das carteiras e dos custos de financiamento.

Os encargos por imparidade do crédito melhoraram em 54% para 78M£ devido a recuperações mais elevadas na Europa e na venda do negócio espanhol.

As despesas operacionais totais melhoraram em 40% para 1.199 M£, refletindo as poupanças decorrentes do negócio espanhol, do retalho dos EAU, de produtos, e do negócio de vários investimentos principais, assim como uma redução nos custos para consecução e nos encargos com contencioso.

Os empréstimos e adiantamentos a bancos e a clientes reduziram 28% para 45.9 M£ devido à reclassificação de empréstimos no valor de 5.5 M£ relacionados com a venda anunciada dos negócios português e italiano como ativos detidos para venda, e à redução e abandono de ativos históricos da banca de investimento.

Os ativos e passivos de instrumentos financeiros derivados diminuíram 26% para 210.3 M£ e 28% para 198.7 M£ respetivamente, em grande parte como resultado da redução da negociação.

Os ativos totais reduziram 36% para 303.1M£, devido à redução de acordos de recompra invertida e de outros empréstimos garantidos de forma similar, e a menores ativos de instrumentos financeiros derivados.

Análise financeira

Análise de resultados por negócio

	2015 M€	2014 M€
Informações da demonstração dos resultados		
Rendimento financeiro líquido	249	214
Rendime	(805)	120
Rendimento total	765	1 026
Ativos e benefícios líquidos derivados de contratos de seguros	209	1.360
Rendimento total líquido de indemnizações de seguros	(373)	(310)
Encargos com imparidades de crédito e outras provisões	(164)	1.050
(Despesa)/rendimento operacional líquido	(78)	(168)
Despesas operacionais	(242)	882
Imposto bancário do Reino Unido	(873)	(1.510)
Contencioso	(78)	(91)
Custos para consecução	(148)	(198)
Despesas operacionais totais	(100)	(212)
Outras despesas líquidas	(1.199)	(2.011)
Perdas antes de impostos	(18)	(51)
	(1.459)	(1.180)
Informações do balanço patrimonial		
Empréstimos e adiantamentos a bancos e a clientes a custo amortizado ^a	45.9 M€	63.9 M€
Ativos de instrumentos financeiros derivados	210.3 M€	285.4 M€
Passivos de instrumentos financeiros derivados	198.7 M€	277.1 M€
Acordos de revenda invertida e outros empréstimos garantidos similares ^b	2.4 M€	49.3 M€
Ativos financeiros designados ao justo valor ^b	20.1 M€	22.2 M€
Total ativos	303.1 M€	471.5 M€
Depósitos de clientes	14.9 M€	21.6 M€
Factos principais		
Número de colaboradores (equivalentes a tempo inteiro)	5.600	8.900
Análise do rendimento total líquido de indemnizações de seguros		
Negócios	613	1.101
Títulos e empréstimos	(481)	117
Derivados	(296)	(168)
Rendimento total líquido de indemnizações de seguros	(164)	1.050

Nota

a Em 31 de dezembro de 2015, os empréstimos e adiantamentos incluíam 35.2 M€ (2014: 51.6 M€) de empréstimos e adiantamentos a clientes (incluindo saldos de liquidações de 0.2 M€) (2014: 1.6 M€) e garantias reais de 19.0 M€ (2014: 22.1 M€) e empréstimos e adiantamentos a bancos de 10.6 M€ (2014: 12.3 M€) (incluindo saldos de liquidações de zero (2014: 0.3 M€) e garantias reais de 10.1 M€ (2014: 11.3 M€)).

b Durante 2015, os novos acordos de recompra inversa e outros empréstimos similares em determinados negócios foram designados pelo justo valor, para um melhor alinhamento com o modo como o negócio gere o risco e o desempenho da carteira. Foram incluídos nos ativos financeiros ao justo valor os acordos de recompra inversa designados pelo justo valor de 1.4 M€ (2014: 1.0 M€).

Demonstrações financeiras

Índice

Análise detalhada das nossas contas estatutárias, auditadas de forma independente, e incluindo a divulgação detalhada do desempenho financeiro do Grupo.

	Página	Nota
Demonstrações financeiras consolidadas		
▪ Apresentação da informação	154	
▪ Relatório dos Auditores Independentes	156	
▪ Relatório de uma Firma Independente de Técnicos Oficiais de	158	
▪ Demonstração de resultados consolidada	159	
▪ Demonstração de resultados detalhados consolidada	160	
▪ Balanço consolidado	161	
▪ Mapa consolidado de alterações ao capital próprio	162	
▪ Mapa de fluxos de caixa consolidado	164	
▪ Notas às demonstrações financeiras	165	
▪ Políticas contabilísticas significativas	165	1
Notas às demonstrações		
Desempenho/retorno		
▪ Relatório segmentado	169	2
▪ Rendimento financeiro líquido	169	3
▪ Rendimento de honorários e comissões líquido	170	4
▪ Rendimento de negociação líquido	170	5
▪ Rendimento de investimentos líquido	171	6
▪ Encargos com imparidades de crédito e outras provisões	171	7
▪ Despesas operacionais	173	8
▪ Perdas com a alienação de subsidiárias, associadas e joint	173	9
▪ Tributação	174	10
▪ Dividendos de ações ordinárias	177	11
Ativos e passivos detidos pelo justo		
▪ Carteira de negociação	178	12
▪ Ativos financeiros designados ao justo valor	178	13
▪ Instrumentos financeiros derivados	179	14
▪ Ativos financeiros disponíveis para venda	185	15
▪ Passivos financeiros designados ao justo valor	185	16
▪ Justo valor de ativos e passivos	186	17
▪ Compensação de ativos financeiros e passivos financeiros	207	18
Instrumentos financeiros detidos a custo amortizado		
▪ Empréstimos e adiantamentos aos bancos e clientes	210	19
▪ Locações financeiras	210	20
▪ Acordos de recompra inversa e de recompra incluindo outros créditos e empréstimos similares	211	21
Ativos não correntes e outros investimentos		
▪ Bens imóveis e equipamentos	212	22
▪ Goodwill e ativos intangíveis	213	23
▪ Locações operacionais	217	24
Acréscimos, provisões, passivos contingentes e processos judiciais		
▪ Acréscimos, rendimentos diferidos e outras dívidas passivas	218	25
▪ Provisões	218	26
▪ Passivos e compromissos contingentes	221	27
▪ Questões jurídicas, de concorrência, e regulamentares	221	28
Instrumentos de capital, capital próprio reservas		
▪ Passivos subordinados	233	29
▪ Ações ordinárias, prêmios de ações e outro capital próprio	237	30
▪ Reservas	241	31
▪ Interesses não controladores	242	32
Benefícios dos colaboradores		
▪ Custos de pessoal	243	33
▪ Pagamentos com base em ações	244	34
▪ Pensões e benefícios de reforma	246	35
Âmbito da consolidação		
▪ Principais subsidiárias	251	36
▪ Entidades estruturadas	253	37
▪ Investimentos em entidades associadas e joint ventures	258	38
▪ Operações de titularização	259	39
▪ Ativos penhorados	262	40
Outros assuntos de divulgação		
▪ Transações de partes relacionadas e remunerações dos	263	41
▪ Remuneração de auditores	266	42
▪ Gestão de riscos financeiros, de liquidez e de capital	266	43
▪ Ativos não-correntes detidos para venda e passivos associados	267	44
▪ Compromissos relacionados	269	45

Apresentação da informação

O Barclays Bank PLC é uma sociedade anónima, registada em Inglaterra com o número de empresa 1026167. O banco foi constituído a 7 de agosto de 1925 ao abrigo da Lei Bancária Colonial de 1925, e em 4 de outubro de 1971 foi registado como uma sociedade por ações e de responsabilidade limitada ao abrigo da Lei das Empresas de 1948 a 1967. De acordo com a Lei do Barclays Bank de 1984, no dia 1 de janeiro de 1985 o Banco foi registado como uma sociedade anónima e o seu nome foi alterado de Barclays Bank International Limited para Barclays Bank PLC.

Todo o capital social constituído por ações ordinárias emitido pelo Barclays Bank PLC é propriedade do Barclays PLC.

Abordagem do Barclays às divulgações

O Grupo pretende melhorar continuamente as suas divulgações e a sua utilidade para os leitores das demonstrações financeiras, à luz de práticas de mercado inovadoras e das "áreas de interesse". Consequentemente, as divulgações do Barclays vão além dos padrões mínimos requeridos pelas normas contabilísticas e por outros requisitos regulamentares.

O Barclays continua a respeitar as recomendações e a orientação apresentada pelo Grupo de Trabalho para a Melhoria da Divulgação (EDTF). O EDTF foi formado pelo Conselho de Estabilidade Financeira com a atribuição de ampliar e aprofundar as divulgações dos bancos globais numa série de áreas, nomeadamente na liquidez e no financiamento, no risco de crédito, e no risco e mercado. O Barclays adotou completamente estas recomendações ao longo do Relatório Anual e do Relatório do 3º Pilar.

Alinhado com as orientações do Conselho de Informação Financeira sobre relatórios Claros e Concisos, para 2015 o Barclays concentrou os relatórios nos itens relevantes e tentou reorganizar a informação para apoiar a compreensão dos utilizadores.

O Barclays é da opinião que as melhores divulgações continuarão a evoluir graças ao envolvimento contínuo dos mercados e das partes interessadas no setor bancário. O Barclays compromete-se a seguir o Código publicado para Divulgação de Informação Financeira (o Código). O

Código define cinco princípios para divulgação com orientações de apoio, que definem que os bancos do Reino Unido:

- fornecerão divulgações de alta qualidade, preponderantes, e úteis à tomada de decisão;
- reverão e melhorarão a divulgação sobre os seus instrumentos financeiros para áreas chave de interesse;
- avaliarão a aplicabilidade e relevância das recomendações sobre as boas práticas nas suas divulgações reconhecendo a importância dessas instruções;
- procurarão melhorar a comparabilidade das divulgações de mapas financeiros em todo o sector bancário do Reino Unido; e
- distinguirão claramente nos seus relatórios anuais entre a informação auditada e a informação não auditada.

Código para a Divulgação de Informação Financeira da Associação de Banqueiros Britânica (BBA)

O Barclays adotou o Código da BBA para a Divulgação de Relatórios Financeiros e preparou o Relatório Anual e Contas de 2015 em conformidade com o Código.

Contas Oficiais

As contas consolidadas do Barclays Bank PLC e das suas subsidiárias são apresentadas nas páginas 159 a 164. As políticas contabilísticas das páginas 165 a 168 e as Notas que iniciam na página 169 aplicam-se do mesmo modo a ambos os conjuntos de contas, a menos que seja referido em contrário.

Diferenças entre o Barclays Bank PLC e a Empresa Mãe – Barclays PLC

O Barclays Bank PLC é uma subsidiária inteiramente detida do Barclays PLC, que é a Empresa-Mãe do Grupo. As atividades comerciais do Grupo Barclays Bank PLC e do Grupo Barclays PLC são fundamentalmente as mesmas, sendo a única diferença a empresa detentora, o Barclays PLC. As diferenças de informação entre o Barclays Bank PLC e o Barclays PLC são devidas à empresa detentora e às consequentes diferenças nas estruturas de financiamento. As diferenças significativas são descritas seguidamente.

Tipo de Instrumento	Barclays PLC M£	Barclays Bank PLC M£	Razão principal para a diferença
Ações preferenciais	-	5.486	Ações preferenciais e notas de capital emitidas pelo Barclays Bank PLC são incluídas no capital social do Barclays Bank PLC e apresentadas como interesses não-controladores nas demonstrações financeiras do Grupo Barclays PLC.
Capital social de outros acionistas	-	485	
Interesses não-controladores (NCI)	6.054	1.914	
Ações próprias	(68)	-	As ações do Barclays PLC detidas para fins de regimes de ações de empregados e para comercialização são reconhecidas respetivamente como investimentos disponíveis para venda e ativos da carteira de negociação no Barclays Bank PLC. O Barclays PLC deduz estas ações próprias do capital social dos acionistas.
Reserva para Capitalização (CRR)	394	24	Decorrente da remissão ou troca de ações do Barclays PLC ou do Barclays Bank PLC, respetivamente.

Apresentação da informação

Notas de Capital de Contingência (CCN) do Barclays Bank PLC

O Barclays Bank PLC emitiu duas séries de notas de capital de contingência (CCN). Ambas as séries pagam juros e capital ao detentor, salvo se o rácio consolidado CRD IV CET 1 (declaração provisória da ASF em outubro de 2012) do Barclays PLC descer abaixo de 7%, caso em que serão canceladas da visão consolidada. Os cupões pagos pelas CCN são mais elevados do que uma taxa de juro de mercado para uma nota semelhante e sem este risco.

A contabilidade destes instrumentos é distinta nos relatórios financeiros consolidados do Barclays PLC e Barclays Bank PLC da seguinte forma:

- No caso da emissão de CCN de 7.625%, o cancelamento é exercido por uma transferência legal e automática do título, do detentor para o Barclays PLC. Nestas circunstâncias, o Barclays Bank PLC permanece responsável junto do Barclays PLC. O Barclays Bank PLC não beneficia da possibilidade de cancelamento, embora pague uma taxa maior que a do mercado por uma nota similar, e por essa razão o justo valor inicial da nota reconhecida foi mais elevado que o do valor nominal. A diferença entre o justo valor e o valor nominal será amortizada na demonstração de resultados ao longo do tempo.
- No caso da emissão de CCN de 7.75%, o cancelamento é exercido diretamente no Barclays Bank PLC. Para o Barclays Bank PLC, a possibilidade de cancelamento é valorizada separadamente da responsabilidade inicial, como um derivado embutido em que as alterações no justo valor são declaradas na demonstração de resultados. O justo valor inicial da responsabilidade inicial será maior que o valor nominal pelo montante do justo valor inicial do derivado, e a diferença será amortizada na demonstração de resultados ao longo do tempo.

Cobertura de fluxos de caixa

Não se espera que o Barclays Bank PLC volte a estar exposto a fluxos de caixa de taxa variável relativamente a ativos que tenham sido previamente designados em coberturas de fluxos de caixa. Este é um resultado direto da circunscrição bancária antecipada, e da transferência de ativos para uma entidade que não deverá ser consolidada com o Barclays Bank PLC (embora deva ser consolidada com o Barclays PLC).

Como consequência, o Barclays Bank PLC reciclou montantes anteriormente aplicados em reservas para cobertura de fluxos de caixa relativos a estes fluxos de caixa, e descontinuou os relacionamentos futuros de contabilidade de cobertura para estes fluxos de caixa, o que aumentou a volatilidade da sua demonstração de resultados. Durante o 4T de 2015, isto resultou num rendimento antes de impostos de 692 M£.

Relatório dos Auditores Independentes

Relatório dos Auditores Independentes aos membros do Barclays Bank PLC

Relatório sobre as

demonstrações financeiras

A nossa opinião

Na nossa opinião, as demonstrações financeiras do Grupo Barclays Bank PLC e as demonstrações financeiras da Empresa-Mãe (as "demonstrações financeiras"):

- oferecem uma visão real e justa do estado dos negócios do Grupo e da Empresa-Mãe à data de 31 de dezembro de 2015 e dos lucros e fluxos de caixa do Grupo e da Empresa-Mãe referentes ao período de 12 meses (o "período") terminado nessa data;
- foram adequadamente preparados de acordo com as IFRS (International Financial Reporting Standards - Normas Internacionais de Informação Financeira), tal como adotadas pela UE e
- foram preparadas de acordo com os requisitos da Lei das Empresas de 2006.

O que foi auditado

As demonstrações financeiras, incluídas no Relatório Anual, compreendem:

- os balanços patrimoniais consolidados e da Empresa-Mãe em 31 de dezembro de 2015;
- a demonstração consolidada de resultados e a demonstração consolidada de resultados detalhada para o período terminado nessa data;
- as demonstrações de fluxos de caixa consolidadas e da Empresa-Mãe para o período terminado nessa data;
- as demonstrações de alteração de capital consolidadas e da Empresa-Mãe para o período terminado nessa data e
- as notas às demonstrações financeiras, que incluem o resumo das políticas de contabilidade essenciais e outras informações explicativas.

Algumas divulgações obrigatórias foram apresentadas noutro ponto do Relatório Anual, em vez de serem apresentadas nas notas às demonstrações financeiras. Esses casos são referenciados nas demonstrações financeiras e foram identificados como auditados.

O modelo de informação financeira aplicado na preparação das demonstrações financeiras e a lei aplicável e as IFRS, tal como adotadas pela UE.

Na aplicação do modelo de informação financeira, os diretores fizeram uma série de avaliações subjetivas, como por exemplo no que respeita a estimativas contabilísticas significativas. Ao terem feito essas estimativas, fizeram suposições e consideraram eventos futuros.

Opinião sobre outras matérias determinadas pela Lei das Empresas de 2006

Na nossa opinião, as informações contidas no Relatório Estratégico e no Relatório dos Diretores referentes ao ano financeiro a que as demonstrações financeiras dizem respeito, são consistentes com as demonstrações financeiras.

Opinião sobre divulgações adicionais

Relatório sobre a Remuneração dos Diretores

A Empresa-Mãe prepara voluntariamente um Relatório sobre a Remuneração dos Diretores, em conformidade com as provisões da Lei das Empresas de 2006. Os diretores solicitaram-nos que auditássemos a parte do Relatório sobre a Remuneração dos Diretores especificada pela Lei das Empresas de 2006 como devendo ser auditada caso a Empresa-Mãe fosse uma empresa cotada.

Na nossa opinião, a parte do Relatório sobre a Remuneração dos Diretores foi adequadamente preparada em conformidade com a Lei das Empresas de 2006.

Matérias sobre as quais temos a obrigação de relatar por exceção

Adequação dos registos contabilísticos e informação e explicações recebidas

A Lei das Empresas 2006 obriga-nos a relatar se, na nossa opinião:

- não tivermos recebido todas as informações e explicações requeridas para a realização da nossa auditoria; ou
- não foram mantidos registos contabilísticos adequados pela Empresa-Mãe, ou se não foram recebidos resultados adequados à nossa auditoria provenientes de sucursais que não foram visitadas por nós; ou
- se as demonstrações financeiras da Empresa-Mãe não estiverem em conformidade com os registos e resultados contabilísticos.

Não existem exceções a reportar resultantes desta responsabilidade.

Remuneração dos Diretores

A Lei das Empresas de 2006 obriga-nos a relatar se, na nossa opinião, não estiverem a ser efetuadas certas divulgações especificadas na lei sobre a remuneração dos Diretores. Não temos exceções a relatar decorrentes desta responsabilidade.

Relatório dos Auditores Independentes

Relatório dos Auditores Independentes aos membros do Barclays Bank PLC

Responsabilidades referentes às demonstrações financeiras e a auditoria

As nossas responsabilidades e as dos diretores

Tal como explicado mais pormenorizadamente na Declaração das Responsabilidades dos Diretores da página 34, os diretores são responsáveis pela preparação das demonstrações financeiras e para que estas reflitam uma visão verdadeira e justa.

A nossa responsabilidade consiste em auditar e exprimir uma opinião sobre as demonstrações financeiras, em conformidade com a lei aplicável e com as Normas Internacionais de Auditoria (Reino Unido e Irlanda) ("ISA do Reino Unido e Irlanda"). Estas normas obrigam-nos a cumprir as Normas Éticas para Auditores do Conselho para as Práticas de Auditoria.

Este relatório, incluindo as opiniões nele contidas, foi preparado para e somente para os membros da Empresa Mãe como um órgão conforme ao Capítulo 3 da Parte 16 da Lei das Empresas de 2006, e não para qualquer outro fim. Não aceitamos nem assumimos qualquer responsabilidade, ao dar estas opiniões, relativamente a qualquer outro fim ou a qualquer outra pessoa a quem este relatório possa ser apresentado ou que tenha acesso ao mesmo, salvo quando expressamente autorizado pelo nosso consentimento prévio e por escrito.

O que envolve a auditoria das demonstrações financeiras

Efetuámos a nossa auditoria de acordo com a ISA (Reino Unido e Irlanda). Uma auditoria envolve a obtenção da confirmação das importâncias, e a divulgação dessas importâncias nos mapas da situação financeira é suficiente como garantia razoável de que os mapas da situação financeira não contêm qualquer incorreção relevante, quer seja provocada por fraude ou erro. Isto inclui as seguintes avaliações:

- à adequabilidade das políticas contabilísticas relativamente às circunstâncias do Grupo e da empresa-mãe, e se as políticas foram aplicadas de forma consistente e devidamente divulgadas
- à razoabilidade das estimativas contabilísticas importantes feitas pelos diretores; e
- à apresentação global das demonstrações financeiras.

O nosso trabalho é principalmente centrado nestas áreas, avaliando as decisões dos diretores quanto às provas disponíveis, formando as nossas próprias decisões, e avaliando as divulgações nas demonstrações financeiras.

Testamos e examinamos a informação, usando técnicas de amostragem e outras técnicas de auditoria, até à medida por nós considerada necessária para fornecer uma base razoável à elaboração de conclusões. Obtemos as provas da auditoria através de testes à eficácia dos controlos, dos principais procedimentos, e a uma combinação de ambos.

Para além disso, lemos todas as informações financeiras e não financeiras constantes no Relatório Anual a fim de identificar inconsistências relevantes com as demonstrações financeiras auditadas ou qualquer informação aparente e relevantemente incorreta que se baseie em, ou seja inconsistente com, o conhecimento adquirido por nós próprios no decurso da execução da auditoria. No caso de vírmos a reconhecer qualquer demonstração aparente e relevantemente incorreta, consideraremos as suas implicações no nosso relatório.

Henry Daubeney (Auditor Legal Sénior)
para e em nome de PricewaterhouseCoopers
LLP Técnicos Oficiais de Contas e Auditores
Legais, Londres
29 de fevereiro de 2016

Notas

- a A manutenção e a integridade do website do Barclays é da responsabilidade dos diretores; o trabalho realizado pelos auditores não envolve a consideração de tais assuntos, e sendo assim, os auditores não aceitam quaisquer responsabilidades por qualquer alteração que possa ocorrer nos mapas da situação financeira desde que foram inicialmente apresentados no website.
- b A legislação do Reino Unido que rege a preparação e a disseminação das demonstrações financeiras pode diferir da legislação de outras jurisdições.

Relatório de uma Firma Independente de Técnicos Oficiais de Contas

Relatório de uma Firma Independente de Técnicos Oficiais de Contas

Ao Conselho de Administração e Acionistas do Barclays Bank PLC

Na nossa opinião, os balanços patrimoniais consolidados e as correspondentes demonstrações consolidadas de resultados, demonstrações detalhadas de rendimentos, demonstrações consolidadas de alterações ao capital social, e demonstrações consolidadas de fluxos de caixa apresentam de forma adequada, em todos os aspetos relevantes, a posição financeira do Barclays Bank PLC ("o Banco") e das suas subsidiárias a 31 de dezembro de 2015 e a 31 de dezembro de 2014, bem como os resultados das suas operações e os seus fluxos de caixa para cada um dos três anos no período terminado a 31 de dezembro de 2015, em conformidade com as Normas Internacionais de Informação Financeira, emitidas pelo Conselho Internacional de Normas Contabilísticas. Estas demonstrações financeiras são da responsabilidade da gestão do Banco. A nossa responsabilidade consiste em exprimir uma opinião sobre estas demonstrações financeiras, baseados nas nossas auditorias. Completámos as nossas auditorias de acordo com as normas no Conselho de Supervisão de Contabilidade de Sociedades Públicas (Estados Unidos). Estas normas obrigam a que planeemos e conduzamos as nossas auditorias para obter uma garantia razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de incorreções relevantes. Uma auditoria inclui a examinação, numa base de amostragem, de provas que comprovem os montantes e divulgações das demonstrações financeiras, aferindo os princípios contabilísticos usados e as estimativas significativas avançadas pelos gestores, e avaliando a apresentação global das demonstrações financeiras. Estamos convictos de que a nossa auditoria fornece uma base razoável à nossa opinião.

PricewaterhouseCoopers
LLP Londres, Reino Unido
29 de fevereiro de 2016

Mapa financeiro consolidado

Mapa consolidado dos resultados do exercício

	Notas	O Grupo	
		2015	2014
Para o ano terminado em 31 de dezembro		£m	£m
Operações contínuas			
Juros credores		17.195	17.369
Juros pagos		(3.882)	(5.231)
Rendimento líquido dos juros		13.313	12.138
Honorários e comissões	4	9.679	9.850
Gastos de honorários e comissões	4	(1.763)	(1.662)
Rendimento líquido de honorários e comissões		7.916	8.188
Juros de exploração líquidos	5	3.627	3.310
Rendimento líquido de capital	6	1.138	1.328
Prémios líquidos de contratos de seguros		709	669
Outros rendimentos		52	182
Rendimento total		26.755	25.815
Ativos líquidos e benefícios derivados de contratos de seguros		(533)	(480)
Rendimento total líquido de indemnizações de seguros		26.222	25.335
Encargos de depreciação e outras concessões de crédito	7	(2.114)	(2.168)
Rendimento operacional líquido		24.108	23.167
Custos de pessoal	33	(9.960)	(11.005)
Custos de infraestruturas	8	(3.180)	(3.443)
Administração e despesas gerais	8	(3.528)	(3.615)
Provisão para reparação de clientes do R.U.	26	(2.772)	(1.110)
Provisão para investigação contínua e litígios em matéria de moeda estrangeira	26	(1.237)	(1.250)
Despesas operacionais		(20.677)	(20.423)
Participação de rendimento integral de associadas e empreendimentos conjuntos		47	36
Perda sobre a alienação de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	9	(637)	(471)
Lucro antes de impostos		2.841	2.309
Tributação	10	(1.603)	(1.455)
Lucros após impostos		1.238	854
Atribuível a:			
Detentores de capital próprio da Sociedade-mãe		911	528
Interesses não controladores	32	327	326
Lucros após impostos		1.238	854

Notas:

Como permitido pela secção 408 (3) da Lei das Empresas de 2006, não foi apresentada um mapa de rendimento da entidade-mãe.

Mapa financeiro consolidado

Declaração consolidada de rendimentos globais

	O Grupo	
	2015	2014
Para o ano terminado em 31 de Dezembro	£m	£m
Lucros após impostos	1.238	854
Outros (perdas)/rendimentos integrais de operações contínuas:		
Reserva de conversão de moeda		
Diferenças de transposição de moeda estrangeira	(476)	486
Disponível para venda de reserva		
Ganhos líquidos de mudanças de valor facial	44	5.346
Ganhos líquidos transferidos para lucros líquidos na alienação	(377)	(619)
(Ganhos)/perdas líquidas transferidas para lucros líquidos por imparidade	17	(31)
Ganhos líquidos transferidos para lucro líquido devida ao justo valor dos instrumentos de cobertura	148*	(4.074)
Mudanças nas responsabilidades de seguros	86	(94)
Imposto	132	(102)
Reserva de cobertura do fluxo de caixa		
Ganhos/(perdas) líquidos de mudanças de valor facial	(1.091)	2.687
Ganhos líquidos transferidos para lucros líquidos	(276)	(767)
Imposto	221	(380)
Outros	19	(19)
Rendimento/(prejuízo) total integral que poderá ser reciclado para lucro ou prejuízo	(1.849)	2.433
Outros (perdas)/rendimentos integrais não reciclado para lucros ou perdas:		
Mensurações de benefícios de reforma	1.174	268
Imposto	(260)	(63)
Outro rendimento/(prejuízo) integral para o período	(935)	2.638
Total de rendimento compreensivo para o ano	303	3.492
Atribuível a:		
Detentores de capital próprio da Sociedade-mãe	457	3.245
Interesses não controladores	(154)	247
	303	3.492

Mapa financeiro consolidado

Balço consolidado

Em 31 de dezembro	Notes	O Grupo		O Banco	
		2015	2014	2015	2014
		ME	ME	ME	ME
Ativos					
Caixa e disponibilidades nos bancos centrais		49.711	39.695	43.669	35.469
Itens em fase de cobrança a outros bancos		1.011	1.210	596	801
Ativos da carteira de negociao	12	77.398	114.755	33.057	49.076
Ativos financeiros designados ao justo valor:	13	76.830	38.300	71.987	40.867
Instrumentos financeiros derivados	14	327.870	440.076	316.252	426.565
Investimentos disponiveis para venda	15	90.304	86.105	83.608	78.590
Empréstimos e adiantamentos a bancos	19	41.829	42.657	62.201	57.438
Empréstimos e adiantamentos a clientes	19	399.217	427.767	395.207	429.814
Acordos de revenda invertida e outros empréstimos garantidos	21	28.187	131.753	28.803	102.824
Pagamentos antecipados, receitas acrescidas e outros ativos		3.027	3.604	9.103	16.529
Investimentos em entidades associadas e empreendimentos comuns	38	573	711	127	193
Investimentos em filiais		-	-	17.782	18.345
Propriedade, planta e equipamento	22	3.468	3.786	1.502	1.601
Goodwill e ativos intangiveis	23	8.222	8.180	5.340	4.945
Ativos por impostos correntes	10	385	334	27	-
Ativos por impostos diferidos	10	4.495	4.130	2.069	2.079
Ativos de beneficios de reforma	35	836	56	807	-
Ativos não correntes classificados como detidos para venda	44	7.364	15.574	5.180	620
Total ativos		1.120.727	1.358.693	1.077.317	1.265.756
Passivos					
Depósitos de bancos		47.080	58.390	63.682	70.342
Itens em fase de cobrança devidos a outros bancos		1.013	1.177	758	911
Contas de clientes		418.307	427.868	411.791	425.134
Acordos de recompra e empréstimos garantidos similares	21	25.035	124.479	26.164	95.373
Passivo de carteiras de negociao	12	33.967	45.124	23.567	25.910
Passivos financeiros designados ao justo valor:	16	91.745	56.972	90.198	62.716
Instrumentos financeiros derivados	14	324.252	439.320	310.025	419.605
Títulos de dívida em circulao		69.150	86.099	45.720	63.771
Passivos subordinados	29	21.955	21.685	21.411	20.851
Acrescimos, rendimentos diferidos e outras dívidas passivas	25	10.612	11.432	17.779	18.649
Provisões	26	4.142	4.135	3.681	3.790
Passivo de imposto corrente	10	930	1.023	695	395
Passivos por impostos diferidos	10	100	255	6	13
Passivos de pensão de reforma	35	423	1.574	213	1.309
Passivo incluído em grupos de alienao classificados como detido para venda	44	5.997	13.115	4.103	275
Total passivos		1.054.708	1.292.648	1.019.793	1.209.044
Total de investimentos de capital					
Chamada de aumento de capital social e prêmios de emissão	30	14.472	14.472	14.472	14.472
Outros instrumentos de capital próprio	30	5.350	4.350	5.350	4.350
Outras reservas	31	933	2.322	1.498	2.372
Lucros líquidos acumulados		43.350	42.650	36.204	35.518
Capital próprio excluindo interesses não controladores ^a		64.105	63.794	57.524	56.712
Interesses não controladores	32	1.914	2.251	-	-
Total de investimentos de capital		66.019	66.045	57.524	56.712
Total passivos e títulos de capital próprio		1.120.727	1.358.693	1.077.317	1.265.756

O Conselho de Administração aprovou as demonstrações financeiras nas páginas 162 a 275 no dia segunda-feira, 29 de Fevereiro de 2016.

John McFarlane
Presidente do Grupo

Jes Staley
Diretor Executivo

Tushar Morzaria Diretor Financeiro do Grupo Notas:

a As permitted by section 408 of the Companies Act 2006 an income statement for the Parent Company has not been presented. Included in shareholders' equity excluding non-controlling interests for 'The Bank' is a profit after tax for the year ended 31 December 2015 of £802m (2014: £1,488m).

Mapa financeiro consolidado

Mapa consolidado de mudanças no capital próprio

O Grupo	Chamada de aumento social de capital social e prêmios de emissão, m.£	Outros instrumentos de capital ^a , m.£	Disponível para venda de reserva ^b , m.£	Reserva de cobertura do fluxo de caixa ^b , m.£	Reserva de conversão de moeda ^b , m.£	Outras reservas e outros acionistas capital próprio ^b , m.£	Lucros líquidos acumulados, m.£	Total de capital próprio excluindo Interesses não controladores, m.£	Interesses não controladores, m.£	Total de investimentos de capital, m.£
Saldo em 1 de janeiro de 2015	14.472	4.350	578	1.817	(582)	509	42.650	63.794	2.251	66.045
Lucros após impostos	-	345	-	-	-	-	566	911	327	1.238
Movimentos de conversão cambial	-	-	-	-	(41)	-	-	(41)	(435)	(476)
Investimentos disponíveis para Cobertura do fluxo de fundos	-	-	(240)	-	-	-	-	(240)	(6)	(246)
Novas mensurações de Pensões	-	-	-	(1.108)	-	-	-	(1.108)	(38)	(1.146)
Outros	-	-	-	-	-	-	916	916	(2)	914
Total de rendimento compreensivo para o ano	-	345	(240)	(1.108)	(41)	-	1.501	457	(154)	303
Emissão e troca de capital próprio instrumentos	-	1.000	-	-	-	-	-	1.000	-	1.000
Outros instrumentos de capital pagos	-	(345)	-	-	-	-	70	(275)	-	(275)
Esquemas de ações liquidadas de Carência de ações do Barclays em esquemas de pagamento em ações	-	-	-	-	-	-	571	571	-	571
Dividendos pagos por ações	-	-	-	-	-	-	(755)	(755)	-	(755)
Dividendos pagos por ações ordinárias e outros acionistas instrumentos	-	-	-	-	-	-	(876)	(876)	(209)	(1.085)
Contribuição em capital do PLC	-	-	-	-	-	-	(343)	(343)	-	(343)
Outras variações de reserva	-	-	-	-	-	-	560	560	-	560
Saldo no dia quinta-feira, 31 de dezembro de 2015	14.472	5.350	338	709	(623)	509	43.350	64.105	1.914	66.019
Saldo em 1 de janeiro de 2014	14.494	2.07	151	273	(1.142)	485	44.6	61.00	2.211	63.220
Lucros após impostos	-	250	-	-	-	-	278	528	326	854
Movimentos de conversão	-	-	-	-	560	-	-	560	(74)	486
Investimentos disponíveis para Cobertura do fluxo de fundos	-	-	427	-	-	-	-	427	(1)	426
Novas mensurações de Pensões	-	-	-	1.54	-	-	-	1.544	(4)	1.540
Outros	-	-	-	-	-	-	205	205	-	205
Total de rendimento este ano	-	250	427	1.54	560	-	464	3.245	247	3.492
Emissão e troca de capital instrumentos	(15)	2.27	-	-	-	16	1.68	590	-	590
Resgate de ações Preferenciais	(7)	-	-	-	-	8	(792)	(791)	-	(791)
Outros instrumentos de capital pagos	-	(250)	-	-	-	-	54	(196)	-	(196)
Esquemas de ações liquidadas Carência de ações do Barclays em esquemas de pagamento em ações	-	-	-	-	-	-	693	693	-	693
Dividendos de ações ordinárias	-	-	-	-	-	-	(866)	(866)	-	(866)
Dividendos de ações e outros capitais próprios de Contribuição em capital do PLC	-	-	-	-	-	-	(821)	(821)	(190)	(1.011)
Outras variações de reserva	-	-	-	-	-	-	(441)	(441)	-	(441)
Saldo no dia quarta-feira, 31 de dezembro de 2014	14.472	4.350	578	1.817	(582)	509	42.650	63.794	2.251	66.045

Notas

a Para mais informações, por favor consulte a Nota 30

b Para mais informações, por favor consulte a Nota 31.

Mapa financeiro consolidado

Demonstração de alteração de capital

O Banco	Chamada de aumento de capital social e prêmios de emissão ^a M€	Outros instrumentos de capital ^a M€	Reserva disponível para venda ¹ M€	Reserva de cobertura de fluxos de M€	Reserva de conversão de M€	Outras reservas e outros capitais de acionistas ^b M€	Lucros acumulados M€	Total M€
Saldo em 1 de janeiro de 2015	14.472	4.350	362	1.807	(370)	573	35.518	56.712
Lucros após impostos	-	345	-	-	-	-	457	802
Movimentos de conversão cambial	-	-	-	-	376	-	-	376
Investimentos disponíveis para venda	-	-	(203)	-	-	-	-	(203)
Cobertura do fluxo de fundos	-	-	-	(1.047)	-	-	-	(1.047)
Novas mensurações de Pensões	-	-	-	-	-	-	886	886
Outros	-	-	-	-	-	-	4	4
Total de rendimento compreensivo para o ano	-	345	(203)	(1.047)	376	-	1.347	818
Emissão de outros instrumentos de instrumentos	-	1.000	-	-	-	-	-	1.000
Outros instrumentos de capital próprio	-	(345)	-	-	-	-	70	(275)
Esquemas de ações liquidadas de	-	-	-	-	-	-	103	103
Investimento de ações Barclays PLC esquemas de pagamento com base em	-	-	-	-	-	-	(144)	(144)
Dividendos pagos por ações ordinárias	-	-	-	-	-	-	(871)	(871)
Dividendos pagos por ações ordinárias e outros capitais próprios de acionistas	-	-	-	-	-	-	(343)	(343)
Contribuição em capital do Barclays	-	-	-	-	-	-	560	560
Outras variações de reserva	-	-	-	-	-	-	(36)	(36)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	14.472	5.350	159	760	6	573	36.204	57.524
Saldo em 1 de janeiro de 2014	14.494	2.078	(12)	254	(712)	549	36.327	52.978
Lucros após impostos	-	250	-	-	-	-	1.238	1.488
Movimentos de conversão cambial	-	-	-	-	342	-	-	342
Investimentos disponíveis para venda	-	-	374	-	-	-	-	374
Cobertura do fluxo de fundos	-	-	-	1.553	-	-	-	1.553
Novas mensurações de Pensões	-	-	-	-	-	-	239	239
Outros	-	-	-	-	-	-	7	7
Total de rendimento compreensivo Ano	-	250	374	1.553	342	-	1.484	4.003
Emissão de outros instrumentos de instrumentos	(15)	2.272	-	-	-	16	(1.683)	590
Resgate de ações Preferenciais	(7)	-	-	-	-	8	(792)	(791)
Outros instrumentos de capital próprio	-	(250)	-	-	-	-	54	(196)
Esquemas de ações liquidadas de	-	-	-	-	-	-	117	117
Investimento de ações Barclays PLC esquemas de pagamento com base em	-	-	-	-	-	-	(128)	(128)
Dividendos pagos por ações ordinárias	-	-	-	-	-	-	(821)	(821)
Dividendos pagos por ações ordinárias e outros capitais próprios de acionistas	-	-	-	-	-	-	(443)	(443)
Contribuição em capital do Barclays	-	-	-	-	-	-	1.412	1.412
Outras variações de reserva	-	-	-	-	-	-	(9)	(9)
Saldo no dia quarta-feira, 31 de	14.472	4.350	362	1.807	370*	573	35.518	56.712

Notas

- a Para mais informações, por favor consulte a Nota 30
b Para mais informações, por favor consulte a Nota 31.

Mapa financeiro consolidado

Mapa de fluxo de caixa consolidado

	O Grupo		O Banco	
	2015	2014	2015	2014
	£m	£m	£m	£m
Para o ano terminado em 31 de Dezembro				
Operações contínuas				
Reconciliação do lucro antes de impostos com fluxo de caixa líquido das atividades:				
Lucro antes de impostos	2.841	2.309	1.216	1.557
Ajustes para artigos não monetários:				
Dedução por imparidade	2.105	2.168	1.145	1.220
Depreciação, amortização e pedra de ativos fixos tangíveis e intangíveis	1.324	1.279	600	646
Outras provisões, incluindo pensões	4.335	3.600	3.767	3.240
Perda líquida pela alienação de investimentos e ativos fixos tangíveis	(374)	(620)	-	-
Outros movimentos não monetários	(2.050)	(1.699)	(2.229)	(829)
Alterações em Ativos e Passivos Operacionais				
Aumento/decréscimo líquido em empréstimos e adiantamentos a bancos e clientes	27.629	3.538	27.472	26.680
Redução líquida em acordos de recompra reversa e outros empréstimos semelhantes	103.566	55.021	74.021	39.871
(Decréscimo) líquido nos depósitos e títulos de dívida em emissão	(37.820)	(1.983)	(38.054)	(65.491)
(Decréscimo) líquido venda com acordo de recompra e outros empréstimos similares	(99.444)	(72.269)	(69.209)	(53.172)
Aumento/decréscimo líquido em instrumentos financeiros derivados	(2.862)	2.586	733	3.251
Redução líquida em ativos de exploração	37.330	18.350	15.992	17.152
Redução líquida em passivos de exploração	(11.157)	(8.340)	(2.343)	(3.080)
Aumento/(decréscimo) líquido em investimentos financeiros	(3.757)	(7.156)	(3.638)	24.544
(Aumento)/decréscimo líquido em outros ativos	(2.343)	(14.694)	3.071	(273)
(Decréscimo)/aumento líquido em outros passivos	(2.236)	7.409	(1.864)	(3.096)
Imposto pago sobre o rendimento	(1.643)	(1.590)	(225)	(82)
Caixa Líquida de Atividades de Exploração	15.444	(12.091)	10.455	(7.862)
Compra de investimentos para venda disponíveis	(120.251)	(108.639)	(119.427)	(102.210)
Produto da cessão ou resgate de investimentos disponíveis para venda	113.048	120.843	113.185	110.437
Compra de propriedade, instalações e equipamento	(852)	(657)	(255)	(310)
(Aumento)/decréscimo líquido em investimentos em subsidiárias	-	-	1.201	(3.409)
Outros movimentos de caixa associados a atividades de investimento	(379)	(886)	(723)	(442)
Numerário líquido proveniente de atividades de investimento	(8.434)	10.661	6.019*	4.066
Dividendos pagos	(1.428)	(1.452)	(1.214)	(1.264)
Procedimentos de empréstimos e emissão de dívida subordinada	1.138	826	896	773
Restituição de empréstimos e reembolso de dívida subordinada	(682)	(1.100)	(280)	(833)
Emissão líquida de ações e outros instrumentos de capital próprio	655	(1.100)	655	(1.100)
Contribuição em capital do Barclays PLC	560	1.412	560	1.412
Numerário líquido proveniente de atividades financeiras	243	(1.414)	617	(1.012)
Efeito da taxa de câmbio no numerário e equivalente	824	(431)	1.157	(819)
Aumento líquido na caixa e nos equivalentes	8.077	(3.275)	6.210	(5.627)
Caixa e equivalentes no início do ano	78.479	81.754	60.728	66.355
Numerário e equivalente no fim do ano	86.556	78.479	66.938	60.728
O numerário e os ativos de elevada liquidez são compostos por:				
Caixa e disponibilidades nos bancos centrais	49.711	39.695	43.669	35.469
Empréstimos e adiantamentos a bancos com maturidade original de menos de três meses	35.876	36.282	22.804	24.543
Tesouraria e outras contas elegíveis com maturidade original com menos de três meses,	816	2.322	312	536
Ativos de carteira de negociação com maturidade original de menos de três meses	153	180	153	180
	86.556	78.479	66.938	60.728

O juro recebido pelo Grupo foi de 20.370M£ (2014: 21.372M£) e o juro pago pelo Grupo foi de 6.992M£ (2014: 8.566M£). O juro recebido pelo Banco foi de 13.812M£ (2014: 15.299M£) e o juro pago pelo Banco foi de 4.582M£ (2014: 6.387M£).

É necessário que o Grupo mantenha saldos com bancos centrais e outras entidades reguladoras e em 31 de dezembro de 2015 isso representa o valor de 4.369 M£ (2014: 4.48 M£). É necessário que o Banco mantenha saldos com bancos centrais e outras entidades reguladoras de 219 M£ (2014: 680 M£).

Para efeitos de elaboração do mapa de fluxo de caixa, o numerário abrange dinheiro na mão e depósitos à ordem, e equivalentes de caixa abrangem investimentos de alta liquidez que são convertíveis em numerário com um risco insignificante de mudanças de valor com vencimentos originais de três meses ou inferior. Acordos de recompra e revenda não são considerados como parte dos equivalentes de caixa.

Notas às demonstrações financeiras

Do ano findo em 31 de Dezembro de 2015

Esta secção descreve as políticas contabilísticas significativas e as estimativas contabilísticas críticas do Barclays relacionadas com as demonstrações financeiras e as suas notas como um todo. Quando uma política contabilística ou uma estimativa contabilística crítica se relacionar com uma nota específica, a política contabilística aplicável e/ou estimativa contabilística crítica serão incluídas na nota relevante.

1 Políticas contabilísticas significativas

1. Entidade de relatório

Estas demonstrações financeiras foram preparadas para o Barclays Bank PLC e para as suas subsidiárias (O Barclays Bank PLC Grupo) ao abrigo da Secção 399 da Lei das Empresas 2006. O Grupo é um prestador de serviços financeiros global ligado à banca de retalho, cartões de crédito, banca grossista, banca de investimentos, gestão de fortunas e serviços de gestão de investimentos.

Barclays Bank PLC é uma sociedade anónima, incorporada e domiciliada na Inglaterra e no País de Gales, com sede legal em Inglaterra e é a empresa subsidiária do Grupo.

2. Conformidade com as Normas Internacionais de Reporte Financeiro

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, e as demonstrações financeiras individuais do Barclays Bank PLC, foram preparadas em conformidade com Normas Internacionais de Informação Financeira (IFRS) e as interpretações (IFRIC) emitidas pelo Comité de Interpretações, e publicadas pelo Conselho das Normas Internacionais de Contabilidade (IASB). Também respeitam as interpretações das IFRS e das IFRIC adotadas pela UE. As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas e individuais definem-se a seguir, e nas notas relevantes às demonstrações financeiras. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente.

3. Base de Preparação

As demonstrações financeiras consolidadas e individuais foram preparadas de acordo com a convenção do custo histórico, modificada de modo a incluir a justa valorização dos bens imóveis e de instrumentos financeiros específicos, na medida necessária ou permitida pelas IFRS e definida nas políticas contabilísticas relevantes. São apresentadas em milhões de libras Esterlinas (M£), a divisa operacional do Barclays Bank PLC.

4. Políticas contabilísticas

O Barclays prepara demonstrações financeiras de acordo com as IFRS. As políticas contabilísticas significativas do Grupo relativas a entradas específicas das demonstrações financeiras, juntamente com uma descrição das estimativas e fundamentos contabilísticos que tenham sido críticos na sua preparação, são apresentadas nas notas relevantes. As políticas contabilísticas que afetam os instrumentos financeiros como um todo apresentam-se seguidamente.

(i) Consolidação

O Barclays aplica a IFRS 10 *Demonstrações Financeiras Consolidadas*.

As demonstrações financeiras consolidadas combinam as demonstrações financeiras do Barclays Bank PLC e de todas as suas subsidiárias. As subsidiárias são entidades sobre as quais o Barclays Bank PLC tem controlo. O Grupo terá controlo sobre outra entidade quando o Grupo quando tiver todos os seguintes:

- 1) poder sobre as atividades relevantes da empresa em que investe, por exemplo, através do direito de voto ou outros direitos;
- 2) exposição ou direitos a retornos variáveis pelo seu envolvimento com a empresa em que investe; e
- 3) a capacidade para afetar esses retornos através do seu poder sobre a empresa em que investe.

A reavaliação do controlo baseia-se na ponderação de todos os factos e circunstâncias. O Grupo reavaliará se controla a empresa em que investe, se os factos e as circunstâncias indicarem que existem alterações a um ou mais dos três elementos de controlo.

As transações e balanços intragrupo são eliminados na consolidação, sendo utilizadas regras de contabilidade consistentes em todo o Grupo para fins de consolidação.

Alterações nos interesses dos proprietários de filiais são consideradas transações de capital próprio, caso incorram após o controlo ter sido obtido e se não resultarem na perda de controlo.

São fornecidos detalhes das principais subsidiárias na Nota 36, e apresenta-se uma lista completa de todas as subsidiárias na Nota 45 Compromissos relacionados.

(ii) Conversão de moeda estrangeira

O Grupo aplica a IAS 21 *Efeitos de Alterações nas Taxas de Câmbio*. As transações e os saldos em moeda estrangeira são convertidas para Libras à taxa em vigor à data da transação. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para Libras à taxa de câmbio do fim do período. Os ganhos e perdas cambiais nesses saldos são reconhecidos na demonstração de resultados.

As operações do Grupo no exterior (incluindo subsidiárias, joint ventures, associadas, e balcões) sediadas fora do Reino Unido podem ter várias divisas operacionais. A divisa operacional de uma operação é a divisa da principal economia a que está exposta.

Antes da consolidação (ou da contabilização patrimonial) os ativos e passivos de operações em divisas diferentes da Libra são convertidos à taxa de fecho, e as entradas de rendimentos, as despesas, e de outros rendimentos gerais são convertidas para Libras à taxa do dia das transações. As diferenças nas taxas de câmbio decorrentes da conversão de operações no exterior são incluídas nas reservas para conversão cambial nos capitais próprios. Estas são transferidas para a demonstração de resultados quando o Grupo perde controlo, controlo conjunto, ou influência significativa sobre a operação no exterior ou quando a operação é parcialmente alienada.

Notas às demonstrações financeiras

Do ano findo em 31 de Dezembro de 2015

1. Políticas contabilísticas significativas continuação

Uma vez que os mapas consolidados da situação financeira incluem as parcerias em que um dos parceiros é membro do Grupo, aproveitou-se a isenção ao abrigo do Regra nº 7 do Regulamento de Parcerias (Contas) de 2008, no que se refere à preparação e preenchimento das demonstrações financeiras individuais das parcerias.

(iii) Ativos e passivos financeiros

O Grupo aplica a IAS 39 *Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração* no reconhecimento, classificação, e mensuração, e no desconhecimento de ativos e passivos financeiros, na imparidade dos ativos financeiros, e na contabilidade de cobertura.

Reconhecimento

O Grupo reconhece ativos e passivos financeiros no momento em que se tornam uma parte dos termos do contrato, que coincide com a data de negociação ou com a data de liquidação.

Classificação e Mensuração

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao justo valor e podem ser detidos a justo valor ou a custo amortizado dependendo da intenção do Grupo relativamente aos ativos e à natureza dos ativos e dos passivos, principalmente determinada pelos seus termos contratuais.

Inclui-se a política contabilística para cada tipo de ativo ou passivo financeiro dentro da nota relevante para cada item. As políticas do Grupo para determinação do justo valor dos ativos e passivos são definidas na Nota 17.

Não reconhecimento

O Grupo não reconhece um ativo financeiro, ou parte de um ativo financeiro da sua folha de balanços quando os direitos contratuais desse ativo já caducaram ou foram transferidos, normalmente por venda e com ele substancialmente todos os riscos e recompensas do ativo juntamente com a capacidade incondicional de vender ou empenhar o ativo.

Os passivos financeiros são retirados do balanço quando o passivo for liquidado, tiver vencido, ou se tiver extinguido. A troca de um passivo financeiro existente por um novo passivo com o mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes (geralmente, uma diferença de 10% no valor atual dos fluxos de caixa) contabiliza-se como uma extinção do passivo financeiro original e um reconhecimento do novo passivo financeiro.

Previsões e raciocínios contabilísticos de importância crítica

As transações nas quais o Grupo transfere ativos e passivos, partes dos mesmos, ou riscos financeiros associados aos mesmos, podem ser complexas e poderá não ser óbvio que todos os riscos e recompensas sejam completamente transferidos. Muitas vezes, é necessário realizar uma análise quantitativa. Uma tal análise compara a exposição do Grupo à variabilidade dos fluxos de caixa do ativo antes da transferência com a sua exposição remanescente após a transferência.

Uma análise de fluxos de caixa desta natureza pode exigir decisão. Em especial, será necessário estimar os fluxos de caixa futuros esperados do ativo, bem como a variabilidade potencial em redor desta expectativa. O método para estimativa dos fluxos de caixa futuros depende da natureza do ativo, devendo ser usados dados de mercado ou implícitos no mercado na maior medida possível. A variabilidade potencial em redor desta expectativa é normalmente determinada por uma maior pressão sobre os parâmetros subjacentes, para criar cenários alternativos e razoáveis de melhoria e agravamento. Seguidamente, atribuem-se probabilidades a cada cenário. Os parâmetros sob pressão podem incluir as taxas de incumprimento, a gravidade das perdas, ou as taxas de pagamento antecipado.

(iv) Instrumentos de dívida e capital próprio emitidos

O Grupo aplica a IAS 32, *Instrumentos Financeiros: Apresentação*, para determinar se o financiamento consiste num passivo financeiro (dívida) ou em capital próprio.

Os instrumentos financeiros emitidos ou os seus componentes são classificados como passivos quando as disposições contratuais resultam numa obrigação atual por parte do Grupo de entregar numerário ou outro ativo financeiro ou um número variável de capital próprio ao detentor do instrumento. Se não for este o caso, o instrumento é geralmente um instrumento de capital próprio e as receitas são incluídas no capital, deduzidos os custos de transação. Os dividendos e outros rendimentos devidos aos detentores do capital próprio são reconhecidos no momento do pagamento ou declarados pelos membros na AGM e tratados como uma dedução aos capitais próprios.

Quando os instrumentos financeiros emitidos contiverem simultaneamente componentes ativos e passivos, serão contabilizados separadamente. O justo valor da dívida é estimado e o saldo dos proveitos é incluído no capital próprio.

Normas e interpretações novas e corrigidas

As políticas contabilísticas adotadas são consistentes com as do exercício anterior. Não ocorreram quaisquer normas ou interpretações novas ou alteradas que tenham resultado numa alteração da política contabilística.

Desenvolvimentos contabilísticos futuros

Tem havido, e é esperada, uma série de alterações significativas ao relato financeiro do Grupo a partir de 2015 como resultado das novas normas ou correções emitidas pelo IASB. As mais significativas destas são as seguintes:

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros

A IFRS 9 Instrumentos Financeiros, que substituirá a IAS 39 *Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração*, entrará em vigor nos períodos iniciados a partir de 1 de janeiro de 2018 inclusive, e espera-se que seja adotada pela UE em 2016. A IFRS 9, em especial os requisitos para imparidades, levará a alterações significativas na contabilização dos instrumentos financeiros.

Notas às demonstrações financeiras

Do ano findo em 31 de Dezembro de 2015

1. Políticas contabilísticas significativas continuação

Imparidade

A IFRS 9 introduz um modelo de imparidades revisto, que obriga que as entidades reconheçam as perdas esperadas no crédito com base em informação prospetiva não enviesada, substituindo o modelo existente de perdas incorridas, que apenas reconhece a imparidade se existirem provas objetivas de já ter ocorrido uma perda.

O modelo de imparidades da IFRS 9 será aplicável a todos os ativos financeiros a custo amortizado, a recebimentos de locações, a ativos financeiros de dívida ao justo valor através de compromissos de crédito OCI, e a contratos de garantia financeira. Isto contrasta com o modelo de imparidades da IAS 39, que não se aplica aos compromissos de crédito nem a contratos de garantia financeira (estes cobertos pela IAS 37). Adicionalmente, o modelo da IAS 39 Ativos disponíveis para venda não está completamente alinhado com o modelo para ativos a custo amortizado.

A IFRS 9 requer o reconhecimento das perdas esperadas no crédito para instrumentos financeiros cujo crédito de risco tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. Se o risco de crédito não tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial, serão reconhecidos 12 meses de perdas esperadas no crédito, sendo as perdas esperadas no crédito decorrentes de eventos-padrão que sejam de ocorrência possível no prazo de 12 meses a contar da data de notificação.

As perdas esperadas no crédito consistem na probabilidade não-avisada de perdas médias ponderadas por incumprimento no crédito, determinada pela valorização de uma série de resultados possíveis e pela previsão das futuras condições económicas. As perdas no crédito correspondem aos montantes devidos contratualmente e previsivelmente não pagos durante a vida do instrumento financeiro, descontados à taxa de juro efetiva.

Segundo a IFRS 9 Instrumentos Financeiros, a imparidade será reconhecida mais cedo do que à luz da IAS 39 porque requer que as perdas sejam reconhecidas antes do evento da perda surgir. A mensuração envolverá maior complexidade e julgamento, incluindo o cálculo de probabilidades de incumprimento, perdas em caso de incumprimento, uma gama de cenários económicos futuros imparciais, estimativa das vidas úteis esperadas, estimativa das exposições no incumprimento e avaliação de aumentos de risco de crédito. Espera-se que tenha um impacto financeiro relevante, mas não será prático divulgar estimativas de impacto financeiro de confiança até que o programa de implementação seja mais desenvolvido.

Com base nos requisitos atuais do CRD IV, o aumento esperado na provisão contabilística para imparidades reduziria o capital CET1, mas esse impacto seria parcialmente compensado pelo "excedente de perdas esperadas relativas à imparidade" incluído no cálculo do CET1, como se discutiu na página 97.

Classificação e mensuração

A IFRS 9 obriga a que os ativos financeiros sejam classificados mediante dois critérios:

- 1) o modelo de negócio em que os ativos financeiros são geridos, e
- 2) as características contratuais dos seus fluxos de caixa (se os fluxos de caixa correspondem "apenas a pagamentos de capital e juros").

Os ativos financeiros serão mensurados ao custo amortizado se forem detidos por um modelo de negócio cujo objetivo seja o de deter ativos financeiros para cobrar fluxos de caixa contratuais, e os seus fluxos de caixa contratuais representarem apenas pagamentos de capital e juros.

Os ativos financeiros serão mensurados ao justo valor na rubrica de outros rendimentos gerais, se forem detidos por um modelo de negócio cujo objetivo seja alcançado quer por cobrar fluxos de caixa contratuais ou por venda dos ativos financeiros, e os seus fluxos de caixa contratuais representarem apenas pagamentos de capital e juros.

Outros ativos financeiros são mensurados ao justo valor por via dos resultados. Existe a opção de escolha irrevogável, para investimentos de capital não negociados, de serem mensurados ao justo valor na rubrica de outros rendimentos gerais.

A contabilização dos passivos financeiros permanece em grande parte inalterada, excetuando os passivos financeiros designados ao justo valor por via dos resultados. Os ganhos e perdas associados a estes passivos financeiros e decorrentes das alterações do risco de crédito do Barclays serão apresentados na rubrica de outros rendimentos gerais, em vez de serem apresentados como lucros e perdas.

Contabilidade de cobertura

A IFRS 9 contém requisitos revistos sobre a contabilidade de cobertura, que estão mais alinhados com as estratégias de gestão do risco e os objetivos de gestão do risco de uma determinada entidade. As novas regras substituem o atual teste de eficácia quantitativa por uma versão mais simples, e requerem que exista uma relação económica entre o item coberto e o instrumento de cobertura. Segundo as novas regras, as anulações voluntárias de designações de cobertura não são permitidas.

A adoção dos requisitos de contabilidade de cobertura da IFRS 9 é opcional, e determinados aspetos da IAS 39, no caso da cobertura do justo valor da carteira quanto ao risco de taxa de juro, continuariam a estar disponíveis para as entidades (ao mesmo tempo que a IFRS 9 é aplicável aos restantes relacionamentos de contabilidade de cobertura da entidade) até que o IASB conclua a sua contabilização para o projeto de gestão do risco dinâmico. O Barclays ainda está a ponderar a abordagem mais apropriada para adotar nesta área.

Notas às demonstrações financeiras

Do ano findo em 31 de Dezembro de 2015

1. Políticas contabilísticas significativas continuação

IFRS 15 – Rendimento proveniente de Contratos com Clientes

Em 2014, o IASB emitiu a IFRS 15 *Rendimento proveniente de Contratos com Clientes* que substituirá a IAS 18 *Rendimentos* e a IAS 11 *Contratos de Construção* e se aplica a todos os contratos como clientes, excetuando as locações, instrumentos financeiros e contratos de seguro. Esta norma definirá uma abordagem mais sistemática para a mensuração e reconhecimento do rendimento. Durante o mês de julho de 2015, o IASB confirmou o adiamento da data de entrada em vigor para 2018. A norma ainda não foi aceite pela UE. Não se espera que a adoção desta norma tenha um impacto significativo.

IFRS 16 – Locações

Em janeiro de 2016, o IASB emitiu a IFRS 16 *Locações*, que substituirá a IAS 17 *Locações*. Segundo os novos requisitos, os locatários devem reconhecer no seu balanço os ativos e passivos decorrentes de locações operacionais e financeiras. A data prevista para entrada em vigor é 1 de janeiro. A norma ainda não foi aceite pela UE.

Contratos de seguros

O IASB também tem planos para emitir uma nova norma sobre contratos de seguros. O Grupo está no processo de ponderação dos impactos financeiros destas normas.

Previsões e raciocínios contabilísticos de importância crítica

A preparação de demonstrações financeiras conforme as IFRS requer a utilização de estimativas. Também requer a gestão de tomada de decisões na aplicação das políticas contabilísticas. As principais áreas que envolvem um grau mais elevado de decisão ou complexidade, ou as áreas em que os pressupostos são significativos para as demonstrações financeiras individuais são sublinhadas na nota relevante. As estimativas e decisões contabilísticas críticas são reveladas em:

	Página		Página
Encargos de depreciação e outras concessões de crédito	171	Justo valor dos instrumentos financeiros	186
Impostos sobre o rendimento	174	Provisões	218
Ativos disponível para venda	185	Obrigações de benefício de reforma	245

Outras divulgações

Para melhorar a transparência e a facilidade de referência, concentrando a informação relacionada num só local e para reduzir aplicações as divulgações exigidas pelas IFRS relacionadas com riscos financeiros e recursos de capital foram incluídas na secção de Gestão de Risco governação do seguinte modo:

- Relatório segmentado nas páginas 138 a 152
- Gestão do risco de crédito, nas páginas 53 e 54, incluindo
- Risco de mercado, nas páginas 54 e 55
- Risco de financiamento - capital, nas páginas 57 e 58
- Risco de financiamento - liquidez, na página 59.

Estes são cobertos pelo parecer da Auditoria incluído nas páginas 156 à 158.

Notas às demonstrações financeiras

Desempenho/retorno

As notas incluídas nesta seção estão relacionadas com o Grupo. Inclui-se aqui a informação sobre o rendimento gerado, as despesas incorridas, o desempenho dos vários segmentos, os impostos, e os dividendos.

2 Relatórios segmentados

Apresentação de relatórios segmentados

Os relatórios segmentados do Grupo estão conforme a IFRS 8 *Segmentos Operacionais*. Os segmentos operacionais são relatados de uma forma consistente com os relatórios internos fornecidos ao Comitê Executivo, que é responsável pela atribuição de recursos e por avaliar o desempenho dos segmentos operacionais, e que foi identificado como o principal tomador de decisões operacionais. Todas as transações entre os segmentos do negócio são realizadas em condições comerciais equitativas, com os rendimentos e custos intrassegmentos a serem eliminados na Sede. O rendimento e as despesas diretamente associados a cada segmento incluem-se na determinação do desempenho do segmento de negócio.

A análise do desempenho do Grupo por segmento por negócios e rendimento por segmento geográfico são incluídos nas páginas 138 e 152.

3 Rendimento líquido dos juros

Contabilização de juros credores e juros pagos

O Grupo aplica a IAS 39 *Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração*. Os juros credores em empréstimos e adiantamentos a custo de amortização, os investimentos de dívida disponíveis para venda, e os juros pagos de passivos financeiros detidos como custos amortizados são calculados utilizando o método do juro real, que aloca juros e custos e taxas diretos e marginais sobre a vida esperada dos ativos e dos passivos.

O método do juro efetivo obriga a que o Grupo estime os fluxos de caixa futuros, baseando-se em alguns casos na sua experiência do comportamento dos clientes, considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, bem como todas as vidas esperadas dos ativos e dos passivos. Devido ao grande número de produtos e de tipos (tanto de ativos como de passivos), no decurso da atividade normal não existem estimativas individuais que sejam relevantes para os resultados ou para a posição financeira.

	2015	2014
	M€	M€
Caixa e saldos em bancos centrais	158	193
Investimentos disponíveis para venda	1.387	1.615
Empréstimos e adiantamentos a bancos	535	452
Empréstimos e adiantamentos a clientes	14.732	14.677
Outros	383	432
Juros credores	17.195	17.369
Depósitos de bancos	(171)	(204)
Contas de clientes	(1.035)	(1.434)
Títulos de dívida em circulação	(1.593)	(1.915)
Passivos subordinados	(1.605)	(1.611)
Outros	522	(67)
Juros pagos	(3.882)	(5.231)
Rendimento financeiro líquido	13.313	12.138

Os juros credores incluem 149 M€ (2014: 153 M€) adicionados a empréstimos em imparidade.

Os outros rendimentos financeiros incluem o rendimento financeiro associado a acordos de recompra inversa e à atividade de cobertura. De modo similar, as outras despesas financeiras incluem as despesas financeiras relacionadas com acordos de recompra e a atividade de cobertura. É incluída no rendimento financeiro líquido a ineficácia de coberturas, da forma que se detalha na página 184.

O rendimento financeiro líquido aumentou 10% para 13.313 M€, principalmente impellido pela reciclagem de coberturas de fluxos de caixa, o que resultou num rendimento antes de impostos de 692 M€, bem como por uma melhoria das margens no Barclaycard e na Banca Africana, e por um crescimento do volume tanto na BPE como no Barclaycard. Estes foram parcialmente compensados por uma diminuição da Sede, devido a uma redução no rendimento financeiro dos investimentos AFS. O rendimento financeiro diminuiu 1% para 17.195 M€, impellido pelo declínio no rendimento de investimentos AFS, que desceu 14% para 1.387 M€. As despesas financeiras diminuíram 26% para 3.882 M€, impelidas pela diminuição das despesas financeiras com contas de clientes que baixaram 28% para 1.035 M€, pela diminuição das despesas financeiras com títulos de dívida emitidos que baixaram 17% para 1.593 M€, e pelo rendimento de 692 M€ proveniente da reciclagem das coberturas de fluxos de caixa, que foi registado como outras despesas financeiras.

Notas às demonstrações financeiras

Desempenho/retorno

4 Rendimento líquido de honorários e comissões

Contabilização do rendimento líquido de honorários e comissões

O Grupo aplica a IAS 18 *Rendimento*. As taxas e as comissões cobradas por serviços prestados ou recebidas pelo Grupo são reconhecidas à medida que os serviços são prestados, por exemplo na conclusão da transação subjacente.

	2015	2014
	M€	M€
Rendimento de honorários e comissões		
Honorários e comissões relacionadas com o negócio bancário, a gestão de investimentos, e o crédito, e comissões cambiais.	9.521	9.695
	158	155
Rendimento de honorários e comissões	9.679	9.850
Despesa com	(1.763)	(1.662)
Rendimento líquido de honorários e comissões	7.916	8.188

O rendimento líquido de honorários e comissões diminuiu 272 M€ para 7.916 M€. Isto foi principalmente devido ao rendimento mais baixo devido à venda do negócio Patrimonial dos EUA e do negócio retalhista em Espanha, e ao lançamento da proposta de saque a descoberto da BPE em meados de 2014, que reconhece a maior parte do rendimento de saques a descoberto como rendimento financeiro líquido, e não como honorários. O rendimento da Banca de Investimento diminuiu, impellido por custos mais baixos na subscrição de capital, compensados por maiores honorários em consultoria financeira e por maiores custos na subscrição de dívida. O Crescimento na banca Africana foi compensado por movimentos cambiais adversos. Estes movimentos foram compensados parcialmente por aumentos do Barclaycard, impellidos pelo crescimento nos volumes de pagamentos.

5. Rendimento líquido de negociação

Contabilização do rendimento líquido de negociação

De acordo com a IAS 39 *Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração*, as posições de negociação são mantidas ao justo valor, e os ganhos e perdas resultantes são incluídos na demonstração financeira, juntamente com os juros e dividendos decorrentes da tomada de posições longas e curtas e com os custos de financiamento relacionados com as atividades de negociação.

O rendimento decorre das margens conseguidas da compra e venda de posições de negociação, margens essas que são atingidas através da ação do mercado, do negócio a clientes, e das alterações ao justo valor causadas por movimentos nas taxas de juro e de câmbio, nos preços do capital, e em outras variáveis do mercado.

Os ganhos/perdas com o crédito próprio resultam da justa valorização de passivos financeiros designados ao justo valor por via dos resultados. Ver Nota 16 Passivos financeiros designados ao justo valor.

	2015	2014
	M€	M€
Rendimento de negociação	3.197	3.276
	430	34
Juros de exploração líquidos	3.627	3.310

Incluídos no rendimento líquido de negociação estão ganhos de 992 M€ (2014: 1.051 M€ de perdas) em ativos financeiros designados ao justo valor e perdas de 187 M€ (2014: 65 M€ de perdas) em passivos financeiros designados ao justo valor.

O rendimento de negociação líquido aumentou 10% para 3.627 M€, refletindo principalmente uma variação favorável de 396 M€ no crédito próprio devida ao alargamento dos spreads de crédito da dívida emitida pelo Barclays. O rendimento de negociação diminuiu 79 M€ para 3.197 M€, principalmente impellido pela alienação e fecho continuados de determinados negócios e por movimentos no justo valor da carteira ESHLA no negócio Non-Core, e pela depreciação do ZAR face à GBP. Isto foi compensado parcialmente por aumentos nos vários negócios de Banca de Investimento, impellidos por uma maior volatilidade e uma maior atividade de negociação durante o ano.

6 Rendimento líquido do investimento

Contabilização de rendimentos de investimento líquidos

Os dividendos são reconhecidos quando se estabelece o direito a receber o dividendo. As outras políticas contábilísticas relativas ao rendimento do capital líquido estão especificadas na Nota 15: Investimentos financeiros disponíveis para venda e na Nota 13 Ativos financeiros designados ao justo valor.

	2015	2014
	M€	M€
Ganhos líquidos da alienação de ativos disponíveis para venda	374	620
Rendimento de dividendos	8	9
Ganho líquido de instrumentos financeiros designados ao justo valor	238	233
Outros rendimentos de investimento	518	466
Rendimento líquido do investimento	1.138	1.328

O rendimento líquido do investimento diminuiu 14% para 1.138M€. Para esta situação contribuíram em grande parte os ganhos mais reduzidos e o menor número de investimentos disponíveis para venda, devido às condições desfavoráveis do mercado. Durante o ano, foi reconhecido um ganho de 496 M€ (2014: 416 M€) em rendimentos de outros investimento, devido à resolução jurídica final e completa relativa aos ativos adquiridos ao Lehman dos EUA.

7 Encargos de depreciação e outras concessões de crédito

Contabilização de imparidades de ativos financeiros

Empréstimos e outros ativos detidos como custos amortizados

De acordo com a IAS 39, o Grupo avalia à data de cada balanço se existem evidências objetivas de que os ativos de empréstimos ou os investimentos financeiros (dívidas ou investimentos de capital) disponíveis para venda não serão recuperados na íntegra e, quando necessário, reconhece as perdas por imparidade no mapa de resultados do exercício.

Uma perda por imparidade será reconhecida se existirem evidências objetivas de imparidade resultantes de eventos que tenham ocorrido e tido um impacto adverso sobre os fluxos de caixa futuros estimados dos ativos. Estes eventos incluem:

- a consciencialização para dificuldades financeiras significativas do emissor ou devedor
- uma violação do contrato, como uma falha por incumprimento ou um delito nos reembolsos de juros ou capital;
- a concessão pelo Grupo, por razões económicas e legais relacionadas com as dificuldades financeiras do devedor, de um desconto ao devedor que de outra forma não concederia
- verificar-se a probabilidade de o devedor entrar em falência ou outra reorganização financeira
- o desaparecimento de um mercado ativo para esse ativo financeiro devido a dificuldades financeiras e
- dados observáveis ao nível da carteira, indicadores de uma redução mensurável nos fluxos de caixa futuros estimados, apesar de a redução não poder ainda ser imputada aos ativos financeiros individuais da carteira, tais como alterações desfavoráveis no estado do pagamento do devedor na carteira ou condições económicas nacionais ou locais que se correlacionem com incumprimentos nos ativos em carteira.

As avaliações de imparidade são conduzidas individualmente para os ativos mais significativos, o que compreende todos os empréstimos da banca grossista e os maiores empréstimos da banca a retalho, e coletivamente para os empréstimos mais pequenos e para riscos a nível da carteira, como os riscos nacionais e setoriais. Para os efeitos desta avaliação, os empréstimos com características similares de risco de crédito são agrupados (geralmente tendo em conta o seu tipo de produto, indústria, localização geográfica, tipo de garantia, histórico de incumprimento, e outros fatores relevantes à valorização dos fluxos de caixa futuros esperados).

A avaliação da imparidade inclui a estimativa dos fluxos de caixa futuros esperados para o ativo ou o grupo de ativos, que são em seguida descontados usando a taxa de juro efetiva original calculada para o ativo. Se este valor for inferior ao valor contabilístico do ativo ou da carteira, é constituída uma dedução para imparidade.

Se, num período subsequente, a importância da perda por imparidade for reduzida e a redução puder ser objetivamente relacionada com um evento que ocorre depois de a imparidade ser reconhecida, a perda por imparidade reconhecida anteriormente é estornada ajustando-se a conta de provisões. O montante do estorno é reconhecido na demonstração de resultados.

No decurso da imparidade, o rendimento financeiro continuará a ser reconhecido à taxa de juro real sobre o valor contabilístico declarado, representando o efeito do desconto dos fluxos de caixa esperados, incluindo o capital devido em empréstimos.

Os empréstimos incobráveis são abatidos ao balanço pelo valor das reservas para imparidade de empréstimos associada, quando forem completados todos os processos internos do Grupo e tiverem sido cobrados todos os montantes recuperáveis. Recuperações subsequentes de montantes já abatidos ao balanço são creditadas na demonstração de resultados.

Notas às demonstrações financeiras

Desempenho/retorno

7 Encargos com imparidades de crédito e outras provisões continuação

Ativos financeiros disponíveis para venda

Imparidade de instrumentos de dívida disponíveis para venda

Os instrumentos de dívida são avaliados quanto à imparidade do mesmo modo que os empréstimos. Se se determinar que ocorreu imparidade, o decréscimo cumulativo do justo valor do instrumento que tenha sido previamente reconhecido em reservas AFS é removido das reservas e reconhecido na demonstração de resultados. Isto poderá ser anulado se houver provas de melhoria das circunstâncias do emissor.

Imparidade de instrumentos de capital próprio disponíveis para venda

Quando tiver ocorrido um declínio prolongado ou significativo do justo valor de um instrumento de capital abaixo do seu custo de aquisição, considera-se que está em imparidade. A perda cumulativa líquida que tenha sido previamente reconhecida diretamente como reservas AFS é removida das reservas e reconhecida na demonstração de resultados.

Os acréscimos no justo valor dos instrumentos de capital depois da imparidade são reconhecidos diretamente na rubrica de outros rendimentos. Os decréscimos posteriores do justo valor dos instrumentos de capital após a imparidade são reconhecidos na demonstração de resultados.

Previsões e raciocínios contabilísticos de importância crítica

O cálculo da imparidade envolve a tomada de decisões baseada na experiência do Grupo na gestão do risco de crédito.

Nas carteiras do retalho e das pequenas empresas, que incluem grandes números de pequenos ativos homogêneos com características similares de risco, e onde são normalmente usadas técnicas de classificação de risco, são usadas técnicas estatísticas para o cálculo das provisões para imparidade ao nível da carteira, com base nas taxas históricas de recuperação e nos períodos de emergência assumidos. Estas análises estatísticas usam, como principal valor de entrada, a medida na qual a carteira está em atraso e a informação histórica sobre eventuais perdas associadas a carteiras com o mesmo grau de delinquência. São usados muitos modelos deste tipo, cada um adaptado a um produto, área de negócio, ou categoria de cliente. A seleção dos métodos estatísticos a usar quando os modelos são desenvolvidos ou revistos exige tomada de decisões e conhecimento. A provisão para imparidade refletida nas demonstrações financeiras para estas carteiras é, portanto, considerada razoável e suportável. O encargo com imparidade refletido na demonstração de resultados para a carteira de retalho é de 1 808 M£ (2014: 1 808 M£).

1 844 M£ e corresponde a 86% (2014: 84%) dos encargos totais com imparidades de empréstimos e adiantamentos.

Para ativos individualmente significativos, as provisões para imparidade são calculadas numa base individual, e todas as considerações relevantes que tenham impacto nos fluxos de caixa futuros são tomadas em conta (por exemplo, as perspetivas de negócio do cliente, o valor realizável da garantia, a posição do Grupo relativamente a outros requerentes, a fiabilidade da informação de cliente, e o custo e a duração prováveis do processo de resolução). O nível da provisão para imparidade é a diferença entre o valor dos fluxos de caixa futuros esperados e descontados (descontados à taxa de juro efetiva do empréstimo original) e o seu valor contabilístico. São tomadas decisões subjetivas durante o cálculo dos fluxos de caixa futuros. Para além disso, as decisões mudam ao longo do tempo, à medida que é disponibilizada informação nova ou que as estratégias processuais evoluem, o que resulta em revisões frequentes das provisões para imparidade, que acompanham a tomada de decisões individuais. As alterações nestas estimativas provocam alterações nas provisões e têm um impacto direto sobre os encargos com imparidades. O encargo com imparidades refletido nas demonstrações financeiras relativamente às carteiras grossistas é de 289 M£ (2014: 360 M£) e corresponde a 14% (2014: 16%) dos encargos totais com empréstimos e adiantamentos. Para informação adicional sobre provisões para imparidade e informação de crédito relacionada, consulte a análise de Risco.

	2015	2014
	M£	M£
Provisões para imparidade novas ou aumentadas	3.056	3.230
Disponibilizações	(547)	(809)
Recuperações	(400)	(221)
Encargos com imparidades em empréstimos e adiantamentos (Disponibilizações)/encargos respeitantes a provisões por facilidades e garantias contratuais não utilizadas	2.109	2.200
	(12)	4
Imparidade de empréstimos	2.097	2.204
Investimento disponível para venda	17	(31)
Acordos de recompra inversa	-	(5)
Encargos de depreciação e outras concessões de crédito	2.114	2.168

A imparidade de empréstimos caiu 5% para 2 097 M£, refletindo a redução da imparidade no PCVB, e Non-core, parcialmente compensada pelos encargos mais elevados na Banca de Investimento e no Barclaycard.

8 Despesas operacionais

Contabilização de despesas com pessoal

O Grupo aplica a IAS 19 Benefícios dos colaboradores na sua contabilidade para a maioria dos componentes dos custos com pessoal.

Benefícios a curto prazo dos colaboradores - os salários, custos de desempenho acumulados, e a segurança social são reconhecidos ao longo do período em que os colaboradores fornecem os serviços a que os pagamentos se referem.

Despesas de desempenho - reconhecidas na medida em que o Grupo tem uma obrigação presente para com os seus colaboradores que pode ser medida de forma fidedigna e que são reconhecidas durante o período de serviço que os colaboradores são obrigados a trabalhar para se qualificarem para os serviços.

Os prémios de bônus diferidos em numerário e os prémios de bônus diferidos em ações são concedidos aos colaboradores para incentivar o seu desempenho durante o período de carência dos prémios. Para receberem o pagamento associado a um prémio, os colaboradores deverão prestar serviços durante o período de carência, que dura normalmente até três anos após a data da atribuição. O período durante o qual a é reconhecida a despesa dos prémios de bônus diferidos em numerário e ações depende do entendimento comum entre o colaborador e o Grupo e dos termos e condições do prémio. O Grupo considera apropriado reconhecer os prémios no período que decorre da data da atribuição até ao fim do período de carência dos prémios, já que este é o período durante o qual os colaboradores sabem que devem prestar serviços por forma a receber os prémios. A tabela da página 91 do Relatório Anual do Barclays PLC para 2015 detalha as datas dos prémios relevantes, as datas dos pagamentos, e o período durante o qual os encargos com os bônus são incluídos na demonstração de resultados. Não foram reconhecidas despesas em 2015 para os bônus diferidos que serão concedidos em março de 2016, já que estes dependem do desempenho futuro, em vez de dependerem do desempenho durante 2015.

As políticas contabilísticas para pagamentos com base em ações e pensões e outros benefícios de reforma incluem-se nas Notas 34 e 35, respetivamente.

	2015	2014
	M£	M£
Custos com infraestruturas		
Bens imóveis e equipamentos	1.353	1.570
Desvalorização dos ativos fixos tangíveis	554	585
Aluguers operacionais	500	594
Amortização dos ativos intangíveis	617	522
Imparidade de bens imóveis, equipamentos, e ativos intangíveis	153	172
Ganhos com a alienação de bens imóveis	3	-
Total de custos com infraestruturas	3.180	3.443
Custos administrativos e gerais		
Honorários de consultoria, jurídicos e profissionais	1.191	1.104
Subscrições, publicações, papelaria e comunicações	760	842
Marketing, publicidade e patrocínios	536	558
Deslocações e alojamento	218	213
Imposto bancário do Reino Unido	476	462
Imparidade do Goodwill	102	-
Outras despesas administrativas e gerais	245	436
Total dos custos administrativos e gerais	3.528	3.615
Custos regulares com pessoal	10.389	11.005
Ganhos em benefícios de reforma	(429)	-
Custos com pessoal	9.960	11.005
Provisão para reparação de clientes do R.U.	2.772	1.110
Provisão para investigação contínua e litígios em matéria de moeda estrangeira	1.237	1.250
Despesas operacionais	20.677	20.423

As despesas operacionais aumentaram 1% para 20.677 M£, devido a um aumento nas provisões para a reparação de clientes no Reino Unido, incluindo PPI, e a um aumento na imparidade do goodwill compensado parcialmente por um decréscimo nos custos com pessoal, que incluiu um ganho em benefícios de reforma de 429 M£ (consultar a Nota 35 Pensões e benefícios pós-reforma) e custos de infraestruturas que refletem poupanças conseguidas em programas estratégicos de custos.

Para mais detalhes sobre os custos com pessoal, consultar a Nota 33 Custos com pessoal.

9 Perdas com a alienação de subsidiárias, associadas e joint ventures

Durante o ano, as perdas com a alienação de subsidiárias, associadas e joint ventures foram de 637 M£ (2014: perdas de 471 M£), principalmente relativas à venda dos negócios Espanhol, Português, e Italiano. Consultar a Nota 44 Ativos não correntes devidos para venda e passivos associados.

Notas às demonstrações financeiras

Desempenho/retorno

10 Tributação

Contabilização de impostos sobre o rendimento

O Barclays aplica a IAS 12 *Impostos sobre o Rendimento* na contabilização dos impostos sobre o rendimento. O imposto a pagar sobre os lucros sujeitos a imposto (Imposto Corrente) é reconhecido como uma despesa no período em que se verificam os lucros. Os impostos retidos também são considerados impostos sobre o rendimento. O imposto recuperável por prejuízos fiscalmente admissíveis é reconhecido como um ativo fiscal corrente, apenas na medida em que é considerado recuperável por compensação de lucros sujeitos a imposto resultantes do período corrente ou anterior. O imposto corrente é calculado usando as taxas de imposto e a legislação fiscal adotadas ou substancialmente adotadas à data do balanço patrimonial.

O imposto diferido é considerado por inteiro, usando o método da responsabilidade, para diferenças temporárias decorrentes das diferenças entre as bases de incidência dos ativos e passivos e os seus valores contabilísticos nas demonstrações financeiras consolidadas. O imposto diferido é calculado usando as taxas de imposto e a legislação fiscal adotadas ou substancialmente adotadas à data do balanço patrimonial. Os ativos e passivos por impostos diferidos só são compensados quando existir um direito legal à compensação e uma intenção de liquidar pelo valor líquido.

	2015 M€	2014 M€
Encargos fiscais correntes		
Ano corrente	2.068	1.448
Ajuste para anos anteriores	(183)	(19)
	1.885	1.429
Encargos fiscais diferidos/(crédito)		
Ano corrente	(360)	92
Ajuste para anos anteriores	78	(66)
	(282)	26
Encargos fiscais	1.603	1.455

O imposto relativo a cada componente de outros rendimentos integrais pode ser encontrado na demonstração consolidada do rendimento integral, que inclui em Outros, um crédito fiscal de 19 M€ (2014: 19 M€ de encargos), essencialmente relativo a pagamentos com base em ações.

A tabela abaixo mostra a reconciliação entre os encargos fiscais atuais e os encargos fiscais resultantes da aplicação da taxa normal de imposto sobre as sociedades no Reino Unido aos lucros do Grupo antes de impostos.

	2015	2015	2014 M€	2014 M€
Lucro antes de impostos de operações contínuas	2.841		2.309	
Encargos fiscais à taxa normal de imposto sobre as sociedades no Reino Unido de 20,25% (2014: 21,5%)	575	20,2	496	21,5
Impostos não creditados, incluindo impostos retidos	309	10,9	329	14,2
Provisões para a compensação de clientes do RU	283	10,0	-	0,0
Lucros de fora do Reino Unido sujeitos a taxas de imposto diferentes da taxa de imposto	274	9,6	253	11,0
Provisões para investigações contínuas e litígios incluindo Moeda Estrangeira	261	9,2	387	16,8
Despesas não-dedutíveis incluindo imposto bancário do Reino Unido	207	7,3	285	12,3
Impacto da alteração nas taxas de imposto	158	5,6	8	0,3
Ajustes fiscais relativos a pagamentos baseados em ações	30	1,1	21	0,9
Imparidades não dedutíveis e perdas por alienações	26	0,9	234	10,1
Ganhos e rendimentos não tributáveis	(241)	(8,5)	(282)	(12,2)
Ajustes relativos a anos anteriores	(105)	(3,7)	(85)	(3,7)
Alterações no reconhecimento e mensuração dos ativos por impostos diferidos	(77)	(2,7)	(183)	(7,9)
Outros itens	(54)	(1,9)	74	3,2
Perdas de fora do Reino Unido sujeitas a taxas de imposto diferentes da taxa de imposto	(43)	(1,5)	(82)	(3,6)
Encargos fiscais	1.603	56,5	1.455	62,9

A taxa fiscal efetiva de 56,4% (2014: 63,0%) decresceu desde o ano passado. Em 2015, o nível de lucros sujeito a imposto no Reino Unido foi maior que em 2014, o que contribuiu para a redução da taxa fiscal efetiva do Grupo. Contudo, este impacto foi compensado parcialmente por uma série de fatores que fizeram aumentar a taxa fiscal efetiva, nomeadamente ajustes fiscais relativos às provisões para compensação de clientes no Reino Unido, que foram consideradas não-dedutíveis em 2015 como consequência das alterações impostas pelo Orçamento de verão para o Reino Unido, e o impacto das alterações sobre as taxas de imposto. As alterações das taxas de imposto que tiveram neste período um impacto adverso sobre os encargos fiscais em 2015 foram a redução da taxa de imposto local de Nova Iorque e o aumento da taxa de imposto no Reino Unido, especificamente devido à introdução da nova sobretaxa fiscal aplicável aos bancos. Estas alterações na taxa de imposto resultaram numa redução do valor contabilístico dos ativos por impostos diferidos e explicam-se em maior detalhe na nota 10 Impostos.

10 Tributação continuação

A taxa fiscal efetiva de 56,4% sobre os lucros estatutários antes de impostos é significativamente superior à taxa fiscal efetiva sobre os lucros ajustados antes de impostos. Para mais detalhes sobre a taxa fiscal efetiva ajustada, por favor consulte a página 135 da análise financeira.

Ativos e passivos financeiros correntes

Os movimentos dos ativos e passivos correntes foram os seguintes:

	O Grupo			O Banco
	2015	2014	2015	2014
	M€	M€	M€	M€
Ativos Passivos	334	181	-	84
	(1.023)	(1.042)	(395)	(520)
A 1 de janeiro	(689)	(861)	(395)	(436)
Demonstração de resultados	(1.885)	(1.429)	(550)	(6)
Outros rendimentos integrais	145	(1)	105	(4)
Imposto pago sobre o rendimento	1.643	1.590	225	82
Outros movimentos	241	12	(53)	(31)
	(545)	(689)	(668)	(395)
Ativos	385	334	27	-
Passivos	(930)	(1.023)	(695)	(395)
Em 31 de dezembro	(545)	(689)	(668)	(395)

Passivos e ativos por impostos diferidos

Os valores de impostos diferidos no balanço foram os seguintes:

	O Grupo			O Banco
	2015	2014	2015	2014
	M€	M€	M€	M€
Barclays Group US Inc (BGUS) - Grupo fiscal dos EUA	1.903	1.588	-	-
Barclays Bank PLC (US Branch) - Grupo fiscal dos EUA	1.569	1.591	1.569	1.591
Barclays Bank PLC - Grupo fiscal do Reino Unido	411	461	227	243
Outros	612	490	273	245
Ativos por impostos diferidos	4.495	4.130	2.069	2.079
Passivos por impostos diferidos	(100)	(255)	(6)	(13)
Impostos diferidos líquidos	4.395	3.875	2.063	2.066

Ativos por impostos diferidos nos EUA no BGUS e na Sucursal dos EUA

O ativo por impostos diferido no BGUS, no valor de 1.903 M€ (2014: 1.588 M€) inclui 449 M€ (2014: 348 M€) relacionados com perdas de impostos e o ativo por impostos diferido na Sucursal dos EUA, no valor de 1.569 M€ (2014: 1.591 M€) inclui 244 M€ (2014: 479 M€) relacionados com perdas de impostos. De acordo com as leis fiscais dos EUA, as perdas podem ser transportadas e compensadas pelos lucros durante um período de 20 anos. As perdas foram inicialmente reportadas em 2011 no BGUS e em 2008 na Sucursal dos EUA, e por essa razão quaisquer montantes por utilizar começarão a expirar em 2031 e 2028, respetivamente. Os ativos por impostos diferidos remanescentes nos EUA dizem principalmente respeito a diferenças temporárias, para as quais não existe data limite para a sua recuperação.

A valorização dos ativos por impostos diferidos do Grupo nos EUA foi ajustada no sentido da baixa em 2015, como resultado da redução da taxa de imposto local de Nova Iorque, que afetou o ativo por imposto diferido tanto no BGUS como na Sucursal dos EUA, e da introdução da nova sobretaxa fiscal sobre as empresas do Reino Unido, que afetou o ativo por imposto diferido na Sucursal dos EUA. O ativo por imposto diferido da Sucursal dos EUA é apresentado líquido de uma medição do imposto do Reino Unido, porque o Barclays Bank PLC está sujeito ao imposto do Reino Unido no que diz respeito aos lucros dos seus balcões fora do Reino Unido.

O ativo por imposto diferido para a perda fiscal do BGUS prevê-se ser completamente utilizado em 2017, e o ativo por imposto diferido pela perda da Sucursal dos EUA prevê-se ser completamente utilizado em 2018.

Ativos por impostos diferidos do Grupo Fiscal do Reino Unido

O ativo por imposto diferido no grupo fiscal do Reino Unido, no valor de 411 M€ (2014: 461 M€) é devido na sua totalidade a diferenças temporárias (2014: 245 M€ relacionados com perdas fiscais). Com base nas previsões de lucros, é provável que existam suficientes lucros sujeitos a imposto contra os quais possam ser compensadas as diferenças temporárias.

Outros ativos por impostos diferidos

O ativo por imposto diferido de 612 M€ (2014: 490 M€) noutras entidades do Grupo inclui 209 M€ (2014: 243 M€) relativos a perdas fiscais transportadas. Estes ativos por impostos diferidos são relativos a uma série de vários territórios, e o seu reconhecimento baseia-se nas previsões de lucros ou nas leis nacionais locais, que indicam a probabilidade da utilização das perdas e das diferenças temporárias.

Notas às demonstrações financeiras

Desempenho/retorno

10 Tributação continuação

Do ativo por imposto diferido de 612 M£ (2014: 490 M£), um montante de 106 M£ (2014: 140 M£) é relativo a entidades que sofreram perdas no presente ano ou no ano transato. Esta situação foi considerada para se chegar à conclusão anterior de que estes ativos por impostos diferidos seriam completamente recuperados no futuro.

A tabela seguinte mostra os movimentos dos ativos e passivos por impostos diferidos durante o ano. Os montantes diferem dos divulgados no balanço patrimonial e na tabela anterior, já que são apresentados antes de compensar os saldos ativos e passivos quando existir um direito legal de compensação e a intenção de os liquidar numa base líquida.

O Grupo	Imobilizado diferenças temporais ME	Investimentos disponíveis para venda ME	Cobertura do fluxo ME	Reformas Obrigações de benefício ME	Provisão para imparidade ME	Outras provisões ME	Impostos Pagamentos por perdas baseadas em ações e transportadas compens ME	Outros ME	Total ME	
Ativos	1.542	18	5	321	176	233	1.315	729	951	5.290
Passivos	(555)	(35)	(464)	-	-	-	-	-	(361)	(1.415)
A 1 de janeiro de 2015	987	(17)	(459)	321	176	233	1.315	729	590	3.875
Demonstração de resultados	779	(13)	1	(119)	(14)	21	(540)	(126)	293	282
Outros rendimentos integrais	-	(14)	221	(261)	-	-	122	(10)	(21)	37
Outros movimentos	48	2	3	10	(5)	7	5	30	101	201
	1.814	(42)	(234)	(49)	157	261	902	623	963	4.395
Ativos	2.008	28	5	95	157	261	902	623	1.511	5.590
Passivos	(194)	(70)	(239)	(144)	-	-	-	-	(548)	(1.195)
A 31 de dezembro de 2015	1.814	(42)	(234)	(49)	157	261	902	623	963	4.395
Ativos	1.525	53	5	490	376	360	1.235	762	1.103	5.909
Passivos	(761)	(61)	(87)	(9)	-	-	-	-	(532)	(1.450)
A 1 de janeiro de 2014	764	(8)	(82)	481	376	360	1.235	762	571	4.459
Demonstração de resultados	172	84	(1)	(54)	70	(87)	4	(40)	(174)	(26)
Outros rendimentos integrais	-	(104)	(380)	(63)	-	-	-	(10)	(6)	(563)
Outros movimentos	51	11	4	(43)	(270)	(40)	76	17	199	5
	987	(17)	(459)	321	176	233	1.315	729	590	3.875
Ativos	1.542	18	5	321	176	233	1.315	729	951	5.290
Passivos	(555)	(35)	(464)	-	-	-	-	-	(361)	(1.415)
A 31 de dezembro de 2014	987	(17)	(459)	321	176	233	1.315	729	590	3.875

O Banco	Imobilizado diferenças ME	Investimentos venda investimentos ME	Número fluxo cobertura ME	Reformas benefícios obrigações ME	Empréstimo imparidade abono ME	Outros provisões ME	Imposto com base em perdas pagamentos e transporte compensação ME	Outros ME	Total ME	
Ativos	1.259	1	5	256	119	62	835	76	521	3.134
Passivos	(337)	(7)	(456)	-	-	-	-	-	(268)	(1.068)
A 1 de janeiro de 2015	922	(6)	(451)	256	119	62	835	76	253	2.066
Demonstração de resultados	765	-	-	(113)	-	(7)	(615)	37	91	158
Outros rendimentos integrais	-	(37)	182	(260)	-	-	122	-	(2)	5
Outros movimentos	44	1	3	3	(1)	(1)	2	(1)	(216)	(166)
	1.731	(42)	(266)	(114)	118	54	344	112	126	2.063
Ativos	1.757	-	4	30	118	54	344	112	441	2.860
Passivos	(26)	(42)	(270)	(144)	-	-	-	-	(315)	(797)
A 31 de dezembro de 2015	1.731	(42)	(266)	(114)	118	54	344	112	126	2.063
Ativos	1.462	8	5	412	162	45	973	64	346	3.477
Passivos	(665)	(22)	(72)	(12)	-	-	-	-	(146)	(917)
A 1 de janeiro de 2014	797	(14)	(67)	400	162	45	973	64	200	2.560
Demonstração de resultados	81	101	-	(45)	(33)	15	(172)	14	(17)	(56)
Outros rendimentos integrais	-	(93)	(382)	(98)	-	-	-	(1)	(6)	(580)
Outros movimentos	44	-	(2)	(1)	(10)	2	34	(1)	76	142
	922	(6)	(451)	256	119	62	835	76	253	2.066
Ativos	1.259	1	5	256	119	62	835	76	521	3.134
Passivos	(337)	(7)	(456)	-	-	-	-	-	(268)	(1.068)
A 31 de dezembro de 2014	922	(6)	(451)	256	119	62	835	76	253	2.066

10 Tributação continuação

Outros movimentos incluem montantes por impostos diferidos relativos a aquisições, alienações, ganhos cambiais e prejuízos.

O montante do passivo por impostos diferidos que deverá ser liquidado após mais de 12 meses pelo Grupo é de 675 M£ (2014: 1 123 M£), e para o Banco é de 423 M£ (2014: 649 M£). O montante do ativo por impostos diferidos que deverá ser liquidado após mais de 12 meses pelo Grupo é de 4 838 M£ (2014:

4 485 M£) e para o Banco é de 2 548 M£ (2014: 2 859 M£). Estes montantes correspondem aos saldos antes da compensação de ativos e passivos, quando existir um direito legal à compensação e uma intenção de liquidá-los pelo valor líquido.

Impostos diferidos não reconhecidos

Os ativos por impostos diferidos não foram reconhecidos relativamente a diferenças temporárias dedutíveis brutas no valor de 51 M£ (2014: 2 332 M£), de perdas fiscais brutas no valor de 13 456 M£ (2014: 9 764 M£) que incluem perdas de capital de 3 838 M£ (2014: 3 522 M£), e créditos fiscais não usados no valor de 452 M£ (2014: 405 M£). Destas perdas fiscais, 389 M£ (2014: 341 M£) expirarão em cinco anos, 13 M£ (2014: 18 M£) expirarão em seis a dez anos, 124 M£ (2014: 812 M£) expirarão em 11 a 20 anos e 12 930 M£ (2014: 8 593 M£) poderão transitar indefinidamente. Os ativos por impostos diferidos não foram reconhecidos relativamente a estes elementos por não ser provável a disponibilidade de lucros e ganhos futuros sujeitos a impostos contra os quais possam ser utilizados.

Para o Banco, os ativos por impostos diferidos não foram reconhecidos relativamente a diferenças temporárias dedutíveis brutas de 44 M£ (2014: 2 091 M£) e prejuízos fiscais brutos de 5 799 M£ (2014: 4 557 M£), o que inclui prejuízos de capital de 2 888 M£ (2014: 3 521 M£) e créditos fiscais não utilizados de 447 M£ (2014: 402 m£). Destas perdas fiscais, 199 M£ (2014: 231 M£) expirarão em cinco anos, zero M£ (2014: 7 M£) expirarão em seis a dez anos, 104 M£ (2014: 798 M£) expirarão em 11 a 20 anos e 5 496 M£ (2014: 3 521 M£) poderão transitar indefinidamente. Os ativos por impostos diferidos não foram reconhecidos relativamente a estes elementos por não ser provável a disponibilidade de lucros e ganhos futuros sujeitos a impostos contra os quais o Banco possa utilizar estes benefícios.

O imposto diferido não é reconhecido relativamente aos investimentos do Grupo em subsidiárias, filiais e entidades associadas onde o Grupo consiga controlar a duração do estorno de diferenças temporárias dedutíveis e seja provável que estas diferenças não sejam revertidas num futuro previsível. Não seria exequível determinar os montantes devidos de imposto sobre o rendimento em caso de reversão dessas diferenças temporárias.

Previsões e raciocínios contabilísticos de importância crítica

O Grupo está sujeito a impostos sobre o rendimento das sociedades em várias jurisdições, e o cálculo dos encargos fiscais e das provisões globais para os impostos sobre o rendimento do Grupo envolve um certo grau de estimativa e raciocínio. Existem muitas transações e cálculos para os quais o tratamento fiscal final é incerto e não pode ser determinado até que se chegue a uma resolução com a autoridade fiscal relevante. O Grupo tem uma série de declarações fiscais em aberto com várias autoridades fiscais com quem existe um diálogo ativo. As responsabilidades relacionadas com estas questões em aberto e que carecem de decisão baseiam-se nas estimativas dos impostos adicionais devidos, após consideração de aconselhamento externo quando apropriado. Quando o resultado fiscal final destas questões for diferente dos montantes fornecidos, tais diferenças afetarão os encargos fiscais num exercício futuro. Não existem posições individuais atualmente sujeitas a contestação por uma autoridade fiscal que, se resolvidas de uma forma adversa, tenham um impacto relevante sobre a posição financeira do Grupo.

Os ativos por impostos diferidos foram reconhecidos com base nas previsões de lucros dos negócios. Fornecem-se detalhes adicionais sobre o reconhecimento dos ativos por impostos diferidos na secção de ativos e passivos por impostos diferidos desta nota fiscal.

11 Dividendos de ações ordinárias

Os dividendos ordinários foram pagos para permitir ao Barclays PLC financiar os dividendos aos seus acionistas.

As demonstrações financeiras de 2015 incluem 876 M£ (2014: 821 M£) de dividendos pagos. Inclui-se o dividendo final declarado e relativo a 2014 de 476 M£ (2014: 512 M£) e dividendos intercalares de 400 M£ (2014: 309 M£), resultando em dividendos intercalares de 17p (2014: 13p) por ação ordinária e um dividendo total anual de 37p (2014: 35p) por ação ordinária pago durante o ano.

Os dividendos pagos às ações preferenciais de 100€ a 4,75% ascenderam a 339,67€ (2014: 394,46€) por ação. Devido à recompra de ações em 2014 não foram pagos dividendos (2014: 385,81€) às ações preferenciais de 100€ a 4,875%. Os dividendos pagos às ações preferenciais de 100€ a 6% ascendeu a 600,00€ (2014: 600,00€) por ação. Os dividendos pagos às ações preferenciais de 100 USD a 6,278% ascenderam a 410,28€ (2014: 383,45€) por ação. Os dividendos pagos às ações preferenciais de 0,25 USD a 6,625% ascenderam a 1,09€ (2014: 1,02€) por ação. Os dividendos pagos às ações preferenciais de 0,25 USD a 7,1% ascenderam a 1,17€ (2014: 1,09€) por ação. Os dividendos pagos às ações preferenciais de 0,25 USD a 7,75% ascenderam a 1,28€ (2014: 1,19€) por ação. Os dividendos pagos às ações preferenciais de 0,25 USD a 8,125% ascenderam a 1,34€ (2014: 1,25€) por ação.

Os dividendos pagos às ações preferenciais ascenderam a 343 M£ (2014: 441 M£). Os dividendos pagos a outros instrumentos de capital ascenderam a 348 M£ (2014: 252 M£). Para mais detalhes sobre outros instrumentos de capital, por favor consulte a Nota 30 Ações ordinárias, prémio de emissão, e outro capital próprio.

Notas às demonstrações financeiras

Ativos e passivos detidos ao justo valor

As notas incluídas nesta secção são referentes aos ativos e passivos que o Grupo detém e reconhece ao justo valor. O justo valor corresponde ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou ao preço que seria pago pela transferência de um passivo numa transação em condições normais de mercado com uma contraparte interessada, que poderá ser o preço observável no mercado ou, quando não existir uma cotação para o instrumento, poderá ser uma estimativa baseada nos dados de mercado disponíveis. Os detalhes relativos à abordagem do grupo quanto à gestão do risco de mercado podem ser consultados nas páginas 55 e 56.

12 Carteira de negociação

Contabilização de ativos e passivos de carteiras de negociação

acordo com a IAS 39, todos os ativos e passivos detidos para fins de negociação são detidos ao justo valor e os ganhos e perdas nas alterações do justo valor são registados como rendimento de atividade comercial na demonstração de resultados do exercício (Nota 5).

	O Grupo		O Banco	
	2015	2014	2015	2014
	ME	ME	ME	ME
Títulos de dívida e outras contas admissíveis	45.626	66.035	24.878	39.406
Títulos de capital próprio	29.055	44.576	5.553	5.640
Empréstimos transacionados	2.474	2.693	2.469	2.692
Mercadorias	243	1.451	157	1.338
Ativos da carteira de negociação	77.398	114.755	33.057	49.076
Títulos de dívida e outros títulos admissíveis	(24.985)	(28.739)	(17.661)	(17.028)
Títulos de capital próprio	(8.982)	(16.022)	(5.906)	(8.522)
Mercadorias	-	(363)	-	(360)
Passivos de carteiras de negociação	(33.967)	(45.124)	(23.567)	(25.910)

13 Ativos financeiros designados ao justo valor

Contabilização de ativos financeiros designados ao justo valor

conformidade com a IAS 39, os ativos financeiros podem ser designados ao justo valor, sendo os ganhos e perdas registados na demonstração de resultados na Nota 5 Rendimento de negociação líquido e na Nota 6 Rendimento de investimento líquido. O Grupo tem a capacidade de proceder à designação ao justo valor quando a detenção dos instrumentos ao justo valor reduzir uma diferença contabilística (causada pela compensação de um passivo ou ativo detido ao justo valor), ou sejam geridos pelo Grupo com base no seu justo valor, ou incluam termos com características de produtos derivados (Nota 14 Instrumentos financeiros derivados).

	O Grupo		O Banco	
	2015	2014	2015	
	ME	ME	ME	ME
Empréstimos brutos e adiantamentos	17.913	20.198	20.558	23.541
Títulos de dívida	1.383	4.448	8.648	13.729
Títulos de capital próprio	6.197	6.306	4	3
Acordos de recompra inversa ^a	49.513	5.236	42.582	3.324
Ativos do cliente detidos nos termos de contratos de investimento	1.449	1.643	-	-
Outros ativos financeiros	375	469	195	270
Ativos financeiros designados ao justo valor	76.830	38.300	71.987	40.867

Nota
a Durante 2015, foram designados ao justo valor novos acordos de recompra inversa e outros empréstimos garantidos similares em certos negócios, para um melhor alinhamento com o modo como o negócio gere o risco e o desempenho da carteira.

13 Ativos financeiros designados ao justo valor continuação

Risco de crédito de empréstimos e adiantamentos detidos ao justo valor e derivados de crédito relacionados.

A tabela seguinte mostra a exposição máxima ao risco de crédito, as alterações no justo valor devidas ao risco de crédito e as alterações cumulativas no justo valor desde o reconhecimento inicial, juntamente com o valor pelo qual os derivados de crédito atenuaram este risco:

	O Grupo						O Banco					
	Exposição máxima 31 de Dezembro		Alterações no justo valor durante o ano findo		Alterações cumulativas no justo valor desde o início		Exposição máxima 31 de Dezembro		Alterações no justo valor durante o ano findo		Cumulativo alterações no justo valor desde o início	
	2015 M€	2014 M€	2015 M€	2014 M€	2015 M€	2014 M€	2015 M€	2014 M€	2015 M€	2014 M€	2015 M€	2014 M€
Empréstimos e adiantamentos designados atribuível ao risco de crédito	17.913	20.198	69	(112)	(629)	(828)	20.558	23.541	69	(109)	(629)	(811)
Valor mitigado por derivados de crédito	417	359	26	-	42	18	417	359	26	-	42	18

14 Instrumentos financeiros derivados

Contabilização de derivados

Os instrumentos derivados são contratos cujo valor é derivado de um ou mais instrumentos financeiros ou índices definidos no contrato. Estes podem incluir swaps, contratos de garantia de taxas, futuros, opções e combinações destes instrumentos, e afetam diretamente o rendimento financeiro líquido, o rendimento de negociação líquido, o rendimento de honorários e comissões líquido e os ativos e passivos derivados do Grupo.

O Grupo aplica a IAS 39. Todos os instrumentos derivados são detidos ao justo valor por via dos resultados. Os derivados são classificados como ativos quando o seu justo valor for positivo ou como passivos quando o seu justo valor for negativo. Incluem-se os termos de um contrato ou outro ativo ou passivo financeiro (o contrato de base) que, caso constituíssem um contrato autónomo, respeitariam a definição de derivado. Estes devem ser separados do contrato de base e contabilizados do mesmo modo que um derivado.

Contabilidade de cobertura.

O Grupo aplica a contabilidade de cobertura para representar, na máxima medida possível permitida pelas normas contabilísticas, os efeitos económicos das suas estratégias de gestão dos riscos de taxa de juro e cambial. São usados derivados para cobrir as exposições ao risco de taxa de juro, ao risco cambial, ao risco de mercadorias e ao risco de capital, e as exposições a determinados índices, como índices de preços na habitação e índices de preços no retalho, relativos a posições não incluídas na carteira de negociação. Quando os derivados forem detidos para efeitos da gestão do risco, e quando as transações cumprirem os critérios requeridos para a documentação e eficácia da cobertura, o Grupo aplicará a contabilização da cobertura pelo justo valor, a contabilização de cobertura de fluxos de caixa, ou a cobertura de um investimento líquido numa operação no exterior, do modo apropriado aos riscos a serem cobertos.

Contabilização da cobertura pelo justo valor

As alterações no justo valor dos derivados que são qualificados e designados como coberturas pelo justo valor são registadas na demonstração de resultados, juntamente com as alterações no justo valor do ativo ou passivo coberto atribuível ao risco coberto. As alterações no justo valor ajustam o valor contabilístico do ativo ou passivo cobertos e detidos a custo amortizado.

Se o relacionamento de cobertura deixar de cumprir os critérios para a contabilidade de cobertura, a contabilidade de cobertura será descontinuada. Para coberturas do justo valor do risco de taxa de juro, o ajustamento do justo valor do item coberto é amortizado na demonstração de resultados ao longo do período até ao vencimento do relacionamento de cobertura previamente designado, utilizando o método do juro efetivo. Se o item coberto for vendido ou reembolsado, o ajuste não amortizado do justo valor será imediatamente reconhecido na demonstração de resultados.

Contabilização de cobertura de fluxos de caixa

Para qualificar as coberturas de fluxos de caixa, o ganho ou prejuízo do justo valor associado à porção eficaz da cobertura de fluxos de caixa é reconhecido inicialmente como outros rendimentos gerais, e seguidamente reciclado na demonstração de resultados, nos períodos em que o item coberto afete o ganho ou prejuízo. Qualquer porção ineficaz do ganho ou prejuízo decorrente do instrumento de cobertura será imediatamente reconhecida na demonstração de resultados.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é vendido, ou quando uma cobertura deixa de estar em conformidade com os critérios de contabilização de cobertura, qualquer ganho ou prejuízo cumulativo existente no capital próprio nessa altura permanece no capital próprio e é reconhecido quando o item coberto é efetivamente reconhecido na demonstração de resultados. Quando deixar de ser expectável a ocorrência de uma transação prevista, o ganho ou prejuízo cumulativo previamente reconhecido no capital próprio será imediatamente transferido para a demonstração de resultados.

Coberturas de investimentos líquidos

Os investimentos líquidos do Grupo em operações no exterior, nomeadamente em itens monetários contabilizados como parte do investimento líquido, são cobertos quanto aos riscos cambiais, usando simultaneamente derivados e empréstimos de moeda estrangeira. As coberturas dos investimentos líquidos são contabilizadas de forma similar às coberturas de fluxos de caixa; a porção eficaz do ganho ou prejuízo é reconhecida diretamente como outros rendimentos gerais, e a porção ineficaz é reconhecida imediatamente na demonstração de resultados. O ganho ou prejuízo cumulativo reconhecido como outros rendimentos gerais é reconhecido na demonstração de resultados na alienação ou alienação parcial da operação no exterior, ou em outras reduções do investimento do Grupo na operação.

Notas às demonstrações financeiras

Ativos e passivos detidos pelo justo valor

14 Instrumentos financeiros derivados continuação

O total da posição dos ativos e passivos derivados do Grupo tal como reportada no balanço é a seguinte:

	O Grupo			O Banco		
	Nocional	Justo Valor		Nocional	Justo Valor	
	valor do contrato	Ativos	Passivos	montante contratual	Ativos	Passivos
	m£	m£	m£	m£	m£	
Em 31 de dezembro de 2015						
Total de ativos derivativos (passivos) detidos para transações	29.437.102	326.933	(323.788)	22.945.932	315.565	(309.742)
Total de ativos derivativos (passivos) detidos para gestão de risco	316.605	937	(464)	315.425	687	(283)
Ativos/(passivos) derivativos	29.753.707	327.870	-	23.261.357	316.252	(310.025)
Em, quarta-feira, 31 de dezembro de 2014						
Total de ativos/(passivos) derivados detidos para transações	32.624.342	438.437	(438.623)	29.212.188	424.979	(419.048)
Total de ativos/(passivos) derivados detidos para gestão de risco	268.448	1.639	(697)	269.235	1.586	(557)
Ativos/(passivos) derivativos	32.892.790	440.076	(439.320)	29.481.423	426.565	(419.605)

O justo valor dos ativos derivativos do Grupo decresceram 25% para 328 M£ motivado pelo decréscimo de derivativos de taxas de juro de 79 M£ que refletem uma redução comercial líquida e um aumento nas principais curvas futuras da taxa de juro e uma redução nos derivativos de moeda estrangeira de 19 M£ refletindo materialmente maturidades de transação. Mais informações sobre a liquidez de instrumentos financeiros derivativos na Nota 18 Compensação de Ativos Financeiros e Passivos Financeiros.

Os derivados de atividades comerciais são geridos dentro das políticas de gestão de risco de mercado do Grupo, que estão descritas das páginas 55 a 56.

Os justos valores e montantes nocionais dos instrumentos derivados detidos para negociação demonstram-se na seguinte tabela:

14 Instrumentos financeiros derivados continuação

Derivativos detidos para transações	O Grupo			O Banco		
	Nocional	Justo Valor		Nocional	Justo Valor	
	valor do contrato	Ativos	Passivos	montante contratual	Ativos	Passivos
	m£	m£	m£	m£	m£	
Em 31 de Dezembro de 2015						
Derivativos cambiais						
Derivativos cambiais Swaps de divisas	1.277.863	17.613	(19.433)	1.271.202	17.476	(19.202)
Opções OTC compradas e vendidas	924.832	6.436	(6.771)	922.244	6.354	(6.732)
Derivados OTC	3.209.335	54.752	(58.653)	3.181.491	53.653	(57.402)
Derivativos cambiais compensados pela central contraparte	9.308	33	44	9.308	33	(44)
Futuros negociáveis e opções – comprados e vendidos	6.071	13	12	1.022	-	-
Derivados cambiais	3.224.714	54.798	(58.709)	3.191.821	53.686	(57.446)
Derivados de taxa de juros						
Swaps de taxa de juros	4.600.472	159.040	(148.475)	3.249.682	152.105	(142.509)
Acordos de taxa futura	371.510	440	(390)	198.251	274	(213)
Opções OTC compradas e vendidas	2.634.527	48.995	(49.001)	2.628.891	48.983	(48.987)
Derivados OTC	7.606.509	208.475	(197.866)	6.076.824	201.362	(191.709)
Derivativos de taxas de juros compensados pela central contraparte	11.407.745	21.871	(22.603)	8.687.749	1.335	(972)
Futuros negociáveis e opções – comprados e vendidos	5.470.872	281	(263)	1.206.045	7	(17)
Derivados de taxa de juros	24.485.126	230.627	(220.732)	15.970.618	202.704	(192.698)
Derivativos de crédito						
Swaps OTC	671.389	14.248	(12.693)	636.005	13.335	(12.339)
Derivativos de crédito compensados pela contraparte	277.257	4.094	(3.931)	234.816	3.735	(3.422)
Derivativos de crédito	948.646	18.342	(16.624)	870.821	17.070	(15.761)
Derivados de ações e índices de ações						
Opções OTC compradas e vendidas	53.645	5.507	(7.746)	52.181	5.431	(7.785)
Swaps e futuros sobre ações	98.264	1.794	(3.855)	90.241	1.590	(2.845)
Derivados OTC	151.909	7.301	(11.601)	142.422	7.021	(10.630)
Futuros negociáveis e opções – comprados e vendidos	429.592	6.498	(6.851)	95.995	1.501	(1.966)
Derivados de ações e índices de ações	581.501	13.799	(18.452)	238.417	8.522	(12.596)
Derivativos de produtos de base						
Opções OTC compradas e vendidas	21.959	1.402	(1.408)	21.897	1.400	(1.408)
Swaps e futuros sobre mercadorias	29.161	3.645	(3.397)	28.992	3.641	(3.395)
Derivados OTC	51.120	5.047	(4.805)	50.889	5.041	(4.803)
Futuros negociáveis e opções – comprados e venda	145.995	4.320	(4.466)	21.961	1.891	(1.940)
Derivativos de produtos de base	197.115	9.367	(9.271)	72.850	6.932	(6.743)
Derivativos com filiais	-	-	-	2.601.405	26.651	(24.498)
Ativos/(passivos) derivativos detidos para	29.437.102	326.933	(323.788)	22.945.932	315.565	(309.742)
Total derivativos OTC detidos para negociação	11.690.262	289.823	(285.618)	10.087.631	280.412	(276.883)
Total de derivados apurados pela contraparte - mantidos para negociação	11.694.310	25.998	(26.578)	8.931.873	5.103	(4.438)
Total de derivados cambiais negociados para	6.052.530	11.112	(11.592)	1.325.023	3.399	(3.923)
Derivativos com filiais detidas para negociação	-	-	-	2.601.405	26.651	(24.498)
Ativos/(passivos) derivativos detidos para	29.437.102	326.933	(323.788)	22.945.932	315.565	(309.742)

14 Instrumentos financeiros derivados continuação

	O Grupo			O Banco		
	Nocional	Justo valor		Nocional	Justo valor	
	valor do contrato	Ativos	Passivos	valor do contrato	Ativos	Passivos
	ME	ME	ME	ME	ME	ME
Em 31 de dezembro de 2014						
Derivativos cambiais						
Swaps de divisas a taxa fixa	1.684.832	31.883	(34.611)	1.662.324	31.678	(34.412)
Swaps de divisas	1.109.795	32.209	(33.919)	1.099.070	31.885	(33.675)
Opções OTC compradas e vendidas	895.226	10.267	(10.665)	894.788	10.250	(10.664)
Derivados OTC	3.689.853	74.359	(79.195)	3.656.182	73.813	(78.751)
Derivativos cambiais compensados pela central contraparte	11.382	56	(70)	11.382	56	(70)
Futuros negociáveis e opções – comprados e venda	57.623	18	(16)	45.667	2	-
Derivados cambiais	3.758.858	74.433	(79.281)	3.713.231	73.871	(78.821)
Derivados de taxa de juros						
Swaps de taxa de juros	5.779.015	209.962	(200.096)	4.388.455	201.146	(193.068)
Acordos de taxa futura	467.812	794	(722)	297.929	534	(456)
Opções OTC compradas e vendidas	3.083.200	67.039	(67.575)	3.081.637	67.037	(67.684)
Derivados OTC	9.330.027	277.795	(268.393)	7.768.021	268.717	(261.208)
Derivativos de taxas de juros compensados pela contraparte	15.030.090	30.166	(31.152)	11.843.506	2.177	(3.177)
Futuros negociáveis e opções – comprados e vendidos venda	2.210.602	382	(336)	1.042.157	10	(8)
Derivados de taxa de juros	26.570.719	308.343	(299.881)	20.653.684	270.904	(264.393)
Derivativos de crédito						
Swaps OTC	896.386	19.031	(17.825)	822.644	17.864	(16.684)
Derivativos de crédito compensados pela contraparte	287.577	4.643	(4.542)	211.721	3.479	(3.483)
Derivativos de crédito	1.183.963	23.674	(22.367)	1.034.365	21.343	(20.167)
Derivados de ações e índices de ações						
Opções OTC compradas e vendidas	67.151	6.461	(9.517)	66.374	6.444	(9.387)
Swaps e futuros sobre ações	102.663	1.823	(3.532)	92.341	1.449	(2.355)
Derivados OTC	169.814	8.284	(13.049)	158.715	7.893	(11.742)
Futuros negociáveis e opções – comprados e vendidos venda	490.960	6.560	(6.542)	131.477	707	(1.000)
Derivados de ações e índices de ações	660.774	14.844	(19.591)	290.192	8.600	(12.742)
Derivativos de produtos de base						
Opções OTC compradas e vendidas	38.196	1.592	(1.227)	38.165	1.591	(1.227)
Swaps e futuros sobre mercadorias	61.639	7.985	(8.175)	61.542	7.971	(8.173)
Derivados OTC	99.835	9.577	(9.402)	99.707	9.562	(9.400)
Futuros negociáveis e opções – comprados e venda	350.193	7.566	(8.101)	149.780	4.066	(4.286)
Derivativos de produtos de base	450.028	17.143	(17.503)	249.487	13.628	(13.686)
Derivativos com filiais	-	-	-	3.271.229	36.633	(29.239)
Ativos/(passivos) derivativos detidos para	32.624.342	438.437	(438.623)	29.212.188	424.979	(419.048)
Total derivativos OTC detidos para negociação	14.185.915	389.046	(387.864)	12.505.269	377.849	(377.785)
Total de derivativos apurados pela contraparte - mantidos para negociação	15.329.049	34.865	(35.764)	12.066.609	5.712	(6.730)
Total de derivados cambiais negociados para Derivativos com filiais detidas para negociação	3.109.378	14.526	(14.995)	1.369.081	4.785	(5.294)
Ativos/(passivos) derivativos detidos para	32.624.342	438.437	(438.623)	29.212.188	424.979	(419.048)

Os justos valores e os valores nominais dos instrumentos derivativos detidos para gestão de risco são apresentados na tabela seguinte:

Derivativos detidos para gestão de risco	O Grupo			O Banco		
	Nominal	Justo Valor		Nominal	Justo Valor	
	valor do contrato	Ativos	Passivos	montante contratual	Ativos	Passivos
	m€	m€	m€	m€	m€	
Em 31 de dezembro de 2015						
Derivativos designados de coberturas de fluxos de						
Swaps de divisas	1.357	133	-	-	-	-
Swaps de taxa de juros	14.198	162	(115)	5.290	82	(7)
Swaps de divisas a taxa fixa	759	5	-	759	5	-
Derivativos de taxas de juros compensados pela contraparte	147.072	-	-	147.072	-	-
Derivados designados de coberturas de fluxos de	163.386	300	(115)	153.121	87	(7)
Derivativos designados como coberturas de justo						
Swaps de taxa de juros	13.798	637	(264)	12.049	554	(191)
Swaps de divisas a taxa fixa	2.527	-	(32)	2.527	-	(32)
Derivativos de taxas de juros compensados pela contraparte	134.939	-	-	134.939	-	-
Derivativos designados como coberturas de justo	151.264	637	(296)	149.515	554	(223)
Derivativos designados como coberturas de investimentos líquidos	1.955	-	(53)	1.955	-	(53)
Derivados designados como coberturas de	1.955	-	(53)	1.955	-	(53)
Derivativos com filiais	-	-	-	10.834	46	-
Ativos(passivos) derivativos detidos para gestão de risco	316.605	937	(464)	315.425	687	(283)
Total de derivativos OTC detidos para gestão de risco	34.594	937	(464)	22.580	641	(283)
Total de derivados apurados pela contraparte central para gestão de risco	282.011	-	-	282.011	-	-
Derivados com filiais detidas para gestão de risco	-	-	-	10.834	46	-
Ativos(passivos) derivativos detidos para gestão de risco	316.605	937	(464)	315.425	687	(283)
Em 31 de dezembro de 2014						
Derivativos designados de coberturas de fluxos de						
Swaps de taxa de juros	19.218	223	(60)	10.783	145	(34)
Swaps de divisas a taxa fixa	930	17	-	930	17	-
Derivativos de taxas de juros compensados pela contraparte	82.550	-	-	82.550	-	-
Derivados designados de coberturas de fluxos de	102.698	240	(60)	94.263	162	(34)
Derivativos designados como coberturas de justo						
Swaps de taxa de juros	27.345	1.379	(590)	24.024	1.314	(476)
Derivativos de taxas de juros compensados pela contraparte	135.553	-	-	135.553	-	-
Derivativos designados como coberturas de justo	162.898	1.379	(590)	159.577	1.314	(476)
Derivativos designados como coberturas de						
Swaps de divisas a taxa fixa	2.852	20	(47)	2.852	20	(47)
Derivados designados como coberturas de	2.852	20	(47)	2.852	20	(47)
Derivativos com filiais	-	-	-	12.543	90	-
Total de ativos(passivos) derivados detidos para a gestão	268.448	1.639	(697)	269.235	1.586	(557)
Total de derivativos OTC detidos para gestão de risco	50.345	1.639	(697)	38.589	1.496	(557)
Total de derivados apurados pela contraparte central para gestão de risco	218.103	-	-	218.103	-	-
Derivados com filiais detidas para gestão de risco	-	-	-	12.543	90	-
Total de ativos(passivos) derivados detidos para a gestão	268.448	1.639	(697)	269.235	1.586	(557)

Notas às demonstrações financeiras

Ativos e passivos detidos pelo justo valor

14 Instrumentos financeiros derivados continuação

O Grupo cobriu a seguinte previsão de fluxos de caixa, que variam principalmente com as taxas de juro. Espera-se que estes fluxos de caixa tenham impacto na declaração de rendimentos, nos seguintes períodos, excluindo quaisquer ajustes no hedge que possam ser aplicados:

	Total M€	Até um Ano M€	Entre um e dois anos M€	Entre dois a três anos M€	Entre três a quatro anos M€	Entre três a cinco anos M€	Mais do que cinco anos M€
2015							
O Grupo							
Previsão Fluxos de caixa a receber	2.818	360	562	613	560	379	344
Previsão fluxos de caixa a pagar	872	769	35	31	22	11	4
O Banco							
Previsão de fluxos de caixa a receber	2.809	351	562	613	560	379	344
Previsão de fluxos de caixa a pagar	764	764	-	-	-	-	-
2014							
O Grupo							
Previsão de fluxos de caixa a receber	4.277	308	491	695	729	651	1.403
Previsão de fluxos de caixa a pagar	972	178	770	10	7	4	3
O Banco							
Previsão de fluxos de caixa a receber	4.197	252	476	689	727	650	1.403
Previsão de fluxos de caixa a pagar	926	165	761	-	-	-	-

A duração máxima de tempo durante o qual o Grupo cobre a exposição à variabilidade nos futuros fluxos de caixa para operações previstas, excluindo aquelas relacionadas com o pagamento de juro variável sobre instrumentos financeiros existentes, é de 10 anos (2014: 10 anos).

Montantes reconhecidos em rendimento financeiro líquido

	O Grupo M€	O Banco M€
Ano terminado em 31 de dezembro de 2015		
Ganhos em itens cobertos atribuíveis ao risco coberto	552	549
Perdas em instrumentos cobertos	(485)	(493)
Ineficácia do justo valor	67	56
Ineficácia da cobertura do fluxo de fundos	16	24
Ineficácia da cobertura de investimento líquido	(2)	(2)
Ano terminado em 31 de dezembro de 2014		
Perdas em itens cobertos atribuíveis ao risco coberto	2.610	2.666
Ganhos em instrumentos cobertos	(2.797)	(2.824)
Ineficácia do justo valor	(187)	(158)
Ineficácia da cobertura do fluxo de fundos	41	50
Ineficácia da cobertura de investimento líquido	-	-

Todos os ganhos ou prejuízos de derivativos destinados à cobertura de transações previstas, que já não são expectáveis, têm sido reciclados para a demonstração de resultados.

Ganhos e perdas transferidos da reserva de cobertura do fluxo de caixa do Grupo para a demonstração de resultados incluem um ganho de 36 M€ (2014: ganho de 52 M€) transferido para rendimento de juros; um ganho de 275 M€ (2014: ganho de 778 M€) para despesas de juros; uma perda de 4 M€ (2013: perda de 15 M€) rendimento comercial líquido; um ganho de 17 M€ (2014: zero) para administração e despesas gerais; e uma perda de 69 M€ (2014: perda de 78 M€) para tributação; e para o Banco para a demonstração de resultados incluiu zero M€ (2014: zero) transferido para rendimento de juros; um ganho de 270 M€ (2014: ganho de 775 M€) para despesas de juros; um ganho de 2 M€ (2014: perda de 11 M€) para rendimento comercial líquido; um ganho de 17 M€ (2014: zero) para despesas de administração e gerais; e zero M€ (2014: zero) para tributação.

15 Ativos financeiros disponíveis para venda

Contabilização para ativos financeiros disponíveis para venda

Ativos financeiros disponíveis para venda são detidos ao justo valor com as perdas e ganhos a serem incluídos no rendimento compreensivo. O Grupo usa esta classificação de ativos que não são derivativos e que não são detidos para propósitos comerciais ou de alguma forma designados a justo valor através de lucro ou perda, ou a custo amortizado. Dividendos e juros (calculados usando o método de juros efetivo) são reconhecidos na demonstração de resultados na Nota 3 Rendimento de juros líquido ou, Nota 6 Rendimento de investimento líquido. Com a alienação, os ganhos ou perdas cumulativas reconhecidos no rendimento compreensivo está também incluído no rendimento de investimento líquido.

	O Grupo		O Banco	
	2015	2014	2015	2014
	M€	M€	M€	M€
Títulos de dívida e outras contas	89.278	85.552	82.968	78.364
admissíveis Títulos de capital	1.026	553	640	226
Investimentos financeiros disponíveis para venda	90.304	86.105	83.608	78.590

16 Passivos financeiros designados ao justo valor

Contabilização de passivos designados ao justo valor através de ganhos e perdas

Em conformidade com a IAS 39, os passivos financeiros podem ser designados ao justo valor, sendo os ganhos e perdas registados na demonstração de resultados dentro do Rendimento de negociação líquido (Nota 5) e no Rendimento de investimento líquido (Nota 6). O Grupo tem a capacidade de proceder à designação ao justo valor quando a detenção dos instrumentos ao justo valor reduzir uma diferença contabilística (causada pela compensação de um passivo ou ativo detido ao justo valor), ou sejam geridos pelo Grupo com base no seu justo valor, ou incluam termos com características de produtos derivados (Nota 14 Instrumentos financeiros derivados).

Os detalhes de como os montantes de justo valor são calculados para os passivos financeiros designados ao justo valor são descritos em Justo valor de ativos e passivos (Nota 17).

	O Grupo		O Banco		O Grupo		O Banco	
	2015		2015		2014		2014	
	Justo Valor	Montante contratual devido em vencimento	Justo Valor	Montante contratual devido em vencimento	Justo Valor	Montante contratual devido em vencimento	Justo Valor	Montante contratual devido em vencimento
	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€
Garantias de dívida	33.177	36.097	39.137	42.535	42.395	44.910	51.338	54.518
Depósitos	6.029	6.324	5.603	5.906	7.206	7.301	6.502	6.610
Passivos para os clientes nos termos de contratos de investimento	1.633	-	-	-	1.823	-	-	-
Acordos de recompra a valor justo	50.838	50.873	45.458	45.498	5.423	5.433	4.867	4.875
Outros passivos financeiros	68	68	-	-	125	125	9	9
Passivos financeiros designados pelo valor justo	91.745	93.362	90.198	93.939	56.972	57.769	62.716	66.012

As perdas de crédito próprio cumulativas reconhecidas são de 226 M€ (2014: 716 M€).

Notas:

a Durante 2015, foram designados ao justo valor novos acordos de recompra e outros empréstimos garantidos similares em certos negócios, para um melhor alinhamento com o modo como o negócio gere o risco e o desempenho da carteira.

Notas às demonstrações financeiras

Ativos e passivos detidos pelo justo valor

17 Justo valor dos instrumentos financeiros

Contabilização de ativos e passivos financeiros

O Grupo aplica IAS 39. Todos os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos a justo valor na data de reconhecimento inicial e, dependendo da classificação do ativo ou do passivo, poderão continuar a ser detidos a justo valor quer através de lucro ou perda quer através de outro rendimento compreensivo. O justo valor de um instrumento financeiro é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago por transferir um passivo numa transação ordenada entre participantes do mercado na data de medição.

Onde seja possível, o justo valor é determinado com um preço cotado de mercado para esse instrumento como referência. Para muitos dos ativos e passivos financeiros do Grupo, especialmente derivados, preços cotados não estão disponíveis, e modelos de avaliação são usados para estimar o justo valor. Os modelos calculam os fluxos de caixa esperado ao abrigo dos termos de cada contrato específico, e depois desconta estes valores para um valor atual. Estes modelos utilizam como base parâmetros de mercado de origem independente incluindo, por exemplo, curvas de rendimento da taxa de juros, preços de ações e mercadorias, fluidez de opções e taxas de câmbio.

Para passivos financeiros medidos a justo valor, o valor contabilístico reflete o efeito em justo valor de mudanças em spreads de crédito próprio derivado de dados de mercado observáveis, tal como spreads em títulos emitidos pelo Barclays ou swaps de risco de incumprimento (CDS). A maioria dos parâmetros de mercado são diretamente observáveis ou são implícitos a partir de instrumentos de preços. O modelo pode executar procedimentos numéricos no preço, como a interpolação, quando os valores de entrada não correspondem diretamente aos parâmetros de comercialização de mercado mais ativamente comercializados.

Num reconhecimento inicial, é presumido que o preço de transação é o justo valor a menos que haja informação observável disponível sobre um ativo em sentido contrário. A melhor prova do justo valor de um instrumento num reconhecimento inicial é tipicamente o preço de transação. Porém, se o justo valor pode ser evidenciado por comparação com outras transações do mercado atual observável no mesmo instrumento, ou se baseia numa técnica de avaliação cujos inputs incluem apenas dados de mercados observáveis, o instrumento deve ser reconhecido ao justo valor derivado dos dados do referido mercado observável.

Para valorizações que usam dados não observáveis, a diferença entre a avaliação do modelo e o preço inicial de transação ('Lucro do primeiro dia') é reconhecido no lucro ou no prejuízo numa base linear durante o prazo da transação; ou no período até todos os dados se tornarem observáveis, onde aplicável; ou emitidos na totalidade quando os dados anteriormente não observáveis se tornam observáveis.

Vários fatores influenciam a disponibilidade de dados observáveis e estes podem variar de produto para produto e mudar ao longo do tempo. Fatores incluem a profundidade de atividade no mercado relevante, o tipo de produto, se o produto é novo e não é amplamente comercializado no mercado, o desenvolvimento da modelação do mercado, a natureza da transação (feita à medida ou genérica). Na medida em que a avaliação é baseada em modelos ou dados que não são observáveis no mercado, a determinação do justo valor pode ser mais subjetiva, dependendo do significado dos dados não observáveis para a avaliação global.

A sensibilidade das avaliações utilizadas nas demonstrações financeiras para alterações possíveis em dados não observáveis é apresentada na página 198.

Previsões e raciocínios contabilísticos de importância crítica

A avaliação de instrumentos financeiros envolve muitas vezes um grau significativo de decisão e complexidade, em particular onde os modelos de avaliação utilizam dados não observáveis ("Nível 3" ativos e passivos). Esta nota fornece informação sobre estes instrumentos, incluindo os ganhos e perdas relacionados não realizados reconhecidos no período, uma descrição de técnicas de avaliação significativas e dados não observáveis, e uma análise de sensibilidade.

Avaliação

A IFRS 13 Mensuração do Justo Valor requer a uma entidade que classifique os seus ativos e passivos de acordo com uma hierarquia que reflete a possibilidade de observação dos dados de mercado significativos. Os três níveis da hierarquia de justo valor estão definidos em baixo.

Preços do mercado cotados - Nível 1

Ativos e passivos são classificados como Nível 1 se o seu valor é observável num mercado ativo. Tais Instrumentos são avaliados por referência a preços cotados desajustados para ativos ou passivos idênticos em mercados ativos em que o preço cotado está disponível de imediato e o preço representa transações de mercado atuais e regulares; Um mercado ativo é um mercado no qual as transações ocorrem com um volume e frequência suficientes, permitindo uma informação de preços numa base contínua.

Técnica de avaliação utilizando dados observáveis – Nível 2

Ativos e passivos classificados como Nível 2 foram avaliados usando modelos cujos dados são observáveis no mercado ativo. As avaliações com base em dados observáveis incluem ativos e passivos como swaps e forwards (contratos a prazo) que são avaliados utilizando técnicas de preços normais de mercado, e opções que são normalmente comercializadas em mercados onde todos os dados para os modelos de preços normais de mercado são observáveis.

Técnica de avaliação utilizando dados significativos não observáveis – Nível 3

Ativos e passivos são classificados como Nível 3 se a sua avaliação incorpora dados significativos que não se baseiam em dados de mercado observáveis (dados não observáveis). Os dados de avaliação são considerados observáveis se podem ser diretamente observados a partir transações num mercado ativo, ou caso haja uma evidência externa concreta que demonstre um preço de saída executável. Níveis de dados não observáveis são geralmente determinados através de referência a dados observáveis, observações históricas ou usando outras técnicas analíticas.

17 Justo valor dos instrumentos financeiros continuação

As seguintes tabelas mostram os ativos e passivos detidos pelo Grupo e o Banco ao justo valor desagregados por avaliação técnica (hierarquia do justo valor) classificação de folha de balanço:

Ativos e passivos detidos a justo valor	Técnica de avaliação utilizando			Total ME
	Preços do mercado cotados (Nível 1) ME	Observável dados (Nível 2) ME	Não observáveis significativos inputs (Nível 3) ME	
O Grupo				
Em 31 de dezembro de 2015				
Ativos da carteira de negociação	36.676	35.775	4.947	77.398
Ativos financeiros designados ao justo valor ^a	6.163	52.909	17.758	76.830
Ativos financeiros derivativos	6.342	316.110	5.418	327.870
Investimentos disponíveis para venda	42.552	46.730	1.022	90.304
Outros ^b	26	8	7.470	7.504
Total ativos	91.759	451.532	36.615	579.906
Passivo de carteiras de negociação	(23.978)	(9.989)	-	(33.967)
Passivos financeiros designados ao justo valor ^a	(240)	(90.203)	(1.302)	(91.745)
Passivo financeiro derivado	(5.450)	(314.033)	(4.769)	(324.252)
	(1.024)	(802)	(4.171)	(5.997)
Total passivos	(30.692)	(415.027)	(10.242)	(455.961)
Em 31 de dezembro de 2014				
Ativos da carteira de negociação	48.962	59.466	6.327	114.755
Ativos financeiros designados ao justo valor:	9.934	8.461	19.905	38.300
Ativos financeiros derivativos	9.863	425.468	4.745	440.076
Investimentos disponíveis para venda	44.234	40.558	1.313	86.105
	33	198	15.550	15.781
Total ativos	113.026	534.151	47.840	695.017
Passivo de carteiras de negociação	(26.840)	(17.935)	(349)	(45.124)
Passivos financeiros designados pelo valor justo	(15)	(55.141)	(1.816)	(56.972)
Passivo financeiro derivado	(10.313)	(424.687)	(4.320)	(439.320)
	-	-	(13.115)	(13.115)
Total passivos	(37.168)	(497.763)	(19.600)	(554.531)

Notas

- a Durante 2015, foram designados novos acordos de recompra inversa e novos acordos de outros empréstimos similares e recompra e outros empréstimos garantidos similares em certos negócios, por um valor justo, para melhor se alinhar com a forma como o negócio melhor gere o risco e o desempenho da carteira.
- b Outros incluem ativos e passivos não atuais detidos para venda em 7.364 ME (2014: 15.574 ME) e 5.997 ME (2014: 13.115 ME) respectivamente, os quais são medidos a valor justo numa base não recorrente. Consulte a Nota 44 para mais informação em ativos não correntes detidos para venda. Outros também incluem propriedades de investimento em 140 ME (2014: 2017 ME).

Notas às demonstrações financeiras

Ativos e passivos detidos pelo justo valor

17 Justo valor dos instrumentos financeiros (continuação)

As seguintes tabelas mostram os ativos e passivos detidos pelo justo valor desagregados por avaliação técnica (hierarquia do justo valor) classificação de folha de balanço:

Ativos e passivos detidos a justo valor	Técnica de avaliação utilizando			Total
	Preços do mercado cotados (Nível 1)	Observável dados (Nível 2)	Não observáveis significativos inputs (Nível 3)	
	M€	M€	M€	M€
O Banco				
Em 31 de dezembro de 2015				
Ativos da carteira de negociação	10.825	17.290	4.942	33.057
Ativos financeiros designados ao justo valor ^a	406	54.800	16.781	71.987
Ativos financeiros derivativos	1.856	309.284	5.112	316.252
Investimentos disponíveis para venda	39.463	43.576	569	83.608
	24	7	5.162	5.193
Total ativos	52.574	424.957	32.566	510.097
Passivo de carteiras de negociação	(16.455)	(7.112)	-	(23.567)
Passivos financeiros designados ao justo valor ^a	(126)	(89.364)	(708)	(90.198)
Passivo financeiro derivado	(1.910)	(303.238)	(4.877)	(310.025)
	(1.024)	(802)	(2.277)	(4.103)
Total passivos	(19.515)	(400.516)	(7.862)	(427.893)
Em 31 de dezembro de 2014				
Ativos da carteira de negociação	11.338	31.906	5.832	49.076
Ativos financeiros designados ao justo valor:	3.101	18.984	18.782	40.867
Ativos financeiros derivativos	2.122	419.750	4.693	426.565
Investimentos disponíveis para venda	40.611	37.126	853	78.590
	33	198	405	636
Total ativos	57.205	507.964	30.565	595.734
Passivo de carteiras de negociação	(12.387)	(13.177)	(346)	(25.910)
Passivos financeiros designados pelo valor justo	-	(61.796)	(920)	(62.716)
Passivo financeiro derivado	(2.420)	(412.914)	(4.271)	(419.605)
	-	-	(275)	(275)
Total dos passivos	(14.807)	(487.887)	(5.812)	(508.506)

Notas

- a Durante 2015, foram designados novos acordos de recompra inversa e novos acordos de outros empréstimos similares e recompra e outros empréstimos garantidos similares em certos negócios, por um valor justo, para melhor se alinhar com a forma como o negócio melhor gere o risco e o desempenho da carteira.
- b Outros incluem ativos e passivos não atuais detidos para venda em 5.180 M€ (2014: 620 M€) e 4.103 M€ (2014: 275 M€) respectivamente, os quais são medidos a valor justo numa base não recorrente. Consulte a Nota 44 para mais informação em ativos não correntes detidos para venda. Outros também incluem propriedades de investimento em 140 M€ (2014: 2017 M€).

17 Justo valor dos instrumentos financeiros (continuação)

As seguintes tabelas mostram os ativos e passivos detidos pelo Grupo ao justo valor desagregados por técnica de avaliação (hierarquia do justo valor) e tipo de produto:

Ativos e passivos detidos pelo justo valor por tipo de produto

	Ativos			Passivos		
	Técnica de avaliação usando			Técnica de avaliação usando		
	Preços do mercado cotados	Observável dados (Nível2)	Não observáveis significativos dado	Preços do mercado cotados	Observável dados (Nível2)	Não observáveis significativos dado
	ME	ME	ME	ME	ME	ME
O Grupo						
Em 31 de dezembro de 2015						
Derivados de taxa de juros	-	228.751	2.675	-	(218.864)	(2.247)
Derivados cambiais	2	54.839	95	(4)	(58.594)	(196)
Derivativos de crédito ^a	-	16.441	1.902	-	(16.405)	(219)
Derivativos de capital próprio	3.830	9.279	690	(2.870)	(14.037)	(1.545)
Derivativos de produtos de base	2.510	6.801	56	(2.576)	(6.133)	(562)
Dívida do governo e patrocinada pelo governo	55.150	53.053	419	(15.036)	(5.474)	(1)
Dívida empresarial	352	11.598	2.895	(234)	(4.558)	(15)
Certificados de depósito, papel comercial e outros instrumentos do mercado monetário	82	503	-	(5)	(6.95)	(382)
Acordos de recompra e recompra inversa ^b	-	49.513	-	-	(50.838)	-
Empréstimos não suportados por ativos	-	1.931	16.828	-	-	-
Capital próprio suportado por ativos	-	12.009	770	-	(384)	(37)
Empréstimos imobiliários comerciais	-	-	551	-	-	-
Dívida emitida	-	-	-	-	(29.695)	(546)
Produtos de investimentos de capital	29.704	4.038	171	(8.943)	(221)	-
Fundos e produtos vinculados a fundos	-	1.649	378	-	(1.601)	(148)
Mercadorias	87	156	-	-	-	-
Outros ^c	42	971	9.185	(1.024)	(1.268)	(4.344)
Total	91.759	451.532	36.615	(30.692)	(415.027)	(10.242)
Em 31 de dezembro de 2014						
Derivados de taxa de juros	-	308.706	1.239	(5)	(299.181)	(1.344)
Derivados cambiais	4	74.358	108	(3)	(79.188)	(138)
Derivativos de crédito ^a	-	21.708	1.966	-	(21.958)	(409)
Derivativos de capital próprio	3.847	9.750	1.247	(3.719)	(13.780)	(2.092)
Derivativos de produtos de base	6.012	10.946	185	(6.586)	(10.580)	(337)
Dívida do governo e patrocinada pelo governo	62.577	48.373	1.014	(11.563)	(14.002)	(346)
Dívida empresarial	151	22.036	3.061	-	(3.572)	(13)
Certificados de depósito, papel comercial e outros instrumentos do mercado monetário	78	921	-	(4)	(6.276)	(665)
Acordos de recompra e revenda	-	5.236	-	-	(5.423)	-
Empréstimos não suportados por ativos	1	2.462	17.744	-	-	-
Capital próprio suportado por ativos	30	16.211	1.631	-	(67)	-
Empréstimos imobiliários comerciais	-	-	1.180	-	-	-
Dívida emitida	-	-	-	(10)	(40.592)	(749)
Produtos de investimentos de capital	40.252	7.823	171	(15.276)	(699)	-
Fundos e produtos vinculados a fundos	-	2.644	631	-	(2.060)	(210)
Mercadorias	4	1.447	-	-	(363)	-
	70	1.530	17.663	(2)	(22)	(13.297)
Total	113.026	534.151	47.840	(37.168)	(497.763)	(19.600)

Ativos e passivos reclassificados entre Nível 1 e Nível 2

Existiram transferências de 537 M€ de ativos e 801 M€ em passivos (2014: zero) de participação e derivativos de moeda estrangeira de Nível 1 para Nível 2, refletindo a observabilidade de mercado destes tipos de produtos.

Notas

a. Derivativos de um crédito incluem exposição derivativa a seguradoras Monoline.

b. Durante 2015, foram designados novos acordos de recompra inversa e novos acordos de outros empréstimos similares e recompra e outros empréstimos garantidos similares em certos negócios, por um valor justo, para melhor se alinhar com a forma como o negócio melhor gere o risco e o desempenho da carteira.

c. Outros incluem ativos e passivos não correntes detidos para venda, investimentos de participações privadas, empréstimos suportados por ativos e propriedades de investimento.

Notas às demonstrações financeiras

Ativos e passivos detidos pelo justo valor

17 Justo valor de ativos e passivos continuação

Plano 3 Análise de Movimento

A tabela seguinte resume os movimentos no balanço de Nível 3 durante o ano. A tabela mostra ganhos e perdas e inclui montantes para todos os ativos e passivos transferidos para e do Nível 3 durante o ano. Transferências têm sido refletidas como se tivessem sido efetuadas no início do ano.

Análise de movimentos em ativos e passivos de Nível 3

O Grupo	A 1 de Janeiro de 2015 ME	Compras ME	Vendas ME	Emissões ME	Liquidações ME	Total de ganhos e perdas no período reconhecido na declaração de rendimentos			Transferências		A 31 de Dezembro de 2015 ME
						Rendimento Comercial ME	Rendimentos Outros ME	Ganhos ou prejuízos reconhecidos em OCI ME	Dentro ME	Fora ME	
Governo e	685	27	(119)	-	(109)	(6)	-	-	2	(160)	320
Financiado pelo governo											
dívida											
Dívida empresarial	3.026	62	(64)	-	(20)	(47)	-	-	5	(80)	2.882
Capital próprio suportado por	1.610	1.365	(1.565)	-	(711)	58	-	-	5	(19)	743
Empréstimos não suportados por	273	520	(251)	-	(3)	(42)	-	-	11	(1)	507
Fundos e vinculados a fundos	589	-	(174)	-	(56)	(27)	-	-	12	(4)	340
produtos.											
Outros	144	23	(19)	-	(9)	(14)	-	-	53	(23)	155
Ativos da carteira de negociação	6.327	1.997	(2.192)	-	(908)	(78)	-	-	88	(287)	4.947
Imobiliário comercial	1.179	3.540	(3.878)	-	(342)	49	1	-	-	-	549
Empréstimos											
Empréstimos não suportados por	17.471	192	(114)	-	(756)	(531)	(6)	-	-	-	16.256
ativos ^c											
Empréstimos suportados por	393	1.098	(1.260)	-	2	8	-	-	15	-	256
Investimentos em capital próprio	701	94	(200)	-	(3)	8	38	-	4	(132)	510
Outros	161	66	(31)	-	(3)	(11)	5	-	26	(26)	187
Outros ativos financeiros designados pelo valor justo	19.905	4.990	(5.483)	-	(1.102)	(477)	38	-	45	158	17.758
Capital próprio suportado por	1	-	-	-	-	-	-	-	-	(1)	-
ativos											
Governo e	327	14	(36)	-	-	-	-	1	-	(212)	94
Financiado pelo governo											
dívida											
Outros	985	65	(91)	-	(1.026)	-	549	419	27	-	928
Investimentos disponíveis para	1.313	79	(127)	-	(1.026)	-	549	420	27	(213)	1.022
venda											
Outros ^a	207	27	(89)	-	-	-	(5)	-	-	-	140
Passivo de carteiras de negociação	(349)	-	-	-	-	-	-	-	-	349	-
Certificados de depósito, papel comercial e outros instrumentos do mercado monetário	(666)	-	-	(216)	261	-	17	-	-	221	(383)
Dívida emitida	(748)	-	-	(16)	245	(4)	(8)	-	(38)	4	565
Outros	(402)	-	-	-	(19)	(18)	75	-	-	10	(354)
Passivos financeiros designados pelo valor justo	(1.816)	-	-	(232)	487	(22)	84	-	38	235	(1.302)
Derivados de taxa de juros	(105)	1	218	-	(247)	203	-	-	243	117	430
Derivativos de crédito	1.557	273	(12)	(290)	(6)	(123)	-	-	(11)	7	1.685
Derivativos de capital próprio	(845)	111	(2)	(290)	103	34	-	-	(21)	52	(858)
Derivativos de produtos de base	(152)	-	-	-	(66)	(6)	-	-	(388)	106	(506)
Moeda estrangeira	(30)	14	(1)	(7)	9	(14)	-	-	(73)	-	(102)
derivativos											
Instrumentos financeiros derivativos líquidos^b	425	399	203	(297)	(207)	94	-	-	(250)	282	649
Total	26.012	7.492	(7.688)	(529)	(2.756)	(483)	666	420	(128)	208	23.214

Notas
a Outros incluem propriedade de investimento em 140 ME (2014: 2017 ME). Ativos não correntes detidos para venda em 7.330 ME (2014: 15.574 ME) e passivos num grupo de alienação classificados como detidos para venda em 4.171 ME (2014: 13.115 ME) não estão incluídos, uma vez que este não são medidos ao justo valor numa base não recorrente.
b Os instrumentos financeiros derivativos são representados numa base líquida. Numa base bruta, ativos financeiros derivativos são de 5.418 ME (2014: 4.745 ME) e passivos financeiros derivativos são de 4.769 ME (2014: 4.320 ME).

c Um ganho de mercado de cobertura parcial de 172 ME (2014: 2.921 ME) foi reconhecido nos instrumentos derivativos de nível 2 que cobrem o risco da taxa de juro da carteira de empréstimos ESHL.

17 Justo valor de ativos e passivos continuação

Análise de movimentos em ativos e passivos de Nível 3

O Grupo	A 1 de Janeiro de 2014 ME	Compa s ME	Vendas ME	Emissões ME	Liquidações ME	Total de ganhos e perdas no período reconhecido na declaração de rendimentos		Ganhos totais ou prejuízos reconhecidos em OCI ME	Transferências		A 31 de dezembro de 2014 ME
						Rendimento Comercial ME	Outros Rendimentos ME		Dentro ME	Fora ME	
Dívida do governo e patrocinada pelo governo	161	96	(198)	-	(46)	5	-	-	676	(9)	685
Dívida empresarial	3.039	177	(332)	-	(370)	484	-	-	3	(11)	3.026
Capital próprio suportado por ativos	2.111	1.037	(1.552)	-	(141)	178	-	-	8	(31)	1.610
Empréstimos não suportados por ativos	176	250	(30)	-	(49)	2	-	-	1	(89)	273
Fundos e produtos vinculados a fundos	494	-	(92)	-	-	(17)	-	-	204	-	589
Outros	440	8	(369)	-	54	22	-	-	-	(11)	144
Ativos da carteira de negociação	6.421	1.568	(2.573)	-	(552)	674	-	-	940	(151)	6.327
Empréstimos imobiliários comerciais	1.198	2.919	(2.678)	-	(334)	76	(2)	-	-	-	1.179
Empréstimos não suportados por ativos	15.956	2	(177)	-	(81)	1.830	9	-	-	(68)	17.471
Empréstimos suportados por ativos	375	855	(777)	-	(4)	19	-	-	1	(76)	393
Investimentos em capital próprio privado	1.168	173	(500)	-	(11)	4	82	-	-	(215)	701
Outros	73	75	(1)	-	(35)	9	32	-	2	6	161
Ativos financeiros designados pelo justo valor	18.770	4.024	(4.133)	-	(465)	1.938	121	-	3	(353)	19.905
Capital próprio suportado por ativos	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Dívida do governo e patrocinada pelo governo	59	281	(12)	-	(1)	-	-	-	-	-	327
Outros	2.085	37	(78)	-	1.694	1	586	7	4	(30)	985
Disponível para venda	2.145	318	(90)	-	(1.695)	1	586	74	4	(30)	1.313
Outros^a	451	47	(238)	-	-	-	5	-	-	(58)	207
Passivo de carteiras de negociação	-	-	-	-	-	(3)	-	-	(346)	-	(349)
Certificados de depósito, papel comercial e outros	(409)	-	-	(254)	12	2	88	-	(108)	3	(666)
outros instrumentos do mercado											
Dívida emitida	(1.164)	-	-	(16)	293	88	-	-	(48)	99	(748)
Outros	(67)	-	-	(341)	10	6	30	-	-	-	(402)
Passivos financeiros designados pelo valor justo	(1.640)	-	-	(611)	315	96	118	-	(196)	102	(1.816)
Derivados de taxa de juros	(15)	5	45	(5)	7	(358)	-	-	103	113	(105)
Derivativos de crédito	(1.420)	11	-	-	42	121	-	-	(81)	44	1,55
Derivativos de capital próprio	(601)	86	(12)	(305)	113	(278)	-	-	(14)	166	(845)
Derivativos de produtos de base	(141)	-	-	(3)	(10)	4	-	-	(11)	9	(152)
Derivados cambiais	31	-	(12)	(4)	(71)	(6)	-	-	29	3	(30)
Instrumentos financeiros derivativos	694	102	21	317	81	(517)	-	-	26	335	425
Total	26.841	6.059	(7.013)	(928)	(2.316)	2.189	830	74	431	(155)	26.012

Notas

a Outros incluem propriedade de investimento em 140 ME (2014: 2017 ME). Ativos não correntes detidos para venda em 7.330 ME (2014: 15.574 ME) e passivos num grupo de alienação classificados como detidos para venda em 4.171 ME (2014: 13.115 ME) não estão incluídos, uma vez que este não são medidos ao justo valor numa base não recorrente.

b Os instrumentos financeiros derivativos são representados numa base líquida. Numa base bruta, ativos financeiros derivativos são de 5.418 ME (2014: 4.745 ME) e passivos financeiros derivativos são de 4.769 ME (2014: 4.320 ME).

c Um ganho de mercado de cobertura parcial de 172 ME (2014: 2.921 ME) foi reconhecido nos instrumentos derivativos de Nível 2 que cobre o risco da taxa de juro da carteira de empréstimos ESHLA

Notas às demonstrações financeiras

Ativos e passivos detidos pelo justo valor

17 Justo valor de ativos e passivos continuação

Análise de movimentos em ativos e passivos de Nível 3

	A 1 de Janeiro de 2015 ME	Compras ME	Vendas ME	Emissões ME	Liquidações ME	Total de ganhos e perdas no período reconhecido na declaração de rendimentos		Ganhos totais ou prejuízos reconhecidos em OCI ME	Transferências		A 31 de dezembro de 2015 ME
						Rendimento Comercial ME	Outros Rendimentos ME		Dentro ME	Fora ME	
O Banco											
Ativos da carteira de negociação	5.832	1.467	(1.800)	-	(829)	(30)	-	-	302	-	4.942
Ativos financeiros pelo justo valor	18.782	4.633	(5.042)	-	(1.095)	(497)	-	-	-	-	16.781
Disponível para venda											
investimentos	853	26	3)	-	(1.013)	-	492	408	1	(195)	569
Outros *	16	-	-	-	-	-	(3)	-	-	-	13
Passivo de carteiras de negociação	(346)	-	-	-	-	-	-	-	-	346	-
Passivos financeiros designados pelo valor justo											
Instrumentos financeiros	(920)	-	-	1)	247	(8)	8	-	(38)	4	(708)
	422	119	214	433)	(189)	67	-	-	(151)	186	235
Total	24.639	6.245	(6.631)	434)	(2.879)	(468)	497	408	114	341	21.832

Análise de movimentos em ativos e passivos de Nível 3

	A 1 de Janeiro de 2014 ME	Compras ME	Vendas ME	Emissões ME	Liquidações ME	Total de ganhos e perdas no período reconhecido na declaração de rendimentos		Ganhos totais ou prejuízos reconhecidos em OCI ME	Transferências		A 31 de dezembro de 2014 ME
						Rendimento Comercial ME	Outros Rendimentos ME		Dentro ME	Fora ME	
O Banco											
Ativos da carteira de negociação	5.326	550	(850)	-	(521)	515	-	-	927	(115)	5.832
Ativos financeiros pelo justo valor	16.864	3.778	(3.362)	-	(350)	1.948	32	-	2	(130)	18.782
Disponível para venda											
investimentos	1.821	241	(55)	-	(1.708)	-	570	11	3	(30)	853
Outros *	68	-	(51)	-	-	-	(1)	-	-	-	16
Passivo de carteiras de negociação	-	-	-	-	-	-	-	-	(346)	-	(346)
Passivos financeiros designados pelo valor justo											
Instrumentos financeiros	(1.161)	-	-	(187)	290	89	(1)	-	49)	99	(920)
	699	98	35	(417)	78	(424)	-	-	13	340	422
Total	23.617	4.667	(4.283)	(604)	(2.211)	2.128	600	11	550	164	24.639

Notas

a Outros incluem propriedades de investimento de 13 ME (2014: 16 ME).

b Os instrumentos financeiros derivativos são representados numa base líquida. Numa base e bruta, ativos financeiros derivativos perfaziam um total de 5.112 ME (2014: 4.693 ME) e passivos financeiros derivativos perfaziam um total de 4887 ME (2014: 4.271 ME).

17 Justo valor de ativos e passivos continuação

Ativos e passivos movem-se entre o Nível 2 e o Nível 3 principalmente devido a i) um aumento ou diminuição da atividade do mercado observável relacionados os dados ou ii) uma alteração na significância dos dados não observáveis, com ativos e passivos classificados como Nível 3 se um dado não observável for considerado significativo.

Ganhos e prejuízos não realizados em ativos e passivos financeiros de Nível 3

A tabela abaixo divulga os ganhos e prejuízos reconhecidos no ano decorrentes de ativos e passivos financeiros de Nível 3 detidos no ano findo.

Ganhos e prejuízos reconhecidos durante o período, em ativos e passivos de Nível 3 detidos no período findo

A 31 de Dezembro	2015				2014			
	Demonstração de Resultados				Demonstração de Resultados			
	Rendimento Comercial	Outro rendimento	Outro rendimento integral	Total	Rendimento Comercial	Outro rendimento	Outro rendimento integral	Total
	ME	ME	ME	ME	ME	ME	ME	ME
O Grupo								
Ativos da carteira de negociação	(125)	-	-	(125)	466	-	-	466
Ativos financeiros designados ao justo valor	(562)	(17)	-	(579)	1.849	(9)	-	1.840
Ativo disponível para venda	-	(20)	488	(468)	-	572	80	652
Passivo de carteiras de negociação	(1)	-	-	(1)	(3)	-	-	(3)
Passivos financeiros designados pelo valor justo	(24)	76	-	52	98	118	-	216
Outros *	-	(22)	-	(22)	-	5	-	5
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	123	-	-	123	(238)	-	-	(238)
Total	(589)	17	488	(84)	2.172	686	80	2.938

Ganhos e prejuízos reconhecidos durante o período, em ativos e passivos de Nível 3 detidos no período findo

A 31 de Dezembro	2015				2014			
	Demonstração de Resultados				Demonstração de Resultados			
	Rendimento Comercial	Outro rendimento	Outro rendimento integral	Total	Rendimento Comercial	Outro rendimento	Outro rendimento integral	Total
	ME	ME	ME	ME	ME	ME	ME	ME
O Banco								
Ativos da carteira de negociação	(94)	-	-	(94)	444	-	-	444
Ativos financeiros designados ao justo valor	(555)	-	-	(555)	1.864	7	-	1.871
Ativo disponível para venda	-	(7)	408	401	-	500	11	511
Passivo de carteiras de negociação	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivos financeiros designados pelo valor justo	(11)	8	-	(3)	97	(1)	-	96
Outros *	-	(3)	-	(3)	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	112	-	-	112	(241)	-	-	(241)
Total	(548)	(2)	408	(142)	2.164	506	11	2.681

As perdas comerciais de 562 ME (2014: ganhos de 1.849 ME) para o Grupo e 555 ME (2014: ganho de 1.864 ME) para o Banco em ativos financeiros de Nível 3 designados ao justo valor deveram-se primariamente a perdas a justo valor na carteira de empréstimos ESHLA de 531 ME.

Técnicas de avaliação e análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade é realizada em produtos com dados não observáveis não significativos (Nível 3) para gerar uma variedade de avaliações alternativas razoavelmente possíveis. As metodologias de sensibilidade aplicadas têm em conta a natureza das técnicas de avaliação utilizadas, assim como a disponibilidade e fiabilidade das referências observáveis e dos dados históricos e o impacto de usar modelos alternativos.

Sensibilidades são dinamicamente calculadas numa base mensal. O cálculo baseia-se num intervalo ou dados de spread de uma fonte de referência fiável ou num cenário baseado em análises de mercado relevantes, juntamente com o impacto de usar modelos alternativos. Sensibilidades são calculadas sem refletir o impacto de qualquer diversificação no portfólio.

As técnicas de avaliação usadas para os produtos materiais nos Níveis 2 e 3 e para análises de observabilidade e sensibilidade de produtos em Nível 3 estão descritas em baixo.

Derivados de taxa de juros

Descrição: Estes são derivativos ligados a taxas de juro ou índices de inflação. Esta categoria inclui futuros, taxas de juro e swaps de inflação; opções de swaps; caps; floors, opções de inflação; swaps com garantia de saldo e outros derivativos de taxas de juro exóticas.

Avaliação: Fluxos de caixa derivativos de taxas de juros são avaliados usando curvas de rendimento da taxa de juros pelas quais dados de mercado observáveis são usados para construir a prazo de taxas futuras. Estas são depois usadas para projetar e descontar fluxos de caixa futuros baseados nos parâmetros da transação. Instrumentos com

Notas:
a Outros consistem em propriedade de investimento.

Notas às demonstrações financeiras

Ativos e passivos detidos pelo justo valor

17 Justo valor de ativos e passivos continuação

opcionalmente são avaliados utilizando as volatilidades implícitas de dados observáveis de mercado. Os derivativos exóticos de taxa de juros são avaliados através da utilização de modelos da indústria padrão e personalizados, com base em dados de parâmetros de mercado observáveis e não observáveis. Os parâmetros incluem as taxas de juros, volatilidades, correlações e outros parâmetros, conforme apropriado. As curvas futuras de inflação e as curvas de rendimento das taxas de juros podem ser extrapoladas para além dos prazos observáveis. Os swaps garantidos nos saldos são avaliados através de modelos de fluxos de caixa que calculam o justo valor com base em projeções de perda, pré-pagamentos, recuperação e taxas de desconto. Estes parâmetros são determinados com base no desempenho subjacente dos ativos.

Observância: Em geral, os parâmetros de entrada são considerados observáveis até vencimentos líquidos que são determinados separadamente para cada um dos parâmetros e subjacentes. Alguma correlação, convexidade, forwards de longo prazo e os riscos de volatilidade não são observáveis para além dos vencimentos líquidos. Os dados de mercado e modelos não observáveis são definidos pela referência a instrumentos do mercado líquido e pela aplicação de técnicas de extrapolação, ou deduzidos por meio de um outro método razoável.

Sensibilidade de nível 3: A sensibilidade relativa aos dados de avaliação não observáveis tem por base a dispersão de serviços de dados de consenso, quando disponíveis; caso contrário, são utilizados cenários de stress e dados históricos.

Derivados cambiais

Descrição: Trata-se de derivativos ligados ao mercado cambial (FX). Esta categoria inclui contratos forward cambiais, swaps cambiais e opções cambiais. A grande maioria é negociada como instrumentos derivados OTC.

Avaliação: Os derivativos exóticos e não-exóticos são avaliados através da utilização de modelos da indústria padrão e personalizados. Os parâmetros de entrada incluem as taxas de câmbio, taxas de juros, volatilidades cambiais, volatilidades das taxas de juros, correlações das taxas de juro cambiais e outros, conforme apropriado. Os dados do modelo não observáveis são definidos pela referência a instrumentos do mercado líquido e pela aplicação de técnicas de extrapolação de forma a corresponderem ao perfil de risco adequado.

Observância: Algumas correlações, forwards de longo prazo e volatilidades não são observáveis para além dos vencimentos líquidos.

Sensibilidade de Nível 3: A sensibilidade relativa aos dados de avaliação não observáveis tem por base a dispersão de serviços de dados de consenso.

Derivativos de crédito

Descrição: Trata-se de derivativos vinculados ao spread de crédito de uma entidade referenciada, índice ou cabaz de entidades referenciadas ou um conjunto de ativos referenciados através de titularização. Esta categoria inclui swaps de uma única entidade e swaps de risco de incumprimento (CDS), CDS suportados por ativos, obrigações de dívida colateralizadas (CDO) e swaps de cabazes de "n-ésimo" incumprimento.

Avaliação: Os CDS são avaliados através de um modelo padrão de mercado que inclui a curva de crédito como o seu dado principal. Os spreads de crédito são observados diretamente a partir dos dados de corretores, fornecedores de terceiros ou têm os seus preços fixados por aproximação. Nos casos em que os spreads de crédito não são observáveis, estes são determinados com base em transações recentes ou aproximados a partir de spreads de obrigações em negociações observáveis do mesmo emitente ou de outras entidades similares. Os CDO sintéticos são avaliados através de um modelo que calcula o justo valor com base em spreads de crédito, taxas de recuperação, correlações e taxas de juros, e é calibrado ao mercado de tranches de índices.

Observância: Os contratos de CDS relativos a entidades que não são negociadas ativamente são considerados não observáveis. Os dados de correlação da avaliação dos CDO sintéticos são considerados não observáveis, uma vez que são aproximados a partir do mercado de tranches de índices observável. Nos casos em que um derivativo de crédito suportado por um ativo não tem um preço de mercado observável e a avaliação é determinada através da utilização de um modelo, um instrumento é considerado não observável.

Sensibilidade de Nível 3: A sensibilidade das avaliações da carteira de CDS sem liquidez é determinada pela aplicação de uma alteração para cada curva de spread. A alteração tem por base o intervalo médio dos preços observados no mercado para CDS semelhantes. A sensibilidade dos CDO sintéticos é calculada através da utilização de níveis de correlação decorrentes do intervalo de contribuintes para um serviço personalizado de consenso.

Exposição dos derivativos às seguradoras monoline

Descrição: Estes produtos são derivativos através dos quais a proteção de crédito tem sido adquirida em instrumentos de dívida estruturados (obrigações de empréstimo principalmente garantidas ou CLO) a partir de seguradoras monoline.

Avaliação: Dada a natureza personalizada dos CDS, o principal dado de avaliação é o preço do instrumento de caixa que protege.

Observância: Se o valor de mercado do instrumento de caixa subjacente ao contrato de CDS pode ser observável, a sua utilização na avaliação de CDS é considerada não observável devido à natureza personalizada dos contratos de CDS monoline.

Sensibilidade de Nível 3: Devido ao alto nível de incerteza, a sensibilidade reflete o impacto da diminuição para zero do elemento de proteção de crédito do justo valor.

Derivativos de capital próprio

Descrição: Trata-se de derivativos vinculados a índices de capital próprio e entidades individuais. Esta categoria inclui derivativos de capital próprio negociados em bolsa e OTC, incluindo opções de tipo corrente e exóticas.

17 Justo valor de ativos e passivos *continuação*

Avaliação: As avaliações dos derivativos de capital próprio OTC são determinadas através da utilização de modelos padrão da indústria. Os parâmetros de entrada incluem os preços de ações, dividendos, volatilidades, taxas de juros, curvas de recompra de capital próprio e, para os produtos multi-ativos, correlações. Os dados do modelo não observáveis são determinados com base em instrumentos do mercado líquido e na aplicação de técnicas de extrapolação de forma a corresponderem ao perfil de risco adequado.

Observância: Em geral, os parâmetros de entrada são considerados observáveis até vencimentos líquidos que são determinados separadamente para cada um dos parâmetros e elementos subjacentes.

Sensibilidade de Nível 3: A sensibilidade é estimada com base na dispersão de serviços de dados de consenso, diretamente ou por aproximação.

Derivativos de produtos de base

Descrição: Estes produtos são derivativos negociados em bolsa e OTC baseados em mercadorias subjacentes, tais como metais, petróleo bruto e produtos refinados, produtos agrícolas, energia e gás natural.

Avaliação: As avaliações de swaps e opções de mercadorias são determinadas através de modelos que incluem descontos de fluxos de caixa e outras técnicas padrão de modelagem da indústria. Os dados de avaliação incluem curvas forward, volatilidades implícitas a partir dos dados observáveis no mercado e correlações. Os dados não observáveis são definidos com base nos produtos observáveis semelhantes ou através da aplicação de técnicas de extrapolação do mercado observável.

Observância: Algumas correlações, curvas forward e volatilidades para exposições a mais longo prazo não são observáveis.

Sensibilidade de Nível 3: A sensibilidade é determinada principalmente através da mensuração da variabilidade histórica ao longo de dois anos. Nos casos em que os dados históricos não estão disponíveis ou que a incerteza se deve ao risco volumétrico, a sensibilidade é medida através da aplicação de cenários de stress apropriados ou usando níveis indicadores de spread de compra e venda.

Instrumentos derivados complexos

As estimativas de avaliação feitas pelas contrapartes relativamente aos instrumentos derivados complexos, com a finalidade de determinar o montante das garantias a ser depositadas, diferem frequentemente - por vezes de forma significativa - das próprias estimativas do Barclays. Em quase todos os casos, o Barclays tem sido capaz de resolver com êxito essas diferenças ou, de outra forma, de alcançar uma acomodação no que respeita aos níveis de depósitos de garantias, incluindo, em certos casos, a celebração de compromissos de garantias. Devido à natureza contínua de pedidos de garantias, o Barclays envolve-se frequentemente em discussões com uma ou mais contrapartes em relação a essas diferenças. As estimativas de avaliação feitas pelas contrapartes para efeitos de garantias são - como qualquer outra avaliação de terceiros - consideradas na determinação de estimativas do valor justo do Barclays.

Dívida do governo e financiada pelo governo

Descrição: Trata-se de obrigações governamentais, obrigações supra soberanas e obrigações do tesouro.

Avaliação: As obrigações governamentais líquidas negociadas ativamente através de uma bolsa ou câmara de compensação estão marcadas para os níveis de fecho observados nesses mercados. As obrigações com menor liquidez são avaliadas utilizando preços de mercado observáveis provenientes das cotações de corretores, dos preços inter-dealers ou de outros serviços de fixação de preços fiáveis. Nos casos em que não existem preços de mercado observáveis, o justo valor é determinado com base em emissões ou em spreads de CDS do mesmo emitente enquanto dados de aproximação, para obter valores de fluxos de caixa descontados.

Observância: Nos casos em que não está disponível um preço de mercado observável, a obrigação considera-se de Nível 3.

Sensibilidade de Nível 3: A sensibilidade é calculada através do intervalo dos preços indicadores observáveis.

Dívida empresarial

Descrição: Contém essencialmente obrigações de empresas.

Avaliação: As obrigações de empresas são avaliadas utilizando preços de mercado observáveis provenientes das cotações de corretores, preços inter-dealer ou outros serviços de fixação de preços fiáveis. Nos casos em que não existem preços de mercado observáveis, o justo valor é determinado com base em emissões ou spreads de CDS do mesmo emitente como dados de aproximação, para obter valores de fluxo de caixa descontados. Na ausência de obrigações ou spreads de CDS observáveis para o respetivo emitente, aplicam-se como aproximação os ativos de referência semelhantes ou médias do sector (a adequação das aproximações é avaliada com base no emitente, cupão, maturidade e indústria).

Observância: Nos casos em que não está disponível um preço de mercado observável, o título considera-se de Nível 3.

Sensibilidade de Nível 3: A sensibilidade para a carteira das obrigações de empresa é determinada pela aplicação de uma alteração para cada posição subjacente, impulsionada por intervalos médios de níveis externos observados no mercado em obrigações semelhantes.

Acordos de recompra e revenda

Descrição: Estes acordos incluem títulos adquiridos mediante acordos de revenda, títulos vendidos mediante acordos de recompra e outros acordos semelhantes de empréstimos garantidos.

Avaliação: Os acordos de revenda e de recompra são avaliados através do desconto dos futuros fluxos de caixa esperados. Os dados para a avaliação incluem taxas de juro e taxas de acordo de recompra, que são determinadas com base nos parâmetros específicos da transação.

Notas às demonstrações financeiras

Ativos e passivos detidos pelo justo valor

17 Justo valor de ativos e passivos continuação

Observância: Em geral, os parâmetros de entrada são considerados observáveis até vencimentos líquidos, tal como determinado com base nos parâmetros específicos da transação. Os dados de mercado e modelos não observáveis são definidos em base em instrumentos do mercado líquido e pela aplicação de técnicas de extrapolação, ou deduzidos por meio de um outro método razoável.

Sensibilidade de Nível 3: A sensibilidade relativa aos dados de avaliação não observáveis tem por base a dispersão de serviços de dados de consenso, quando disponíveis; caso contrário, são utilizados cenários de stress e dados históricos. Em geral, a sensibilidade dos dados não observáveis não é significativa para a avaliação global do balanço, dada a natureza predominantemente de curto prazo dos acordos.

Empréstimos não suportados por ativos

Descrição: Esta categoria é composta, em grande parte, por empréstimos de taxa fixa, como a carteira ESHLA (educação, habitação social e autoridade local), que são avaliados utilizando modelos que descontam os futuros fluxos de caixa esperados.

Avaliação: Os empréstimos de taxa fixa são avaliados através de modelos que calculam o justo valor com base em taxas de juros observáveis e spreads de empréstimos não observáveis. Os spreads de empréstimos não observáveis incluem os custos de financiamento, o nível de ativos comparáveis, tais como obrigações (gilts), a qualidade de crédito do emitente e outros fatores.

Observância: Dentro desta população, o dado não observável é o spread dos empréstimos.

Sensibilidade de Nível 3: A sensibilidade para os empréstimos de taxa fixa é calculada através da aplicação de uma alteração aos spreads dos empréstimos.

Capital próprio suportado por ativos

Descrição: Trata-se de títulos que estão vinculados aos fluxos de caixa de um conjunto de ativos referenciados através de titularização. Esta categoria inclui títulos suportados por hipotecas residenciais, títulos suportados por hipotecas comerciais, CDO, CLO e outros títulos suportados por ativos.

Avaliação: Nos casos disponíveis, as avaliações têm por base os preços de mercado observáveis provenientes das cotações de corretores e dos preços inter-dealers. Caso contrário, as avaliações são determinadas usando uma análise padrão do fluxo de caixa descontado da indústria, que calcula o justo valor com base em dados de avaliação, tais como a taxa de incumprimento constante, a taxa de pré-pagamento condicional, a perda dada o incumprimento e o rendimento. Estes dados são determinados através da consulta de várias fontes, incluindo a aproximação a transações observadas, os índices de mercado ou a pesquisa de mercado, e da avaliação do desempenho das garantias subjacentes.

A aproximação a transações observadas, a índices ou à investigação exige a avaliação e a comparação dos atributos subjacentes dos títulos relevantes, incluindo garantia, tranche, antiguidade, a composição dos ativos subjacentes (perdas históricas, características do mutuário e atributos dos empréstimos, tais como a relação valor-empréstimo e a concentração geográfica) e classificações de crédito (originais e atuais).

Observância: Nos casos em que um produto suportado por ativos não tem um preço de mercado observável, e que a avaliação é determinada através de uma análise do fluxo de caixa descontado, um instrumento considera-se não observável.

Sensibilidade de Nível 3: A análise da sensibilidade para produtos suportados por ativos tem por base a dispersão da fixação de preços de origem externa ou a acentuação dada aos dados da análise do fluxo de caixa do desconto.

Empréstimos imobiliários comerciais

Descrição: Esta carteira inclui empréstimos que são garantidos por um conjunto de tipos de propriedades comerciais, incluindo propriedades de retalho, hotéis, escritórios e propriedades multifamiliares e industriais.

Avaliação: Os empréstimos produtivos são avaliados por meio de uma análise do fluxo de caixa descontado que considera as características do empréstimo, tais como o tipo de propriedade, a localização geográfica, a qualidade do crédito e as avaliações de desempenho da propriedade, a fim de determinar um spread de crédito apropriado. Nos casos em que há uma incerteza significativa relativamente ao desempenho do empréstimo, a avaliação é baseada em avaliações independentes de terceiros ou em ofertas para as propriedades subjacentes. As avaliações independentes de terceiros são determinadas pela análise do fluxo de caixa descontado. Os dados de avaliação principais são o rendimento e a perda dada o incumprimento.

Observância: Uma vez que cada empréstimo para imobiliário comercial é único por natureza, e que o mercado de crédito secundário é relativamente líquido, os dados de avaliação são geralmente considerados não observáveis.

Sensibilidade de Nível 3: Para os empréstimos produtivos, a sensibilidade é determinada pela acentuação do spread do crédito para cada empréstimo. Para os empréstimos que têm uma incerteza significativa relativamente ao desempenho, a sensibilidade é determinada por um intervalo de ofertas ou pela acentuação dos dados a avaliações de terceiros independentes.

Dívida emitida

Descrição: Esta categoria inclui as obrigações emitidas pelo Barclays.

Avaliação: As obrigações pelo justo valor emitidas pelo Barclays são avaliadas utilizando técnicas do fluxo de caixa descontado e modelos padrão da indústria, incluindo vários parâmetros de dados observáveis, dependendo dos termos do instrumento.

Observância: Geralmente, as obrigações emitidas pelo Barclays são observáveis. As obrigações estruturadas são instrumentos de dívida que contêm derivados embutidos. Nos casos em que um dado relativo ao derivado embutido ou o instrumento de dívida é considerado não observável e significativo para a avaliação global da obrigação, a obrigação estruturada é classificada como de Nível 3.

17 Justo valor de ativos e passivos continuação

Sensibilidade de Nível 3: A sensibilidade ao dado não observável no derivado embutido é calculada de acordo com o método utilizado para o tipo de instrumento derivado em questão.

Outros

Descrição: Nesta categoria estão incluídos os ativos e passivos não correntes detidos para venda e os investimentos de capital privado (ver abaixo para mais detalhes). Estão também incluídas as propriedades de investimento.

Ativos não correntes detidos para venda

Descrição: Os ativos não correntes detidos para venda consistem, em termos materiais, na banca de retalho portuguesa, nos negócios de gestão de património e gestão de investimentos e na banca de negócios portuguesa, na Barclays Vida y Pensiones (BVP), uma empresa que oferece seguros de vida e produtos e serviços de pensões em Espanha, Portugal e Itália, e no retalho italiano. Esta venda faz parte da alienação do Grupo do segmento não nuclear do Grupo Barclays.

Avaliação: Os ativos não correntes detidos para venda são avaliados pelo menor valor entre o valor contabilístico e o justo valor menos o custo de venda.

Observância: Os itens no Nível 2 e Nível 3 incluem o dinheiro de clientes, contas nostro com outros bancos e outros depósitos a prazo.

Sensibilidade de Nível 3: Os negócios detidos para venda são avaliados pelo preço acordado menos os custos de venda e não se prevê que os mesmos mostrem uma sensibilidade significativa.

Investimentos em capital próprio privado

Descrição: Esta categoria inclui investimentos de capital próprio privado.

Avaliação: Os investimentos de capital próprio privado são avaliados de acordo com as "International Private Equity and Venture Capital Valuation Guidelines". Tal requer o uso de uma série de referências individuais de fixação de preços, tais como os preços de transações recentes nas mesmas entidades ou em entidades semelhantes, a análise do fluxo de caixa descontado e a comparação com os ganhos múltiplos de empresas cotadas de comparação. Pelo menos duas vezes por ano são realizadas avaliações totais, sendo as posições revistas periodicamente no sentido de verificar se há eventos relevantes que possam ter impacto sobre o justo valor. A avaliação dos instrumentos de capital próprio não cotados é subjetiva por natureza. No entanto, as metodologias relevantes são geralmente aplicadas por outros participantes no mercado e foram aplicadas de forma consistente ao longo do tempo. Os investimentos de capital próprio privado incluem os juros do capital próprio do Barclays no Visa Europe, um ativo disponível para venda que foi avaliado com base na consideração, uma parte do qual está dependente de futuros eventos, e que poderá ser recebido após a conclusão da venda anunciada do Visa Europe ao Visa Inc. Os elementos de consideração que estão dependentes de eventos futuros foram considerados não observáveis e não lhes foi atribuído qualquer valor na avaliação do final do ano.

Observância: Os dados não observáveis incluem os ganhos estimados, os múltiplos de empresas comparativas, os descontos comerciais e as taxas de desconto.

Sensibilidade de Nível 3: Cada um dos modelos de avaliação relevantes é sensível a uma série de pressupostos fundamentais, tais como ganhos futuros projetados, múltiplos de comparação, descontos comerciais e taxas de desconto. A sensibilidade da avaliação é estimada pela adaptação de tais pressupostos a níveis razoáveis alternativos e pela determinação do impacto sobre a avaliação resultante.

Notas às demonstrações financeiras

Ativos e passivos detidos pelo justo valor

17 Justo valor de ativos e passivos continuação

Análise de sensibilidade das avaliações utilizando dados não observáveis

O Grupo	Justo valor		Alterações		Alterações não	
	Total de ativos M€	Total de M€	Declaração de resultados M€	Capita M€	Declaração de resultados M€	Capital M€
Em 31 de dezembro de 2015						
Derivados de taxa de juros	2.675	(2.247)	93	-	(103)	-
Derivados cambiais	95	(196)	17	-	(17)	-
Derivativos de crédito ^a	1.902	(219)	66	-	(96)	-
Derivativos de capital próprio	690	(1.545)	167	-	(185)	-
Derivativos de produtos de base	56	(562)	13	-	(13)	-
Dívida do governo e patrocinada pelo governo	419	(1)	4	-	(4)	-
Dívida empresarial	2.895	(15)	10	1	(5)	(1)
Certificados de depósito, papel comercial e outros instrumentos do mercado monetário	-	(382)	-	-	-	-
Empréstimos não suportados por ativos	16.828	-	1.581	-	(1.564)	-
Capital próprio suportado por ativos	770	(37)	1	-	(1)	-
Empréstimos imobiliários comerciais	551	-	24	-	(1)	-
Dívida emitida	-	(546)	-	-	-	-
Produtos de investimentos de capital	171	-	-	17	-	(17)
Fundos e produtos vinculados a fundos	378	(148)	1	-	(1)	-
Total	36.615	(10.242)	2.131	336	(2.162)	(71)
Em 31 de dezembro de 2014						
Derivados de taxa de juros	1.239	(1.344)	70	-	(71)	-
Derivados cambiais	108	(138)	36	-	(36)	-
Derivativos de crédito ^a	1.966	(409)	81	-	(229)	-
Derivativos de capital próprio	1.247	(2.092)	220	-	(220)	-
Derivativos de produtos de base	185	(337)	46	-	(46)	-
Dívida do governo e patrocinada pelo governo	1.014	(346)	-	-	(2)	-
Dívida empresarial	3.061	(13)	26	(1)	(9)	(4)
Certificados de depósito, papel comercial e outros instrumentos do mercado monetário	-	(665)	3	-	3	-
Empréstimos não suportados por ativos	17.744	-	1.164	-	(820)	-
Capital próprio suportado por ativos	1.631	-	46	1	(72)	(1)
Empréstimos imobiliários comerciais	1.180	-	20	-	(19)	-
Dívida emitida	-	(749)	-	-	-	-
Produtos de investimentos de capital	171	-	-	11	-	(11)
Fundos e produtos vinculados a fundos	631	(210)	14	-	(14)	-
Total	47.840	(19.600)	1.906	93	(1.691)	(71)

O efeito de acentuar dados não observáveis a um conjunto de alternativas razoavelmente possíveis, juntamente com o impacto da utilização de modelos alternativos, seria aumentar os justos valores até 2,1 M€ (2014: 1,9 M€) ou diminuir os justos valores até 2,2 M€ (2014: 1,7 M€). O potencial efeito teria um impacto significativo sobre os ganhos e as perdas, e não sobre as reservas.

Notas

a Os derivativos de crédito incluem uma exposição dos derivativos a seguradoras monoline.

b Outros inclui ativos e passivos não correntes detidos para venda, que são mensurados pelo justo valor numa base não recorrente, propriedades de investimento, investimentos de capital próprio privado e empréstimos suportados por ativos.

17 Justo valor de ativos e passivos continuação

Dados observáveis significativos

A tabela que se segue apresenta as técnicas de avaliação e dados não observáveis para ativos e passivos reconhecidos ao justo valor e classificados como Nível 3, com o conjunto de valores usados para os dados não observáveis significativos.

O Grupo	Total de ativos M€	Total de passivos M€	Técnica(s) de avaliação	Dados significativos, não observáveis	2015 Intervalo		2014 Intervalo		Unidades ^a
					Min	Max	Min	Max	
Instrumentos financeiros derivativos^b									
Taxa de juro	2.675	(2.247)	Fluxos de caixa descontados	Futuros da inflação	0,3	8	(0,5)	11	%
derivativos			Modelo de opção	Volatilidade da inflação	36	197	40	300	vol. pb
				Correlação IR – IR	(55)	100	(88)	100	%
				Correlação FX – IR	(20)	30	14	90	%
				Volatilidade das taxas	5	249	6	437	vol. pb
Derivados de crédito ^c	1.902	(219)	Fluxos de caixa descontados	Spread do crédito	140	413	116	240	ponto
			Modelo de correlação	Correlação do crédito	26	41	36	90	%
				Spread do crédito	10	9.923	6	5.898	-----
			Fixação de preços	Preço	80	102	64	100	pontos
Derivativos de capital	690	(1.545)		Volatilidade do capital próprio	-	318	1	97	%
				Capital próprio – capital próprio	(54)	100	(55)	99	%
				Correlação capital	(100)	40	(80)	55	%
Instrumentos financeiros não derivativos									
Dívida empresarial	2.895	(15)	Fluxos de caixa descontados	Spread do crédito	120	529	140	900	pontos base
				Preço	1	114	-	-	-
Títulos suportados por ativos	770	(37)	Fluxos de caixa descontados	Taxa de pré-pagamento condicional	-	25	-	5	%
				Taxa de incumprimento constante	-	2	-	9	%
				Perda dado o incumprimento	30	100	45	100	%
				Rendimento	5	58	3	11	%
				Spread do crédito	157	1.416	74	2.688	pontos
			Fixação de preços	Preço	1	114	-	100	pontos
Imobiliário comercial									
Empréstimos	551	-	Fluxos de caixa descontados	Perda dado o incumprimento	0	100	-	100	%
				Rendimento	-	-	4	8	%
				Spread do crédito	230	801	124	675	pontos
Empréstimos não suportados por ativos	16.828	-	Fluxos de caixa descontados	Spread dos empréstimos	3	994	39	1.000	pontos base
Outros ^d	1.855	(173)	Fluxos de caixa descontados	Perda dado o incumprimento	-	94	-	-	%
				Rendimento	7	12	8	9	%
			Fixação de preços	Preço	-	103	-	133	pontos

Notas

a As unidades usadas para divulgar intervalos para dados significativos não observáveis são percentagens, pontos, volatilidade de pontos base e pontos base. A volatilidade de pontos base é uma mensuração da volatilidade implícita em termos da alteração anual absoluta no ponto base na taxa subjacente. Os pontos são uma percentagem do valor nominal; Por exemplo, 100 pontos equivalem a 100% do valor nominal. Um ponto base equivale a 1/100 de 1%; por exemplo, 150 pontos base equivalem a 1,5%.

b Alguns instrumentos derivativos são classificados como Nível 3, devido à existência de dados significativos não observáveis referentes ao spread de crédito no cálculo do ajustamento da avaliação de crédito para os instrumentos. O intervalo dos spreads de crédito significativos não observáveis situa-se entre 69 e 1.175 pontos base.

c Os derivados de crédito incluem a exposição dos derivados a seguradoras monoline.

d Outros inclui investimentos de capital próprio privado, empréstimos suportados por ativos e propriedades de investimento.

Notas às demonstrações financeiras

Ativos e passivos detidos pelo justo valor

17 Justo valor dos instrumentos financeiros continuação

A secção seguinte descreve os dados não observáveis significativos identificados na tabela anterior, e a sensibilidade da mensuração do justo valor dos instrumentos classificados como ativos ou passivos de Nível 3 a aumentos em dados não observáveis significativos. Nos casos em que as sensibilidades são descritas, a relação inversa aplica-se também na generalidade.

Nos casos em que podem ser identificadas inter-relações fiáveis entre os dados não observáveis significativos utilizados na mensuração do justo valor, está incluída abaixo uma descrição dessas inter-relações.

Preço comparável

Os preços comparáveis de instrumentos são usados na avaliação através do cálculo de um rendimento implícito (ou spread sobre um benchmark líquido) a partir do preço de uma obrigação observável comparável e, em seguida, do ajuste do rendimento (ou spread) para se obter um valor para a obrigação não observável. O ajuste do rendimento (ou spread) deve ter em conta diferenças relevantes nas obrigações, tais como a maturidade ou a qualidade de crédito. Alternativamente, pode ser assumida uma base preço-a-preço entre o instrumento comparável e a obrigação que está a ser avaliada, a fim de estabelecer o valor da obrigação.

Em geral, um aumento significativo no preço comparável em isolamento irá resultar num movimento no justo valor que é favorável para o titular de um instrumento de caixa.

Para um instrumento derivativo, um aumento significativo num dado derivado de um preço comparável em isolamento poderá resultar num movimento no justo valor que é favorável ou desfavorável consoante os termos específicos do instrumento.

Taxa de pré-pagamento condicional

A taxa de pré-pagamento condicional é a proporção de reembolsos voluntários e não programados de capital do empréstimo por parte de um mutuário. As taxas de pré-pagamento afetam a vida média ponderada dos títulos, uma vez que alteram o calendário de futuros fluxos de caixa projetados.

Um aumento significativo numa taxa de pré-pagamento condicional em isolamento pode resultar num movimento no justo valor que é favorável ou desfavorável consoante os termos específicos do instrumento.

Normalmente, as taxas de pré-pagamento condicional são inversamente correlacionadas ao spread do crédito, ou seja, nos títulos com um alto spread de crédito ao mutuário verificam-se geralmente taxas de pré-pagamento mais baixas e, igualmente, taxas de incumprimento mais elevadas.

Taxa de incumprimento constante

A taxa de incumprimento constante representa uma taxa anualizada de incumprimento do empréstimo principal por parte do mutuário.

Um aumento significativo numa taxa de incumprimento constante em isolamento pode resultar num movimento no justo valor que é favorável ou desfavorável consoante os termos específicos do instrumento.

Normalmente, a taxa de incumprimento constante e as taxas de pré-pagamento condicional estão inversamente correlacionadas: normalmente, menos incumprimentos nos empréstimos significam uma maior qualidade de crédito e, portanto, mais pagamentos antecipados.

Correlação

A correlação é uma mensuração da relação entre os movimentos de duas variáveis (ou seja, como a alteração de uma variável influencia uma alteração na outra variável). A correlação é um dado essencial na avaliação de contratos de derivados com mais de um instrumento subjacente. Por exemplo, quando um contrato de opção é celebrado sobre um cabaz de nomes subjacentes, a volatilidade do cabaz - e, portanto, o justo valor da opção - vai depender da correlação entre os componentes do cabaz. A correlação do crédito refere-se geralmente à correlação entre os processos de incumprimento para os nomes separados que compõem o conjunto de referência de uma estrutura de CDO.

Um aumento significativo na correlação em isolamento pode resultar num movimento no justo valor que é favorável ou desfavorável consoante os termos específicos do instrumento.

Spread de crédito

Normalmente, os spreads de crédito representam a diferença de rendimento entre um instrumento e um título benchmark ou uma taxa de referência. Os spreads de crédito refletem o rendimento adicional de que um participante do mercado necessitaria para ficar exposto ao risco de crédito de um instrumento, e fazem parte do rendimento usado no cálculo do fluxo de caixa descontado.

Em geral, um aumento significativo num spread de crédito em isolamento poderá resultar num movimento no justo valor que é favorável ou desfavorável ao titular de um ativo em dinheiro.

Para um instrumento derivativo, um aumento significativo num spread em isolamento poderá resultar num movimento no justo valor que é favorável ou desfavorável consoante os termos específicos do instrumento.

Spread de empréstimos

Normalmente, os spreads de empréstimos representam a diferença de rendimento entre um instrumento e um título benchmark ou taxa de referência. Normalmente, os spreads de empréstimos refletem os custos de financiamento, a qualidade do crédito, o nível de ativos comparáveis, tais como obrigações (gilts) e outros fatores, e fazem parte do rendimento usado num cálculo de fluxo de caixa descontado.

A carteira ESHLA consiste principalmente em empréstimos longos de taxa fixa concedidos a contrapartes na área da educação, habitação social e autoridade local do Reino Unido. Os empréstimos são classificados como Nível 3 na hierarquia do justo valor devido à sua natureza ilíquida e à importância para a avaliação dos spreads de empréstimos não observáveis. A incerteza da avaliação resulta da natureza de longo prazo da carteira, da ausência de mercado secundário nos empréstimos e na ausência dos spreads de empréstimos observáveis. A maioria dos empréstimos ESHLA são concedidos a mutuários em áreas fortemente regulamentadas que representam um risco de crédito extremamente baixo e têm uma história de incumprimento de zero desde o início. Enquanto o spread de crédito global é de 991 pontos base (2014: 961 pontos base), a grande maioria dos

17 Justo valor dos instrumentos financeiros continuação

spreads está concentrada na parte inferior do intervalo relatado, e 99% do empréstimo nocional são avaliados com spreads inferiores a 200 pontos base de forma consistente para os dois anos.

Em geral, um aumento significativo nos spreads dos empréstimos em isolamento irá resultar num movimento no justo valor que é desfavorável ao titular de um empréstimo.

Futuros

Um preço ou taxa que é aplicável a uma operação financeira que será realizada no futuro. Geralmente, um futuro tem por base o preço ou a taxa à vista, ajustado ao custo de transporte, e define o preço ou a taxa que será utilizado para entregar uma moeda, obrigação, mercadoria ou qualquer outro instrumento subjacente num momento futuro. Um futuro pode também basear-se na taxa fixada para uma futura obrigação financeira, tal como a taxa de juros no pagamento de um empréstimo. Em geral, um aumento significativo num futuro em isolamento irá resultar num movimento no justo valor favorável ao recetor contratado do instrumento subjacente (moeda, obrigação, mercadoria, etc.), mas a sensibilidade depende das condições específicas do instrumento.

Perda dada o incumprimento (Loss given default - LGD)

O LGD representa a perda esperada na liquidação das garantias como uma percentagem do saldo devedor.

Em geral, um aumento significativo no LGD em isolamento irá representar uma recuperação mais baixa e fluxos de caixa projetados mais baixos para pagar a titularização, resultando num movimento no justo valor que é desfavorável ao titular do produto titularizado.

Volatilidade

A volatilidade é um dado essencial na avaliação dos produtos derivados que contém opcionalidade. A volatilidade é uma medida da variabilidade ou incerteza nos retornos para um determinado derivado subjacente. Representa uma estimativa de qual será a alteração em valor ao longo do tempo de um determinado instrumento, parâmetro ou índice subjacente. Em geral, as volatilidades serão implícitas a partir dos preços de opção observados. Para opções não observáveis, a volatilidade implícita pode refletir pressupostos adicionais sobre a natureza do risco subjacente, bem como refletir o perfil do preço de exercício/maturidade de um contrato de opção específico.

Geralmente, um aumento significativo na volatilidade em isolamento resultará num movimento no justo valor favorável ao titular de uma opção simples, mas a sensibilidade depende dos termos específicos do instrumento.

Pode haver inter-relações entre as volatilidades não observáveis e outros dados não observáveis que podem ser implícitos a partir da observação (por exemplo, geralmente, quando os preços do capital próprio diminuem, as volatilidades implícitas do capital próprio aumentam), mas estes são específicos para mercados individuais e podem variar ao longo do tempo.

Rendimento

A taxa utilizada para descontar os fluxos de caixa projetados numa análise de futuros fluxos de caixa descontados.

Geralmente, um aumento significativo no rendimento em isolamento resultará num movimento no justo valor favorável ao titular de um instrumento em dinheiro.

Ajustamentos do justo valor

Os principais ajustamentos de avaliação do balanço são quantificados em seguida:

	2015	2014
	M€	M€
Ajustamentos de avaliação de compra e venda	(360)	(396)
Outros ajustamentos de saída	(149)	(169)
Financiamento de derivativos não garantidos	(72)	(100)
Ajustamentos na avaliação de crédito derivativo:		
- Monolines	(9)	(24)
- Outros ajustes de avaliação de derivativos de crédito	(318)	(394)
Ajustamentos na avaliação de débito derivativo:	189	177

Ajustes da avaliação de compra e venda

O Grupo utiliza preços médios de mercado nos casos em que é criador de mercado e em que tem a capacidade de fazer transações a preço médio ou melhor (que é o caso para certas ações, obrigações e mercados de derivados de tipo corrente). Para outros ativos e passivos financeiros, os ajustes de compra e venda são registados de forma a refletir o preço para a estratégia de fecho esperada. A metodologia para determinar o ajuste de compra e venda de uma carteira de derivativos envolve o cálculo da exposição ao risco líquido através da compensação de posições longas e curtas por exercício e prazo, de acordo com a gestão de riscos e a estratégia de cobertura.

Os níveis de compra/venda derivam de fontes de mercado, tais como os dados dos corretores.

Outros ajustamentos de saída

A introdução de dados de mercado para derivativos exóticos pode não ter um spread de compra e venda diretamente observável. Em tais casos, é aplicado um ajuste de saída como uma aproximação ao ajuste de compra e venda. Um exemplo disto é o risco de correlação nos casos em que é aplicado um ajuste para refletir o intervalo possível de valores aplicado pelos participantes do mercado. O ajuste de saída pode ser determinado através da calibração para os preços dos derivados, da análise de cenários ou da análise histórica.

Outros ajustes de saída baixaram em 20 M€ para 149 M€, respetivamente, como resultado de movimentos nos spreads de compra e venda do mercado.

Notas às demonstrações financeiras

Ativos e passivos detidos pelo justo valor

17 Justo valor dos ativos e passivos *continuação*

Abordagens de descontos para instrumentos derivativos

Com garantia

De acordo com a prática de mercado, a metodologia para descontar derivativos com garantias tem em conta a natureza e a moeda da garantia que pode ser depositada dentro do CSA relevante. Esta abordagem de desconto que contempla o CSA reconhece a opção "de entrega mais barata" que reflete a capacidade da parte que deposita a garantia de alterar a moeda da garantia.

Sem garantia

Um ajustamento do justo valor de 72 M€ é aplicado para justificar o impacto da inclusão do custo de financiamento na avaliação das carteiras de derivativos sem garantia e com garantia parcial nos casos em que os termos do acordo não permitem a reafecção das garantias recebidas. Este ajustamento é referido como o "ajustamento de financiamento do justo valor" (FFVA). O FFVA diminuiu em 28 M€ para £ M72, principalmente como resultado de desenvolvimentos comerciais materiais e da redução da data média da maturidade da carteira, quando as negociações se aproximam da maturidade.

O FFVA é determinado pelo cálculo da exposição esperada líquida a um nível da contraparte e pela aplicação de uma taxa de financiamento a essas exposições que reflita o custo de financiamento no mercado. As taxas internas do Tesouro do Barclays são utilizadas como dados para o cálculo. A abordagem tem em conta a probabilidade de incumprimento de cada contraparte, bem como quaisquer cláusulas de rescisão obrigatórias.

O FFVA inclui um fator de escalonamento que é uma estimativa da medida em que o custo de financiamento é incluído nos níveis negociados observados. Ao calibrar o fator de escalonamento, existe o pressuposto de que os Ajustes de Avaliação de Crédito (CVA) e Ajustes de Avaliação de Débito (DVA) são mantidos como componentes de avaliação incluídos em tais níveis. O efeito da inclusão desse fator de escalonamento em 31 de dezembro de 2015 foi a redução do FFVA em 216 M€ (2014: 300 M€).

A atividade de negociação de derivativos sem garantia é utilizada para determinar este fator de escalonamento. O histórico das negociações analisado inclui novos negócios, rescisões, reestruturações comerciais e inovações. O saldo e o movimento do FFVA são impulsionados pelo próprio spread do custo de financiamento do Barclays sobre a LIBOR, as probabilidades de incumprimento da contraparte e as taxas de recuperação, bem como o valor de mercado dos derivativos subjacentes. Os movimentos no valor de mercado da carteira para o FFVA são impulsionados principalmente por taxas de juros, taxas de inflação e níveis cambiais.

O Barclays continua a acompanhar as práticas e a atividade do mercado para garantir que a abordagem à avaliação de derivativos sem garantia permanece adequada. Esta abordagem tem sido utilizada desde 2012, sem alterações significativas.

Ajustamentos de avaliação de crédito e débito derivativo

Os CVA e DVA são incluídos nas avaliações de derivativos de modo a refletir o impacto sobre o justo valor do risco de crédito da contraparte e a própria qualidade de crédito do Barclays, respetivamente. Estes ajustamentos são calculados para derivativos sem garantia e com garantia parcial em todas as classes de ativos. Os CVA e DVA são calculados usando as estimativas de exposição no momento do incumprimento, a probabilidade de incumprimento e as taxas de recuperação, ao nível da contraparte. As contrapartes incluem, mas não estão limitadas a, empresas, monolines, entidades e agências soberanas, entidades supranacionais e veículos para fins especiais.

A exposição no momento do incumprimento é geralmente baseada na exposição esperada estimada através da simulação dos fatores de risco subjacentes. Para alguns produtos complexos, em que esta abordagem não é viável, são formuladas hipóteses simplificadoras, quer através da aproximação com uma estrutura mais corrente, ou através da utilização da avaliação de preços de mercado corrente ou baseada em cenários como uma estimativa da exposição futura. Nos casos em que existe um CSA forte para atenuar o risco de crédito da contraparte, a exposição no momento do incumprimento é fixada em zero.

A probabilidade de incumprimento e as informações relativas à taxa de recuperação são geralmente provenientes dos mercados de CDS. Para as contrapartes em que estas informações não estão disponíveis ou são consideradas pouco fiáveis, devido à natureza da exposição, são seguidas abordagens alternativas com base no levantamento de ratings de contraparte internos sobre informações acerca de incumprimento ou recuperação históricos ou baseados no mercado. Em particular, isto aplica-se a entidades soberanas, onde o efeito da utilização dos pressupostos de recuperação implícitos nos níveis de CDS implicaria um aumento de 56 M€ (2014: 120 M€) no CVA.

A correlação entre o crédito de contraparte e os fatores de risco derivado subjacentes pode levar a um desvio sistemático na avaliação do risco de crédito de contraparte, denominado "wrong way risk" ou "right way risk". Isto não é incluído no cálculo do CVA, mas o risco de exposição "wrong way" é controlado na fase de origem do negócio.

O CVA diminuiu em 91 M€ para 327 M€, principalmente devido à redução da data média de maturidade da carteira quando os negócios se aproximam da maturidade. Além disso, houve uma redução no CVA monoline de 15 M€ devido aos desenvolvimentos comerciais. O DVA aumentou em 12 M€ para 189 M€, principalmente em resultado da deterioração dos spreads de crédito do Barclays.

Isenções em carteira

O Grupo utiliza a isenção em carteira na IFRS 13 *Mensuração do justo valor* para medir o justo valor dos grupos de ativos e passivos financeiros. Os instrumentos são medidos utilizando o preço que seria recebido para vender uma posição longa líquida, ou seja, um ativo, para uma exposição ao risco específica, ou para transferir uma posição curta líquida, ou seja, um passivo, para uma exposição ao risco específica numa transação normal entre participantes do mercado à data do balanço em condições de mercado atuais. Por conseguinte, o Grupo mede o justo valor do grupo de ativos e passivos financeiros de forma consistente com a forma como os participantes do mercado definiriam o preço para a exposição ao risco líquida à data da mensuração.

Ganhos não reconhecidos em resultado da utilização de modelos de avaliação utilizando dados não observáveis

O montante que tem ainda de ser reconhecido nos resultados que é relativo à diferença entre o preço da transação, ou seja, o justo valor no reconhecimento inicial, e o montante que teria ocorrido se tivessem sido utilizados no reconhecimento inicial modelos de avaliação utilizando dados não observáveis, deduzidos dos montantes posteriormente reconhecidos, é de 101 M€ (2014: 96 M€). Há acréscimos de 35 M€ (2014: zero) e 31 M€ (2014: 41 M€) de amortizações e lançamentos.

17 Justo valor dos ativos e passivos continuação

A reserva detida para ganhos não reconhecidos é predominantemente relacionada com instrumentos financeiros derivativos.

Melhorias da qualidade de crédito a terceiros

Os certificados estruturados e intermediados de depósito emitidos pelo Grupo Barclays são segurados até 250.000 \$ por depositante pela Federal Deposit Insurance Corporation (FDIC) nos EUA. A FDIC é financiada pelos prémios que o Barclays e outros bancos pagam para a cobertura de seguro de depósito. O valor contabilístico destes certificados de depósito emitidos que são designados na IAS 39 *Opção pelo Justo Valor* inclui esta melhoria da qualidade de crédito a terceiros. O valor em balanço destes certificados intermediados de depósito totalizou 3.729 M€ (2014: 3.650 M€).

Quadro de controlo de avaliação

O sistema de controlo de avaliação abrange as posições do justo valor e é um controlo fundamental para garantir a exatidão dos dados das avaliações.

A função do controlo de avaliação nas Finanças é responsável pela verificação independente dos preços, a supervisão de ajustamentos prudentes e do justo valor e a intensificação de questões relativas à avaliação. A governança sobre o processo de avaliação é da responsabilidade do Comité de Avaliação, e este é o fórum de governação ao qual são escalonadas questões relativas à avaliação.

O Comité de Avaliação reúne-se mensalmente e é responsável por supervisionar a política e a prática de avaliação dentro do Grupo. Fornece relatórios ao Comité de Auditoria do Conselho, que examina as decisões tomadas sobre a avaliação e as respetivas divulgações.

A verificação de preços utiliza a fonte independente de dados considerada mais representativa do mercado. As características pelas quais é avaliada a fonte de dados são independência, fiabilidade, consistência com outras fontes e provas de que os dados representam um preço executável. São utilizados os dados mais atuais disponíveis à data do balanço. Nos casos em que são reconhecidas variações significativas no processo independente de verificação de preços, é feito um ajustamento ao justo valor. Podem ser efetuados ajustamentos adicionais ao justo valor a fim de refletir fatores como os spreads de compra e venda, a incerteza de dados de mercado, as limitações do modelo e o risco de contraparte. São divulgados mais detalhes sobre estes ajustes ao justo valor na página 201.

Notas às demonstrações financeiras

Ativos e passivos detidos pelo justo valor

17 Valor justo dos ativos e passivos continuação

Comparação da quantia escriturada e dos justos valores

As tabelas seguintes resume o justo valor dos ativos e passivos financeiros avaliados a custo amortizado no balanço do Grupo.

O Grupo	Quantia escriturada	Justo Valor	Preços do mercado	Dados observáveis	Dados observáveis significativos
A 31 de dezembro de 2015	ME	ME	ME	ME	ME
Outros ativos financeiros					
Empréstimos e adiantamentos a bancos	41.829	41.781	5.933	34.605	1.243
Empréstimos e adiantamentos a clientes					
– Empréstimos para habitação	155.863	151.636	-	-	151.636
– Cartões de crédito, sem garantia e outro crédito a retalho	67.840	67.600	1.148	284	6.168
– Locações financeiras a receber	4.777	4.730			
– Crédito a empresas	170.737	169.697	585	129.847	39.265
Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos similares ^a	28.187	28.187	-	28.187	-
Passivos financeiros					
Depósitos de bancos	(47.080)	(47.080)	(4.428)	(42.652)	-
Contas de clientes:					
– Contas correntes e à ordem	(147.123)	(147.121)	(130.439)	(16.537)	(145)
– Contas poupança	(135.567)	(135.600)	(122.029)	(13.537)	(34)
– Outros depósitos a prazo	(135.617)	(135.861)	(43.025)	(84.933)	(7.903)
Títulos de dívida em circulação	(69.150)	(69.938)	(190)	(69.197)	(551)
Acordos de recompra e outros empréstimos garantidos similares ^a	(25.035)	(25.035)	-	(25.035)	-
Passivos subordinados	(21.955)	(23.544)	-	(23.544)	-

O Grupo	Quantia escriturada	Justo Valor	Preços do mercado cotados (Nível 1)	Dados observáveis (Nível 2)	Dados observáveis significativos (Nível 3)
A 31 de dezembro de 2014	ME	ME	ME	ME	ME
Outros ativos financeiros					
Empréstimos e adiantamentos a bancos	42.657	42.634	2.693	39.302	639
Empréstimos e adiantamentos a clientes					
– Empréstimos para habitação	166.974	159.602	-	-	159.602
– Cartões de crédito, sem garantia e outro crédito a retalho	63.583	63.759	1.214	488	62.057
– Locações financeiras a receber	5.439	5.340			
– Crédito a empresas	191.771	188.805	233	138.817	49.755
Acordos de revenda invertida e outros empréstimos garantidos similares	131.753	131.753	2	131.751	-
Passivos financeiros					
Depósitos de bancos	(58.390)	(58.388)	(4.257)	(54.117)	(14)
Contas de clientes:					
– Contas correntes e à ordem	(143.057)	(143.085)	(126.732)	(16.183)	(170)
– Contas poupança	(131.163)	(131.287)	(116.172)	(15.086)	(29)
– Outros depósitos a prazo	(153.648)	(153.755)	(43.655)	(101.898)	(8.201)
Títulos de dívida em circulação	(86.099)	(87.518)	(188)	(87.330)	-
Acordos de recompra e outros empréstimos garantidos similares	(124.479)	(124.479)	(423)	(124.056)	-
Passivos subordinados	(21.685)	(23.276)	-	(23.259)	(17)

Notas

^a Durante 2015, foram designados novos acordos de recompra inversa e novos acordos de outros empréstimos similares e recompra e outros empréstimos garantidos similares em certos negócios, por um valor justo, para melhor se alinhar com a forma como o negócio melhor gere o risco e o desempenho da carteira.

17 Valor justo dos ativos e passivos continuação

O Banco	Quantia escriturada	Justo Valor	Preços do mercado	Dados observáveis	Dados observáveis significativos
A 31 de dezembro de 2015	ME	ME	ME	ME	ME
Outros ativos financeiros	62.201	62.129	8.925	51.333	1.871
Empréstimos e adiantamentos a bancos					
Empréstimos e adiantamentos a clientes					
– Empréstimos para habitação	142.623	137.614	-	-	137.614
– Cartões de crédito, sem garantia e outro crédito a retalho	39.610	39.582	915	227	38.440
– Locações financeiras a receber	1.060	1.050			
– Crédito a empresas	211.914	210.915	561	172.687	37.667
Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos similares ^a	28.803	28.803	-	28.803	-
Passivos financeiros					
Depósitos de bancos	(63.682)	(63.682)	(5.989)	(57.693)	-
Contas de clientes:					
– Contas correntes e à ordem	(204.715)	(204.713)	(181.500)	(23.011)	(202)
– Contas poupança	(119.764)	(119.793)	(107.804)	(11.959)	(30)
– Outros depósitos a prazo	(87.312)	(87.469)	(27.714)	(54.665)	(5.090)
Títulos de dívida em circulação	(45.720)	(46.192)	(125)	(45.702)	(365)
Acordos de recompra e outros empréstimos garantidos similares ^a	(26.164)	(26.164)	-	(26.164)	-
Passivos subordinados	(21.411)	(22.847)	-	(22.847)	-

O Banco	Quantia escriturada	Justo Valor	Preços do mercado	Dados observáveis	Dados observáveis significativos
A 31 de dezembro de 2014	ME	ME	ME	ME	ME
Outros ativos financeiros					
Empréstimos e adiantamentos a bancos	57.438	57.431	3.017	53.981	433
Empréstimos e adiantamentos a clientes					
– Empréstimos para habitação	150.896	143.521	-	-	143.521
– Cartões de crédito, sem garantia e outro crédito a retalho	42.368	42.445	777	37	41.631
– Locações financeiras a receber	338	332			
– Crédito a empresas	236.212	233.021	2.269	169.903	60.849
Acordos de revenda invertida e outros empréstimos garantidos similares	102.824	102.824	-	102.085	739
Passivos financeiros					
Depósitos de bancos	(70.342)	(70.341)	(5.729)	(64.526)	(86)
Contas de clientes:					
– Contas correntes e à ordem	(221.849)	(221.876)	(115.018)	(99.652)	(7.206)
– Contas poupança	(116.128)	(116.251)	(105.933)	(10.300)	(18)
– Outros depósitos a prazo	(87.157)	(87.206)	(41.670)	(37.442)	(8.094)
Títulos de dívida em circulação	(63.771)	(65.145)	(87)	(65.058)	-
Acordos de recompra e outros empréstimos garantidos similares	(95.373)	(95.373)	(399)	(94.974)	-
Passivos subordinados	(20.851)	(23.441)	(39)	(23.402)	-

Valor justo é uma estimativa do preço que seria recebido mediante a venda de um ativo ou pago para transferir um passivo numa transação ordenada entre participantes do mercado na data de medição. Visto que que uma vasta gama de técnicas de avaliação estão frequentemente disponíveis, pode ser apropriado comparar diretamente esta informação do valor justo com fontes independentes de mercado ou outras instituições financeiras. Diferentes metodologias e suposições de avaliação podem ter um impacto significativo em valores justos que têm por base inputs não observáveis.

Notas

^a Durante 2015, foram designados novos acordos de recompra inversa e novos acordos de outros empréstimos similares e recompra e outros empréstimos garantidos similares em certos negócios, por um valor justo, para melhor se alinhar com a forma como o negócio melhor gere o risco e o desempenho da carteira.

17 Valor justo dos ativos e passivos continuação

Outros ativos financeiros

A quantia escriturada dos ativos financeiros detidos ao custo amortizado (incluindo empréstimos e adiantamentos a outros bancos e clientes e outros empréstimos como acordos de revenda e garantias de caixa sobre títulos concedidos por empréstimo) é determinada de acordo com a política contabilística indicada nas páginas 212 e 213.

Empréstimos e adiantamentos a bancos

O valor justo de empréstimos e adiantamentos, para efeito desta divulgação, resulta do desconto de fluxos de caixa esperados de modo que reflita o preço de mercado atual para o empréstimo a devedores da mesma qualidade de crédito. Onde dados de mercado ou informação de crédito sobre os mutuários subjacentes não está disponível, um número de técnicas de substituição/extrapolação serão aplicadas para determinar as taxas de desconto apropriadas. Há uma diferença mínima entre o justo valor e o montante a transportar devido à natureza de curto prazo do empréstimo (i.e. predominantemente depósitos de um dia para o outro) e a elevada qualidade do crédito das contrapartes.

Empréstimos e adiantamentos a clientes

O justo valor dos empréstimos e adiantamentos aos clientes, para fins desta divulgação, são derivados dos descontos os fluxos de caixa esperados de forma a refletir o preço de mercado atual para empréstimos aos emitentes de qualidade de crédito semelhante.

Para crédito a retalho (isto é, empréstimos à habitação e cartões de crédito) modelos de fluxo de caixa com descontos adaptados são usados para avaliar o valor justo de diferentes tipos de produtos. Por exemplo, para os créditos habitação são usados diferentes modelos para estimar os justos valores dos produtos de rastreio, compensação e hipotecas de taxa fixa. Inputs chave para estes modelos são os diferenciais entre as margens dos produtos históricos e atuais e as taxas de pré-pagamento esperadas.

O desconto do justo valor para o montante de transporte de créditos à habitação para o Grupo decresceu para 2,7% (2014: 4,4%) e para o Banco decresceu para 3,5% (2014: 4,9%), ambos devido a alterações no misto de produtos na carteira de empréstimos e movimentos em margens de produtos.

O justo valor dos empréstimos corporativos calculados pelo uso de técnicas de fluxo de caixa sujeitas a desconto onde os valores brutos de empréstimo são descontados à taxa da diferença entre margens contratuais e índices de referência (hurdle rate) ou spreads onde o Barclays cobra uma margem sobre a LIBOR dependendo da qualidade de crédito e do prejuízo devido ao incumprimento, bem como aos anos até à maturidade. O desconto entre o valor de transporte e o valor justo para o Grupo decresceu para 0,6% (2014: 1,5%) e para o Banco decresceu 0,5% (2014: 1,4%)

Acordos de revenda

O justo valor dos acordos de revenda aproxima o montante a transportar já que estes saldos são, normalmente, de curto prazo e totalmente garantidos.

Passivos financeiros

A quantia escriturada dos passivos financeiros subsequentemente mensurados ao custo amortizado (incluindo contas de cliente, outros depósitos, acordos de revenda e garantias de caixa sobre títulos concedidos por empréstimo, títulos de dívida em emissão, passivos subordinados) é determinada de acordo com a política contabilística indicada na página 233.

Depósitos de bancos e contas de clientes

Em muitos casos, o justo valor divulgado aproxima o valor escriturado porque os instrumentos são de natureza de curto prazo ou têm taxas de juros que são determinadas com frequência, tais como as contas de clientes e outros depósitos, e títulos de dívida de curto prazo.

O justo valor para todos os depósitos com maturidades a longo prazo, como depósitos a prazo, são calculados utilizando fluxos de caixa com redução, aplicando tanto as taxas de mercado como as taxas atuais para depósito de maturidades restantes semelhantes. Consequentemente, o desconto do valor justo é mínimo.

Títulos de dívida em circulação

Valores justos de outros títulos de dívida em emissão baseiam-se em preços de mercado quando disponíveis, ou quando os instrumentos são de curto prazo, a quantia em transporte aproximasse do valor justo. A diferença do valor justo para o Grupo decresceu para 1,1% (2014: 1,6%) e para o Banco decresceu 1,0% (2014: 2,2%).

Acordos de recompra

O justo valor dos acordos de recompra aproxima os montantes a transportar já que estes saldos são, normalmente, de curto prazo.

Passivos subordinados

Os justos valores para capital de empréstimo obsoleto e não obsoleto, convertível e não convertível, baseiam-se nas taxas de mercado cotadas para o caso em questão ou para casos com prazos e condições semelhantes

18 Compensação de ativos financeiros e passivos financeiros

De acordo com o IAS 32 Instrumentos Financeiros: Apresentação, o Grupo apresenta ativos e passivos financeiros numa base líquida no balanço apenas se existir um direito executório legal para lançar as importâncias reconhecidas e se houver intenção de liquidação numa base líquida, ou de realizar um ativo e liquidar simultaneamente o passivo. A seguinte tabela mostra o impacto de acordos de compensação:

- todos os ativos e passivos líquidos indicados no balanço
- Todos os instrumentos financeiros derivados e acordos de revenda inversa e outros empréstimos garantidos similares e acordos de empréstimo que estão sujeitos a acordos gerais de compensação executáveis ou acordos similares, mas não se qualificam para a compensação do balanço.

A tabela identifica os montantes que foram compensados no balanço e também os valores que estão cobertos por acordos de compensação executáveis (acordos de compensação e garantia financeira), mas não se qualificam para a compensação de acordo com os requisitos da IAS 32 descrita acima.

Os 'valores líquidos' apresentados a seguir não se destinam a representar a exposição real do Grupo ao risco de crédito, uma vez que é utilizada uma variedade de estratégias de mitigação de crédito, além de acordos de compensação e colaterais

O Grupo

	Quantias sujeitas a acordos de compensação executáveis							
	Efeitos de compensação no balanço			Quantias relacionadas não compensadas ^a				
	Valores brutos ME	Valores compensação b ME	Valores líquidos reportados no Balanço ME	Instrumentos financeiros ME	Garantia financeira ME	Valor líquido ME	Valores não sujeitos a acordos de compensação executáveis ^b ME	Total do Balanço ^c ME
Até 31 de Dezembro de 2015								
Ativos financeiros derivativos ^e	328.692	(7.685)	321.007	(259.582)	(42.402)	19.023	6.863	327.870
Acordos de revenda invertida e outros empréstimos garantidos similares	33.805	(11.220)	22.585	-	(22.299)	286	5.602	28.187
Acordos de revenda inversa designados a preço justo ^f	135.792	(91.668)	44.124	-	(44.101)	23	5.389	49.513
Total ativos	498.289	(110.573)	387.716	(259.582)	(108.802)	19.332	17.854	405.570
Passivo financeiro derivativo ^e	(325.984)	7.645	(318.339)	259.582	40.124	(18.633)	(5.913)	(324.252)
Acordos de recompra e empréstimos garantidos similares	(30.525)	10.687	(19.838)	-	19.838	-	(5.197)	(25.035)
Acordos de revenda designados a preço	(141.126)	92.201	(48.925)	-	48.364	(561)	(1.913)	(50.838)
Passivos totais	(497.635)	110.533	(387.102)	259.582	108.326	(19.194)	(13.023)	(400.125)
A 31 de dezembro de 2014								
Ativos financeiros derivativos	617.981	(182.274)	435.707	(353.631)	(52.278)	29.798	4.369	440.076
Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos similares	204.895	(97.254)	107.641	-	(106.436)	1.205	24.112	131.753
Acordos de revenda inversa designados a preço justo	4.119	-	4.119	-	(3.918)	201	1.117	5.236
Total ativos	826.995	(279.528)	547.467	(353.631)	(162.632)	31.204	29.598	577.065
Passivos financeiros derivativos	(617.161)	184.496	(432.665)	353.631	54.311	(24.723)	(6.655)	(439.320)
Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos similares	(202.218)	97.254	(104.964)	-	104.023	(941)	(19.515)	(124.479)
Acordos de recompra derivados a valor justo.	(4.256)	-	(4.256)	-	3.942	(314)	(1.167)	(5.423)
Passivos totais	(823.635)	281.750	(541.885)	353.631	162.276	(25.978)	(27.337)	(569.222)

Notas

- a Garantias financeiras de 42.402 £M (2014: 52.278 £M) foram recebidas relativas a ativos derivativos, incluindo 34.918 £M (2014: 44.047 £M) de garantias de caixa e 7.484 £M (2014: 8.231 £M) de garantias não monetárias. Garantias financeiras de 40.124 £M (2014: 54.311 £M) foram colocadas, referentes a passivos derivativos, incluindo 35.464 £M (2014: 43.768 £M) de garantias de caixa e 4.660 £M (2014: 10.543 £M) de garantias não monetárias. As quantias de garantia são limitadas à exposição líquida de balanço, de forma a não incluir sobre garantias. Dos 34.918 £M (2014: 44.047 £M) as garantias de caixa detidas, 27.732 £M (2014: 33.769 £M) foram incluídas em depósitos de bancos e 7.186 £M (2014: 10.278 £M) foram incluídas em contas de clientes. Dos 35.464 £M (2014: 43.768 £M) de garantias de caixa colocadas, 13.238 £M (2014: 16.815 £M) foram incluídas em empréstimos e adiantamentos a bancos e 22.226 £M (2014: 26.953 £M) foram incluídas em empréstimos e adiantamentos a clientes.
- b Montantes de compensação para Ativos financeiros derivativos incluem liquidez de garantias em caixa de 527 £M (2014: 1.052 £M). Montantes de compensação para Passivos financeiros derivativos incluem liquidez de garantias em caixa de 532 £M (2014: 3.274 £M). Ativos e passivos de liquidação foram compensados em 8.886 £M (2014: 13.258 £M). Nenhum outro ativo ou passivo financeiro reconhecido significativo foram compensados no balanço. Nesse sentido, as únicas categorias do balanço necessárias para inclusão na tabela são as mostradas acima.
- c Esta coluna inclui os direitos contratuais de compensação que estão sujeitos a incerteza sob as leis da jurisdição em questão.
- d O balanço total é a soma de 'valores líquidos apurados no balanço', sujeitos a acordos de compensação executáveis e valores não sujeitos a acordos de compensação executáveis.
- e O decréscimo em montantes compensados deve-se à conversão dos swaps diários de taxas de juro com garantias do Barclays com a LCH Cleamnet Ltd, para a qual as garantias foram compensadas face à exposição derivativa, nos swaps diários de taxas de juro de liquidação de Dezembro de 2015. Isto levou a uma redução nos resultados brutos disponíveis para serem compensados. A divulgação notional derivativa na Nota 14 Instrumentos financeiros derivativos incluem o notional dos swaps diários de taxas de juro de liquidação.
- f a Durante 2015, foram designados novos acordos de recompra inversa e de recompra e novos acordos para outros empréstimos garantidos similares em certos negócios, por um valor justo, para melhor e alinhar com a forma como o negócio melhor gere o risco e o desempenho da carteira.

18 Compensação de ativos financeiros e passivos financeiros continuação

O Banco	Quantias sujeitas a acordos de compensação executáveis							Valores não sujeitos a acordos de compensação executáveis ^c	Total do
	Efeitos de compensação no balanço não compensadas			Quantias relacionadas					
	Valores brutos	Valores compensação ^b	Valores líquidos reportados no Balanço	Instrumentos financeiros	Garantia financeira	Valor líquido	ME		
ME	ME	ME	ME	ME	ME	ME	ME		
A 31 de dezembro de 2015									
Ativos financeiros derivativos e Acordos de revenda inversa e outros empréstimos similares	308.921	(7.685)	301.236	(241.295)	(42.293)	17.648		316.252	
empréstimo	37.722	(16.596)	21.126	-	(20.270)	856	7.677	28.803	
Acordos de revenda Designados pelo valor justo	144.003	(104.250)	39.753	-	(39.233)	520	2.829	42.582	
Ativos Totais	490.646	(128.531)	362.115	(241.295)	(101.796)	19.024	25.522	387.637	
Passivo financeiro derivativo e Acordos de revenda e outros empréstimos garantidos	(302.806)	7.645	(295.161)	241.295	40.074	(13.792)	(14.864)	(310.025)	
Acordos de recompra designados pelo valor	(35.459)	15.164	(20.295)	-	20.294	(1)	(5.869)	(26.164)	
Passivos totais	(488.947)	128.491	(360.456)	241.295	104.653	(14.508)	(21.191)	(381.647)	
A 31 de dezembro de 2014									
Ativos financeiros derivativos e Acordos de revenda inversa e outros empréstimos similares	589.971	(182.274)	407.697	(327.156)	(52.091)	28.450	18.868	426.565	
Acordos de revenda Designados pelo valor justo	197.951	(103.703)	94.248	-	(93.468)	780	8.576	102.824	
Acordos de revenda Designados pelo valor justo	2.271	-	2.271	-	(2.080)	191	1.053	3.324	
Ativos Totais	790.193	(285.977)	504.216	(327.156)	(147.639)	29.421	28.497	532.713	
Passivo financeiro derivativo e Acordos de revenda e outro empréstimo garantido	(583.017)	184.496	(398.521)	327.156	53.382	(17.983)	(21.084)	(419.605)	
Acordos de recompra designados pelo valor justo	(189.924)	103.703	(86.221)	-	85.177	(1.044)	(9.152)	(95.373)	
Acordos de recompra designados pelo valor justo	(3.720)	-	(3.720)	-	3.407	(313)	(1.147)	(4.867)	
Passivos totais	(776.661)	288.199	(488.462)	327.156	141.966	(19.340)	(31.383)	(519.845)	

Ativos e passivos derivativos

A coluna 'Instrumentos Financeiros' identifica ativos e passivos financeiros sujeitos a pagamento sob acordos de compensação, como o ISDA Master Agreement ou acordos de troca de derivativos ou contraparte de liquidação, em que todas as operações em aberto com a mesma contraparte podem ser compensadas com vencimento antecipado e aplicado em todas as transação pendentes e cobertas pelos acordos, em caso de incumprimento ou outro evento previamente estabelecido.

Garantia financeira refere-se ao numerário e garantias não monetárias obtidos, geralmente diária ou semanalmente, para cobrir a exposição líquida entre as contrapartes, permitindo que a garantia seja realizada no caso de incumprimento ou outro evento previamente estabelecido.

Notas

- Garantias financeiras de 42.293 £M (2014: 52.091 £M) foram recebidas relativas a ativos derivativos, incluindo 34.818 £M (2014: 43.928 £M) de garantias de caixa e 7.475 £M (2014: 8.163 £M) de garantias não monetárias. Garantias não financeiras de 40.074 £M (2014: 53.382 £M) foram colocadas referentes a passivos derivativos, incluindo 35.428 £M (2014: 43.706 £M) de garantias de caixa e 4.646 £M (2014: 9.676 £M) de garantias não monetárias. As quantias das garantias são limitadas à exposição líquida de balanço, de forma a não incluir sobre garantias.
- Montantes de compensação para Ativos financeiros derivativos incluem liquidez de garantias em caixa de 527 £M (2014: 1.052 £M). Montantes de compensação para Passivos derivativos incluem liquidez de garantias em caixa de 532 £M (2014: 3.274 £M). Nenhum outro ativo ou passivo financeiro reconhecido significativo foram compensados no balanço. Nesse sentido, as únicas categorias do balanço necessárias para inclusão na tabela são as mostradas acima.
- Esta coluna inclui os direitos contratuais de compensação que estão sujeitos a incerteza sob as leis da jurisdição em questão.
- O balanço total é a soma de 'valores líquidos apurados no balanço', sujeitos a acordos de compensação executáveis e 'valores não sujeitos a acordos de compensação executáveis'.
- O decréscimo em montantes compensados deve-se à conversão dos swaps diários de taxas de juro com garantias do Barclays com a LCH Cleamnet Ltd, para a qual as garantias foram compensadas face à exposição derivativa, nos swaps diários de taxas de juro de liquidação de Dezembro de 2015. Isto levou a uma redução nos resultados brutos disponíveis para serem compensados. A divulgação notional derivativa na Nota 14 Instrumentos financeiros derivativos incluem o notional dos swaps diários de taxas de juro de liquidação.
- Em 2015, foram designados novos acordos de recompra inversa e de recompra e novos acordos para outros empréstimos garantidos similares em certos negócios, por um valor justo, para melhor se alinhar com a forma como o negócio melhor gere o risco e o desempenho da carteira.

18 Compensação de ativos financeiros e passivos financeiros continuação

Acordos de recompra e de recompra inversa e outros financiamentos e empréstimos garantidos de forma similar

A coluna "Montantes Compensados" identifica os ativos e passivos financeiros sujeitos a compensação por acordos específicos, tais como acordos globais de recompra e acordos globais para empréstimo de títulos, em que todas as operações em aberto com a mesma contraparte possam ser compensadas, aplicando-se a compensação a todas as transações pendentes e cobertas pelos acordos, em caso de incumprimento ou de outros eventos previamente estabelecidos.

A garantia financeira inclui tipicamente títulos de alta liquidez, que são legalmente transferidos e podem ser liquidados em caso de incumprimento da contraparte.

Estes acordos de compensação e garantia, e outras estratégias de mitigação do risco de crédito utilizadas pelo Grupo, explicam-se na secção de mitigação de risco de Crédito, na página 54.

Notas às demonstrações financeiras

Ativos e passivos detidos pelo justo valor

notas incluídas nesta secção referem-se a ativos detidos a custo amortizado que resultam do crédito retalhista e grossista do Grupo, e que incluem empréstimos e adiantamentos, locações financeiras, acordos de recompra e de recompra inversa, e crédito garantido similar. Os detalhes relativos às posições de capital e de liquidez do

19 Empréstimos e adiantamentos a bancos e clientes

Contabilidade para instrumentos financeiros detidos a custo amortizado

Os empréstimos e adiantamentos a clientes e bancos, as contas de clientes, os títulos de dívida, e a maioria das responsabilidades financeiras são detidas a custo amortizado. Ou seja, o justo valor inicial (que será normalmente o montante adiantado ou emprestado) é ajustado pelos repagamentos e pela amortização de cupões, taxas, e despesas, para que represente a taxa de juro efetiva do ativo ou do passivo

Em conformidade com a IAS 39 Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, quando o Grupo já não pretender negociar os ativos financeiros, poderá transferi-los da classificação de detidos para negociação e mensurá-los ao custo amortizado, se estes respeitarem a definição de um empréstimo. O valor inicial usado para determinação do custo amortizado é o justo valor à data da transferência.

	O Grupo		O Banco	
	2015	2014	2015	2014
	M€	M€	M€	M€
A 31 de dezembro				
Empréstimos e adiantamentos brutos a bancos	41 829	42 657	62 201	57 438
Empréstimos e adiantamentos a bancos	41 829	42 657	62 201	57 438
Empréstimos e adiantamentos brutos a clientes	404 138	433 222	398 488	433 677
a clientes Deduzidos das provisões	(4 921)	(5 455)	(3 281)	(3 863)
Empréstimos e adiantamentos a clientes	399 217	427 767	395 207	429 814

Inclui-se mais informação sobre os empréstimos e adiantamentos do Grupo a bancos e clientes e provisões para imparidades nas páginas 65 a 86.

Antes de 2010, o grupo reclassificou determinados ativos financeiros, originalmente classificados como detidos para negociação, que não foram considerados como detidos para efeitos de negociação mas sim como empréstimos e adiantamentos. O valor contabilístico e o justo valor dos títulos reclassificados como empréstimos e adiantamentos ascende a 975 M€(2014:1 862M€) e 958 M€(2014: 1 834M€), respetivamente.

Se estas reclassificações não tivessem sido feitas, a demonstração de resultados do Grupo para 2015 teria incluído um ganho líquido devido aos ativos de negociação reclassificados de 12 M€(2014: ganho de 57 M€).

20 Locações financeiras

Contabilidade para locações financeiras

O Grupo aplica a IAS 17 Locações na contabilização das locações financeiras, tanto nos casos em que é locador como naqueles em que é locatário. Uma locação financeira é uma locação que confere a maior parte dos riscos e das recompensas dos bens locados ao locatário. Quando o Grupo for locador, o bem locado não será incluído no balanço; em vez disso, reconhecer-se-á um valor a receber devido a locação financeira que represente o pagamento mínimo a receber de acordo com os termos da locação, descontado à taxa de juro implícita na locação. Quando o Grupo for locatário, o bem locado é reconhecido nos ativos tangíveis e reconhece-se uma responsabilidade com locação financeira, que represente o pagamento mínimo a efetuar de acordo com a locação, descontado à taxa de juro implícita na locação.

Os rendimentos ou as despesas de juros são reconhecidos nas contas a receber ou nas contas a pagar com juros, atribuídos aos períodos contabilísticos para refletirem uma taxa de retorno periódica constante.

Contas a receber da locação financeira

As contas a receber da locação financeira estão incluídas nos empréstimos e adiantamentos a clientes. O Grupo dedica-se ao crédito baseado em ativos e trabalha com uma gama alargada de empresas internacionais de tecnologia, de equipamento industrial e comerciais, no sentido de disponibilizar programas financeiros personalizados de assistência a fabricantes, vendedores, e distribuidores de ativos.

20 Locações financeiras continuação

	2015				2014			
	investimento Bruto em contas a receber de Locações financeiras	Rendimento financeiro futuro	Valor presente das contas a receber de pagamentos de locação mínimos	Valores residuais não garantidos	investimento Bruto em contas a receber de Locações financeiras	Rendimento financeiro futuro	Valor presente das contas a receber de pagamentos de locação mínimos	Valores residuais não garantidos
	ME	ME	ME	ME	ME	ME	ME	ME
O Grupo								
Não mais que um ano	1 826	(230)	1 596	117	2 139	(304)	1 835	125
Mais de um ano, mas não mais que cinco	3 569	(555)	3 014	275	4 159	(682)	3 477	293
Durante cinco anos	224	(32)	192	21	213	(40)	173	17
Total	5 619	(817)	4 802	413	6 511	(1 026)	5 485	435
O Banco								
Não mais que um ano	-	-	-	-	14	(9)	5	-
Durante um ano, mas não mais que cinco	1	-	1	-	333	(29)	304	-
Durante cinco anos	1	-	1	-	9	(3)	6	-
Total	2	-	2	-	356	(41)	315	-

A dedução por imparidade para valores a receber incobráveis da locação financeira foi de 56 ME (2014: 82 ME)

Responsabilidades de locação financeira

O Grupo cede bens imóveis e equipamentos mediante contratos de locação que cumprem a definição de locações financeiras. As responsabilidades de locação financeira são apresentadas na Nota 25 Acréscimos e diferimentos e outras responsabilidades.

A 31 de dezembro de 2015, o total dos pagamentos futuros mínimos para locações financeiras foi de zero (2014: 14ME) e o total dos pagamentos futuros mínimos para locações financeiras para o Banco foi de zero (2014: zero). O valor contabilístico dos ativos detidos por locação financeira foi de zero (2014: 31 ME).

21 Acordos de recompra inversa e de recompra incluindo outros créditos e empréstimos similares

Os acordos de revenda (e empréstimo de ações ou transação similar) são uma forma de crédito segurado pela qual o Grupo disponibiliza um empréstimo ou uma garantia em numerário em troca da transferência da garantia, geralmente na forma de títulos negociáveis sujeitos a um acordo para transferência dos títulos suportados a um preço fixo no futuro. Os acordos de recompra ocorrem quando o Grupo obtém empréstimos ou numerário como garantia, por troca da transferência da garantia.

Contabilização de acordos de revenda e recompra incluindo crédito e outros empréstimos similares

O Grupo adquire (num acordo de recompra inversa) ou contrai empréstimos de títulos, sujeito a um compromisso de revenda ou de devolução. Os títulos não são incluídos no balanço patrimonial, já que o Grupo não adquire os riscos e as recompensas da posse. A retribuição paga (ou a garantia em numerário prestada) é contabilizada como um ativo de empréstimo a custo amortizado, a menos que seja designada ao justo valor por via dos resultados.

O Grupo também pode vender (num acordo de recompra) ou emprestar títulos, sujeito a um compromisso de recompra ou de resgate. Os títulos são mantidos no balanço patrimonial, já que o Grupo retém de forma substancial os riscos e as recompensas da posse. A retribuição recebida (ou a garantia em numerário prestada) é contabilizada como um responsabilidade financeira a custo amortizado, a menos que seja designada ao justo valor por via dos resultados.

	O Grupo		O Banco	
	2015	2014	2015	2014
	ME	ME	ME	ME
Ativos				
Bancos	8 954	39 528	4 762	22 051
Clientes	19 233	92 225	24 041	80 773
Acordos de recompra inversa e outros empréstimos garantidos similares a	28 187	131 753	28 803	102 824
Passivos				
Bancos	13 952	49 940	7 052	24 131
Clientes	11 083	74 539	19 112	71 242
Acordos de recompra e empréstimos garantidos similares a	25 035	124 479	26 164	95 373

Nota
a Durante 2015, novos acordos de recompra e de recompra inversa, incluindo outros empréstimos obtidos e concedidos similares em determinados negócios foram designados pelo justo valor para um melhor alinhamento com o modo como o negócio gere o risco e o desempenho da carteira (ver Nota 13 Ativos financeiros designados pelo justo valor e Nota 16 Passivos financeiros designados pelo justo valor para mais detalhes).

Notas às demonstrações financeiras

Ativos não correntes e outros investimentos

As notas incluídas nesta secção concentram-se nos ativos tangíveis não-correntes e intangíveis do Grupo e nos bens imóveis e equipamentos, que apresentam benefícios económicos futuros no longo prazo.

22 Bens imóveis e equipamentos

Contabilização de bens imóveis e equipamentos

O Grupo aplica a IAS 16 *Bens Imóveis e Equipamentos* e IAS 40 *Propriedades de Investimento*.

Os bens imóveis e equipamentos são contabilizados pelo custo, incluindo custos de aquisição diretos e adicionais, menos as amortizações acumuladas e provisões para imparidade, se necessário. Os custos subsequentes serão capitalizados se isso resultar numa melhoria do ativo.

A amortização calcula-se a partir da amortização constante dos bens imóveis e dos equipamentos ao longo das suas vidas económicas úteis estimadas. As taxas, métodos, e valores residuais das amortizações subjacentes ao cálculo das amortizações dos bens imóveis e equipamentos são revistas, para considerar quaisquer alterações das circunstâncias. O Grupo usa as seguintes taxas anuais para o cálculo das amortizações:

Taxas anuais para o cálculo de amortizações	Taxa de amortização
Edifícios de propriedade livre e propriedade arrendada de longa-duração (mais de 50 anos)	2-3,3%
Propriedade arrendada sobre a restante vida do mesmo (menos de 50 anos para terminar)	Durante a vida restante da locação
Custos de adaptação de propriedade absoluta e propriedade de locação	6-10%
Equipamento instalado na propriedade absoluta e na propriedade de locação	6-10%
Computadores e equipamento semelhante	17-33%
Mobiliário e utensílios e outro equipamento	9-20%

Quando a propriedade arrendada tem uma vida útil restante inferior a 17 anos, os custos de adaptação e de equipamento instalado são desvalorizados ao longo da vida restante do arrendamento.

Propriedade de investimento

O Grupo reconhece inicialmente o investimento imobiliário pelo custo, e consequentemente pelo justo valor, em cada data do balanço, refletindo as condições de mercado à data da informação. Os ganhos e perdas na remensuração são incluídos na demonstração de resultados.

Ativos fixos tangíveis continuação

	Propriedad e de investim ento		O Grupo		ativos locad os	Total	Propriedad e de investim ento		O Banco		Total
	ME	Propriedade ME	Equipamento ME	ME			ME	ME	Propriedade ME	Equipame nto ME	
Custo											
A 1 de janeiro de 2015	207	4 054	4 350	10	8 621	16	2 131	2 079	4 226		
Acréscimos e alienações	(71)	22	173	49	173	-	71	40	111		
Alteração no justo valor das propriedades de investimento	10	-	-	-	10	(2)	-	-	(2)		
Câmbios e outros movimentos	(6)	(157)	(264)	3	(424)	(1)	(51)	(39)	(91)		
A 31 de dezembro de 2015	140	3 919	4 259	62	8 380	13	2 151	2 080	4 244		
Amortizações acumuladas e imparidade											
A 1 de janeiro de 2015	-	(1 669)	(3 157)	(9)	(4 835)	-	(1 076)	(1 549)	(2 625)		
Encargos com amortizações	-	(181)	(373)	-	(554)	-	(96)	(178)	(274)		
Alienações	-	144	159	-	303	-	38	71	109		
Câmbios e outros movimentos	-	9	194	(29)	174	-	15	33	48		
A 31 de dezembro de 2015	-	(1 697)	(3 177)	(38)	(4 912)	-	(1 119)	(1 623)	(2 742)		
Valor contabilístico líquido	140	2 222	1 082	24	3 468	13	1 032	457	1 502		
Custo											
A 1 de janeiro de 2014	451	3 924	4 552	10	8 937	68	2 023	2 119	4 210		
Acréscimos e alienações	(160)	174	7	-	21	6	120	(26)	100		
Alterações no justo valor das	(1)	-	-	-	(1)	-	-	-	-		
Câmbios e outros movimentos	(83)	(44)	(209)	-	(336)	(58)	(12)	(14)	(84)		
A 31 de dezembro de 2014	207	4 054	4 350	10	8 621	16	2 131	2 079	4 226		
Amortizações acumuladas e imparidade											
A 1 de janeiro de 2014	-	(1 513)	(3 201)	(7)	(4 721)	-	(985)	(1 501)	(2 486)		
Encargos com amortizações	-	(184)	(399)	(2)	(585)	-	(94)	(199)	(293)		
Alienações	-	34	271	-	305	-	14	140	154		
Câmbios e outros movimentos	-	(6)	172	-	166	-	(11)	11	-		
A 31 de dezembro de 2014	-	(1 669)	(3 157)	(9)	(4 835)	-	(1 076)	(1 549)	(2 625)		
Valor contabilístico líquido	207	2 385	1 193	1	3 786	16	1 055	530	1 601		

Foram incluídos arrendamentos de propriedades no valor de 9 M£ (2014: 5 M£) e de 9 M£ (2014: 14 M£) em rendimento de investimento líquido e outros rendimentos, respetivamente. Os encargos com imparidade no período ascenderam a 38 M£ (2014: 61 M£).

O justo valor da propriedade para investimento é determinado tendo por referência os preços atuais de mercado para propriedades semelhantes, ajustados, conforme necessário, pela condição e pela localização, ou tendo por referência transações recentes atualizadas para refletir as condições económicas atuais. Podem ser empregues técnicas para desconto dos fluxos de caixa quando não houver transações recentes, usando valores externos e atuais do mercado, como os valores das rendas e as taxas de juro. As valorizações são efetuadas pela gestão, com o apoio de avaliadores independentes e devidamente qualificados. Consulte a Nota 17 Justo valor de ativos e passivos para mais detalhes.

23 Goodwill e ativos intangíveis

Contabilidade para goodwill e outros ativos incorpóreos

Goodwill (fundo de comércio)

O valor contabilístico do goodwill é determinado em conformidade com a IFRS 3 *Combinações Comerciais* a IAS 36 *Imparidade de Ativos*.

O Goodwill decorre da aquisição de subsidiárias, associadas, e joint-ventures, e representa o excesso do justo valor numa consideração de compra sobre o justo valor da parte do Grupo nos ativos adquiridos e os passivos e outras responsabilidades contingentes assumidos à data da aquisição.

O Goodwill é revisto anualmente quanto à imparidade, ou com uma maior frequência quando existirem indicações de ter ocorrido imparidade. O teste envolve a comparação do valor contabilístico do goodwill com o valor presente dos fluxos de caixa antes de impostos, descontados a uma taxa de juro que reflita os riscos inerentes da unidade de geração de caixa (UGC/CGU) que está relacionada com o goodwill, ou com o justo valor da UGC, se for maior.

Notas às demonstrações financeiras

Ativos não correntes e outros investimentos

23 Goodwill e ativos intangíveis continuação

Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis para além do goodwill são contabilizados em conformidade com a IAS 38 *Ativos Intangíveis* e a IAS 36 *Imparidade de Ativos*.

Os ativos intangíveis incluem marcas, listas de clientes, software desenvolvido internamente, outro software, licenças e outros contratos e principais depósitos intangíveis. São inicialmente reconhecidos quando são separáveis ou decorrem de direitos contratuais ou de outros direitos legais, quando o custo pode ser medido com fiabilidade e, no caso dos ativos intangíveis que não são adquiridos numa combinação comercial, quando for provável que ocorram benefícios económicos futuros atribuíveis aos ativos e decorrentes do seu uso.

Os ativos intangíveis são declarados pelo custo (que é, no caso dos ativos adquiridos numa combinação comercial, o justo valor à data de aquisição) líquido das amortizações acumuladas e das provisões para imparidade se existirem e são amortizados durante as suas vidas úteis.

Taxas anuais para cálculo das amortizações	Período de amortização
Goodwill (fundo de comércio)	Não amortizado
Software desenvolvido internamente	12 meses a 6 anos
Outro software	12 meses a 6 anos
Principais depósitos intangíveis	12 meses a 6 anos
Marcas	12 meses a 6 anos
Listas de cliente	12 meses a 6 anos

Os ativos intangíveis são analisados relativamente à imparidade quando houver a possibilidade de se ter

Custos do Grupo								
A 1 de janeiro de 2015	6 329	3 240	482	186	112	1 721	447	12 517
Acréscimos e alienações	(515)	998	75	-	-	-	18	576
Câmbios e outros movimentos	(211)	(126)	(15)	(40)	(26)	(56)	6	(468)
A 31 de dezembro de 2015	5 603	4 112	542	146	86	1 665	471	12 625
Amortizações acumuladas e imparidade								
A 1 de janeiro de 2015	(1 442)	(1 257)	(194)	(88)	(111)	(962)	(283)	(4 337)
Alienações	518	128	2	-	-	-	3	651
Encargos com amortizações	-	(421)	(17)	(6)	-	(143)	(30)	(617)
Encargos de imparidade	(102)	(101)	(1)	(1)	-	(12)	-	(217)
Câmbios e outros movimentos	28	17	(2)	20	25	36	(7)	117
A 31 de dezembro de 2015	(998)	(1 634)	(212)	(75)	(86)	(1 081)	(317)	(4 403)
Valor contabilístico líquido	4 605	2 478	330	71	-	584	154	8 222
O Banco								
Custo								
A 1 de janeiro de 2015	4 274	2 029	281	5	-	115	116	6 820
Acréscimos e alienações	(50)	588	56	-	-	-	16	610
Câmbios e outros movimentos	(10)	(49)	(4)	-	-	(1)	(3)	(67)
A 31 de dezembro de 2015	4 214	2 568	333	5	-	114	129	7 363
Amortizações acumuladas e imparidade								
A 1 de janeiro de 2015	(817)	(822)	(99)	(4)	-	(77)	(56)	(1 875)
Alienações	50	127	2	-	-	-	3	182
Encargos com amortizações	-	(226)	(1)	-	-	(9)	(9)	(245)
Encargos de imparidade	(56)	(42)	(1)	(1)	-	(2)	-	(102)
Câmbios e outros movimentos	6	4	4	-	-	1	2	17
A 31 de dezembro de 2015	(817)	(959)	(95)	(5)	-	(87)	(60)	(2 023)
Valor contabilístico líquido	3 397	1 609	238	-	-	27	69	5 340

23 Goodwill e ativos intangíveis
continuação

	Goodwill (fundo de ME	desenvo lvado software ME	Outros software ME	Depósitos incorpóreos ME	Marcas ME	Listas de clientes ME	Licenças e outro ME	Total ME
O Grupo								
Custo								
A 1 de janeiro de 2014	6 346	2 411	556	194	116	1 543	437	11 603
Acréscimos e alienações	36	702	176	-	-	123	7	1 044
Câmbios e outros movimentos	(53)	127	(250)	(8)	(4)	55	3	(130)
A 31 de dezembro de 2014	6 329	3 240	482	186	112	1 721	447	12 517
Amortizações acumuladas e imparidade								
A 1 de janeiro de 2014	(1 468)	(999)	(217)	(85)	(97)	(799)	(253)	(3 918)
Alienações	-	98	21	-	-	14	2	135
Encargos com amortizações	-	(306)	(19)	(7)	(18)	(142)	(30)	(522)
Encargos de imparidade	-	(74)	(21)	-	-	(5)	-	(100)
Câmbios e outros movimentos	26	24	42	4	4	(30)	(2)	68
A 31 de dezembro de 2014	(1 442)	(1 257)	(194)	(88)	(111)	(962)	(283)	(4 337)
Valor contábilístico líquido	4 887	1 983	288	98	1	759	164	8 180
O Banco								
Custo								
A 1 de janeiro de 2014	4 276	1 736	238	6	-	117	122	6 495
Acréscimos e alienações	-	271	98	-	-	-	(1)	368
Câmbios e outros movimentos	(2)	22	(55)	(1)	-	(2)	(5)	(43)
A 31 de dezembro de 2014	4 274	2 029	281	5	-	115	116	6 820
Amortizações acumuladas e imparidade								
A 1 de janeiro de 2014	(817)	(675)	(75)	(4)	-	(69)	(49)	(1 689)
Alienações	-	98	19	-	-	-	2	119
Encargos com amortizações	-	(216)	(6)	-	-	(10)	(10)	(242)
Encargos de imparidade	-	(40)	(21)	-	-	-	-	(61)
Câmbios e outros movimentos	-	11	(16)	-	-	2	1	(2)
A 31 de dezembro de 2014	(817)	(822)	(99)	(4)	-	(77)	(56)	(1 875)
Valor contábilístico líquido	3 457	1 207	182	1	-	38	60	4 945

Goodwill (fundo de comércio)

O goodwill é distribuído pelos segmentos de negócio do seguinte modo:

	O Grupo		O Banco	
	2015 ME	2014 ME	2015 ME	2014 ME
Banca de Particulares e Empresas	3 472	3 471	3 225	3 225
Banca em África	725	915	-	-
Barclaycard	408	427	172	172
Barclays Non Core	-	74	-	60
Valor contábilístico líquido total de goodwill (fundo de comércio)	4 605	4 887	3 397	3 457

Notas às demonstrações financeiras

Ativos não correntes e outros investimentos

23 Goodwill e ativos intangíveis continuação

Goodwill (fundo de comércio)

O teste ao goodwill quanto à imparidade envolve uma quantidade significativa de apreciações. Estas incluem a identificação de CGU independentes e a atribuição de goodwill a estas unidades baseada nos benefícios decorrentes da aquisição e esperados pelas unidades. A atribuição é revista depois da reorganização do negócio. As projeções de fluxos de caixa tomam necessariamente em consideração as alterações no mercado em que um negócio opera, incluindo o nível de crescimento, a atividade competitiva, e os impactos de alterações regulamentares. A determinação dos fluxos de caixa esperados antes de impostos, e da taxa de juro ajustada ao risco, apropriados à unidade operacional, requer um exercício de juízo. A estimativa dos fluxos de caixa antes de impostos é sensível aos períodos para os quais existirem previsões detalhadas, e aos pressupostos relativos aos fluxos de caixa sustentáveis no longo prazo.

Outros ativos intangíveis

A determinação das vidas úteis estimadas dos ativos intangíveis (como os que decorrem de relacionamentos contratuais) requer uma análise circunstancial. A avaliação da exibição de indicadores de imparidade por um ativo, bem como o cálculo da imparidade, que requer a estimativa dos fluxos de caixa futuros e dos justos valores deduzidos dos custos de venda, também requer a preparação de previsões de fluxos de caixa e de justos valores para ativos que podem não ser comprados e vendidos com regularidade.

Testes de imparidade sobre o Goodwill

Durante 2015, o Grupo reconheceu um encargo com imparidade de 102 M£ (2014: zero), principalmente atribuível ao Non-Core e à retirada do produto Bespoke no Barclaycard, enquanto o Banco reconheceu um encargo com imparidade de 56 M£ (2014: zero) atribuível ao Non-Core. Isto é consequência do facto do valor contabilístico do goodwill relacionado com estes negócios não ser suportado com base nos cálculos do valor de uso.

Pressupostos fundamentais

Os pressupostos fundamentais usados para os testes à imparidade são definidos a seguir para cada saldo de goodwill significativo. Um outro goodwill de 81 M£ (2014:

1 031 M£) foi distribuído entre várias CGU que não são consideradas individualmente significativas.

Banca de Particulares e Empresas (BPE)

O goodwill relacionado com o Woolwich foi de 3 225 M£ (2014: 3 225 M£) do saldo total PCB. O valor contabilístico da CGU determina-se usando uma distribuição dos fundos totais dos acionistas do grupo, excluindo o goodwill baseado na parte dos ativos ponderados pelo risco detida pela CGU antes dos saldos de goodwill serem novamente adicionados. O montante recuperável da CGU foi determinado usando previsões dos fluxos de caixa baseados em orçamentos financeiros aprovados pela gestão, e que cobrem um período de três anos, com uma taxa de crescimento terminal de 2,4% (2014: 2,4%) aplicada daí em diante. Os fluxos de caixa previstos foram descontados a uma taxa antes de impostos de 11,4% (2014: 11,0%). Com base nestes pressupostos, o montante recuperável excedeu o montante contabilístico incluindo o goodwill em 24 811 M£ (2014: 17 260 M£). Uma alteração de um ponto percentual na taxa de desconto ou na taxa de crescimento terminal aumentaria ou diminuiria o montante recuperável em 4 860 M£ (2014: 2 888 M£) e 3 422 M£ (2014: 2 070 M£), respetivamente. Uma redução anual de 10% nos fluxos de caixa previstos reduziria o montante recuperável em 4 835 M£ (2014: 2 679 M£).

África

O goodwill relacionado com a CGU Absa Retail Bank foi de 499 M£ (2014: 631 M£) do saldo total da Banca em África. O valor contabilístico da CGU foi determinado usando o valor líquido patrimonial. O montante recuperável do Absa Retail Bank foi determinado usando previsões dos fluxos de caixa baseados em orçamentos financeiros aprovados pela gestão, e que cobrem um período de três anos, com uma taxa de crescimento terminal de 6% (2014: 6%) aplicada daí em diante. Os fluxos de caixa previstos foram descontados a uma taxa antes de impostos de 18,5% (2014: 18,7%). O montante recuperável excedeu o montante contabilístico incluindo o goodwill em 2 946 M£ (2014: 1 623 M£). Uma alteração de um ponto percentual na taxa de desconto ou na taxa de crescimento terminal aumentaria ou diminuiria o montante recuperável em 349 M£ (2014: 329 M£) e 221 M£ (2014: 206 M£), respetivamente. Uma redução anual de 10% nos fluxos de caixa previstos reduziria o montante recuperável em 469 M£ (2014: 440 M£).

24 Locações operacionais

Contabilização de locações operacionais

O Grupo aplica a IAS 17 *Locações*, para as locações operacionais. Uma locação operacional é uma locação em que todos os riscos e recompensas dos ativos locados permanecem substancialmente com o locador. Quando o Grupo é o locador, os proveitos da locação são reconhecidos pelo método linear durante o período da locação, a menos que outra base sistemática seja considerada mais apropriada. O Grupo detém os ativos locados no balanço patrimonial como ativos fixos tangíveis.

Quando o Grupo é o locatário, as rendas a pagar são reconhecidas como uma despesa na demonstração de resultados pelo método linear durante o período da locação, a menos que outra base sistemática seja considerada mais apropriada.

Valores a receber de locações operacionais

O Grupo age como um locador, que adquire ativos fixos tangíveis e depois os cede a terceiros ao abrigo de acordos que constituem locações operacionais. Os pagamentos futuros mínimos que se espera serem recebidos e relativos a locações operacionais não-canceláveis ascendem a 1 M£ (2014: 1M£).

Compromissos de locação operacional

O Grupo arrenda vários escritórios, balcões, e outras instalações ao abrigo de acordos de locação operacional não-canceláveis. Com acordos de locação operacional deste tipo, o ativo é mantido no balanço patrimonial do locador, e o Grupo reporta os pagamentos mínimos futuros da locação como uma despesa ao longo do período da locação. As locações apresentam diversos períodos, progressividades, e direitos de renovação. Não existem rendas contingentes a pagar.

Foram incluídas rendas de locação operacional no valor de 500 M£ (2014: 594 M£) em despesas de administração e gerais. Os pagamentos mínimos futuros da locação a suportar pelo Grupo e devidos a locações operacionais não-canceláveis são os seguintes:

	O Grupo				O Banco			
	2015		2014		2015		2014	
	Propriedad ME	Equipamento ME	Propriedad ME	Equipamen ME	Propriedad ME	Equipamento ME	Propriedad ME	Equipamen ME
Não mais que um ano	376	1	403	41	194	-	200	40
Mais de um ano mas menos de cinco	1 127	11	1 147	106	622	11	618	106
anos Mais de cinco anos	1 874	-	2 036	-	908	-	1 046	-
Total	3 377	12	3 586	147	1 724	11	1 864	146

O total dos pagamentos mínimos futuros a receber de sublocações ao abrigo de sublocações não-canceláveis ascende a 1 M£ (2014: 99 M£) para o Grupo e zero (2014: 98 M£) para o Banco.

Notas às demonstrações financeiras

Acréscimos, provisões, passivos contingentes e procedimentos legais

notas incluídas nesta secção dizem respeito aos acréscimos, rendimentos diferidos, e outras responsabilidades do Grupo. Reconhecem-se provisões para obrigações presentes decorrentes de consequências de eventos passados, quando for provável a necessidade de uma transferência de benefícios económicos para liquidar a

25 Acréscimos, rendimentos diferidos e outras responsabilidades

Contabilização de contratos de seguro

O Grupo aplica a IFRS 4 *Contratos de Seguro* aos seus contratos de seguro. Um contrato de seguro é um contrato que compensa um terceiro relativamente a uma perda decorrente de um risco não-financeiro. Alguns produtos de gestão de património e de outra natureza, como os contratos de seguro de vida, combinam características de investimento e de seguro; estes são tratados como contratos de seguro no caso de pagarem benefícios que sejam pelo menos 5% superiores aos benefícios pagos no caso de o evento segurado não ocorrer.

Os passivos decorrentes da atividade seguradora incluem as melhores estimativas dos fluxos de caixa contratuais futuros, da gestão de sinistros, e dos custos administrativos relativos aos sinistros. São realizados testes de adequação de responsabilidade a cada data de balanço, para garantir a adequação dos passivos contratados. Quando os testes detetarem uma deficiência, os passivos decorrentes da atividade seguradora serão acrescidos de qualquer deficiência reconhecida na demonstração de resultados.

As receitas com prémios de seguro são reconhecidas na demonstração de resultados do período em que se verificarem, líquidas de prémios de resseguro a pagar, em prémios líquidos de contratos de seguro. Os aumentos e diminuições nos passivos decorrentes da atividade seguradora são reconhecidos na demonstração de resultados como sinistros líquidos de benefícios de contratos de seguro.

	O Grupo		O Banco	
	2015	2014	2015	2014
	M€	M€	M€	M€
Acréscimos e rendimento diferido	4 271	4 780	1 903	1 968
Outros credores	3 772	3 850	15 876	16 681
Obrigações relativas a locações financeiras (consultar a Nota x)	-	36	-	-
Responsabilidades por contratos de seguro, incluindo passivos unit	2 569	2 766	-	-
Acréscimos, rendimentos diferidos e outras responsabilidades	10 612	11 432	17 779	18 649

Os acréscimos e os rendimentos diferidos diminuiram 10% para 4,3 M€, principalmente impulsionados pelos menores custos com pessoal, administrativos, e gerais, acumulados a 31 de dezembro de 2015.

Os passivos decorrentes da atividade seguradora dizem principalmente respeito ao negócio do Grupo no longo prazo. Os passivos com contratos de seguro associados ao negócio não-vida do Grupo no curto prazo ascendem a 115 M€ (2014: 157 M€). Os montantes máximos a pagar devidos a todos os produtos de seguro do Grupo, ignorando a probabilidade de ocorrência dos eventos segurados e a contribuição de investimentos de apoio às apólices de seguro, foram de 65 M€ (2014: 82 M€) ou de 49 M€ (2014: 74 M€) depois do resseguro. Deste risco segurado, 55 M€ (2014: 69 M€) ou 43 M€ (2014: 66 M€) depois do resseguro concentram-se em contratos de seguro de curto prazo em África.

O impacto para a demonstração de resultados e os capitais próprios devido a uma alteração razoavelmente possível dos pressupostos usados para calcular os passivos decorrentes da atividade seguradora seria de 5 M€ (2014: 8 M€).

26 Provisões

Contabilização de provisões

O Grupo aplica a IAS 37 *Provisões, Passivos Contingentes, e Ativos Contingentes* na contabilização das responsabilidades não-financeiras.

São reconhecidas provisões para obrigações presentes decorrentes de consequências de eventos passados, quando for provável que seja necessária uma transferência de benefícios económicos para liquidar a obrigação, que possa ser estimada com fiabilidade. É constituída uma provisão pelo custo previsto da reestruturação, incluindo os custos de redundância quando existir uma obrigação. É o que acontece quando o Grupo tem um plano formal e detalhado para reestruturar um negócio, e quando criou expectativas válidas nas pessoas afetadas pela reestruturação, ao anunciar as principais características do plano ou ao iniciar a sua implementação. Será constituída provisão para compromissos de crédito não utilizado se existir a probabilidade de que a linha de crédito será utilizada, resultando no reconhecimento de um ativo a um montante inferior ao montante avançado.

26 Provisões continuação

	Oneroso contratos	Redundância e reestruturação	Não utilizado	Aplicar compensação		Jurídico, concorrência e regulame matéria	Diversos provisões	Total
			contratualmente cometido linhas e garantias fornecido	Pagamento proteção seguro compensação	Outras cliente			
	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€	M€
O Grupo								
A 1 de janeiro de 2015	205	291	94	1 059	586	1 690	210	4 135
Acréscimos	120	190	25	2 200	821	1 559	177	5 092
Quantias utilizadas	(42)	(136)	(2)	(1 171)	(440)	(2 616)	(49)	(4 456)
Quantias não usadas revertidas	(149)	(140)	(37)	-	(32)	(136)	(86)	(580)
Câmbios e outros movimentos	7	(19)	(20)	18	(39)	(8)	12	(49)
A 31 de dezembro de 2015	141	186	60	2 106	896	489	264	4 142
O Banco								
A 1 de janeiro de 2015	102	261	89	1 010	551	1 619	158	3 790
Acréscimos	47	144	23	2 077	719	1 255	104	4 369
Quantias utilizadas	(43)	(126)	(2)	(1 092)	(407)	(2 393)	(14)	(4 077)
Quantias não usadas revertidas	(17)	(114)	(34)	-	(19)	(111)	(60)	(355)
Câmbios e outros movimentos	9	(17)	(18)	-	(34)	-	14	(46)
A 31 de dezembro de 2015	98	148	58	1 995	810	370	202	3 681

As provisões de recuperação ou liquidação esperada num prazo não superior a 12 meses depois de 31 de dezembro de 2015 ascendiam a 2 113 M€ (2014: 3 464M€) e para o Banco ascenderam a 1 769 M€ (2014: 3 179 M€).

Contratos onerosos

As provisões de contratos onerosos compreendem uma estimativa dos custos envolvidos no cumprimento dos termos e condições de contratos onde o passivo seja mais elevado que o montante do benefício económico a ser recebido.

Redundância e reestruturação

Estas provisões incluem o custo estimado da reestruturação, incluindo os custos de redundância quando existir uma obrigação. Os acréscimos realizados durante o ano relacionam-se com planos de reestruturação formal e foram utilizados, ou revertidos, esperando-se agora que os custos totais sejam inferiores ao montante original da provisão.

Linhas de crédito consolidadas disponíveis e garantias

As provisões são feitas se for provável que uma linha de crédito seja retirada e seja expectável que o ativo resultante tenha um valor de realização inferior ao do montante adiantado.

Compensações a clientes

As provisões para compensações a clientes incluem o custo estimado dos pagamentos compensatórios a clientes e contrapartes por perdas ou danos associados a decisões inadequadas durante a execução das nossas atividades empresariais. As provisões para outras compensações a clientes incluem 282 M€ (2014: zero) relativamente a Contas Bancárias Packaged e 290 M€ (2014: zero), relativamente a práticas históricas de atribuição de preço associadas a certas transações cambiais para certos clientes entre 2005 e 2012 e a provisões mais reduzidas nos negócios de retalho e empresas, que serão provavelmente utilizadas durante os próximos 12 meses.

Provisões diversas

Esta categoria inclui provisões que não se encaixam em nenhuma das outras categorias, tais como perdas por fraude e provisões de dilapidação.

Questões jurídicas, de concorrência, e regulamentares

O Grupo participa em vários processos jurídicos, tanto no Reino Unido como numa série de outras jurisdições estrangeiras, incluindo os EUA. Para mais informações relativas aos procedimentos jurídicos e para discussão das incertezas associadas, por favor consulte a Nota 28 Questões jurídicas, de concorrência, e regulamentares.

Notas às demonstrações financeiras

Acréscimos, provisões, passivos contingentes e procedimentos legais

26 Provisões continuação

Previsões e raciocínios contabilísticos de importância crítica

Compensações de Seguro de Proteção de Pagamentos

A 31 de dezembro de 2015, o Barclays reconheceu provisões acumuladas num total de 7,4 M£ (2014: 5,2 M£) contra o custo das compensações de Seguro de Proteção de Pagamentos (PPI) e custos de processamento associados, com uma utilização de 5,3 M£ (2014: 4,2 M£), deixando uma provisão residual de 2,1 M£ (2014: 1,1 M£).

Até 31 de dezembro de 2015, foram recebidos e processados 1,6 milhões (2014: 1,3 milhões) de pedidos iniciados por clientes. O volume de pedidos recebidos durante 2015 diminuiu 9% relativamente a 2014. O ritmo deste decréscimo foi, contudo, mais lento do que previamente esperado, especialmente devido a níveis constantes de pedidos apresentados por Empresas de Gestão de Sinistros (EGS/CMC).

Durante o ano de 2015, o volume de pedidos continuou a decrescer, mas a um ritmo mais reduzido do que o previamente previsto no início do ano de acordo com a experiência passada. Como resultado, a gestão reviu a sua estimativa de volumes futuros, no sentido da alta, e reconheceu provisões adicionais no total de 2,2 M£ durante o ano. A estimativa de provisões reflete uma análise das propostas contidas numa consulta publicada pela FCA em 26 de novembro de 2015 que, se executadas, teriam um impacto nos momentos e volumes dos fluxos de caixa futuros. Inclui-se a estimativa do impacto da proposta de 2018 como o prazo limite para reclamações, e orientações relativas ao impacto de uma sentença do Supremo Tribunal do Reino Unido, em 2014 (Plevin v. Paragon Personal Finance Limited). O impacto potencial destas propostas é difícil de estimar, e o resultado da consulta ainda não é conhecido.

A provisão é calculada usando uma série de pressupostos fundamentais que continuam a envolver um significativo juízo e modelização de gestão:

- volumes dos pedidos iniciados por clientes - pedidos recebidos mas ainda não processados, mais uma estimativa dos pedidos futuros iniciados por clientes, sendo que o volume deve decrescer ao longo do tempo
- taxa de resposta pró-ativa - volume de pedidos apresentados como resposta a mailing pró-ativo
- taxa de retenção - percentagem de pedidos retidos como sendo válidos para análise
- compensação média por pedido - pagamento médio esperado a receber pelos clientes por pedidos retidos, com base no tipo e na idade da apólice/apólices
- custo de processamento por pedido - o custo, para o Barclays, da avaliação e do processamento de cada pedido válido

Estes pressupostos permanecem subjetivos, em particular devido à incerteza associada com os níveis de sinistros futuros, que incluem queixas motivadas pela atividade CMC.

A provisão atual representa a melhor estimativa revista do Barclays para todos os custos futuros esperados com compensações PPI, no entanto, é possível que o resultado final possa divergir da estimativa atual. Se esta divergência for relevante, a provisão será aumentada ou reduzida em conformidade.

A tabela seguinte apresenta os detalhes por pressuposto fundamental, com dados reais até 31 de dezembro de 2015, pressupostos de previsão usados no cálculo da provisão e uma análise de sensibilidade que ilustra o impacto sobre a provisão, se os pressupostos esperados provarem ser demasiado elevados ou demasiado reduzidos.

Pressuposto	Acumulado até 31.12.15	Futuros esperados	Análise de sensibilidade aumento/diminuição o em provisão	Acumulado até 31/12/2014
Pedidos iniciados por clientes, recebidos e processados ^a	1 570k	730k	50k = 103 M£	1 300k
Correspondência proativa	680k	150k	50k = 16 M£	680k
Rácio de respostas à correspondência proativa	28%	26%	1% = 2 M£	28%
Taxa de retenção média de pedidos ^c	86% ^d	88%	1% = 18 M£	79%
Compensação média por pedido válido ^e	1 808 £	1 810 £	100 £ = 87 M£	1 740 £
Custo de processamento por pedido ^f	300 £	295 £	50k = 15 M£	294 £

Notas

a Pedidos totais recebidos até à data, incluindo os recebidos através de CMC mas excluindo aqueles para os quais não exista política PPI e excluindo as respostas ao mailing pró-ativo. b Volumes brutos recebidos.

c A taxa de retenção média por pedido exclui os pedidos para os quais não existe política PPI. d Alteração na taxa de retenção média devida a uma melhor remediação em 2015. e A compensação média indicada refere-se a uma base por apólice e exclui a remediação.

f Custo de processamento por pedido numa base de reclamações retidas, inclui custos diretos com pessoal e despesas gerais associadas.

27 Passivos contingentes e compromissos

Contabilização de passivos contingentes

Os passivos contingentes constituem obrigações possíveis cuja existência só será confirmada por eventos futuros incertos, e obrigações presentes quando a transferência de recursos económicos for incerta ou não puder ser fiavelmente medida. Os passivos contingentes não são classificados como itens do balanço, mas serão revelados a menos que a saída dos recursos económicos seja remota.

A tabela seguinte resume o montante nominal de passivos contingentes e de compromissos que não estão classificados no balanço patrimonial:

	O Grupo		O Banco	
	2015	2014	2015	2014
	M€	M€	M€	M€
Garantias e cartas de crédito dadas como garantia	16 065	14 547	20 327	17 125
colateral Garantias de desempenho, aceitação e avales	4 556	6 777	4 312	5 549
Passivos contingentes	20 621	21 324	24 639	22 674
Créditos documentários e outras transações de curto-prazo relacionadas	845	1 091	1 693	955
Acordos de recompra inversa	93	13 856	14	11 412
Recursos de reserva, linhas de crédito e outros compromissos	281 369	276 315	222 141	220 535

Sistema de Indemnização de Serviços Financeiros (FSCS - Financial Services Compensation Scheme)

O Sistema de Indemnização de Serviços Financeiros (FSCS) é o plano de indemnizações suportado pelo governo do Reino Unido para clientes de instituições autorizadas que sejam incapazes de pagar créditos. Fornece indemnizações aos depositantes, nos casos em que as instituições do Reino Unido habilitadas a aceitar depósitos sejam incapazes de honrar os seus créditos. O FSCS cobra taxas às instituições do Reino Unido habilitadas a aceitar depósitos com base na sua quota dos depósitos no Reino Unido, no dia 31 de dezembro do ano imediatamente anterior ao do ano do sistema (que vigora entre 1 de abril e 31 de março).

Já foram pagas indemnizações pelo FSCS financiadas por linhas de crédito num total aproximado de 18 M€ fornecidos pelo Tesouro de Sua Majestade ao FSCS, em apoio às obrigações do FSCS perante os depositantes nos bancos declarados como estando em incumprimento. A taxa de juro aplicável ao empréstimo e cobrada ao setor está sujeita a um limite inferior igual ao maior entre o custo de financiamento do Tesouro de Sua Majestade (normalmente, a taxa das obrigações preferenciais do Reino Unido que vencem em 2024), e a GBP-LIBOR com vencimento a 12 meses acrescida de um spread. O FSCS recuperou um défice de capital de 1M€ relativo à linha herdada do setor em três prestações pagas em 2013, 2014 e 2015. Um outro défice, relativo à Dunfermline Building Society, foi imposto ao setor nos anos de 2014 e 2015. A responsabilidade do FSCS pelas contribuições de juros e capital para 2015-2016 foi reconhecida e paga em 2015. O Barclays incluiu um acréscimo de 56 M€ em outras responsabilidades a 31 de dezembro de 2015 (2014: 88 M€), relativas à parte do Barclays na Taxa sobre os Juros. As Taxas sobre os Capitais para 2015-2016 foram reconhecidas em 2015 e saldadas no mesmo ano.

A Nota 28 Questões jurídicas, de concorrência e regulamentares contém mais detalhes sobre os passivos contingentes, relacionados com questões jurídicas, de concorrência, e regulamentares.

28 Questões jurídicas, de concorrência, e regulamentares

O Barclays PLC (BPLC), o Barclays Bank PLC (BBPLC) e o Grupo enfrentam desafios jurídicos, de concorrência, e regulamentares, muitos dos quais estão fora do nosso controlo. A extensão do impacto destas questões no BPLC, no BBPLC e no Grupo não pode sempre ser prevista, mas poderá ter impacto relevante sobre as nossas operações, e sobre os nossos resultados, condição, e perspetivas financeiras. As questões decorrentes de um conjunto de circunstâncias similares podem originar um passivo contingente ou uma provisão, ou ambos, dependendo dos factos e circunstâncias relevantes. O Grupo não revelou qualquer estimativa do efeito financeiro potencial dos passivos contingentes sobre o Grupo nas situações em que tal não for atualmente exequível.

Investigações a determinados acordos e Ações cíveis

A Autoridade de Conduta Financeira (ACF/FCA) alegou que o BPLC e o BBPLC violaram as suas obrigações de divulgação de informação relativas a dois contratos de serviços de assessoria em que o BBPLC participou. A FCA aplicou uma coima de 50 M€. O BPLC e o BBPLC contestaram as conclusões. O

Departamento de Fraudes Graves (DFG/SFO) do Reino Unido, o Departamento de Justiça (DDJ/DOJ) dos EUA, e a Comissão de Títulos e Câmbios (CSC/SEC) dos EUA também estão a investigar estes contratos.

Antecedentes

A FCA investigou determinados acordos, incluindo dois acordos de serviços de assessoria em que o BBPLC participou com a Qatar Holding LLC (Qatar Holding) em junho e outubro de 2008 respetivamente, e se estes possam ter estado relacionados com os aumentos de capital do BPLC em junho e novembro de 2008. A FCA emitiu termos de advertência (Termos de Advertência) contra o BPLC e o BBPLC em setembro de 2013.

Nota

Os acordos de recompra inversa de início futuro foram anteriormente divulgados como compromissos de empréstimo. De acordo com a designação adotada pelo negócio de acordos de recompra inversa e de recompra ao justo valor por via dos resultados, os novos acordos de recompra inversa de início futuro estão dentro do âmbito da IAS 39 e são reconhecidos no balanço como derivados.

Notas às demonstrações financeiras

Acréscimos, provisões, passivos contingentes e procedimentos legais

28 Questões jurídicas, de concorrência, e regulamentares *continuação*

A existência do acordo de serviços de assessoria celebrado em junho de 2008 foi divulgada mas a entrada no acordo de serviços de assessoria em outubro de 2008 e as despesas a pagar relativas a ambos os acordos, que ascendem a um total de 322 M£ a pagar durante um período de cinco anos, não foram divulgadas nos anúncios ou documentos públicos relacionados com os aumentos de capital em junho e novembro de 2008. Embora os Termos de Advertência considerem que o BPLC e o BBPLC acreditavam na altura que deveria existir pelo menos um valor não especificado ou indeterminado a retirar dos acordos, indicam que o propósito principal dos acordos não consistia em obter serviços de assessoria, mas sim fazer pagamentos adicionais, que não seriam divulgados, pela participação Catarense nos aumentos de capital.

Os Termos de Advertência concluem que o BPLC e o BBPLC violaram determinadas regras em matéria de cotação bolsista relacionadas com a divulgação, e que o BPLC se encontrava também em violação da Regra de Cotação 3 (a obrigatoriedade de agir com integridade relativamente aos detentores e detentores potenciais das ações da Empresa). A este respeito, a FCA considera que o BPLC e o BBPLC agiram de forma imprudente. A sanção financeira dos Termos de Advertência contra o Grupo é de 50 M£. O BPLC e o BBPLC continuam a contestar as conclusões.

Desenvolvimentos Recentes

A FCA concordou que o processo de execução da FCA fosse suspenso até que progrida a investigação do SFO sobre os acordos referidos acima, relativamente aos quais o Grupo recebeu e continua a responder a pedidos de informação adicional.

Em janeiro de 2016, a PCP Capital Partners LLP and PCP International Finance Limited (PCP) apresentou uma reivindicação ao BBPLC de uma indemnização de 721,4 M£ acrescidos de juros e custas, por distorção e dolo fraudulentos, decorrentes de supostas declarações feitas pelo BBPLC à PCP relativas aos termos de emissão de títulos a investidores, incluindo a PCP, no aumento de capital de 2008. O BBPLC está a contestar a reivindicação.

Montantes reclamados / Impacto financeiro

Não é atualmente exequível fornecer uma estimativa do impacto financeiro das ações descritas sobre o Grupo, ou do efeito que possam ter sobre os resultados operacionais, fluxos de caixa, ou posição financeira do Grupo em qualquer período. A PCP apresentou uma reivindicação contra o BBPLC no total de 721,4 M£ acrescidos de juros e custos. Este montante não reflete obrigatoriamente a exposição financeira do BBPLC no caso de uma eventual decisão contrária.

Investigações a determinados relacionamentos comerciais

O DOJ e a SEC estão a proceder a uma investigação para aferir a conformidade dos relacionamentos do Grupo com terceiros que assistam o BPLC a obter ou reter negócios com a Lei das Práticas de Corrupção no Exterior dos EUA. Determinados reguladores noutras jurisdições também foram informados das investigações. Separadamente, o Grupo está a cooperar com o DOJ e a SEC relativamente a uma investigação a determinadas práticas de recrutamento na Ásia, e está a manter informados determinados reguladores de outras jurisdições.

Montantes reclamados / Impacto financeiro

Não é atualmente exequível fornecer uma estimativa do impacto financeiro das ações descritas sobre o Grupo, ou do efeito que possam ter sobre os resultados operacionais, fluxos de caixa, ou posição financeira do Grupo em qualquer período.

Sistemas alternativos de negociação e negociação de alta frequência

A SEC, o Procurador-Geral do Estado de Nova Iorque (PGENINNYAG), a FCA e reguladores noutras jurisdições têm investigado uma série de questões associadas a sistemas alternativos de negociação (ATS), incluindo dark pools, e as atividades de operadores de alta frequência. Várias partes, incluindo o NYAG, apresentaram queixas contra o BPLC e o Barclays Capital Inc. (BCI) e contra alguns dos atuais e anteriores responsáveis do Grupo, relativamente a atividades relacionadas com ATS. O BPLC e o BCI chegaram a acordo com o NYAG e a SEC, e o BCI continua a fornecer informação a outras autoridades regulatórias relevantes, respondendo aos seus pedidos de informação. O BPLC e o BCI continuam a sua defesa contra as ações coletivas descritas seguidamente.

Antecedentes

Foram apresentadas queixas cíveis ao Tribunal Federal de Nova Iorque, em nome de um coletivo de queixosos contra o BPLC e o BCI e outros, alegando de forma geral que os arguidos violaram as leis federais relativas aos valores mobiliários, através da participação num plano em que seriam fornecidas vantagens de informação e de outra natureza a operadores de negociação de alta frequência, para que estes pudessem manipular o mercado de títulos dos EUA em prejuízo dos queixosos. Estas reclamações foram consolidadas (Ação coletiva de operadores).

Em junho de 2014, o NYAG apresentou uma queixa (Queixa NYAG) contra o BPLC e o BCI no Supremo Tribunal do Estado de Nova Iorque (Supremo Tribunal NI) alegando, entre outras coisas, que o BPLC e o BCI estavam envolvidos em práticas fraudulentas e enganosas relacionadas com o LX, o ATS do Grupo (registado na SEC).

O BPLC e o BCI também foram nomeados numa ação coletiva por um cliente investidor institucional ao abrigo da lei da Califórnia, com base em alegações similares às da Queixa do NYAG. Esta ação coletiva da Califórnia foi consolidada na Ação coletiva de operadores.

Além disso, após a apresentação da Queixa do NYAG, o BPLC e o BCI foram nomeados numa ação coletiva de acionistas, juntamente com alguns dos seus antigos CEO, e o seu atual e um antigo CFO, e um empregado da Negociação Eletrónica de Títulos baseada nos danos sofridos pelos investidores quando os seus investimentos em Recibos Depositários Americanos do Barclays decresceram de valor como resultado das alegações da Queixa do NYAG. O BPLC e o BCI apresentaram uma moção para rejeitar a acusação, que o tribunal aprovou em parte e recusou em parte. Em fevereiro de 2016, o tribunal aprovou a moção dos queixosos para conduzir o processo como uma ação coletiva.

28 Questões jurídicas, sobre concorrência, e regulamentares continuação

Desenvolvimentos Recentes

Em agosto de 2015, o Tribunal aprovou a moção do Barclays de rejeitar a Ação coletiva de operadores, e os queixosos escolheram não apresentar recurso. Também em agosto de 2015, o Tribunal aprovou a moção do Barclays de rejeitar a Ação coletiva da Califórnia, e seguidamente transferiu essa ação para o Distrito Central da Califórnia. Os queixosos da Ação coletiva da Califórnia apresentaram uma queixa emendada, à qual o Barclays apresentou uma moção de rejeição.

Em 1 de fevereiro de 2016, o Barclays chegou separadamente a acordos com a SEC e o NYAG para resolver as reclamações destes organismos contra o BPLC e o BCI, relacionadas com a operação do LX, por 35 M£ cada.

Montantes reclamados / Impacto financeiro

As restantes queixas procuram compensações monetárias não especificadas e medidas preventivas. Não é atualmente exequível fornecer uma estimativa do impacto financeiro das questões nesta secção ou do efeito que estas questões poderão ter sobre os resultados operacionais, fluxos de caixa, ou a posição financeira do Grupo num período determinado.

FERC

A Comissão Federal Reguladora da Energia (FERC) dos EUA apresentou uma ação cível contra o BBPLC e alguns dos seus antigos operadores no Tribunal de Primeira Instância da Califórnia nos EUA, procurando a aprovação de uma penalidade cível avaliada em 435 M\$ e uma restituição de lucros de 34,9 M\$, acrescida de juros, relativamente a alegações de que o BBPLC manipulou os mercados de eletricidade na Califórnia e à sua volta. O Procurador-Geral do Distrito Meridional de Nova Iorque (SDNY) informou o BBPLC que está a examinar a mesma conduta em jogo na questão da FERC, e foi apresentada uma ação coletiva cível ao SDNY no Tribunal de Primeira Instância dos EUA contra o BBPLC, apresentando alegações antimonopólio que espelham as levantadas na ação cível apresentada pela FERC.

Antecedentes

Em outubro de 2012, a FERC emitiu uma Ordem para Exibição de Factos e um Aviso de Penalidades Propostas (Ordem e Aviso) contra o BBPLC e quatro dos seus antigos operadores, relativamente às suas práticas de negociação no oeste dos EUA. Na Ordem e Aviso, a FERC afirmou que o BBPLC e os seus antigos operadores violaram a Regra Antimanipulação da FERC, manipulando os mercados de eletricidade na Califórnia e à sua volta de novembro de 2006 a dezembro de 2008, e propôs que o BBPLC sofresse penalidades cíveis e restituísse lucros.

Em outubro de 2013, a FERC apresentou uma ação cível contra o BBPLC e os seus antigos operadores no Tribunal de Primeira Instância dos EUA na Califórnia, tentando cobrar a penalidade cível de 435 M\$ e a restituição de lucros no valor de 34,9 M\$, mais juros.

Em setembro de 2013, a secção criminal do Gabinete do Procurador-Geral de SDNY aconselhou o BBPLC de que está a examinar a mesma conduta em jogo na questão da FERC.

Em junho de 2015, uma ação de queixa coletiva cível foi apresentada ao SDNY no Tribunal de Primeira Instância dos EUA contra o BBPLC pela Merced Irrigation District, uma empresa Californiana de serviços de utilidade pública, defendendo alegações antimonopólio relativas à presumível manipulação dos mercados de eletricidade na Califórnia e à sua volta. As alegações espelham as que se encontram atualmente pendentes no Tribunal de Primeira Instância da Califórnia.

Desenvolvimentos Recentes

Em outubro de 2015, o Tribunal de Primeira Instância dos EUA na Califórnia ordenou que separaria a sua análise de responsabilidades e penalidades da análise da restituição de lucros. A FERC apresentou um resumo, que o BBPLC contestou, solicitando uma retificação sumária da avaliação de penalidades. O tribunal indicou que ou retificará a avaliação de penalidades, ou solicitará provas adicionais que decidam esta questão.

O BBPLC contestou a ordem de separação junto do Tribunal de Recursos dos EUA para o Nono Circuito e também apresentou uma moção ao Tribunal de Primeira Instância na Califórnia para que o processo fosse suspenso até ao resultado do recurso.

Em dezembro de 2015, o BBPLC apresentou uma moção para rejeitar a ação coletiva cível, por incapacidade de definir uma reivindicação.

Montantes reclamados / Impacto financeiro

A FERC apresentou queixas contra o BBPLC e alguns dos seus antigos operadores no total de 469,9 M\$, mais juros, por penalidades cíveis e restituição de lucros. A queixa da ação coletiva cível refere-se a danos no valor de 139,3 M\$. Estes montantes não refletem obrigatoriamente a exposição financeira do BBPLC no caso de uma eventual decisão contrária em qualquer uma das ações.

Investigações à LIBOR e a outros valores de referência

Os organismos reguladores e as agências de aplicação da lei de um conjunto de governos têm levado a cabo investigações sobre o envolvimento do BBPLC na manipulação de determinados valores de referência financeiros, tais como a LIBOR e a EURIBOR. O BBPLC, o BPLC e o BCI chegaram a acordo com a agência de aplicação da lei ou regulador relevante em determinadas investigações, mas noutras, nomeadamente as investigações do Procurador-Geral Estadual dos EUA, do SFO, e do gabinete do Ministério Público em Trani, Itália, permanecem pendentes.

Antecedentes

Em Junho de 2012, o BBPLC anunciou ter chegado a acordos com a Autoridade de Serviços Financeiros (FSA) (na posição de predecessora da FCA), a Comissão de Comércio de Futuros de Mercadorias dos EUA (CFTC) e a Secção de Fraude do DOJ (DOJ-FS) relativamente às suas investigações relativas a determinadas apresentações de taxas de juro de referência, e o BBPLC acordou em pagar penalidades no total de 209 M£. O acordo com o DOJ-FS foi alcançado por celebração de um

Notas às demonstrações financeiras

Acréscimos, provisões, passivos contingentes e procedimentos legais

28 Questões jurídicas, de concorrência, e regulamentares continuação

Acordo de Não-Acusação (LIBOR NPA), que já expirou. Adicionalmente, ao BBPLC foi concedida imunidade condicional pela Divisão Antimonopólio do DOJ (DOJ-AD) devido a violações potenciais da lei antimonopólio dos EUA relacionadas com instrumentos financeiros que referenciam a EURIBOR.

Investigações do Procurador-Geral Estadual dos EUA

Após os acordos anunciados em junho de 2012, um grupo de 31 Procuradores-Gerais Estaduais dos EUA (os SAG) iniciou as suas investigações próprias sobre a LIBOR, a EURIBOR, e a Taxa do Mercado Interbancário de Tóquio. O Grupo tem colaborado continuamente com a investigação e está em discussão avançada com os SAG para uma potencial resolução.

Investigação do SFO

Em julho de 2012, o SFO anunciou ter decidido investigar a questão LIBOR, relativamente à qual o BBPLC recebeu e continua a responder a pedidos de informação.

Para uma discussão sobre os litígios cíveis decorrentes destas investigações, ver "Ações cíveis relativas à LIBOR e a outros valores de referência".

Montantes reclamados / Impacto financeiro

Para além dos acordos referidos acima, não é atualmente exequível fornecer uma estimativa do impacto financeiro das ações descritas sobre o Grupo, ou do efeito que possam ter sobre os resultados operacionais, fluxos de caixa, ou posição financeira do Grupo em qualquer período.

Ações cíveis relativas à LIBOR e a outros valores de referência

No seguimento dos acordos relativos às investigações referidas atrás em "Investigações à LIBOR e a outros valores de referência", um conjunto de pessoas e empresas numa série de jurisdições ameaçaram apresentar ou apresentaram ações cíveis contra o Grupo relativas à LIBOR e/ou outros valores de referência. Embora vários destes casos tenham sido rejeitados e outros tenham sido resolvidos, pendentes de aprovação pelo tribunal, outras ações ainda decorrem e o seu impacto final é incerto.

Antecedentes

Um número de indivíduos e empresas em diversas jurisdições têm ameaçado interpor ou interpuseram ações cíveis contra o Grupo e outros bancos em relação à manipulação da LIBOR e/ou de outras taxas de referência.

Casos LIBOR USD no Tribunal MDL

A maioria dos casos LIBOR USD, que foram apresentados em várias jurisdições dos EUA, foram consolidados para efeitos de pré-julgamento perante um único juiz no SDNY (Tribunal MDL).

As queixas são significativamente semelhantes e alegam, entre outras coisas, que o BBPLC e os outros bancos, de forma individual e coletiva, violaram as provisões da Lei Sherman de Antimonopólio dos EUA, da Lei de Transações de Mercadorias (LTMCEA), da Lei contra as Organizações Corruptas e Influenciadas por Extorsionários (RICO), e de várias leis estaduais, devido a terem manipulado as taxas LIBOR USD.

As ações judiciais procuram indemnizações não especificadas, com exceção de cinco ações, em que os queixosos solicitam uma indemnização total combinada superior a 1,25 mil milhões a todos os arguidos, incluindo o BBPLC, acrescida de indemnizações punitivas. Algumas das ações também solicitam indemnização tripla ao abrigo da Lei Sherman de Antimonopólio dos EUA e da RICO.

As ações coletiva cíveis propostas são presumivelmente apresentadas em nome de (entre outros) queixosos que (i) participaram em transações do mercado de balcão (Coletiva OTC) indexadas à LIBOR USD; (ii) adquiriram instrumentos financeiros indexados à LIBOR USD numa bolsa de valores (Coletiva relacionada com Câmbios); (iii) adquiriram títulos de dívida indexados à LIBOR USD (Coletiva relacionada com Títulos de Dívida); (iv) adquiriram hipotecas de taxa variável indexadas à LIBOR USD (Coletiva de proprietários); ou (v) concederam empréstimos indexados à LIBOR USD (Coletiva de mutuantes).

Em agosto de 2012, o Tribunal MDL interrompeu todas as ações coletivas e ações individuais recémapresentadas (Ações Interrompidas), para que o Tribunal MDL pudesse analisar as moções pendentes em três importantes ações coletivas propostas (Ações coletivas importantes) e três importantes ações individuais (Ações individuais importantes).

Em março de 2013, agosto de 2013, e junho de 2014, o Tribunal MDL proferiu uma série de decisões que rejeitam liminamente a maioria das reclamações contra o BBPLC e outros arguidos do painel de bancos, nas Ações coletivas importantes e nas Ações individuais importantes.

Como resultado:

- A Coletiva relacionada com títulos de dívida foi rejeitada na totalidade
- As reclamações da Coletiva relacionada com Câmbios foram limitadas às reclamações ao abrigo da CEA
- As reclamações da Coletiva OTC foram limitadas às reclamações por enriquecimento ilícito e de violação do pressuposto implícito de boa-fé e de negociação justa.

A Coletiva relacionada com títulos de dívida recorreu da rejeição à sua ação junto do Tribunal de Recurso dos EUA para o Segundo Circuito (Segundo Circuito). Outros queixosos no litígio junto do Tribunal MDL também aderiram ao recurso, que foi instruído e discutido. Está pendente uma decisão.

Adicionalmente, o Tribunal MDL começou a examinar as queixas nas Ações Interrompidas, muitas das quais, incluindo queixas relativas a leis estaduais da fraude e de interferência tortuosa, não foram invocadas nas Ações coletivas importantes. Como consequência, em outubro de 2014, os queixosos de ação direta (aqueles que entraram com

28 Questões jurídicas, de concorrência, e regulamentares *continuação*

ações judiciais de forma individual, em vez de inseridos numa ação coletiva) apresentaram as suas queixas emendadas e, em novembro de 2014, os arguidos apresentaram as suas moções para rejeitá-las. Em agosto de 2015, o Tribunal MDL aprovou em parte e recusou em parte a moção de rejeição das reclamações dos queixosos de ação direta.

Em novembro de 2014, os queixosos das ações Coletiva de Mutuantes e Coletiva de Proprietários apresentaram as suas queixas emendadas. Em janeiro de 2015, os arguidos apresentaram as suas moções de rejeição. Em novembro de 2015, o Tribunal MDL aprovou em parte e recusou em parte as moções de rejeição destas ações, rejeitando todas as queixas contra o Barclays apresentadas pela Coletiva de Proprietários e reservando a sua decisão relativa às reclamações apresentadas pela Coletiva de Mutuantes. Em dezembro de 2015, o Tribunal MDL aprovou um calendário para contencioso de questões relacionadas com a certificação coletiva, iniciando-se a investigação associada em 2016 e prolongando-se durante 2017.

Até que sejam tomadas mais decisões, o impacto final das decisões do Tribunal MDL será incerto, embora seja possível que as decisões sejam interpretadas pelos tribunais como afetando outros litígios, nomeadamente as ações descritas detalhadamente a seguir, algumas das quais dizem respeito a outras taxas de juro de referência.

Em dezembro de 2014, o Tribunal MDL concedeu aprovação preliminar para o acordo relativo às restantes queixas da Coletiva relacionada com Câmbios, por 20 M\$. A aprovação final do acordo depende agora da apresentação, por parte dos queixosos, de um plano para distribuição dos proveitos do acordo que seja aceitável para o Tribunal MDL.

Em novembro de 2015, as queixas pendentes da Coletiva OTC foram liquidadas por 120 M\$. Este acordo é sujeito à aprovação do Tribunal MDL.

Casos EURIBOR

Em fevereiro de 2013, uma ação coletiva relacionada com a EURIBOR foi apresentada contra o BPLC, BBPLC, BCI, e outros bancos do painel da EURIBOR. Os queixosos apresentaram queixas antimonopólio, CEA, RICO, e de enriquecimento sem causa. Em especial, alega-se que o BBPLC conspirou com outros bancos do painel da EURIBOR, para manipular a EURIBOR. O processo é apresentado em nome de compradores e vendedores de contratos de futuros LIFFE EURIBOR na NUSE, compradores de contratos de futuros relacionados com o Euro e compradores de outros contratos derivados (tais como swaps de taxas de juro ou contratos de garantias de taxas que estejam indexados à EURIBOR) durante o período entre 1 de junho de 2005 e 31 de março de 2011. Em outubro de 2015, a ação coletiva foi resolvida por 94 M\$, sujeito a aprovação pelo tribunal. A resolução foi preliminarmente aprovada pelo tribunal, mas permanece sujeita à aprovação final.

Caso de fraude com valores mobiliários no SDNY

O BPLC, o BBPLC e o BCI também foram nomeados arguidos, juntamente com quatro antigos responsáveis e diretores do BBPLC, numa ação coletiva sobre valores mobiliários junto do SDNY relativa ao papel do BBPLC como colaborador no painel de bancos para a LIBOR. A queixa alegava principalmente que os Relatórios e Contas do BBPLC para os anos 2006 a 2011 continham declarações incorretas e omissões, e que as apresentações diárias da LIBOR USA pelo Barclays constituíam falsas declarações e violavam a Lei dos Valores Mobiliários dos EUA. Em novembro de 2015, a ação coletiva foi liquidada por 14 M\$. A resolução foi preliminarmente aprovada pelo tribunal, mas permanece sujeita à aprovação final.

Caso adicional LIBOR USD no SDNY

Foi iniciada uma ação individual adicional em fevereiro de 2013 junto do SDNY contra o BBPLC e outros arguidos pertencentes ao painel de bancos. O queixoso alegou que os arguidos pertencentes ao painel de bancos conspiraram para aumentar a LIBOR USD, o que causou a diminuição do valor das obrigações apresentadas como garantia de um empréstimo, resultando em última análise na venda das obrigações a um reduzido preço de mercado. Os arguidos pertencentes ao painel de bancos apresentaram uma moção de rejeição da ação, que foi aprovada em abril de 2015. Em junho de 2015, o queixoso apresentou uma queixa com alterações adicionais; essa moção está pendente.

Casos LIBOR GBP no SDNY

Em maio de 2015, foi iniciada uma putativa ação coletiva junto do SDNY, contra o BBPLC e outros bancos do painel LIBOR GBP, por um queixoso envolvido em derivados cambiais e OTC que se encontravam indexados à LIBOR GBP. A queixa alega, entre outras coisas, que o BBPLC e outros bancos do painel manipularam a taxa LIBOR GBP entre 2005 e 2010 e, ao fazerem-no, incorreram em violações da CEA, antimonopólio, e da RICO. Estão em curso os procedimentos judiciais.

Em janeiro de 2016, foi iniciada uma putativa ação coletiva adicional relativa à LIBOR GBP junto do SDNY, contra o BBPLC e o BCI, bem como contra outros bancos do painel LIBOR GBP. Esta ação coletiva adicional alega, de forma semelhante, a manipulação da taxa LIBOR GBP entre 2005 e 2010 e invoca violações dos estatutos CEA, antimonopólio, e da RICO, assim como de leis comuns. Estão em curso os procedimentos judiciais.

Queixa apresentada no Tribunal de Primeira Instância dos EUA para o Distrito Central da Califórnia

Em julho de 2012, uma alegada ação coletiva no Tribunal de Primeira Instância dos EUA para o Distrito Central da Califórnia foi emendada para incluir alegações relacionadas com a LIBOR USD, nomeando o BBPLC como arguido. A queixa emendada foi apresentada em nome de um alegado coletivo que inclui detentores de hipotecas de taxa variável indexadas à LIBOR USD. Em janeiro de 2015, o tribunal aprovou a moção de julgamento sumário apresentada pelo BBPLC e rejeitou todas as queixas adicionais contra o BBPLC. O queixoso recorreu da decisão do tribunal ao Tribunal de Recursos dos EUA para o Nono Circuito.

Caso LIBOR JPY no SDNY

Foi iniciada uma ação coletiva em abril de 2012 junto do SDNY, contra o BBPLC e outros bancos do painel LIBOR JPY por um queixoso envolvido em derivados cambiais. A queixa também nomeia membros do painel da Taxa Euroyen do Mercado Interbancário de Tóquio (Euroyen TIBOR) da Associação de Banqueiros Japoneses, da qual o BBPLC não é membro. A queixa alega, entre outras coisas, manipulação das taxas TIBOR Euroyen e LIBOR JPY e violações da CEA e da Lei Sherman Antimonopólio dos EUA entre 2006 e 2010. Em março de 2014, o tribunal rejeitou integralmente as violações da lei antimonopólio apresentadas pelo queixoso, mas considerou as violações da CEA apresentadas pelo queixoso. O queixoso seguidamente apresentou uma terceira queixa emendada, adicionando

Notas às demonstrações financeiras

Acréscimos, provisões, passivos contingentes e procedimentos legais

28 Questões jurídicas, de concorrência, e regulamentares continuação

reivindicações adicionais, incluindo uma queixa RICO, que foi negada em março de 2015. O queixoso solicitou o recurso imediato dessa decisão, e esse pedido está pendente. A investigação continua.

Em julho de 2015, uma segunda ação coletiva relativa à LIBOR JPY foi entregue ao SDNY contra o BPLC, o BBPLC, e o BCI. A queixa nomeia membros do painel LIBOR JPY, do painel TIBOR Euroyen, e alguns dos seus afiliados e corretores. A queixa alega violações da Lei Sherman Antimonopólio dos EUA e da RICO entre 2006 e 2010, baseadas em novas alegações que são substancialmente similares às da ação coletiva de abril de 2012.

Casos de Referências Fora dos EUA

Para além das ações nos EUA, foram iniciados ou ameaçados processos judiciais contra o Grupo relacionados com a alegada manipulação da LIBOR e da EURIBOR numa série de jurisdições. O número destes processos em jurisdições fora dos EUA, os valores de referência a que respeitam, e as jurisdições em que surgiram têm aumentado ao longo do tempo

Montantes reclamados / Impacto financeiro

Para além dos acordos referidos acima, não é atualmente exequível fornecer uma estimativa do impacto financeiro das ações descritas sobre o Grupo, ou do efeito que possam ter sobre os resultados operacionais, fluxos de caixa, ou posição financeira do Grupo em qualquer período.

Investigações cambiais

Várias autoridades reguladoras e de aplicação da lei têm investigado uma série de questões associadas com a venda e negociação de Moeda Estrangeira, nomeadamente com a negociação eletrónica. Algumas destas investigações envolvem vários participantes no mercado em vários países. O Grupo chegou a acordo com o CFTC, o DOJ, o Departamento de Serviços Financeiros de Nova Iorque (NYDFS), o Conselho de Governadores do Sistema da Reserva Federal (Reserva Federal), e a FCA (conjuntamente, as Autoridades de Resolução) relativamente a algumas destas investigações, como se explica seguidamente. As investigações da Comissão Europeia (Comissão), do Conselho Administrativo de Defesa Económica do Brasil, e a Comissão da Concorrência da África do Sul, entre outras, permanecem em curso.

Antecedentes

Em maio de 2015, o Grupo anunciou que chegou a acordo com as Autoridades de Resolução relativamente a investigações sobre determinadas práticas de venda e negociação no mercado de Moeda Estrangeira, que concordou em pagar penalizações num total aproximado de 2,38 mM\$, incluindo uma penalização de 60 M\$ imposta pelo DOJ como consequência de determinadas práticas continuadas após a entrada na LIBOR NPA e que o BPLC tinha concordado em confessar-se culpado de uma violação da lei antimonopólio dos EUA.

Ao abrigo do acordo de confissão com o DOJ, o BPLC concordou em pagar uma multa de 650 M\$ e um período condicional de três anos a contar da data da sentença final relativa ao acordo de confissão durante o qual o BPLC deverá, entre outras coisas, (i) abster-se de cometer qualquer crime que viole as leis federais dos Estados Unidos, (ii) implementar e continuar a implementação de um programa de cumprimento (compliance) concebido para evitar e detetar a conduta que originou o acordo de confissão e (iii) fortalecer os seus controlos internos e de compliance, do modo exigido pelas agências reguladoras e de aplicação da lei relevantes.

Nos termos do acordo com o CFTC, o BBPLC consentiu, entre outras coisas, pagar uma sanção pecuniária cível de 400 M\$.

Nos termos do seu acordo com a Reserva Federal, o BBPLC e a sucursal de Nova Iorque do BBPLC consentiram uma ordem que impôs uma sanção pecuniária cível de 342 M\$ e que ordenou ao BBPLC e à sucursal de Nova Iorque do BBPLC que solicitassem por escrito ao Banco da Reserva Federal de Nova Iorque a sua aprovação de determinados programas destinados a melhorar os controlos internos e a compliance. Ao abrigo da ordem da Reserva Federal, o BBPLC e as suas instituições afiliadas não deverão no futuro, de forma direta ou indireta, reter determinados indivíduos que participaram na conduta indevida subjacente à ordem.

Nos termos do acordo com o NYDFS, o BBPLC e a sucursal de Nova Iorque do BBPLC consentiram uma ordem que impôs uma sanção pecuniária cível de 485 M\$ e que exigiu ao BBPLC e à sucursal de Nova Iorque do BBPLC que tomassem todas as medidas necessárias para despedir quatro empregados específicos. O BBPLC e a sucursal de Nova Iorque do BBPLC também deverão continuar a participar na monitorização independente previamente selecionada pelo NYDFS para levar a cabo uma análise global de determinados programas, políticas, e procedimentos de compliance.

A FCA emitiu um Aviso Final e impôs uma sanção financeira de 284 M£ ao BBPLC.

O texto completo do acordo de confissão do DOJ, as ordens do CFTC, do NYDFS, e da Reserva Federal, e o Aviso Final da FCA referidos acima estão disponíveis publicamente nos websites respetivos das Autoridades de Resolução.

Os acordos celebrados em maio de 2015 não incluíram investigações em curso sobre a negociação eletrónica no mercado de Moeda Estrangeira. O Grupo está a cooperar com determinadas autoridades que continuam a investigar as práticas de vendas e negociação de vários elementos do pessoal de vendas e negociação, incluindo pessoal de Moeda Estrangeira, entre vários participantes no mercado, nomeadamente o BBPLC em vários países.

A FCA também está a investigar as práticas históricas de definição de preços pelo BBPLC associadas a determinadas transações de Moeda Estrangeira para determinados clientes entre 2005 e 2012. O BBPLC está a colaborar com a FCA relativamente às condições e momento proposto para uma compensação apropriada aos clientes.

Para uma discussão sobre os litígios cíveis decorrentes destas investigações, ver "Ações cíveis relativas à negociação de moeda estrangeira".

28 Questões jurídicas, de concorrência, e regulamentares continuação

Desenvolvimentos Recentes

Em novembro de 2015, o BBPLC anunciou que tinha alcançado um acordo com o NYFDS relativamente à sua investigação sobre a negociação eletrónica de Moeda Estrangeira e os sistemas de negociação de Moeda Estrangeira do BBPLC e da sucursal de Nova Iorque do BBPLC no período entre 2009 e 2014. Nos termos do acordo, o NYFDS impôs uma sanção monetária cível de 150 M\$, principalmente devido a falhas em determinados sistemas e controlos internos. O Grupo continua a colaborar com outras investigações em curso.

Montantes reclamados / Impacto financeiro

As multas relativas aos acordos de maio de 2015 com as Autoridades de Resolução foram cobertas pelas provisões do Grupo no valor de 2,05 M£.

Foi reconhecida uma provisão de 290 M£ para custos com compensações a determinados clientes no 3º trimestre de 2015, relativa à investigação da FCA sobre práticas históricas de definição de preços no BBPLC associadas a determinadas transações de Moeda Estrangeira, referidas acima. Não é atualmente exequível fornecer uma estimativa de qualquer impacto financeiro adicional das ações descritas sobre o Grupo, ou do efeito que possam ter sobre os resultados operacionais, fluxos de caixa, ou posição financeira do Grupo em qualquer período.

Ações cíveis relativas a Moeda Estrangeira

Desde novembro de 2013, foi apresentada uma série de ações cíveis ao SDNY em nome de vários conjuntos de queixosos que alegam ter ocorrido manipulação dos mercados de Moeda Estrangeira ao abrigo da Lei Sherman Antimonopólio dos EUA e da lei estadual de Nova Iorque, e nomeando vários bancos internacionais como arguidos, incluindo o BBPLC. Em fevereiro de 2014, o SDNY combinou todas as ações pendentes à altura, agregando um conjunto de pessoas dos EUA numa única ação consolidada. Foram alcançados acordos com determinados conjuntos de queixosos na ação coletiva consolidada, que estão sujeitos à aprovação pelo tribunal. Os restantes processos estão em curso.

Desde fevereiro de 2015, várias ações cíveis adicionais foram apresentadas ao SDNY, em nome de conjuntos de queixosos que alegam danos relacionados com a alegada manipulação de câmbios pelo Barclays, e nomeando vários bancos internacionais como arguidos, incluindo o BPLC, o BBPLC, e o BCI. Uma das ações recém-apresentadas faz valer os direitos reivindicativos previstos no estatuto da Lei da Garantia do Rendimento por Reforma dos Trabalhadores (ERISA) dos EUA e inclui alegações que são duplicadas de alegações existentes nos outros casos, bem como alegações adicionais sobre práticas de vendas de Moeda Estrangeira e planos ERISA. Foi apresentada outra ação ao Distrito Setentrional da Califórnia em nome de um conjunto putativo de indivíduos que trocavam moeda estrangeira no âmbito do negócio de retalho de sucursais bancárias.

Desenvolvimentos Recentes

Em setembro de 2015, o BBPLC e o BCI chegaram a acordo com determinados conjuntos de queixosos na ação consolidada por 384 M\$, sujeito à aprovação do tribunal.

Adicionalmente, em novembro de 2015 e dezembro de 2015, duas ações cíveis adicionais foram apresentadas ao SDNY, em nome de conjuntos de queixosos e alegando danos baseados na alegada rejeição indevida de ordens de negociação de clientes geridas pelo sistema Last Look do Barclays. Em fevereiro de 2016, o BBPLC e o BCI chegaram a um acordo coletivo com os queixosos de uma das ações, sujeito à aprovação do tribunal. O montante do acordo proposto é de 50 M\$. Em fevereiro de 2016, os queixosos na segunda ação retiraram voluntariamente as suas queixas.

Montantes reclamados / Impacto financeiro

Para além dos acordos referidos acima, o impacto financeiro das ações descritas sobre o Grupo, ou o efeito que possam ter sobre os resultados operacionais, fluxos de caixa, ou posição financeira do Grupo em qualquer período, são atualmente incertos.

Investigação ISDAFIX

Os reguladores e as agências de aplicação da lei, incluindo o CFTC, desenvolveram investigações autónomas às práticas históricas relativas ao ISDAFIX, entre outros índices.

Em maio de 2015, o CFTC acordou uma ordem de liquidação com o BPLC, o BBPLC, e o BCI, relativamente à qual o BPLC, o BBPLC, e o BCI concordaram em pagar uma sanção pecuniária cível de 115 M\$ relativa à investigação conduzida pelo CFTC em todo o setor sobre a definição do índice ISDAFIX em dólares dos EUA. Adicionalmente, a ordem do CFTC requer que o BPLC, o BBPLC, e o BCI cessem de violar as provisões da CEA, colaborem plenamente com o CFTC nas investigações e litígios relacionados, e empreendam determinados esforços de remediação até agora não empreendidos.

As investigações de outros reguladores e de agências de aplicação da lei permanecem pendentes. Para uma discussão do contencioso cível decorrente destas investigações, consulte "Ações cíveis relativas ao ISDAFIX" abaixo.

Montantes reclamados / Impacto financeiro

A multa relativas ao acordo de maio de 2015 com o CFTC foi coberta pelas provisões do Grupo no valor de 2,05 M£.

Não é atualmente exequível fornecer uma estimativa de qualquer impacto financeiro adicional das ações descritas sobre o Grupo, ou do efeito que possam ter sobre os resultados operacionais, fluxos de caixa, ou posição financeira do Grupo em qualquer período.

Notas às demonstrações financeiras

Acréscimos, provisões, passivos contingentes e procedimentos legais

28 Questões jurídicas, de concorrência, e regulamentares *continuação*

Ações cíveis relativas ao ISDAFIX

Desde setembro de 2014, foi apresentado ao SDNY um conjunto de ações cíveis relacionadas com o ISDAFIX em nome de um conjunto de queixosos, alegando que o BBPLC, um conjunto de outros bancos e um corretor, violaram a Lei Sherman Antimonopólio dos EUA e várias leis estaduais por participarem numa conspiração para manipular o ISDAFIX USD. Foi apresentada uma queixa emendada e consolidada em fevereiro de 2015.

Montantes reclamados / Impacto financeiro

Não é atualmente exequível fornecer uma estimativa do impacto financeiro das ações descritas sobre o Grupo, ou do efeito que possam ter sobre os resultados operacionais, fluxos de caixa, ou posição financeira do Grupo em qualquer período.

Investigação sobre metais preciosos

O BBPLC tem fornecido informação ao DOJ e a outras autoridades no âmbito de investigações sobre metais preciosos e instrumentos financeiros baseados em metais preciosos.

Para uma discussão sobre os litígios cíveis decorrentes destas investigações, ver "Ações cíveis relativas à negociação de Padrão-Ouro".

Montantes reclamados / Impacto financeiro

Não é atualmente exequível fornecer uma estimativa do impacto financeiro das ações descritas sobre o Grupo, ou do efeito que possam ter sobre os resultados operacionais, fluxos de caixa, ou posição financeira do Grupo em qualquer período.

Ações cíveis relativas ao Padrão-Ouro

Desde março de 2014, têm sido apresentadas a Tribunais Federais dos EUA várias ações cíveis, cada uma em nome de um conjunto de queixosos, alegando que o BBPLC e outros membros de The London Gold Market Fixing Ltd. manipularam os preços do ouro e de contratos sobre derivados relativos ao ouro, em violação da CEA, da Lei Sherman Antimonopólio dos EUA, e de leis estaduais antimonopólio e de proteção ao consumidor. Todas as queixas foram transferidas para o SDNY e consolidadas para efeitos de instrução. Em abril de 2015, os arguidos apresentaram uma moção para rejeitar as alegações. Os processos continuam a decorrer.

Montantes reclamados / Impacto financeiro

Não é atualmente exequível fornecer uma estimativa do impacto financeiro das ações descritas sobre o Grupo, ou do efeito que possam ter sobre os resultados operacionais, fluxos de caixa, ou posição financeira do Grupo em qualquer período.

Atividades relacionadas com Hipoteca Comercial e Contencioso, Residencial e Comercial, dos EUA

As atividades do Grupo no setor de hipotecas residenciais dos EUA durante o período entre 2005 e 2008 incluíram

- patrocínio e subscrição de aproximadamente 39 mM\$ em titularizações de marca própria
- exposição económica à subscrição de aproximadamente 34 mM\$ para outras titularizações de marca própria
- vendas de aproximadamente 0,2 mM\$ de empréstimos a empresas patrocinadas pelo governo (EPG/GSE)
- vendas de aproximadamente 3 mM\$ de empréstimos a outras partes
- vendas de aproximadamente 19,4 mM\$ de empréstimos (líquidos de aproximadamente 500 M\$ de empréstimos vendidos durante este período e posteriormente reacquiridos) que foram originados e vendidos a terceiros por afiliadas originadoras de hipotecas de uma entidade adquirida pelo Grupo em 2007 (Afiliada Adquirida).

Durante este período temporal, afiliadas do Grupo participaram em operações no mercado secundário de títulos hipotecários residenciais dos EUA (RMBS) e de títulos hipotecários comerciais dos EUA (CMBS), e essa atividade operacional continua até hoje.

Relativamente às suas vendas de empréstimos e a determinadas titularizações de marca própria, em 31 de dezembro de 2015, o Grupo tinha um saldo aproximado de pedidos de recompra pendentes relacionados com empréstimos de 2,3 mM\$ no momento da sua venda, e foram iniciadas ações cíveis por várias partes alegando que o Grupo deveria recomprar um número substancial dos referidos empréstimos.

Adicionalmente, o Grupo é parte envolvida numa série de processos iniciados por compradores de RMBS afirmando pretensões estatutárias e/ou de direito comum. O atual montante nominal em dívida de RMBS relacionado com estas queixas pendentes contra o Grupo era aproximadamente de 0,4 mM\$ em 31 de dezembro de 2015.

Autoridades regulamentares e governamentais, nomeadamente o DOJ, a SEC, o Inspetor-Geral Extraordinário para o Programa de Apoio a Ativos Depreciados dos EUA, o Ministério Público dos EUA do Distrito do Connecticut e o Ministério Público dos EUA para o Distrito Oriental de Nova Iorque iniciaram investigações exaustivas sobre práticas de mercado envolvendo títulos hipotecários, e o Grupo está a colaborar com várias das referidas investigações.

Pedidos de Recompra RMBS

Antecedentes

O Grupo foi o participante exclusivo em várias representações e garantias (R&G) a nível de empréstimos relativamente a:

- Aproximadamente 5 mM\$ de titularizações patrocinadas pelo Grupo
- Aproximadamente 0,2 mM\$ de vendas de empréstimos a GSE
- Aproximadamente 3 mM\$ de empréstimos vendidos a outras partes.

Adicionalmente, a Afiliada Adquirida forneceu R&G a todos os empréstimos no valor de 19,4 mM\$ que vendeu a terceiros.

28 Questões jurídicas, de concorrência, e regulamentares *continuação*

As R&G relativas às restantes titularizações patrocinadas pelo Grupo foram primariamente fornecidas por terceiros diretamente a fundos de titularização com uma subsidiária do Grupo, tal como o depositante para a titularização, fornecendo R&G mais limitadas. Não existem provisões definidas para o vencimento aplicáveis à maior parte das R&G fornecidas pelo Grupo, pela Afiliada Adquirida ou pelos terceiros referidos.

Sob certas circunstâncias, o Grupo e/ou a Subsidiária Adquirida podem ser obrigados a recomprar os empréstimos relacionados ou fazer outros pagamentos relativos a tais empréstimos se as R&G forem violadas.

Os pedidos de recompra pendentes recebidos até 31 de dezembro de 2015 inclusive, associados a todas as R&G fornecidas pelo Grupo ou pela Afiliada Adquirida, de empréstimos vendidos a GSE e outros e de atividades de marca própria ascendiam originalmente a um saldo de capital em dívida de aproximadamente 2,3 mM\$ no momento da venda.

Um número substancial (aproximadamente 2,2 mM\$) dos pedidos de recompra pendentes acima referidos relacionam-se com ações cíveis iniciadas pelos administradores de determinadas titularizações RMBS, em que os administradores alegam que o Grupo e/ou a Afiliada Adquirida devem recomprar os empréstimos que violaram as R&G operacionais. Estes administradores e outras partes que apresentaram pedidos de recompra também alegaram que as R&G operacionais foram violadas num maior (mas não especificado) montante de empréstimos do que o montante de empréstimos anteriormente referido nos pedidos de recompra específicos apresentados por tais administradores. Todos os litígios relativos a pedidos de recompra estão ainda em fases iniciais.

Adicionalmente, a Afiliada Adquirida está sujeita a uma ação cível que procura, entre outras coisas, uma indemnização por perdas alegadamente sofridas por um comprador de empréstimos, como resultado de uma alegada violação de R&G fornecidas pela Afiliada Adquirida e relativas a vendas de empréstimos ao comprador no período entre 1997 e 2007. Este processo judicial ainda decorre.

Montantes reclamados / Impacto financeiro

Não é atualmente exequível fornecer uma estimativa do impacto financeiro das ações descritas sobre o Grupo, ou do efeito que possam ter sobre os resultados operacionais, fluxos de caixa, ou posição financeira do Grupo em qualquer período.

Títulos de Sinistros RMBS

Antecedentes

Como consequência de algumas das atividades RMBS acima descritas, o Grupo é parte numa série de processos judiciais iniciados por compradores de RMBS patrocinados e/ou subscritos pelo Grupo entre 2005 e 2008. De forma geral, estes processos alegam, entre outras coisas, que os documentos de oferta de RMBS nos quais os compradores confiaram, continham declarações substancialmente falsas e enganadoras e/ou omissões e pedem, de uma forma geral, rescisões e recuperação das retribuições pagas por RMBS e recuperação das perdas monetárias decorrentes da sua posse.

Desenvolvimentos Recentes

O Grupo resolveu uma série destas queixas, nomeadamente uma resolução com a National Credit Union Administration em outubro de 2015, para resolver dois processos cíveis pendentes por 325 M\$.

Montantes reclamados / Impacto financeiro

Se o Grupo perder as ações pendentes, o Grupo acredita que poderá incorrer numa perda até ao montante total de RMBS em dívida no momento da sentença, acrescido de quaisquer perdas cumulativas de RMBS até esse momento, e de quaisquer juros, honorários, e custas, líquidos do valor de mercado de RMBS nesse momento e de quaisquer provisões constituídas até à data.

O montante nominal original de RMBS relacionados com as ações cíveis pendentes contra o Grupo ascendem aproximadamente a 1,3 mM\$, dos quais aproximadamente 0,4 mM\$ estavam pendentes a 31 de dezembro de 2015. As perdas cumulativas realizadas e declaradas, relativas a estes RMBS até 31 de dezembro de 2015 eram aproximadamente de 0,1 mM\$.

Embora os compradores dos restantes títulos não tenham geralmente identificado um montante específico de danos alegadamente sofridos, o Grupo estimou o valor total de mercado destes RMBS a 31 de dezembro de 2015 como sendo aproximadamente 0,3 mM\$. O Grupo poderá ter direito a ser indemnizado por uma parte das perdas referidas.

Investigações relacionadas com hipotecas

Para além dos Pedidos de Recompra de RMBS e dos Reclamações de Títulos RMBS, numerosas autoridades regulamentares e governamentais, entre as quais o DOJ, a SEC, o Inspetor-Geral Extraordinário para Programa de Apoio a Ativos Depreciados dos EUA, o Procurador-Geral dos EUA para o Distrito do Connecticut e o Procurador-Geral dos EUA para o Distrito Oriental de Nova Iorque, têm investigado vários aspetos do negócio hipotecário, incluindo práticas de emissão e subscrição durante ofertas primárias de RMBS e práticas de negociação no mercado secundário de RMBS e CMBS. O Grupo continua a responder a pedidos relacionados com o Grupo de Trabalho de RMBS da Equipa de Intervenção de Combate à Fraude Financeira (Grupo de Trabalho RMBS), formada para investigar condutas indevidas prévias à crise financeira e relacionadas com hipotecas. No âmbito de várias investigações por membros do Grupo de Trabalho RBMS, uma série de instituições financeiras já celebrou acordos que envolveram pagamentos pecuniários substanciais.

Montantes reclamados / Impacto financeiro

Não é atualmente exequível fornecer uma estimativa do impacto financeiro das ações descritas sobre o Grupo, ou do efeito que possam ter sobre os resultados operacionais, fluxos de caixa, ou posição financeira do Grupo em qualquer período, mas o custo de resolução destas investigações poderá ser substancial, de forma individual ou agregada.

Notas às demonstrações financeiras

Acréscimos, provisões, passivos contingentes e procedimentos legais

28 Questões jurídicas, de concorrência, e regulamentares *continuação*

Ações de Depósito Americano

O BPLC, o BBPLC e vários anteriores membros do Conselho de Direção do BPLC foram constituídos arguidos uma ação coletiva de títulos consolidada no SDNY alegando declarações incorretas e omissões nos documentos de oferta para determinadas Ações de depósito americano emitidas pelo BBPLC em abril de 2008, com um montante facial original de aproximadamente 2,5 mM\$ (a Oferta de abril de 2008).

Antecedentes

Os queixosos invocaram reivindicações ao abrigo da Lei dos Valores Mobiliários de 1933, alegando que os documentos de oferta para a Oferta de abril de 2008 continham declarações incorretas e omissões relativas (entre outras coisas) à carteira de títulos hipotecários (incluindo créditos hipotecários de alto risco dos EUA) do Barclays, à exposição do BBPLC ao risco do mercado hipotecário e do mercado de crédito, e à situação financeira do BBPLC. Os queixosos não alegaram especificamente o montante dos seus danos.

Em junho de 2014, o SDNY rejeitou a moção dos arguidos para rejeitar as queixas. O caso está em fase de investigações.

Montantes reclamados / Impacto financeiro

Não é atualmente exequível fornecer uma estimativa do impacto financeiro das ações descritas sobre o Grupo, ou do efeito que possam ter sobre os resultados operacionais, fluxos de caixa, ou posição financeira do Grupo em qualquer período.

BDC Finance L.L.C.

O BDC Finance L.L.C. (BDC) apresentou uma queixa contra o BBPLC no Supremo Tribunal de Nova Iorque alegando quebra de contrato relativamente a uma carteira de total return swaps geridos por um Acordo Principal ISDA Master Agreement (coletivamente, o acordo). Partes relacionadas com o BDC também processaram o BBPLC e o BCI no Tribunal Estadual do Connecticut quanto à conduta do BBPLC relativamente ao Acordo.

Antecedentes

Em outubro de 2008, o BDC apresentou uma queixa no Supremo Tribunal de Nova Iorque, alegando que o BBPLC violara o Acordo ao não transferir aproximadamente 40 M\$ para um alegado reforço de garantias, em resposta ao pedido (Pedido) apresentado em outubro de 2008 pela BDC.

O BDC afirma que, ao abrigo do Acordo, o BBPLC não tinha direito a contestar o Pedido antes de transferir o alegado reforço de garantias, e que mesmo que o Acordo desse direito ao BBPLC a contestar o Pedido antes de efetuar a transferência, o BBPLC não contestou o Pedido. O BDC exige indemnizações no total de 298 M\$, acrescido de honorários de advogados, despesas, e custas. Os processos encontram-se atualmente pendentes e perante o Supremo Tribunal de Nova Iorque.

Em setembro de 2011, o consultor de investimentos do BDC, o BDCM Fund Adviser, L.L.C. e a sua empresa-mãe, Black Diamond Capital Holdings, L.L.C. também processaram o BBPLC e o BCI no Tribunal Estadual do Connecticut por danos não especificados alegadamente resultantes da conduta do BBPLC relativa ao Acordo, invocando a violação da Lei sobre Práticas Comerciais Desleais do Connecticut e interferência danosa em relações comerciais atuais e potenciais. As partes concordaram em suspender o caso.

Montantes reclamados / Impacto financeiro

O BDC apresentou reclamações junto do Grupo que totalizam 298 M\$, acrescidos de honorários de advogados, despesas, e custas. Este montante não reflete obrigatoriamente a potencial exposição financeira do Grupo no caso de uma eventual decisão contrária.

Ações cíveis a respeito da Lei Antiterrorismo dos EUA

Em abril de 2015, foi apresentada uma queixa cível emendada ao Tribunal Federal dos EUA no Distrito Oriental de Nova Iorque, por um grupo contendo aproximadamente 250 queixosos, alegando que o BBPLC e uma série de outros bancos se envolveram numa conspiração e violaram a Lei Antiterrorismo (ATA) dos EUA, ao facilitarem transações denominadas em dólares americanos ao Governo do Irão e a vários bancos iranianos, que por sua vez financiaram ataques do Hezbollah que feriram familiares dos queixosos. Os queixosos procuram ser ressarcidos da dor, sofrimento, e angústia psicológica decorrentes das provisões da ATA, que permite a triplicação de quaisquer indemnizações comprovadas. O BBPLC apresentou uma moção detalhada para rejeição da ação.

Montantes reclamados / Impacto financeiro

Não é atualmente exequível fornecer uma estimativa do impacto financeiro das questões nesta secção ou do efeito que estas questões poderão ter sobre os resultados operacionais, fluxos de caixa, ou a posição financeira do Grupo num período determinado.

Ação cível nos EUA a respeito de swaps de taxas de juro

Em novembro de 2015, foi apresentada uma ação coletiva antimonopólio no SDNY contra o BPLC, o BBPLC, o BCI e outras instituições financeiras por um fundo de pensões dos EUA. A queixa alega que os arguidos, que agem como criadores de mercados para certos tipos de derivados e na Tradeweb, conspiraram para evitar o desenvolvimento de operações de swaps de taxa de juro (IRS) e exige indemnizações pecuniárias não especificadas, triplicadas, e custas judiciais. O queixoso afirma representar um coletivo de investidores compradores que transacionaram IRS de taxa fixa por variável com os arguidos nos EUA desde 1 de janeiro de 2008 até ao presente, incluindo outros fundos de pensões, fundos universitários, municípios, empresas, e companhias seguradoras.

Montantes reclamados / Impacto financeiro

Não é atualmente exequível fornecer uma estimativa do impacto financeiro das ações descritas sobre o Grupo, ou do efeito que tenham sobre os resultados operacionais, fluxos de caixa, ou posição financeira do Grupo em qualquer período.

28 Questões jurídicas, de concorrência, e regulamentares continuação

Ações cíveis a respeito de leilões de títulos do tesouro

Foram apresentadas várias queixas de putativas ações coletivas a Tribunais Federais dos EUA contra o BCI e outras instituições financeiras que serviram de negociadores principais em títulos do Tesouro dos EUA. As queixas foram ou estão em processo de serem consolidadas no Tribunal Federal em Nova Iorque. As queixas alegam geralmente que os arguidos conspiraram para manipular o mercado de títulos do tesouro dos EUA, em violação de leis federais antimonopólio dos EUA, da CEA e da lei estadual comum. Algumas queixas também alegam que os arguidos se dedicaram a "spoofing" (forjamento de dados) ilegal no mercado de títulos do Tesouro dos EUA. O Grupo encontra-se a ponderar as alegações nas queixas e está a manter informadas todas as agências relevantes.

Montantes reclamados / Impacto financeiro

Não é atualmente exequível fornecer uma estimativa do impacto financeiro das ações descritas sobre o Grupo, ou do efeito que possam ter sobre os resultados operacionais, fluxos de caixa, ou posição financeira do Grupo em qualquer período.

Investigação ao Negócio de aconselhamento de gestão patrimonial e de investimentos nas Américas

A SEC está a investigar a não realização de determinada diligência devida sobre gestores terceiros, pela divisão de Pesquisa de Gestores do negócio de aconselhamento de gestão patrimonial e de investimentos do Barclays nas Américas, e o Grupo encontra-se a responder a pedidos de informação.

Montantes reclamados / Impacto financeiro

Não é atualmente exequível fornecer uma estimativa do impacto financeiro da investigação sobre o Grupo, ou do efeito que possa ter sobre os resultados operacionais, fluxos de caixa, ou posição financeira do Grupo em qualquer período.

Investigação sobre produtos de retalho estruturados

O Grupo encontra-se a cooperar com uma investigação policial iniciada pela FCA, no âmbito de produtos de depósito estruturados fornecidos a clientes do Reino Unido desde junho 2008 até ao presente.

Montantes reclamados / Impacto financeiro

Não é atualmente exequível fornecer uma estimativa do impacto financeiro destas questões ou do efeito que possam ter sobre os resultados operacionais, fluxos de caixa, ou a posição financeira do Grupo num período determinado.

Investigação sobre presumível branqueamento de capitais relacionado com transações cambiais na operação Sul-africana

O ABSA Bank Limited, afiliado do Barclays Africa Group Limited, identificou atividade potencialmente fraudulenta em determinados clientes, que usavam adiantamentos destinados a importações para efetuarem transferências cambiais da África do Sul para contas de destino localizadas na Ásia, Reino Unido, Europa e EUA. Como consequência, o Grupo encontra-se a conduzir uma análise da atividade, processos, sistemas, e controlos relevantes. O Grupo mantém as agências e reguladores relevantes informados quanto à evolução desta questão.

É demasiado cedo para avaliar o resultado com fiabilidade.

Montantes reclamados / Impacto financeiro

Não é atualmente exequível fornecer uma estimativa do impacto financeiro das ações descritas sobre o Grupo, ou do efeito que possam ter sobre os resultados operacionais, fluxos de caixa, ou posição financeira do Grupo em qualquer período.

Investigação da Autoridade Portuguesa para a Concorrência

A Autoridade Portuguesa para a Concorrência está a investigar se a lei da concorrência foi violada pela troca de informações sobre produtos creditícios de retalho por 15 bancos em Portugal, incluindo o Grupo, durante um período de 11 anos, com particular incidência sobre as hipotecas, o crédito ao consumo, e o crédito a pequenas e médias empresas. O Grupo encontra-se a cooperar com a investigação.

Montantes reclamados / Impacto financeiro

Não é atualmente exequível fornecer uma estimativa do impacto financeiro destas questões ou do efeito que possam ter sobre os resultados operacionais, fluxos de caixa, ou a posição financeira do Grupo num período determinado.

Investigações e Ações cíveis antimonopólio sobre Credit Default Swaps (CDS)

A Comissão e o DOJ-AD iniciaram investigações ao mercado de CDS, em 2011 e 2009, respetivamente. Em dezembro de 2015, a Comissão anunciou a sua decisão de dar por encerradas as suas investigações relativas ao BBPLC e a 12 outros bancos. A Comissão continua a prosseguir a sua ação relativamente à Markit Ltd. e à ISDA, o que poderá expor indiretamente o BBPLC a perdas financeiras. O caso relaciona-se com preocupações sobre ações tendentes a atrasar e evitar a emergência de produtos derivados de crédito e negociados em bolsa.

A investigação do DOJ-AD é uma investigação cível e relaciona-se com questões similares.

Em setembro de 2015, o BPLC resolveu uma ação coletiva consolidada e proposta que tinha sido apresentada nos EUA, alegando questões similares, por 178 M\$, sujeito a aprovação do tribunal.

Montantes reclamados / Impacto financeiro

Para além do acordo referidos acima, não é atualmente exequível fornecer uma estimativa do impacto financeiro das ações descritas sobre o Grupo, ou do efeito que possam ter sobre os resultados operacionais, fluxos de caixa, ou posição financeira do Grupo em qualquer período.

Notas às demonstrações financeiras

Acréscimos, provisões, passivos contingentes e procedimentos legais

28 Questões jurídicas, de concorrência, e regulamentares continuação

Lehman Brothers

Desde setembro de 2009, o BCI e o BBPLC têm estado envolvidos em litígios com várias entidades que tentam contestar certos aspectos da transação no decurso da qual o BCI, o BBPLC, e outras empresas do Grupo adquiriram a maior parte dos ativos do Lehman Brothers Inc. em setembro de 2008, bem como a ordem judicial (Ordem) que aprovou a venda (Venda). Todas as queixas que contestavam a Venda foram resolvidas a favor do BCI. Em maio de 2015, o BCI e o BBPLC chegaram a acordo com o Administrador SIPA para o Lehman Brothers Inc. (Administrador), para resolver o restante contencioso pendente entre eles e relativo à Venda. No âmbito do acordo, o BBPLC recebeu todos os ativos que o BBPLC afirmava ter direito a receber, com a exceção de ativos no valor de 80 M\$ que o Administrador tem direito a reter, e aproximadamente 0,3 mM\$ de margem para derivados negociados em bolsa ainda devidos ao BBPLC, mas que se espera serem recuperados junto de terceiros. O acordo foi aprovado pelo Tribunal de Falências dos Estados Unidos para o SDNY em 29 de junho de 2015, encerrando o caso relativo à Venda.

Geral

O Grupo está envolvido em várias outras questões jurídicas, de concorrência, e regulamentares, tanto no Reino Unido como numa série de jurisdições estrangeiras. Está sujeito a procedimentos legais por e contra o Grupo que decorram pontualmente do normal decurso da sua atividade, nomeadamente litígios relativos a contratos, títulos, recuperação de dívidas, crédito ao consumo, fraude, fideicomissos, ativos de clientes, concorrência, proteção de dados, branqueamento de capitais, crime financeiro, emprego, ambiente, e outras questões estatutárias e do direito comum.

O Grupo também está sujeito a consultas e análises, pedidos de informação, auditorias, investigações, e procedimentos legais e de outra natureza por parte de órgãos reguladores, governamentais, e outros de natureza pública, nomeadamente relativos a medidas de proteção ao consumidor, cumprimento de legislação e de regulamentos, atividade de negociação grossista, e outras áreas do negócio bancário e atividades de negócio em que o Grupo está ou esteve envolvido. O Grupo mantém contínua e adequadamente informadas todas as agências relevantes, relativamente a estas questões e a outras descritas nesta nota.

Presentemente, o Grupo não espera que a decisão final relativa a qualquer uma destas outras questões tenha um efeito adverso relevante sobre a sua posição financeira. Contudo, dadas as incertezas envolvidas nestas questões e as questões especificamente descritas nesta nota, não pode haver garantia de que o resultado de uma questão ou questões específicas não seja relevante para os resultados operacionais ou para os fluxos de caixa do Grupo para um período específico, dependendo, entre outras coisas, do montante da perda resultante da(s) questão(ões) e do montante da receita que de outra forma seria divulgada no período de referência.

Notas às demonstrações financeiras

Instrumentos de capital, capital próprio e reservas

As notas incluídas nesta seção abordam os capitais de empréstimo e os capitais próprios do Grupo, nomeadamente o capital social emitido, os lucros acumulados, outros saldos de capital e participações de acionistas minoritários nas nossas entidades subsidiárias (participações não controladoras). Para mais informação sobre a gestão do

29 Passivos subordinados

Contabilização de dívida subordinada

Os passivos subordinados são calculados pelo custo amortizado usando o método do juro efetivo nos termos da IAS 39.

A dívida subordinada inclui os juros acumulados e compreende os seguintes empréstimos com e sem prazo:

	O Grupo		O Banco	
	2015	2014	2015	2014
	ME	ME	ME	ME
Passivos subordinados perpétuos	5 248	5 640	5 311	5 439
Passivos	16 707	16 045	16 100	15 412
Total dos passivos subordinados	21 955	21 685	21 411	20 851

Nenhum dos capitais de empréstimo do Grupo se encontra garantido.

Passivos subordinados perpétuos

	Data inicial da solicitação	Grupo		Banco	
		Passivos subordinados pode acordo com o balanço			
		2015	2014	2015	2014
		ME	ME	ME	ME
Barclays Bank PLC emitidas externamente					
Notas Promissórias de Lista 1 (TON)					
Obrigações Perpétuas Mobilizáveis de Lista 1 a 6%	2032	16	16	16	16
Obrigações Perpétuas Mobilizáveis de Lista 1 a 6,86% (569 M USD)	2032	626	604	626	604
Instrumentos de Capital de Reserva (RCI)					
Instrumentos de Capital de Reserva Perpétuos Mobilizáveis e Majoráveis a 5,926% (159 M USD)	2016	113	112	113	112
Instrumentos de Capital de Reserva Perpétuos Mobilizáveis e Majoráveis a	2017	85	85	85	85
Instrumentos de Capital de Reserva Perpétuos Mobilizáveis e Majoráveis a	2019	38	39	38	39
Instrumentos de Capital de Reserva Perpétuos Mobilizáveis e Majoráveis a	2019	3 062	3 065	3 062	3 065
Instrumentos de Capital de Reserva Perpétuos Mobilizáveis e Majoráveis a	2036	51	52	51	52
Obrigações Perpétuas					
Obrigações Perpétuas Subordinadas a 6,875%	2015	-	140	-	140
Obrigações Perpétuas Subordinadas a 6,375%	2017	143	146	143	146
Obrigações Perpétuas Subordinadas a 7,7% (99 M USD)	2018	69	69	69	69
Obrigações Perpétuas Subordinadas a 8,25%	2018	149	152	149	152
Obrigações Perpétuas Subordinadas a 7,125%	2020	195	202	195	202
Obrigações Perpétuas Subordinadas a 6,125%	2027	245	249	245	249
Obrigações Perpétuas de Taxa Variável (Júnior) (109 M USD)	Qualquer juro data do	74	70	137	130
Obrigações Perpétuas de Capital Primário de Taxa Variável 3ª Série	Qualquer juro data do pagamento	145	145	145	145
Títulos					
Títulos Perpétuos Subordinados a 9,25% (ex-Woolwich PLC)	2021	91	94	91	94
Títulos de Capital com direito a juros de 9%	Em qualquer momento	45	46	45	46
Empréstimos					
Empréstimo subordinado perpétuo em duas divisas inverso a 5,03% (8 000	2028	42	39	42	39
Empréstimo subordinado perpétuo em duas divisas inverso a 5% (12 000 M	2028	59	54	59	54
Barclays SLCSM Funding B.V. com garantia do Banco					
Obrigações Subordinadas Perpétuas de Taxa Fixa Garantida a 6,14%	2015	-	261	-	-
Total de passivos subordinados perpétuos		5 248	5 640	5 311	5 439

Capital de empréstimo perpétuo

O capital de empréstimo perpétuo é emitido pelo Banco e pelas suas subsidiárias para o desenvolvimento e expansão do seu negócio e para fortalecer os seus fundos próprios. As condições principais do capital de empréstimo perpétuo são descritas abaixo.

Notas às demonstrações financeiras

Instrumentos de capital, capital próprio e reservas

29 Passivos subordinados *continuação*

Subordinação

Todo o capital de empréstimo perpétuo é classificado por contrapartida dos créditos, junto do banco, dos depositantes e de outros credores não subordinados e sem garantia e de detentores de capital de empréstimo com prazo na seguinte ordem: Obrigações Perpétuas de Taxa Variável Júnior; outras emissões de Obrigações Perpétuas, Títulos e Empréstimos classificadas par e passo entre si; seguidas por TON e RCI classificados pari passo entre si.

Juro

Todo o capital de empréstimo sem prazo tem uma taxa de juros fixa até à data inicial da solicitação, com exceção dos Títulos a 9%, fixada durante o prazo, e as Obrigações Perpétuas Subordinadas e da 3ª Série que têm taxas variáveis.

Após a data de compra inicial, e no caso de não serem resgatadas, as Obrigações Perpétuas a 6,375%, 7,125% e 6,125%, e os Títulos a 9,25% vencem juros a taxas fixadas periódica e antecipadamente por períodos de cinco anos, com base nas taxas de mercado. Todo o restante capital de empréstimo excetuando as duas Obrigações Perpétuas de taxa variável vencerá juros, e as duas Obrigações Perpétuas de taxa variável vencem atualmente juros, a taxas fixadas periódica e antecipadamente com base nas taxas do mercado interbancário de Londres.

Pagamento de juros

O Banco não é obrigado a pagar juros sobre as suas Obrigações Perpétuas, Títulos, e Empréstimos, excluindo as Obrigações Perpétuas a 7,7%, as Obrigações Perpétuas a 8,25%, e os Títulos a 9,25% se, nos seis meses antecedentes, não tiverem sido declarados ou pagos dividendos a qualquer classe de ações do Barclays PLC ou, em certos casos, a qualquer classe de ações preferenciais do Banco. O Banco não é obrigado a pagar juros sobre os seus Títulos Subordinados Perpétuos a 9,25% se, no período de juros dos 12 meses imediatamente antecedentes, não tiverem sido pagos dividendos a qualquer classe do seu capital social.

O juro que não for pago desta forma tornar-se-á devido no caso em que houver lugar a pagamento subsequente de dividendos ou em outras circunstâncias específicas. Durante o ano, o Banco declarou e pagou dividendos às suas ações ordinárias e a todas as classes de ações preferenciais.

Não poderá efetuar-se qualquer pagamento de capital ou de juros, a não ser que que o Banco satisfaça um teste de solvência especificado.

O Banco poderá escolher diferir qualquer pagamento de juros sobre as Obrigações Perpétuas a 7,7% e sobre as Obrigações Perpétuas a 8,25%. Até que qualquer juro diferido tenha sido inteiramente pago, nem o Banco nem o Barclays PLC poderão declarar ou pagar dividendos, salvo determinadas exceções, às suas ações ordinárias, ações preferenciais, ou a outro capital social, ou cumprir quaisquer pagamentos de juros ou de cupões sobre determinadas obrigações júnior.

O Banco poderá escolher diferir qualquer pagamento de juros sobre os RCI. Qualquer pagamento de juros diferido dessa forma deve ser pago (o que ocorrer primeiro): (i) na data de resgate dos RCI, (ii) na data de pagamento do cupão que coincida com ou mais próxima do décimo aniversário da data do diferimento do pagamento em causa, e (iii) no caso dos RCI a 14%, apenas na substituição. Enquanto o diferimento continuar, nem o Banco nem o Barclays PLC poderão declarar ou pagar dividendos, salvo determinadas exceções, às suas ações ordinárias ou preferenciais.

O Banco pode escolher diferir qualquer pagamento de juros sobre os TON, se determinar que fica, ou que tal pagamento teria como consequência ficar, numa situação de não-cumprimento dos requisitos e políticas da PRA relativos a adequação de capital. Qualquer pagamento de juros diferidos dessa forma só será pago na amortização dos TON. Até que o Banco volte a fazer um pagamento de juros sobre os TON, nem o Banco nem o Barclays PLC poderão (i) declarar ou pagar dividendos, salvo determinadas exceções, às suas respetivas ações ordinárias ou Ações Preferenciais, ou fazer pagamentos de juros relativos aos Instrumentos de Capital de Reserva do Banco e (ii) aplicam-se ainda determinadas restrições à amortização, compra, ou redução dos seus respetivos capital social e outros títulos específicos.

Reembolso

Todo o capital de empréstimo perpétuo é reembolsável, por opção do Banco e geralmente pela totalidade, na data da compra inicial e em qualquer data subsequente de cupão ou de pagamento de juros ou, no caso das Obrigações Perpétuas a 6,375%, 7,125% e 6,125% e os Títulos a 9,25%, em qualquer quinto aniversário após a data de compra inicial. Adicionalmente, cada emissão do capital de empréstimo perpétuo é reembolsável, por opção do Banco, pela totalidade por motivos fiscais específicos, quer em qualquer altura, ou numa data de pagamento de juros. Não existem situações de incumprimento excetuado o não pagamento de capital ou de juro obrigatório. Quaisquer reembolsos requerem a aprovação prévia da PRA.

Outros

Todos os passivos subordinados sem prazo são não convertíveis.

29 Passivos subordinados continuação

Passivos subordinados dados

	Data inicial	Data de vencimento	Grupo		Banco		
			2015 M€	2014 M€	2015 M€	2014 M€	
Barclays Bank PLC emitidas externamente							
Obrigações Subordinadas à Taxa Fixa de 4,38% (75 M USD)		2015	-	49	-	49	
Obrigações Subordinadas à Taxa Fixa de 4,75% (150 M USD)		2015	-	98	-	98	
Obrigações Subordinadas à Taxa Fixa de 6,05% (1 556 M USD)		2017	1 124	1 102	1 124	1 102	
Obrigações Subordinadas de Taxa Variável (40 M EUR)		2018	29	31	29	31	
Obrigações Subordinadas à Taxa Fixa de 6% (1 750 M EUR)		2018	1 377	1 462	1 377	1 462	
Obrigações Subordinadas Indexadas a CMS (100 M EUR)		2018	77	82	77	82	
Obrigações Subordinadas Indexadas a CMS (135 M EUR)		2018	103	109	103	109	
Obrigações Subordinadas Mobilizáveis a Taxa Fixa/Variável	2018	2023	555	565	555	565	
Obrigações de Capital Contingente a 7,75% (1 000 M USD)	2018	2023	850	823	850	823	
Obrigações Subordinadas de Taxa Variável (50 M EUR)		2019	36	38	36	38	
Obrigações da Lista 2 a 5,14% (1 094 M USD)		2020	808	767	808	767	
Obrigações Subordinadas à Taxa Fixa de 6% (1 500 M EUR)		2021	1 252	1 338	1 252	1 338	
Titulos Subordinados a 9,5% (ex-Woolwich PLC)		2021	293	306	293	306	
Obrigações Subordinadas a Taxa Variável (100 M EUR)		2021	73	77	73	77	
Obrigações Subordinadas à Taxa Fixa de 10%		2021	2 317	2 362	2 317	2 361	
Obrigações Subordinadas à Taxa Fixa de 10,179% (1 521 M USD)		2021	1 083	1 062	1 083	1 062	
Obrigações Subordinadas a Taxa Variável (50 M EUR)		2022	37	39	37	39	
Obrigações Subordinadas à Taxa Fixa de 6,625% (1 000 M EUR)		2022	891	947	891	947	
Obrigações de Capital Contingente a 7,625% (3 000 M USD)		2022	2 313	2 206	2 313	2 205	
Obrigações Subordinadas a Taxa Variável (50 M EUR)		2023	37	39	37	39	
Obrigações Subordinadas à Taxa Fixa de 5,75%		2026	802	828	802	828	
Empréstimo subordinado em duas divisas inverso a 5,4% (15 000)		2027	80	74	80	74	
Obrigações Subordinadas a 6,33%		2032	60	62	60	62	
Obrigações Subordinadas a Taxa Variável (100 M EUR)		2040	74	78	74	78	
Outros empréstimos de subsidiárias			-	-	40	60	
Emissões intragrupo do Barclays Bank PLC para o Barclays							
Obrigações Subordinadas Mobilizáveis à Taxa Fixa de 2,625% (1	2020	2025	915	-	915	-	
Obrigações Subordinadas à Taxa Fixa de 4,375% (1 250 M USD)		2024	874	810	874	810	
Emitidas pelo Absa Bank							
Obrigações Mobilizáveis Subordinadas a 8,1% (2 000 M ZAR)	2015	2020	-	114	-	-	
Obrigações Mobilizáveis Subordinadas a 10,28% (600 M ZAR)	2017	2022	26	34	-	-	
Obrigações Mobilizáveis Subordinadas (400 M ZAR)	2017	2022	18	22	-	-	
Obrigações Mobilizáveis Subordinadas (1 805 M ZAR)	2017	2022	79	101	-	-	
Obrigações Mobilizáveis Subordinadas (2 007 M ZAR)	2018	2023	88	112	-	-	
Obrigações Mobilizáveis Subordinadas a 8,295% (1 188 M ZAR)	2018	2023	42	64	-	-	
Obrigações Mobilizáveis Subordinadas Indexadas a CPI a 5,50%	2023	2028	86	109	-	-	
Emitidas pelo Barclays Africa Group Limited							
Obrigações Mobilizáveis Subordinadas (370 M ZAR)	2019	2024	16	21	-	-	
Obrigações Mobilizáveis Subordinadas a 10,835% (130 M ZAR)	2019	2024	6	7	-	-	
Obrigações Mobilizáveis Subordinadas (1 693 M ZAR)	2020	2025	74	-	-	-	
Obrigações Mobilizáveis Subordinadas a 10,05% (807 M ZAR)	2020	2025	36	-	-	-	
Obrigações Mobilizáveis Subordinadas a 11,4% (288 M ZAR)	2020	2025	13	-	-	-	
Obrigações Mobilizáveis Subordinadas a 11,365% (508 M ZAR)	2020	2025	23	-	-	-	
Obrigações Mobilizáveis Subordinadas (437 M ZAR)	2020	2025	19	-	-	-	
Obrigações Mobilizáveis Subordinadas a 11,81% (737 M ZAR)	2022	2027	33	-	-	-	
Obrigações Mobilizáveis Subordinadas (30 M ZAR)	2022	2027	1	-	-	-	
Outro capital emitido pelo Barclays Africa and Japan		2016-2019	87	107	-	-	
Total dos passivos subordinados			16 707	16 045	16 100	15 412	

Capital de empréstimo não-resgatável

O capital de empréstimo com prazo é emitido pelo Banco e pelas suas subsidiárias para o desenvolvimento e expansão do seu negócio e para fortalecer os seus fundos próprios respetivos. As condições principais do capital de empréstimo com prazo são descritas abaixo.

Nota
a Por favor, consulte a Nota 45 do Relatório e Contas do Barclays PLC de 2015 para mais detalhes sobre os empréstimos internos emitidos intragrupo do Barclays Bank PLC para o Barclays PLC

Notas às demonstrações financeiras

Instrumentos de capital, capital próprio e reservas

29 Passivos subordinados continuação

Subordinação

O capital de empréstimo com prazo emitido pela Empresa é classificado por contrapartida dos créditos, junto da Empresa, de credores não subordinados e sem garantia, mas antes dos créditos dos detentores do seu capital.

Todo o capital de empréstimo com prazo, tanto o emitido externamente como o emitido intragrupo para o Barclays PLC, é classificado por contrapartida dos créditos, junto do banco, dos depositantes e de outros credores não subordinados e sem garantia, mas antes dos detentores do seu capital. O capital de empréstimo com prazo emitido pelas subsidiárias é subordinado de modo similar.

Receitas de

Os juros das Obrigações de Taxa Variável são fixados periodicamente com antecedência, com base nas taxas interbancárias ou dos bancos centrais locais.

O juro sobre as Obrigações de Capital Contingente é fixado até à data de compra. Depois da data de compra, no caso de não haver resgate, a taxa de juro será redefinida e fixada até à maturidade com base numa taxa de mercado.

Reembolsos

As Obrigações com uma data de compra são reembolsáveis por opção do emissor, verificadas as condições que gerem as respetivas obrigações de dívida, algumas pelo todo ou em parte, e outras apenas pelo todo. O capital de empréstimo com prazo remanescente pendente a 31 de dezembro de 2015 é apenas reembolsável na maturidade, sujeito em determinados casos a provisões que permitam um resgate antecipado no caso de determinadas alterações na lei fiscal ou de determinadas alterações legislativas ou regulamentares.

Quaisquer reembolsos anteriores à maturidade requerem, no caso do Banco, a aprovação prévia da PRA, ou no caso de emissões no estrangeiro, a aprovação do regulador local para essa jurisdição e da PRA em determinadas circunstâncias.

Não existem quaisquer facilidades contratuais na data do balanço que permitam o refinanciamento da dívida após a data de vencimento.

Outros

As Obrigações de Capital Contingente a 7,625% serão automaticamente transferidas dos investidores para o Barclays PLC (ou para outra entidade no Grupo) a custo nulo no caso do rácio 1 CRD IV CET consolidado do Barclays PLC (demonstração provisória da FSA de outubro de 2012) cair abaixo de 7,0%.

As Obrigações de Capital Contingente a 7,75% serão automaticamente amortizadas e os investidores perderão todo o seu investimento nas obrigações no caso do rácio 1 CRD IV CET consolidado do Barclays PLC (demonstração provisória da FSA de outubro de 2012) cair abaixo de 7,0%.

30 Ações ordinárias, prêmios de ações, e outro capital próprio

Capital social liberado, distribuído, e totalmente subscrito

	Ações ordinárias Capital	Preferenciais capital social	prêmio de emissão	Total de capital social e prêmio de emissão	Outros instrumentos de capital próprio
	ME	ME	ME	ME	ME
A 1 de janeiro de 2015	2 342	38	12 092	14 472	4 350
emissão de títulos	-	-	-	-	1 000
A 31 de dezembro de 2015	2 342	38	12 092	14 472	5 350
A 1 de janeiro de 2014	2 342	60	12 092	14 494	2 078
Emissão de títulos AT1	-	-	-	-	2 272
Outros movimentos	-	(22)	-	(22)	-
A 31 de dezembro de 2014	2 342	38	12 092	14 472	4 350

Ações ordinárias

O capital emitido em ações ordinárias do Barclays Bank PLC era a 31 de dezembro de 2015 constituído por 2 432 milhões de ações ordinárias de 1£ cada (2014: 2 342 milhões).

O capital em ações ordinárias representa 60% (2014: 60%) do capital social total emitido.

Ações preferenciais

O capital emitido em ações preferenciais do Barclays Bank PLC, a 31 de dezembro de 2015, compreendia 1 000 Ações Preferenciais em GBP de 1£ cada (2014: 1 000); 31 856 Ações Preferenciais em EUR de 100€ cada (2014: 31 856); 20 930 Ações Preferenciais em GBP de 100£ cada (2014: 20 930); 58 133 Ações Preferenciais em USD de 100\$ cada (2014: 58 133); e 237 milhões de Ações Preferenciais em USD 0,25\$ cada (2014: 237 milhões).

O capital em ações preferenciais representa 40% (2014: 40%) do capital social total emitido.

Ações Preferenciais em Libras esterlinas a 1 £

1.000 Ações preferenciais cumulativas resgatáveis em GBP a 1£ cada (as Ações Preferenciais a 1£) foram emitidas a 31 de dezembro de 2004 com prêmio zero.

As Ações Preferenciais de £1 permitem aos seus titulares receber dividendos em GBP cumulativos em numerário, dos lucros distribuíveis do Barclays Bank PLC, bianualmente a uma taxa redefinida bianualmente equivalente à taxa em GBP interbancária oferecida para depósitos em GBP a seis meses.

O Barclays Bank PLC será obrigado a pagar os referidos dividendos se: (1) tiver lucros disponíveis para distribuição conforme a Lei das Sociedades Comerciais de 2006 e em cada data de pagamento de dividendos; e (2) for solvente na data relevante de pagamento de dividendos, desde que as condições regulamentares aplicadas ao capital se verifiquem nessa data de pagamento de dividendos. Os dividendos não serão devidos e pagáveis na data de pagamento de dividendos relevante, exceto na medida em que o Barclays Bank PLC possa efetuar esse pagamento e continuar solvente imediatamente a seguir. O Barclays Bank PLC será considerado solvente em qualquer data se: (1) for capaz de pagar as suas dívidas a credores sénior à medida que estas vencerem e (2) os seus credores tiverem relatado, durante os seis meses anteriores, que os seus ativos excedem os seus passivos. Se o Barclays Bank PLC não pagar, ou pagar apenas parcialmente, um dividendo durante um período de sete dias ou mais após a data devida para o pagamento, os detentores das Ações Preferenciais de 1£ poderão dar início a procedimentos para liquidar o Barclays Bank PLC. Não será disponibilizado qualquer mecanismo legal contra o Barclays Bank PLC ao detentor de quaisquer Ações Preferenciais de 1£ para a recuperação de montantes devidos relativos às Ações Preferenciais de 1£ para além do início dos procedimentos para liquidar o Barclays Bank PLC e/ou provar tal liquidação.

Durante uma liquidação ou outro retorno de capital (para além de um resgate ou compra, pelo Barclays Bank PLC, de qualquer uma das suas ações emitidas, ou de uma redução do capital social, permitida pelos Artigos do Barclays Bank PLC e ao abrigo da lei aplicável), os ativos do Barclays Bank PLC disponíveis aos acionistas serão aplicados prioritariamente a qualquer pagamento aos detentores de ações ordinárias e a qualquer outra classe de ações do capital do Barclays Bank PLC então emitidas e classificadas após as Ações Preferenciais de 1£ durante um tal retorno de capital e parí passu com um tal retorno de capital com os detentores de qualquer outra classe de ações no capital do Barclays Bank PLC então emitidas (para além de qualquer classe de ações no capital do Barclays Bank PLC então emitidas e classificadas prioritariamente quanto às Ações Preferenciais de 1£ durante uma liquidação ou outro retorno de capital similar), como pagamento aos detentores das Ações Preferenciais de 1£, uma soma igual à soma de: (1) um montante igual aos dividendos acumulados nesse momento para o período de dividendos corrente no momento (e quaisquer pagamentos em atraso associados) até à data do início da liquidação ou de outro retorno de capital similar; e (2) um montante igual a 1£ por Ação Preferencial e 1£. Depois do pagamento de todos os montantes das distribuições liquidatárias a que têm direito, os detentores das Ações Preferenciais de 1£ não terão qualquer direito ou título aos restantes ativos do Barclays Bank PLC e não terão direito a participações posteriores num tal retorno de capital.

As Ações Preferenciais de 1£ são resgatáveis por opção do Barclays Bank PLC, pela totalidade mas não em parte, no âmbito da Lei das Sociedades Comerciais de 2006 e dos seus Artigos. Os Detentores das Ações Preferenciais de 1£ não têm direito a serem avisados da ocorrência, ou de participarem, ou de votarem, em qualquer assembleia geral do Barclays Bank PLC.

Notas às demonstrações financeiras

Instrumentos de capital, capital próprio e reservas

30 Ações ordinárias, prêmios de ações, e outro capital próprio continuação

Ações Preferenciais EUR

Foram emitidas 140 000 ações em EUR preferenciais mobilizáveis e não cumulativas a 4,75% de 100 € cada (as Ações Preferenciais a 4,75%) a 15 de março de 2005, para uma aplicação de 1 383,3 M€ (966,7 M£), em que o valor nominal era de 14 M€ e o saldo era o prêmio das ações. As Ações Preferenciais a 4,75% conferem o direito aos seus detentores de receber dividendos pecuniários não cumulativos em Euros provenientes dos lucros a distribuir pelo Barclays Bank PLC, anualmente a uma taxa fixa de 4,75% por ano, sobre o montante de 10 000 € por ação preferencial até 15 de março de 2020, e depois dessa data, trimestralmente, a uma taxa definida trimestralmente e igual a 0,71% por ano acima da taxa interbancária para depósitos em EUR a três meses. As Ações Preferenciais a 4,75% são resgatáveis por opção do Barclays Bank PLC, no todo mas não apenas em parte, em 15 de março de 2020, e em qualquer data posterior para cada pagamento de dividendos, a 10 000 € por ação acrescidos de quaisquer dividendos acumulados para o período de dividendos então corrente, até à data fixada para o resgate.

Ações Preferenciais GBP

Foram emitidas 75 000 ações em GBP preferenciais mobilizáveis e não cumulativas a 6,0% de 100 £ cada (as Ações Preferenciais a 6,0%) a 22 de junho de 2005, para uma aplicação de 743,7 M£, em que o valor nominal era de 7,5 M£ e o saldo era o prêmio das ações. As Ações Preferenciais a 6,0% conferem o direito aos seus detentores de receber dividendos pecuniários não cumulativos em GBP provenientes dos lucros a distribuir pelo Barclays Bank PLC, anualmente a uma taxa fixa de 6,0% por ano, sobre o montante de 10 000 € por ação preferencial até 15 de dezembro de 2017, e depois dessa data, trimestralmente, a uma taxa definida trimestralmente e igual a 1,42% por ano acima da taxa interbancária de Londres para depósitos em GBP a três meses.

As Ações Preferenciais a 6,0% são resgatáveis por opção do Barclays Bank PLC, no todo mas não apenas em parte, em 15 de dezembro de 2017, e em qualquer data posterior para cada pagamento de dividendos, a 10 000 £ por ação acrescidos de quaisquer dividendos acumulados para o período de dividendos então corrente, até à data fixada para o resgate.

Ações Preferenciais USD

Foram emitidas 100 000 ações em USD preferenciais mobilizáveis e não cumulativas a 6,278% de 100 \$ cada (as Ações Preferenciais a 6,278%), representadas por 100 000 Ações Depositárias Americanas da 1ª Série, em 8 de junho de 2005, para uma aplicação de 995,4 M\$ (548,1 M£), em que o valor nominal era de 10 M\$ e o saldo era o prêmio das ações. As Ações Preferenciais a 6,278% conferem o direito aos seus detentores de receber dividendos pecuniários não cumulativos em USD provenientes dos lucros a distribuir pelo Barclays Bank PLC, anualmente a uma taxa fixa de 6,278% por ano, sobre o montante de 10 000 \$ por ação preferencial até 15 de dezembro de 2034, e depois dessa data, trimestralmente, a uma taxa definida trimestralmente e igual a 1,55% por ano acima da taxa interbancária de Londres para depósitos em USD a três meses.

As Ações Preferenciais a 6,278% são resgatáveis por opção do Barclays Bank PLC, no todo mas não apenas em parte, em 15 de dezembro de 2034, e em qualquer data posterior para cada pagamento de dividendos, a 10 000 £ por ação acrescidos de quaisquer dividendos acumulados para o período de dividendos então corrente, até à data fixada para o resgate.

Foram emitidos 30 milhões de ações em USD preferenciais mobilizáveis e não cumulativas a 6,625% de 0,25 \$ cada (as Ações Preferenciais a 6,625%), representadas por 30 milhões de Ações Depositárias Americanas da 2ª Série, em 25 e 28 de abril de 2006, para uma aplicação de 727 M\$ (406 M£), em que o valor nominal era de 7,5 M\$ e o saldo era o prêmio das ações. As Ações Preferenciais a 6,625% conferem o direito aos seus detentores de receber dividendos pecuniários não cumulativos em USD provenientes dos lucros a distribuir pelo Barclays Bank PLC, trimestralmente a uma taxa fixa de 6,625% por ano, sobre o montante de 25 \$ por ação preferencial.

As Ações Preferenciais a 6,625% são resgatáveis por opção do Barclays Bank PLC, no todo mas não apenas em parte, em qualquer data de pagamento de dividendos, a 25\$ por ação acrescidos de quaisquer dividendos acumulados para o período de dividendos então corrente, até à data fixada para o resgate.

Foram emitidos 55 milhões de ações em USD preferenciais mobilizáveis e não cumulativas a 7,1% de 0,25 \$ cada (as Ações Preferenciais a 7,1%), representadas por 55 milhões de Ações Depositárias Americanas da 3ª Série, em 13 de setembro de 2007, para uma aplicação de 1 335 M\$ (657 M£), em que o valor nominal era de 13,75 M\$ e o saldo era o prêmio das ações. As Ações Preferenciais a 7,1% conferem o direito aos seus detentores de receber dividendos pecuniários não cumulativos em USD provenientes dos lucros a distribuir pelo Barclays Bank PLC, trimestralmente a uma taxa fixa de 7,1% por ano, sobre o montante de 25 \$ por ação preferencial.

As Ações Preferenciais a 7,1% são resgatáveis por opção do Barclays Bank PLC, no todo mas não apenas em parte, em qualquer data de pagamento de dividendos, a 25 \$ por ação acrescidos de quaisquer dividendos acumulados para o período de dividendos então corrente, até à data fixada para o resgate.

Foram emitidos 46 milhões de ações em USD preferenciais mobilizáveis e não cumulativas a 7,75% de 0,25 \$ cada (as Ações Preferenciais a 7,75%), representadas por 46 milhões de Ações Depositárias Americanas da 4ª Série, em 7 de dezembro de 2007, para uma aplicação de 1 116 M\$ (550 M£), em que o valor nominal era de 11,5 M\$ e o saldo era o prêmio das ações. As Ações Preferenciais a 7,75% conferem o direito aos seus detentores de receber dividendos pecuniários não cumulativos em USD provenientes dos lucros a distribuir pelo Barclays Bank PLC, trimestralmente a uma taxa fixa de 7,75% por ano, sobre o montante de 25 \$ por ação preferencial.

As Ações Preferenciais a 7,75% são resgatáveis por opção do Barclays Bank PLC, no todo mas não apenas em parte, em qualquer data de pagamento de dividendos, a 25 \$ por ação acrescidos de quaisquer dividendos acumulados para o período de dividendos então corrente, até à data fixada para o resgate.

30 Ações ordinárias, prêmios de ações, e outro capital próprio continuação

Foram emitidos 106 milhões de ações em USD preferenciais mobilizáveis e não cumulativas a 8,125% de 0,25 \$ cada (as Ações Preferenciais a 8,125%), representadas por 106 milhões de Ações Depositárias Americanas da 5ª Série, em 11 de abril de 2008 e 25 de abril de 2008, para uma aplicação de 2 650 M\$ (1 345 M£), em que o valor nominal era de 26,5 M\$ e o saldo era o prêmio das ações. As Ações Preferenciais a 8,125% conferem o direito aos seus detentores de receber dividendos pecuniários não cumulativos em USD provenientes dos lucros a distribuir pelo Barclays Bank PLC, trimestralmente a uma taxa fixa de 8,125% por ano, sobre o montante de 25 \$ por ação preferencial.

As Ações Preferenciais a 8,125% são resgatáveis por opção do Barclays Bank PLC, no todo mas não apenas em parte, em qualquer data de pagamento de dividendos, a 25 \$ por ação acrescidos de quaisquer dividendos acumulados para o período de dividendos então corrente, até à data fixada para o resgate.

Não poderão ser resgatadas ou compradas Ações Preferenciais a 4,75%, Ações Preferenciais a 6,0%, Ações Preferenciais a 6,278%, Ações Preferenciais a 6,625%, Ações Preferenciais a 7,1%, Ações Preferenciais a 7,75% e Ações Preferenciais a 8,125% (conjuntamente, as Ações Preferenciais) pelo Barclays Bank PLC sem a aprovação prévia PRA do Reino Unido, e um tal resgate será sujeito à Lei das Sociedades Comerciais de 2006 e aos Artigos do Barclays Bank PLC.

No caso de liquidação do Barclays Bank PLC ou de outro retorno de capital (para além de um resgate ou compra de ações do Barclays Bank PLC, ou de uma redução no capital social), um detentor de Ações Preferenciais será classificado, na aplicação dos ativos do Barclays Bank PLC disponíveis para os acionistas: (1) após os detentores de quaisquer ações do Barclays Bank PLC emitidas antes das Ações Preferenciais; (2) em igualdade de circunstâncias com os detentores de outras ações preferenciais e de quaisquer outras ações do Barclays Bank PLC emitidas e classificadas *pari passu* com as Ações Preferenciais; e (3) com prioridade relativamente aos detentores de ações ordinárias e de quaisquer outras ações do Barclays Bank PLC emitidas posteriormente às Ações Preferenciais.

Os detentores das Obrigações Perpétuas Mobilizáveis da Lista 1 a 6% no valor de 13 M£ e das Obrigações Perpétuas Mobilizáveis da Lista 1 a 6,86% no valor de 569 M\$ do Barclays Bank PLC (conjuntamente, as TON), e os detentores dos Instrumentos de Capital de Reserva Perpétuos Mobilizáveis e Majoráveis a 5,3304% no valor de 35 M£, dos Instrumentos de Capital de Reserva Perpétuos Mobilizáveis e Majoráveis a 5,926% no valor de 159 M\$, dos Instrumentos de Capital de Reserva Perpétuos Mobilizáveis e Majoráveis a 6,3688% no valor de 33 M£, dos Instrumentos de Capital de Reserva Perpétuos Mobilizáveis e Majoráveis a 7,434% no valor de 117 M\$ e dos Instrumentos de Capital de Reserva Perpétuos Mobilizáveis e Majoráveis a 14% no valor de 3 000 M£ do Barclays Bank PLC (conjuntamente, os RCI) estariam sujeitos, para os efeitos exclusivos do cálculo dos montantes a pagar relativos a esses títulos e no caso de uma liquidação do Barclays Bank PLC, a exceções limitadas e na medida em que os TON e os RCI estejam emitidos, classificados *pari passu* com os detentores da classe ou classes mais antigas de ações preferenciais então emitidas do capital do Barclays Bank PLC. Assim, os detentores das ações preferenciais seriam classificados em igualdade com os detentores dessas TON e RCI no caso de uma tal liquidação do Barclays Bank PLC (a menos que uma ou mais classes de ações do Barclays Bank PLC que tenham maior prioridade nas ações preferenciais que se encontrem emitidas no momento dessa liquidação, caso em que os detentores de tais TON e RCI seriam classificados em igualdade de circunstâncias com os detentores de tais ações e com prioridade relativamente aos detentores das ações preferenciais.

Sujeito a tal classificação, nesse caso, os proprietários de ações preferenciais terão direito a receber dos ativos do Barclays Bank PLC, disponíveis para distribuição a acionistas, distribuições de liquidação na quantidade de 10 000 € por Ação Preferencial a 4,75%, 10 000 £ por Ação Preferencial a 6,0%, 10 000 \$ por Ação Preferencial a 6,278%, 25 \$ por Ação Preferencial a 6,625%, 25 \$ por Ação Preferencial a 7,1%, 25 \$ por Ação Preferencial a 7,75% e 0,25 \$ por Ação Preferencial a 8,125%, acrescidos, em cada caso, de um montante igual ao dividendo acumulado para o período de dividendo então corrente até à data do início da liquidação ou outro retorno de capital similar. Se um dividendo não for pago por inteiro para quaisquer ações preferenciais em qualquer data de pagamento de dividendos, aplicar-se-á uma restrição de dividendos.

Esta restrição aos dividendos significa que nem o Barclays Bank PLC nem o Barclays PLC poderão (a) declarar ou pagar um dividendo (para além do pagamento pelo Barclays PLC ou de um dividendo final declarado pelos seus acionistas antes da data relevante de pagamento de dividendos, ou de um dividendo pago pelo Barclays Bank PLC ao Barclays PLC ou a uma subsidiária detida na totalidade) sobre qualquer das suas respetivas ações ordinárias, outras ações preferenciais ou outro capital social ou (b) resgatar, comprar, reduzir, ou de outra forma adquirir qualquer parte do seu respetivo capital social, para além das ações do Barclays Bank PLC, detidas pelo Barclays PLC ou uma subsidiária detida na totalidade, até que (o que ocorra primeiro): (1) a data na qual o Barclays Bank PLC declare e pague na totalidade um dividendo preferencial; e (2) a data na qual ou até que todas as ações preferenciais sejam resgatadas pela totalidade ou compradas pelo Barclays Bank PLC.

Os titulares das ações preferenciais não têm direito a receber aviso prévio sobre, ou de participar ou votar em qualquer assembleia-geral do Barclays Bank PLC. O Barclays Bank PLC não está autorizado a criar uma classe de ações que se posicione no que respeita à participação nos lucros ou ativos do Barclays Bank PLC, prioritariamente às ações preferenciais, salvo mediante a sanção de uma resolução especial de uma reunião geral separada dos titulares das ações preferenciais (o que exige uma maioria de pelo menos três quartos dos titulares das ações preferenciais a votar na reunião geral separada) ou com o consentimento por escrito dos titulares de três quartos das ações preferenciais.

Exceto na situação acima descrita, os titulares de ações preferenciais não têm o direito de participar nos excedentes patrimoniais do Barclays Bank PLC.

Notas às demonstrações financeiras

Instrumentos de capital, capital próprio e reservas

30 Ações ordinárias, prêmios de ações, e outro capital próprio continuação

Outros instrumentos de capital próprio

Outros instrumentos de capital próprio no valor de 5 350 M£ (2014: 4 350 M£) incluem títulos AT1 emitidos pelo Barclays Bank PLC. Em 2015, houve uma emissão de Títulos Convertíveis Contingentes Subordinados Perpétuos a Taxa Fixa, com um montante de capital de 1 M£.

Os títulos AT1 são títulos perpétuos sem vencimento fixo e são estruturados para se qualificarem como instrumentos AT1 ao abrigo do CRD IV.

Outro capital próprio

	O Grupo		O Banco	
	2015	2014	2015	2014
	M£	M£	M£	M£
A 1 de janeiro	485	485	549	549
A 31 de dezembro	485	485	549	549

Incluídas em outros capitais próprios estão as participações de capital que pagam juros a taxas fixadas periódica e antecipadamente, com base nas taxas interbancárias de Londres. Estas participações são reembolsáveis em cada caso, por opção do Banco, pela totalidade em qualquer data de pagamento de juros. O Banco não é obrigado a fazer um pagamento de juros sobre as suas participações de capital se, nos seis meses anteriores, não tiver declarado ou pago dividendos a qualquer classe de ações do Barclays PLC.

31 Reservas

Reserva de conversão de moeda

A reserva de conversão de moeda representa os ganhos e perdas cumulativos associados à reconversão no investimento líquido do Grupo em operações no estrangeiros, líquidos dos efeitos de cobertura.

A 31 de dezembro de 2015 existia um saldo devedor de 623 M£ (2014: saldo devedor de 582 M£) na reserva de conversão de moeda. O aumento do saldo devedor de 41 M£ (2014: diminuição de 560 M£ para saldo devedor) refletiu essencialmente a desvalorização do ZAR e do EUR face à GBP, compensada pela valorização do USD face à GBP. O movimento da reserva de conversão de moeda associado a interesses não-controladores foi um débito de 435 M£ (2014: débito de 74 M£) refletindo a desvalorização do ZAR face à GBP.

Durante o ano, foi reconhecida na demonstração de resultados uma perda líquida de 65 M£ (2014: ganho líquido de 91 M£) decorrente da reciclagem da reserva de conversão de moeda.

Reserva disponível para venda

A reserva disponível para venda representa a alteração não realizada no justo valor dos investimentos disponíveis para venda desde o reconhecimento inicial.

A 31 de dezembro de 2015 existia um saldo credor de 338 M£ na reserva disponível para venda (2014: saldo credor de 578 M£). A diminuição de 240 M£ (2014:

aumento de 427 M£) refletiu principalmente uma perda de 350 M£ decorrente de alterações no justo valor de títulos da dívida pública, detidos predominantemente como liquidez,

perdas de 148 M£ decorrentes de coberturas relacionadas, ganhos líquidos de 378 M£ transferidos para a demonstração de resultados, compensados parcialmente por um ganho de 396 M£ decorrente de alterações no justo valor de investimentos de capital na Visa Europe e uma alteração de 86 M£ nas responsabilidades por seguros. Foi reconhecido um crédito fiscal de 132 M£ no período relativo a estes itens. O crédito fiscal relativo aos movimentos AFS representou uma taxa de imposto efetiva de 35,5% (2014: 19,4%). Este valor é significativamente superior ao imposto sobre sociedades do Reino Unido, no valor de 20,25% (2014: 21,5%) devido a movimentos AFS que incluem os ganhos na Visa Europe que serão compensados pelas perdas de capital no Reino Unido para as quais não tenha sido reconhecido um ativo fiscal diferido.

Reserva de cobertura do fluxo de caixa

A reserva de cobertura do fluxo de caixa representa os ganhos e prejuízos cumulativos dos instrumentos de cobertura de fluxo de caixa efetivos, que irão ser reciclados na demonstração financeira quando as transações cobertas afetarem os ganhos ou perdas.

A 31 de dezembro de 2015 existia um saldo credor de 709 M£ (2014: saldo credor de 1 817 M£) na reserva de cobertura do fluxo de caixa. O decréscimo de 1 108 M£ (2014: aumento de 1 544 M£) refletiu principalmente um decréscimo de 1 062 M no justo valor dos swaps de taxa de juro detidos para efeitos de cobertura à medida que as curvas futuras das taxas de juro aumentaram e que foram reciclados ganhos no valor de 255 M£ na demonstração de resultados, em linha com os momentos em que o item coberto afeta os lucros ou as perdas, compensados parcialmente por um crédito fiscal de 206 M£. O crédito fiscal sobre os movimentos de reserva de cobertura do fluxo de caixa representaram uma taxa de imposto efetiva de 15,7% (2014: 19,8%). Este valor é significativamente inferior ao imposto sobre sociedades do Reino Unido, no valor de 20,25% (2014: 21,5%) devido a alterações da taxa de imposto introduzidas pelo Orçamento de Verão do Reino Unido, que aumentaram as responsabilidades fiscais diferidas associadas.

Notas às demonstrações financeiras

Instrumentos de capital, capital próprio e reservas

32 Participações não controladoras

	Lucro atribuível a participações não controladoras		Capital atribuível a participações não controladoras		Dividendos pagos a participações não controladoras	
	2015 M€	2014 M€	2015 M€	2014 M€	2015 M€	2014 M€
Barclays Africa Group Limited	325	320	1 902	2 247	209	189
Outros participações não	2	6	12	4	-	1
Total	327	326	1 914	2 251	209	190

O Barclays Bank PLC detém 62,5% (2014: 62,3%) do Barclays Africa Group Limited.

Informação financeira resumida para o Barclays Africa Group Limited

A informação financeira resumida do Barclays Africa Group Limited, antes de eliminações interempresa, é apresentada a seguir:

	Barclays Africa Group Limited 2015 M€	Barclays Africa Group Limited 2014 M€
Informação da demonstração de resultados		
Rendimento total	3 418	3 530
líquido de pedidos de seguros	781	765
Lucros depois de impostos	26	(7)
Rendimento integral total para o ano	807	758
Informação da demonstração de fluxos de caixa		
Fluxos de caixa líquidos	923	43
Informação do balanço patrimonial		
Ativos totais	49 471	55 378
Passivos	45 200	50 150
Capital social	4 271	5 228

Todas as demonstrações financeiras do Barclays Africa Group Limited podem ser obtidas em barclaysafrica.com/barclaysafrica/Investor-Relations.

Direitos de proteção de participações não controladoras

Barclays Africa Group Limited

O Barclays PLC detém 62,5% (62,3% incluindo ações em tesouraria) do capital social do Barclays Africa Group Limited. Os direitos de acesso do Barclays PLC aos ativos do Barclays Africa e das empresas do seu grupo são restringidos pela Lei das Sociedades Comerciais da África do Sul que requer uma aprovação por 75% dos acionistas para alienar a totalidade ou a maior parte dos ativos do Barclays Africa Group Limited ou para completar a liquidação voluntária da entidade.

Notas às demonstrações financeiras

Benefícios dos colaboradores

As notas incluídas nesta secção concentram a atenção nos resultados e no desempenho dos colaboradores contratados pelo Barclays.

33 Custos com pessoal

Contabilização dos custos com pessoal

O Grupo aplica a IAS 19 *Benefícios de empregados* na sua contabilização da maior parte dos componentes de custos com pessoal.

Benefícios de empregados de curto prazo - os salários, os custos adicionais de desempenho, a segurança social e o imposto sobre bónus são reconhecidos ao longo do período em que os empregados fornecem os serviços com os quais se relacionam os pagamentos.

Custos de desempenho - reconhecidos na medida em que o Grupo tem uma obrigação atual para com os seus empregados que pode ser medida com fiabilidade e que são reconhecidos durante o período de serviço que os empregados devem trabalhar, para se qualificarem para os serviços.

Os prémios monetários diferidos e os prémios de ações diferidos são concedidos aos empregados para incentivar o desempenho durante o período de aquisição de direitos. Para receber o pagamento relativo a um prémio, os empregados deverão fornecer serviços durante o período de aquisição de direitos, normalmente definido como durando três anos a partir da data da concessão. O período durante o qual a despesa para prémios monetários e de ações diferidos é conhecido com base num entendimento comum entre o empregado e o Grupo e nos termos e condições do prémio. O Grupo considera que é apropriado reconhecer os prémios durante o período que decorre entre a data da concessão e a data em que vence o direito aos prémios, já que é este o período durante o qual os empregados compreendem que devem fornecer serviços para poderem receber prémios. A tabela na página 92 do Relatório Anual do Barclays PLC detalha as datas de prémio relevantes, as datas de pagamento e o período durante o qual os bónus são registados na demonstração de resultados. Em 2015 não foram reconhecidas despesas para os bónus diferidos a conceder em março de 2016, já que estes dependem mais do desempenho futuro do que do desempenho durante 2015.

As políticas contabilísticas para os pagamentos baseados em ações e para as pensões e outros benefícios de aposentação constam da Nota 34 e da Nota 35 respetivamente.

	2015 M€	2014 M€
Encargos com bónus diferidos	874	1 067
Encargos com bónus no ano corrente	839	885
	171	110
Despesas de desempenho	1 884	2 062
Salários	4 954	4 998
Despesas com Segurança Social	594	659
Benefícios pós-reforma ^a	116	624
Provisões e incentivos à exploração	147	170
Outras despesas de indemnizações	215	378
Custos totais com indemnizações ^b	7 910	8 891
Outras despesas de recursos		
Contratação externa	1 034	1 055
Redundância e reestruturação	134	358
Despesas com pessoal temporário	697	530
Outros	185	171
Total outras despesas de recursos	2 050	2 114
Total despesas com pessoal	9 960	11 005

Os custos totais com pessoal diminuíram 9% para 9 960 M€, principalmente refletindo um decréscimo de 9% nos custos com desempenho e um decréscimo de 63% nos encargos com redundância e reestruturação.

Os custos com desempenho diminuíram 9%, refletindo uma diminuição de 18% nos encargos com bónus diferidos, uma diminuição de 5% nos encargos com bónus compensados parcialmente por um aumento noutros custos com desempenho.

Os encargos com redundância e reestruturação diminuíram 63% para 134 M€, especialmente devido à não-recorrência dos custos de reestruturação da Banca de Investimento em 2014.

O número total médio de pessoas empregadas no Grupo foi de 129 400 (2014: 135 300).

Nota

^a Os encargos com benefícios de aposentação incluem 246 M€ (2014: 242 M€) relativos a planos contributivos específicos e um crédito de (130) M€ (2014: 382 M€) relativos a planos de benefícios específicos.

^b Adicionalmente, 236 M€ (2014: 250 M€) das compensações do Grupo foram capitalizados como software desenvolvido internamente.

Notas às demonstrações financeiras

Benefícios dos colaboradores

34 Pagamentos com base em ações

Valor contabilístico dos pagamentos com base em ações

O Grupo aplica a IFRS 2 *Pagamentos baseados em ações* para a contabilização de remunerações a empregados em forma de ações.

Os incentivos a empregados incluem prémios na forma de ações e opções sobre ações, bem como a disponibilização, aos empregados, da oportunidade de adquirirem ações em condições favoráveis. O custo dos serviços recebidos dos empregados relativamente às ações ou opções de ações concedidas é reconhecido na demonstração de resultados durante o período em que os empregados prestam os serviços, que é normalmente o período que decorre entre a data da concessão ou notificação do prémio e a data de vencimento das ações ou opções. O custo global do prémio é calculado usando o número de ações e opções de vencimento previsto e o justo valor das ações ou opções à data da concessão. Os prémios de ações são concedidos como ações do Barclays plc, e o Barclays Bank PLC adquire estas ações para concedê-las aos seus empregados do Barclays, ao atual preço de mercado.

O número de ações e opções de vencimento exetável considera a probabilidade com que o desempenho e as condições de serviço incluídos nos termos dos prémios serão cumpridos. A incapacidade de cumprir a condição de não-vencimento é tratada como uma anulação, resultando numa aceleração do reconhecimento do custo dos serviços do empregado.

O justo valor das ações é o preço de mercado vigente à data de concessão, ajustado em alguns casos para refletir restrições na capacidade de transmissibilidade. O justo valor das opções concedidas é determinado usando modelos de precificação de opções para estimar os números de ações com vencimento provável. Estes consideram o preço de exercício da opção, o preço atual da ação, a taxa de juro sem risco, a volatilidade esperada do preço da ação durante o período de vida da opção e outros fatores relevantes. As condições de mercado que devem ser cumpridas para que o prémio vença são também refletidas no justo valor do prémio, tal como outras condições não associadas ao vencimento - como continuar a destinar pagamentos para um plano de poupanças baseado em ações.

O encargo anual resultante dos planos de pagamento com base em ações foi o seguinte:

	Encargo anual	
	2015	2014
	ME	ME
Plano de Valorização de Ações	442	575
Outros	100	84
Capital total liquidado	542	659
Pagamentos em numerário	24	43
Total de pagamentos baseados em ações	566	702

As condições dos principais planos atuais são as seguintes:

Plano de Valorização de Ações (SVP)

O SVP foi introduzido em março de 2010 e aprovado pelos acionistas (para participação do Diretor Executivo e utilização de novas ações emitidas) na AGM em abril de 2011. Os prémios SVP são concedidos aos participantes na forma de um direito condicional a receber ações do Barclays PLC ou direitos provisórios sobre ações do Barclays BLC que vencem ou são consideradas para libertação durante um período de três anos em tranches anuais iguais. Os participantes não pagam para receber um prémio ou para receber uma emissão de ações. O cedente também pode fazer aos participantes um pagamento equivalente a dividendos na emissão de um prémio SVP. Os prémios SVP também são atribuídos a determinados empregados para efeitos de recrutamento. Todos os prémios estão sujeitos a caducidade potencial no caso de alguns cenários de saída.

Outros planos

Além do SVP, o Grupo opera um conjunto de outros planos, incluindo planos que são operados e liquidados por ações de empreendimentos auxiliares, nenhum dos quais são individualmente ou coletivamente relevantes relativamente ao encargo anual ou ao efeito diluidor de opções de ações em circulação. Estão incluídos nos outros planos o Sharesave (no Reino Unido e no estrangeiro), o Plano de Incentivos de Longo Prazo do Barclays, e o plano de Atribuição de Ações a Executivos.

Planos de opções e atribuições de ações

A média ponderada do justo valor por prémio concedido e a média ponderada do preço das ações à data do exercício/libertação de ações durante o ano foi:

	Média ponderada do justo valor por prémios concedidos no ano		Média ponderada do preço de ações em exercício/libertação durante o ano	
	2015	2014	2015	2014
	£	£	£	£
SVP ^a	2,54	2,33	2,53	2,31
Outros ^a	0,49-2,54	0,52-2,39	2,37-2,67	2,23-2,56

O SVP consiste de prémios a custo zero em que as condições de desempenho são consideravelmente verificadas à data da concessão. Consequentemente, o justo valor destes prémios baseia-se no valor de mercado a essa data.

34 Pagamentos com base em ações continuação

Movimentos em opções e prémios

O movimento no número de opções e prémios para os planos principais e o preço médio ponderado do exercício das opções foi:

	SVP ^{ab}		Outros ^{ac}		Média ponderada preço ex.(£)	
	Número (000s)		Número (000s)			
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Montantes por liquidar no início do ano/data de aquisição	480 042	524 260	185 599	231 989	1,61	1,55
Concedido no ano	186 397	275 152	55 982	64 326	2,27	1,78
Exercido/transferido no ano	(252 031)	(287 319)	(50 538)	(71 594)	1,41	1,44
Menos: recusado no ano	(27 938)	(32 051)	(20 811)	(32 784)	1,76	1,66
Menos: expirado no ano	-	-	(3 257)	(6 338)	2,39	2,24
Por liquidar no fim do ano	386 470	480 042	166 975	185 599	1,75	1,61
Dos quais exercíveis:	30	44	26 058	20 025	1,48	1,88

Alguns dos planos de opções sobre ações do Grupo permitem a certos diretores e empregados subscreverem novas ações ordinárias do Barclays PLC.

A média ponderada da vida contratual remanescente e o número de opções e prémios por liquidar (incluindo os exercíveis) à data do balanço são os seguintes:

	2015		2014	
	Média ponderada da vida contratual remanescente em anos	Número de opções/prémios pendentes (milhares)	Média ponderada da vida contratual remanescente em anos	Número de opções/prémios pendentes (milhares)
SVP ^{a,b}	1	386 470	1	480 042
Outros	0-2	166 975	0-3	185 599

Não ocorreram modificações significativas aos acordos de pagamentos baseados em ações em 2015 e em 2014.

A 31 de dezembro de 2015, o passivo total decorrente das transações de pagamentos baseados em liquidações de ações era de 13 M£ (2014: 45 M£).

Detenções de ações do Barclays PLC

Vários fundos de benefícios para empregados estabelecidos pelo Grupo detêm ações do Barclays PLC para cumprir obrigações relacionadas com os planos de pagamentos baseados em ações do Barclays. O número total de ações do Barclays detidas nestes fundos de benefícios de empregados a 31 de dezembro de 2015 era 5,1 milhões (2014: 5,2 milhões).

Os direitos a dividendos foram anulados para todas estas ações. O valor total de mercado das ações detidas nos fundos, com base no preço ao fim do ano

de 2,19 £ por ação (2014: 2,43 £) era de 11,2 M£ (2014: 12,6 M£).

Notas

a Opções/prémios concedidos sobre ações do Barclays PLC.

b. Prémio a custo zero e, portanto, o preço médio ponderado de exercício foi zero.

c O número de prémios em Outros no fim do ano é principalmente devido ao Sharesave (o número de prémios exercíveis no fim do ano era 12 479 264). A média ponderada do preço de exercício é relativa ao Sharesave

Notas às demonstrações financeiras

Benefícios dos colaboradores

35 Pensões e benefícios de reforma

Contabilização de pensões e benefícios de reforma

O Grupo opera uma série de planos de pensões, incluindo planos de contribuições definidas, de benefícios definidos e planos de benefícios pós-emprego.

planos de contribuições definidas – o Grupo reconhece as contribuições devidas e relativas ao período contábilístico na demonstração de resultados. Quaisquer contribuições não pagas à data do balanço são incluídas no passivo.

planos de benefícios definidos – o Grupo reconhece a sua obrigação perante os membros do plano no fim do período, menos o justo valor dos ativos do plano após aplicar o teste do limite máximo aos ativos. Não se espera que as clarificações contidas nas emendas propostas à IFRIC 14, sobre quando uma entidade tem um direito incondicional de beneficiar de um excedente do plano, tenham um impacto relevante sobre o Grupo.

As obrigações de cada plano são calculadas usando o método da unidade de crédito projetada sobre os pressupostos referidos na nota abaixo. Os ativos do plano são considerados ao justo valor no fim do período.

As alterações aos passivos e ativos do plano de pensões (reavaliações) que não decorram do normal custo das pensões, do juro líquido sobre os passivos ou ativos dos benefícios líquidos definidos, dos custos passados de serviço, das liquidações ou contribuições passadas para o plano, são reconhecidas como outro rendimento abrangente. As reavaliações incluem ajustes de experiência (diferenças entre pressupostos atuariais anteriores e o realmente ocorrido), os efeitos das alterações nos pressupostos atuariais, o rendimento dos ativos do plano (excluindo os montantes incluídos no juro dos ativos) e quaisquer mudanças no efeito da restrição do limite máximo para os ativos (excluindo os montantes incluídos no juro sobre a restrição).

Planos de pensões

Fundo de Pensões do Reino Unido (UKRF)

O UKRF é o principal plano do Grupo, representando 92% das obrigações totais de benefícios de reforma do Grupo. O UKRF foi fechado a novos entrantes em 1 de outubro de 2012, e inclui dez secções, sendo as mais significativas:

- *Afterwork*, que inclui um elemento de benefício contributivo definido por um saldo em numerário, e um elemento contributivo voluntário. O elemento do saldo em numerário acumula todos os anos e é revalorizado até à Idade Normal de Reforma, de acordo com o aumento do Índice de Preços no Consumidor (RPI) (até um máximo de 5% ao ano). A critério do Barclays, também pode ser adicionado um incremento decorrente de investimento no valor de 2% ao ano. Entre 1 de outubro de 2003 e 1 de outubro de 2012 a maioria dos novos empregados fora da Banca de Investimento foi elegível para adesão a esta secção. Os custos das aposentações por questões de saúde e os benefícios por morte em serviço para os membros do *Afterwork* são suportados pelo UKRF. Os principais riscos suportados pelo Barclays e relativos ao *Afterwork* são limitados à necessidade de fazer contribuições adicionais se o retorno do investimento pré-aposentação não for suficiente para fornecer os benefícios.
- o plano de Pensões de 1964: a maior parte dos empregados recrutados antes de julho de 1997 acumulou benefícios neste plano não-contributivo de benefícios definidos relativamente ao serviço até 31 de março de 2010. As pensões foram calculadas por referência ao serviço e ao salário pensionável. A partir de 1 de abril de 2010, os membros tornaram-se elegíveis para acumular benefícios futuros de serviço, quer no *Afterwork* ou no Plano de Investimento de Pensões (PIP), uma secção contributiva definida historicamente que se encontra atualmente fechada a contribuições futuras. Os riscos que o Barclays corre relativamente à secção de pensões 1964 são típicos dos planos de pensões de último salário: principalmente, que os retornos do investimento não correspondam às expectativas, que a inflação exceda as expectativas, e que os aposentados vivam mais do que o esperado.

Plano de Poupanças e Pensões Barclays (BPSP/Barclays Pension Savings Plan)

- A partir de 1 de outubro de 2012 foi estabelecido um novo plano de pensões no Reino Unido, o BPSP, para cumprimento da legislação de Inscrição Automática. O BPSP é um plano de contribuições definidas (Pensão Pessoal do Grupo) que distribui benefícios a todas as novas contratações do Barclays do Reino Unido a partir de 1 de outubro de 2012, aos empregados do Banco de Investimento do Reino Unido que se encontravam no PIP a 1 de outubro de 2012, e também a todos os empregados no Reino Unido que à data não eram membros de um plano de pensões. Sendo um plano de contribuições definidas, o BPSP não está sujeito aos mesmos riscos de retorno de investimento, inflação ou longevidade enfrentados pelos planos de benefícios definidos. Os benefícios dos membros refletem as contribuições pagas e o nível do retorno sobre o investimento alcançado.

Para além do UKRF e do BPSP, o Barclays opera globalmente uma série de planos de pensões, de benefícios de longo prazo a empregados, e de cuidados de saúde pós-aposentação, sendo os maiores destes os planos de benefícios definidos dos EUA e da África do Sul. Muitos dos planos são financiados, com ativos subjacentes às obrigações detidas em veículos legais distintos, tais como fundos. Outros são operados numa base não financiada. A abordagem ao financiamento depende dos benefícios e a base jurídica dos planos reflete os seus ambientes locais.

Governança

O UKRF opera de acordo com a lei fiduciária e é gerido e administrado em nome dos seus membros, de acordo com os termos do Contrato Fiduciário e das Regras do Fundo e com toda a legislação relevante. O Administrador Corporativo é a Barclays Pension Funds Trustees Limited, uma sociedade anónima que é também uma subsidiária totalmente detida pelo Barclays Bank PLC. O Administrador é o proprietário legal dos ativos do UKRF, que são detidos separadamente dos ativos do Grupo.

O Conselho Fiduciário é composto por seis diretores administrativos selecionados pelo Barclays, dos quais três são Diretores independentes sem nenhuma relação com o Barclays ou o UKRF, mais três Diretores nomeados entre os membros selecionados a partir do pessoal ativo e membros elegíveis reformados que se candidataram ao cargo.

35 Pensões e benefícios de aposentação continuação

O BPSF é um acordo de Pensões Pessoais do Grupo que opera um conjunto de planos pessoais de pensões. Cada plano pessoal de pensão é um contrato direto entre o empregado e o fornecedor BPSF (Legal & General Assurance Society Limited), e é regulamentado pela FCA.

Aplicam-se princípios semelhantes de governação de pensões aos outros planos de pensões do Grupo, embora os vários planos no estrangeiro sejam cobertos por legislações diferentes onde, na maior parte dos casos, o Grupo tem poder para determinar a taxa de financiamento.

Montantes reconhecidos

As tabelas seguintes incluem os montantes reconhecidos na demonstração de resultados e uma análise das obrigações de benefícios e ativos incluídos nos planos para todos os planos de benefícios definidos do Grupo. A posição líquida é reconciliada com os ativos e passivos reconhecidos no balanço. As tabelas incluem os benefícios pós-aposentação financiados e não financiados.

Encargos na demonstração de resultados

	2015	2014
	M€	M€
Custo do serviço corrente	303	324
Custo/(receita) financeiro líquido	42	78
Custos passados de serviço	(434)	(5)
Liquidações	1	(15)
Total	(88)	382

Os custos do serviço passado incluem um ganho de 429 m€ (2014: zero) na valorização de um componente das responsabilidades por benefícios de reforma definidos.

Reconciliação do balanço

	2015			2014		
	O Grupo		Dos quais são relativos ao UKRF	O Grupo		Dos quais são relativos ao UKRF
	Total	Total do Banco		Total	Total do Banco	
	M€	M€	M€	M€	M€	M€
Obrigações de benefício no início do ano	(30 392)	(28 388)	(27 931)	(27 568)	(25 494)	(25 093)
Custo do serviço corrente	(303)	(239)	(234)	(324)	(264)	(258)
Despesas de juros dos passivos do plano	(1 147)	(1 024)	(1 010)	(1 261)	(1 111)	(1 101)
Custo passado do serviço	434	429	429	5	2	2
Liquidações	-	-	-	83	39	-
Ganhos (perdas) de reavaliação - financeiras	1 161	1 126	1 121	(2 493)	(2 437)	(2 382)
Perdas de reavaliação - demografia	(159)	(162)	(160)	(370)	(351)	(340)
Ganhos de reavaliação - experiência	609	612	611	407	406	418
Contribuições de empregados	(36)	(2)	(2)	(35)	(3)	(2)
Benefícios pagos	1 172	1 036	1 021	999	838	825
Câmbios e outros movimentos	382	122	128	165	(13)	-
Obrigações de benefício no fim do ano	(28 279)	(26 490)	(26 027)	(30 392)	(28 388)	(27 931)
Justo valor dos ativos do plano no início do ano	28 874	27 079	26 827	25 743	23 906	23 661
Juros credores sobre ativos do plano	1 105	987	979	1 183	1 053	1 042
Contribuição do empregador	689	593	586	347	253	241
Liquidações	-	-	-	(68)	(27)	-
Reavaliações - rendimento dos ativos do plano maior do a taxa de desconto	(476)	(454)	(446)	2 736	2 723	2 705
Contribuições de empregados	36	2	2	35	3	2
Benefícios pagos	(1 172)	(1 036)	(1 021)	(999)	(838)	(825)
Câmbios e outros movimentos	(304)	(87)	(98)	(103)	6	1
Justo valor dos ativos do plano no final do ano	28 752	27 084	26 829	28 874	27 079	26 827
Superavit/(deficit) líquido	473	594	802	(1 518)	(1 309)	(1 104)
Excedentes irrecuperáveis (Efeito do limite de ativos)	(60)	-	-	-	-	-
Ativos (passivos) reconhecidos líquidos	413	594	802	(1 518)	(1 309)	(1 104)
Ativos de benefícios de reforma	836	807	802	56	-	-
Passivos de benefícios de reforma	(423)	(213)	-	(1 574)	(1 309)	(1 104)
Ativos/(passivos) líquidos de benefícios de reforma	413	594	802	(1 825)	(1 309)	(1 104)

Incluídos na obrigação de benefício do Grupo estavam 2 050 M€ (2014: 2 272 M€) relativos a pensões no estrangeiro e 202 M€ (2014: 189 M€) relativos a outros benefícios pós-emprego. Da obrigação total para benefícios de 28 279 M€ (2014: 30 392 M€), 245 M€ (2014: 286 M€) eram completamente não-financiados. Incluídos

Notas às demonstrações financeiras

Benefícios dos colaboradores

35 Pensões e benefícios de reforma continuação

na obrigação para benefícios do Banco estavam 359 M£ (2014: 359 M£) relativos a pensões no estrangeiro e 104 M£ (2014: 98 M£) relativos a outros benefícios pós-emprego. Das obrigações totais para benefícios do Banco, de 26 490 M£ (2014: 28 388 M£), 204 M£ eram completamente não-financiados.

A 31 de dezembro de 2015, os ativos do plano do UKRF apresentavam um superavit relativamente às obrigações da IAS 19R no valor de 802 M£ (2014: défice de 1 104 M£).

O movimento no UKRT foi principalmente devido a uma descida de 1,9 M£ na obrigação definida para os benefícios. O decréscimo na obrigação definida para os benefícios pode ser ligado a um aumento da taxa de desconto, à experiência da participação, e a uma alteração no cálculo definido estatutariamente para determinados benefícios.

Principais estimativas e critérios contabilísticos

A avaliação atuarial das obrigações dos planos depende de uma série de pressupostos. Abaixo está um resumo dos principais pressupostos financeiros e demográficos adotados para o UKRF.

Pressupostos financeiros do UKRF	2015	2014
	% p.a.	% p.a.
Taxa de desconto	3,82	3,67
Taxa de inflação	3,05	3,05
Taxa de aumento salarial	2,55	2,55
Taxa de aumento de pensões a pagamento	2,87	2,98
Taxa de aumento de pensões diferidas	2,87	2,98
Taxa de reavaliação Pós-trabalho	3,27	3,35

O pressuposto para a taxa de desconto UKRF em 2015 foi baseado numa variante do modelo-padrão RATE Link da Towers Watson. Esta variante inclui todas as obrigações classificadas com AA por pelo menos uma das quatro maiores agências de rating, e assume que os rendimentos após 30 anos são constantes. Para 2014, o pressuposto da taxa de desconto foi baseado na taxa de desconto única equivalente implicada pelo modelo RATE Link da Towers Watson.

Os pressupostos de mortalidade pós-aposentação do UKRF baseiam-se no pressuposto de melhor estimativa derivado de uma análise realizada em 2014 à própria experiência de mortalidade pós-aposentação do Barclays, e considerando a evidência recente de inquéritos à mortalidade publicados. Foi considerado um ajustamento para melhorias futuras na mortalidade, com base no modelo de projeção de 2013 publicado pelo Continuous Mortality Investigation Bureau e sujeito a uma tendência de longo prazo de 1,25% pa, para melhorias futuras. A tabela abaixo mostra como a esperança de vida assumida aos 60 anos, para membros do UKRF, tem variado durante os últimos três anos:

Esperança de vida assumida	2015	2014	2013
Esperança de vida aos 60 para reformados atuais (anos)			
- Homens	28,4	28,3	27,9
- Mulheres	30,0	29,9	29,0
Esperança de vida aos 60 para futuros reformados atualmente com 40 (anos)			
- Homens	30,2	30,1	29,3
- Mulheres	32,0	31,9	30,6

Análise de sensibilidade em pressupostos atuariais

A análise de sensibilidade foi calculada por valorização dos passivos do UKRF e usando os pressupostos corrigidos apresentados na tabela seguinte e mantendo os pressupostos restantes iguais aos descritos na tabela anterior de pressupostos UKRF, exceto no caso da sensibilidade à inflação, em que outros pressupostos que dependem da inflação prevista foram também alterados em conformidade. A diferença entre o valor recalculado dos passivos e o valor referido na tabela anterior de reconciliação do balanço é o valor apresentado. A seleção destes movimentos para ilustrar a sensibilidade da obrigação de benefício definido aos pressupostos principais não deve ser interpretada como a manifestação de uma opinião específica do Barclays quanto à probabilidade de ocorrência de tais movimentos.

Alteração nos pressupostos principais

	2015		2014	
	Impacto sobre a obrigação de benefício definida para o UKRF		Impacto sobre a obrigação de benefício definida para o UKRF	
	(Diminuição)/ Aumento	(Diminuição)/ Aumento	(Diminuição)/ Aumento	(Diminuição)/ Aumento
	%	M£	%	M£
Aumento de 0,5% na taxa de desconto	(8,2)	(2,1)	(9,0)	(2,5)
Aumento de 0,5% na taxa de inflação assumida	5,4	1,4	7,3	2,0
Aumento de 1 ano na esperança de vida aos 60 anos	3,5	0,9	3,5	1,0

A duração média ponderada dos pagamentos de benefícios refletidos na obrigação de benefícios definida para o UKRF é de 18 anos.

35 Pensões e benefícios de reforma continuação

Ativos

Foi definida uma estratégia de longo prazo de investimento para o UKRF, com a sua distribuição de ativos contendo uma mistura de títulos, obrigações, imóveis e outros ativos apropriados. Isto reconhece que as várias classes de ativos devem originar rendimentos diferentes no longo prazo e que algumas classes de ativos podem ser mais voláteis que outras. A estratégia de investimento no longo prazo garante, para além de outros objetivos, que os investimentos são adequadamente diversificados. É permitida alguma flexibilidade aos gestores de ativos para variar a distribuição de ativos na estratégia de investimento de longo prazo dentro de intervalos de controlo acordados periodicamente com o Administrador do Fundo.

O UKRF também utiliza instrumentos derivados, quando apropriado, para alcançar uma exposição ou rendimento específicos, ou para fazer corresponder melhor os ativos com os passivos. O valor dos ativos apresentados reflete os ativos físicos detidos pelo plano, sendo as detenções de derivados refletidas numa base de preço de mercado.

O valor dos ativos dos planos e a sua percentagem em relação aos ativos totais do plano são os seguintes:

Análise dos ativos do plano	Total do Grupo		Total do Banco		Dos quais, relacionados com o UKRF	
	Valor	% do justo valor total do programa ativos	Valor	% do justo valor total do programa ativos	Valor	% do justo valor total do ativos do plano
		ME		%		ME
A 31 de dezembro de 2015						
Títulos - cotados	7 764	27	7 003	25,9	6 947	25,9
Títulos - não cotados	1 757	6,1	1 750	6,5	1 750	6,5
Obrigações - soberanas, fixas ^a	1 105	3,8	634	2,3	577	2,2
Obrigações - soberanas, indexadas ^a	9 677	33,7	9 670	35,7	9 670	36,0
Obrigações - corporativas e outras ^a	5 856	20,4	5 735	21,2	5 680	21,2
Imobiliário - comercial ^b	1 602	5,6	1 581	5,8	1 581	5,9
Derivados ^b	183	0,6	183	0,7	183	0,7
Numerário	67	0,2	51	0,2	47	0,2
	741	2,6	477	1,7	394	1,4
Justo valor dos ativos do plano	28 752	100,0	27 084	100,0	26 829	100,0
A 31 de dezembro de 2014						
Títulos - cotados	6 813	23,6	5 885	21,7	5 808	21,6
Títulos - não cotados	1 549	5,4	1 542	5,7	1 537	5,7
Obrigações - soberanas, fixas ^a	934	3,2	649	2,4	609	2,3
Obrigações - soberanas, indexadas ^a	7 114	24,6	7 114	26,3	7 114	26,5
Obrigações - corporativas e outras ^a	5 599	19,4	5 428	20,0	5 317	19,8
Imobiliário - comercial ^b	2 023	7,0	1 946	7,2	1 945	7,3
	1 472	5,1	1 472	5,4	1 472	5,5
Numerário	2 897	10,0	2 665	9,8	2 644	9,9
Fundos de investimento ^c	284	1,0	284	1,0	284	1,1
	189	0,7	94	0,5	97	0,3
Justo valor dos ativos do plano	28 874	100,0	27 079	100,0	26 827	100,0

Incluídos no justo valor dos ativos do plano estão: 5 M£ (2014: 3 M£) relativos a ações do Barclays PLC, 23 M£ (2014: 39 M£) relativos a obrigações emitidas pelo Grupo Barclays, 6 M£ (2013: 6 M£) relativos a imóveis ocupados pelas empresas do Grupo, e 7 M£ (2014: 14 M£) relativos a outros investimentos. O UKRF também investe em veículos de investimento que podem deter ações ou dívida emitida pelo Grupo.

Os ativos do plano do UKRF também incluem 36 M£ (2014: 36 M£) relativos a investimentos em capital no Reino Unido e 1 714 M£ (2014: 1 502 M£) relativos a investimentos de capital no estrangeiro. Estes são divulgados acima em Títulos - não cotados.

Aproximadamente um terço dos ativos do UKRF são investidos em estratégias de investimento movidas por passivos; principalmente obrigações do tesouro do RU, bem como swaps de taxa de juro e de inflação. São usados para fazer corresponder melhor os ativos aos seus passivos. Os swaps são usados para reduzir os riscos de inflação e duração do plano relativamente aos seus passivos.

Notas

a Os ativos detidos são predominantemente cotados.

b Os ativos detidos são predominantemente não cotados.

c. Fundos conjuntos são relativos a vários investimentos predominantemente não cotados.

Notas às demonstrações financeiras

Benefícios dos colaboradores

35 Pensões e benefícios de reforma continuação

Financiamento

A última avaliação trienal do financiamento do UKRF foi levada a cabo com data efetiva de 30 de setembro de 2013. Foi completada em 2014 e apresentou um déficit de 3,6 M£ e um nível de financiamento de 87,4%. A próxima avaliação do financiamento do UKRF deverá ser completada em 2017, com uma data de entrada em vigor de 30 de setembro de 2016. Em anos de não-valorização, o Atuário do Plano prepara uma atualização anual da posição de financiamento. A última atualização anual foi efetuada a 30 de setembro de 2015 e mostrou um déficit de 6,0 M£ e um nível de financiamento de 82,7%. O aumento no déficit de financiamento durante o ano até 30 de setembro pode ser principalmente atribuído à queda dos rendimentos reais dos títulos do tesouro durante o ano.

O Banco e o Administrador do Fundo acordaram um objetivo de financiamento específico para o plano, uma declaração de princípios de financiamento, um calendário de contribuições e um plano de recuperação para eliminar o déficit no Fundo. As principais diferenças entre o financiamento e os pressupostos da IAS 19 são um pressuposto de financiamento mais prudente relativamente à longevidade e uma abordagem diferente à definição da taxa de desconto.

O plano de recuperação para eliminação do déficit terá como consequência o pagamento de contribuições para diminuição do déficit pelo Banco ao Fundo até 2021. Foram pagas contribuições para diminuição do déficit no valor de 300 M£ em 2015, que serão também pagas em 2016. Serão vertidas contribuições suplementares para diminuição do déficit no valor de 740 M£ por ano, entre 2017 e 2021. Até 500 M£ das contribuições para diminuição do déficit em 2021 serão pagáveis em 2017, dependendo do nível de déficit nesse momento. Estas contribuições para diminuição do déficit são adicionais às contribuições regulares necessárias para cumprir a parte do Grupo no custo acrescido dos benefícios em cada ano.

Em anos de não-valorização, o Atuário do Plano prepara uma atualização anual da posição de financiamento. A última atualização anual foi efetuada a 30 de setembro de 2015 e mostrou um déficit de 6,0 M£ e um nível de financiamento de 82,7%. O aumento no déficit de financiamento durante o ano até 30 de setembro pode ser principalmente atribuído à queda dos rendimentos reais dos títulos do tesouro durante o ano.

As contribuições de benefícios definidas pagas em relação ao UKRF foram as seguintes:

Contribuições pagas	M£
2015	586
2014	241
2013	238

As contribuições esperadas do Grupo para o UKRF e relativas a benefícios definidos em 2016 foram de 632 M£ (2015: 586 M£). Adicionalmente, as contribuições esperadas para os planos de contribuições definidas no Reino Unido em 2016 foram de 49 M£ (2015: 52 M£) para o UKRF e de 140 M£ (2015: 126 M£) para o BPSP. Para os planos de benefícios definidos relevantes fora do Reino Unido, as contribuições esperadas em 2016 foram de 78 M£ (2015: 107 M£).

Notas às demonstrações financeiras

Âmbito de consolidação

Esta secção apresenta informação dos investimentos do Grupo em subsidiárias, joint ventures e associadas, e os seus interesses em entidades estruturadas. São também detalhadas as transações de titularização a que o

36 Principais subsidiárias

Barclays aplica a IFRS 10 *Demonstrações Financeiras Consolidadas*. As demonstrações financeiras consolidadas combinam as demonstrações financeiras do Barclays Bank PLC e de todas as suas subsidiárias. As subsidiárias são entidades sobre as quais o Grupo detém controlo. De acordo com a IFRS 10 isto ocorre quando o Grupo está exposto ou tem direito a rendimentos variáveis devido ao seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de afetar esses rendimentos através do seu poder sobre a entidade.

O Grupo reavalia se controla uma entidade se os factos e circunstâncias indicarem que houve alterações aos seus poderes, aos seus direitos a retornos variáveis ou à capacidade de usar os seus poderes para afetar o montante dos seus retornos.

Contabilização do investimento nas subsidiárias

Nas demonstrações financeiras individuais do Barclays Bank PLC, os investimentos em subsidiárias são referidos a valor de custo deduzido de imparidades.

Os investimentos em subsidiárias, a maior parte das quais estão envolvidas em atividades bancárias, são registados no balanço ao custo histórico deduzidos de quaisquer imparidades. A 31 de dezembro de 2015, o custo histórico dos investimentos em subsidiárias era de 22 742 M£ (2014: 22 623 M£), e as deduções reconhecidas relativamente a estes investimentos foram de 4 960 M£ (2014: 4 278 M£), relativas a imparidades.

As principais subsidiárias do Grupo são referidas seguidamente. São incluídas as subsidiárias mais significativas no contexto do negócio, dos resultados ou da posição financeira do Grupo.

Denominação da empresa	Princípio local de negócio ou Constituição	Natureza do negócio	não controladores		Interesses s - proporção de interesses de propriedade
			Percentage m de direitos de voto detidos	Interesse s - proporção de interesses de propriedade	
			%	%	%
Barclays Capital Escuteis Limited	Inglaterra	Tratamento de títulos	100	-	-
Barclays Private Clients International Limited	Ilha de Man	Atividade Bancária	100*	-	-
Barclays Escuteis Japana Limited	Japão	Tratamento de títulos	100	-	-
Barclays Africa Grou Limited	África do Sul	Atividade Bancária	62	38	38
Barclays Capital Inc.	Estados Unidos	Tratamento de títulos	100	-	-
Barclays Bank Delaware	Estados Unidos	Emissor de cartões de	100	-	-

O país de registo ou de constituição é também a principal área de operação de cada uma das subsidiárias anteriores. Os investimentos em subsidiárias detidos diretamente pelo Barclays Bank PLC estão marcados com *. Veja a Nota 45 Empresas coligadas para mais informação sobre os compromissos do Grupo.

Os interesses de propriedade são em alguns casos diferentes aos interesses de voto devido à existência de interesses de capital sem direito a voto, como ações preferenciais. Ver Nota 32 Interesses não-controladores para mais informações.

O Barclays Bank SAU era considerado uma subsidiária principal em 2014. O Barclays Bank SAU e todas as suas subsidiárias, compreendendo todos os seus ativos e passivos, foi vendido a um terceiro, o CaixaBank, SA, a 2 de janeiro de 2015.

Critérios e pressupostos significativos utilizados para determinar o âmbito da consolidação

A determinação do controlo de uma entidade pelo Grupo é normalmente simples e baseada na propriedade da maioria do capital com direito a voto. Contudo, em certos casos esta determinação envolve um critério significativo, especialmente no caso de entidades estruturadas onde o direito a voto não é frequentemente o fator determinante nas decisões sobre atividades relevantes. Este critério pode envolver a avaliação do objetivo e organização da entidade. Poderá também ser frequentemente necessário considerar se o Grupo, ou outra parte envolvida com poder sobre as atividades relevantes, age como parte principal de direito próprio ou como agente em representação de terceiros.

Frequentemente existe também uma decisão envolvida na avaliação contínua do controlo sobre entidades estruturadas. A este respeito, em casos em que as condições de mercado se tenham deteriorado de tal forma que as exposições dos outros investidores aos rendimentos variáveis da estrutura tenham sido substancialmente eliminados, o Grupo poderá concluir que os gestores da entidade estruturada agem como um agente seu e procederá consequentemente à consolidação da entidade estruturada.

Notas às demonstrações financeiras

Âmbito de consolidação

36 Principais subsidiárias continuação

Um interesse no capital com direito a voto superior a 50% indicaria normalmente que o Grupo controla uma entidade. Contudo, certas entidades são excluídas da consolidação porque o Grupo não está exposto aos seus rendimentos variáveis. Estas entidades são controladas por contrapartes externas e diferentes do Grupo.

Pais de registo ou constituição empresa	Nome da	Percentagem de direitos de voto detidos (%)	Capital acionista fundos (M€)	Lucros retidos para o ano (M€)
Reino Unido	Fitzroy Finance Limited	100	-	-
Ilhas Caimão	Palomino Limited	100	2	-

Estas entidades são geridas por contrapartes externas, e por essa razão não são controladas pelo Grupo. Quando apropriado, as participações relacionadas com estas entidades são incluídas na Nota 37 Entidades Estruturadas.

Restrições significativas

Como é normal para um Grupo da sua dimensão e âmbito internacional, existem restrições à capacidade do Barclays PLC obter distribuições de capital, acesso a ativos ou reembolsar os passivos dos membros do seu Grupo devido aos requisitos jurídicos, regulamentares e contratuais das suas subsidiárias e devido aos direitos de proteção de interesses não-controladores. Estes são considerados seguidamente.

Requisitos regulamentares

As principais empresas subsidiárias do Barclays detêm ativos e passivos antes de eliminações interempresa no valor de 391 M€ (2014: 490 M€) e

378 M€ (2014: 474 M€) respetivamente. Os ativos e passivos estão sujeitos à regulamentação prudencial e aos requisitos regulamentares de capital dos países que os regulam. Estes obrigam a que as entidades mantenham rácios mínimos de capital que não podem ser devolvidos à empresa-mãe, o Barclays Bank PLC, com base na continuidade do negócio.

Por forma a cumprir os requisitos de capital, as subsidiárias poderão deter determinados instrumentos financeiros contabilizados como capital ou contabilizados como dívida e instrumentos não relacionados com ações tais como instrumentos de capital da Lista 1 e da Lista 2 e outras formas de responsabilidades subordinadas. A Nota 32 Participações não-controladoras e a Nota 29 Responsabilidades subordinadas contém detalhes destes instrumentos. Estes instrumentos podem estar sujeitos a cláusulas de cancelamento ou a restrições de ações preferenciais que limitem a capacidade da entidade repatriar o capital de forma oportuna.

Requisitos de liquidez

As subsidiárias reguladas do Grupo devem manter fundos de liquidez para cumprir os requisitos regulamentares locais e da Autoridade de Regulação Prudencial. As principais subsidiárias afetadas são a Barclays Capital Inc. e a Barclays Africa Grou Limited que devem garantir a conformidade diária com o mínimo regulamentar. Veja as páginas 98 a 115 para mais detalhes sobre os requisitos de liquidez, incluindo os aplicáveis às subsidiárias mais significativas.

Requisitos estatutários

As subsidiárias do Grupo estão sujeitas a requisitos estatutários para não procederem a distribuições de capital e lucros não realizados e geralmente para manter a solvabilidade. Estes requisitos restringem a capacidade das subsidiárias procederem a envios de dividendos ao Barclays Bank PLC, a empresa-mãe de última instância, exceto no caso de uma redução ou liquidação legal do capital. Na maior parte dos casos as restrições regulamentares acima enunciadas excedem as restrições estatutárias.

Requisitos contratuais

Oneração de ativos

O Grupo usa os seus ativos financeiros para reunir financiamento na forma de titularizações e através dos modelos de liquidez dos bancos centrais. Uma vez onerados, os ativos deixam de estar disponíveis para serem transferidos pelo Grupo. Os ativos afetados são divulgados na Nota 40 Ativos Comprometidos

Ativos detidos por entidades estruturadas consolidadas

80 M€ (2014: 379 M€) de ativos incluídos no balanço do Grupo são relativos a fundos de investimento consolidados e são detidos para remunerarem juros e capital aos detentores das unidades nesses fundos. Os ativos detidos por estes fundos não podem ser transferidos para outros membros do Grupo. O decréscimo é principalmente decorrente da venda do negócio Espanhol em janeiro de 2015, que incluiu determinados fundos patrimoniais Europeus, e da venda de um fundo patrimonial durante o ano.

Outras restrições

É exigido ao Grupo que mantenha saldos junto dos bancos centrais e de outras autoridades de regulação, e estes totalizaram 4 369 M€ (2014: 4 448 M€).

Os ativos do Barclays Africa Grou Limited estão sujeitos ao regulamento de controlo de transferências determinados pelo South African Reserve Bank (SARB). Os dividendos especiais e os empréstimos por conta de dividendos não podem ser transferidos sem a aprovação do SARB.

37 Entidades estruturadas

Uma entidade estruturada é uma entidade em que os direitos de voto ou semelhantes não constituem o fator dominante para a definição do controlo. As entidades estruturadas são normalmente criadas para alcançar um objetivo particular e bem definido e apresentam restrições às suas atividades contínuas.

Dependendo do poder do Grupo sobre as atividades da entidade, e da sua exposição a e capacidade de influenciar os seus próprios rendimentos, a entidade poderá ser consolidada. Noutros casos, poderá patrocinar ou estar exposto a uma tal entidade, mas não proceder à sua consolidação.

Entidades estruturadas consolidadas

O Grupo possui acordos contratuais que podem requerer que forneça apoio financeiro aos seguintes tipos de entidades estruturadas consolidadas:

Veículos de titularização

O Grupo usa a titularização como fonte de financiamento e como meio de transferência de risco. A Nota 39 titularizações contém um detalhe maior.

O Grupo concede facilidades de liquidez a certos veículos de titularização. A 31 de dezembro de 2015, existiam compromissos de crédito pendentes com estas entidades no total de 135 M£ (2014: 201 M£).

Papel comercial (PC) e veículos de médio prazo

O Grupo disponibilizou 8,5 M£ (2014: 9,1 M£) a facilidades contratuais não utilizadas e de regulação de liquidez, a veículos PC.

Entidades de gestão de fundos

O Barclays garantiu contratualmente o desempenho de certos investimentos monetários numa série de fundos de investimento geridos, o que resultou na sua consolidação. A 31 de dezembro de 2015, o valor nominal da garantia era de 257 M£ (2014: 585 M£). O decréscimo é explicado pelo encerramento de fundos Europeus de riqueza durante o ano.

Fundos de benefícios a empregados

O Grupo concede contribuições de capital a fundos de benefícios a empregados para permitir-lhes cumprir as suas obrigações perante os empregados e decorrentes de planos de pagamento baseados em ações. Durante 2015, o Grupo forneceu linhas de crédito não utilizadas no valor de 784 M£ (2014: 332 M£) a determinados fundos-

Entidades estruturadas não consolidadas em que o Grupo detém participações

Uma participação numa entidade estruturada é qualquer forma contratual ou não contratual de envolvimento que crie variabilidade nos rendimentos decorrentes do desempenho da entidade para o Grupo. Estes interesses incluem dívida ou ações detidas, derivados que transferem riscos financeiros da entidade para o Grupo, empréstimos, compromissos de crédito, garantias financeiras e acordos de gestão de investimentos.

Os swaps de taxa de juro, derivados cambiais que não sejam complexos e que exponham o Grupo a um risco de crédito insignificante por estar a montante na cascata de pagamentos de uma titularização e os derivados que sejam determinados para introduzir risco ou variabilidade numa entidade estruturada não são considerados como tendo interesse numa entidade e foram excluídos das divulgações abaixo.

Notas às demonstrações financeiras

Âmbito de consolidação

37 Entidades Estruturadas continuação

A natureza e extensão das participações do Grupo em entidades estruturadas é resumida seguidamente:

Resumo de interesses em entidades estruturadas não

	Garantidos	Interesses	Derivados	Outras	Total
	garantido	comercia	derivados	participação	
	M€	M€	M€	M€	M€
Em dezembro de					
2015					
Ativos					
Ativos financeiros designados no justo valor					
Instrumentos financeiros	12 382	-	-	353	12 735
derivados	-	-	4 427	1 926	6 353
Investimentos disponíveis para venda	-	-	-	1 060	1 060
Empréstimos e adiantamentos a bancos	-	-	-	4 067	4 067
Empréstimos e adiantamentos a clientes	7 117	-	-	27 700	27 700
adiantamentos a clientes	-	-	-	-	7 117
Ativos totais	19 499	8 949	4 427	36 785	69 660
Passivos					
Instrumentos financeiros derivados	-	-	2 761	1 926	4 687
Em dezembro de 2014					
Ativos					
Ativos da carteira de negociação	-	14 538	-	3 668	18 206
Ativos financeiros designados pelo justo valor	-	-	-	963	963
Instrumentos financeiros derivados	-	-	5 207	1 594	6 801
Investimentos disponíveis para venda	-	-	-	1 216	1 216
Empréstimos e adiantamentos a bancos	-	-	-	4 277	4 277
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	-	-	30 067	30 067
Acordos de recompra inversa e outros empréstimos garantidos similares	37 139	-	-	-	37 139
Outros ativos	-	-	-	38	38
Ativos totais	37 139	14 538	5 207	41 823	98 707
Passivos					
Instrumentos financeiros derivados	-	-	5 222	1 514	6 736

Os acordos de financiamento garantidos, interesses negociados no curto prazo e derivados negociados são normalmente geridos de acordo com a gestão do risco de mercado descrita na página 87, que inclui uma indicação da alteração das medidas de risco comparativamente ao ano passado. Por esta razão, os ativos totais destas entidades não são considerados significativos para o propósito de compreender os riscos relacionados e por isso não foram apresentados. Outros interesses relevantes incluem uma carteira Non-Core que está a ser progressivamente descontinuada, veículos e empréstimos corporativos em que o juro é definido pela procura normal dos clientes.

Financiamento protegido

O Grupo celebra rotineiramente contratos de revenda, de empréstimo de títulos e acordos similares, em termos comerciais normais, em que a contraparte do acordo é uma entidade estruturada. Dada a natureza destes acordos, especialmente pela transferência de garantia e pela aplicação contínua de margens, o Grupo tem uma exposição mínima ao desempenho da contraparte da entidade estruturada. Inclui-se uma descrição destas transações na Nota 21 Acordos de recompra inversa e de recompra incluindo outros créditos similares.

Interesses comercializados a curto prazo

O Grupo compra e vende interesses em entidades estruturadas como parte das suas atividades de negociação, por exemplo, títulos garantidos por hipotecas, títulos de dívida colateralizados e interesses semelhantes. Estes interesses são normalmente detidos em nome individual ou como parte de uma carteira mais extensa por um período não superior a 90 dias. Nestes casos, o Grupo não detém normalmente outro envolvimento com a entidade estruturada para além dos títulos que detém como parte das suas atividades de negociação, e a sua exposição máxima a perdas está limitada pelo valor contabilístico do ativo.

A 31 de dezembro de 2015, 8 576 M€ (2014: 12 058 M€) dos 8 949 M€ (2014: 14 538 M€) aplicados em interesses do Grupo negociados no curto prazo constaram de títulos de dívida emitidos por veículos de titularização de ativos.

37 Entidades Estruturadas *continuação*

Derivados transacionados

O Grupo celebra uma série de contratos derivados com entidades estruturadas que referenciam variáveis de risco de mercado tais como taxas de juro, taxas de câmbio e índices de crédito, para além de outros. Os principais tipos de derivados que são considerados interesses em entidades estruturadas incluem swaps baseados em índices e swaps de crédito vencido para entidades específicas, swaps garantidos pelo balanço, swaps de retorno total, swaps de mercadorias e swaps de capital. A Nota 14 Instrumentos financeiros derivados contém detalhes que descrevem os tipos de derivados e as práticas de gestão de risco. O risco de perda pode ser atenuado através de requisitos contínuos de aplicação de margens, bem como de um direito aos fluxos de caixa da entidade estruturada que esteja a montante na cascata de pagamentos. Estes requisitos de aplicação de margens são consistentes com a prática do mercado para muitos acordos derivados e estão alinhados com as políticas normais de crédito do Grupo.

As transações de derivados requerem que a contraparte entregue numerário ou outra garantia prevista nos acordos de aplicação de margens, para mitigar o risco de crédito da contraparte. Incluem-se no total dos derivados negociados 409 M£ (2014: 445 M£) de ativos derivados que são baseados em acordos do tipo "derivados compensados". Estas são transações em que o Grupo celebra um contrato com uma transferência em nome de uma entidade-cliente estruturada e constitui assim uma posição oposta. O Grupo está exposto ao risco de liquidação apenas nestes derivados sendo o mesmo atenuado através da aplicação diária de margens. O total dos valores nominais atingiu 117 642 M£ (2014: 176 584 M£).

Exceto para CDS em que a exposição máxima à perda é o montante nominal do swap, não é possível estimar a exposição máxima à perda relativa às posições derivadas, já que o justo valor dos derivados está sujeito a alterações nas taxas de juro de mercado, nas taxas de câmbio e nos índices de crédito, que são incertos por natureza. Além disso, as perdas do Grupo estariam sujeitas a ação atenuante decorrente das suas políticas de risco de mercado e de risco de crédito, que exigem à contraparte a constituição de uma garantia em numerário ou outros ativos, na maior parte dos casos com periodicidade diária.

Outros interesses em entidades estruturadas não consolidadas

Os interesses do Grupo em entidades estruturadas que não são detidos com o objetivo de atividades de negociação de curto prazo são apresentados abaixo, resumidos pelos propósitos das entidades e limitados às categorias significativas, com base na exposição máxima a perdas.

Notas às demonstrações financeiras

Âmbito de consolidação

37 Entidades Estruturadas continuação

Natureza do interesse	Estruturada	Multivendedor	Crédito	Títulos	Fundos e	outros	Total
	carteira de	conduta					
	crédito	programas		por	investim		
	ME	ME	ME	hipoteca	ento	ME	ME
Em dezembro de 2015							
Ativos da carteira de negociação							
- Títulos de dívida	1 545	-	-	-	-	40	1 585
- Títulos de capital próprio	-	-	-	-	-	63	63
Ativos financeiros designados pelo justo							
- Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	-	247	-	-	6	253
- Títulos de dívida	-	-	41	-	-	57	98
- Títulos de capital próprio	-	-	-	-	-	2	2
Instrumentos financeiros derivados	-	-	-	-	-	1 926	1 926
Investimentos disponíveis para venda							
- Títulos de dívida	537	-	-	515	-	8	1 060
Empréstimos e adiantamentos a clientes	1 599	5 029	20 571	-	-	501	27 700
Empréstimos e adiantamentos a bancos	-	-	4 051	-	-	16	4 067
Outros ativos	-	4	7	-	20	-	31
Total das exposições patrimoniais	3 681	5 033	24 917	515	20	2 619	36 785
Total dos montantes nocionais	708	3 042	10 225	-	-	1 409	15 384
Exposição máxima ao prejuízo	4 389	8 075	35 142	515	20	4 028	52 169
Total de ativos da entidade	36 290	81 355	376 296	115 351	21 766	5 084	636 142
Em dezembro de 2014							
Ativos da carteira de negociação							
- Títulos de dívida	3 590	-	-	-	-	51	3 641
- Títulos de capital próprio	-	-	-	-	-	27	27
Ativos financeiros designados pelo justo							
- Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	-	881	-	-	11	892
- Títulos de dívida	-	-	-	-	-	35	35
- Títulos de capital próprio	-	-	-	-	-	36	36
Instrumentos financeiros derivados	-	-	80	-	-	1 514	1 594
Investimentos disponíveis para venda							
- Títulos de dívida	1	575	-	626	-	14	1 216
Empréstimos e adiantamentos a clientes	3 390	8 236	17 780	-	-	661	30 067
Empréstimos e adiantamentos a bancos	-	-	4 277	-	-	-	4 277
Outros ativos	-	5	9	-	21	3	38
Total das exposições patrimoniais	6 981	8 816	23 027	626	21	2 352	41 823
Total dos montantes nocionais	1 078	8 075	6 359	-	-	2 104	17 616
Exposição máxima às perdas	8 059	16 891	29 386	626	21	4 456	59 439
Total de ativos da entidade	50 279	97 298	390 522	147 422	25 556	5 816	716 893

Exposição máxima às perdas

Excetuando nos casos seguintes em contrário, a exposição máxima do Grupo às perdas é o total das suas posições no balanço e dos seus acordos fora do balanço, incluindo compromissos de crédito e garantias financeiras. A exposição à perda é atenuada através de garantias reais, de garantias financeiras, da disponibilidade de compensação e da proteção de crédito existente.

Carteira de crédito estruturado

Incluem-se aqui os interesses em títulos de dívida emitidos por veículos de titularização, principalmente os Empréstimos Garantidos (CLO), as Obrigações Garantidas (CDO), as estruturas de titularização de Hipotecas Residenciais e Comerciais (RMBS e CMBS), e as facilidades de crédito utilizadas e não utilizadas por estas entidades. Para alguns casos, os títulos são "envoltos" em proteção de crédito por uma seguradora monorramo, que transfere o crédito de risco para o monorramo. As entidades são tem a sua dívida inteiramente financiada através da emissão de tranches de títulos de dívida ou através de financiamento direto, como as facilidades de crédito concedidas pelo Grupo. À medida que os ativos subjacentes das entidades são amortizados e pagos, os títulos de dívida emitidos pelas entidades são reembolsados por ordem de antiguidade. Nos casos em que as entidades enfrentem deteriorações significativas do crédito, os títulos de dívida podem ser anulados ou cancelados por ordem inversa de antiguidade.

37 Entidades Estruturadas *continuação*

A 31 de dezembro de 2015, as exposições financiadas do Grupo compreendiam 1 545 M£ (2014: 3 591 M£) em títulos de dívida ao justo valor e 1 599 M£ (2014:

3 390 M£) de empréstimos e adiantamentos de custo amortizado. Dos 3 681 M£ (2014: 6 981 M£), 2 783 M£ (2014: 4 822 M£) têm categoria de investimento, enquanto o remanescente é categorizado como não investimento ou não é categorizado. O Grupo também tinha 708 M£ (2014: 1 078 M£) de exposições não financiadas na forma de compromissos de liquidez não exercidos. Dos 4 389 M£ (2014: 8 059 M£) de exposições financiadas e não financiadas, 4 387 M£ (2013: 7 897 M£) têm maior antiguidade na estrutura de capital da entidade.

Embora as exposições financiadas do Grupo tenham principalmente categoria de investimento e maior antiguidade na estrutura de capital, existem casos em que os interesses subordinados aos interesses principais e intercalares do Grupo têm valor mínimo ou nulo, devido a decréscimos do justo valor das garantias subjacentes detidas pela entidade.

O rendimento do Grupo destas entidades abrange receitas da atividade comercial (em grande parte ganhos e prejuízos de variações no justo valor e juros sobre títulos) em itens classificados como detidos para negociação e rendimentos de juros sobre juros classificados como empréstimos e valores a receber.

Durante 2014, o Grupo registou perdas no justo valor de 4 M£ (2014: perdas de 91 M£) em títulos de dívida. As perdas por imparidade registadas em empréstimos e adiantamentos não tiveram relevância no ano corrente nem no ano transato.

O justo valor dos interesses do Grupo em determinados CLO e CDO é influenciado pela proteção fornecida diretamente às entidades estruturadas por seguradoras monorramo, para além do valor da garantia detida pelas entidades. A proteção fornecida às entidades pelas seguradoras monorramo assume a forma de um CDS. Contudo, a capacidade de reembolso dos monorramos é incerta, o que se reflete na valorização dos interesses do Grupo nos CLO e CDO segurados por monorramo.

Programas de canais de distribuição multivendedor

Os veículos dedicam-se a fornecer financiamento a vários clientes e detêm interesses parciais em fundos de contas a receber ou obrigações semelhantes. Estes instrumentos estão protegidos contra perdas através de sobrecolateralização, garantias de vendedores, ou outras vantagens de crédito fornecidas pelos veículos. A exposição fora do balanço do Grupo incluída na tabela anterior representa facilidades de liquidez concedidas aos veículos para benefício dos detentores do papel comercial emitido pelos veículos e que só serão utilizadas quando os veículos forem incapazes de aceder ao mercado de papel comercial. Se estas facilidades forem utilizadas, o Grupo está protegido contra perdas através de sobrecolateralização, garantias de vendedores, ou outras vantagens de crédito fornecidas pelos veículos. O Grupo auferir rendimentos das comissões recebidas nas facilidades de liquidez e na carta de crédito concedida aos veículos. Não existiram perdas por imparidade nestes empréstimos no ano corrente nem no ano transato.

Crédito

Esta carteira inclui o crédito concedido pelo Grupo a entidades estruturadas não-consolidadas do decurso normal das suas atividades creditícias para auferir rendimentos na forma de juros e comissões de empréstimo e inclui o crédito a entidades estruturadas que é normalmente garantido por imóveis, equipamentos ou outros ativos. Todos os empréstimos são sujeitos ao processo de aprovação de crédito do Grupo. Os contratos de garantia são específicos para as circunstâncias de cada empréstimo, sendo procuradas garantias e cauções adicionais junto do promotor da entidade estruturada para certos contratos. Durante o período o Grupo incorreu numa imparidade de 35 M£ (2014: 31 M£) nestes créditos. Os principais tipos de crédito são 3 M£ (2014: 4 M£) de crédito de financiamento a entidades estruturadas remotas em falência, para investimento ou desenvolvimento imobiliário, 4 M£ (2014: 5 M£) de crédito a entidades estruturadas criadas por um indivíduo para deter um ou mais ativos, 2 M£ (2014: 2 M£) a entidades cujas operações estão limitadas ao financiamento da aquisição de ativos específicos como escolas, hospitais, estradas e projetos de energias renováveis de acordo com a Private Finance Initiative (PFI), e 1 M£ (2014: 1 M£) de crédito de financiamento a entidades estruturadas remotas em falência, para permitir a aquisição de bens de equipamento para as empresas-mãe, e que é suportado por garantias governamentais à exportação.

Títulos garantidos por hipotecas

Esta carteira contém obrigações de taxa variável, principalmente posições de títulos garantidos por hipotecas, usadas como cobertura contabilística do risco de taxa de juro de acordo com o programa de cobertura estrutural do Grupo. Todas as obrigações são categorizadas como investimento. A carteira diminuiu devido a uma redução nos requisitos de cobertura contabilística em libras esterlinas.

Fundos de investimento e trusts

No decurso das suas atividades de gestão de fundos, o Grupo instituiu fundos comuns de investimento que compreendem investimentos de vários tipos, adaptados para cumprirem determinados requisitos dos investidores. O interesse do Grupo nos fundos é normalmente restrito a uma comissão de gestão do fundo, cujo valor é normalmente baseado no desempenho do fundo.

O Grupo intervém como mandatário num conjunto de trusts instituídos por ou em nome de seus clientes. O objetivo dos trusts, que cumprem a definição de entidades estruturadas, é deter ativos em nome de beneficiários. O interesse do Grupo nos trusts é normalmente restrito a comissões não pagas que, dependendo do trust, poderão ser fixas ou baseadas no valor dos ativos do trust. O Barclays não possui outra exposição nos trusts.

Outros

Incluem 2 M£ (2014: 1,5 M£) de transações de derivados com entidades estruturadas, em que o risco de mercado é coberto de forma relevante por contratos derivados correspondentes.

Ativos transferidos para entidades estruturadas não consolidadas patrocinadas

Os ativos transferidos para entidades estruturadas não consolidadas patrocinadas não foram significativos.

Notas às demonstrações financeiras

Âmbito de consolidação

38 Investimentos em entidades associadas e joint ventures

Contabilização de associadas e joint ventures

O Barclays aplica a IAS 28 *Investimentos em Associadas* e a IFRS 11 *Acordos Conjuntos*. As associadas são entidades sobre as quais o Grupo tem influência significativa, mas não o controlo, sobre as políticas operacionais e financeiras. Normalmente o Grupo detém mais de 20% mas menos de 50% dos seus direitos de voto. As joint ventures são acordos conjuntos que proporcionam o controlo conjunto e direitos aos ativos líquidos da entidade. Os investimentos do Grupo em associadas e joint ventures são inicialmente registados pelo custo e acrescidos (ou decrescidos) anualmente pela parte do Grupo no lucro (ou perda) posterior à aquisição. O Grupo deixa de reconhecer a sua parte nas perdas de associados contabilizados no capital quando a sua parte dos ativos líquidos e montantes devidos pela entidade tenham sido completamente amortizados, a não ser que exista uma obrigação contratual ou implícita de assumir a sua parte nas perdas. Em certos casos, os investimentos nestas entidades podem ser detidos ao justo valor por via dos resultados, por exemplo, os detidos por empresas de capitais de investimento.

Não existem investimentos individualmente significativos em empreendimentos comuns ou entidades associadas detidos pelo Barclays.

	2015			2014		
	Entidades associadas	Empreendimentos comuns	Total	Entidades associadas	Empreendimentos comuns	Total
	M€	M€	M€	M€	M€	M€
Titulos de capital próprio contabilizados	217	356	573	303	408	711
Detido pelo justo valor através de lucros ou prejuizo	77	475	552	307	366	673
Total	294	831	1 125	610	774	1 384

A informação financeira resumida para as associadas e joint ventures contabilizadas no capital do Grupo é apresentada seguidamente. Os montantes apresentados são os rendimentos líquidos dos beneficiários do investimento, e não apenas a parte do Grupo para o ano terminado a 31 de dezembro de 2015, com a exceção de certos empreendimentos para os quais os montantes foram baseados em contas atualizadas mais de três meses antes da data do balanço.

	Entidades associadas		Joint ventures	
	2015	2014	2015	2014
	M€	M€	M€	M€
(Perdas) ou lucros provenientes de operações contínuas	6	(9)	86	146
Outro rendimento	-	13	(24)	(5)
Outros rendimentos	6	4	62	141

As partes não reconhecidas das perdas individualmente relevantes de associadas e joint ventures foram iguais a zero (2014: zero).

As associadas e joint ventures do Grupo estão sujeitas a requisitos jurídicos tais que não podem efetuar transferências de dividendos ou reembolsar empréstimos ao Barclays PLC sem acordo prévio com as partes externas.

A parte do Grupo em compromissos e contingências das suas associadas e joint ventures incluiu linhas de crédito não utilizadas e fornecidas a clientes no valor de 1 450 M€ (2014: 1 566 M€). Além disso, o Grupo celebrou compromissos para financiar ou conceder recursos às suas joint ventures e associadas no valor de 177 M€ (2014: 183 M€).

39 Operações de titularização

Contabilização de operações de titularização

O Grupo usa as titularizações como origem de financiamento e como um meio de transferência de risco. Estas transações resultam normalmente na transferência de fluxos de caixa contratuais de carteiras de ativos financeiros para detentores de títulos de dívida.

As titularizações podem, dependendo de cada acordo, resultar num reconhecimento continuado dos ativos titularizados e no reconhecimento dos títulos de dívida emitidos na transação; levar ao reconhecimento continuado parcial dos ativos na medida do envolvimento continuado do Grupo nestes ativos ou à anulação do reconhecimento dos ativos e ao reconhecimento separado, como ativos ou passivos, de quaisquer direitos ou obrigações criados ou retidos na transferência. A completa anulação do reconhecimento só ocorre quando o Grupo transfere o seu direito contratual a receber fluxos de caixa provenientes dos ativos financeiros, ou quando retém os direitos contratuais para receber os fluxos de caixa, mas assume a obrigação contratual de pagar os fluxos de caixa a outra parte sem atraso ou reinvestimento relevantes, e ainda transfere substancialmente todos os riscos e recompensas da propriedade, incluindo o risco de crédito, o risco de pagamento

No decurso da sua atividade bancária normal, o Grupo realiza transferências de ativos financeiros, tanto jurídicas (em que os direitos legais aos fluxos de caixa do ativo são transferidos para a contraparte) como usufrutuárias (em que o Grupo retém os direitos aos fluxos de caixa mas assume a responsabilidade de transferi-los para a contraparte). Dependendo da natureza da transação, isto poderá resultar na anulação do reconhecimento dos ativos na sua totalidade, na anulação parcial do reconhecimento ou em nenhuma anulação do reconhecimento dos ativos sujeitos à transferência.

A completa anulação do reconhecimento só ocorre quando o Grupo transfere o seu direito contratual a receber fluxos de caixa provenientes dos ativos financeiros (ou quando retém os direitos contratuais para receber os fluxos de caixa, mas assume a obrigação contratual de pagar os fluxos de caixa a outra parte sem atraso ou reinvestimento relevantes) e substancialmente todos os riscos e recompensas da propriedade, incluindo o risco de crédito, o risco de pagamento antecipado e o risco de taxa de juro. Quando um ativo é transferido, em algumas circunstâncias, o Grupo pode manter uma participação (envolvimento continuado) que obrigue o Grupo a readquirir o ativo em certas circunstâncias por um valor diferente do justo valor a essa data.

Em seguida apresenta-se um resumo das principais transações, assim como dos ativos e passivos e dos riscos financeiros que advêm das mesmas.

Transferências de ativos financeiros que não resultam em não reconhecimento.

Operações de titularização

O Grupo participou em transações de titularização envolvendo os seus empréstimos hipotecários residenciais, empréstimos empresariais e saldos de cartões de crédito.

Nestas transações, os ativos, os interesses sobre os ativos, ou os interesses benéficos nos fluxos de caixa decorrentes dos ativos, são transferidos para uma sociedade de propósito específico, que emite seguidamente títulos de dívida remunerados a investidores terceiros.

As titularizações podem, dependendo de cada acordo, resultar num reconhecimento continuado dos ativos titularizados e no reconhecimento dos títulos de dívida emitidos na transação. Também podem ocorrer o reconhecimento continuado parcial dos ativos na medida do envolvimento continuado do Grupo nestes ativos ou a anulação do reconhecimento dos ativos e ao reconhecimento separado, como ativos ou passivos, de quaisquer direitos ou obrigações criados ou retidos na transferência.

Notas às demonstrações financeiras

Âmbito de consolidação

39 Titularizações contínuas

A tabela seguinte demonstra a quantia escriturada dos ativos titularizados que não resultaram num total desconhecimento, juntamente com os passivos associados, para cada categoria de ativos no balanço:

	2015				2014			
	Ativos		Passivos		Ativos		Passivos	
	Contabilístico valor	Justo valor	Contabilístico valor	Justo valor	valor contabilístico	Justo valor	Valor Contabilístico	Justo valor
	ME	ME	ME	ME	ME	ME	ME	ME
O Grupo								
Empréstimos e adiantamentos a clientes								
Empréstimos de hipoteca residencial	376	362	(168)	(170)	2 830	2 619	(2 352)	(2 360)
Cartões de crédito, crédito não garantido e outros	5 433	5 472	(4 604)	(4 606)	7 060	7 162	(5 160)	(5 178)
empréstimos de retalho Crédito a empresas	8	8	(8)	(8)	157	154	(135)	(146)
Total	5 817	5 842	(4 780)	(4 784)	10 047	9 935	(7 647)	(7 684)
Empréstimos e adiantamentos a clientes								
Juros retidos em empréstimos hipotecários para	-	-	-	-	66	não	-	não
Juros retidos em empréstimos a empresas	42	42	não	não	-	-	-	-
O Banco								
Empréstimos e adiantamentos a clientes								
Empréstimos hipotecários para habitação	376	362	(168)	(170)	2 830	2 619	(2 352)	(2 360)
Cartões de crédito, empréstimos sem garantia e outro	2 510	2 489	(1 911)	(1 884)	10 758	10 858	(10 448)	(10 423)
Crédito a empresas	-	-	-	-	350	316	(301)	(298)
Total	2 886	2 851	(2 079)	(2 054)	13 938	13 793	(13 101)	(13 081)

Os saldos incluídos nos empréstimos e adiantamentos a clientes representam operações de titularização nas quais todos os riscos e remunerações do ativo foram substancialmente mantidos pelo Grupo.

A relação entre os ativos transferidos e os passivos associados é que os detentores das obrigações poderão olhar apenas aos fluxos de caixa de ativos titularizados para pagamentos de dívida e juros devidos de acordo com os termos das suas obrigações, embora os termos contratuais das suas obrigações possam ser diferentes da maturidade e juros dos ativos transferidos.

Os juros retidos em transferências de ativos financeiros que resultaram em desconhecimento parcial são garantias que representam uma exposição continuada ao risco de pagamento antecipado e de crédito dos ativos subjacentes titularizados. Exclusivamente para o Grupo, o valor contabilístico dos empréstimos antes da transferência era de 78 M£ (2014: 120 M£). O juro retido é inicialmente registado como uma atribuição do valor contabilístico original baseada nos justos valores relativos à porção cujo reconhecimento foi anulado e à posição que manteve o reconhecimento.

Para as transferências de ativos relativas aos acordos de recompra, ver a Nota 21 Acordos de recompra e de recompra inversa e outros financiamentos e empréstimos garantidos de forma similar e 40 Ativos comprometidos.

39 Titularizações continuação

Envolvimento continuado em ativos financeiros cujo reconhecimento tenha sido anulado

Em determinados casos, o Grupo pode transferir um ativo financeiro na sua totalidade mas continuar a ter um envolvimento continuado no ativo. Isto ocorre nas titularizações de ativos em que o reconhecimento dos empréstimos e dos títulos garantidos por ativos foi anulado como consequência do envolvimento do Grupo em CLO, CDO, RMBS e CMBS. O envolvimento continuado decorre principalmente da concessão de financiamento a estas estruturas na forma de títulos retidos, que não suportem perdas iniciais.

A tabela abaixo mostra as potenciais implicações financeiras de tal envolvimento continuado:

Tipo de transferência valor	Envolvimento continuado a 31 de dezembro de 2015			Ganho/(Perda) do envolvimento continuado	
	Valor contabilístico	Justo	Exposição máxima ao prejuízo	Para o ano terminado a 31 de dezembro de 2015	Cumulativo a 31 de dezembro de 2015
	ME	ME	ME	ME	ME
CLO e outros ativos	686	684	686	7	(36)
Sub-prime e Alt-A EUA	38	37	38	-	(426)
Títulos comerciais garantidos por hipotecas	-	-	-	-	-
Total	724	721	724	7	(462)

Tipo de transferência	Envolvimento continuado a 31 de dezembro de 2014			Ganho/(Perda) do envolvimento continuado	
	Quantia escriturada	Justo valor	Exposição máxima às perdas	Para o ano terminado a 31 de dezembro de 2014	Cumulativo a quarta-feira, 31 de dezembro de 2014
	ME	ME	ME	ME	ME
CLO e outros ativos	1 370	1 354	1 370	14	(720)
Sub-prime e Alt-A EUA	208	195	208	-	(1 365)
Títulos comerciais garantidos por hipotecas	200	200	200	15	(8)
Total	1 778	1 749	1 778	29	(2 093)

Os ativos que representam o envolvimento continuado do Grupo em ativos cujo reconhecimento foi anulado são registados nas seguintes rubricas:

Tipo de transferência	Empréstimos e adiantamentos	Carteira de negociação ativos	Total
	ME	ME	ME
A 31 de dezembro de 2015			
CLO e outros ativos	327	359	686
Sub-prime e Alt-A EUA	38	-	38
Títulos comerciais garantidos por hipotecas	-	-	-
Total	365	359	724
A 31 de dezembro de 2014			
CLO e outros ativos	829	541	1 370
Sub-prime e Alt-A EUA	200	8	208
Títulos comerciais garantidos por hipoteca	-	200	200
Total	1 029	749	1 778

Notas às demonstrações financeiras

Outros assuntos de divulgação

40 Ativos comprometidos

Os ativos são comprometidos como garantias para assegurar passivos sujeitos a acordos de recompra, securitizações e acordos de empréstimo de ações ou como depósitos relativos a derivados. A tabela seguinte resume a natureza e o valor contabilístico dos ativos comprometidos como garantia destes passivos:

	Grupo		Banco	
	2015	2014	2015	2014
	M€	M€	M€	M€
Ativos da carteira de negociação	49 308	50 782	17 331	19 988
Ativos financeiros pelo justo valor	2 534	2 324	-	-
Empréstimos e adiantamentos a clientes	51 038	62 459	46 751	56 764
Garantia em numerário	62 599	72 562	53 569	58 135
Investimentos financeiros disponíveis para venda	11 666	8 732	13 690	10 116
Ativos imobilizados detidos para venda	1 930	4 693	1 930	-
Ativos comprometidos	179 075	201 552	133 271	145 003

O Barclays apresenta um adicional de 13 M€ (2014: 9 M€) de empréstimos e adiantamentos nos seus programas de financiamento garantido por ativos que podem ser prontamente usados para angariar financiamento adicional e disponibilizados para apoiar emissões futuras.

Garantias detidas como caução de ativos

Em algumas transações, incluindo acordos de revenda e transações de empréstimo de ações, o Grupo pode revender ou recomprometer a garantia detida. O justo valor à data do balanço de garantias aceites e recomprometidas a outros era o seguinte: :

	Grupo		Banco	
	2015	2014	2015	2014
	M€	M€	M€	M€
Justo valor dos títulos aceites como garantias colaterais	308 162	396 480	295 483	336 758
Do qual o justo valor dos títulos recomprometidos foi transferido a outros	266 015	313 354	268 704	246 441

A divulgação completa prevista na IFRS 7 foi incluída em garantias e outras melhorias de crédito ver página 67.

Notas

a 2013 foi revisto para alinhar as categorias de forma geral com o balanço patrimonial

Notas às demonstrações financeiras

Outros assuntos de divulgação

notas incluídas nesta secção centram-se nas transações com partes relacionadas, na remuneração dos auditores e na remuneração dos Diretores. As transações com partes relacionadas incluem quaisquer

41 Transações com partes relacionadas e remuneração de Diretores

a) Transações com partes relacionadas

As partes são consideradas relacionadas se uma parte tiver a capacidade de controlar a outra parte ou de exercer influência significativa sobre a outra parte durante a tomada de decisões financeiras ou operacionais, ou ambas forem controladas por uma ou outra parte. A definição inclui subsidiárias, associadas, joint ventures, e os planos de pensões do Grupo.

(i) O Grupo

Empresa-mãe

A empresa-mãe, que também é a empresa-mãe final, é o Barclays PLC, que detém 100% das ações ordinárias emitidas do Barclays Bank PLC.

Subsidiárias

As transações entre o Barclays Bank PLC e as subsidiárias também cumprem a definição de transações com partes relacionadas. Quando estas forem eliminadas na consolidação, não serão divulgadas nas Demonstrações Financeiras do Grupo. É apresentada uma lista das principais subsidiárias do grupo na Nota 36.

Entidades associadas, empreendimentos comuns e outras entidades

O Grupo fornece serviços bancários às suas associadas, joint ventures, fundos de pensões do Grupo (especialmente o Fundo de Reformas do Reino Unido) e às entidades sob diretoria partilhada, concedendo empréstimos, descobertos autorizados, depósitos remunerados e não remunerados e contas correntes e outros serviços bancários análogos. As empresas do Grupo também fornecem serviços de gestão de investimentos e de custódia aos planos de pensões do Grupo.

Todas estas transações são conduzidas nos mesmos termos das transações com terceiros. A informação financeira resumida para as associadas e joint ventures do Grupo é apresentada na Nota 38 Investimentos em associadas e joint ventures.

Os montantes agregados incluídos nas demonstrações financeiras do Grupo, por categoria e parte relacionada são os seguintes:

	Empresa-mãe	Associadas	Fundos de pensões, trusts e fundos de investimento	
			Joint ventures	
	M£	M£	M£	M£
Para o ano terminado a 31 de dezembro de 2015				
Rendimento	28	(19)	40	4
Imparidades	-	(4)	(2)	-
Ativos totais	584	36	1 578	-
Passivos totais	67	158	133	184
Para o ano terminado a 31 de dezembro de 2014				
Rendimento	(1)	(5)	9	4
Imparidades	-	-	(1)	-
Ativos totais	620	130	1 558	-
Passivos totais	173	264	188	149

As garantias, penhores ou compromissos apresentados e relativos a estas transações durante o ano totalizaram 881 M£ (2014: 911 M£), predominantemente relacionados com Joint Ventures. Não foram recebidas garantias, penhores ou compromissos durante o ano. Os derivados transacionados em nome dos fundos de pensões, trusts, e fundos de investimento totalizaram 13 M£ (2014: 587 M£).

(ii) O Banco

Subsidiárias

São apresentados detalhes das principais subsidiárias na Nota 36 Principais subsidiárias.

O Banco fornece determinados serviços bancários e financeiros às subsidiárias, bem como uma série de contas correntes normais e remuneradas aos fundos de pensões do Grupo (principalmente ao Fundo de Reformas do Reino Unido) de modo a facilitar a gestão financeira quotidiana dos fundos. As empresas do Grupo também fornecem serviços de gestão de investimentos e de custódia.

Os montantes agregados e incluídos nas contas são os seguintes:

Notas às demonstrações financeiras

Outros assuntos de divulgação

41 Transações com partes relacionadas e remuneração de Diretores continuação

	Empresa-mãe	Subsidiárias	Associadas	Joint Ventures	Fundos de pensões, trusts de investimento e fundos
	ME	ME	ME	ME	ME
Para o ano terminado a 31 de dezembro de 2015					
Ativos totais	497	198 649	36	1 578	-
Passivos totais	67	187 091	158	133	184
Para o ano terminado a 31 de dezembro de 2014					
Ativos totais	543	230 822	130	1 558	-
Passivos totais	173	203 212	264	188	149

É prática normal do Banco fornecer às suas subsidiárias apoio e assistência por meio de garantias, compensações, cartas de conforto e compromissos, conforme apropriado, com o objetivo de ajudá-las a cumprir as suas obrigações e a manter a sua boa reputação, incluindo compromissos de capital e de linhas de crédito. Para dividendos pagos ao Barclays PLC, ver a Nota 11 Dividendos sobre ações ordinárias.

Pessoal de Gestão Principal

O Pessoal de Gestão Principal do Grupo, e as pessoas com quem estão ligados, também são considerados como sendo partes relacionadas para efeitos de divulgação. O Pessoal de Gestão Principal é constituído pelas pessoas que têm autoridade e responsabilidade para planejar, dirigir e controlar as atividades do Barclays Bank PLC (direta ou indiretamente) e incluem os Diretores do Barclays Bank PLC e os Quadros do Grupo, certos subordinados diretos do Diretor Executivo do Grupo e os responsáveis das principais unidades e funções de negócio.

Não ocorreram quaisquer transações relevantes com entidades sob diretoria partilhada em que um Diretor ou um outro membro do Pessoal de Gestão Principal (ou qualquer pessoa relacionada) seja também um Diretor ou outro membro do Pessoal de Gestão Principal (ou qualquer pessoa relacionada) do Barclays.

O Grupo fornece serviços bancários a Diretores e a outro Pessoal de Gestão Principal e às pessoas com eles relacionadas. As transações durante o ano e os saldos remanescentes a 31 de dezembro eram os seguintes:

	2015	2014
	ME	ME
Empréstimos em curso		
A 1 de janeiro	11,5	13,5
Empréstimos emitidos durante o ano	1,1	1,3
Reembolsos de	(2,8)	(3,3)
A 31 de dezembro	9,8	11,5

Não foram reconhecidos abatimentos por imparidade a respeito dos empréstimos concedidos a Diretores ou a outros membros do pessoal de gestão principal (ou qualquer pessoa a eles associada).

	2015	2014
	ME	ME
Depósitos existentes		
A 1 de janeiro	103,0	100,3
Depósitos recebidos durante o ano	44,9	25,7
Depósitos pagos durante o ano	(31,3)	(23,0)
A 31 de dezembro	116,5	103,0

Total de compromissos pendentes

O total de compromissos pendentes refere-se ao total de todos os montantes não utilizados em cartões de crédito/linhas de descoberto concedidas a Pessoal de Gestão Principal. O total de compromissos pendentes atingiu 0,5 M£ (2014: 1,3 M£).

Todos os empréstimos concedidos a diretores e outro Pessoal de Gestão Principal (e pessoas a eles associadas), (a) foram feitos no decurso normal da atividade empresarial,

(b) foram contratados substancialmente nos mesmos termos, incluindo taxas de juro e garantias, que os prevalecentes no mesmo momento em transações comparáveis com outras pessoas e (c) não envolveram um risco de cobrança diferente do normal nem apresentaram outras características desfavoráveis; com a exceção de 4 380 £ (2014: 4 380 £) concedidos sem juros.

O empréstimo de 4 380 £ (2014: 4 380 £) concedido sem juros foi atribuído a um membro não Diretivo da gestão do Barclays para adquirir bilhetes ferroviários. A responsabilidade máxima decorrente dos empréstimos durante o ano foi de 5 256 £ (2014: 5 256 £). São concedidos empréstimos para aquisição de bilhetes ferroviários a todos os membros do pessoal do Barclays, a pedido, nos mesmos termos.

41 Transações com partes relacionadas e remuneração de Diretores continuação

Remunerações de Diretores e de outro Pessoal de Gestão Principal

A remuneração total paga aos Diretores e a outro Pessoal de Gestão Principal abaixo inclui os prémios concedidos a indivíduos que tenham sido aprovados pelo Comité de Remunerações do Conselho durante as últimas decisões de remuneração, e é consistente com a abordagem adotada para as divulgações apresentadas nas páginas 83 a 116 do Relatório Anual do Barclays PLC. Os custos reconhecidos na demonstração de resultados refletem os encargos contabilísticos para o ano e são incluídos nas despesas operacionais. A diferença entre os valores pagos e os encargos reconhecidos na demonstração de resultados deve-se principalmente ao reconhecimento dos custos diferidos dos prémios do ano transato. São fornecidos os valores para o período em que os indivíduos respeitavam a definição de Diretores e outro Pessoal de Gestão Principal.

	2015	2014
	M€	M€
Salários e outros benefícios de curto prazo	31,5	28,3
Custos de pensão	0,3	0,3
Outros benefícios de longo prazo	4,7	8,1
Pagamentos com base em ações	11,0	15,0
Despesas sobre emolumentos da Segurança Social a cargo da entidade empregadora	5,3	5,9
Despesas reconhecidas para fins contabilísticos	52,8	57,6
Despesas sobre emolumentos da Segurança Social a cargo da entidade empregadora	(5,3)	(5,9)
Outros benefícios a longo prazo - diferença entre prémios concedidos e despesas reconhecidas	2,5	(4,3)
Pagamentos com base em ações - diferença entre prémios concedidos e custos reconhecidos	(2,3)	(8,4)
Total de remunerações atribuído	47,7	39,0

Divulgação solicitada pela Lei das Sociedades Comerciais de 2006

A seguinte informação relativa aos diretores é apresentada em conformidade com a Lei das Sociedades Comerciais de 2006:

	2015	2014
	M€	M€
Total de emolumentos a	7,0	7,8
Ganhos obtidos pelo exercício de opções de ações	-	-
Montantes pagos ao abrigo de esquemas	2,2	-
	9,2	7,8

Não existiram pagamentos de contribuições de pensões para planos contributivos definidos em nome dos Diretores. Não existiram contribuições nacionais de pensões para esquemas contributivos definidos (2014: zero).

A 31 de dezembro de 2015, não existiam Diretores a acumular benefícios em esquemas de benefícios

definidos (2014: zero). Dos valores da tabela acima, o montante atribuível ao Diretor com maior salário são os

seguintes:

	2015	2014
	M€	M€
Emolumentos agregados	1,6	3,0
Montantes pagos sob planos de incentivos de longo prazo	2,2	-

Não existiram pagamentos de contribuições de pensões para planos contributivos definidos em nome dos Diretores (2014: zero). Não existiram contribuições nacionais de pensões para esquemas contributivos definidos em 2015 ou 2014.

Adiantamentos e créditos aos Diretores e garantias por conta dos Diretores

Em conformidade com a Secção 413 da Lei das Sociedades Comerciais de 2006, o montante total dos adiantamentos e créditos disponibilizados em 2014 a pessoas que serviram como Diretores durante o ano foi de 0,3 M€ (2014: 0,4 M€). O valor total das garantias constituídas em nome de Diretores durante 2015 foi igual a zero (2014: zero).

Notas

- O total de emolumentos inclui montantes pagos para o ano de 2015. Além disso, serão atribuídos prémios de ações diferidos a Anthony Jenkins e Thushar Morzaria, que apenas serão adquiridos caso sejam verificadas determinadas condições. O total dos prémios de ações diferidos é de 0,7 M€ para 2015 (1,2 M€ para 2014).
- O valor apresentado para 2015 em "Montantes pagos ao abrigo de planos de incentivos de longo prazo" é o montante que foi libertado em 2015 relativo ao ciclo 2012-2014 do Plano de Incentivos de Longo Prazo ("PILP"/"LTIP") do Barclays. O montante LTIP apresentado no valor total da remuneração de 2015 para os Diretores Executivos na tabela de remunerações de 2014 do Relatório de Remunerações dos Diretores é relativo aos prémios LTIP de libertação prevista em 2016 e está relacionado com o ciclo 2013-2015 do LTIP.

Notas às demonstrações financeiras

Outros assuntos de divulgação

42 Remuneração de auditores

A remuneração de auditores está incluída nos honorários de consultoria, jurídicos e profissionais sob despesas de administração e gerais e compreende:

	Auditoria	Relacionados com auditoria	Serviços de tributação	Outros serviços	Total
	ME	ME	ME	ME	ME
2015					
Auditoria das contas anuais do Grupo	13	-	-	-	13
Outros serviços:					
Comissões a pagar às associadas da Empresa decorrentes da legislação ^a	21	-	-	-	21
Outros serviços fornecidos decorrentes de tal legislação ^b	-	3	-	-	3
Outros serviços relativos à tributação					
- serviços de cumprimento	-	-	1	-	1
- serviços de consultoria ^c	-	-	-	-	-
Outros	-	4	-	1	5
Total da remuneração dos auditores	34	7	1	1	43
2014					
Auditoria das contas anuais do Grupo	11	-	-	-	11
Outros serviços:					
Comissões a pagar às associadas da Empresa decorrentes da legislação ^a	24	-	-	-	24
Outros serviços fornecidos decorrentes de tal legislação ^b	-	4	-	-	4
Outros serviços relativos à tributação					
- serviços de cumprimento	-	-	1	-	1
- serviços de consultoria ^c	-	-	-	-	-
Outros	-	3	-	1	4
Total de remuneração a auditores	35	7	1	1	44

Os valores apresentados na tabela anterior são relativos aos honorários pagos à PricewaterhouseCoopers LLP e suas associadas por operações comerciais continuadas. Os honorários pagos a outros auditores não associados à PricewaterhouseCoopers LLP e relativos à auditoria de subsidiárias da Empresa foram de 4 ME (2014: 4 ME).

43 Riscos financeiros, liquidez e gestão de capital

Para melhorar a transparência e a facilidade de referência, concentrando a informação relacionada num só local, e para reduzir duplicações, as divulgações exigidas pelas IFRS relacionadas com riscos financeiros e recursos de capital foram incluídas na secção de Gestão do Risco e Governação do modo seguinte:

- Risco de Crédito, nas páginas 65 a 86
- Risco de Mercado, nas páginas 87 a 93
- Recursos de Capital, nas páginas 94 a 97
- Risco de Liquidez, nas páginas 98 a 115.
-

Notas

^a Compreende os honorários para a auditoria estatutária das subsidiárias e dos esquemas de pensões associados, tanto no Reino Unido como no exterior, e os honorários pelo trabalho desempenhado pelas associadas da PricewaterhouseCoopers LLP relativamente às demonstrações financeiras consolidadas da Empresa. Os honorários relativos à auditoria dos esquemas de pensões associados foram de iguais a zero (2014:

0,2 ME).

^b Compreende serviços relativos a apresentações estatutárias e regulamentares. Estes incluem serviços de auditoria para a revisão da informação financeira intercalar de acordo com as Regras à Cotação da autoridade bolsista do Reino Unido.

^c Incluem consultoria em assuntos fiscais, aconselhamento fiscal relativo a transações e outro tipo de planeamento e aconselhamento fiscal.

44 Ativos não correntes detidos para venda e passivos associados

Contabilização de ativos não correntes detidos para venda e passivos associados

O Grupo aplica a IFRS 5 *Ativos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas*.

Os ativos não correntes (ou grupos a alienar) são classificados como detidos para venda quando a recuperação do seu valor contabilístico depender mais de uma transação de venda do que do uso continuado. Para ser classificado como detido para venda, o ativo deve estar disponível para venda imediata na sua condição presente, sujeito apenas aos termos usuais e costumeiros, e a venda deve ser altamente provável. Os ativos não correntes (ou grupos a alienar) detidos para venda são valorizados pelo menor entre o valor contabilístico e o justo valor menos o custo da venda.

Grupo

Ativos classificados como detidos para venda

	Portugal	BVP	Itália	Outros	Total	Total
	2015	2015	2015	2015	2015	2014
	ME	ME	ME	ME	ME	ME
Investimentos financeiros disponíveis para venda	7	1 220	-	3	1 230	162
Empréstimos e adiantamentos a clientes	3 407	-	2 091	15	5 513	14 943
Ativos fixos tangíveis	42	-	-	86	128	92
Ativos por impostos diferidos	-	22	-	-	22	291
Outros ativos	28	756	27	104	915	557
Total	3 484	1 998	2 118	208	7 808	16 045
Saldo de imparidades por afetar de acordo com a	(180)	(22)	(242)	-	(444)	(471)
Total acordado para o balanço consolidado	3 304	1 976	1 876	208	7 364	15 574

Passivos classificados como detidos para venda

	Portugal	BVP	Itália	Outros	Total	Total
	2015	2015	2015	2015	2015	2014
	ME	ME	ME	ME	ME	ME
Depósitos de bancos	-	-	-	-	-	(4 313)
Contas de clientes	(1 826)	-	(2 174)	-	(4 000)	(6 827)
Acordos de recompra e outros garantidos similares empréstimos	-	-	-	-	-	(77)
Outros passivos	(37)	(1 858)	(66)	(36)	(1 997)	(1 898)
Total	(1 863)	(1 858)	(2 240)	(36)	(5 997)	(13 115)

Notas às demonstrações financeiras

Outros assuntos de divulgação

44 Ativos não correntes detidos para venda e passivos associados continuação

Banco

Passivos classificados como detidos para venda

	Portugal	Itália	Total	Total
	2015	2015	2015	2014
	M€	M€	M€	M€
Investimentos financeiros disponíveis para venda	7	-	7	152
Empréstimos e adiantamentos a clientes	3 407	2 091	5 498	390
Ativos fixos tangíveis	42	-	42	41
Outros ativos	28	27	55	37
Total	3 484	2 118	5 602	620
Saldo de imparidades por afetar de acordo com a IFRS 5	(180)	(242)	(422)	-
Total acordado para o balanço consolidado	3 304	1 876	5 180	620

Passivos classificados como detidos para venda

	Portugal	Itália	Total	Total
	2015	2015	2015	2014
	M€	M€	M€	M€
Depósitos de bancos	-	-	-	(1)
Contas de clientes	(1 826)	(2 174)	(4 000)	(215)
Outros	(37)	(66)	(103)	(59)
Total	(1 863)	(2 240)	(4 103)	(275)

Venda do negócio Português

O grupo a alienar inclui todos os ativos e passivos dos negócios Portugueses da Banca de Retalho, da Gestão de Património e de Investimento, e parte do negócio Português da Banca de Empresas. Esta venda está incluída no desinvestimento do segmento Non-Core do Grupo.

A alienação Portuguesa foi anunciada a 2 de setembro de 2015, e a venda deverá estar terminada no 1º trimestre de 2016. Foi reconhecida uma perda de 180 M€ na demonstração de resultados, como (perda)/lucro na alienação de subsidiárias, associadas e joint ventures.

Venda de Barclays Vida Y Pensiones

O grupo a alienar inclui todos os ativos e passivos do Barclays Vida Y Pensiones (BVP), uma companhia que oferecia seguros de vida, produtos e serviços de pensões em Espanha, Portugal, e Itália. O BVP foi classificado como sendo detido para venda na primeira metade de 2015 e será previsivelmente vendido na primeira metade de 2016. Foi reconhecida uma perda de 22 M€ na demonstração de resultados, como (perda)/lucro na alienação de subsidiárias, associadas e joint ventures.

Venda do negócio Italiano

O grupo a alienar inclui todos os ativos e passivos do negócio Italiano da Banca de Retalho, incluindo hipotecas. Esta venda está incluída no desinvestimento do segmento Non-Core do Grupo.

A alienação Italiana foi anunciada a 3 de dezembro de 2015, e a venda deverá estar terminada na primeira metade de 2016. Foi reconhecida uma perda de 258 M€ na demonstração de resultados, como (perda)/lucro na alienação de subsidiárias, associadas e joint ventures.

Outros ativos detidos para venda

Outros ativos incluem o negócio do Barclays Risk Analysis Index Solutions. Espera-se que seja reconhecido um ganho antes de impostos de aproximadamente 480 M€ quando a venda for terminada durante o ano de 2016.

Durante o ano, foram alienados uma série de ativos detidos para venda. A venda do negócio Espanhol (Barclays Bank SAU) ocorreu em janeiro de 2015. Foram reconhecidas perdas de 446 M€ em 2014 e de 117 M€ em 2015 na demonstração de resultados, como (perda)/lucro na alienação de subsidiárias, associadas e joint ventures. Da perda em 2015, 97 M€ são relativos à reciclagem da reserva de conversão de moeda, sendo o restante devido à revisão, no momento da finalização. A venda do negócio Paquistanês ocorreu em junho de 2015 e do UKSL em setembro de 2015, com ganhos de 14 M€ e de 7 M€ respetivamente reconhecidos como outros rendimentos.

45 Empresas coligadas

A estrutura corporativa do Grupo consiste de uma série de empresas coligadas, que inclui subsidiárias, joint ventures, associadas e vários outros interesses. Apresenta-se seguidamente uma lista completa destas empresas, do seu país de constituição, e da propriedade de cada classe de ações. Esta informação refere-se a 31 de dezembro de 2015.

As entidades são agrupadas pelos países onde foram constituídas. Os lucros auferidos pelas atividades destas entidades são, em alguns casos, taxados em países diferentes dos de constituição. O Country Snapshot de 2015 do Barclays fornece detalhes relativos ao local onde o Grupo desenvolve o seu negócio, onde os seus lucros estão sujeitos a impostos, e os impostos que paga em cada país onde opera.

Subsidiárias integralmente detidas

A menos que seja referido o contrário, as empresas abaixo referidas são integralmente detidas e consolidadas pelo Barclays, e o capital social divulgado inclui ações ordinárias e comuns que são detidas por subsidiárias do Grupo. Quando forem detidas várias classes de ações, a proporção do valor nominal de cada classe de ações detida é de 100%, a menos que seja referido o contrário.

45 Procedimentos relacionados

A estrutura corporativa do Grupo consiste num número de procedimentos relacionados, juntando subsidiárias, joint ventures, associados e outros interesses significativos. Uma lista completa deste procedimentos, o país de constituição e de participação de cada classe de ação está apresentada em baixo. A informação é fornecida até 21 de dezembro de 2015.

As entidades estão agrupadas pelos países nos quais foram constituídas. Os lucros ganhos por atividades destas entidades são, em certos casos, taxados em países que não o seu país de constituição. O Barclays' 2015 Country Snapshot fornece detalhes de onde o Grupo opera os seus negócios, onde estão os seu lucros sujeitos a impostos e os impostos que paga em cada país onde opera.

Subsidiárias inteiramente detidas

Salvo indicação contrária, os procedimentos em baixo são inteiramente detidos e consolidados pelo Barclays e o capital acionista divulgado junta ações ordinárias e comuns que são detidas por subsidiárias do Grupo. Onde são detidas múltiplas classes de ações, a proporção do valor nominal de cada classe de ações detidas é 100%, salvo indicação contrária.

Subsidiárias inteiramente detidas	Nota	Subsidiárias inteiramente detidas	Nota
Reino Unido		Barclays Lamorak Trust	D
54 Lombard Street Investments	F, I	Barclays Leasing (No.9) Limited	
Aequor Investments Limited		Barclays Long Island Limited	A
Alynore Investments Limited Partnership	B	Barclays Luxembourg EUR Holdings Trust	D
Ardencroft Investments Limited	F, I	Barclays Luxembourg Finance Index Trust	D
Astraea Investment Funds	J, K	Barclays Luxembourg GBP Holdings Trust	D
Axis Partners	B	Barclays Luxembourg USD Holdings Trust	D
B D & B Investments Limited	A	Barclays Marlist Limited	A
B.P.B. (Holdings) Limited		Barclays Mercantile Business Finance Limited	A
Barafor Limited		Barclays Mercantile Highland Finance Limited (In Liquidation)	
Barclay Leasing Limited		Barclays Mercantile Limited	A
Barclaycard Funding PLC	A	Barclays Metals Limited	
Barclays (Security Realisation) Limited	A	Barclays Nominees (Branches) Limited	A
Barclays Africa Group Holdings Limited	A, J, K	Barclays Nominees (George Yard) Limited	A
Barclays Aldersgate Investments Limited	A	Barclays Nominees (K.W.S.) Limited	A
Barclays Asset Management Limited	A	Barclays Nominees (Monument) Limited	
Barclays Bank Trust Company Limited	A, I, P	Barclays Nominees (Provincial) Limited	A
Barclays Bayard Investments Trust	D	Barclays Nominees (United Nations For UNJSPF) Limited	A
Barclays BCLFI Trust	D	Barclays Operational Services Limited	A
Barclays Bedivere Trust	D	Barclays Pelleas Investments Limited Partnership	B
Barclays BR Holdings Trust	D	Barclays Pelleas Trust	D
Barclays BR Investments Trust	D	Barclays Pension Funds Trustees Limited	A
Barclays Cantal Investments Trust	D	Barclays Physical Trading Limited	A
Barclays Capital Asia Holdings Limited	A	Barclays Private Bank	
Barclays Capital Finance Limited	A	Barclays Private Banking Services Limited	
Barclays Capital Japan Securities Holdings Limited		Barclays Private Trust	
Barclays Capital Luxembourg S.à.r.l. Trust	D	Barclays Risk Analytics and Index Solutions Limited	A
Barclays Capital Margin Financing Limited	A	Barclays SAMS Limited	A
Barclays Capital Nominees (No.2) Limited		Barclays Services (Japan) Limited	
Barclays Capital Nominees (No.3) Limited	A	Barclays Sharedealing	
Barclays Capital Nominees Limited		Barclays Shea Limited	A
Barclays Capital Principal Investments Limited	A	Barclays Singapore Global Shareplans Nominee Limited	A
Barclays Capital Securities Client Nominee Limited		Barclays SLCSM (No.1) Limited	A
Barclays Capital Escuteils Limited	A, F, I	Barclays Stockbrokers (Holdings) Limited	A
Barclays Capital Services Limited	A	Barclays Stockbrokers Limited	A
Barclays Capital Strategic Advisers Limited	A	Barclays UK and Europe PLC	A
Barclays Capital Trading Luxembourg Trust	D	Barclays Unquoted Investments Limited	A
Barclays CCP Funding LLP	A, B	Barclays Unquoted Property Investments Limited	A
Barclays Claudas Investments Partnership	B	Barclays USD Funding LLP	B
Barclays Converted Investments (No.2) Limited		Barclays Wealth Nominees Limited	
Barclays Converted Investments Limited		Barclaysare Nominees Limited	
Barclays Damay Euro Investments Limited (In Liquidation)	A	Barcosec Limited	A
Barclays Direct Investing Nominees Limited	A	Barfey Investments Limited	I, J, K
Barclays Directors Limited	A	Barometers Limited	A
Barclays Equity Index Investments Bare Trust	D	Barsec Nominees Limited	
Barclays Executive Schemes Trustees Limited	A	BB Client Nominees Limited	
Barclays Export and Finance Company Limited (In Liquidation)		BBUK Private Credit Partners Limited (In Liquidation)	A
Barclays Fiduciary Services (UK) Limited	A	BCLI GP Trust	D
Barclays Financial Planning	A	Blossom Finance General Partnership	B
Barclays Financial Planning Nominee Company Limited	A	BMBF (Bluewater Investments) Limited	A
Barclays Funds Investments Limited	A	BMBF (No.12) Limited	
Barclays Global Investors Finance Limited (In Liquidation)		BMBF (No.18) Limited (Dissolved 20/01/2016)	
Barclays Global Investors UK Holdings Limited (In Liquidation)	A, J, K	BMBF (No.21) Limited	
Barclays Global Shareplans Nominee Limited	A	BMBF (No.24) Limited	
Barclays Grou Holdings Limited	A	BMBF (No.3) Limited	
Barclays Grou Operations Limited	A	BMBF (No.6) Limited	
Barclays Industrial Development Limited	A	BMBF (No.9) Limited	
Barclays Industrial Investments Limited	A	BMBF USD NO 1 Limited	
Barclays Insurance Services Company Limited	A	BMI (No.6) Limited (Dissolved 16/01/2016)	
Barclays Investment Management Limited	A	BMI (No.9) Limited	

Notas às demonstrações financeiras

45 Procedimentos relacionados continuação

Subsidiárias inteiramente detidas	Nota	Subsidiárias inteiramente detidas	Nota
Reino Unido (continuação)		Muleta Investments Limited (In Liquidation)	
BNRI ENG 2013 Limited Partnership	B	Murray House Investment Management Limited	A
BNRI ENG 2014 Limited Partnership	B	Naxos Investments Limited	A
BNRI ENG GP LLP	B	North Colonnade Investments Limited	
BNRI England 2010 Limited Partnership	B	Northwharf Investments Limited	A, I, X
BNRI England 2011 Limited Partnership	B	Northwharf Nominees Limited	A
BNRI England 2012 Limited Partnership	B	Odysseus (Martins) Investments Limited (In Liquidation)	
BNRI PIA Scot GP Limited	A	Pecan Aggregator LP	B
BNRI Scots GP, LLP	B	Pendle Shipping Limited	A
Boudeuse Limited	A	PIA England No.2 Limited Partnership	B
Capel Cure Sharp Limited		Preferred Liquidity Limited Partnership	B
Carnegie Holdings Limited	A, I, J, K	R.C. Greig Nominees Limited	
Chapelcrest Investments Limited	A	Real Estate Participation Management Limited	
Clearlybusiness.com Limited (In Liquidation)	A	Real Estate Participation Services Limited	
Clydesdale Financial Services Limited		Reflex Nominees Limited	A
Cobalt Investments Limited	A	Relative Value Investments UK Limited Liability Partnership	B
Condor No.1 Limited Partnership	B	Relative Value Trading Limited	
Condor No.2 Limited Partnership	B	Roder Investments No. 1 Limited	A, I, Y
CP Flower Guarantee (UK) Limited	A, E	Roder Investments No. 2 Limited	A, I, Y
CP Propco 1 Limited		Ruthenium Investments Limited	A
CP Propco 2 Limited		RVT CLO Investments LLP	B
CP Topco Limited	J, K	Scotlife Home Loans (No.3) Limited	A
CPIA England 2008 Limited Partnership	B	Sharelink Nominees Limited	
CPIA England 2009 Limited Partnership	B	Solution Personal Finance Limited	A, J, K, L
CPIA England No.2 Limited Partnership	B	Stellans Investments Limited (In Liquidation)	A
Denham Investments Limited		Surety Trust Limited	
DMW Realty Limited	A	Swan Lane Investments Limited	F, I
Durfacher Nominees Limited		The Logic Group Enterprises Limited	
Eagle Financial and Leasing Services (UK) Limited	A	The Logic Group Holdings Limited	A, J
Ebbgate Investments Limited (In Liquidation)	A	US Real Estate Holdings No.3 Limited	A
Eldfell Investments Limited (In Liquidation)	A	W. D. Pension Fund Limited	
EM Investments No.1 Limited (In Liquidation)	A	Wedd Jeffers (Nominees) Limited	
Equity Value Investments Limited Liability Partnership	B	Westfery Investments Limited	A
Equity Value Investments No.1 Limited	A	Woolwich Assured Homes Limited	A
Equity Value Investments No.2 Limited	F, I	Woolwich Homes (1987) Limited	E
Exshelco (DZBC)		Woolwich Homes Limited	A
Fair and Square Limited (In Liquidation)	A	Woolwich Limited	A
Finpart Nominees Limited		Woolwich Plan Managers Limited	A
FIRSTPLUS Financial Group PLC	A	Woolwich Qualifying Employee Share Ownership Trustee Limited	A
Fitzroy Finance Limited	Z	Woolwich Surveying Services Limited	A
Foltus Investments Limited		Wysteria Euro Investments Limited (In Liquidation)	A
Gerard (OMH) Limited		Zeban Nominees Limited	A
Gerard Financial Planning Limited		Argentina	
Gerard Investment Management Limited		Compañía regional del Sur S.A.	
Gerard Management Services Limited	A	Compañía Sudamerica S.A.	A
Gerard Nominees Limited		Bélgica	
Global Dynasty Natural Resource Private Equity Limited Partnership		B - Belgian Turbine Lease Corporation NV	A
Globe Nominees Limited		Brasil	
GM Computers Limited		Banco Barclays S.A.	A
Greig Middleton Holdings Limited		Barclays Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	
Greig Middleton Nominees Limited		Canadá	
Hawkins Funding Limited	A	Barclays Canadian Commodities Limited	
Heraldglen Limited	G, H, I	Barclays Capital Canada Inc	
Hoardburst Limited (In Liquidation)		Barclays Corporation Limited	A
Investors In Infrastructure Limited	A	CPIA Canada Holdings	B
J.V. Estates Limited		Ilhas Caimão	
Keeper Investments	A	Alymere Investments Limited	G, H, I
Kische Investments Limited	A	Alymere Investments Two Limited (In Liquidation)	
Laser Investment Company 1 Limited (In Liquidation)	A	Analytical Trade UK Limited	A
Laser Investment Company 2 Limited (In Liquidation)	A	Aquitaine Investments Limited (In Liquidation)	
Leonis Investments LLP	B	Aubisque UK Investments Limited (In Liquidation)	
Lindley Developments Limited	A, U	Barclays Capital (Cayman) Limited	A
Lombard Street Nominees Limited	A	Barclays Trust Company (Cayman) Limited (Sold 14/01/2016)	
Long Island Assets Limited		Barclays Wealth Corporate Nominees Limited (Sold 14/01/2016)	
Luscinia Investments Funds		Beille Investments Limited (In Liquidation)	
Maloney Investments Limited	A	Bigome UK Investments Limited (In Liquidation)	A
MCC Leasing (No. 6) Limited (In Liquidation)		Blaytall Limited	A
MCC Leasing (No.24) Limited (Dissolved 04/02/2016)		Braven Investments No.1 Limited	
Menlo Investments Limited	A	Bule 1 Investments Limited (In Liquidation)	A
Mercantile Credit Company Limited	A	Calthope Investments Limited	
Mercantile Industrial Leasing Limited (In Liquidation)		Capton Investments Limited	A
Mercantile Leasing Company (No.132) Limited	A	Claudas Investments Limited	A, G, H, I
Mercers Debt Collections Limited	A	Claudas Investments Two Limited	
MK Opportunities LP	B	Colombiere UK Investments Limited (In Liquidation)	

45 Procedimentos relacionados continuação

Subsidiárias inteiramente detidas	Nota	Subsidiárias inteiramente detidas	Nota
Coskwo Limited	A	Guernsey	
CPIA Investments No.1 Limited	V	Barclays Insurance Guernsey PCC Limited	A, Q
CPIA Investments No.2 Limited	F, I	Barclays Nominees (Guernsey) Limited	
Cureton Investments No. 1 Limited (In Liquidation)	A	Barclays Wealth Advisory Holdings (Guernsey) Limited (Sold	
14/01/2016) Cuth Investments Limited	F, I, T	Barclays Wealth Corporate Officers (Guernsey) Limited (Sold	
14/01/2016) Eagle Holdings Ltd (Sold 14/01/2016)		Barclays Wealth Corporate Services (Guernsey) Limited (Sold	
14/01/2016)		Barclays Wealth Directors (Guernsey) Limited (Sold 14/01/2016)	
Eagle Management Services Limited (Sold 14/01/2016)		Barclays Wealth Fund Managers (Guernsey) Limited (Sold	
Feste Investments Limited (In Liquidation)	A	Barclays Wealth Nominees (Guernsey) Limited (Sold 14/01/2016)	
14/01/2016) Furbidge Investments Limited		Barclays Wealth Trustees (Guernsey) Limited (Sold 14/01/2016)	
Gallen Investments Limited	H, I	Bormio Limited (Sold 14/01/2016)	
Gironde Investments Limited (In Liquidation)	A	Lindmar Trust Company Limited (Sold 14/01/2016)	
Godler Limited	A	Regency Secretaries Limited (Sold 14/01/2016)	
Golden Eagle Holdings Ltd (Sold 14/01/2016) Hamar Investments Limited	A	Hong Kong	
Hafflane Limited	A	Barclays Asia Limited	A
Hauteville UK Investments Limited (In Liquidation)	A	Barclays Bank (Hong Kong Nominees) Limited (In Liquidation)	A
Hentock Limited	A	Barclays Capital Asia Limited	A
Hollygrice Limited	A	Barclays Capital Asia Nominees Limited (In Liquidation)	
Hurley Investments No.1 Limited	A, I, W	Barclays Wealth Nominees (Hong Kong) Limited (Sold	
14/01/2016) Hurley Investments No.2 Limited (In Liquidation)		India	
HVMF (Cayman) Limited		Barclays Holdings India Private Limited (In Liquidation)	A
Iris Investments 1 Limited	A, G, H, I	Barclays Investments & Loans (India) Limited	A, F,
I JV Assets Limited		Barclays Securities (India) Private Limited	
Mintaka Investments No. 4 Limited		Barclays Shared Services Private Limited	
Moselle No 3 UK Investments Limited (In Liquidation)	A	Barclays Technology Centre India Private Limited	
OGP Leasing Limited		Barclays Wealth Trustees (India) Private Limited	
Limited Palomino	A, Z	Indonésia	
Pelleas Investments Limited	A	PT Bank Barclays Indonesia (In Liquidation)	A
Pelleas Investments Two Limited		PT Bhadra Buana Persada (In Liquidation)	A
Pilkbull Limited	A	Irlanda	
Pippin Island Investments Limited		Barclaycard International Payments Limited	A
Raglan Investments Limited		Barclays Assurance (Dublin) Limited	
Razzoli Investments Limited	F, I	Barclays Bank Ireland Public Limited Company	A
RVH Limited	A, F, I	Barclays Equities Trading (Ireland) Limited (In Liquidation)	A
Spargi Investments Limited (In Liquidation)		Barclays Insurance (Dublin) Limited	
Spatial Investments Limited (In Liquidation)		Barclays Ireland Nominees Limited	A
Spoonhill Investments Limited (In Liquidation)		Ilha de Man	
Stickyard Limited	A	Barclays Holdings (Isle of Man) Limited	A
Toumalet UK Investments Limited (In Liquidation)		Barclays Nominees (Manx) Limited	
Ventotene Investments Limited (In Liquidation)		Barclays Portfolio (IoM GP) No.2 Limited	A
Wessex Investments Limited		Barclays Private Clients International Limited	A, J,
K Winhall Limited	A	Barclays Trust Company (Isle of Man) Limited (Sold 14/01/2016)	
Zane Investments Limited		Barclays Wealth Corporate Officers (Isle of Man) Limited (Sold 14/01/2016)	
Zanonne Investments Limited (In Liquidation)		Barclays Wealth Corporate Services (IOM) Limited (Sold	
14/01/2016) Zinc Holdings Limited (In Liquidation)	A	Barclays Wealth Directors (Isle of Man) Limited (Sold 14/01/2016)	
Zumhoornk Investments Limited	F, I, T	Barclays Wealth Nominees (IOM) Limited (Sold 14/01/2016)	
China		Barclays Wealth Trustees (Isle of Man) Limited (Sold 14/01/2016)	
Barclays Technology Centre (Shanghai) Company Limited		Barclaytrust (Nominees) Isle of Man Limited (Sold 14/01/2016)	
Egypt		Barclaytrust International Nominees (Isle of Man) Limited (Sold 14/01/2016)	
Barclays Bank Egypt SAE	A	Island Nominees Limited (Sold 14/01/2016)	
França		Stowell Limited (Sold 14/01/2016)	
Barclays Courtage SAS	A	Walbrook (IOM) 2006 Nominees (No. 1) Limited (Sold 14/01/2016)	
Barclays	A	Walbrook (IOM) Nominees (No. 23) Limited (Sold 14/01/2016)	
Diversification	A	Walbrook (IOM) Nominees (No. 3) Limited (Sold 14/01/2016)	
Barclays France SA		Walbrook (IOM) Nominees (No. 4) Limited (Sold 14/01/2016)	
Barclays Patrimoine S.C.S.	A	Walbrook (IOM) Nominees (No. 5) Limited (Sold 14/01/2016)	
Barclays Vie SA	A	Walbrook (IOM) Nominees (No. 6) Limited (Sold 14/01/2016)	
Barclays Wealth Managers France SA	A	Itália	
BBAIL SAS	A	Barclays Private Equity S.p.A. (In Liquidation)	A
Germany		Barclays Services Italia S.p.A. (In Liquidation)	A
Barclaycard Bank AG	A	Japão	
Barclays Capital Effekten GmbH	A	Barclays Funds and Advisory Japan Limited	
Baubeccon Holding 1 GmbH (In Liquidation)	A	Barclays Securities Japan Limited	
Opal 110. GmbH (In Liquidation)		Barclays Wealth Services Limited	
Sulm Investments GmbH	A	Jersey	
Gibraltar		Barbridge Limited	A
Barclays Gibraltar Nominees Company Limited	A	Barclays Nominees (Jersey) Limited	
Frankland Properties Limited		Barclays Services Jersey Limited	A
Norfolk LP	A, B	Barclays Trust Company (Jersey) Limited (Sold 14/01/2016)	
Ringmer Properties Limited	A	Barclays Wealth Corporate Officers (Jersey) Limited (Sold	
Saveway Properties Limited	A	Barclays Wealth Directors (Jersey) Limited (Sold 14/01/2016)	
14/01/2016)		Barclays Wealth Fund Managers (Jersey) Limited (Sold 14/01/2016)	
Stowmarket Investments Limited	A	Barclays Wealth Management Jersey Limited	A
Townmead Properties Limited	A		
Triefield Holdings Limited	A		

Notas às demonstrações financeiras

45 Procedimentos relacionados continuação

Subsidiárias inteiramente detidas	Nota	Subsidiárias inteiramente detidas	Nota
Barclays Wealth Signatories Limited (Sold 14/01/2016)		Barclays Capital Holdings (Singapore) Private Limited	A
Barclays Wealth Trustees (Jersey) Limited (Sold 14/01/2016)		Barclays Merchant Bank (Singapore) Ltd.	A
Barclaytrust Channel Islands Limited		Barclays Wealth Trustees (Singapore) Limited (Sold 14/01/2016)	A
Barclaytrust International (Jersey) Limited (Sold 14/01/2016)		Espanha	A
Barclaytrust Jersey Limited (Sold 14/01/2016)		Barclays Mediador, Operador de Banca Seguros Vinculado, S.A.	A
BIFML PTC Limited	A	Barclays Tenedora De Inmuebles SL	A
CP Newco 1 Limited	A	Barclays Vida Y Pensiones, Compañía De Seguros, S.A.	A
CP Newco2 Limited	J, K	Iberalcion A.I.E.	A
CP Newco3 Limited		The Logic Group Enterprises S.L	
Karami Holdings Limited (Sold 14/01/2016)		Suíça	
MK Opportunities GP Ltd	A	Barclays Bank (Suisse) S.A.	
Sandingham Nominees Limited (Sold 14/01/2016)		Barclaytrust (Suisse) SA (Sold 14/01/2016) BPB Holdings SA	
Tiara Trustees (Jersey) Limited (Sold 14/01/2016)			
Walbrook Executors Limited (Sold 14/01/2016)		Taiwan	
Walbrook Properties Limited (Sold 14/01/2016)		Barclays Capital Securities Taiwan Limited	A
Coreia, República da		Tailândia	
Barclays Korea GP Limited		Barclays Capital Escuteis (Thailand) Ltd.	A
Luxemburgo		Uganda	
Adler Toy Holding Sarl		Barclays Bank of Uganda Limited	A
Barclays Aegis Investments S.à r.l.		Ucraine	
Barclays Alzin Investments S.à r.l.		Barclays Capital Services (Ukraine) LLC (In Liquidation)	A, C
Barclays Bayard Investments S.à r.l.	J, K	Estados Unidos	
Barclays BCL Fixed Income S.à r.l.		475 Fifth 09 LLC	C
Barclays BCU no.1 S.à r.l.		Analog Analytics Inc	
Barclays BCU no.2 S.à r.l.		Analytical FX Trading Strategy Cell I	F, I
Barclays Bedivere Investments S.à r.l.		Analytical FX Trading Strategy Cell II	
Barclays Bordang Investments S.à r.l.		Analytical FX Trading Strategy Series LLC	A, C
Barclays BR Holdings S.à r.l.		Analytical Trade Holdings LLC	
Barclays BR Investments S.à r.l.		Analytical Trade Investments LLC	H
Barclays Cantal Investments S.à r.l.		Archstone Equity Holdings Inc	
Barclays Capital Luxembourg S.à r.l.		Barclays Bank Delaware	F, I
Barclays Capital Trading Luxembourg S.à r.l.		Barclays BWA, Inc.	
Barclays Equity Index Investments S.à r.l.	I, N	Barclays Capital Commodities Corporation	
Barclays Lamorak Investments S.à r.l.		Barclays Capital Derivatives Funding LLC	C
Barclays Leto Investments S.à r.l.		Barclays Capital Energy Inc.	
Barclays Luxembourg EUR Holdings S.à r.l.		Barclays Capital Equities Trading GP	B
Barclays Luxembourg Finance S.à r.l.	I, K	Barclays Capital Holdings Inc.	G, I
Barclays Luxembourg GBP Holdings S.à r.l.		Barclays Capital Inc.	
Barclays Luxembourg Holdings S.à r.l.		Barclays Capital Real Estate Finance Inc.	
Barclays Luxembourg Holdings SSC	B	Barclays Capital Real Estate Holdings Inc. Barclays Luxembourg USD Holdings S.à r.l.	Barclays Capital Real Estate Inc.
Barclays Pelleas Investments S.à r.l.	G, I	Barclays Capital Services Inc.	
Barclays US Investments S.à r.l.	J, K	Barclays Commercial Mortgage Securities LLC	C
Malásia		Barclays Delaware Holdings LLC	A, F, I
Barclays Capital Markets Malaysia Sdn Bhd.	A, F, I	Barclays Dryrock Funding LLC	C
Maurícia		Barclays Electronic Commerce Holdings Inc.	
Barclays (H&B) Mauritius Limited	A	Barclays Financial LLC	C
Barclays Capital Mauritius Limited	A	Barclays Group US Inc.	A
Barclays Capital Securities Mauritius Limited	A	Barclays Insurance U.S. Inc.	
Barclays Mauritius Overseas Holdings Limited	A	Barclays Investment Holdings Inc.	
México		Barclays Oversight Management Inc.	
Barclays Bank Mexico, S.A.	K, M	Barclays Receivables LLC	C
Barclays Capital Casa de Bolsa, S.A. de C.V.	K, M	Barclays Services Corporation	
Grupo Financiero Barclays Mexico, S.A. de C.V.	A, K, M	Barclays Services LLC	C
Servicios Barclays, S.A. de C.V.		Barclays US CCP Funding LLC	C
Mónaco		Barclays US Funding LLC	A, C
Barclays Wealth Asset Management (Monaco) S.A.M.		Barclays US GPF Inc.	
Holanda		Barclays US LP	B
Barclays SLCSM Funding B.V.		Barclays US Management, LLC	A, C
Chewdef BidCo BV. (In Liquidation)	A	BCAP LLC	C
Nigéria		BNRI Acquisition No.4 LLC	C
Barclays Group Representative Office (NIG) Limited	A	BNRI Acquisition No.5, LP	B
Filipinas		BTXS Inc.	
Meridian (SPV-AMC) Corporation		Centergate at Gratigny LLC	C
Portugal		CPIA Acquisition No.1 LLC	C
Barclays Wealth Managers Portugal - SGFIM, S.A.	A	CPIA Acquisition No.2 LLC	C
Federação Russa		CPIA Acquisition No.3 LLC	C
Limited Liability Company Barclays Capital	A	CPIA Equity No. 1 Inc.	
Arábia Saudita		CPIA Finance No.1, LLC	C
Barclays Saudi Arabia (In Liquidation)	A	CPIA FX Investments Inc.	
Singapura		CPIA Holdings No.1, LLC	C
Barclays Bank (Singapore Nominees) Pte Ltd.	A	Crescent Real Estate Member LLC	C
Barclays Bank (South East Asia) Nominees Private Limited	A	Curve Investments GP	B
B Barclays Capital Futures (Singapore) Private Limite			

45 Procedimentos relacionados continuação

Outros procedimentos relacionados	Nota	Outros procedimentos relacionados	Nota
Equifirst Corporation (In Liquidation)		RB Special Assets, L.L.C.	A, C
Gracechurch Services Corporation		Relative Value Holdings, LLC	
HYMF, Inc.		Rhode Investments LLC	C
La Torretta Beverages LLC	C	Securitized Asset Backed Receivables LLC	C
La Torretta Hospitality LLC	C	Sutton Funding LLC	C
La Torretta Operations LLC	C	TPProperty LLC	C
Lagalla Investments LLC	C	TPWorks LLC	C
Long Island Holding A LLC	C	US Secured Investments LLC	C
Long Island Holding B LLC LTDL Holdings	A, C	Vail 09 LLC	C
LLC Marbury Holdings	C	Vail Development 09 LLC	C
LLC Persica Holdings	C	Vail Hotel 09 LLC	C
LLC Persica Lease	C	Vail Hotel A LLC	C
LLC Persica LLC	C	Vail Hotel B LLC	C
Persica Property LLC		Vail Residential 09 LLC	C
Preferred Liquidity, LLC		Vail SC LLC	C
Procella Investments LLC	C	Vanoise Inc Verain Investments LLC	H, I
Procella Investments No.1 LLC	C	Verain Investments LLC	I, J, K
Procella Investments No.2 LLC	C	Wilmington Riverfront Receivables LLC	J, K
Procella Investments No.3 LLC	C	Zâmbia	
Procella Swaps LLC	C	Barclays Bank Zambia Plc	
Protium Finance I LLC	C	Kafue House Limited	
Protium Master Grantor Trust	D	Zimbabué	
Protium Master Mortgage LP	B	Afcarme Zimbabwe Holdings (Pvt) Limited	A
Protium REO I LP	B	Branchcall Computers (Pvt) Limited	A

Outros procedimentos relacionados

Salvo indicação contrária, os procedimentos em baixo são consolidados e o capital acionista divulgado junta ações ordinárias e comuns que são detidas por subsidiárias do Grupo. A percentagem de participação é fornecida para cada procedimento. Onde são detidas múltiplas classes de ações, a proporção do valor nominal de cada classe de ações detidas é a mesma que a participação, salvo indicação contrária.

Outros procedimentos relacionados	Percentagem	Nota	Outros procedimentos relacionados	Percentagem	Nota
Reino Unido			França		
Barclays Africa Group Limited	62,32%		Financière DSBG SAS	31,51%	Z
Barclays Alma Mater Management Limited Partnership	30,00%	B, Z	Sogetrel	27,31%	Z
Barclays Covered Bond Funding LLP	50,00%	A, B	Alemanha		Z
Barclays Infrastructure Investors Management LP	38,00%	B, Z	Eschenbach Holding GmbH	23,25%	
BEIF Management Limited Partnership	30,00%	B, Z	Gana		
BMC (UK) Limited	40,13%	Z	Barclays Bank of Ghana Limited	62,32%	
Business Growth Fund PLC	23,96%	Z	Hong Kong		
Camperdown UK Limited	50,00%	J, Z	CR SpaClub at Sea (HK) Limited	53,86%	Z
Claas Finance Limited	51,00%	K	Indonésia		
Equistone Founder Partner II L.P.	20,00%	A, B, Z	PT Barclays Capital Securities Indonesia	99,00%	A
Equistone Founder Partner III L.P.	35,00%	A, B, Z	Ilha de Man		
Equity Estates Basingstoke Limited	31,16%	J, Z	Absa Manx Holdings Limited	62,32%	
GN Tower Limited	50,00%	Z	Absa Manx Insurance Company Limited	62,32%	
Gresham Leasing March (3) Limited	30,00%	Z	Itália		
GW City Ventures Limited	50,00%	K, Z	Eudea SpA	22,03%	Z
Igloo Regeneration (General Partner) Limited	25,00%	L, Z	Jersey		
Imalvest LP	66,28%	B, Z	Barclays Index Finance Trust	32,69%	S
Intelligent Processing Solutions Limited	19,50%	A, Z	Quênia		
PetroGrenada Limited	65,25%	Z	Barclays (Kenya) Nominees Limited	42,69%	
PSA Credit Company Limited (in liquidation)	50,00%	A, J, L	Barclays Bank Insurance Agency Limited	42,69%	
Vocalink Holdings Limited	15,00%	A, Z	Barclays Bank of Kenya Limited	42,69%	
Woolwich Countryside Limited	50,00%	O, Z	Barclays Deposit-Taking Microfinance Limited	42,69%	
Austrália			Barclays Financial Services Limited	42,69%	
Hydra Energy Holdings Pty Ltd	59,26%	Z	Barclays Life Assurance Kenya Limited	39,45%	
Botsuana			Barclays Pension Services Limited	38,81%	
Barclays Bank of Botswana Limited	42,27%		First Assurance Company Limited	39,45%	
Barclays Insurance Services (Pty) Limited	42,27%		First Assurance Holdings Limited	62,31%	
Barclays Life Botswana Proprietary Limited	62,32%		Coreia, República da		
Canadá			Woori BC Pegasus Securitization Specialty Co., Limited	70,00%	A
Clearbrook Resources Inc	20,71%	Z	Luxemburgo		
Ilhas Caimão			BNRI Limehouse No.1 Sarl	96,30%	R
Chrysaor Holdings Limited	37,98%	Z	Partnership Investments S.à r.l.	33,40%	
Cupric Canyon Capital GP Limited	49,90%	Z	Preferred Funding S.à r.l.	33,33%	H
Cupric Canyon Capital LP	38,10%	B, Z	Preferred Investments S.à r.l.	33,33%	H, I
Southern Peaks Mining LP	54,67%	B, Z	Malta		
SPMGP Limited	49,61%	Z	RS2 Software PLC	18,25%	A, Z
Third Energy Holdings Limited	74,76%	Z	Maurícia		
			Barclays Bank Mauritius Limited	62,32%	G, H, J, K
			Mônaco		
			Société Civile Immobilière 31 Avenue de la Costa	75,00%	A

Notas às demonstrações financeiras

45 Procedimentos relacionados continuação

Outros procedimentos relacionados	Percentagem	Nota	Outros procedimentos relacionados	Percentagem	Nota
Moçambique			Barclays Africa Regional Office Proprietary Limited	62,32%	
Barclays Bank Moçambique SA	61,58%		Banlie Island Property Investments Proprietary Limited	62,32%	
Global Alliance Seguros, S.A.	62,32%		Blue Age Properties 60 Proprietary Limited	62,32%	
Namíbia			Campus on Rigel Proprietary Limited	20,77%	
Absa Namibia Proprietary Limited	62,32%		Cedar Lakes County Estates Proprietary Limited	62,32%	
EFS Namibia Proprietary Limited	62,32%		Combined Mortgage Nominees Proprietary Limited	62,32%	
Holanda			Compro Holdings Proprietary Limited	62,32%	
Tulip Oil Holding BV	30,43%	Z	Culemborg Investment Properties Proprietary Limited	35,67%	
Nigéria			Diluculo Investments Proprietary Limited	62,32%	
Absa Capital Representative Office Nigéria Limited	62,32%		Diluculo Properties Proprietary Limited	62,32%	
Noruega			Diluculo Property Trading Proprietary Limited	62,32%	
EnterCard Norge AS	40,00%	Z	Draaikloof Properties Proprietary Limited	49,86%	
Origo Exploration Holding AS	23,08%	Z	FFS Finance South Africa (RF) Proprietary Limited	31,16%	
Seychelles			Fradey Nominees (RF) Proprietary Limited	62,32%	
Barclays Bank (Seychelles) Limited	62,18%		Goldreef Village Share Block Limited	61,88%	
África do Sul			Guaret Investments No 1 Proprietary Limited	2,32%	I, I
1900 Summerstrand Share Block Limited	62,32%		Integrated Processing Solutions Proprietary Limited	31,16%	
Absa Alternative Asset Management Proprietary Limited	62,32%		iSentials Proprietary Limited	31,16%	
Absa Asset Management Proprietary Limited	62,26%		Kangrove Proprietary Limited (In Liquidation)	62,32%	
Absa Bank Limited	62,32%	I, J	Kempwest Proprietary Limited	31,16%	
Absa Capital Securities Proprietary Limited	62,32%	F, I	Lekkerleef Eiendoms Beperk	62,32%	
Absa Consultants and Actuaries Proprietary Limited	62,32%		Lodel Proprietary Limited (In Liquidation)	62,32%	
Absa Development Company Holdings Proprietary Limited	62,32%	F, I	MAN Financial Services (SA) (RF) Proprietary Limited	31,16%	
Absa Estate Agency Proprietary Limited	62,32%		Mamanet Retirement Village Proprietary Limited	62,32%	
Absa Financial Services Africa Holdings Proprietary Limited	62,32%		MB Acquired Operations Limited (In Liquidation)	62,32%	
Absa Financial Services Limited	62,32%		Meeg Asset Finance Proprietary Limited (In Liquidation)	62,32%	
Absa Fleet Services Proprietary Limited	62,32%		Mefin Proprietary Limited	62,32%	
Absa Fund Managers Limited	62,32%		Nation-Wide Recovery Services Proprietary Limited	31,16%	
Absa Indirect Limited	62,32%		NewFunds (RF) Proprietary Limited	62,32%	
Absa Insurance and Financial Advisers Proprietary Limited	62,32%		Newgold Issuer (RF) Limited	62,32%	
Absa Insurance Company Limited	62,32%		Newgold Managers Proprietary Limited	30,54%	
Absa Insurance Risk Management Services Limited	62,32%		Ngwenya River Estate Proprietary Limited	62,32%	
Absa Investment Management Services Proprietary Limited	62,32%		Nkwe Rosslyn Properties Proprietary Limited	62,32%	
Absa Life Limited	62,32%	F, I	Northem Lights Trading 197 Proprietary Limited	31,16%	Z
Absa Mortgage Fund Managers Proprietary Limited	62,32%		Olieven Properties Proprietary Limited	62,32%	
Absa Nominees Proprietary Limited	62,32%		Ottawa Development Trust Proprietary Limited	62,32%	
Absa Ontwikkelingsmaatskappy Eiendoms Beperk	62,32%		Pacific Heights Investments 196 Proprietary Limited	31,16%	Z
Absa Outsourcing Competency Centre Proprietary Limited	62,32%		Palmietfontein Investments Proprietary Limited	62,32%	
Absa Portfolio Managers Proprietary Limited	62,32%		Pienaarsrivier Properties Proprietary Limited	62,32%	
Absa Property Development Proprietary Limited	62,32%		RainFin (RF) Proprietary Limited	30,54%	Z
Absa Secretarial Services Proprietary Limited	62,32%		Roodekop Townships Proprietary Limited	62,32%	
Absa Stockbrokers Proprietary Limited	62,32%		Somers West Autopark Proprietary Limited	20,77%	Z
Absa Technology Finance Solutions Proprietary Limited	62,32%		T E AND M J Proprietary Limited (In Liquidation)	62,32%	
Absa Trading and Investment Solutions Holdings Proprietary Limited	62,32%		Tembis Mall Proprietary Limited	31,16%	Z
Absa Trading and Investment Solutions Proprietary Limited	62,32%		The Ballito Junction Development Proprietary Limited (In Liquidation)	62,32%	F, I
Absa Trust (Natal) Limited	62,32%		Thebes Landgoed Eiendoms Beperk	62,32%	
Absa Trust Limited	62,32%	I, J	UBS Trust Limited	62,32%	
Absa Vehicle Management Proprietary Limited	62,32%		United Development Corporation Proprietary Limited	62,32%	
Absa Vehicle Management Solutions Proprietary Limited	62,32%		United Towers Proprietary Limited	62,32%	
ABSAN Proprietary Limited	62,32%		Up-Front Investments 132 Proprietary Limited	31,16%	
Account on Us Proprietary Limited	31,16%		Volkskas Eiendomsdienste Eiendoms Beperk	62,32%	I, J
ACMB Specialised Finance Nominees Proprietary Limited (In Liquidation)	62,32%		Volkskastrust Beperk	62,32%	I, J
ACS Nominees Proprietary Limited	62,32%		Woodbook Finance Proprietary Limited	62,32%	
African Spiit Trading 309 Proprietary Limited	31,16%	Z	Woolworths Financial Services Proprietary Limited	31,16%	
AIMS Nominees (RF) Proprietary Limited	62,32%		Suécia		
Alberton Industrial Properties Proprietary Limited	62,32%		EnterCard Holding AB	40,00%	A, K, Z
Allied Development Company Proprietary Limited	62,32%		EnterCard Sverige AB	40,00%	Z
Allied Ginkaker Properties Proprietary Limited	31,78%		Tanzânia, República Unida da		
Allpay Consolidated Investment Holdings Proprietary Limited	62,32%		Barclays Bank Tanzania Limited	62,32%	
Allpay Eastern Cape Proprietary Limited - (In Liquidation)	41,13%		First Assurance Company Limited (Tanzania)	34,43%	
Allpay Free State Proprietary Limited (In Liquidation)	37,39%		National Bank of Commerce Limited	41,06%	
Allpay Gauteng Proprietary Limited (In Liquidation)	37,39%		Turquia		
Allpay Limpopo Proprietary Limited (In Liquidation)	62,32%		CRKK RESORT OTEL ISLETME CILGI LIMITED	54,40%	Z
Allpay Mpumalanga Proprietary Limited	62,32%		SIRKETI		
Allpay Northern Cape Proprietary Limited (In Liquidation)	62,32%		Estados Unidos		
Allpay Northwest Proprietary Limited (In Liquidation)	62,32%		Blue River Land Company, LLC	39,55%	C, Z
Allpay Payment Solutions Proprietary Limited (In Liquidation)	62,32%		Canyon Ranch Enterprises, LLC	54,40%	C, Z
Allpay Western Cape Proprietary Limited (In Liquidation)	41,13%		Central Platte Valley Management, LLC	51,78%	C, Z
Bankortrust Limited	62,32%		Continental Intermodal Group LLC	50,00%	C, Z
Barclays Africa Group Limited	62,32%	A	Continental Intermodal Group LP	37,29%	B, Z
			CR Bodrum Management, LLC	54,40%	C, Z
			CR Employment, Inc.	54,40%	Z

45 Procedimentos relacionados continuação

Outros procedimentos relacionados	Porcentagem	Nota	Outros procedimentos relacionados	Porcentagem	Nota
CR Las Vegas, LLC	54,40%	C, Z	EW RD Pery-Riverbend, LLC	54,31%	C, Z
CR Lenox Residences, LLC	54,40%	C, Z	EW RD Summit Holding, L.P., L.L.L.P.	79,57%	B, Z
CR License, LLC	54,40%	C, Z	EW RD Summit, LLC	79,10%	C, Z
CR Management, LLC	54,40%	C, Z	Gray's Station, LLC	56,96%	C, Z
CR Miami Employment, LLC	54,40%	C, Z	Home Run Tahoe, LLC	60,82%	C, Z
CR Miami, LLC	54,40%	C, Z	Mira Vista Development LLC	78,40%	C, Z
CR Operating, LLC	54,40%	C, Z	Mira Vista Golf Club, L.C.	76,83%	Z
CR Orlando, LLC	54,40%	C, Z	Moon Acquisition Holdings LLC	80,00%	C, Z
CR Products, LLC	54,40%	C, Z	Moon Acquisition LLC	80,00%	C, Z
CR Resorts, LLC	54,40%	C, Z	Mountainside Partners LLC	80,00%	C, Z
CR SpaClub at Sea, LLC	54,40%	C, Z	MV Penthouses, LLC	51,20%	C, Z
CR SPE1, LLC	54,40%	C, Z	MWVP Development LLC	30,40%	C, Z
CRE Diversified Holdings LLC	80,00%	C, Z	MWVP Investors LLC	60,80%	C, Z
Crescent CR Holdings LLC	80,00%	C, Z	Northstar Mountain Properties, LLC	60,82%	C, Z
Crescent Crown Greenway Plaza SPV LLC	80,00%	C, Z	Northstar Trailside Townhomes, LLC	60,82%	C, Z
Crescent Crown Land Holding SPV LLC	80,00%	C, Z	Northstar Village Townhomes, LLC	56,93%	C, Z
Crescent Fresh Series B Hold Co.	80,00%	Z	Old Greenwood Realty, Inc.	60,80%	Z
Crescent McKimsey Olive Holdings GP LLC	80,00%	C, Z	Old Greenwood, LLC	60,80%	C, Z
Crescent Plaza Hotel Owner GP, LLC	80,00%	C, Z	Overlook at Sugarloaf Inc	62,32%	Z
Crescent Plaza Hotel Owner, L.P.	80,00%	B, Z	Parkside Townhomes, LLC	47,63%	C, Z
Crescent Plaza Residential LP, LLC	80,00%	C, Z	Sonoma Golf Club, LLC	64,00%	C, Z
Crescent Plaza Residential, L.P.	80,00%	B, Z	Sonoma Golf, LLC	64,00%	C, Z
Crescent Plaza Residential, LLC	80,00%	C, Z	Sonoma National, LLC	80,00%	C, Z
Crescent Plaza Restaurant GP, LLC	80,00%	C, Z	Spa Project Advisors, LLC	54,40%	C, Z
Crescent Property Services LLC	80,00%	C, Z	St. Charles Place, LLC	47,63%	C, Z
Crescent Real Estate Equities Limited Partnership	80,00%	B, Z	Stellar Residences, LLC	60,82%	C, Z
Crescent Real Estate Equities, LLC	80,00%	C, Z	Stellar Townhomes, LLC	60,82%	C, Z
Crescent Real Estate Holdings LLC	80,00%	C, Z	Tahoe Club Companv, LLC	60,80%	C, Z
Crescent Resort Development LLC	80,00%	C, Z	Tahoe Club Employee Company	60,80%	Z
Crescent Tower Residences GP, LLC	80,00%	C, Z	Tahoe Mountain Resorts, LLC	60,82%	C, Z
Crescent Tower Residences, L.P.	80,00%	B, Z	The Glades Tahoe, LLC	60,82%	C, Z
Crescent TRS Holdings LLC	80,00%	B, Z	The Park at One Riverfront, LLC	47,63%	C, Z
Crescent Teaming, L.P.	40,00%	C, Z	Tuckee Land, LLC	74,75%	C, Z
CREW Tahoe Holdings LLC	80,00%	C, Z	Tucson/Lenox Special Manager, Inc.	54,40%	Z
CREW Tahoe, LLC	60,80%	C, Z	Tucson/Lenox, LLC	54,40%	C, Z
Cupric Canyon Capital LLC	26,04%	C, Z	Union Center LLC	51,78%	C, Z
DBL Texas Holdings LLC	80,00%	C, Z	Vendue/Prioleau Associates LLC	49,60%	C, Z
Desert Mountain Development LLC	80,00%	C, Z	Village Walk, LLC	46,08%	C, Z
Desert Mountain Properties Limited Partnership	74,40%	B, Z	VS BC Solar Lessee I LLC	50,00%	C, Z
DG Solar Lessee II, LLC	50,00%	C, Z	Water House on Main Street LLC	35,26%	C, Z
DG Solar Lessee, LLC	50,00%	C, Z	Zâmbia		
East West Resort Development IV, L.P., L.L.L.P.	71,11%	B, Z	Barclays Life Zambia Limited	62,32%	
East West Resort Development V, L.P., L.L.L.P.	74,75%	B, Z	Zimbabwe		
East West Resort Development VI, L.P., L.L.L.P.	35,86%	B, Z	Barclays Bank of Zimbabwe Limited	67,68%	
East West Resort Development VII LLC	80,00%	C, Z	Barclays Merchant Bank of Zimbabwe Limited (In Liquidation)	67,68%	
East West Resort Development VIII, L.P., L.L.L.P.	71,11%	B, Z	Barclays Zimbabwe Nominees (Pvt) Limited	67,68%	
East West Resort Development XIV, L.P., L.L.L.P.	33,52%	B, Z	BRAINS Computer Processing (Pvt) Limited (In Liquidation)	67,68%	F, I
EW Deer Valley, LLC	29,28%	C, Z	Fincor Finance Corporation Limited	67,68%	
EW RD Pery Holding, L.P., L.L.L.P.	67,61%	B, Z			

Subsidiárias por força de controle

Os procedimentos relacionados em baixo são subsidiários de acordo com o s.1162 Companies Act de 2006, sendo que o Barclays pode exercer uma influência ou controle dominante sobre elas. As entidades são todas detidas pelo Fundo de Pensões do Barclays Bank UK.

Reino Unido	Porcentagem	Nota	Ilhas Caimão	Porcentagem	Nota
Oak Pension Asset Management Limited	0,00%	Z	Hombeam Limited	0,00%	Z
Water Street Investments Limited	0,00%	Z			

Joint Ventures

Os procedimentos relacionados em baixo são Joint Ventures de acordo com 18, Schedule 4, The Large and Medium-sized Companies and Groups (Accounts and Reports) Regulations 2008 e estão proporcionalmente consolidados.

Reino Unido	Porcentagem	Nota	Descrição
Vaultex UK Limited 21 Gattick Hill, London, EC4V 2AU	50,00%	A	O Conselho de Joint Venture agrega dois diretores representativos do Barclays, dois diretores parceiros JV e três diretores parceiros não JV. O Conselho é responsável por definir a estratégia e os orçamentos.

Notas às demonstrações financeiras

45 Procedimentos relacionados continuação

Notas	
A	Diretamente detido pelo Barclays Bank PLC
B	Interesse de parceria
C	Interesse de adesão
D	Interesse de fundo
E	Fiador
F	Ações Preferenciais
G	A Ações Preferenciais
H	B Ações Preferenciais
I	Ações Ordinárias/comuns juntamente com outras ações
J	A Ações Ordinárias
K	B Ações Ordinárias
L	C Ações Ordinárias
M	F Ações Ordinárias
N	O Ações Ordinárias
O	W Ações Ordinárias
P	Ações Ordinárias Regatáveis
Q	Ações Fundamentais e Ações de Seguro (Classificadas)
R	B, C, D, E (94,36%), F (94,6%), G (94,36%), H (94,36%), I (94,36%), J (95,23%) e Ações de Classe K
S	Ações de Unidade A e B
T	Ações residuais de classe A, Ações residuais de classe B
U	A Ações com direito de voto, e B Ações sem direito de voto
V	Ações ordinárias Classe A, Ações preferenciais Classe A (48,50%), Ações Ordinárias Classe B, Ações Ordinárias Classe C, Ações Preferenciais Classe C (92,53%), Ações Ordinárias Classe D, Ações Preferenciais Classe D, Ações Ordinárias Classe E, Ações Preferenciais Classe E, Ações Ordinárias Classe F, Ações Preferenciais Classe F, Ações Ordinárias Classe H de 2012, Ações Preferenciais Classe H de 2012, Ações Ordinárias Classe H, Ações Preferenciais Classe H (79,84%), Ações Preferenciais Classe I (50,00%), Ações Ordinárias Classe J, Ações Preferenciais Classe J
W	Classe A1, A2, A3, A4, A6, A8, A9, A10, A11, A12, A13, A14, A15, A16 e Classe B
X	Comissão de Desempenho PEF
Y	Fundo de Índice em EUR, Fundo de Índice em GBP, Fundo de Índice em USD
Z	Não Consolidados (ver Nota 37 para o campo de consolidação)